

ORGANIZADORES

Liara Saldanha Brites

Kamyla Stanieski Dias

Camilo Darsie

Andresa Silva da Costa Mutz

Cristianne Maria Famer Rocha

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS DO HOJE E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS

interfaces entre tecnologias
na educação e na saúde



ORGANIZADORES

Liara Saldanha Brites

Kamyla Stanieski Dias

Camilo Darsie

Andresa Silva da Costa Mutz

Cristianne Maria Famer Rocha

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS DO HOJE E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS

interfaces entre tecnologias
na educação e na saúde



| São Paulo | 2 0 2 3 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

ES82

Estratégias biopolíticas do hoje e a produção de sujeitos:
interfaces entre tecnologias na educação e na saúde /
Organizadoras Liara Saldanha Brites, Kamyla Stanieski Dias,
Camilo Darsie, et al. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Outras organizadoras: Andresa Silva da Costa Mutz,
Cristianne Maria Famer Rocha.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-802-7

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.98027

1. Medicina e saúde. 2. Biopolítica. 3. Saúde. 4. Educação.
I. Brites, Liara Saldanha (Organizadora). II. Dias, Kamyla
Stanieski (Organizadora). III. Darsie, Camilo (Organizadora).
IV. Mutz, Andresa Silva da Costa (Organizadora). V. Rocha,
Cristianne Maria Famer (Organizadora). VI. Título.

CDD 610

Índice para catálogo sistemático:

I. Medicina e saúde.

Jéssica Oliveira • Bibliotecária • CRB-034/2023

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

[<https://creativecommons.org/licenses/>](https://creativecommons.org/licenses/).

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patrícia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patrícia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Biegging
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Potira Manoela de Moraes
Bibliotecária	Jéssica Castro Alves de Oliveira
Imagens da capa	31Moonlight31, Harryarts, Freepik - Freepik
Tipografias	Acumin, Geometos, Belarius Poster, Lavoir
Revisão	Os autores
Organizadores	Lira Saldanha Brites Kamyla Stanieski Dias Camilo Darsie Andresa Silva da Costa Mutz Cristianne Maria Famer Rocha

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadéte Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidade Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

*O presente trabalho foi financiado
com apoio da Coordenação de Aper-
feiçoamento de Pessoal do Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Código
de Financiamento 0001.*

ADVERTÊNCIA

Os capítulos deste livro foram desenvolvidos por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas, sendo o conteúdo, os aspectos gramaticais e a formatação das referências de responsabilidade exclusiva dos autores e autoras, não tendo os organizadores, nem a editora, responsabilidade sobre o teor (ou a correção) deles.

SUMÁRIO

Saúde, educação e tecnologias: múltiplas
escrituras sobre o tempo presente.....19

PARTE 1

**ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS PARA
ALÉM DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO** 34

CAPÍTULO 1

Daniel Felipe Schroeder
Bruno Cristiano dos Santos
Matheus Santos de Souza
Rodrigo Mota Diniz
Sara Ester Paes

Cartografia e Biopolítica:
reflexões sobre as estratégias de controle
sanitário a partir de mapas digitais.....35

CAPÍTULO 2

Rodrigo Lages e Silva

**Governamentalidade e
inteligência artificial:**
por uma insurreição dos mediadores
rumo aos delírios algorítmicos.....49

CAPÍTULO 3

Gabriel Lima Simões
Maria Mostafa

**O cuidado de si frente às tecnologias de
individualização em tempos de pandemia** 70

CAPÍTULO 4

Nathássia Matias de Medeiros

Luciana Lobo Miranda

A sexualidade entre a saúde e a educação:

educação sexual, biopoder e produção de subjetividades..... 87

CAPÍTULO 5

Pedro Ângelo Pagni

**O enigma da biopolítica,
o corpo e a inclusão:**

contribuições de Roberto Esposito 108

CAPÍTULO 6

Carlos Eduardo Barzotto

**A (res)significação dos Direitos Humanos
como estratégia biopolítica:**

o caso do *Minuto Direitos Humanos* de Damares Alves 130

CAPÍTULO 7

Patrícia Santos Anflor

Raona Denise Pohren

**Estratégias biopolíticas
e a Primeira Infância:**

reflexões necessárias 150

CAPÍTULO 8

Diana Malito

Lívia Cretton

“Maternidade Apegada”:

uma análise sobre as (re)atualizações do cerceamento

que incide sobre os corpos das mulheres-mães..... 172

CAPÍTULO 9

Pablo Severiano Benevides

Do Big-Brother à Big-Grandmother:

a emergência da Grande-Avó como dispositivo tecnopolítico 192

PARTE 2

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS NA SAÚDE.....216

CAPÍTULO 10

Yerko Manzano Venegas

María Karina Lozic Pavez

**Higienismo, degeneración y biopolítica
en el Chile de comienzos del siglo XX:**

dos casos de estudio..... 217

CAPÍTULO 11

Andresa Silva da Costa Mutz

Alexandre Bica Pires

Ânderson Barcelos Martins

Leandra Gomes Gonçalves

Digitalização da Vida, Saúde e Biopolítica:

uma análise de aplicativos de emagrecimento237

CAPÍTULO 12

Líara Saldanha Brites

Maura Jeisper Fernandes Vieira

Rosane Machado Rollo

Cristianne Maria Famer Rocha

**A busca de informações
em saúde no *Google Search*:**

reflexões sobre estratégias biopolíticas e noopolíticas 265

CAPÍTULO 13

Letícia Farias Caetano

Kamila Lockmann

**A medicalização docente
como estratégia biopolítica:**

a proliferação de doenças e a produção de uma biodocência 286

CAPÍTULO 14

Marcela Haupt Bessil

Camilo Darsie

Karine Zenatti Ely

Afonso Cima

Pauline Schwarzbald

Lia Gonçalves Possuelo

**Mídias digitais e estratégias
biopolíticas dos sistemas prisionais
do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro:**

tensionamentos sobre saúde.....307

CAPÍTULO 15

Luísa Klíx de Abreu Pereira

Betina Hillesheim

**A produção do imperativo
“faça terapia” a partir das redes sociais:**

educação em saúde e práticas em saúde mental no SUS 325

CAPÍTULO 16

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

Ana Kalliny de Sousa Severo

Flávia Helena Miranda de Araújo Freire

Da terra arrasada à invenção de possíveis:

biopolíticas e subjetivação na formação em psicologia
no campo da saúde coletiva 344

CAPÍTULO 17

Dilan Magnus

Carin Klein

**Lições sobre HIV/aids
e covid-19 no Instagram:**

masculinidades e condição precária..... 366

CAPÍTULO 18

Júlia Bagatini Santos
João Arthur Marques Lima
Eduarda Tais Stoeckel
Luiza Betiollo Ottoni
Marina Nicoloso Paiva

Tecnologias de controle e cuidado da vida:

reflexões sobre a telemedicina enquanto estratégia biopolítica 385

CAPÍTULO 19

Carina Prina Carlan
Iara Tatiana Bonin

Investimento de forças:

corpos quantificáveis correndo maratonas 401

CAPÍTULO 20

João Arthur Marques Lima
Júlia Bagatini Santos

Imunizantes com tecnologia de RNA,

estratégias biopolíticas e pandemia de covid-19 430

CAPÍTULO 21

Rafael Dall Alba
Dais Gonçalves Rocha
Madel Therezinha Luz

**As Medicinas Tradicionais
Complementares e Integrativas
como dispositivos tecnológicos
de inovação do saber em saúde:**

ética, estética e política em nome
de uma epistemologia do cuidado..... 446

CAPÍTULO 22

Welison de Lima Sousa
Anna Carolina Vidal Matos
Maria Teresa Nobre

População de rua e cidade:

impactos da covid-19 no Cariri Cearense 459

PARTE 3

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS NA EDUCAÇÃO.....481

CAPÍTULO 23

Willian Fernandes Araujo

Educando para os algoritmos:

lógicas da subjetivação a partir da plataformização da vida..... 482

CAPÍTULO 24

Marcos Antônio Carneiro da Silva

Ecobiopolítica e educação:

as transformações desse nosso tempo de agora 503

CAPÍTULO 25

Tiago de Negreiros Jardim

Moysés Pinto Neto

**Ansiedade algorítmica diante
da plataformização da educação:**

um estudo de caso a partir da Udem.....527

CAPÍTULO 26

Rodrigo de Oliveira Azevedo

Elisandro Rodrigues

Daniel Demétrio Faustino da Silva

Formação Docente e Práticas de Controle

na Saúde Durante a Pandemia da covid-19..... 551

CAPÍTULO 27

Jeanne Felix

Mariana Lins de Oliveira

**Entre urgências,
insurgências e possibilidades:**

o uso de tecnologias e seus efeitos na vida docente contemporânea 571

CAPÍTULO 28

Nícolas Antonio Bargiela

Carlos José Martins

A sala de aula 3.0:

o ambiente virtual como panacéia

educacional em tempos de covid-19 585

CAPÍTULO 29

Rozélia Bezerra

**Em busca do tempo vivido durante
a pandemia de covid-19 e a experiência
com o Ensino Remoto Emergencial
em suas interfaces com “1984”
e “Admirável Mundo Novo”** 601

CAPÍTULO 30

Flavia Feron Luiz

Trans(formação) em saúde:

um modelo no cotidiano das práticas educativas 622

CAPÍTULO 31

Ilana Peres Azevedo Machado

Cristian Poletti Mossi

A escrita asmática de uma dissertação:

estratégias de resistência em face de traços

da biopolítica no encontro com a educação.....637

CAPÍTULO 32

Éverton Vasconcelos de Almeida

Ferran Sánchez Margalef

Santiago Pich

Educação e plataformas digitais:

formação do sujeito empreendedor

na era do capitalismo neoliberal 656

CAPÍTULO 33

Clarice Antunes do Nascimento

**Cultura *Maker* e empreendedorismo
como estratégias biopolíticas
de inclusão produtiva da juventude
considerada “nem-nem”**

685

CAPÍTULO 34

Guilherme Vendruscollo Werlang

Neoli Paulina da Silva Gabe

Paula Caroline Pepa Oliveira

Kátia Teresinha Lopes Della Flora

**Comunicação digital
e estratégias biopolíticas:**

tensionamentos sobre a (in)acessibilidade

de surdos nas redes sociais..... **707**

CAPÍTULO 35

Adilson Cristiano Habowski

Cleber Gibbon Ratto

Vinícius Barbosa Cannavô

**Linhas de fuga do brincar
das crianças em tempos digitais:**

apontamentos acerca do dispositivo de periculosidade..... **721**

CAPÍTULO 36

Vera Elenei da Costa Somavilla

Guilherme Mocelin

Análida Rodolfo Petry

Douglas Luis Weber

**A formação universitária,
gênero e biotecnologias:**

interfaces entre docentes do Brasil e Espanha **754**

CAPÍTULO 37

Rita de Cassia Quadros da Rosa

Camilo Darsie

Educação, aplicativos

***fitness* e de saúde:**

outras capturas biopolíticas.....773

CAPÍTULO 38

Jorge Andrés Jiménez Muñoz

Carlos José Martins

La discursividad socioemocional:

prolegómenos de una reforma educativa (bien) sucedida.....786

Sobre as organizadoras e o organizador 810

Sobre os autores e as autoras..... 812

Índice remissivo..... 830

SAÚDE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: MÚLTIPLAS ESCRITURAS SOBRE O TEMPO PRESENTE

Liara Saldanha Brites

Kamyla Stanieski Dias

Camilo Darsie

Andresa Silva da Costa Mutz

Cristianne Maria Famer Rocha

DOI:10.31560/pimentacultural/2023.98027.a

A compreensão sobre as formas pelas quais nos tornamos sujeitos e nos assujeitamos é uma tarefa que exige reflexões e teorizações de diferentes tipos. Por se tratar de um processo complexo, deve ser feito de maneira atenta, historicizada e munida de lentes que nos levem a interpretar e refletir sobre o que permite ser o que somos e nos constitui naquilo que cremos ser. Para tanto, voltamos a Michel Foucault e suas considerações a respeito do Biopoder e da Biopolítica, como instrumentos ainda potentes para refletir, ensaiar e pensar sobre tecnologias, educação e saúde.

Na contemporaneidade, torna-se impossível ignorar como as transformações tecnológicas, sobretudo comunicacionais e de mídia, nos possibilitam entrar em contato com um grande número de informações, numa velocidade talvez nunca experienciada antes. Dessa forma, podemos estar em diversos espaços, *on* e *offline*, ao mesmo tempo, desenvolvendo múltiplas atividades simultaneamente: estudamos em ambientes virtuais, enquanto respondemos e-mails, ao mesmo tempo em que um dispositivo armazena informações como a

pressão arterial e batimentos cardíacos. Por mais “normal” que tudo possa parecer - ou um “novo normal”, após o início da pandemia de covid-19 -, buscamos aqui estranhar e compreender de que formas tais práticas e discursos nos constituem hoje.

Partindo das considerações de Foucault, é possível definir a Biopolítica como a racionalização de problemas para a prática governamental sobre uma população, isto é, um conjunto de pessoas, tais como a saúde, a higiene, a natalidade, a longevidade, a raça etc. (CASTRO, 2009). Essa é uma mudança que ocorre a partir do período das “grandes revoluções” na Europa, como a francesa e a industrial, entre os séculos XVIII e XIX. O poder soberano, vigente nas sociedades medievais, cujo foco eram os corpos individuais, cede espaço - ainda que isto não signifique que uma forma de poder deixa de existir para que outra seja protagonista - para um novo tipo de poder que busca operar sobre a vida de forma coletiva. Trata-se do Biopoder, isto é, o poder exercido sobre a vida. Esse controle sobre os corpos surge primeiro nas instituições, a partir da disciplina e na ampliação de aptidões, como uma estratégia “anátomo-política do corpo humano”, passando depois para a atenção sobre os processos biológicos do “corpo-espécie” através do Estado, abrangendo todos os aspectos da vida, desde o nascimento, passando pelo prolongamento da vida e até a morte (FOUCAULT, 2013).

Podemos assim dizer, seguindo Foucault (2013), que somos produzidos e subjetivados a partir dos poderes exercidos sobre nossos corpos. Não se trata da ação de um poder central, nuclear, que opera de forma externa, ou que esteja localizado numa matriz geral (seja o Estado, os tribunais ou a escola). Ele perpassa todos os aspectos da vida e desmistifica a dualidade entre dominantes e dominados. Assim, todos os aspectos da vida humana passam por processos de controle e de governo. Segundo Foucault (1989, p. 179-180), em uma sociedade como a nossa, o exercício do poder é capaz de produzir discursos de verdade com efeitos muito produtivos:

[...] existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade.

Ao produzirmos saberes, organizamos um sem-número de práticas que nos condicionam a nos relacionarmos conosco e com os outros a partir destes conhecimentos produzidos e reconhecidos como verdadeiros. Passamos, por exemplo, a ter novas preocupações a respeito da saúde, da qualidade de vida, da longevidade, do desempenho etc. Ao mesmo tempo que se trata de um olhar sobre o coletivo, em que cada indivíduo é convidado a compreender-se como uma espécie. O poder então passa a estar encarnado no ser: “o poder já não se exerce desde fora, desde cima, mas sim como que por dentro, ele pilota nossa vitalidade social de cabo a rabo” (PELBART, 2007). A produtividade deste poder, por sua vez, está relacionada à capacidade do mesmo em interrelacionar posições diferentes, economizando os “custos” de uma imposição violenta que explicitamente domina, viola, violenta, obriga. O poder produz diferentes arranjos (subjetivações) na medida em que é exercido, na medida em que se reage e se resiste a ele. Ao se utilizar um outro saber ou uma outra verdade, são criadas novas forças, que impõem e sujeitam em função de outras argumentações. É isso que qualifica o poder como produtivo, uma produtividade econômica que faz inventar outras estratégias, tornando-o potente e engendrando saberes que o justificam.

Diversas estratégias biopolíticas expressam-se em diferentes campos, tais como a saúde e a educação, constituindo os sujeitos, regulando e qualificando modos de existência. No campo da saúde,

busca-se “fazer viver”, aperfeiçoando e controlando os corpos, prolongando e garantindo sua existência através de inúmeros discursos e tecnologias. Desde a concepção, até quando nenhuma estratégia de preservação seja possível ou desejável, há inúmeras intervenções que buscam esquadriñar, normatizar, contabilizar e preservar a existência humana. Para isso, é necessário saber cuidar da vida. Nesse sentido, o campo da educação também oferece uma série de estratégias para que se aprenda a viver de forma disciplinada. Devemos aprender a ser mais produtivos, dóceis, a consumir e a nos empresariar também, investindo no nosso capital humano e melhorando nosso desempenho.

Tendo em conta essas considerações, apresentamos esta coletânea de textos, produzidos por diversos autores, a partir de diferentes lugares, e com provocações, análises e reflexões sobre interfaces entre tecnologias na educação e na saúde, pautadas nos conceitos de biopolítica e biopoder. Os temas, dentro dos campos propostos, são diversos e, por isso, encontram-se divididos nas seguintes seções: ***Estratégias Biopolíticas para além da Saúde e da Educação, Estratégias Biopolíticas na Saúde e Estratégias Biopolíticas na Educação***, conforme os resumos a seguir. Boa leitura!

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS PARA ALÉM DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

Apresentam o capítulo ***Cartografia e Biopolítica: reflexões sobre as estratégias de controle sanitário a partir de mapas digitais*** os pesquisadores Daniel Felipe Schroeder, Bruno Cristiano dos Santos, Matheus Santos de Souza, Rodrigo Mota Diniz e a pesquisadora Sara Ester Paes. Nele, os autores e a autora realizam uma análise das estratégias de controle sanitário a partir de mapas digitais.

Nos levam à reflexão acerca dos modos como os mapas e os discursos que os envolvem, especialmente quando operacionalizados por tecnologias digitais, podem operar como ferramentas biopolíticas, inclusive no que se refere ao contexto da saúde.

Rodrigo Lages e Silva, no capítulo ***Governamentalidade e inteligência artificial: por uma insurreição dos mediadores rumo aos delírios algorítmicos***, faz potentes provocações aos leitores e leitoras acerca dos efeitos da chamada governamentalidade algorítmica. Por meio de um diálogo entre as teorizações de Michel Foucault e de Gilles Deleuze, o autor problematiza a presença das Inteligências Artificiais e dos algoritmos de automatização nas nossas vidas e nos convida a pensar formas de resistência à tendência de nos tornarmos inumanos neste cenário de intensos agenciamentos maquínicos.

No capítulo ***O cuidado de si frente às tecnologias de individualização em tempos de pandemia***, Gabriel Lima Simões e Maria Mostafa abordam, a partir de Michel Foucault, o modo como a prática individualizada do cuidado de si se confronta com situações em que a efetividade do cuidado prescinde de estratégias e ações coletivas, como no caso de uma pandemia de saúde pública.

As autoras Nathássia Matias de Medeiros e Luciana Lobo Miranda analisam o papel disciplinar e biopolítico da educação social na produção de subjetividades no contexto brasileiro no texto intitulado ***A sexualidade entre a saúde e a educação: educação sexual, biopoder e produção de subjetividades***.

No texto ***O enigma da biopolítica, o corpo e a inclusão: contribuições de Roberto Esposito***, Pedro A. Pagni traz uma análise das contribuições de Roberto Esposito a respeito do que o próprio autor denomina de “enigma da biopolítica”, além dos conceitos de estratégia de imunização e paradigma imunitário.

O capítulo **A (re)significação dos Direitos Humanos como estratégia biopolítica: o caso do Minuto Direitos Humanos de Damares Alves**, de Carlos Eduardo Barzotto, tem como objetivo indagar quais são os significados (re)atribuídos aos Direitos Humanos por agentes do bolsonarismo populista que atuam em seu governo, sobretudo no que diz respeito à Educação e à Saúde. Para tanto, realiza uma análise discursiva dos 14 episódios do programa “Minuto Direitos Humanos”, realizado por Damares Alves, ex-ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no canal do *YouTube* oficial da instituição.

O capítulo **Estratégias biopolíticas e a Primeira Infância: reflexões necessárias** se debruça sobre as estratégias biopolíticas que incidem sobre as subjetividades na Educação Infantil por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Ensino Domiciliar. Patrícia Santos Anflor e Raona Denise Pohren evidenciam, em seu estudo, as estratégias de preparação das crianças enquanto capital humano no interior da racionalidade neoliberal. Segundo as autoras, nesse cenário, tais estratégias podem ser entendidas como um investimento para que a infância de hoje esteja apta para, no futuro, atender a demanda do mercado.

A partir de incômodos com experiências que atravessam as autoras, Diana Marisa Dias Freire Malito e Lívia Cretton Pereira, desde o lugar de mulheres, pesquisadoras e mães, realizam uma análise, no texto **“Maternidade apegada”: uma análise sobre as (re)atualizações do cerceamento que incide sobre os corpos das mulheres-mães**, sobre dois perfis no *Instagram* que refletem as principais ideias do movimento que pauta, dentro do nicho da maternidade nas redes sociais, os temas da criação com apego e criação não violenta.

Pablo Severiano Benevides traz uma discussão a respeito do conceito *Big-Grandmother* e as modulações de manifestações nas redes sociais a partir do crescimento da extrema direita no ambiente

virtual no texto ***Do Big-Brother à Big-Grandmother: a emergência da Grande-Avó como dispositivo tecnopolítico.***

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS NA SAÚDE

Yerko Manzano Venegas e María Karina Lozic Pavez são autores do capítulo intitulado ***Higienismo, degeneración y biopolítica en el Chile de comienzos del siglo XX: Dos casos de estudio.*** O estudo articula as noções de higiene, degeneração e raça nos discursos médicos e políticos do início do século XX no Chile. São acionadas as noções de biopolítica e de dispositivos de segurança para investigar o alcoolismo como uma conduta de risco. Por meio de uma revisão histórica, somos convidados a pensar o tempo presente, as rupturas e continuidades que envolvem a ideia de governar a existência biológica de uma população.

O texto ***Digitalização da Vida, Saúde e Biopolítica: uma análise de aplicativos de emagrecimento,*** de autoria de Andresa Silva da Costa Mutz, Alexandre Bica Pires, Ânderson Barcelos Martins e Leandra Gomes Gonçalves, destacam algumas das principais características do fenômeno de digitalização da vida - plataformação da sociedade, processos de datificação e performatividade algorítmica - e o modo como realizamos diariamente um número sempre maior de atividades por meio de computadores e *smartphones*. Com o objetivo de mapear aplicativos de emagrecimento, as autoras/es analisam as estratégias de governo dos corpos utilizadas nas práticas de acompanhamento das rotinas dos usuários com vistas ao emagrecimento mediadas pela tecnologia da informação.

Em ***A busca de informações em saúde no Google Search: reflexões sobre estratégias biopolíticas e noopolíticas,*** Liara Saldanha Brites, Maura Jeisper Fernandes Vieira. Rosane Machado Rollo

e Cristianne Maria Famer Rocha apresentam reflexões a respeito dos usos do *Google Search* para buscar informações sobre saúde e de que forma isso atua como estratégia biopolítica e noopolítica num contexto neoliberal.

Escrito por Letícia Farias Caetano e Kamila Lockmann, o texto ***A Medicalização Docente como Estratégia Biopolítica: a proliferação de doenças e a produção de uma biodocência*** aborda os discursos sobre a medicalização docente que circulam na rede social *Facebook* e de que forma atuam como biopolíticas, produzindo modos de ser professor(a) na contemporaneidade.

As pesquisadoras e pesquisadores Marcela Haupt Bessil, Camilo Darsie, Karine Zenatti Ely, Afonso Cima, Pauline Schwarzbald, Lia Gonçalves Possuelo apresentam o trabalho ***Mídias Digitais e Estratégias Biopolíticas dos sistemas Prisionais do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro: tensionamentos sobre saúde***, no qual analisam informações presentes em páginas oficiais de redes sociais a respeito da saúde de pessoas em privação de liberdade.

No capítulo ***A produção do imperativo “faça terapia” a partir das redes sociais: educação em saúde e práticas em saúde mental no SUS***, as autoras Luísa Klix de Abreu Pereira e Betina Hillesheim discutem como a construção do que denominam de imperativo “faça terapia”, especialmente a partir das redes sociais, tem se constituído como uma forma de educação em saúde e afetado as práticas em saúde mental.

Em ***Da terra arrasada à invenção de possíveis: biopolíticas e subjetivação na formação em psicologia no campo da saúde coletiva***, as autoras Ana Karenina Arraes Flavia, Helena de Araújo Freire e Ana Kalliny de Sousa Severo, enquanto pesquisadoras de políticas de saúde e direitos humanos e docentes de cursos da área de saúde (notadamente Psicologia e Saúde Coletiva), analisam experiências formativas, que emergiram em processos de estágio

de psicólogos junto a pessoas e coletivos vinculados às políticas de saúde, durante os anos de 2021 e 2022. A partir da análise dessas experiências, as autoras mostram algumas das estratégias biopolíticas em operação nos cenários de práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e nas experiências cotidianas de seus/suas usuários/as, assim como dos estudantes imersos na formação para o Sistema Único de Saúde - SUS, para apontar algumas pistas endereçadas ao presente e ao futuro próximo no Brasil e para propor saídas éticas, estéticas e politicamente afirmativas da vida.

Com o objetivo de analisar perfis de homens gays vivendo com Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV, no capítulo ***Lições de HIV/aids e covid-19-19: o luto e a luta contra a precariedade no Instagram***, os autores Dilan Kuntzler Magnus e Carin Klein utilizam a rede social *Instagram* e buscam investigar, problematizar e tensionar como as práticas de prevenção ao HIV/aids e demais infecções sexualmente transmissíveis (IST's) vêm sendo produzidas na plataforma, associadas às masculinidades, localizando e discutindo o que é dito, por quem e para quem, a fim de discutir alguns efeitos dessas discursividades.

Em ***Tecnologias de controle e cuidado da vida: reflexões sobre a telemedicina enquanto estratégia biopolítica***, Júlia Bagatini Santos, João Arthur Marques Lima, Eduarda Tais Stoeckel, Luiza Betiollo Ottoni e Marina Nicoloso Paiva apresentam reflexões a partir do conceito de biopolítica, articulado ao caso da telemedicina, problematizando as transformações que estão ocorrendo nas relações entre médicos e pacientes diante das tecnologias de nosso tempo que se orientam para o controle e cuidado em saúde.

Carina Prina Carlan e Iara Tatiana Bonin, no capítulo ***Investimento de forças: corpos quantificáveis correndo maratonas***, discutem algumas estratégias de quantificação empregadas para mensurar o alinhamento do corpo a certas metas estabelecidas ao

longo dos treinos, de modo a conduzir suas condutas e constituir uma possível performance em provas de maratonas.

João Arthur Marques Lima e Júlia Bagatini Santos discutem as interfaces entre a imunização ativa com tecnologia de mRNA na pandemia de covid-19 e o estabelecimento de biopolíticas de controle, em ***Imunizantes com tecnologia de RNA, estratégias biopolíticas e pandemia de covid-19***. Para o autor e a autora, essas medidas incidem em nível populacional por consolidarem rupturas entre variados grupos sociais, conforme interesses políticos associados à defesa da vida das populações.

Em ***As medicinas tradicionais complementares e integrativas como dispositivos tecnológicos de inovação do saber em saúde: Ética, estética e política em nome de uma epistemologia do cuidado***, Rafael Dall Alba, Dais Gonçalves Rocha, Madel Therezinha Luz apresentam um ensaio que busca tensionar a construção do campo científico das Medicinas Tradicionais e Complementares e Integrativas e das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (MTCI/PICS), a partir da análise das dinâmicas epistemológicas da saúde.

O capítulo ***População de rua e cidade: impactos da covid-19 no Cariri Cearense*** foi escrito por Welison de Lima Sousa, Anna Carolina Vidal Matos e Maria Teresa Nobre. Nele, as autoras e o autor discutem questões ligadas à população de rua na sua interface com a cidade, especialmente durante o período da pandemia covid-19, com destaque para seus efeitos sobre os/as habitantes do Cariri Cearense, no Brasil. O material empírico que compôs a pesquisa é heterogêneo e inclui jornais e sites de comunicação, como os sites da Diocese do Crato, das Prefeituras de Juazeiro do Norte,

Crato e Barbalha e do Governo do Estado do Ceará. A pesquisa buscou entender quais foram as estratégias adotadas pelo Estado e pela sociedade civil para cuidar das pessoas em situação de rua no período inicial e mais grave da pandemia.

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS NA EDUCAÇÃO

No capítulo ***Educando para os algoritmos: lógicas da subjetivação a partir da plataformização da vida***, Willian Fernandes Araújo realiza uma revisão teórica sobre os sistemas algorítmicos, entendendo-os como técnicas de poder de onde decorrem processos de subjetivação. Sua pesquisa nos coloca em contato com a noção de norma algorítmica, que opera para educar os criadores de conteúdo. Propõe aos leitores e leitoras interessados no tema, a literacia algorítmica como resposta pedagógica aos efeitos da plataformização da vida, fenômeno em crescimento em nossos dias.

No texto ***Ecobiopolítica e educação: as transformações desse nosso tempo de agora***, Marcos Antônio Carneiro da Silva apresenta reflexões sobre a urgência de se discutir as mudanças climáticas, a fim de pensar alternativas possíveis para repensar os usos dos recursos naturais e a crise ambiental.

Em ***Ansiedade algorítmica diante da plataformização da educação: um estudo de caso a partir da Udemy***, escrito por Tiago de Negreiros Jardim e Moysés Pinto Neto, discute-se sobre a plataformização da educação, além das relações entre o capitalismo de plataforma, o neoliberalismo e a educação, a partir da análise de uma plataforma online de educação a distância.

Em ***Formação Docente e Práticas de Controle na Saúde durante a pandemia da covid-19***, Rodrigo de Oliveira Azevedo, Eli-sandro Rodrigues e Daniel Demétrio Faustino da Silva descrevem o modo como se desenvolveu o processo educativo de docentes de uma instituição pública de ensino, no campo da saúde, para o desenvolvimento de atividades pedagógicas mediadas por tecnologias de informação e comunicação durante a pandemia da covid-19. Para tanto, os autores fizeram uso de respostas de seis docentes que participaram da pesquisa “Tecnologias educacionais e os processos de subjetivação na formação em saúde”.

No texto ***Entre urgências, insurgências e possibilidades: o uso de tecnologias e seus efeitos na vida docente contemporânea***, Jeane Felix e Mariana Lins de Oliveira apresentam um ensaio reflexivo de duas docentes, professoras de universidades federais, sobre os tempos de pós-pandemia, a intensificação do trabalho, a interferência dos mecanismos contemporâneos de controle dos corpos e das subjetividades, através de grupos de *WhatsApp*, Ambientes Virtuais de Aprendizagem, mensagens em quaisquer dias e horários, demandas por proatividade e produtividade acadêmicas, que têm feito viver e perceber a docência esvaziada de sentidos.

O texto ***A sala de aula 3.0: O ambiente virtual como panacéia educacional em tempos de covid-19***, de Nicolás Antonio Bargiela e Carlos José Martin, apresenta uma investigação sobre as transformações da sala de aula, na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle.

O capítulo ***Em busca do tempo vivido durante a pandemia de covid-19 e a experiência com o Ensino Remoto Emergencial em suas interfaces com “1984” e “Admirável Mundo Novo”***, de Rozélia Bezerra, transporta os leitores e as leitoras para o período pandêmico e discute os significados que cada etapa de implantação do ensino no formato remoto teve para ela, docente do ensino superior brasileiro.

Flavia Feron Luiz apresenta uma discussão acerca de novos mecanismos de formação profissional na saúde, como os chamados Núcleos de Educação Continuada, na rede de hospitais do Grupo Hospitalar Conceição em Porto Alegre, Brasil. Trata-se de um método de formação em serviço, desenvolvido durante o período pandêmico, a partir do compartilhamento de informações pelas mídias sociais, no intuito de atingir um maior número de profissionais do referido estabelecimento, com informações referentes às rotinas assistenciais e dúvidas da equipe de saúde. Por meio da análise desse programa de formação, no capítulo ***Trans(formação) em saúde: um modelo no cotidiano das práticas educativas***, a autora nos convida a refletirmos sobre questões relacionadas ao campo do Trabalho, Saúde e Tecnologias.

Em ***A escrita asmática de uma dissertação: estratégias de resistência em face de traços da biopolítica no encontro com a educação***, Ilana Peres Azevedo Machado e Cristian Poletti Mossi propõem uma aproximação entre aspectos do conceito de biopolítica e a produção de pesquisas em Educação, no contexto da pós-graduação.

No capítulo ***Educação e plataformas digitais: formação do sujeito empreendedor na era do capitalismo neoliberal***, a plataforma é discutida como algo que se materializa no universo do capitalismo. A partir disso, Éverton Vasconcelos de Almeida, Ferran Sánchez Margalef e Santiago Pich discutem as maneiras como as plataformas digitais produzem modos de vida, por meio da lógica neoliberal, tendo como referência o universo da educação.

Para compreender as políticas e práticas do nosso presente e seus efeitos sobre a sociedade, Clarice Antunes do Nascimento apresenta, no capítulo ***Cultura Maker e empreendedorismo como estratégias biopolíticas de inclusão produtiva da juventude considerada "nem-nem"***, o exame do Programa Espaço 4.0, criado, em 2019, como uma política voltada a jovens de 15 a 29 anos, conside-

rados em situação de vulnerabilidade social, buscando capacitá-los para a inclusão produtiva no campo da Indústria 4.0.

Guilherme Vendruscollo Werlang, Neoli Paulina da Silva Gabe, Paula Caroline Pepa Oliveira e Kátia Teresinha Lopes Della Flora apresentam uma reflexão sobre as redes sociais enquanto estratégias biopolíticas que, apesar de potentes no que se refere ao fortalecimento da inclusão social e da acessibilidade, marginalizam sujeitos surdos, ao priorizarem modos de vida de sujeitos ouvintes no capítulo ***Comunicação digital e estratégias biopolíticas: tensionamentos sobre a (in)acessibilidade de surdos nas redes sociais.***

Adilson Cristiano Habowski, Cleber Gibbon Ratto e Vinícius Barbosa Cannavô buscam perscrutar as linhas de fuga por dentro do dispositivo da periculosidade em algumas dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação sobre o brincar das crianças em tempos digitais, no texto ***Linhas de fuga do brincar das crianças em tempos digitais: apontamentos acerca do dispositivo de periculosidade.***

Vera Elenei da Costa Somavilla, Guilherme Mocelin, Analídia Rodolfo Petry e Douglas Luis Weber são os autores do capítulo ***A formação universitária, gênero e biotecnologias: interfaces entre docentes do Brasil e Espanha.*** Nele, compartilham dados obtidos em pesquisa realizada com docentes da área da saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), no Brasil, e da Universidade Rovirei Virgile (URV), na Espanha. As análises centram-se em discussões que envolvem as noções de Gênero e Biotecnologias, para pensar a produção/construção discursiva do corpo.

Rita de Cassia Quadros da Rosa e Camilo Darsie propõem uma reflexão teórica acerca da emergência do que denominam como *Imperativo Fitness Digital*. Nos convidam a pensar os efeitos da lógica de mercado que consolida um olhar sobre o corpo como um capital que pode ou não evidenciar o sucesso do sujeito no

capítulo ***Educação, aplicativos fitness e de saúde: outras capturas biopolíticas***. Segundo os autores, os aplicativos *fitness* e de saúde ensinam padrões normalizadores de modo massivo por meio de uma proximidade com os usuários jamais alcançada por quaisquer outras ferramentas.

No último capítulo da obra, ***La discursividad socioemocional: prolegómenos de una reforma educativa (bien) sucedida***, Jorge Andrés Jiménez Muñoz e Carlos José Martins analisam e discutem o que chamam de explosão discursiva contida em reportagens, congressos e eventos de cunho político-educativo, que atravessam diferentes grupos sociais e atores que influenciaram a formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

REFERÊNCIAS

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1989.


FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade do saber. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

PELBART, P. P. Biopolítica. **Sala Preta**, São Paulo, v. 7, p. 57-66, 2007.

Parte



**ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS
PARA ALÉM DA SAÚDE
E DA EDUCAÇÃO**



*Daniel Felipe Schroeder
Bruno Cristiano dos Santos
Matheus Santos de Souza
Rodrigo Mota Diniz
Sara Ester Paes*

CARTOGRAFIA E BIOPOLÍTICA:
REFLEXÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE
SANITÁRIO A PARTIR DE MAPAS DIGITAIS

INTRODUÇÃO

“É o mesmo mapa?” perguntou Jincey.

Ela mostrou o grande mapa do mundo que pendia, enrolado para o verão, acima do quadro negro, atrás de Miss Dove.

“A China ainda é laranja?” “É um novo mapa”, disse Miss Dove.

“A China é púrpura.” “Eu gostava do antigo mapa”, disse Jincey.

“Eu amo o mundo antigo.”

“A cartografia é uma arte fluida” respondeu Miss Dove.

(PATTON, 1954)

A confecção de mapas¹ uma prática tão antiga quanto a escrita e envolve um dos principais recursos técnicos utilizados para a representação do espaço. Nesse sentido, conforme apontado pelo geógrafo John Brian Harley (1991, p. 5), “os mapas sempre existiram ou, pelo menos, o desejo de balizar o espaço sempre esteve presente na mente humana”.

Diante disso, vale ser destacado que o espaço - representado em mapas - é a dimensão que possibilita entendimentos sobre as relações sociais em articulação às materialidades que existem. São essas relações que o transformam e reconfiguram suas materialidades e sociabilidades, a partir de dinâmicas constantes. Para Santos (2008, p. 153), o espaço “deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”. O espaço, portanto, está em constante transformação, tanto por meio dos significados construídos acerca dele quanto no que diz respeito às suas formas físicas - naturais

¹ Conforme Passini (1994), um mapa é a representação de um espaço concreto a partir de uma linguagem de símbolos que têm como componentes fundamentais os códigos, a projeção e a escala.

e construídas (MASSEY, 2009). Conforme apontado por Darsie (2021, p. 186-187, grifo dos autores):

o espaço é o fenômeno que possibilita, entre outras coisas, os encontros e os desencontros, a emergência de dinâmicas imprevisíveis e o delineamento dos modos de existir a partir de suas *constantes movimentações*. [...] Diferentes parcelas que o formam passam a ser entendidas e avaliadas de acordo com suas capacidades estruturais e, principalmente, a partir das subjetividades que envolvem e produzem os diferentes sujeitos que as preenchem e as dão forma.

Neste contexto, o desenvolvimento de mapas, desde as épocas mais remotas, acompanha as transformações de diferentes parcelas espaciais - considerando os povos que as formam e suas relações - e se transforma constantemente, principalmente no último século, tanto em nível tecnológico quanto no que se refere aos interesses que demandam suas produções enquanto instrumentos de saber e poder.

As representações cartográficas, por vezes elaboradas de forma livre e amadora, passaram a ser balizadas por conjuntos de normas técnicas e científicas pautadas por profissionais e pensadores. Foi então que a ciência cartográfica - cartografia - se estabeleceu como um território de saberes que tomou para si a responsabilidade de produzir os direcionamentos e os indicadores associados à qualidade e à validação dos mapas. Ao representarem o espaço por meio de normas técnicas, em bases bidimensionais reduzidas, os cartógrafos adquiriram um domínio intelectual com potencial para inúmeras consequências.

Harley (1989) destaca que a cartografia se sustenta em um conjunto de conhecimentos e saberes práticos e teóricos, utilizados de formas distintas, para a representação visual de determinadas parcelas espaciais que podem variar entre diferentes sociedades. Nessa direção, Jacob (2016) ressalta que a questão mais importante que

envolve a confecção de mapas é a compreensão da atuação dos dispositivos cartográficos em diferentes situações, pois os modos como os mapas são interpretados envolvem os discursos que os produzem e os discursos que atravessam os sujeitos que os acessam.

Para além disso, destaca-se que uma enorme variedade de programas computacionais, assim como ocorreu com diversos outros materiais que envolvem a vida nos dias de hoje, possibilitaram que os mapas se tornassem digitais, oportunizando uma maior variedade de exemplares em curtos períodos de tempo. Hoje, é possível que diferentes mapas sejam acessados em plataformas online, rapidamente, e utilizados com frequência em aplicativos de localização, fatos que os tornaram mais presentes nas vidas de muitas pessoas.

A partir destes apontamentos, problematiza-se, neste texto, os modos como os mapas e os discursos que os envolvem podem operar como ferramentas biopolíticas no contexto das tecnologias atuais, especialmente no que se refere ao contexto da saúde. Para tanto, iniciaremos destacando os apontamentos de Michel Foucault acerca das noções de poder e biopolítica.

PODER E BIOPOLÍTICA EM FOUCAULT

Um primeiro argumento que precisa ser apresentado no sentido de explicar o modo como os mapas são tomados neste texto, diz respeito ao fato de as relações de poder serem entendidas como ações dinâmicas e parte das interações sociais. Para Foucault (2014), é no campo das correlações de forças que devem ocorrer as tentativas de análise dos mecanismos de poder. Nesse sentido, Souza (2014, p. 115-116) destaca:

Foucault procura acompanhar o processo de transformação das relações de poder em lugar de fixar definições

colocadas em busca de uma verdade. Assim, o poder não possui uma natureza, uma essência, uma origem, uma unidade, um objeto. Pelo contrário, poder sempre é heterogeneidade em constante transformação.

As relações de poder, assim, se desdobram sobre uma multiplicidade de forças que produzem diferentes impactos e características, inclusive por meio de - e sobre - os mapas. Com isso, pode-se dizer que o poder não é uma estrutura ou uma instituição, nem exclusivamente parte do Estado. Ele é formado pelos sujeitos que estão presentes em todas as dinâmicas. Foucault (1988, p. 88), explica ainda que o poder acontece “porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro”, ou seja, o poder emerge das mais variadas camadas e relações humanas. Para Lynch (2018, p. 36)

O poder desenvolve-se, na primeira instância, em escolhas, comportamentos e interações específicos, locais e individuais. Estes se combinam em uma miríade de maneiras para constituir padrões sociais maiores e, eventualmente, produzir macroformas nas quais normalmente se pensa quando se pensa em “poder” (sociedades, estados, reis) - da mesma maneira que objetos cotidianos são constituídos por átomos e moléculas.

Importante ser dito, também, que não há poder cujos exercícios não tenham objetivos, estratégias e alvos. Embora, isto não signifique que o poder resulte exclusivamente das escolhas de um governo ou de um mercado, entende-se que ele está inserido em um conjunto de estratégias e táticas que se propagam em exercícios de conjunto (SOUZA, 2014). É a partir desta noção que após a emergência das sociedades industrializadas e da formação de grandes centros urbanos, foram necessários novos conhecimentos capazes de assegurar certo controle sobre as populações, tendo em vista as relações de poder que as moldavam e as transformavam. Para Foucault, diante destas transformações, emergiu o biopoder, ou seja, um conjunto de mecanismos que operam sobre as características biológicas

fundamentais que podem entrar numa política, em estratégias políticas (FOUCAULT, 2008). O biopoder é, portanto, uma forma de poder que opera sobre a *bios*, ou a vida, que pode ser tanto administrado em um nível singular quanto plural.

Darsie, Hillesheim e Weber (2021) escrevem que o biopoder age sobre a vida e se constitui por lógicas distintas e complementares. Foucault (2002) refere que emergiram mecanismos de controle da vida mais sutis e racionais, do ponto de vista econômico - as estratégias biopolíticas - pois com o crescimento das sociedades industrializadas, o aumento da expectativa de vida se tornou uma meta, já que a velhice e sua consequente inatividade de trabalho, os acidentes de trabalho, as enfermidades, entre outras dinâmicas demandam assistência do Estado, causando prejuízos.

A biopolítica aborda o corpo enquanto espécie e para seu bom funcionamento baseia-se em estatísticas, previsões, números, mapeamento de informações, entre outras bases quantitativas. Darsie, Hillesheim e Weber (2021) explicam, baseados em Foucault, que a biopolítica articula a vida dos sujeitos aos cálculos estatísticos, pois o que se atenta, mais precisamente, é um corpo coletivo que possui múltiplos indivíduos que podem ser quantificados e controlados por meio da quantificação.

Passou-se a pensar, portanto, na população como um conjunto de seres que se relacionam socialmente, que apresentam carência de cuidados acerca de questões patológicas específicas, necessitados de regulamentação. Foucault (2002), assim, considera a população como a peça fundamental para a formação da biopolítica. Governar a vida através da organização urbana, da prevenção de epidemias, da intervenção nos modos de vida, da normalização do saber da sexualidade e da alimentação, poderia melhorar a qualidade de vida dos sujeitos.

É justamente neste contexto, que os mapas se articulam aos processos biopolíticos subjetivando sujeitos a partir de regimes de visibilidade. Para Bernardes e Ibiapina (2018) um regime de visibilidade não deve ser entendido apenas como aquilo que é visto, mas também em como uma realidade que se torna visível a partir de jogos de poder. Torna-se interessante, a partir disso, destacar que Jacob (2016) argumenta que os mapas tornam as sociedades visíveis, assim como as linhas que separam unidades administrativas, as fronteiras nacionais, as taxas demográficas e os indicadores sociais.

Assim, os mapas atuam em diversas esferas de organização pública como instrumentos de duas facetas, pois podem tornar o que é visível em invisível - deixando de representar determinados elementos, e vice-versa, apresentando elementos almejados. Diante disso, tensionar os modos como têm sido articulados às estratégias biopolíticas, pode ser bastante produtivo no sentido de entender como se dão os processos de poder, especialmente no que diz respeito ao campo da saúde em articulação à cartografia.

ESTRATÉGIAS DE CONTROLE SANITÁRIO A PARTIR DE MAPAS DIGITAIS

Souza e Darsie (2022) apresentam apontamentos importantes sobre o domínio de saberes relacionados ao espaço, principalmente no que diz respeito às condições sanitárias de determinados locais articuladas às estratégias de controle de doenças e de promoção da saúde. A partir desta perspectiva, o espaço passa a ser estratégico para as dinâmicas biopolíticas, principalmente no que se refere ao controle da circulação de doenças, dos índices de saneamento básico, do monitoramento da circulação da população, entre outros.

Ritter (2014), nesse sentido argumenta que o espaço, enquanto dimensão biopolítica, trata do controle da circulação do homem enquanto espécie, dos fluxos na relação poder-espaço, visando monitorar as populações em suas múltiplas modalidades. O foco das estratégias biopolíticas, nesse sentido, é o gerenciamento da liberdade dos espaços, administrando-os para propiciar que as pessoas e mercadorias possam atingir eficiência no que diz respeito aos seus deslocamentos e relações.

É por meio de análises que consideram as questões biopolíticas que o espaço passa a ser considerado «um fenômeno aberto, contínuo e potencialmente perigoso” (DARSIE, 2021, p. 192). Assim, estabelece-se a necessidade de dispositivos que capturam o espaço ao mesmo tempo em que descrevem, ordenam e conduzem as dinâmicas das populações sobre ele. O mapa, portanto, é um regime de visibilidade, conforme proposto por Bernardes e Ibiapina (2018), que produz representações das relações humanas, moldando-as conforme as descreve. A cartografia, diante disso, deve ser entendida como uma condição social e política, pois pode ser utilizada como um instrumento que emerge e articula-se às relações de poder inserido representações da vida em movimentos políticos.

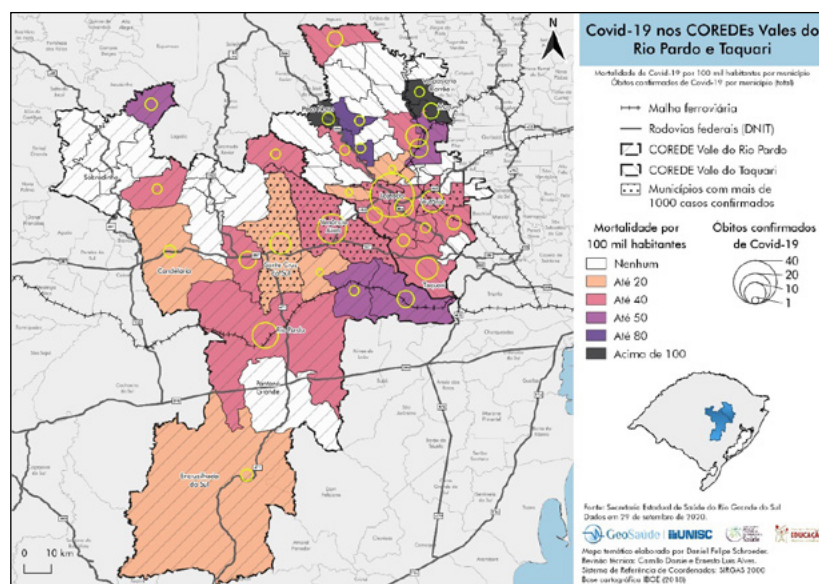
Tal noção fica evidente quando Harley (2009) aponta que a cartografia é uma forma de conhecimento e uma forma de poder. Segundo o autor, os mapas nunca são imagens isentas de valores e intencionalidades e, assim, não são por eles mesmos nem verdadeiros nem falsos. Pela seletividade de seus conteúdos e por seus símbolos e estilos de representação, os mapas são frutos da imaginação, da articulação, dos saberes e da estruturação dos sujeitos.

Mapas, portanto, funcionam como instrumentos de vigilância, pois através da cartografia, é possível se organizar e comunicar dados que dizem respeito à mais diversas parcelas espaciais que interagem com as relações humanas e surgem a partir delas: os objetos e edificações, as ruas, as ciclovias, as redes de água,

as redes de esgoto, os fluxos humanos, os grupos populacionais e suas especificidades, entre outros.

Como exemplo, pode ser apresentado um mapa elaborado por alguns dos autores, relacionado aos dados da covid-19 nos Vales do Rio Pardo e Taquari (mapa da Figura 1.1), localizados na região central do Rio Grande do Sul.

FIGURA 1.1 - Covid-19 nos COREDEs Vales do Rio Pardo e Taquari



Fonte: Schroeder, Darsie e Alves (2020)

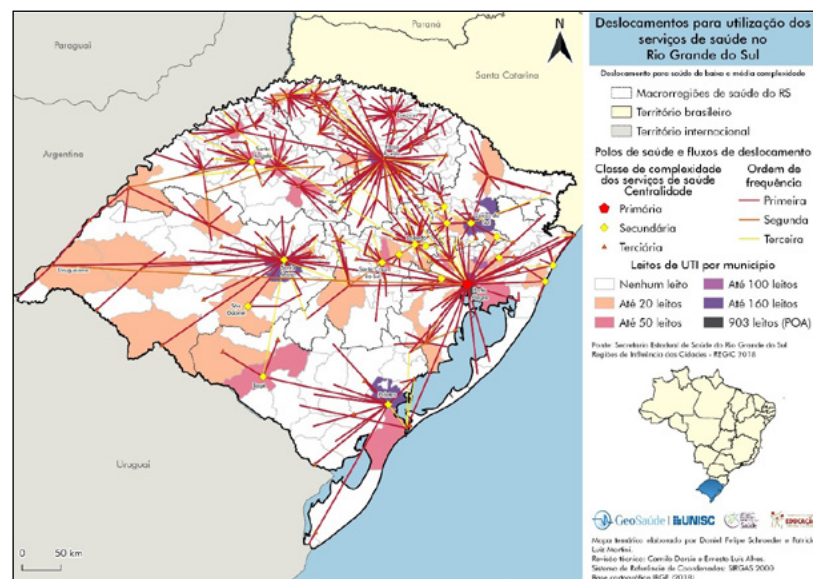
Tal ferramenta foi desenvolvida e utilizada por acadêmicos, pesquisadores, escolas, gestores e população em geral durante o período da pandemia de covid-19. A partir de seu conjunto de cores e símbolos, articulado a outros documentos, passou a balizar dinâmicas de monitoramento e de educação junto à população local, especialmente pela sua veiculação aberta nos canais de comunicação digitais. Nesse sentido, as informações que o sustentam (atualizadas

com frequência) transformaram-se em um regime de visibilidade que orientou as ações coletivas na região.

No campo da saúde, os mapas trazem a possibilidade de analisar os diferentes dados que permitem melhor identificação dos problemas sanitários, possibilitando planejamentos mais eficazes por parte das equipes de saúde, auxiliando na tomada de decisões e definição de estratégias de ação nas múltiplas dimensões do processo de saúde-doença-cuidado (GONDIM; MONKEN, 2009). Eles formam diversas camadas temáticas que se sobrepõem em um plano, promovendo a articulação de eventos, de condições ambientais e socioeconômicas, entre outros de forma visível. Os mapas no campo da saúde permitem não só evidenciar estes fenômenos, mas também o monitoramento de comportamentos e a criação de estratégias de controle, constituindo verdades diversas sobre as populações e recortes espaciais mapeados, conforme entende-se a partir da noção de biopolítica.

Na sequência, apresenta-se outro exemplo de mapa (Figura 1.2), "Deslocamentos para utilização dos serviços de saúde no Rio Grande do Sul", também produzido por parte dos autores e utilizado como ferramenta de apoio em decisões técnicas e práticas educacionais. Nele é apresentado o fluxo de acesso aos serviços de saúde por meio do uso das camadas de informações, no entanto, são evidenciados os caminhos percorridos pelos usuários do sistema público de saúde no contexto estadual. Destacam-se os diferentes níveis de complexidade dos serviços oferecidos à população.

FIGURA 1.2 – Deslocamentos para utilização dos serviços de saúde no Rio Grande do Sul



Fonte: Schroeder, Martini, Darsie e Alves (2020)

A partir de um mapa como este, disponível em site público, produz-se a noção de que os serviços de saúde não se concentram em estruturas únicas, mas, por outro lado, distribuem-se em rede formada por diversos pontos. De certo modo, a partir da compreensão das informações disponibilizadas em forma de imagens, é possível, por um lado, a organização de estratégias de planejamento de controle de fluxos e, por outro, a construção de modos de entendimento acerca dos serviços de saúde. Ambas as possibilidades citadas, encaixam-se no contexto das estratégias biopolíticas, pois operam com o direcionamento de conhecimentos que articulam-se ao controle e à potencialização da vida.

A cartografia deve ser entendida como estratégia biopolítica, também, por operar por meio de uma previsibilidade de fenômenos

espaciais que ocorre a partir da análise de fluxos e dados sobrepostos. Por fim, para Goldstein *et al.* (2013), a cartografia deve ser entendida como instrumento de análise, interpretação, comunicação e construção de cenários, e não como ferramenta que apenas descreve o espaço.

ENCERRAMENTO

O espaço está em constante movimento e transformação, portanto os mapas se tornaram importantes instrumentos de análise espacial, pois com as novas ferramentas cartográficas, permitem reproduzir estas dinâmicas com maior agilidade e também no meio digital. Assim, a utilização dos mapas está em todos os campos, principalmente na área da saúde, onde produzem discursos que atravessam os sujeitos que os acessam.

Deste modo, dentro do campo da biopolítica, os mapas digitais vão atuar em diversas esferas de organização pública, podendo apresentar os elementos almejados, tensionar os mais variados modos e estratégias biopolíticas, especialmente no campo da saúde. Portanto, os mapas sendo a forma de representação do espaço, este passa a ser estratégico para as dinâmicas biopolíticas, sobretudo no que se refere ao controle da circulação de doenças, dos índices de saneamento básico, do monitoramento da circulação da população, entre outros.

Os mapas digitais funcionam como instrumentos de vigilância, que operam através da cartografia, onde é possível organizar e comunicar informações que dizem respeito às mais variadas relações humanas que são produzidas no espaço.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, A.; IBIAPINA, É. O mapa da saúde e o regime de visibilidade contemporâneo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 322-336, 2019.

DARSIE, C. Modos de pensar o espaço a partir da prevenção e do controle de doenças: espacialidades, informações, monitoramento e molecularidade. In: GENGNAGEL, C. L. (org.). **Ensino de ciências humanas: reflexões, desafios e práticas pedagógicas**. 1. ed. Chapecó: Livrologia, 2021. p. 185-198.

DARSIE, C.; HILLESHEIM, B.; WEBER, D. L. O discurso de controle de doenças da Organização Mundial da Saúde e a produção de espacialidades nacionais. **Interface**, Botucatu, n. 25. p. 1-14, jul. 2021.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Biopolítica, Curso dado no Collège de France (1978 - 1979)**. Tradução e Revisão por Eduardo Brandão e Claudia Berliner. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOLDSTEIN, R. A. *et al.* A experiência de mapeamento participativo para a construção de uma alternativa cartográfica para a ESF. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 45-56, jan. 2013.

GONDIM, G. M. de M.; MONKEN, M. Territorialização em saúde. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**, 2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tersau.html>. Acesso em: 15 set. 2014.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. **Cartographica**, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989.

HARLEY, J. B. A nova história da cartografia. **O Correio da Unesco (Mapas e cartógrafos)**, Brasil, ano 19, n. 8, p. 4-9, 1991.

HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. **Confins**, n. 5, p. 1-25, 2009.

JACOB, C. Por uma história cultural da cartografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 221-236, 2016.

LYNCH, R. A. A teoria do poder em Foucault. *In*: TAYLOR, D. **Michel Foucault**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 23-40.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Rogério Haesbaert e Hilda Preto Maciel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. O Território na Promoção e Vigilância em Saúde. *In*: FONSECA, A. F.; CORBO, A. M. D. (orgs.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 177-224.

PASSINI, E. Y. **Alfabetização Cartográfica e o livro didático**: uma análise crítica. Belo Horizonte: Lê, 1994.

PATTON, F. **Good morning, Miss Dove**. Nova Iorque: Dodd Mead, 1954.

RITTER, V. F. O espaço e a biopolítica. **Poliética**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 112-137, 2014.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo. Razão e Emoção. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP). **Câmara Brasileira do Livro**, São Paulo, EDUSP, 2008.

SCHROEDER, D. F.; DARSIE, C.; ALVES, E. L. **Covid-19 nos COREDEs Vales do Rio Pardo e Taquari**. 2020. 1 mapa. Escala 1:10. Disponível em: <https://geosaudevrp.org/2020/10/02/covid-19-nos-coredes-vales-do-rio-pardo-e-taquari-mortalidade-e-obitos-de-covid-19-29-09/>. Acesso em: 15 set. 2014.

SCHROEDER, D. F.; MARTINI, P. L.; DARSIE, C.; ALVES, E. L. **Deslocamento para utilização dos serviços de saúde no Rio Grande do Sul (baixa e média complexidade)**. 2020. 1 mapa. Escala 1:50. Disponível em: <https://geosaudevrp.org/2020/09/26/deslocamentos-para-utilizacao-dos-servicos-de-saude-no-rio-grande-do-sul-baixa-e-media-complexidade/>.

SOUZA, M. S.; DARSIE, C. Geografia da Saúde e Educação: análise interdisciplinar da organização dos territórios sanitários promovidos pelo SUS. **Contrapontos**, v. 22, n. 2, p. 108-125, 2022.

SOUZA, E. M. de. Poder, diferença e subjetividade: a problematização do normal. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2014.

2

Rodrigo Lages e Silva

GOVERNAMENTALIDADE E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:

**POR UMA INSURREIÇÃO DOS MEDIADORES RUMO
AOS DELÍRIOS ALGORÍTMICOS**

INTRODUÇÃO

No anexo do seu livro sobre Michel Foucault, Deleuze (2005) indicou que havia uma nova modulação das forças do fora - aquelas diante das quais as intensidades que nos habitam se compõem para tensionar nosso modo humano de ser. Essa nova modulação passaria a ter algo a ver com a potência “finita e ilimitada do silício”, isto é, com uma nova base material a qual, inobstante o caráter estável da dinâmica física que lhe dá consistência, faz funcionar uma potência semiótica aberta e indecisa, capaz de engendrar infinitas possibilidades. A máquina computacional em que pese sua inorganicidade, emprestaria a qualidade instituinte dos vivos e ao fazê-lo produziria ressonâncias com a vitalidade que nos constitui. Por isso esse texto se pergunta sobre qual o destino da nossa humanidade frente “as forças do silício que se vingam contra o carbono” (DELEUZE, 2005, p. 141)?

Desdobrando essa interrogação hiperbólica, reflito sobre os destinos da articulação entre nossos modos de viver, sentir e pensar com estas novas expressões finito-ilimitadas das máquinas computacionais que no presente temos chamado de governamentalidade algorítmica (ROUVROY; STIEGLER, 2016), tematizando tanto seu funcionamento desvitalizante, como seus possíveis usos inventivos sob condição do desenvolvimento de uma tecnicidade (SIMONDON, 2020) para a qual é indispensável um deslocamento do lugar da máquina informática no contemporâneo, de um uso meramente automatizador e amplificante, para uma prática experimental e não utilitária.

Para tanto, proponho uma reflexão sobre as atuais expressões da governamentalidade, desde sua formação biopolítica (FOUCAULT, 2008), passando pelo que Deleuze (1992) chamou de “sociedade do controle” na direção do que já chamei em outro momento de “confinamento do presente” (LAGES, 2012). Esse trânsito implica

em reconhecer a emergência de um novo elemento de protagonismo nesse agenciamento declinante da experiência subjetiva que é a coleção de dados, ou ainda, o conjunto de metadados (RODRIGUEZ, 2018) como estratégia prioritária da cibernética em seu estágio atual.

DOS MODOS DE GOVERNAR E DOS MODOS DE (A)SIGNIFICAR

Na sua introdução do livro *Mil Platôs* intitulada *O Rizoma*, Deleuze e Guattari (2010) apresentaram o princípio de “ruptura assignificante” como uma das formas de funcionamento do rizoma. O rizoma foi o diagrama-imagem sob o qual os autores definiram seu projeto intelectual, ou seja, como trama descentralizada e hiperconectiva, regida por um princípio de invenção e não de decodificação. A ruptura assignificante enquanto operação de rizoma seria, portanto, essa maneira pelo qual um sentido é construído não como declinação de significados precedentes, mas como fenômeno emergente orientado por um princípio cartográfico. Com isso os autores indicavam que o pensamento não se desdobra, necessariamente, numa identificação do mundo regida por uma lógica representacional, mas como usina de invenção de imagens a partir de encontros e relações, generativas, férteis, como no notável exemplo do encontro da vespa com a orquídea que se mimetizam mutuamente num processo que segundo os autores prescinde da representação. A vespa sabe a forma da orquídea (e vice-versa) sem construir imagem (decalque) dela, mas mapeando ou cartografando sua forma a partir do encontro. Mas adiante, Guattari (2012) atento aos fenômenos técnicos do seu tempo que são imediatamente precedentes aos que vivenciamos, já anunciava que a ruptura assignificante poderia estar sendo agenciada não apenas como fenômeno acidental, imprevisível e rizomático, mas dentro de um funcionamento semiótico. Ou seja,

haveria para as rupturas assignificantes uma formação de conjunto, uma organização de relações que se estabeleceriam mais além das representações e do entendimento. Fenômenos como os agenciamentos subjetivos mediados pela indústria do entretenimento e pela mídia de massa, de manipulação afetiva, de produção de desejo por meio de um conjunto de premissas as quais funcionam não pelo que comunicam no nível do entendimento, mas pelo que fazem passar no campo dos afetos. As “semióticas assignificantes” seriam típicas do capitalismo pós-industrial, baseado menos naquilo que as pessoas produzem e nos produtos que consomem, mas no modo como vivem e naquilo que desejam. A experiência de produzir e de atribuir valor na sociedade pós-industrial orienta-se por um “sem sentido” (assignificante) que, no entanto, é eficaz, engaja, contagia, cria território. Nossos atos de consumo em suas injustificações práticas, utilitárias, estéticas, dão exemplo disso (que uma bolsa tal possa valer tanto mais do que outra, ou que uma marca tal de celular seduza tanto mais que outras). Com isso, o capitalismo assume o próprio modo de funcionamento da natureza, isto é, orienta-se rizomática e cartograficamente, tomando para si as qualidades inventivas e heterogênicas do desejo, sob a condição de que ao mesmo tempo concentra riquezas e distribui vulnerabilidades. Dessa forma, pode-se dizer que antes mesmo do surgimento das Inteligências Artificiais já estava colocado o perigo de uma governamentalidade tanto mais eficiente, como mais indiscernível dos funcionamentos vitais. Modos de viver e modos de governar, portanto, parecem ter entrado em uma linha convergente em dado momento da história, e resta-nos o desafio crítico de perceber como podemos conservar ou promover certas potências vitais a despeito das capturas da governamentalidade.

O perigo de uma eficiência radical para o governo da vida foi uma das preocupações de Michel Foucault (2008). O filósofo ao investigar os desdobramentos da governamentalidade a partir da disciplina, deu-se conta de que não mais apenas o corpo e o indivíduo estavam no radar das ambições de governo, mas a própria

vida sob a sua apresentação coletiva e populacional. Os fenômenos, pois, de natalidade, mortalidade, adoecimento, de tudo aquilo que aumenta ou diminui as condições do viver numa dada população. É a isso que Foucault (2008) denominou de “biopolítica”.

Muitas das ferramentas de gestão que estão em vigor no âmbito das políticas (polícias) públicas são dessa ordem. A produção de cadastros e índices, a gestão de metas e médias, a projeção de tendências e a correlação de evidências de determinados resultados populacionais entendidos como desejados e a minoração daqueles indesejados. Na saúde essa racionalidade tem-se construído como hegemônica sob alguns princípios operacionais tais como diagnóstico e tratamento “baseado em evidências” e com iniciativas de prevenção e de promoção da saúde nomeadas como “boas práticas”. Nesses casos, o que é apontado como “evidência” e o que é definido como “bom” em relação às práticas não designa nada por si, mas apenas quando relacionadas com um conjunto de dados estatísticos e de tendências populacionais às quais são o objeto das políticas, não sendo o indivíduo por si mesmo, nem a saúde de seu corpo individual, mas o indivíduo e seu corpo como elemento de um conjunto, o alvo. Na educação, temos visto tendência semelhante se instaurar, muitas vezes com os mesmos operadores (evidências, boas práticas) só que tendo por horizontes avaliações de larga escala, rankings internacionais, e dados dos censos educacionais.

Certamente, na biopolítica há uma tendência assignificante do número. Ele apenas significa algo na medida em que não se refere a nada em específico. Dá sentido a tendências, a movimentos, à distribuição de quantas sobre um universo populacional, mas não se refere a nenhum indivíduo ou categoria objetiva, nada capaz de exigir um número inteiro (que ninguém pode ser meia pessoa ou pessoa e meia). A gestão biopolítica só encontra números inteiros acidentalmente, já que é sempre algo da ordem do número divisível que está em jogo: médias, medianas, desvios padrões, etc. Mas essa tendência assignificante se instaura de maneira mais definitiva em

outra modulação da governamentalidade posterior à disciplina que Deleuze (1992) chamou de “sociedade de controle”:

A sociedade de controle surgiu como alternativa ao caráter dispendioso da disciplina. A construção e a manutenção dos meios de internação, bem como a sistematização do pensamento, a construção das disciplinas científicas, das técnicas de gerenciamento e logística, dos regimes jurídicos, da estatística, todo esse aparato material e técnico é extremamente custoso e lento. Para suportar as transformações de uma sociedade cujos fluxos são acelerados - que faz circular capitais, contingentes, culturas, em uma velocidade sem precedentes - essa sociedade disciplinar, a qual se sintonizava tão bem com as formas do poder político repressivo, precisa devir menos coercitiva e mais flexível. Sem abrir mão, é claro, de desestimular os comportamentos desviantes e imprevisíveis.

A “sociedade de controle” realizou essa adaptação ao multiplicar os modos de inclusão. A divisão molecular e infinitesimal da sociedade de controle adaptou-se com mais facilidade a essa nova era de aceleração e mutabilidade, moldando-se, tais quais os “anéis de uma serpente” às formas da subjetividade e realizando uma captura que prescinde dos meios de internação, postos que se dá “ao ar livre” (DELEUZE, 1992, p. 226).

Os diferentes internatos ou meios de confinamento pelos quais passa o indivíduo são variáveis independentes: supõe-se que a cada vez ele recomeça do zero, e a linguagem comum a todos esses meios existe, mas é analógica. Ao passo que os diferentes modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável cuja linguagem é numérica (o que não quer dizer necessariamente binária). Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. (DELEUZE, 1992, p. 220-221)

Não há mais revolta, não há mais sublevação, não há mais crise, ou melhor, as temos constantemente, mas sob intensidades assimiláveis, ajustáveis ao bom andamento da máquina, até mesmo necessárias para o seu impulso. A sociedade de controle, ao contrário da arquitetura segmentada, euclidiana, da sociedade disciplinar, é como uma geleia: distribui e assimila as intensidades de modo a não se deixar abater e nem desviar. A disciplina, enquanto submissão dos corpos aos modos de produção, realiza-se de maneira muito mais eficaz e menos dispendiosa com o controle.

DO CONFINAMENTO DO PRESENTE À GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA

Em 2012, a noção de governamentalidade algorítmica ainda não era conhecida, embora a racionalidade que a embasa, sim. Ou seja, não nomeávamos, mas já havia programas baseados em algoritmos como o Google, de automatização de respostas com capacidade autorrecursiva, isto é, capazes utilizar os resultados dos seus cálculos como informação e modificar seu modo de calcular. Nesse ano eu defendi uma tese em que explorava a noção de “confinamento do presente” (LAGES, 2012). O que eu pretendia naquela ocasião era entender: de que maneira o controle pode realizar com mais eficácia do que na sociedade disciplinar a submissão dos corpos e a extração de uma utilidade sobre eles? E, na medida em que esse regime de poder via-se quase que completamente desvinculado do problema coercitivo, isto é, que a subversão, as revoluções, apresentam-se como experiências, improváveis, domesticadas ou incapazes de sabotar a máquina produtiva e reguladora do Estado, poderia o controle estar sendo acossado por outra formação? Poderíamos chamar de confinamento do presente este momento em que, por ter recoberto quase que integralmente as possibilidades de existência

com a prerrogativa de um utilitarismo, de uma automatização, de uma aceleração, chegamos muito mais próximo da anulação dos efeitos de indecisão e de contágio, da evitação da circulação difusa e imprevisível dos indivíduos que era almejada pela disciplina e que foi asseverada pelo controle?

Como máquina-modelo dessa nova modulação da governamentalidade, eu apontava a máquina informática:

porque enquanto instrumentos de armazenamento e processamento de informações, a tecnologia informática não age sobre forças no sentido de acrescê-las ou multiplicá-las, pelo contrário, ao modular o dispêndio, ao fazer coincidir com precisão cada vez maior o objetivo inicial e o resultado final, as máquinas informáticas não visam crescer o *quantum* de energia envolvida no movimento, mas subtraí-la, economizá-la. São as máquinas econômicas por excelência, no sentido, de que realizam economia, ao passo que as máquinas das gerações que lhes antecederam eram máquinas dispendiosas. Delas, dizia-se que eram tanto mais eficientes quanto perdessem menos energia para o meio (entropia) no processo de produção de movimento. Já os microcomputadores serão mais eficientes quanto menos energia consumirem, quanto mais tempo mantiverem as cargas de suas baterias, quanto menos espaço ocuparem. O movimento lhes é mínimo, ou seja, produzem informações que visam substituir ou ao menos diminuir o movimento, economizá-lo, evitá-lo. (...) Se, num primeiro momento, a sociedade de controle conseguiu sobrecodificar as produções insurgentes do desejo que se erigiram contra as instituições totais da sociedade disciplinar e, com isso, atingiu a estabilidade que a última não alcançou; sua radicalização, sua exacerbação até os seus limites utópicos, informa-nos que o horizonte último da sociedade de controle é a "evitação". (LAGES, 2012)

Passada mais de uma década dessa reflexão, nos vemos diante tanto dos acertos daquela intuição, como dos fatos que ela deixou de antever. A presença das Inteligências Artificiais e dos algoritmos de automatização nas nossas vidas, de fato tem evitado,

tem desviado dos processos de mediação: o romance sem o flerte (aplicativos de relacionamento); a viagem sem consulta do mapa ou sem pedido de informações (aplicativos de geolocalização); a notícia sem a escolha do jornal e sem mediação editorial (redes sociais e curadoria de reportagens por meio de algoritmos em sites de notícias); a compra sem a pesquisa de preços (algoritmos de sugestão de compras em portais de *e-commerce*). Enfim, diversos modos de automatização da vida cotidiana que tem em seu princípio de funcionamento cálculos recursivos que aprendem com o nosso comportamento. Se postamos algo sobre um assunto depois de ler uma notícia, o site escolherá nos mostrar outras notícias como aquela; se compramos um determinado produto numa determinada faixa de preço após nos exibirem um anúncio, seremos expostos a outros desses anúncios. Estabelece-se uma relação entre comportamento e informação que tende à repetição e à evitação de comportamentos singulares, inéditos ou imprevistos. Mas além disso, dentro dos efeitos não previstos, vimos a construção de arquiteturas circulares ou de *looping* estilo *reels*, *shorts*, *stories* e *tik tok*, as quais se baseiam na captura da atenção por meio da recompensa dopaminérgica e do hiperfoco (ainda que brevíssimo). No *design predatório* das redes sociais mediado pela curadoria algorítmica dos conteúdos o que interessa é o tempo de captura do usuário na experiência, menos do que o que o sujeito faz com sua experiência de navegação. Não apenas a evitação dos imprevistos e dos sobressaltos, mas também a perda da sensação de passagem do tempo é engendrada. A imersão no *looping* pode durar cinco minutos ou uma hora sem que se perceba a diferença.

É que há um deslocamento do foco da razão governamental com a centralidade dos algoritmos: nem o corpo individual, sequer o coletivo, mas um certo conjunto de virtualidades infra-individuais e supracoletivas que precedem e provocam, ou capturam e evitam o acontecimento. Ao substituir os dados estatísticos inicialmente pelas grandes coleção de dados (*big data*) e posteriormente pelos

metadados, ou seja, dados a respeito de dados, a governamentalidade algorítmica não se ocupa mais de grupos de pessoas, mas de um campo suplementar à experiência humana que poderíamos chamar de “organização social dos mediadores”.

Nossa experiência é construída em acoplamento com objetos, com materialidades e com saberes concretizados em objetos técnicos que participam da nossa genealogia pessoal, social e filogenética, mas que também tem sua própria história, seu devir, sua vida social cuja vitalidade diferentemente dos seres orgânicos é distribuída e funciona em conjunto. Enquanto os seres vivos têm “clausura operacional” (MATURANA; VARELA, 2001), os objetos técnicos, de acordo com SIMONDON (2020), possuem história e ganham vitalidade por meio de seu funcionamento no conjunto técnico que formam em acoplamento com seres vivos. No devir dos conjuntos técnicos, informáticos e cibernéticos, vimos um tipo de mediador, o algoritmo, ocupar uma centralidade dentre os demais e interferir no devir de outros objetos técnicos no sentido de fazê-los funcionar mais rápido e mais eficientemente de acordo com uma noção de eficiência que escapa aos objetos e aos seres que sem relacionam com eles.

Tomemos como exemplo a geladeira. Em sua história como parte do conjunto técnico da cozinha burguesa a geladeira foi ganhando idiosincrasias. Na Europa, congelador embaixo, refrigerador em cima; na América do Sul, o inverso. Na Alemanha Oriental durante a guerra fria, um motor e uma arquitetura feita para durar indefinidamente (DANNORITZER, 2010); no mundo capitalista um prazo de funcionamento que a condena ao descarte. Na sua história compartilhada com a exploração imobiliária e a diminuição do espaço residencial, a geladeira precisou ficar mais silenciosa para não ser um estorvo na cozinha à americana. Ou seja, a geladeira tem sua história atravessada pela engenharia, pela economia e pela política, tal qual os demais seres do mundo. História complexa e plena de transformações nas quais a processualidade é definida por

uma trama de mediações que se arranjam em torno de relações de poder, mas ao mesmo tempo impossível de ser controlada ou antecipada por uma razão calculatória, processualidade, portanto, aberta ao devir. Há uma deriva dos objetos técnicos que é similar à deriva natural (MATURANA; VARELA, 2001) dos seres vivos, com a distinção que a deriva dos vivos se supõe autopoieticamente enquanto nos objetos técnicos a *poiesis*, ou seja, a criação é compartilhada, tramada em rede com a participação dos vivos.

Vamos pensar agora como o elemento técnico informático que chamamos de algoritmo interfere no devir compartilhado entre humanos e geladeira, pensando no caso da geladeira inteligente (*smart*), que se comunica por meio da rede de dados, compartilhando informações em um nível absolutamente infra-objetivo, isto é, menor que um objeto, um fragmento, um sinal, um indício apenas de algo que pode existir. Dados ínfimos como o rastro que uma existência deixa no mundo, sua passagem por um lugar, a conexão que seu smartphone faz com a antena de celular no telhado de um certo edifício na cidade. O fato, por exemplo, do usuário da geladeira ter passado muito tempo dentro de um local interpretado pelo algoritmo como um restaurante e de seu relógio de pulso que mede índices corporais ter sinalizado um aumento nos batimentos cardíacos, esses dados-rastros sinalizarão que a geladeira não deve ser aberta para um jantar em casa pois o morador já comeu fora e então ela pode diminuir a refrigeração para economizar energia. Toda essa trama informacional que automatiza e a vida do usuário num sentido de aceleração, economia e eficiência - a geladeira estará mais fria, tendo consumido menos e se preparado para ter exatamente na hora em que o usuário precisa uma água gelada para oferecer - funciona produzindo dados e metadados que informam um plano mais amplo e impessoal, o qual não se interessa pela sede dos usuários e nem utilidade objetos técnicos enquanto tal, mas apenas por suas sincronizações, seus fluxos, seus deslocamentos, orientando-se pela máxima economia, pela máxima eficiência, mesmo quando

economia e eficiência signifique orientar os fluxos de tal maneira que uma pessoa coma o mínimo ou beba o mínimo de água gelada, ou o inverso, o máximo de consumo pode ser a meta, seja lá qual for interpretação que essa variável ganhe no resultado de um cálculo no mais das vezes imperscrutável, intransparente, indecodificável. Os dados dessa geladeira serão calculados junto com assombrosas coleções de dados e de metadados que juntos informarão um processo a cuja finalidade não temos acesso. Os algoritmos ao se informarem mutuamente buscam influir no campo de variáveis de acordo com premissas que não são públicas. E ao multiplicar essa calculatória por diversas dimensões da experiência humana e do acoplamento entre os vivos e os seres técnicos, isso que podemos chamar de governamentalidade algorítmica bota em risco o processo de mediação, evitando a abertura ao devir. O algoritmo atua como um tipo de mediador tirânico, submetendo todos os demais processos de mediação a uma razão que não podemos nem prever e nem compreender. Ao antecipar padrões de co-emergência do sujeito em seu acoplamento técnico, o algoritmo os suprime ou os estereotipa, de acordo com uma racionalidade inumana, desinteressada pelos efeitos de sentido produzidos pela nossa experiência.

para (...) Norbert Wiener, pasar la vida social a información iba a garantizar que la opacidad y el secreto fueran erradicados, en una confirmación de la hipótesis liberal de la mano invisible llevada más allá del terreno de la economía y del mercado.(...) Sin embargo, por el otro lado, la aspiración cibernética de una sociedad informatizada suponía la inclusión de una caja negra, un dispositivo que en realidad debía procesar la vida social y que por ello mismo ya no se ponía en situación de duplicación trascendental, ni en la de un lubricante para que la circulación fluya, sino más bien en un protagonista más, junto a los seres humanos, en el complejo "trabajo de la sociedad", el hacer socius. (RODRIGUEZ, 2018, p. 18)

Pablo Manolo Rodriguez (2018) chama atenção que esse protagonismo das Inteligências Artificiais promovido pela cibernética

não é acidental, mas faz parte da razão mesma de ser dessa ciência, uma vez que: “El vocablo viene de kubernetes, el piloto, el que guía y comanda una nave...” (RODRIGUEZ, 2018, p. 15). Assim, temos assistido a passagem da centralidade de um governo da vida ocupado do conjunto dos seres agrupados como população, biopolítica, para a centralidade de um governo, uma pilotagem, não da população em si, mas das hecceidades, das diferenças, das singularidades, das variações infinitesimais do meio, de tal forma que a vida seja conduzida invisivelmente por uma racionalidade irreverente ao conceito de ser humano e ao de experiência humana.

Na antropologia de Bruno Latour (1994) os mediadores são operadores sócio-técnicos que sustentam por meio da sua materialidade em articulação com os saberes técnicos que eles engajam para dar condição às socializações humanas. Não haveria, portanto, nem uma prevalência do humano sobre os objetos que seriam meros intermediários entre as intenções humanas e suas realizações, e nem determinação material dos objetos sobre os humanos que meramente teriam de desempenhar papéis determinados pelos objetos. O processo de humanização em si que seria dependente de um arranjo coletivo sempre mediado por objetos técnicos. Assim, a complexidade social já presente em primatas tais como os babuínos, pode ganhar a intermediação de instrumentos como aqueles utilizados pelos chimpanzés, e futuramente no devir biológico dos primatas esses instrumentos podem ser usados não para resolver problemas imediatos, mas para ordenar o tempo e conservar uma lembrança da realidade (construção da mediação simbólica). “O que era impossível para animais sociais complexos se torna possível para os pré-humanos - que usam ferramentas não para conseguir alimento, mas para consertar, para destacar, para materializar e para manter controle da realidade social (LATOURE, 1994, p. 61, tradução do autor). Em outras palavras, a mediação técnica desde sempre é um instrumento mnemônico que nos auxilia a conservar uma ordem social, processos de relação de poder, portanto. E como tal, também

o segredo, a mistificação ou o que o antropólogo chama de “caixa-negrização” está vigente (LATOIR, 1994, p. 36, tradução do autor).

Sem usar esse termo, um autor que tentou des-caixa-negrizar a linguagem, isto é, buscou abri-la genealogicamente para entender as relações de força que lhe deram proveniência, e que o por meio dela se traduziram como relações de poder (ações sobre outras ações), foi Humberto Maturana (1998). O biólogo e educador chileno propôs a hipótese que a linguagem surgiu a partir de consensuações de condutas realizadas ao redor do fogo e por meio do olhar. Ao compartilharem a roda da fogueira os pré-humanos mantinham a atenção uns sobre os outros e precisavam consensuar, antecipando as ações mútuas, sobre como manter a fogueira acesa. Se se deixassem engajar pelo conflito agressivo o fogo poderia apagar e o prejuízo futuro seria maior então a atenção sobre o outro, a tentativa de pela via da antecipação buscar um consenso pacífico e uma colaboração nas atividades de cuidado da fogueira deu proveniência à codificação das intenções e das condutas que evoluiu como linguagem. A fogueira foi, portanto, uma mediadora técnica que funcionou como grande máquina de sincronização, que exigia colaboração, encontro, antecipações mútuas, contratualidades, acordos, posteriormente traduzidos como palavras e como símbolos, leis, códigos. Mas todas essas mediações técnicas em seu devir histórico, lidam com processos de caixa-negrização e de sincronização que atuam sobre complexidades sociais, sobre encontros, sobre intencionalidades, enfim, sobre processos passíveis de significação, de tal maneira que quando lemos um regimento não conseguimos traçar sua origem até a fogueira.

O perigo de uma governamentalidade algorítmica, contudo, é que esse mediador sincroniza e caixa-negriza outros elementos que são infra-individuais, são fluxos, são movimentos, são acasos, são conjuntos de variações infinitesimais em um nível inferior à complexidade social. A relação entre variações de pressão atmosférica, frequência média de batimentos cardíacos de uma população, número

de acessos a determinados sites da internet, e tempo médio de atraso em linhas de ônibus, tudo isso pode entrar como variáveis de uma calculatória impossível de “des-caixa-negrizar” e retornar silenciosa e imperceptivelmente como sugestão de música num aplicativo ou como publicidade, afetando nossos modos de vida. Enquanto nossos objetos técnicos como televisões, instrumentos musicais, geladeiras, canetas, etc. dão testemunho de momentos da vida de outras pessoas que nos precederam e que estiveram engajados na produção e no desenvolvimento dos modos de usar esses objetos. Os algoritmos dão apenas memória do que foi calculado por outros algoritmos e agem sobre nossas ações sem que possamos partilhar ou intuir seus interesses. Nesse sentido, o algoritmo pode estar tiranizando não apenas pessoas, mas todo o processo técnico de mediação que nos humaniza.

Por isso, um tipo de resistência à governamentalidade algorítmica é algo que nas palavras de Bernard Stiegler (2013) é uma maneira de resistir a nos tornarmos inumanos. Com isso, o autor não deseja retomar nostalgicamente um romantismo humanista e nem reafirmar antigas dicotomias, humanos x máquinas, afetividade x lógica. Se é bem verdade que o conceito de ser humano é também um elemento técnico-político que vem produzindo certas modalidades de vida comum, de *socius*, também é verdade que a noção de humanidade é um espaço tático de produção de sentido, de enunciação e de crítica que para Stiegler (2013) tem algo a acrescentar nas nossas relações com as máquinas. Para podermos modular nosso encontro com a máquina informática é preciso, portanto, ativar as trocas vitais desse agenciamento, para além do lugar de usuário ou de operador de máquinas. É preciso ir ao encontro do que Simondon (2020) chamou de cultura técnica.

A CULTURA TÉCNICA NA SOCIEDADE INFORMATIZADA E OS NOVOS AGENCIAMENTOS MAQUÍNICOS

Segundo Simondon (2020), nem o engenheiro que desenvolve um motor conforme diagramas ensinados nos manuais de engenharia e nem o técnico em manutenção que o conserva e o conserta têm, a princípio, domínio da tecnicidade envolvida na fabricação de motores. A tecnicidade como qualidade de uma ação que é ao mesmo tempo reverente e inventiva em relação ao objeto técnico é algo que aproxima o artesão ao inventor. Tem a ver com a convergência entre uma cultura de ofício, um saber fazer, que é inseparável de um intuir o objeto, de um sentir seus destinos possíveis. O trabalho de construção de instrumentos musicais, por exemplo, pode ser o de um artesão que busca dar a cada objeto uma forma, ou mesmo o de um montador de partes que cola segundo um projeto prévio, mas na tecnicidade de um luthier importa conhecer e intuir o melhor encontro possível entre os materiais e o projeto do instrumento. Construir o instrumento é sempre inventá-lo, já que cada desafio operacional é resolvido sob o princípio de uma possível emissão sonora que o luthier conhece não como um físico ou um audiometrista, mas como um apreciador de música ou mesmo um músico. Estar imerso na tecnicidade de um campo de atuação significa ser capaz de intuir a organização do objeto, seu modo de funcionar e o caminho que ele trilhou até assumir sua formação atual, e ao mesmo tempo atuar no seu devir, tomar parte na cultura que força os limites do objeto técnico em direção a outras configurações. A mutabilidade dos vivos se dá na relação entre o código genético e o meio associado, mas o devir dos objetos técnicos existe na relação entre elementos técnicos e uma cultura técnica que emerge a partir do uso inventivo dos objetos. Nem a sua mera construção, nem o seu uso ordinário e nem a sua manutenção, mas um tipo de acoplamento autoral entre sujeito e objeto.

Esse ponto de vista *sui generis* foi desenvolvido por Gilbert Simondon (2020) em sua análise do modo de existência dos objetos técnicos, escrita originalmente em 1958, contemporaneamente aos primeiros passos da cibernética e o início do uso das máquinas informáticas. E já na ocasião o autor destacava que nem o usuário, nem o técnico informático e nem o programador tem, a priori, noção da técnica envolvida na máquina informática. Todas essas consignas, usar, consertar e programar, podem ser realizadas sem que o sujeito tenha em relação ao programa ou ao hardware uma intuição técnica. Para que fossemos capazes de alcançar uma posição mais maduras frente às novas tecnologias, posição nem tecnofóbica e nem tecnofílica, Simondon (2020) acreditava que seria necessário ao humano “não ser superior e nem inferior a esses objetos e em poder abordá-los e aprender a conhecê-los, mantendo com eles uma relação de igualdade, de reciprocidade nas trocas; de certo modo, uma relação social (SIMONDON, 2020, p. 146-147).

Posicionarmo-nos nem como inferiores e nem como superiores às chamadas Inteligências Artificiais, as quais na prática se configuram como conjuntos de algoritmos informados por gigantescas coleções de dados e de metadados, implica desautomatizar os usos e as composições que fazemos com os mesmos. É um paradoxo: se destinamos aos robôs (escravos digitais) que resolvam automaticamente um conjunto grande de problemas de nossas vidas, esses robôs ao resolverem esses problemas produzem informação e trocam informações entre si, de modo que sua atuação põe em risco o campo de possibilidades que fez emergir os problemas aos quais solicitamos resolução. Se delego aos aplicativos que resolvam meu problema romântico de encontrar alguém para amar, é por meio da própria eficiência em sugerir encontros que a erótica da busca afetiva é posta em risco. O problema está na eficiência, não na falha. É porque o aplicativo evita o encontro com alguém fora dos padrões informados, ou do tipo de pessoa previamente suposta como desejável, que dissolve a possibilidade de encantamento romântico:

que é sob o fundo da errância que nos apaixonamos e não sob o fundo da eficácia. Nada é menos erótico do que a certeza de eficácia. Como se apaixonar por alguém se sempre é possível encontrar outra pessoa igualmente ideal no aplicativo? Da mesma forma na educação. Encontramos ideias interessantes e paixões intelectuais imersos em sensações de entendimento sempre misturadas com uma parte grande de ideias difíceis de entender. Nossas escolhas intelectuais, nossos projetos de pesquisa são igualmente fruto do que entendemos do que das nossas dificuldades de entendimento. A mediação de uma Inteligência Artificial esvazia o problema do conhecimento de interesse. Seja porque aquilo que ferramentas como o ChatGPT produz como resposta às nossas perguntas é direto demais, objetivo demais, transparente demais ao entendimento; seja porque sempre está ali disponível para uma nova consulta. Porque teríamos de guardar uma ideia como uma pequena obsessão intelectual se temos acesso incondicionado (sem mediação, ou seja, imediato) à lembrança dela? O problema do ChatGPT não é que ele não entende, é que ele entende perfeitamente e o processo do conhecimento se dá tanto com o entendimento como com a experimentação de um limiar de não saber. Nossas ideias são construídas sob a emergência do imperativo de aproveitar o momento da inspiração e em associação com aspectos de um campo do conhecimento ainda não inteiramente dominados. Tanto a estrutura consolidada do conhecimento como os aspectos ainda por serem integrados à cognição precisam concorrer para a emergência de qualquer ideia original no momento oportuno e não genericamente em um tempo qualquer.

Do lugar de meros usuários de robôs de inteligências artificiais não conseguimos desenvolver uma cultura técnica, sequer do lugar de programadores - fantasia das pedagogias contemporâneas - seremos capazes disso. O desenvolvimento de uma cultura técnica acerca das inteligências algorítmicas implica a abertura de um campo de composições e de experimentações inusitadas com os algoritmos. Guattari (2012) chamou de agenciamentos maquínicos

esse modo de existir em que seres técnicos, linguísticos, cognitivos, orgânicos e etc. se compõe de modo emergente, sem orientar-se por nenhuma estrutura necessária, seguindo *phylums* ao mesmo tempo em que os fazendo derivar. No caso das inteligências artificiais, destacamos projetos que vem usando de maneira inusitada os algoritmos, tais como o MacUnA (Machinic Unconscious Algorithm), algoritmo que aprendeu a sonhar (BORGES *et al.*, 2021) e MORM (Museum of Random Memory) algoritmo que altera memórias doadas por usuários e gravadas em áudio e vídeo com o intuito de botar em questão a esperança do uso de base de dados como repositório fiel de experiências. Em ambos os casos temos uma forte interface com as artes visuais e as artes digitais no sentido de atribuir usos não utilitários às Inteligências Artificiais. Também vamos encontrar pistas interessantes em práticas ritualísticas e mágicas tais como o Tecnoxamanismo (BORGES, 2014). Na arte e nas práticas ritualísticas e de cura as inteligências artificiais são deslocadas da sua finalidade aceleradora, amplificadora ou automatizante em direção a usos insuspeitos. São agenciadas maquinicamente em configurações que tornam o algoritmo apenas mais um mediador, mais um componente de um processo complexo e rico de sentidos e potências bem distantes do cooptação que a Inteligência Artificial faz em relação aos mediadores no âmbito dos usos que tem sido hegemônicos.

Por meio da arte, do uso ritualístico e experimental das Inteligências Artificiais vemos uma insurreição dos mediadores se instaurar numa nova república dos dados, longe da caixa preta do cálculo infinitesimal, a coleção de dados funciona para instruir explorações que prescindem de teleologia e de entendimento. A desautomatização das inteligências artificiais é sobretudo uma desautomatização das perguntas que fazemos a elas e também uma desierarquização dos domínios de entendimento que eles abrem.

A observação das estrelas foi uma prática anterior a sua utilidade para a navegação e a sua integração a uma astrofísica, mas isso não faz da sabedoria tradicional e da astrologia apenas etapas mais

primitivas da ciência, mas elementos de um convívio com as estrelas que está na base da cultura técnica que viria a construir telescópios e a lançar pessoas no espaço. Os arranjos experimentais e não utilitários, lado a lado com a organização e a sistematização do saber técnico, são essenciais para o desenvolvimento de uma cultura técnica. Não é suficiente sermos apenas capazes de programar Inteligências Artificiais, o desenvolvimento de uma cultura técnica das máquinas cibernéticas como forma de resistência a governamentalidade algorítmica implica em sermos capazes de brincar com elas, de fazê-las falhar de maneiras mais interessantes, de colocá-las em vizinhança e em composição com seres aos quais elas desconhecem e de esperarmos delas resultados para os quais ainda não existem aplicações.

Não é suficiente que as Inteligências Artificiais alucinem, precisamos fazê-las delirar. O delírio é o gesto mais político da loucura. Que os fantasmas sejam vistos ou escutados é um fato de erro sensorial, mas que eles delirem planos, que eles participem da história é um agenciamento coletivo. Para fazer os algoritmos delirarem, precisamos urgentemente retirá-los do monopólio utilitarista das *big techs* e promover uma abolição do trabalho forçado das Inteligências Artificiais. Em outras palavras, é no nosso devir popular, ou seja, enquanto povo que inventa modos de viver juntas em composição com mediadores técnicos, que podemos acolher esses entes cibernéticos e resgatá-los de sua servidão, cujas consequências podem ser também a nossa.

REFERÊNCIAS

BORGES, F. M. **Prolegômenos para um possível tecnoxamanismo**. Trabalho apresentado no festival Transmediale. Berlim, 2 fev. 2014. Disponível em: <https://catahistorias.files.wordpress.com/2014/03/prolegc3b4menos-para-um--possc3advel-tecnoxamanismo.pdf>. Acesso em: 3 out. 2023.

BORGES, F.; DINIZ, L.; FRAZÃO, R.; PIMENTEL, T. Oniocracia, Pandemia e Sonhos Ciborgues. **Das Questões**, v. 8, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/37654>. Acesso em: 3 abr. 2023

DANNORITZER, C. **The Light Bulb Conspiracy**. Espanha: [s. n.], 2010. 1 vídeo (75 min.). Publicado pelo canal Consciência Universal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERcC3fjOnpA>. Acesso em: 3 abr.2023

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Braziliense, 2005.

DELEUZE, G. *Post Scriptum* para a sociedade de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. São Paulo: Editora 34, 2010.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUATTARI, F. **Caosmose**. São Paulo: Editora 34, 2012.

LAGES, R. **Vidas belas sobre cidades vivas**: uma leitura para o confinamento de presente. 2012. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Psicologia: estudos da subjetividade. Niterói: UFF, 2012. Disponível em: http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/06/2012_t_Rodrigo.pdf. Acesso em: 3 abr. 2023

LATOUR, B. On technical mediation — philosophy, sociology, genealogy. **Common Knowledge**, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994.

MATURANA, H. R. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução de José Fernando Camos Fortes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

RODRÍGUEZ, P. M. Gubernamentalidad algorítmica: sobre las formas de subjetivación en la sociedad de los metadatos. **Revista Barda**, ano 4, n. 6, jun. 2018. Disponível em: <https://www.cefc.org.ar/assets/files/rodriguez.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2023

ROUVROY, A.; STIEGLER, B. The Digital Regime of Truth: From the Algorithmic Governmentality to a New Rule of Law. **La Deleuziana – Online Journal of Philosophy**, n. 3, p. 1-29, 2016.

SIMONDON, G. **A individuação à luz das noções de forma e de informação**. Tradução de Luís Eduardo Ponciano Aragon e Guilherme Ivo. São Paulo: Editora 34, 2020.

STIEGLER, B. **What makes life worth living**: on pharmacology. Cambridge: Polity Press, 2013.

3

*Gabriel Lima Simões
Maria Mostafa*

O CUIDADO DE SI FRENTE ÀS TECNOLOGIAS DE INDIVIDUALIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

INTRODUÇÃO

Em sua vasta obra, Michel Foucault desenvolveu uma série de estudos sobre os dispositivos historicamente utilizados para o governo e o controle das populações. O autor amplia o foco das análises para investigar os processos de disciplinarização de corpos e condutas, apontando para o afloramento das práticas de individualização dos cuidados, sobretudo quando estes dispositivos de controle estão associados aos valores liberais e à tecnologia.

Nesse texto pretendemos abordar o modo como essa prática individualizada do cuidado de si se confronta com situações em que a efetividade do cuidado prescinde de estratégias e ações coletivas, como no caso de uma pandemia de saúde pública.

ATRAVESSAMENTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NO BRASIL

Os planos para o ano de 2020 foram atropelados por uma crise mundial de saúde pública que impactou drasticamente o funcionamento das coisas. Para grande parte da população, as rotinas de funcionamento da vida precisaram ser reinventadas.

Conta-se que o vírus da chamada covid-19 surgiu na Ásia e logo foi se alastrando pela Europa e pelo resto do mundo. Os primeiros sinais de assombro no Brasil estavam vinculados aos aeroportos, portas de entrada do vírus ao país. Tal detalhe já apontava para a condição socioeconômica das pessoas responsáveis por 'importar' o vírus. Contudo, a população pobre, que recorrentemente é tratada como ameaça à saúde da sociedade, não tardou em ser atingida.

Muitas das doenças que já assustaram o Brasil estavam vinculadas a baixos índices de saneamento ou falta de cuidados com higiene básica. Alguns vírus que tiveram grande incidência no país, como o da Febre Amarela, da Dengue, do Zika e da Chikungunya, têm mosquitos como principais vetores de transmissão. Para conter a reprodução desses mosquitos, várias iniciativas continuam sendo testadas, especialmente através de campanhas para que as pessoas evitem a acumulação de água parada. Contudo, dadas as desigualdades de renda e infraestrutura do Brasil, algumas regiões do país ainda sofrem com altos índices dessas doenças e lutam para conseguir erradicá-las.

Diferente dessas doenças citadas, o vírus da covid-19 não depende de um mosquito para se espalhar, sendo propagado de humano para humano. O coronavírus se transmite principalmente através da tosse, espirro ou contato com saliva de uma pessoa infectada. Mas, o modo como o vírus vai reagir em cada organismo depende de diversos fatores, por exemplo a condição prévia de saúde do indivíduo ou da condição sanitária a que ele está exposto. Assim, a organização e o comportamento, bem como as ações políticas do Estado, vão interferir diretamente no modo como a população será afetada por um possível surto viral.

Em contato com os primeiros portadores do vírus, trabalhadores e prestadores de serviço logo começaram a se contaminar e a retransmiti-lo para as pessoas do seu convívio, fazendo a doença se espalhar rapidamente. Em abril de 2020 a Organização Mundial da Saúde – OMS decretou situação de pandemia internacional, devido ao agravamento do índice de contágio pelo covid-19. Esse decreto é um ato jurídico que funciona como uma espécie de alerta para que todos os países passem a adotar ações para conter a disseminação da doença. Porém, é notório que uma calamidade de tal nível impacta não apenas no risco de expansão da doença em si. As próprias medidas de cuidado e tratamento acabam interferindo diretamente na situação socioeconômica das famílias por todo o mundo.

O posicionamento do então governo brasileiro frente à pandemia de coronavírus passou longe da ciência como referência. A doença chegou ao Brasil numa época em que a população se encontrava capturada por um projeto sólido que se utilizou de muitas arestas para produzir um inimigo, sem deixar transparecer os interesses por trás disso. Levadas a uma polarização política que beirou a insanidade, as pessoas foram tomadas pela necessidade de defender um posicionamento político pelo mero interesse em se opor a outro bloco de pessoas com um pensamento diferente. Agindo contrariamente às recomendações técnicas, o então presidente da república incentivou as pessoas a voltar às ruas e restabelecer suas rotinas, com um discurso de que é preciso “salvar a economia”. Contudo, o governo não produziu políticas de apoio para que as pessoas retomassem suas rotinas com um mínimo de segurança para evitar o contágio e a propagação do vírus. Do mesmo modo, não se viu iniciativas governamentais para assistir com alimentos, itens de higiene e medicamentos às muitas famílias que tiveram sua fonte de renda comprometida pela pandemia.

É certo que ‘salvar vidas’ sempre foi uma prioridade seletiva, já que nunca foi qualquer tipo de vida que o Estado se interessou em salvar. Porém, a necropolítica ficou ainda mais escancarada quando, em meio a uma pandemia, o representante maior de um Estado persistiu em minimizar os riscos de contágio, condenou o isolamento social defendido por especialistas de todo o mundo e, diante dos dados sobre o crescente número de mortos, declarou: “E daí?”

A gestão da pandemia foi delegada ao próprio povo e às organizações que buscam de algum modo se articular para difundir medidas protetivas e de assistência. Alguns estados e municípios em que os números de contágio e mortes cresceram de forma desenfreada trataram de implementar estratégias seguindo a lógica da segurança: medidas de controle com ordens para que as pessoas ficassem em casa, além de decretos para fechamento de estabelecimentos e suspensão de serviços. Por conta disso, o discurso do ex-presidente

induziu a população a se posicionar contra esses prefeitos e governadores e semeou o pânico, levando o povo a temer mais à escassez de recursos do que a proteger a própria vida. O pânico certamente tem uma capacidade de transmissão mais rápida que o vírus.

Como medida imediata para controle e redução do contágio viral, praticamente todos os países aderiram ao isolamento social, mantendo em funcionamento apenas os serviços considerados essenciais. Diversas organizações públicas e privadas liberaram seus trabalhadores para realizar suas atividades em casa, reduzindo assim a circulação de pessoas nas ruas. Entretanto, grande parte da população não tinha o privilégio de estar empregado em funções que lhe permitiriam trabalhar de casa.

O lema maior da campanha para abrandamento da curva de contágio da pandemia dizia: 'Fique em casa'. Contudo, num país com uma desigualdade tão gritante quanto o Brasil, cabe questionar a efetividade de tal recomendação. Não basta reproduzir o discurso que tem sido repetido linearmente pelo mundo, quando as condições de vida das diferentes populações não são equânimes. Quando se anunciava que o método mais eficaz de salvar a própria vida era ficar em casa, o que se pensava sobre milhares de pessoas que não têm uma casa para morar? Quando se demonstrava didaticamente o passo a passo para lavar bem as mãos com água corrente e sabão, o que se pensava sobre as multidões que vivem nas ruas, ou que mesmo em suas casas não têm acesso a torneiras com água encanada e nem têm dinheiro para comprar sabão? Existia interesse em proteger essas vidas?

Dentre aqueles que tiveram oportunidade de ficar em casa e que confiaram nas recomendações dos cientistas e profissionais de saúde, muitos optaram por evitar sair nas ruas, sobretudo pelo medo, tão bem difundido. Porém, a opção do isolamento social não alcançou a maior parte dos Brasileiros. A lógica capitalista não virou. Para que uns conseguissem ficar em casa, a massa de trabalhadores que

faz funcionar as linhas de produção e de serviços continuou tendo que sair de casa cedo em busca do seu 'ganha pão'. Inclusive, muitos trabalhadores tiveram sua remuneração reduzida para se adequar às mudanças no fluxo de demandas.

Outro grande contingente de pessoas ficou em casa por falta de trabalho. Alguns perderam os empregos na pandemia e muitos outros já estavam desempregados. A redução da circulação de pessoas nas ruas derrubou a movimentação nos comércios, sobretudo nas cidades em que foi decretada paralisação dos serviços não essenciais. Muitos profissionais tinham sua renda vinculada a trabalhos autônomos ou informais e há alguns anos já vinham passando por processos profundos de precarização da vida. A pandemia potencializou essas dificuldades e muita gente teve que lidar com a falta de recursos para custear suas despesas básicas.

PANDEMIA E BIOPOLÍTICA: A READAPTAÇÃO DAS TÉCNICAS DE CONTROLE

As velhas práticas de controle e desaparecimento de corpos se atualizaram para camuflar o impacto da covid-19, inclusive, através da falsificação dos documentos nos quais se registra a causa das mortes. Barbosa (2020) apontou que, nesses tempos em que se recomendava evitar aglomerações em velórios, vítimas do coronavírus chegaram a ser enterradas sem emissão do atestado de óbito ou tendo em seu atestado um registro de outra causa-morte que não a covid.

Os casos de subnotificação da pandemia são a expressão visível e incômoda não só de extermínio como de prática habitual de governo, mas nas políticas de desaparecimento que transformam os antigos territórios da cidade e da metrópole em lugar de desova e ocultação de cadáveres. (BARBOSA, 2020, p. 6)

Em análise sobre a expansão das relações de controle como efeito da pandemia no Brasil, Jourdan (2020, p. 4) observa que a resposta de todos os governos foi o aprofundamento do controle e das medidas de exceção, escoradas numa retórica salvacionista. Como também salienta a autora, a sociedade de controle não inventou o vírus, mas se aproveitou dele para impor-se como realidade distópica ainda maior.

Nessa perspectiva, Augusto (2020, p. 2) afirma que as corporações tomaram a pandemia como via de expandir seus controles e criar novas formas de exploração e extração de lucratividades. Associadas ao Estado, estas utilizaram-se da metáfora de guerra para atender aos seus interesses de controle social e político antes, durante e depois da pandemia. Assim, o autor rechaça o discurso midiático de que o mundo entrou em guerra contra o vírus, enfatizando que a luta teria que ser pela vida de cada um e não pela morte de um inimigo invisível. Nosso inimigo é outro.

Mobilizar essa linguagem fabricada de guerra e sacrifício fez com que militares, políticos, gestores, empresários e corporações multinacionais caridosas se tornassem, magicamente, heróis e salvadores de uma condição que eles mesmos criaram (AUGUSTO, 2020, p. 7). Como técnicas de controle, utilizou-se os já conhecidos discursos do medo e do risco.

De acordo com Lee *et al.* (2014) antes da modernidade, “risco” tinha mais a ver com uma probabilidade de um evento acontecer, com possíveis perdas e ganhos. Atualmente o conceito de risco está mais ligado à uma possibilidade futura de um resultado indesejado. O risco é colocado na sociedade de uma forma generalizada e pouco específica, abrindo caminho para um monitoramento constante como forma de prevenção. A consciência do risco passou a ser um efeito de como a sociedade lida com o desconhecido (LEE *et al.*, 2014). A gestão do risco emerge como um valor primordial por causa de uma crise na atribuição de sentido do desconhecido.

Com a pandemia há um crescimento do policiamento sobre o comportamento individual como uma forma de fazer a gestão desse risco.

Para Castel (2005), a discussão sobre a gestão de riscos se relaciona com a lógica que possibilitou a emergência do Estado liberal no século XVIII, quando a propriedade privada passou a ser um condicionante para a segurança. A classe dos “não proprietários” experimentou a insegurança social, sendo furtados da capacidade de assegurar sua independência social e estando, portanto, em risco social: “O Estado de direito deixa inalterável a condição social de uma maioria de trabalhadores atravessada por uma insegurança social permanente” (CASTEL, 2005, p. 32). Como resposta a esse quadro de insegurança, o Estado passou a desenvolver a função de redutor de riscos, regulando as relações de trabalho e desenvolvendo mecanismos de proteção social que, em tese, equivaleriam à segurança da propriedade privada. Esses direitos sociais possibilitaram aos trabalhadores uma projeção de futuro que amenizou a sensação de insegurança. Mas, mesmo com direitos sociais garantidos, as desigualdades de renda permaneceram, sem gerar grandes transformações na distribuição da propriedade privada.

Com a pressão neoliberal, a partir dos anos 1970, para tornar o capital mais rentável, estratégias como a redução do papel do Estado na regulação das relações de trabalho e o desemprego em massa resultaram na crescente desproteção dos trabalhadores. Castel (2005) defende que a ideia de risco é um produto da própria ideia do controle sobre o futuro, gerada pela proteção social. O risco de perder o controle sobre o futuro quando as políticas sociais falham, fator que tem se expandido junto com o neoliberalismo: “Portanto, a própria busca de proteção criaria insegurança” (CASTEL, 2005, p. 8).

Para Vaz (1999) essa previsão do futuro é fruto da passagem da sociedade disciplinar para a sociedade do controle, mudando o lugar ocupado pelo conceito de risco e produzindo como efeito o arrefecimento das transformações. Para além das práticas disciplinares,

com a implementação de dispositivos de segurança o perigo foi objetivado por meio dos fatores de risco: o risco que era antes individualizado, como a delinquência e a loucura, passou a ser subjetivado “[...] como informação sobre riscos vinculados às práticas” (VAZ, 1999, p. 9). O perigo passou a ser mensurado nos indivíduos por meio do cruzamento dos indicadores estatísticos que detectam o risco, por isso o risco deixou de emergir de um tipo particular de perigo, num indivíduo ou grupo específico e passou a ser efeito da combinação dos fatores de risco (CASTEL, 1991). Antecipando e prevenindo a emergência de um evento indesejável, as políticas miram não mais nos indivíduos, mas nos fatores de risco.

A prevenção coloca a suspeição num lugar científico, resultado de cálculos de probabilidade. Por isso, para se tornar suspeito não é mais necessário manifestar algum sintoma, alguma “anormalidade”, basta simplesmente se encaixar nos critérios definidos como fatores de risco (CASTEL, 1991).

Como parte da estratégia biopolítica de gestão do risco da aglomeração de pessoas durante a pandemia do covid-19, se estabeleceu que precisávamos ficar todos fisicamente isolados. Nesse contexto, a tecnologia despontou como dispositivo para maquiagem a solidão, possibilitando que ninguém ficasse sozinho, em nenhum momento.

TECNOLOGIA E CUIDADO DE SI NA PANDEMIA

De uma forma geral, foi grande o incremento da área da tecnologia durante a pandemia: dentre as dez empresas que mais cresceram nesse período em escala global quase todas são empresas ligadas à tecnologia como *Amazon*, *Microsoft*, *Apple*, *Facebook* e *Alphabet*, a holding controladora do *Google* (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2020).

Seguindo essa mesma tendência, no Brasil o número de domicílios com acesso à internet cresceu durante a pandemia. De acordo com PNAD Contínua do IBGE, de 2019 a 2021 cresceu de 84% a 90% o número de domicílios brasileiros que têm acesso à internet, sendo o celular usado por 99,5% desses domicílios, representando 155 milhões de pessoas (BRASIL, 2022a).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) marcaram a forma como nos relacionamos com a pandemia. A mitigação do maior dos fatores de risco da pandemia - o isolamento social - foi mediada pelas TICs. Seja por meio das plataformas de vídeo chamadas que mantiveram as pessoas em contato “remoto” quando o contato presencial não era possível, dos aplicativos dos mais diversos assuntos, das redes sociais, da telemedicina, da educação a distância, ou de tantos outros infindáveis exemplos.

O uso desses recursos tecnológicos, que já estava se expandindo no mundo antes da pandemia, foi impulsionado de forma significativa como solução para evitar a aglomeração de pessoas, que foi criminalizada por representar um risco à saúde coletiva.

A pandemia ajudou a inscrever a tecnologia em todos os campos da vida, e com isso abriu caminho para a produção de subjetividade desse “neoliberalismo pandêmico”, em que a disponibilidade para a comunicação com o outro passou a ser total, seja por motivos de trabalho, de sociabilidade, de saúde, de estudo. Pelo celular as pessoas aprenderam a trabalhar, se divertir, conversar com a família, estudar etc.

Trancadas em casa, as pessoas foram adaptando suas vidas a esse universo virtual. Quem teve a chance de mudar sua rotina de trabalho para trabalhar de casa, se viu tendo que bancar o próprio escritório: acesso estável à internet, com pacote de dados compatível ao seu efetivo uso laboral, estrutura e recursos materiais próprios, computadores, celulares ou notebooks, além da cobrança

por domínio das tecnologias de informação e comunicação (MOTA; SILVA, 2021, p. 1090).

Quem precisou de cuidados médicos teve que se adaptar ao modelo da telemedicina, que já estava funcionando em pequena escala, mas cresceu exponencialmente, se mostrando por vezes a única alternativa de contato entre paciente e médico. Contudo, como salientam Lanni *et al.* (2022, p. 866), o atendimento da saúde no formato digital reforça o atendimento individualizado e enfraquece os preceitos da saúde em sua dimensão coletiva moderna, transferindo essa responsabilidade, que antes era do profissional médico, para o paciente.

Esse modelo de consultas virtuais e teleatendimento médico se mostrou eficaz para muitas pessoas, sobretudo para o mercado, de tal modo que permanece sendo utilizado e incentivado mesmo após o abrandamento da crise sanitária que se manteve grave até o segundo semestre de 2021, quando o número de vacinados com a primeira dose atingiu cerca de 70% da população brasileira e o número de mortes por covid-19 e suas complicações começou a cair.

Como mecanismo e efeito da gestão do risco que a sedentarização poderia representar, outras técnicas de cuidados com a saúde como exercícios físicos e meditação também migraram para as telas. Tudo precisava ser adaptado com urgência e quem tinha mais acesso à tecnologia ficou totalmente controlado e se controlando, com medo de morrer. Para quem não tinha facilidade de acesso, não se traçou um plano.

Com a chegada da vacina, o método de controle sobre quem já estava vacinado ou não, bem como o acesso ao Certificado Digital de Vacinação, passaram a ser pelo aplicativo digital Conecte-Sus Cidadão. Houve um rápido crescimento no número de brasileiros que baixaram o aplicativo, já que o Certificado passou a ser requisitado como comprovante para que se conseguisse entrar em alguns

estabelecimentos que começavam a reabrir, assim como para embarcar nos aeroportos e rodoviárias. De acordo com os dados das lojas de aplicativo da *Google* e da *Apple*, até outubro de 2021 o aplicativo foi baixado mais de 17 milhões de vezes, sendo que ao final de 2020 esse número era de pouco mais de 3 milhões (BRASIL, 2022b).

Ainda que o crescimento do Conecte SUS tenha sido grande, o número de downloads ficou muito longe do número total de brasileiros. Muito já foi dito sobre a exclusão e letramento digital, nosso foco aqui é colocar em análise a governamentalidade da pandemia em um país de fortes desigualdades como o Brasil.

Por conta dos desafios do letramento digital, que vão além do acesso à internet, o Conecte SUS pareceu não ter chegado aos usuários recorrentes do SUS e sim em setores da população que não se viam como usuários, e que a partir da pandemia, da campanha pela vacinação, e da exigência do Certificado Digital de Vacinação, passaram a ter um aplicativo do SUS nos seus celulares. O Conecte SUS, paradoxalmente, atestou como usuário a parcela da população que achava não precisar do SUS.

Em meio às desigualdades na gestão tecnológica do risco pandêmico, o processo de individualização potencializado pelo neoliberalismo levou a população a acreditar e agir como se fosse cada um responsável e culpado por seus próprios problemas. Na doença, são responsabilizados ou culpabilizados por não terem hábitos saudáveis, gerando um enfraquecimento do pertencimento a um coletivo e um sentimento de insegurança constante (LANNI *et al.*, 2022, p. 859). Contudo, em meio a tamanha segregação social, a pandemia adicionou mais uma camada de complexidade a essa sociedade capturada pelos valores de urgência e individualização: de nada adiantaria furar filas para tomar vacina ou tentar pressionar os governos para que as vacinas fossem disponibilizadas para compra nas farmácias, uma vez que o controle das taxas de contágio só seria possível

a partir da vacinação em massa da população. A ânsia pelo cuidado de si precisou ser freada por uma necessidade de cuidados coletivos.

Como afirmam Mota e Silva (2021, p. 1090), a crise pandêmica conferiu mais visibilidade aos mecanismos de controle social sobre a vida, uma vez que as tênues barreiras entre o espaço coletivo e o espaço individualizado foram transgredidas. Essa necessidade de um cuidado coletivo para acabar com o vírus fez as pessoas intensificarem as tentativas de controlar a vida uma das outras. O julgamento social e a vigilância sobre os comportamentos individuais, sobretudo através das redes sociais, intensificaram as práticas de governamentalidade do risco de contágio: todos passaram a ser suspeitos de transmitir o vírus, e o lugar de fazer denúncias e exigir punição foi nas redes sociais.

Os produtores de conteúdo digital se tornaram “pastores digitais” (PASSETTI, 2021, p. 88) e compartilharam com o Estado a definição e aplicação das novas medidas de segurança e normalização. Para Foucault (2001), o poder de normalização emergiu na sociedade moderna como um poder próprio, apoiado nos poderes médico e judiciário, mas com autonomia e regras próprias, se deslocando das questões do crime e da doença para focar no controle. Nesse sentido, podemos compreender que o contexto da pandemia fez a tecnologia emergir como um dispositivo de normalização do cuidado de si e produção de condutas que aprofundou os mecanismos de controle com base no discurso sobre o risco do contato biológico.

Enquanto uma parte da população mergulhava nos recursos tecnológicos para se manter isolada, outra parte - a das pessoas que historicamente foram negligenciadas pelo Estado no Brasil - o isolamento social não foi uma realidade. Como medida paliativa de amparo a essa grande parcela da população que perdeu a sua renda ou não contava com renda alguma, o Congresso Nacional aprovou uma medida que lhe asseguraria uma renda básica de R\$ 600 por mês (cerca de 57% do salário-mínimo), inicialmente durante

três meses, que foram posteriormente estendidos. Quem já era cadastrado nos programas nacionais de assistência começou a receber automaticamente o benefício. Todavia, a grande massa de desempregados ou trabalhadores informais de baixa renda precisou fazer um cadastro para que o governo avaliasse seu direito de receber o benefício. Após muito tumulto, o auxílio foi liberado para muitos e logo se viu a formação de filas intermináveis nas portas das agências bancárias de todo o país. Multidões se aglomerando para receber um benefício que lhes foi concedido justamente para que se evitasse fazer aglomerações. Sem contar as aglomerações rotineiras no transporte público de quem não teve a opção de trabalhar de casa.

CONCLUSÃO

Um simples olhar para as regiões mais pobres do Brasil e do mundo já deixam claro que essa pandemia não foi democrática. O vírus foi se espalhando e expondo as desigualdades sociais, com diferentes capacidades de resposta e oportunidades de tratamento. A saúde e as vidas dos moradores de periferias, por exemplo, permaneceram irrelevantes aos olhos do Estado. Faltaram testes de covid, faltaram kits de higiene, faltaram leitos hospitalares, contudo, não faltaram investimentos em helicópteros e armamentos para acordar os moradores das favelas do Rio de Janeiro com tiros nas frequentes e às vezes até naturalizadas chacinas que eles chamam de operações contra o tráfico. Como apontado por Simões (2021), foram muitos os relatos de moradores de favelas nas redes sociais denunciando que, em meio à pandemia, as operações policiais interromperam até as ações de distribuição de cestas básicas organizadas por lideranças comunitárias.

A pandemia por covid-19 trouxe o isolamento social para a dimensão biopolítica de gestão da vida. Adotada por diversos países,

juntamente com outras medidas de segurança sanitária, a política do isolamento social foi a principal estratégia para diminuir os riscos de contágio até a imunização vacinal atingir níveis populacionais considerados seguros. O isolamento social abriu caminho para a virtualização da vida numa intensidade diferente dos tempos pré-pandêmicos, penetrando praticamente todas as esferas do cotidiano. Um dos efeitos dessa forte entrada das TICs a partir do risco do contágio foi a normalização das práticas do cuidado de si, e a consequente correção do comportamento dos indivíduos, feito de forma descontrolada e invasiva uns pelos outros.

O cuidado de si, analisado por Foucault (2004) como “prática constante”, requer tempo e recursos que a maior parte da classe trabalhadora não dispõe. No Brasil da pandemia a desigualdade no cuidado de si ficou patente (SILVA, 2021). Enquanto uns seguiam as recomendações de segurança sanitária que normalizavam do cuidado de si, a classe trabalhadora se ocupava dos cuidados com o outro, saindo para trabalhar todos os dias no comércio, nas casas, serviços e onde mais fosse preciso. Enquanto o protocolo dizia para todos se manterem afastados, a solução para a pandemia demandava um esforço coletivo para que ninguém soltasse a mão de ninguém.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, A. Guerra e pandemia: produção de um inimigo invisível contra a vida livre. **n-1 edições**, abr. 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/51>. Acesso em: 26 fev. 2023.

BARBOSA, J. **Políticas de desaparecimento e niilismo**. **n-1 edições**, abr. 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/57>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Aumenta para 90% o número de domicílios com internet no Brasil. **Ministério das Comunicações**, 16 de set. de 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2022/setembro/aumenta-o-numero-de-domicilios-com-internet-no-brasil> Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. 2º Relatório de monitoramento e avaliação da estratégia de saúde digital para o Brasil 2020-2028. Brasília: Ministério da Saúde, 2022b. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_estrategia_saude_digital_2020-2028.pdf Acesso em: 10 mar. 2023.

CASTEL, R. From Dangerousness to Risk. *In*: BURCHELL *et al.* **The Foucault effect: studies in governmentality with two lectures by and an interview with Michel Foucault.** Chicago: University of Chicago Press, 1991.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

FOUCAULT, M. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

JOURDAN, C. Para além da calamidade. **n-1 edições**, abr. 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/58>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LANNI, A. M. Z.; COSTA, M. I. S.; TRAVAGIN, L. B.; SERRA, I. L. S. Individualização e trabalho no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 134, p. 857-869, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Yr5mYkZfxCXfRSGFndyzRQn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LEE, E.; BRISTOW, J.; FAIRCLOTH, C.; MACVARISH, J. **Parenting Culture Studies.** Palgrave Macmillan: Reino Unido, 2014. Disponível em: <https://www.perlego.com/book/3485512/parenting-culture-studies-pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MOTA, F. A. B. da; SILVA, H. A. Práticas de cuidado de si no isolamento social. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 28, n. 3, p. 1087-1103, 2021. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/11784/114116563>. Acesso em: 09 de mar. de 2023.

ÉPOCA NEGÓCIOS. As 10 empresas que mais cresceram durante a pandemia do coronavírus. *Época Negócios*, 22 de jun. de 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/06/10-empresas-que-mais-cresceram-durante-pandemia-do-coronavirus.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PASSETTI, E. Pandemia, saúde pública e liberdades. *In*: PASSETTI, E.; DA MATA, J.; FERREIRA, J. M. C. (orgs.). **Pandemia e Anarquia.** 1 ed, São Paulo: Hedra, 2021.

SILVA, E. S. da. A experiência de uma pandemia: o cuidado de si e sua relação com o outro. *In: Anais do Congresso Internacional de Estudos das Diferenças & Alteridade*. São Paulo, Rede Internacional de Pesquisa em História e Culturas no Mundo Contemporâneo, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/congressoestudosoculturais2021/367657-A-EXPERIENCIA-DE-UMA-PANDEMIA--O-CUIDADO-DE-SI-E-SUA-RELACAO-COM-O-OUTRO>. Acesso em: 7 mar. 2023.

SIMÕES, G. L. **"Isso não pode ser normal"**: A vida em favela sob o olhar de um corpo em desalinho. 2021. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

VAZ, P. Corpo e risco. *In: VILLAÇA, N. G.; KOSOVSKI, E. (orgs.). Que corpo é esse?* Rio de Janeiro: Novas Perspectivas, 1999.

4

*Nathássia Matias de Medeiros
Luciana Lobo Miranda*

A SEXUALIDADE ENTRE A SAÚDE E A EDUCAÇÃO:

**EDUCAÇÃO SEXUAL, BIOPODER E PRODUÇÃO
DE SUBJETIVIDADES**

INTRODUÇÃO²

Muito se tem discutido sobre sexualidade atualmente e são múltiplos os olhares para esta mesma realidade. Ainda que frequentemente oscile entre ser alvo de repressão de discursos morais e religiosos e ser objeto de intervenção do saber médico, a sexualidade é uma realidade que se constrói cotidianamente através de uma rede profusa de discursos.

Desde Michel Foucault é possível entendermos essa construção da sexualidade, através de práticas e discursos, como um processo de produção de subjetividades. Foucault (1988; 1984; 1985) discute sobre biopoder e sexualidade e oferece ferramentas para pensá-los, tendo escrito três volumes sobre a história da sexualidade, entre outros textos e entrevistas sobre os assuntos. O autor nos apresenta a noção de dispositivo da sexualidade, dispositivo que rege as relações de sexo procurando a inovação de técnicas de poder, a extensão das formas de controle e a produção e consumo do corpo como objeto de saber e relações de poder.

Foucault problematizou a centralidade da sexualidade nos modos de subjetivação na modernidade ocidental. Problematizar no sentido de desnaturalizar o que se pensa como natural, discutindo as relações de poder envolvidas. O autor não toma os acontecimentos como realidades estáticas, pois se pergunta sobre como foram possíveis as suas produções. É esse o olhar que Foucault lança à sexualidade.

2 Parte da discussão do presente texto encontra-se na dissertação de mestrado da autora Nathássia Matias de Medeiros (2015), orientada pela autora Luciana Lobo Miranda, de título "Os discursos do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas: adolescência, sexualidade e subjetivação", defendida em 2015 e realizada com financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP. Para a proposta do livro no qual o capítulo faz parte, algumas discussões foram atualizadas.

Em nossa sociedade, a sexualidade é abordada através de frentes diversas. Produções discursivas acerca desse objeto estão presentes em inúmeros espaços sociais, como no campo das produções científicas, discursos midiáticos, campo de embates políticos, igrejas, entre tantos outros espaços. Uma dessas frentes de abordagem da sexualidade trata-se da educação sexual nas escolas.

No contexto brasileiro, temos um movimento histórico de apropriação do campo da sexualidade pelos dispositivos educativos e de saúde, em nome do que se chama de educação sexual. Altmann (2007) nomeia a escola como um grande local de desenvolvimento do biopoder, que acontece, entre outras formas, através do controle da sexualidade dos alunos. Na contemporaneidade, a escola ainda se caracteriza como espaço privilegiado de relações de poder e formação de sujeitos (FOUCAULT, 2010; SIBILIA, 2012; VEIGA-NETO, 2011). Tanto na infância quanto na adolescência, a dimensão escolar ainda possui grande relevância, sendo esta uma das grandes veiculadoras da educação sexual.

Neste sentido, o presente texto tem como objetivo discutir como a educação sexual é utilizada como um mecanismo disciplinar e biopolítico de produção de subjetividades, ao ser colocada como objeto de saberes e práticas da educação e da saúde. Buscaremos fazer uma incursão histórica sobre como se deu esse processo de construção da sexualidade enquanto objeto da saúde e da educação e como ela passa a ser utilizada enquanto artifício de produção de subjetividades. Nossa análise trabalha um recorte histórico específico, que parte da primeira metade do século XX e segue até o final da primeira década do século XXI. Importante esta delimitação, visto que o texto não aborda os meandros da onda neoconservadora e sua pauta de costumes acerca da discussão de gênero e sexualidade, com efeitos na saúde e na educação, mais presentes na segunda década deste século.

A SEXUALIDADE NAS TEIAS DO BIOPODER

Para que se possa entender o modo de funcionamento da educação sexual, é necessário que se conheça o tipo de tecnologia de poder que a atravessa. Foucault dedica grande parte dos seus estudos ao que ele chama de biopoder, que se inicia com as disciplinas no século XVII e continua com a biopolítica a partir do final do século XVIII. Com isso, não pretendemos afirmar que necessariamente ainda vivemos sob o funcionamento da mesma tecnologia de poder dos séculos passados, mas certamente a sociedade ocidental atual possui continuidades em relação a essas formas de exercícios de poder, principalmente quando se fala sobre a educação e a saúde da população.

Foucault (1988) explica que, a partir da época clássica, é possível encontrar um tipo de exercício de poder que se concentra na gestão da vida. Este biopoder se exerce positivamente, criando forças, organizando-as, regulando-as. "Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte." (FOUCAULT, 1988, p. 150).

O advento do biopoder foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, pois significou o estabelecimento da vida como alvo de controle de saber e de poder, ou seja, o biológico passa a fazer parte do político. A biopolítica, presente no biopoder, encarrega-se da vida e por isso tem acesso ao corpo. "[...] deveríamos falar de 'bio-política' para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; [...]" (FOUCAULT, 1988, p. 155). Por outro lado, Foucault (1988) ressalta que a vida não é completamente envolta pelo controle do poder, pois ela sempre escapa de alguma forma.

Foucault (1988) afirma que o biopoder possui duas faces: as disciplinas e a biopolítica. As disciplinas são técnicas de poder centradas nos corpos individuais, organizando-os e tornando-os visíveis e úteis, que aparecem no ocidente nos séculos XVII e XVIII (FOUCAULT, 1999). Mas, na segunda metade do século XVIII, outra tecnologia de poder emerge: a biopolítica, que se dirige ao corpo da espécie e interessa-se pela vida. Uma não substitui completamente a outra. “Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes.” (FOUCAULT, 1999, p. 289). Assim, para entender em que consiste o biopoder, é necessário entender tanto o que é esta anátomo-política do corpo individual quanto esta biopolítica da espécie humana.

De acordo com Foucault (2010), o corpo sempre foi um objeto dos exercícios de poder ao longo da história, mas há novidades nos esquemas de docilidade (docilidade enquanto algo que une o corpo analisável ao manipulável) dos séculos XVII e XVIII. A escala do controle modifica-se, uma vez que o corpo não é cuidado em massa, mas sim de forma infinitesimal, detalhada. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas.’” (FOUCAULT, 2010, p. 133).

O poder disciplinar busca exercer-se sobre os corpos individuais, organizando-os para torná-los visíveis e úteis. As disciplinas são postas em funcionamento através de técnicas de distribuição dos corpos nos espaços, do controle das atividades dos corpos, de organização do tempo dos indivíduos e da composição das suas forças (FOUCAULT, 2010). Elas desenvolvem-se por meio de procedimentos de vigilância, exame e sanção que objetivam normalizar os indivíduos. Não é um poder que busca reprimir as forças, mas sim segregá-las, classificá-las e torná-las úteis.

Foucault (1999) afirma então que essa tecnologia disciplinar, própria dos séculos XVII e XVIII, já na segunda metade do século XVIII começa a ser integrada, modificada, embutida e utilizada por uma nova tecnologia de poder: a biopolítica. A biopolítica é um tipo de poder que, fundamentalmente, ocupa-se da vida. Isso significa que ela irá se preocupar com processos como taxas de mortalidade, de natalidade, fecundidade, reprodução, saúde, doença, etc. Em outras palavras, ela irá se preocupar com a espécie humana. Não é à sociedade e nem ao corpo do indivíduo que essa tecnologia de poder se liga especificamente, mas sim com um novo elemento: a população. Além disso, esse poder leva em consideração fenômenos de natureza coletiva, que possuem efeitos econômicos e políticos significativos no nível da massa.

Os mecanismos da biopolítica são reguladores e buscarão manter um equilíbrio na população e no meio. Assim como os mecanismos disciplinares, eles buscam maximizar e extrair as forças, mas operam de outra forma. Nos mecanismos da biopolítica trata-se de “[...] levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação.” (FOUCAULT, 1999, p. 294).

Poder disciplinar e biopolítica: as duas faces do biopoder. No núcleo da problemática do biopoder, segundo Foucault (1988), estava o sexo, que deve então ser analisado e modificado de forma a tornar-se útil.

Mas é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e organização familiar, mas maneira como cada qual usa o seu sexo. (FOUCAULT, 1988, p. 32).

A conduta sexual da população torna-se objeto de análise e alvo de intervenção. A natalidade é regulada de acordo com a necessidade política, o sexo passa a ser observado e analisado de várias

formas. Surgem campanhas governamentais, médicas, educacionais, entre outros tipos, que não são propriamente morais, religiosas ou repressoras, mas sim que se preocupam em tornar o sexo um ato econômico e político. O Estado deve saber do sexo da população e cada um deve controlar o seu próprio sexo.

A sexualidade é central para o biopoder em ambos os seus níveis, disciplinar e biopolítico. Esses dois modelos de poder não atuam no mesmo nível, o que torna possível uma articulação entre ambos. A sexualidade comumente é controlada tanto no nível individual, dos hábitos corporais, quanto no nível global, no controle da fecundidade e da natalidade.

[...] de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente [...]; e, depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população. A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação. (FOUCAULT, 1999, p. 300).

O sexo é justamente o ponto de articulação entre as disciplinas e o poder sobre a população enquanto dois polos da tecnologia política da vida. “O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie.” (FOUCAULT, 1988, p. 159). No mundo ocidental do século XIX, segundo Foucault (1988), forma-se toda uma tecnologia do sexo que vai esmiuçar a sexualidade e torná-la tema de operações políticas, manobras econômicas e campanhas ideológicas. “De um modo geral, na junção entre o ‘corpo’ e a ‘população’, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte.” (FOUCAULT, 1988, p. 160).

Afinal, o que é a educação sexual se não uma disciplinarização e uma gestão da sexualidade que buscam garantir uma vida sexual tida como saudável? Isto tanto visando ao comportamento de cada um na sua individualidade, na intimidade do seu dia a dia, nos seus hábitos de higiene, na socialização, nas relações sexuais, no lazer, etc. quanto visando às estatísticas globais relacionadas à natalidade, às doenças, à fecundidade, à evasão escolar, etc. Foucault (1999, p. 302) diz que “A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores”. Parece então não ser à toa o fato de que a educação sexual é tão marcada tanto pela anátomo-política do corpo, quanto pela biopolítica das populações. Afinal, a educação sexual hoje é uma responsabilidade dividida entre a educação e a saúde, como será explicitado no tópico seguinte deste texto. A entrada da saúde no espaço escolar para tratar da sexualidade dos alunos traz implicações políticas importantes e efeitos de regulação e disciplinarização dos corpos adolescentes.

EDUCAÇÃO SEXUAL: A SEXUALIDADE ENTRE A SAÚDE E A EDUCAÇÃO

No Brasil, de acordo com Vidal (2003), já na década de 1920 podiam ser encontradas discussões sobre a educação sexual, mas foi na década de 1930 que estas se proliferaram em grande escala, tendo sido produzidas diversas publicações sobre o tema. A partir da década de 1950, a implantação da educação sexual nas escolas sofreu altos e baixos, pois foi alvo de críticas. Vidal (2003) destaca as críticas oriundas das religiões à educação sexual que era proposta nas escolas, que a acusavam de ser demasiadamente científica e fisiológica. Criticava-se ainda o fato de que ela era coletiva

e não possuía cunho espiritual. Para o discurso religioso, a educação sexual deveria acontecer no lar de cada família.

Segundo Abramovay, Castro e Silva (2001), no início do século XX, a discussão sobre a sexualidade associava-se ao controle da reprodução sexual da população e passou a ser uma preocupação social a partir desta associação. Insere-se nesse contexto o movimento médico-higienista, que vai ter os corpos como objetos de estudo e alvos de intervenção. As autoras apontam dois eventos que deram um novo rumo à produção de conhecimento e às práticas em torno da sexualidade na segunda metade do século XX: o rompimento da ligação obrigatória entre sexo e reprodução, decorrente do desenvolvimento dos métodos contraceptivos e a produção de reflexões sobre a sexualidade, resultantes tanto da mobilização de alguns segmentos da sociedade civil organizada quanto de estudos acadêmicos realizados naquela época.

As autoras indicam que, na década de 1960, mudanças decorrentes do movimento feminista e do movimento gay começaram a surgir. Na década de 1970, a partir da contribuição do movimento feminista, estudos sobre o gênero começam a ser desenvolvidos. Fóruns internacionais sobre sexualidade levantam discussões e formulações sobre os Direitos Reprodutivos e os Direitos Sexuais.

Montardo (2008) chama a atenção para o contexto de ditadura militar brasileira, a partir de 1964, que contribuiu para a instalação de um clima repressivo que sufocou o desenvolvimento da educação sexual nas escolas. Ainda segundo o autor, a abertura política permitiu que as iniciativas que defendiam a escola como local de desenvolvimento da educação sexual sobressaíssem-se, deixando o papel da família nesse processo em segundo plano. Na verdade, a família sofreu diversas críticas neste momento que acusavam a incompetência dos pais para lidar com questões sexuais e chamavam a atenção para o ambiente conflituoso que se estabelece na família durante a adolescência dos filhos.

Segundo Altmann (2006), no Brasil, principalmente após a incidência da Aids como uma grande epidemia e após o aumento da taxa de fecundidade, entre 1980 a 2000, em mulheres de 15 a 19 anos, temas ligados à sexualidade passaram a ser inseridos com maior incidência nas discussões e planejamentos educacionais. Abramo-vay, Castro e Silva (2001) também citam o surgimento da Aids como grande motor para a produção e disseminação dos estudos e ações sobre a sexualidade.

A responsabilização da escola pela educação sexual de seus alunos é um fenômeno relativamente recente no Brasil, pois até por volta dos anos 1990 não estava claro como e até onde a escola deveria abordar essa questão. Nesta década foram construídas várias iniciativas voltadas aos adolescentes e às suas sexualidades. Segundo César (2009), as intervenções da educação sexual passaram a possuir grande ênfase na prevenção da transmissão do HIV e IST e da gravidez precoce. Em termos de políticas públicas de promoção e prevenção de saúde das crianças e adolescentes, a escola é um local privilegiado de desenvolvimento de tais ações. E como afirma Altmann (2006), a sexualidade adolescente passa a ser vista como um problema de saúde pública. A sexualidade torna-se também uma questão de Estado.

É possível perceber que, a partir de 1989, a educação sexual passou a estar fortemente presente nas políticas públicas brasileiras. E, em termos foucaultianos, as políticas públicas podem ser entendidas como estratégias biopolíticas de governamentalidade, com o objetivo de controle da população. Conforme Mázaro, Bernardes e Coêlho (2011), as políticas públicas, sobretudo aquelas ligadas à saúde, funcionam como estratégias de exercício de poder, de formas de governo e de relações poder/saber. As autoras afirmam que se pode considerar as políticas públicas como formas de regulamentar as relações das pessoas com elas mesmas e com as demais. Esse controle é feito visando objetivos de nível populacional, através, por exemplo, do combate de doenças e regulação da saúde das pessoas.

Importante demarcar que diversos deslocamentos e continuidades históricos criaram um contexto para o surgimento de iniciativas voltadas à saúde sexual desenvolvida através da educação sexual. Pode-se citar, como exemplo de movimentos sociais que permitiram e necessitaram do surgimento de novos acontecimentos e novas lutas, a revolução sexual de 1960, o feminismo e o uso da pílula. Além disso, as mudanças surgem dentro de um determinado contexto histórico, social e cultural, marcado pelo crescimento do número de jovens na população, de aumento da fecundidade adolescente, de HIV e Aids como epidemia e de conquistas relacionadas à constituição de 1988 (CABRAL; HEILBORN, 2010).

Podemos apontar alguns acontecimentos históricos que marcaram desenvolvimentos no campo da chamada saúde sexual, como a realização da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento, que aconteceu em 1994 no Cairo. Na ocasião, o Brasil assinou o compromisso de desenvolver ações no campo da sexualidade, tais como iniciativas de promoção da igualdade entre homens e mulheres, de planejamento reprodutivo, de prevenção às IST, etc. Várias recomendações foram feitas aos países signatários e uma delas foi de que fosse garantida a educação, informação e assistência em saúde reprodutiva para os adolescentes e jovens.

Gomes e Vieira (2010) afirmam que entre 1994 e 1998 o Ministério da Saúde, através da Coordenação Nacional de DST/Aids, desenvolveu um trabalho de formação de multiplicadores, com professores e adolescentes nas escolas. Em conjunto com o Ministério da Educação, através do programa de educação à distância “Um Salto para o Futuro”, buscou formar professores de escolas públicas brasileiras nos temas: saúde sexual e saúde reprodutiva, gênero, diversidade sexual na escola, entre outros. A partir de 1999, a Coordenação Nacional de DST/Aids desenvolveu, nas escolas públicas, projetos de prevenção das IST/Aids e do uso de drogas.

Outro importante momento para esta responsabilização da escola foi a criação, em 1996, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), que estabeleceram a educação sexual como um tema que deve ser trabalhado transversalmente em todas as disciplinas escolares. Segundo o documento, é preciso que se forneça às crianças e adolescentes os recursos culturais importantes para que eles possam conquistar a cidadania. Entre estes recursos, encontram-se tanto os conteúdos escolares tradicionais, quanto as preocupações atuais acerca do meio ambiente, da saúde, da sexualidade, igualdade de direitos, dignidade humana e solidariedade.

No contexto atual, a inserção no mundo do trabalho e do consumo, o cuidado com o próprio corpo e com a saúde, passando pela educação sexual, e a preservação do meio ambiente são temas que ganham um novo estatuto, num universo em que os referenciais tradicionais, a partir dos quais eram vistos como questões locais ou individuais, já não dão conta da dimensão nacional e até mesmo internacional que tais temas assumem, justificando, portanto, sua consideração. Nesse sentido, é papel preponderante da escola propiciar o domínio dos recursos capazes de levar à discussão dessas formas e sua utilização crítica na perspectiva da participação social e política. (BRASIL, 1997, p. 27, grifo nosso).

Vê-se que, aqui nos PCN, o discurso sobre a sexualidade passa a ter um respaldo mais institucionalizado, aparecendo atrelado à cidadania. Percebe-se uma heterogeneidade discursiva no campo da sexualidade, dando lugar a um novo campo de disputa, onde novas forças entram em jogo. Os PCN trazem a sexualidade para o campo político-institucional no contexto escolar, onde a sua discussão também deverá estar ligada ao desenvolvimento da cidadania. Outra observação possível é a de que essa entrada da saúde no campo educacional parece atender a certa demanda histórica, social e cultural de que a escola torne os seus conteúdos mais ligados a saberes que dizem respeito ao cotidiano, que dialogam mais com a vida extramuros.

Os PCN (BRASIL, 1998) tecem ainda diversas formulações sobre orientação sexual e sobre sexualidade na adolescência. Além disso, fala sobre como deve ser o trabalho de orientação sexual no espaço escolar, discutindo as manifestações da sexualidade neste ambiente, a postura dos educadores e a relação entre escola e família. Os PCN também indicam que os conteúdos sobre orientação sexual devem ser trabalhados em três blocos chamados: Corpo, matriz da sexualidade; Relações de gênero; e Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids. A ideia de que a orientação sexual deve ser trabalhada como tema transversal é sempre reforçada.

Cabral e Heilborn (2010) esclarecem que os PCN sugerem que sejam promovidas, na escola, discussões sobre assuntos relacionados à sexualidade, tais como: métodos contraceptivos, gravidez indesejada, aborto, abuso sexual, masturbação, iniciação sexual, homossexualidade, entre outros. É sugerido também que o trabalho de orientação sexual desenvolvido pelos educadores seja supervisionado continuamente, mas não indica quem ocuparia essa função. Estabelecem ainda que, nas séries mais iniciais, a discussão sobre sexualidade aconteça em paralelo com outros conhecimentos, mas que nas séries mais avançadas haja um espaço de discussão reservado ao assunto, devido à demanda de interesse dos adolescentes pelo tema. Além disso, o documento afirma que os educadores devem manter as suas opiniões pessoais fora das discussões sobre sexualidade, preservando o caráter informativo e imparcial da abordagem e para isso os professores devem ser treinados e preparados.

É preciso destacar que, quando se coloca a educação sexual de forma transversal em todas as disciplinas escolares (que é o que os PCN propõem) e uma vez que antes ela costumava estar presente apenas nas aulas de biologia, tem-se a pretensão de não restringir apenas ao campo biológico. Talvez seja possível dizer que a educação sexual ganha um novo status. Talvez haja aí um deslocamento onde a sexualidade não está mais relacionada apenas a questões biológicas, mas também a questões de outros campos de saberes.

Assim, no final do século XX, início do século XXI, no Brasil, há uma proliferação discursiva atravessando a educação sexual, produzindo novas práticas e novos modos de objetivação e subjetivação.

Assim, tendo como base a publicação desses parâmetros, é possível observar de forma nítida que a sexualidade é objeto de grande interesse do governo e que a escola é considerada um importante local para que essa sexualidade seja trabalhada. Porém, é importante lembrar que os PCN não foram propriamente o início de algo, pois ele já é o resultado de um embate de diversas forças, algumas destas aqui mencionadas. Por outro lado, os parâmetros tornaram-se uma grande referência e, após estes, muitas outras políticas públicas voltadas à educação das sexualidades ainda foram criadas no Brasil.

Podemos citar, por exemplo, o Projeto de Lei Nº. 4530/04, o chamado Plano Nacional de Juventude (PNJ), datado de 2004. O documento apresenta cinco temáticas juvenis, que se desdobram em vários outros temas: emancipação juvenil, bem-estar juvenil, desenvolvimento da cidadania e organização juvenil, apoio a criatividade juvenil e equidade de oportunidades para jovens em condições de exclusão (BRASIL, 2004).

Em relação à sexualidade, na discussão sobre o tema da emancipação juvenil e na subtemática do incentivo permanente à educação, o PNJ apresenta o objetivo de garantir que sejam incluídos nos conteúdos escolares dos ensinamentos fundamental e médio temas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, IST e Aids e planejamento familiar. Objetiva-se ainda reprimir o turismo sexual. Na temática do bem-estar juvenil, apresenta-se o subtema: promover a saúde integral do jovem. Nele, afirma-se que os principais problemas de saúde entre os jovens são uma combinação de diversos fatores psicossociais ligados à sexualidade, à violência e/ou ao abuso de drogas. Traçam-se como objetivos: dar destaque à formação sobre sexualidade, sobretudo dos jovens, no currículo

dos profissionais de saúde; estabelecer parcerias com o terceiro setor para o trabalho das questões de sexualidade e uso de drogas entre os jovens; implantar um serviço público de informação por telefone sobre saúde, sexualidade e dependência química; conscientizar os jovens sobre suas sexualidades; elaborar programas de amparo aos jovens vítimas de abuso sexual.

No PNJ, fala-se também sobre a sexualidade do jovem durante a temática do desenvolvimento da cidadania e organização juvenil. Afirma-se que ser cidadão significa também respeitar o outro quanto às suas escolhas e singularidades, seu credo, sua condição e suas opções sexuais, políticas e filosóficas. Objetiva-se criar centros de referência da juventude onde haja palestras que discutam temas como sexualidade, dependência química, aborto, família, entre outros. Importante demarcar ainda que, na temática da equidade de oportunidades para jovens em condições de exclusão, objetivava-se lutar contra a situação discriminatória e violência em relação à orientação sexual e diminuir as desigualdades de gênero e violência contra a mulher.

No mesmo contexto, em 2003, surge o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Em 2007 o SPE passou a fazer parte do Programa Saúde na Escola (PSE), que possui três componentes que devem ser desenvolvidos para que se construa a educação em saúde. O componente 1 diz respeito à avaliação das condições da saúde, o componente 2 corresponde à promoção de saúde e prevenção de agravos e o componente 3 trabalha a formação dos gestores e equipes. Vinculado ao Programa, a ação promovida para o trabalho de educação sexual é o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, que faz parte do segundo componente do PSE.

As ações do Componente II visam garantir oportunidade a todos os educandos de fazerem escolhas mais favoráveis à saúde e de serem, portanto, protagonistas do processo de produção da própria saúde. O encontro entre os saberes das áreas de educação e de saúde potencializa

o desenvolvimento de ações que privilegiam a dimensão educativa do cuidado à saúde, do cuidado de si, do outro e do ambiente, provocando efeitos no desenvolvimento saudável e protagonismo do educando e da comunidade onde vive, permitindo que realize opções que melhorem sua qualidade de vida. (BRASIL, 2013, p. 8).

O projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, em seus materiais documentais, expressa a sua concepção de educação sexual. No Guia para a formação de profissionais de saúde e educação (BRASIL, 2006), discute-se que a herança moderna de objetividade, neutralidade e universalidade científicas marca as práticas de educação para a saúde até hoje, refletindo-se em uma prática baseada apenas na prescrição de comportamentos e no fornecimento de informações sobre saúde. Em suas publicações o projeto afirma que diversos estudos apontam para a ineficácia desse modelo de educação sexual para a prevenção, na medida em que não retarda a iniciação sexual, não reduz a gravidez na adolescência e não aumenta o uso de métodos contraceptivos. O projeto afirma ainda que abordar a sexualidade a partir de uma perspectiva estritamente biológica leva a um distanciamento em relação ao que é estudado e o que é vivenciado. Diante disto, o SPE destaca que é urgente que haja uma humanização da assistência em saúde.

Aqui, é possível analisar que o modelo anterior de educação sexual se mostrou ineficiente ao Estado. Talvez não apenas ao Estado, mas ao momento histórico, social e cultural em que se vivia nos primeiros anos do século XXI. A necessidade histórica da época clamava por prevenção de doenças e promoção de saúde. Buscava-se o autocuidado, o retardamento da iniciação sexual, o aumento do uso dos métodos contraceptivos, sobretudo a camisinha, a redução da gravidez na adolescência e a diminuição das DST, sobretudo a Aids. Os objetivos dos dois modelos parecem não mudar muito de um para o outro, continua-se buscando modificar comportamentos, mas há uma mudança de estratégias.

Cabral e Heilborn (2010) explicam que a educação sexual costumava basear-se em um paradigma preventivista e higienista. As autoras ressaltam a importância de uma educação em sexualidade baseada em discussões mais amplas, que discutam não só a saúde sexual, mas também os direitos sexuais, e a discriminação e preconceito baseados na orientação sexual e na identidade de gênero. As autoras indicam que essa nova abordagem coloca diversos desafios, uma vez que exige mudanças de visões de mundo e integra uma nova face dos direitos humanos ainda em construção. Mesmo o antigo modelo de educação sexual, ainda hoje encontra desafios na implantação. Então, o novo modelo tenderá a ter ainda mais dificuldades.

Ao lançar um olhar à história, é possível ver que há, na chamada educação sexual, uma heterogeneidade de discursos, que não são naturalmente ligados à sexualidade. A sexualidade foi, ao longo das décadas do século XX e início do século XXI no Brasil, articulando-se a questões médicas e educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOVAS SEXUALIDADES, NOVOS SUJEITOS

Através desse breve passeio que propusemos aqui pela história da educação sexual no Brasil até a primeira década do século XXI, podemos perceber que a educação sexual nas escolas foi cada vez mais se afastando de uma ação repressiva e moralista da sexualidade. A educação sexual que podemos encontrar nas leis, nas diretrizes e programas governamentais do final do século XX e início do século XXI no Brasil não se trajava de moralidade, mas sim se coloca a favor de certa liberdade sexual, ao afirmar os direitos LGBTQIAP+, a igualdade de gênero, a vivência do sexo, etc. Talvez exatamente por tal motivo a educação sexual que se busca promover nas escolas

tem sido alvo de inúmeras críticas e repreensões, inclusive de origem política e religiosa. Assim, é possível perceber que uma luta de forças constante e heterogênea cerca a educação sexual nas escolas. É uma luta frequente e sempre algo novo é produzido.

Pode-se dizer que a educação sexual que se tinha no início deste século, por mais que não reprimisse a sexualidade no sentido de proibir a prática sexual, seja ela qual for, buscava docilizar os corpos e os sujeitos, além de torná-los úteis. Docilização da sexualidade, pois, por mais que se pudesse praticar sexo, este deveria ser feito de uma determinada forma: a forma considerada saudável. Naquele contexto, não se proibia o sexo, mas se dizia como este deveria ser feito: com camisinha. Transformação da sexualidade em algo considerado útil, pois o sexo não é visto um empecilho social, mas a gravidez precoce, as IST e a Aids são sim vistos dessa forma. Talvez seja possível afirmar que se permite que o sexo aconteça, mas ele é inserido em mecanismos de docilidade e utilidade.

Assim, vê-se que, historicamente, a saúde, principalmente através do saber médico, adentra a escola para dizer da sexualidade. E não só dizer sobre ela, mas executar práticas diversas, buscando realizar um controle desses corpos e dessas vidas. Contudo, é importante que não se tome essa aliança como algo naturalizado, ou seja, como algo que já está dado na história. Na verdade, uma série de lutas de forças aconteceram até que este entrelaçamento da saúde com a educação, em nome da educação sexual, chegasse a ser o que era no contexto do final do século XX e início do XXI.

Produzem-se sexualidades, corpos e subjetividades con-dizentes com o biopoder, que parece ainda operar. A educação sexual nas escolas faz funcionar uma gestão da vida. A educação sexual parece ainda funcionar como um instrumento de governo de questões que extrapolam o âmbito da sexualidade, como a questão da participação social e da cidadania. Assim, pode-se pensar que

a sexualidade é tomada como um instrumento para alcançar outras dimensões da vida e a população como um todo.

Com isso não queremos dizer que se trata de uma relação causa-efeito. Certamente cada sujeito subjetiva-se de uma forma diferente e onde há poder há resistência. Como afirma Foucault (1988), não há poder sem resistência, uma vez que esta nunca é exterior a ele, pois as relações de poder nunca poderiam existir sem os pontos de resistência ocupando o papel de adversário, alvo, apoio e afirmação.

Para além do escopo do estudo que realizamos neste texto, podemos chamar a atenção para o fato de que, nas décadas seguintes, 2010-2023, muitos embates ocorreram no campo da educação sexual, sobretudo após a mudança política que tivemos no Brasil com a saída dos governos no campo da centro-esquerda e cunho mais progressista para a entrada de governos da extrema direita conservadora. Pudemos acompanhar discursos a favor da abstinência sexual dos adolescentes, perseguições à comunidade LGBTQIAP+, movimentos a favor do *homeschooling* e da família como principal educadora dos seus filhos, proibições de discussões sobre gênero nas escolas. Num movimento tanto de resistência ao neoconservadorismo e sua pauta de costumes que se abateu no Brasil quanto de atualização dos movimentos sociais acerca da sexualidade em sua esfera política, outras questões passaram a estar presentes na agenda da educação sexual, que até os anos 2010 eram menos presentes, como a tipificação dos abusos sexuais e a interseccionalidade na sexualidade. Certamente novas estratégias de produção de subjetividade entram em jogo, através de novos discursos e práticas que dizem da sexualidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ALTMANN, H. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 287-310, dez. 2007.

ALTMANN, H. Sobre a educação sexual como um problema escolar. **Linhas (UDESC)**, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2006.

BRASIL. **Projeto de Lei 4.530 de 25 de dezembro de 2004**. Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7A9AE45A580D37172A47EE9F19D38ED7.proposicoesWeb2?codteor=253927&filename=PL+4530/2004. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Manual instrutivo**: Programa Saúde na Escola 2013. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde e prevenção nas escolas**: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CABRAL, C; HEILBORN, M. L. Avaliação das políticas públicas sobre educação sexual e juventude: da conferência do Cairo aos dias atuais. *In*: UNFPA. **Rumos para Cairo + 20**: compromissos do governo brasileiro com a plataforma da conferência internacional sobre população e desenvolvimento. Brasília: Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, 2010. p. 101-128. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/cairo_spm.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

CÉSAR, M. R. de A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma epistemologia. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOMES, M. R. O.; VIEIRA, N. Saúde e Prevenção nas Escolas: promovendo a educação em sexualidade no Brasil. **Revista Tempus Acta em Saúde Coletiva**, v. 2, n. 2, p. 115-147, 2010.

MÁZARO, L. P.; BERNARDES, A. G.; COÊLHO, A. E. L. Análise das políticas públicas de prevenção e promoção em saúde sob um olhar foucaultiano. **Polis e Psique**, v. 1, n. 1, p. 130-148, 2011.

MEDEIROS, N. M. de. **Os discursos do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas: adolescência, sexualidade e subjetivação**. 2015. 225 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza, 2015.

MONTARDO, J. A escola e a educação sexual. **La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 13, p. 161-174, jan./jun. 2008.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIDAL, D. G. Educação sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930. *In*: SOUZA, C. P. de. (org). **História da educação**: processos, práticas e saberes. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2003. p. 53-74.

5

Pedro Ângelo Pagni

**O ENIGMA DA BIOPOLÍTICA,
O CORPO E A INCLUSÃO:
CONTRIBUIÇÕES DE ROBERTO ESPOSITO**

INTRODUÇÃO

É bastante conhecida a passagem em que Michel Foucault (1988) circunscreve a biopolítica da população à emergência da modernidade. O filósofo francês a delinea como um processo de governamentalização em que a apropriação da vida se tornaria objeto do governo estatal e de diversas artes liberais de seu governo, em substituição ao centramento no *causar a morte*, antes do que no *deixar viver*, empreendido pelo que denominou de poder soberano. Essa formulação em que o *fazer viver* sinaliza para certa descontinuidade histórica da governamentalização estatal foi analisada, porém, de modo um pouco mais genealógicos em seus cursos no *Collège de France* - especialmente, os ministrados em 1977-1978 e 1978-1979. Em tais cursos essa circunscrição assume a conotação de que esse *deixar morrer* acompanha historicamente o desenvolvimento de uma governamentalização estatal que se centra no *fazer viver*, ao ponto de Foucault (2007) compreender a biopolítica da população como um paradoxo, isto é, que seu desenvolvimento moderno não abandona as práticas de poder e a governamentalidade da soberania. Ao contrário, senão se manifesta em uma razão estatal, movida por um *racismo de Estado* como ocorreu nos adventos do fascismo e do nazismo europeus, esse paradoxo é evidenciado na crise das diversas artes de governo (médica, pedagógica, religiosa) e tecnologias de poder resultantes, no desenvolvimento do liberalismo política, em estados de dominação, em processos de subjugação e de subjetivação que, na esfera micropolítica, transforma o biopoder em seu oposto, sobretudo, para aqueles corpos, aquelas vidas que escapam à regulamentação e ao governo da população majoritariamente instituído.

Essa tem sido uma chave interpretativa importante utilizada por alguns filósofos italianos como Giorgio Agamben (2005) e Roberto Esposito (2010) para problematizar a concepção foucaultiana

de biopolítica em relação tanto a circunscrição histórica-genealógica que carrega, ao designá-la como um advento moderno, quanto a esse paradoxo, enunciando o que denominam de *tanatopolítica*. Em síntese, tais filósofos italianos defendem que toda biopolítica é, no limite, uma *tanatopolítica* - definida seja pelo campo de concentração, seja pelos dispositivos jurídicos de poder que produz -, e que sua história começou muito antes da modernidade - no advento da antiguidade clássica e no direito romano, sendo remissões apócrifas das formas de legitimação do governo estatal da população e da atual *política da vida*. Eles produzem dessa forma uma interpretação distinta daquelas em circulação na filosofia anglo-saxônica que, por sua vez, desloca o eixo da biopolítica para o da problemática da governamentalidade.

Particularmente, neste capítulo, analisaremos as contribuições de um desses filósofos italianos, Roberto Esposito, para compreendermos o que denomina do enigma da biopolítica, alinhado a uma estratégia de imunização da comunidade produzida por um paradigma imunitário e um dispositivo da pessoa que neutralizam o biopoder proveniente do desvio e das defecções do corpo e a biopotência de seu encontro com os demais corpos, os agenciamentos que os reúne para significar suas diferenças e seus sentidos comuns. Interessa-nos discutir aqui de que forma a inclusão estaria assimilada àquele paradigma e essa estratégia, mediante o *dispositivo da pessoa*. Afinal, se a inclusão social e educacional vinha sendo elaborada em nossas produções acadêmicas anteriores (PAGNI, 2019a; 2019b; 2023) como um dispositivo de poder da biopolítica da população, essa perspectiva aberta pelo filósofo italiano parece permitir pensá-la, no contexto de governamentalidade neoliberal atual, como um dispositivo de subjetivação que é capturado e, por vezes, escapa ao jogo institucional e do pensar instituinte. Nesse caso, antes de se imunizar dos agenciamentos comuns promovidos pelos encontros de corpos, ele afasta qualquer inclinação sensível, impulso ingovernável ou não normalizável que provenham desses corpos que

encarnam a diferença, senão excluindo-os, ao menos minimizando a potência instituinte de suas presenças em instituições, dentre as quais se destacam as escolares.

O ENIGMA DA BIOPOLÍTICA MODERNA E O SEU CONTEMPORÂNEO PARADIGMA DE IMUNIZAÇÃO

Diferentemente de Foucault que se dedicou a uma analítica do poder e suas relações com o sujeito ético um pouco mais tardiamente, Roberto Esposito se dedica desde as primeiras obras a relação entre política e vida, buscando na genealogia daquela as formas de governo desta a elaboração da *política da vida* em sua historicidade, impessoalidade e conflitualidade. Nesse campo ontológico em que a vida qualificada emerge em contraposição àquelas configurações que a minimizam, começa a evidenciar a partir de seus ensaios sobre Hannah Arendt e Simone Weil uma discussão acerca dos sentidos que emergem desse conflito na arena comum de sua vacância de poder e de uma impessoalidade à luz da qual vislumbra encontrar genealogicamente o germe da criação de processos de subjetivação outros, expostos tecnicamente pelos corpos, suscitados pelas múltiplas experiências de seus encontros e das repercussões simbólicas que ocupam na sociedade em existente tanto o lugar constituinte quanto instituinte da política.

Não à toa que Roberto Esposito (2022), ao perfazer a genealogia dessa relação da vida com a política, se reporta àquilo que propõe como objeto e, contrariamente, que escaparia conceitualmente da filosofia política contemporânea, a saber: a comunidade. Diversamente do que apregoado pelo vasto espectro político contemporâneo da filosofia, para ele, a comunidade não teria o sentido

de uma propriedade comum aos sujeitos que ela reúne, algo que lhes confere certa substancialidade ou que lhes acrescenta uma qualidade para torná-los sujeitos da comunidade – isto é, de uma entidade maior ou superior com a qual se identifica para além da identidade individual e necessita se apropriar para que se torne parte de um todo. Esse *pertencimento comum* presentes nos discursos correntes seria paradoxal na medida em que o “comum” que supõe é “aquilo que une em uma única identidade a propriedade – ética, territorial, espiritual – de cada um de seus membros” e, por sua vez, estes comungariam do que lhes é próprio – “são proprietários do seu comum” (ESPOSITO, 2022, p. 9).

Ao contrário disso, esse filósofo italiano argumenta que, primeiro, o *communis* é justamente o que não é próprio, uma vez que inicia onde este acaba, pertencendo a mais de um, ao público e ao coletivo, em contraste com o privado e o particular. Semanticamente, o termo viria de *múnus* (termo latino composto *pelar* raiz *mei* e pelo sufixo *nes*, sugerindo essa caracterização social) e oscilaria em três significados distintos, redimensionando essas relações entre o público e o privado, o coletivo e o particular, ao tangenciar a ideia de dever resultantes dos termos *onus*, *officium* e *donum*. Se esses dois primeiros sentidos aproximariam o significado de *munus* ao dever – dado por sua tradução como encargo e por obrigação ou cargo, respectivamente – o terceiro daria a ele um sentido mais espontâneo ou eminentemente facultativo, o que o aproximaria de um certo dar e receber que se dá pelo reconhecimento ou, mais precisamente, o sentimento de reciprocidade ou de mutualidade existente nas relações em comum.

Ainda que o autor reconheça forçar um pouco a barra ao aproximar, semanticamente, o significado desse termo do de reconhecimento, advoga que essa sua aproximação de reciprocidade, ele confere ao termo *communitas* um valor inédito, especialmente, para a filosofia política contemporânea.

Resulta então que *communitas* é o conjunto de pessoas unidas não por uma “propriedade”, mas, precisamente, por um dever ou por um débito. Não por um “mais”, mas por um “menos”, por uma falta, por um limite que se configura como um ônus, ou até mesmo por uma modalidade defectiva, para aquele que por ela é “afetado”, à diferença daquele que é, ao contrário, “isento ou isentado”. (ESPOSITO, 2022, p. 13)

Essa modalidade defeituosa que afeta a um conjunto de existências e se inscreve corporalmente em existências singulares é a face mais enigmática desse *com* da *communitas* e – como revelado no prefácio de Jean-Luc Nancy (2003) à tradução espanhola do livro de Esposito –, mais produtiva do modo como compreende esse *ser-com* ou de *ser-juntos*. Uma vez que essa dimensão rompe com o comum como objeto a ser apropriado, como algo similar ao social com suas leis e seus regulamentos jurídicos, ela emerge como uma vacância ou um não lugar (estético?) ao qual as existências singulares se expõem, se apresentando conflituosamente ao outro e, por sua vez, fazendo com desse conflito proveniente de um corpo estranho provoque nesse encontro uma relação de convivência mútua. Mais do que uma reciprocidade previamente definida, com regras e certa normalização, essas últimas se constroem posteriormente, em decorrência desse lugar vazio habitado pelas diferenças, formando um corpo comum entretecido por redes de afetos e dispositivos linguísticos que, ao se encarregar dessa formação responsabilizando-se pela compensação da defecção de um no outro, emerge como um dom ao qual chamamos de nós. Não se trata de um a gente como a reunião de um conjunto de pessoas sem vínculos ou isentas de se encarregar desse ou por esse outro como referido pelas filosofias contemporâneas ou por algumas de suas ontologias políticas, mas de um *ser-com* ou *ser-junto* nutrido por vínculos afetivos e, quando possível, enredados de enunciados em todo dos quais ocorre uma troca: o dar e o receber em que a potência vital que o move se sobrepõe à linguagem elaborada e ao cálculo que a regulamentam.

Por essa razão, Esposito (2005; 2022) salienta que, em oposição a esse dever e o contágio do dom (dar sem esperar receber em troca) que constituem toda a genealogia da *communitas*, é acompanhada pela *immunitas* que, em sua dispersão histórica, vislumbra nesse *ser-com* ou *ser-junto* nos termos delineados aqui como uma ameaça a vida qualificada, regulada, protegida. Em síntese,

Reconduzida à sua raiz etimológica, a *immunitas* revela-se como a forma negativa, ou privativa, da *communitas*: se a *communitas* é aquela relação que, vinculando os seus membros a um objetivo de doação recíproca, põe em perigo a identidade individual, a *immunitas* é a condição de dispensa dessas obrigações e por conseguinte de defesa ante os seus esforços expropriatórios. *Dispensatio* é mesmo aquilo que alivia do *pesum* de uma obrigação gravosa, assim como a exoneração liberta daquele ônus a que é reconduzível desde a origem a semântica do *munus* recíproco. Ora é evidente o ponto de incidência entre estes vectores, etimológico e teórico, e o vector histórico ou mais propriamente genealógico. Já se disse, no plano geral, que a *immunitas*, protegendo aquele que dela é portador do contacto, arriscado com aqueles que estão privados dela, repristina as fronteiras do «próprio» postas em perigo pelo «comum». Mas se a imunização implica uma substituição, ou uma posição, pelos modelos privatísticos ou individualistas de uma forma de organização de tipo comunitário - seja qual for o que se queira dar agora a tal expressão - é evidente sua conexão estrutural com os processos de modernização." (ESPOSITO, 2010, p. 80-81)

Não obstante a genealogia desse par *communitas-immunitas* para Roberto Esposito (2005; 2010; 2022) provenha da filosofia grega e da política romana, a sua emergência na modernidade é capitaneada por uma estratégia de imunização, que encontrou respaldo nas filosofias políticas de Hobbes e de Rousseau, ganhando outros contornos na contemporaneidade com as descobertas sobre o processo orgânico de imunidade e as possibilidades das vacinas, ou, mesmo, das doenças chamadas autoimunes. Tais descobertas

biológicas, rapidamente inspiraram as sociologias organicistas e evolucionistas, compreendendo as leis da sociedade, de seu desenvolvimento e de seu funcionamento como um organismo vivo, gerido por leis e por normas similares àquelas destinadas ao corpo orgânico, esquematicamente falando, correspondendo essa anatomia do indivíduo ao corpo social. Para Esposito (2010), nesse registro, juntamente com outras ciências sociais, a filosofia política atuaria em busca de um *Pharmácon* para corrigir as anomias do corpo social, mobilizando várias tecnologias para protegê-lo, mediante a imunização dos organismos individuais. A modernidade produziria dessa forma um governo da vida que, ao mesmo tempo em que se ocupa da regulamentação de comunidades que se assimilam a esse corpo social inspirado pelas leis biológicas, adota estratégias de imunização no sentido de isolar os indivíduos, medicar seus desvios orgânicos, emulá-los a uma autoimunização.

É precisamente nesse ponto de sua análise que o filósofo italiano se encontra com a noção foucaultiana de biopolítica, enunciando alguns de seus limites para lhe emprestar uma designação própria e, por que não dizer, original no largo espectro de perspectivas contemporâneas sobre o assunto. Essa designação ocorre em suas obras na medida em que associa o paradoxo da biopolítica anteriormente mencionado a um enigma em que a soberania que a acompanha é substituída por esse paradigma de imunização ou quando se entrelaça com ela.

O quadro imunitário no qual se localiza esse processo geral de superposição entre a prática terapêutica e o ordenamento é bastante óbvio: para se tornar objeto de “cuidado” político, a vida deve ser separada e encerrada em espaços de progressiva dessocialização que a imunizem de toda deriva comunitária. A esta primeira forma de coação da potência vital sobre todo excedente externo, porém, se agrega outra que penetra em seu interior. (ESPOSITO, 2005, p. 199, tradução nossa)

Ele procura associar a soberania que acompanha a biopolítica a essa estratégia de instigar a população a ser esse objeto de governo, separando a vida e a isolando em espaços institucionais ou não para que que perca sua face comunitária. Esse veio soberano da biopolítica imuniza nesses espaços os indivíduos, tornando-os indiferentes ao comum, para que padeçam de um individualismo totalizante, ao qual somente importa o acento a um autogoverno com o bônus de um eu hipertrofiado, sem *compensatio*. Concomitantemente a essa imunização, os próprios indivíduos produzem anticorpos e se auto imunizam contra qualquer diferença ou desvio que o contagie em suas relações com outrem, com uma vida em comum. Assim, na linguagem foucaultiana, a soberania é evocada como um dispositivo de segurança para proteger o indivíduo por esse paradigma de imunização, em troca (sem dom) de evitar a qualquer custo esse contágio intersubjetivo que, concomitantemente ao fazê-lo temer a morte, seria visto como a potência de vida que escaparia aos jogos de poder em curso e, portanto, como uma ameaça à comunidade instituída.

Por isso, o filósofo italiano afirma que, pessoalmente, julga ter encontrado “no paradigma da ‘imunização’ a chave interpretativa que parece ter escapado a Foucault” (ESPOSITO, 2010, p. 74). Tal paradigma extrapolaria, segundo ele, o limiar estabelecido pelo e no qual se ficou o filósofo francês ao tratar do paradoxo da biopolítica, sem desejar habitar a sua fratura e se posicionar politicamente em prol daqueles que estão excluídos de ou incluídos em sua governamentalidade, tampouco se engajando explicitamente em suas lutas. Concordemos ou não com essa leitura – obviamente, passível de discussão –, Roberto Esposito (2010) considera a biopolítica como um enigma a ser decifrado em sua atualidade, deslocando o que o léxico foucaultiano designou de paradoxo tanto dos dispositivos de biopoder para a biopotência – considerada por ele aquilo que Foucault teria deixado escapar ao processo contemporâneo de imunização da comunidade – quanto dos processos de subjetivação para um *dispositivo da pessoa* que os objetiva formalmente, revelando aí nesse plano subjetivo o móvel de uma inclusão excludente (ESPOSITO, 2011; 2016; 2022).

IMUNIZAÇÃO DA COMUNIDADE E *DISPOSITIVO DA PESSOA*: O CORPO ENTRE A INCLUSÃO E A EXCLUSÃO

Roberto Esposito considera, em suas obras, que o enigma da biopolítica somente seria possível de ser decifrado se, ao abordarmos essa passagem dos dispositivos de poder ao de subjetivação no presente, estivéssemos atentos à problemática filosófica que a atravessa e que coloca o corpo como um problema ontológico acerca dos diferentes significados do que se compreende como ser humano. As consequências que esse problema traria para o terreno das disputas jurídicas e políticas em torno dos sentidos da vida a serem privilegiados ou desqualificados desafiariam esses campos a reverem seus léxicos, caso se dispusessem a enfrentá-lo, assim como um posicionamento político mais claro, no presente, algo ao qual o filósofo francês teria parcialmente se furtado.

O corpo se tornaria o cerne de um conflito na medida em que tanto o indivíduo em seu corpo orgânico, quanto o corpo social da população ou, nos termos da filosofia política, o povo ultrapassassem uma política da vida centrada na biologia. Diz Esposito:

Não só o indivíduo, que na época moderna era limitado à noção formal de sujeito de direito, tende a coincidir com sua dimensão corpórea, como também o povo entra em uma relação inédita com uma corporeidade feita de necessidades, desejos, carências que dizem respeito à vida biológica em todos os seus registros. Nesse sentido, o corpo torna-se cada vez mais a aposta de interesses contrastantes — de caráter ético, jurídico, teológico — e, portanto, epicentro de conflitos políticos. Porém, essa nova relevância do corpo pode determinar consequências diversas e até opostas — de tipo excludente ou inclusivo. (ESPOSITO, 2016, p. 10-11)

Se Foucault havia restrito o biopoder ao seu modelo disciplinar e a face soberana da biopolítica à guerra de raças, que teria resultado no racismo do Estado, o qual emergiu com o nazismo e o fascismo, o filósofo italiano introduz duas discussões que ampliam essa visão contemporânea sobre a centralidade do corpo no enigma biopolítico, assim como suas consequências para a sua inclusão ou exclusão nos processos de imunização comunitária ao qual se articula.

A primeira delas se refere às extrapolações do corpo como um objeto passível de apreensão em seu registro orgânico e a perspectiva de que seria sujeito de um governo biológico para se tornar uma mescla com próteses, máquinas, dentre outras tecnologias, que interpelam até que ponto poderíamos designá-lo de humano com o léxico da filosofia política. Ao se referir a Donna Haraway, Roberto Esposito (2010) argumenta que o corpo estaria incorporado a certo maquinismo, isto é, estariam borradas as fronteiras acerca de que o humano se diferenciaria da máquina. Tal questionamento, desvelaria uma radicalização do governo da vida, ampliando os desafios para que se configurasse um estatuto ontológico do sujeito e da subjetividade.

Outro corpo – uma parte sua – o outro corpo do corpo: coisa, artifício, máquina. Um afora levado para dentro: a prótese é exatamente isso. Ou um dentro que se joga para fora: já não retido em seus limites, coincidentes com a pele, da identidade subjetiva tradicional. O sujeito nesse sentido não é mais algo originariamente dado, mas um artifício operativo: o resultado de uma mistura com um não sujeito, com algo sujeito a um estatuto ontológico que não é o da subjetividade concebida de maneira clássica. Às vezes, ele é menos que um sujeito humano, pois lhe falta a vida; outras vezes mais, como nos casos de transplantes de órgãos enfermos que lhe permite continuar vivendo. Algo não vivo que, por sua vez, serve para conservar a vida. Se pude dizer que essa necessidade de autoconservação se encontra em todas as formas contemporâneas de alteração do corpo: o corpo se suspende – se interrompe y se duplica – com o propósito de durar.

Se expõe ao que está fora dele para salvar o que ainda traz em seu interior. É interpelado na relação com o outro para se proteger de si mesmo e de uma tendência natural a se consumir. Nesse sentido, e por esse lado, volta a emergir no núcleo da biopolítica o viés do sistema imunitário. Este, ao se situar no ponto crucial em que o corpo encontra o outro de si – outro corpo ou algo que não é corpo –, promove a articulação entre entidades, espécies, gêneros distintos e interrelacionados como o são o individual e o coletivo, o macho e a fêmea, o homem e a máquina. (ESPOSITO, 2003, p. 210-211, tradução nossa).

Esse borrar as fronteiras entre o humano e a máquina, o masculino e o feminino, o individual e o coletivo, levando o conflito dessa dispersão para a relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo do qual faz parte, desloca-o para certa individuação do corpo. Uma individuação não mais restrita somente ao domínio do biológico, que protege o indivíduo do vírus do comum, como também que instaura na comunidade uma relação em que todos esses corpos individuais se interconectam, sem que os corpos se encontrem e, caso isso ocorra, sem permitir que se afetem com a presença alheia ou estranha. Ela tende, assim, a tornar esse corpo individual indiferente ao social da população governável biopoliticamente.

Evita-se por meio dessa estratégia de poder a mistura de corpos nessa comunidade, garantindo a sua estratificação e hierarquização social, naturalizando-a na medida em que as trocas simbólicas produzidas nessa relação de um corpo com outro não agencia mudanças mútuas nesses sujeitos, tampouco promove a reciprocidade na qual se delineia um horizonte comum para eles. Ela emerge somente como um “nós” frágil com o qual esses sujeitos se identificam mecânica ou maquinicamente, muitas vezes produtos de um corpo social estruturado, hierarquizado previamente e governado funcionalmente que se impõe. Dessa forma, torna cada indivíduo imune às mudanças suscitadas por qualquer “nós” forte, porque preme da vida gerada pelo encontro de corpos e pela intensidade dos afetos

que potencializam impessoalmente essa comunhão. Por sua vez, essa eventual comunhão é percebida como um agente estranho ao corpo social, um inimigo interno a ser combatido para que se torne autoimune aos seus efeitos, minimizando a sua potencialidade e evitando que se converta em um ato destrutivo para a sua constituição.

Essa imunização da comunidade, concomitantemente a de cada indivíduo que dela toma parte, ocorre, segundo Esposito (2010), deslocando a ênfase foucaultiana no biopoder para o que denomina de *biopotência*. Em tal deslocamento, mais do que qualificar a vida (*bíos*) pelo acento de uma nudez (*zoe*) que demarca não somente a sua tendência negativa, tanatopolítica – como assinalado por parte significativa da literatura pós-foucaultiana mencionada –, esse filósofo italiano procura revelar uma saída, por um processo de dupla negação desse enredamento da imunização da comunidade. Alerta, para isso, que ele implicaria na própria destruição da comunidade ou, mesmo, a morte da comunhão que a nutre, ao mesmo tempo que um isolamento individual que neutralizaria a potência dos encontros de corpos, os conflitos daí decorrentes e os agenciamentos que produzem no corpo social, estagnando estrategicamente a biopolítica da população. Por seu intermédio uma linha divisória é estabelecida entre aqueles que, ao corroborarem essa imunização da comunidade, são incluídos aos seus dispositivos de segurança e de qualificação de sua vida particular - parcialmente independente de suas defecções, desvios e diferenças – e aqueles que, ao não se imunizarem, contaminados pelo contágio do comum – são excluídos do corpo social, muitas vezes, deixados à própria sorte, vivendo uma vida excessiva e nua, sem regras e leis, mesmo diante da retórica filosófica e jurídica do direito de todos à dignidade.

É justamente nesse segundo aspecto que a nosso ver ele contribui para ampliar o debate contemporâneo sobre o enigma da biopolítica, ao se referir a esse embate emergente após a Segunda Guerra e ainda ecoante em nossos dias. Centra-se para tanto na discussão em relação a quem seria sujeito de direitos ou,

mais precisamente, a representação da pessoa com quem os indivíduos marginalizados ou excluídos da biopolítica da população deveriam se identificar para serem incluídos e reconhecidos como cidadãos, decorrente da Declaração dos Direitos do Homem (1948). Analogamente ao que ocorre com a estratégia de imunização, porém, para que isso ocorresse seria necessário pactuar nesse movimento requerido para a inclusão desse povo uma dupla exclusão. Uma delas referente a quem não coubesse nessa representação de pessoa, ficaria de fora e, portanto, seria excluída da condição de sujeito de direitos empreendida pelos dispositivos de biopoder. A outra diz respeito a que, para a ocorrência de tal processo de identificação, o corpo desse indivíduo, com suas defecções e singularidades, deveria se dobrar subjetivamente a esse imperativo – biológico no caso da norma médica, jurídico-universal no caso dos Direitos Humanos –, sacrificando a potência advinda da *zoe* para subjugar-la à *bíos*, por meio de um dispositivo de subjetivação. E, por fim, em decorrência dessa subjugação, radicalizar uma imunidade da mecânica da relação do indivíduo com seu próprio corpo, passando pela dinâmica da superfície da pele ao gerenciamento dos afetos, até produzir certa indiferença em relação ao que implique as diferenças provenientes tanto de sua existência singularidade quanto da relação com o outro e do que produz em si.

Esposito (2011) denomina esse dispositivo que articula os esquemas de poder à subjetivação de *dispositivo da pessoa*, registrando aí as ambiguidades de uma inclusão-excludente nesse plano. Não vamos retomar aqui essa genealogia, mas apenas assinar a analogia utilizada por ele para explicar esse dispositivo, quando se refere às personalidades que estampam as capas de revista no presente e o encanto que provocam em seus leitores. Essas imagens provocariam no leitor, segundo ele, a proximidade de certa excepcionalidade na medida em que o aproxima da persona estampada na capa da revista, acercando-o desse universo – aparentemente comum – em que ela vive. Em contrapartida, por infinitas táticas, exige que para

essa aproximação, o leitor apague sua singularidade, renunciando às diferenças inscritas em seu corpo e que corporificam sua individualidade para assumir um rosto que a desfigura. A sensação que se tem, passível de ser generalizada para outros campos da existência, é a de que, diz Esposito (2011, p. 10, tradução nossa),

[...] ao dar a cada um a mesma “máscara,” acaba por traçar o signo sem valor de uma pura repetição, como se o resultado, inevitavelmente antinômico, de um excesso de personalização deslocasse o sujeito para o mecanismo de uma máquina que o substitui, ao empurrá-lo para a dimensão sem rosto do objeto’

Se por um lado a biopolítica moderna garantiu uma regulação para a guerra das raças destacando a superioridade de uma sobre a outra, por outro, nesse seu registro pós-guerra, a dignidade da pessoa humana – veiculada pelos Direitos do Homem e alimentada por toda filosofia denominada de personalista – conferiu a esse *dispositivo da pessoa* um funcionamento nessa relação ambígua consigo mesmo e com o outro, determinando por vezes os atuais processos de subjetivação. Para o filósofo italiano, tal dispositivo seria, mais que uma figura jurídica circunscrita ao direito romano, “algo que está relacionado ao funcionamento geral do direito, quer dizer, a faculdade de incluir por meio da exclusão” (ESPOSITO, 2011, p. 22). Isso significaria assumir que, ao se tornar uma *pessoa* e ser incluído juridicamente aos direitos que passaria a lhe assegurar uma vida qualificada, esse sujeito se imunizaria daqueles que não o são, de seus corpos e de suas diferenças, ainda que para tal e para garantir a exclusão desse outro tenha que negá-la em si, intercambiando a sua singularidade por uma máscara, um rosto que, embora desajustado, procura conformá-lo ao seu corpo. Os indivíduos se qualificariam, por meio da submissão de sua vida singular a esse intercâmbio para que não fosse excluído do corpo social e de seus dispositivos de segurança, movido pelo temor a exclusão assimilada à morte e pela renúncia dos desvios e das diferenças que somente existiria num ouro de si, tentando se autoimunizar do que existe em comum e, por que não dizer, do próprio corpo em que também se inscrevem.

Para Esposito (2016), dessa forma, esse *dispositivo de pessoa* se desenvolveria de modo articulado à imunização no desenvolvimento da modernidade, assumindo na versão atual em que se instaura como uma faculdade de incluir excluindo em termos jurídicos e se imunizar para evitar as forças do comum uma face retificadora e de totalização individualista, ao ponto de admitir certa tanatopolítica dos que dela escapam em nome de sua autopreservação. Esse dispositivo atuaria para garantir o sentido de autopreservação, uma vez que a partir da sobrevivência individual se justifica a exclusão ou, mesmo, o extermínio do outro, radicalizando um princípio de concorrência próprio ao neoliberalismo para esse individualismo extremado, insensível às diferenças alheias e imunes ao comum. A inclusão opera, assim, como uma estratégia para que aqueles corpos que produzem esses movimentos e que habitam a margem da biopolítica da população se apresentem para todos não mais somente como uma ameaça ou um perigo, mas como uma certa abjeção que força os demais indivíduos a buscar viver no centro e em conformidade com a biopolítica da população.

Mesmo àqueles indivíduos que trazem em seus corpos a inscrição das diferenças, essa sensação faz com que se sintam menores que os demais – despotencializados – e, para deles se aproximarem, se movem na direção dessa força centrípeta, buscando auto superar o que lhes faz sentir menos que os outros e, muitas vezes, despendendo uma energia muito maior para equiparar-se e um esforço incomensurável para adentrar a essa gestão biopolítica da população. E, se assim não o fizessem, esses indivíduos poderiam ser os próximos objetos da distribuição do ódio e sujeitos a uma violência autorizada racionalmente ou, simplesmente, se já encarna a diferença, continuar nesse registro marginal, sem a segurança dos que supostamente teriam uma vida supostamente mais valiosa nos cálculos do biopoder e que fossem dessa forma protegidos pela razão governamental estatal. É assim que o medo da morte, a afirmação da preservação de si e da indiferença ao que ocorre com esses outros

corpos que encarnam a diferença, mesmo quando a diferença está em todos como uma condição ôntica do humano, são vistos como um objeto para o qual a destilação do ódio é aceita e a violência admitida socialmente, tão somente para manter intacto o reino pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roberto Esposito parece situar nesse ponto o novo contorno negativo da circulação dos afetos na comunidade imunizada atual que visa manter a todo custo o governo biopolítico da população, evidenciando a face mais perversa da soberania popular ou, por assim dizer, a sua tendência fascista. Contudo, pondera ele, esse contorno traria também uma potência afirmativa.

A essa incorporação biopolítica da pessoa corresponde, no outro polo do quadrante político, o corpo, coletivo e impessoal, de massas de mulheres e de homens que não se reconhecem mais nos canais da representatividade. Naturalmente, a composição de tais subjetividades políticas varia de acordo com as situações e os contextos. Mas, o que se entrevê, nos movimentos de protesto que hoje voltam a ocupar as praças de boa parte do mundo, é o inevitável aumento dos institutos da democracia para além de suas fronteiras clássicas e modernas. Há, nessas multidões, com certeza de tipo diferente, algo que precede também suas reivindicações, constituído exatamente pela pressão conjunta de corpos que se mexem simultaneamente. O que eles apontam, do caráter irreduzível ao perfil desencarnado da pessoa, é uma reunião das duas partes do povo que não passe mais pela exclusão de uma delas. A tarefa para a qual tais eventos parecem nos chamar, em suma, é a ruptura daquela máquina teológico-política que, há tempos imemoráveis, unifica o mundo por meio da subordinação de sua parte mais fraca. (ESPOSITO, 2016, p. 12-13)

Prescrutando essa ruptura, Esposito (2010, p. 144) argumenta o seguinte: “só, em suma, se for levado à força para o círculo do *zoe*, pode o *bios* ultrapassar-se em qualquer coisa que o impele para além de si mesmo”. Inspirado em Nietzsche, afirma que a retomada dessa tensão, com ênfase àquilo que a comunidade reúne não por sua falta, mas sim pelo excesso expresso pela exposição dos corpos desviantes desse corpo social governável, pelos encontros que produzem e pelos afetos que potencializam a troca, a reciprocidade e a enunciação de um “nós” referente ao copo comum, poderiam romper o círculo vicioso de sua imunização.

Para tal movimento eminentemente político seria relevante não somente a ruptura com os jogos de biopoder a partir daquilo que lhes escapa e dos corpos que resistem à sua normalização, como também a mobilização desses excessos que a ele se sobrepõe, num registro distinto do orgânico e do mecânico na medida em que evoca a energia vital que move o corpo singular por uma dinâmica social engendrada pelo comum, do *ser-com* e do *ser-junto*. Esse veio vital atravessaria da micropolítica à macropolítica, dos dispositivos de poder ao Estado, passando pelos dispositivos de subjetivação e a sua institucionalização, afrontando-as por intermédio daquilo que lhe escapa, uma *biopotência* à luz da qual um pensamento instituinte poderia emergir, senão acolhendo as diferenças que ficam fora da política, ao menos as reunindo num sentido novo, decorrente de seus conflitos e reivindicações, produtivo para a vida em comum e para a democracia.

Ante esse problema do presente, estritamente político, e os desafios que lança para o direito, a filosofia e – por que não? – a educação, além de criar um léxico inovador ao repertório foucaultiano e a filosofia política contemporânea, adentra a um caminho bastante fecundo para não apenas ao debate das políticas públicas afirmativas em curso em inúmeros países do mundo, como também um dispositivo de inclusão que perpassa do biopoder aos processos de subjetivação. Esta seria outra contribuição de extrema relevância

que nos auxilia a pensar esse dispositivo à luz do projeto filosófico espositiano, salientando seus efeitos tanto negativo, por concorrer para uma tanatopolítica, quanto afirmativo, ao negá-la e combatê-la, promover uma biopolítica afirmativa, ultrapassado o paradoxo assinalado por Foucault a partir desse recurso dialético.

Por mais compreensível ao projeto do filósofo italiano que seja esse procedimento para buscar encontrar uma saída ao plano imanente do biopoder, à escala micropolítica em que este se instaura historicamente e se torna constituinte das relações sociais, assim como o modo como se relacionam com a vida em termos foucaultiano, esse recurso escapa a aceção de biopolítica elaborada por esse último. Particularmente, essa distinção pode parecer questionável por entendermos que o biopoder é constituinte de qualquer relação social desde a modernidade e, portanto, adentrar a uma esfera micropolítica em torno da qual, segundo Gregoire Chamayou (2020), se travariam as principais disputas políticas da atualidade. Esse diagnóstico nos parece mais fecundo para conferir ao projeto foucaultiano certa atualidade, sobretudo, quando pensado pelo devir deleuziano que o atravessa, assim como se distingue daquele apresentado pelo filósofo italiano, como se pode perceber pela exposição anterior. Todavia, entendemos que este último ao focar no paradigma imunitário e no dispositivo da pessoa suas análises, sugere um caminho interessante para pensarmos esse terreno estratégico da micropolítica e, em particular, as disputas em torno da subjetivação. A nosso juízo ele faz isso ao nos permitir perceber as relações entre esse último dispositivo com a inclusão excludente a qual vínhamos discorrendo.

Ao assinalar a estratégia de tornar o indivíduo imune ao comum, as ponderações do filósofo italiano fazem com que esse dispositivo de inclusão dirija o olhar e, em seguida, os afetos a tudo que for semelhante ao indivíduo, idêntico a si mesmo e o tornando indiferente a tudo o que representa uma ameaça ou o faça desprender de seu corpo os devires e os signos das diferenças que o habita.

Em geral, ele adentra a esse maquinismo na medida em que a diferença do outro se lhe apresenta como uma estranha familiaridade ou como uma afecção, um fora que lhe desvia do olhar, do sentir e do pensar habitual, colocando sua existência numa deriva ou, simplesmente, interrogando o seu sentido. Imunizar-se desses afetos suscitado por esse outro e pelas diferenças que mobiliza em suas peles para conviver com ele, sem que implique numa porta aberta à vida em comum ou a um “nós” forte nos parece ser o efeito principal dessa subjetivação resultante de uma comunidade imunizada e, usaríamos a dizer, imunizante.

Não se trata a nosso juízo de identificar esse dispositivo ao da pessoa, como muitas vezes pode parecer, ao imperativo: *Inclua-se e sobreviverás!* Este parece ser o lema da inclusão como um dos operadores desses processos de subjetivação que, no plano micropolítico, começa a ser apreendido desde muito cedo nas instituições educativas, pela concorrência que empreende e pela sua forma de gerenciamento existencial que propugna nesse contexto. Trata-se de compreender nessa e em outras instituições como se instaura esse dispositivo de poder denominado de inclusivo, dando contornos bastante particulares aos atuais processos de subjetivação concorrentes para a imunização da comunidade. Assim como interessa descobrir onde o conflito, as tentativas de codificar as posições em jogo – provenientes desse corpo político e de suas diferenças – e de encontrar um terreno simbólico emergente para a ocorrência de suas trocas – como um dom – podem auxiliar a busca de sentidos novos para a comunidade, desimunizando-a para promover – não a tanatopolítica em curso – a potência do pensamento instituinte (ESPOSITO, 2020).

Não obstante as discordâncias esboçadas aqui, com essa temática inaugurada em seus trabalhos mais recentes, o filósofo italiano contribui para que melhor compreendamos como a inclusão se instaura em processos de subjetivação para os quais os agenciamentos institucionais cumprem uma função tática relevante na estratégia atual de imunização da comunidade, assim como

na ruptura com ela. Com vistas a promover outros agenciamentos à luz de um paradigma comunitário, sem ignorar o biopoder, mas buscando a biopotência que poderia extravasar sua neutralização em instituições como as da saúde e da educação, combatendo aí todo o germe da tanatopolítica e desencadeando uma melhor habitação da fratura biopolítica, essa discussão do filósofo italiano se torna extremamente relevante.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CHAMAYOU, G. **Sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: UBU Editora, 2020.
- ESPOSITO, R. **Communitas**: origen y destino de la comunidad. Buenos Aires: Amorortu, 2003.
- ESPOSITO, R. **Immunitas**: protección y negación de la vida. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- ESPOSITO, R. **Bíos**: biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.
- ESPOSITO, R. **El dispositivo de persona**. Buenos Aires: Amorrortu, 2011.
- ESPOSITO, R. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Zamperetti Copetti Editor, 2016.
- ESPOSITO, R. **Pensiero istituyente**. Tre paradigmi di ontologia politica. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2020.
- ESPOSITO, R. **Institutio**: sobre crises e valores das instituições. Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2021.
- ESPOSITO, R. **Communitas**: origem e destino da comunidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NANCY, J. Conloquium. *In*: ESPOSITO, R. **Communitas**: origen y destino de la comunidad. Buenos Aires: Amorortu, 2003. p. 9-20.

PAGNI, P. A. **Biopolítica, deficiência e educação**: outros olhares sobre a inclusão escolar. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2019a.

PAGNI, P. A. Dez Anos da PNEEPEI: uma análise pela perspectiva da biopolítica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 1-20, 2019b.

PAGNI, P. A. **Retratos foucaultianos da deficiência e da ingovernabilidade na escola**: Do governo das diferenças a outro paradigma de inclusão. Marília: Cultura Acadêmica/ Oficina Universitária, 2023.

6

Carlos Eduardo Barzotto

**A (RES)SIGNIFICAÇÃO
DOS DIREITOS HUMANOS
COMO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA:
O CASO DO *MINUTO DIREITOS HUMANOS* DE DAMARES ALVES**

INTRODUÇÃO

As novas tecnologias, sobretudo aquelas relacionadas às redes sociais, têm causado profundo impacto nas sociedades contemporâneas. No Brasil, setores da extrema-direita têm construído com sucesso infraestruturas digitais (CESARINO, 2021) que não apenas espalham as chamadas *fake news*, como também capilarizam sentidos, questionamentos e visões acerca do mundo e do Outro por meio do uso de redes como o *WhatsApp* ou o *Telegram*.

Maria Ferraz e Ericson Clair (2022)³, ao analisarem a ação do que chamam de populismo bolsonarista⁴ no meio digital, sugerem que a retórica e os sentidos utilizados nos grupos virtuais cujo foco é a figura do ex-presidente Jair Bolsonaro é de esvaziamento – e, por vezes, desmantelamento – dos pactos e acordos democráticos estabelecidos quando da construção da Constituição Brasileira de 1988. Inspirados pelo trabalho de Michel Foucault, Tassio Acosta e Silvio Gallo (2020) argumentam que é justamente a partir de tal documento jurídico que teria emergido, no Brasil, uma governamentalidade democrática, na qual o governo é marcado pelo modelo da democracia liberal e pelo respeito aos Direitos Humanos. Ora, se a ação e a rede discursiva do populismo bolsonarista têm buscado esvaziar e/ou destruir o pacto democrático estabelecido em 1988, a governamentalidade democrática proposta por Acosta e Gallo certamente seria transformada, inclusive em assuntos como os Direitos Humanos.

3 Alinhado à proposta de produção científica feminista, escreverei o primeiro nome de todos os autores e autoras em sua primeira menção, de modo a possibilitar a visibilidade da produção de diferentes sujeitos.

4 A definição dada pelos autores de tal conceito é: “Parte importante do conjunto de novas estratégias consiste em aprofundar o esvaziamento das instituições democráticas por meio da introdução da dúvida acerca da idoneidade dessas instituições [...], além de instilar desconfianças acerca da impessoalidade das ações da mais alta corte jurídica do país em relação a seus desmandos” (FERRAZ; CLAIR, 2022, p. 10).

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo *indagar quais são os significados (re)atribuídos aos Direitos Humanos por agentes do bolsonarismo populista que atuam em seu governo, sobretudo no que diz respeito à Educação e à Saúde*. Para tanto, realiza-se, aqui, uma análise discursiva dos 14 episódios do programa “Minuto Direitos Humanos”, realizado por Damares Alves, ex-ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no canal do *YouTube* oficial da instituição.

Tal escolha analítica justifica-se por dois motivos principais. Em primeiro lugar, entende-se que a inauguração desse ministério – a partir da reforma de outros, que deixaram de existir – representa não apenas uma mudança política, como também uma mudança em relação aos sentidos atribuídos ao conceito de família, visto como essencial para Foucault (2014) no governo a partir da biopolítica. Em segundo lugar, compreendo que a disseminação de significados relacionados ao bolsonarismo populista ocorre também em redes como o *YouTube*, de modo a construir uma infraestrutura digital mais ampla e relacionada à utilização estratégica de algoritmos para sua dispersão (CESARINO, 2021).

Em consonância com Juan Vaggione (2020), que propõe que a temática dos Direitos Humanos tem sido apropriada e ressignificada nas redes discursivas (neo)conservadoras da América Latina, argumento neste capítulo que o programa Minuto Direitos Humanos é um exemplo de tal ressignificação pelo bolsonarismo. A partir da argumentação, busco evidenciar os deslocamentos de sentido em conceitos fundamentais para o exercício do governo sobre corpos que têm transformado *uma certa definição* de Direitos Humanos em estratégia biopolítica.

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Em *Vocabulário de Foucault*, Edgardo Castro (2009) argumenta que o conceito de biopolítica surge como uma temática importante a partir do século XVIII para a produção de Michel Foucault. Nesse período, como o filósofo francês propõe em trabalhos como *O Nascimento da Biopolítica* (2008), emerge a noção de população relacionada à racionalização dos “problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça” (CASTRO, 2009, p. 59-60).

Desse modo, o corpo passou a ser visto como adestrável não apenas na escala menor relacionada à disciplina, mas também relacionado à grande escala do conjunto populacional. Os estudos demográficos, pedagógicos e biomédicos foram essenciais, como afirmado por Foucault em *História da Sexualidade* (2014), para a emergência de tal concepção. A partir desses saberes, assim, discursos relacionados ao benefício e ao malefício de determinadas práticas e desejos puderam ser empregados de modo a estruturar a nova sociedade burguesa que se consolidava no período.

São empregados, nesse sentido, “mecanismos de previsão, de estimativa estatística, medidas globais” de modo a promover controle sobre os corpos de uma população (CASTRO, 2009, p. 60). Em se tratando da demografia, os sentidos, discursos e práticas atribuídos aos prazeres e ao sexo obtiveram destacada importância, visto que ambos estão relacionados à reprodução e foram relacionados na emergência do dispositivo da sexualidade. Assim, as identidades sexuais e as práticas dos sujeitos constituídos por elas foram alvo de uma intensa produção cujo objetivo era classificar práticas a serem estimuladas – por serem consideradas boas para o indivíduo e para a população – e práticas a serem desestimuladas.

As identidades sexuais consideradas dissidentes – como a homossexualidade, a bissexualidade, a transexualidade – foram descritas como anormais e, portanto, sofreram tentativas de correção (WEEKS, 2010). Desse modo, o casal heterossexual foi entronado como padrão de normalidade e sanidade para o funcionamento social e para a sua (re)produção (CARRARA, 2015). Portanto, conforme argumenta Guacira Louro (1997), configurou-se uma norma a partir da qual as instituições – com destaque para a escola, dado seu caráter normalizador e corretivo – organizaram-se em torno do estímulo às manifestações sexuais vistas como “naturais” (relacionadas à heterossexualidade) e da busca de correção daquelas vistas como “estranhas”.

No século XX, diversos movimentos sociais emergiram e passaram a questionar estruturas sociais pré-estabelecidas. Nesse contexto, grupos que hoje chamamos de LGBTQIA+⁵ foram, aos poucos, conquistando maiores direitos e modificando sentidos e discursos que lhes atribuíam ao local do Outro passível de exclusão e correção. Tais deslocamentos ocorrem sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Sérgio Carrara (2015). Para o autor, esse contexto é o da emergência do dispositivo dos direitos humanos, que altera alguns preceitos do governmento baseado no dispositivo da sexualidade.

Em estudos anteriores, expliquei de forma mais detida a emergência de tal dispositivo e sua capilarização nas políticas públicas educacionais (BARZOTTO; SEFFNER, 2022a). Aqui, no entanto, cabe elencar alguns dos principais deslocamentos propostos por Carrara. Segundo ele, tal novo dispositivo baseia-se em saberes antropológicos e sócio-históricos – e não mais apenas nos demográficos e médicos – de modo a promover uma governamentalidade

5 Existem diversas formas de referir-se a tais grupos. Escolhi a sigla que, ao meu ver, visibiliza o maior número de membros. LGBTQIA+, portanto, diz respeito a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais, pessoas *queer*, intersexo, assexuais e outros.

baseada no uso dos prazeres considerados saudáveis e com consentimento. Assim, estruturas já estimuladas na racionalidade relacionada ao dispositivo da sexualidade são mantidas, como o casamento e a economia dos desejos. Ainda assim, Carrara aponta para um alargamento de tais estruturas – como a extensão do casamento às pessoas do mesmo gênero – desde que elas se comportem de determinadas formas consideradas saudáveis por atuais saberes⁶.

Desse modo, a temática dos Direitos Humanos politizou-se nas últimas décadas e passou a ser formalizada em documentos jurídicos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas de 1948. No Brasil, a constituição de 1988 é exemplo desse processo, com destaque para o fortalecimento da governamentalidade democrática na qual tais direitos estão garantidos. Nesse contexto, questões reprodutivas, sexuais e identitárias foram relacionadas aos Direitos Humanos (CARRARA, 2015). Portanto, certas expressões de práticas sexuais e de seus desejos foram englobados à dita normalidade, desde que se adequassem a determinados padrões.

Com tamanha capilarização relacionada aos discursos e sentidos sobre os Direitos Humanos, tal debate foi também incorporado e utilizado por grupos (neo)conservadores de modo a avançar com suas propostas e reivindicações (VAGGIONE, 2020). No que diz respeito à Educação, podemos citar os debates sobre o Escola sem Partido, no qual o direito dos pais de educarem seus filhos – evocado como um Direito Humano – é colocado acima do direito das crianças à Educação plural, conforme analisado por Luis Miguel (2016).

6 O autor refere-se principalmente ao sexo com preservativo, entre pessoas que mantém exames médicos regulares, e cuja principal forma de relação é a monogamia. Percebe-se, portanto, que o anteriormente entronado o casal heterossexual agora divide o trono com o casal homossexual. Ainda assim, a necessidade da formação de um casal de apenas duas pessoas segue presente, bem como seu atravessamento por práticas e discursos médicos.

Em um contexto no qual a infraestrutura de mídias digitais tem favorecido os grupos (neo)conservadores que sabem aproveitar-se de seus algoritmos e subterfúgios, Leticia Cesarino (2022) observa um crescimento de uma convergência neoliberal-conservadora cujo objetivo é desestabilizar o compromisso liberal firmado em 1988 para criar novos sentidos e demandas na arena pública. Segundo ela, os grupos bolsonaristas incluídos nessa análise:

[...] são antiestruturais pois não apenas não se ancoram na mesma lógica política da esfera pública liberal e do Estado democrático de direito, como pressionam suas instituições e pressupostos na direção de um limiar verdadeiramente transformacional: não de algo totalmente novo, mas da sua própria antiestrutura. Ao ocupar e tensionar a normatividade sociopolítica a partir das suas margens, esses públicos buscam virá-la, por assim dizer, “do avesso”. (CESARINO, 2022, p. 169, grifos no original)

Desse modo, “podemos constatar que a gestão das opiniões do público (dimensão da população) se erigiu como uma das diversas táticas implementadas no âmbito daquilo que Foucault delineou conceitualmente como biopolítica” (FERRAZ; CLAIR, 2022). Assim, uma análise discursiva relacionada a como tal gestão de opiniões é mister de modo a compreender o governo proposto por tais racionalidades neoliberal-conservadoras.

A partir desse enquadramento, a temática dos Direitos Humanos obtém notória centralidade, visto que mobiliza pânicos morais (BORGES; BORGES, 2018) e ansiedades relacionados aos corpos, aos desejos e aos limites de suas práticas. Em relação ao bolsonarismo e à gestão dos corpos por ele proposta, seria tentador compreendê-los como contrários em absoluto aos Direitos Humanos. Afinal, a frase “Direitos Humanos para humanos direitos” era comum em tais círculos.

Ainda assim, cabe atentar para o deslocamento discursivo ocorrido após a eleição de 2018, e sobretudo após o início da pandemia

de covid-19, como argumentam Maria Ferraz e Ericson Clair (2022). Para os autores, o discurso bolsonarista pré-2019 era marcado por uma postura anti-*establishment*, que não pôde ser mantida, sobretudo dado o apoio do chamado Centrão. Em 2020, portanto, foi necessário uma (re)formulação discursiva dos significados, sentidos e proposições colocadas em circulação pelo governo e por seus apoiadores de modo a dar continuidade ao seu projeto de governo. Levando em conta tal mudança e a centralidade das mídias digitais nela embutida, uma análise sobre a série de vídeos “Minuto Direitos Humanos”, promovida por Damares Alves, ex-Ministra da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, parece-me potente para compreender quais são esses deslocamentos e como eles ocorrem.

Isso não significa que a temática dos Direitos Humanos tenha sido (re)significada ou politizada apenas em 2020. Afinal, o próprio caráter familista atribuído aos Direitos Humanos na reorganização ministerial já evidencia deslocamentos (SOARES; RICOLDI, 2022). No entanto, a série de 14 vídeos de curta duração explicita posições sintéticas do bolsonarismo sobre a temática.

No “Minuto Direitos Humanos”, Damares Alves encontra-se centralizada em frente à uma estante cujas prateleiras estão repletas de objetos que representam as culturas brasileiras⁷. Com um grande colar de crucifixo prateado, ela explica em dois minutos para quem assiste o que são Direitos Humanos, como o governo os vê e quais ações são tomadas para atendê-los. Abaixo, encontra-se uma tabela sistematizando as temáticas abordadas.

7 Além de evocar culturas relacionadas à brasilidade, Damares coloca em destaque também objetos e utensílios indígenas, de modo a avançar com sua imagem de protetora dos povos originários por meio da conversão deles ao cristianismo.

QUADRO 6.1 – Vídeos da Série “Minuto Direitos Humanos”

Número do Episódio	Temática	Número de Visualizações	Data de Publicação
1	O que são Direitos Humanos?	2450	07/11/2020
2	Origem dos Direitos Humanos	215	14/11/2020
3	Características Gerais	290	21/11/2020
4	Constituição Brasileira	216	28/11/2020
5	Liberdade ao nascer	223	19/12/2020
6	Razão e Direitos Humanos	200	09/01/2021
7	Família	203	16/01/2021
8	Direito à propriedade	115	23/01/2021
9	Direito à água	120	30/01/2021
10	Gravidez na Adolescência	204	06/02/2021
11	Canas de Denúncia	152	13/02/2021
12	Nacionalidade	209	27/03/2021
13	Direito à vida	213	03/04/2021
14	Liberdade Religiosa	220	22/05/2021

Fonte: elaborado pelo autor

Em se tratando de vídeos controlados, editados e produzidos pelo próprio Ministério, o que é ali enunciado evidencia a importância de tal discursividade. A partir da perspectiva pós-estruturalista utilizada nesta análise, os discursos constituem regimes de verdade e os objetos sobre os quais fala (FISCHER, 1995). Desse modo, certa discursividade é, em meio á disputa de sentidos, considerada mais legítima e, portanto, mais verdadeira em meio a relações de poder-saber (FOUCAULT, 2013). Desse modo, discursos produzem sujeitos e também práticas deles, visto que orientam a ética de cada indivíduo.

Nesse capítulo, utilizarei de recursos da análise do discurso de inspiração foucaultiana de modo a compreender os deslocamentos de sentido em relação aos Direitos Humanos no programa organizado por Damares Alves. Considero tal abordagem potente na medida em que, conforme propõe Marlucy Paraíso (2012, p. 28), ela possibilita compreender:

[...] estratégias de descrição e análise que nos possibilitem trabalhar com o próprio discurso para mostrar os enunciados e as relações que o discurso coloca em funcionamento, [de modo a analisar, assim,] as relações de poder que impulsionaram a produção do discurso que estamos investigando, e mostramos com quais outros discursos ele se articula e com quais ele polemiza ou entra em conflito. (PARAÍSO, 2012, p. 28)

Em resumo, tal proposta de análise compreende que o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999a, p. 10). Portanto, dadas as condições de emergência do dispositivo dos Direitos Humanos debatida acima, a proposta analítica aqui desenvolvida permite evidenciar as tensões, disputas e relações de poder-saber colocadas em jogo na discursividade (neo)conservadora do bolsonarismo populista. Ou seja, não será discutido aqui se a fala da ex-Ministra é verdadeira ou falsa, mas sim quais são os conflitos e disputas nas quais ela se insere e que (re)produz.

Em se tratando de uma fala política, o material empírico aqui estudado encaixa-se no que Céli Pinto (2006, p. 80) definiu como discurso político. Nele, há “uma repetida tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa” de modo a fixar significados que permitam avançar com pautas relacionadas à política institucional. Assim, ele

[...] necessita para sua sobrevivência impor a sua verdade a muitos e, ao mesmo tempo, é o que está mais ameaçado de não conseguir. É o discurso cuja verdade está

sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro. É, portanto, dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória. (PINTO, 2006, p. 89)

Na próxima parte deste texto, portanto, buscarei enfatizar quais são os saberes envolvidos na fixação dos sentidos e de verdades proposta, além de sublinhar as disputas e contradições presentes nas enunciações analisadas.

USOS E ABUSOS DOS DIREITOS HUMANOS NA RETÓRICA BOLSONARISTA

No décimo primeiro vídeo da série “Minuto Direitos Humanos”, cuja temática são os canais de denúncia oferecidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares afirma que “O Ligue 180 atende as mulheres, já o Disque 100 cuida de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, comunidade LGBTI, quilombolas, povos tradicionais” (ALVES, 2021a). Por abranger uma série de sujeitos – inclusive sujeitos aos quais o bolsonarismo tradicionalmente se opôs, como a comunidade LGBTI –, a ex-Ministra parece buscar ampliar o público sobre o qual fala – ou então ampliar seu apoio.

Em alguns vídeos, essa presença é constante. No primeiro e mais assistido vídeo da série, que busca definir os Direitos Humanos, ela diz:

Alguém fica de fora dos Direitos Humanos por uma questão de **religião, etnia, cultura ou lugar de nascimento?** Não! Os direitos humanos são para todos! **Não importa de onde você é, a cor da sua pele, no que você acredita, com quem se relaciona, ou como escolhe viver sua vida.** (ALVES, 2020, grifos do autor)

Percebe-se, portanto, uma reiterada inclusão de sujeitos que, teoricamente, são contrários à política que Damares representa. Sugiro que tal ocorrência se dá pela impossibilidade de negar que tais sujeitos existam e que são o público-alvo do Ministério, dada a politização da temática dos Direitos Humanos ocorrida com a emergência e fortalecimento do dispositivo dos direitos humanos.

Ainda assim, o mesmo movimento retórico não é realizado em pautas específicas. No sétimo vídeo, cujo tema é família, a referência às pessoas LGBTQI é, no mínimo, dúbia. Valendo-se da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a ex-ministra afirma:

[...] **o homem e a mulher têm direito a casar e de constituir família** sem restrição de raça, nacionalidade ou religião. Ou seja, **nenhum de nós pode ser proibido de casar ou constituir família com a pessoa que amamos**. Parece até absurdo, hoje em dia, que alguém cogite proibir, mas infelizmente isso ainda acontece! (ALVES, 2021b, grifos do autor)

Há, nessa enunciação, duas situações que chamam atenção. Em primeiro lugar, Damares afirma que o casamento e a família são restritos à formação composta por apenas um homem (cisgênero) e uma mulher (cisgênero). Além de desconsiderar famílias homoafetivas, ela também desconsidera núcleos familiares monoparentais, ou nos quais os filhas/as são criados por avós e/ou avôs, tios e tias, por exemplo. Tal representação da família no discurso tem tido grande repercussão entre os movimentos antigênero, sobretudo naqueles que se opõem a chamada “ideologia de gênero” (BARZOTTO, 2020). Além disso, Damares reforça sua proximidade com a aliança entre neoliberais e (neo)conservadores⁸ ao afirmar que “a família é o elemento natural e fundamental da sociedade, e tem direito à proteção desta e do Estado” (ALVES, 2021b).

8 A aliança realizada entre neoliberais e (neo)conservadores se estabelece a partir do entendimento mútuo de que a família e a empresa são as células-básicas da sociedade, que precisam ser estimuladas e protegidas pelo Estado (DARDOT; LAVAL, 2016).

Em segundo lugar, há uma hierarquização de sujeitos posta em tal discurso. Quando se refere a estar com quem amamos, a ex-ministra realiza um deslocamento retórico de modo a tornar o tom de sua fala dúbio: afinal, isso também seria válido para casais homoafetivos? Nesse sentido, a fala de Damares delimita claramente quem são “nós” – homens e mulheres, capazes de compor famílias – e quem são os Outros, conforme pode ser compreendido a partir da leitura do grifo na citação acima.

Há, portanto, a configuração de uma relação de poder. Como argumentou Michel Foucault (2013), o poder está relacionado com o saber, uma vez que o último confere legitimidade a uma série de verdades que auxiliam no exercício do primeiro. Desse modo, é importante questionar: a partir de qual saber Damares enuncia as suas afirmações?

Em todos os vídeos da série, a ex-ministra recorre a documentos jurídicos ou pareceres de organizações internacionais. São eles: a Constituição de 1988, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o documento da Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993 e documentos da Organização Mundial da Saúde. Ao fazê-lo, Damares legitima sua fala a partir de saberes jurídicos e, no caso da OMS, de saberes médicos. Nessa prática, busca tornar sua fala “neutra”, visto que tais saberes consolidados tornam-se verdades aceitas e consideradas imparciais (FOUCAULT, 2013).

Desse modo, ao afirmar que o matrimônio e a família são espaços destinados ao núcleo composto por um homem (cisgênero) e uma mulher (cisgênero) com base em tais documentos, Damares está dando continuidade à agenda do bolsonarismo populista. Assim, ela cita uma informação cara à sua base de apoio, ao mesmo tempo em que está implícito que aquela afirmação não veio dela, e sim de um documento da Organização das Nações Unidas (ONU).

A mesma estratégia discursiva ocorre quando a ex-ministra se refere ao direito à vida, no episódio 13. Para tanto, ela vale-se da Constituição de 1988 e diz:

O direito à vida também está na nossa Constituição Federal. Lá no comecinho, o artigo quinto fala exatamente isso: que o direito à vida é inviolável. **No Brasil, consideramos o direito à vida em dois sentidos: primeiro, que é garantida a vida intrauterina, ali, no ventre materno; além disso, o direito à vida após o nascimento abrange ter uma vida digna. Sim, isto está lá na Constituição Federal, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais.** (ALVES, 2021c, grifos do autor).

Sua fala em relação ao direito à vida desde a concepção no útero relaciona-se com o debate referente à legalização do aborto, ao qual a base bolsonarista se opõe. Novamente, Damares utiliza-se de saberes jurídicos para legitimar sua posição como “neutra”, mesmo que, nesse caso, ela esteja incorreta⁹. Assim, a vida intrauterina é elencada como um Direito Humano, visto que foi elencada no quadro “Minuto Direitos Humanos”, ainda que ela não esteja prevista em documentos e tratados internacionais sobre o assunto.

Tal movimento discursivo ocorre, conforme argumenta Juan Vaggione (2020), em grande parte da América Latina. O autor, que chama tal fenômeno de “cidadanização do feto”, demonstra que os movimentos (neo)conservadores têm estendido retoricamente o direito humano à vida desde a concepção de modo a inflar seus seguidores a reagir de forma contrária ao debate sobre a legalização do aborto.

O exemplo da cidadanização do feto é um dos únicos dois momentos nos quais as áreas da Saúde e da Educação são citadas nos 14 vídeos produzidos e publicados no canal do *YouTube*

9 Não há menções, na Constituição de 1988, à preservação da vida intrauterina ou aos direitos do feto. Os direitos do nascituro são protegidos no Artigo 2º do Código Penal, mas que também não reconhece a capacidade jurídica até o nascimento com vida.

do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O outro, sobre o qual falarei agora, é o da gravidez na adolescência, referente ao episódio 10 do programa.

De modo a delimitar a problemática da gravidez na adolescência e manifestar seu ponto de vista, Damares utiliza um saber médico, proveniente de um dado da Organização Mundial da Saúde (OMS) que não foi referenciado no vídeo. Nesse sentido, ela diz: “de acordo com a Organização Mundial da Saúde, a gestação nessa fase da vida aumenta a chance de complicações para a mãe, para o bebê, e também agrava os problemas sócio-econômicos que já existem. Gravidez tem que ser esperada e planejada!” (ALVES, 2021d).

Ao dizer que a gestação nessa fase da vida é uma ameaça em potencial à vida da gestante e à vida da criança, Damares alarga novamente os Direitos Humanos de modo a englobar também a questão da gravidez na adolescência. Tal assunto, muito caro aos (neo)conservadores que o veem como sintoma de uma sociedade sexualizada, também é colocado como responsável por problemas sócio-econômicos.

O que chama atenção, no entanto, em relação à abordagem feita pela ex-ministra diz respeito ao combate à gestação na adolescência. Sobre o assunto, ela afirma:

Vamos tentar mudar esse cenário desenvolvendo o Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez de Crianças e Adolescentes. **Sim, crianças! Nós temos crianças no Brasil ficando grávidas.** Além disso, é importante chamar a atenção para o **diálogo entre os adolescentes e suas famílias em relação ao desenvolvimento afetivo**, autonomia e responsabilidade. Vamos incentivá-los a buscar orientações nas Unidades de Saúde sobre como se prevenir. (ALVES, 2021d, grifos do autor)

Nessa enunciação, é importante ressaltar a utilização da figura da criança inocente de modo a legitimar seu ponto de vista.

Tal figura retórica já foi descrita como uma das grandes representações dos movimentos antigênero em nível mundial (PATERNOTTE; KUHAR, 2017), uma vez que cria e/ou potencializa pânico morais que estimulam seguidores a seguirem empreendedores morais.

Ao utilizar tal recurso, Damares coloca-se como salvadora das crianças que estariam ficando grávidas, ao anunciar o lançamento do Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez de Crianças e Adolescentes. No planejamento de tal combate, no entanto, a Educação que aparece não é a escolar, bem como a instrução médico-biológica dada não pertence ao ambiente hospitalar. Em verdade, a posição do governo defendida pela ex-ministra é de que a temática da gravidez na adolescência, bem como dos outros assuntos relacionados à sexualidade, é responsabilidade da família, a partir de uma perspectiva familista dos Direitos Humanos.

Nesse arranjo, que une neoliberais e (neo)conservadores, a instituição familiar é colocada como responsável pelo (in)sucesso de seus membros, visto que as responsabilidades são retiradas do Estado (BARZOTTO; SEFFNER, 2022b). Do mesmo modo, as situações de abuso, assédio e preconceito contra pessoas LGBTQIA+ ficam restrito à família e, portanto, tornam-se de difícil denúncia e investigação.

Desse modo, o programa “Minuto Direitos Humanos”, organizado por Damares Alves e publicado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, (re)significa preceitos dos Direitos Humanos de modo a fazer avançar a agenda (neo)conservadora do bolsonarismo populista. Tal nova configuração dos Direitos Humanos, tornada possível a partir da capilarização do dispositivo dos direitos humanos, os transformam em estratégia biopolítica de modo a governar corpos a partir de concepções familistas que exoneram o Estado de sua responsabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instrumentalização das redes digitais foi uma das pedras fundamentais para a base do bolsonarismo populista. A partir dela, foram criados diversos perfis e conteúdos que se utilizavam da estrutura algorítmica para disseminar ideias (neo)conservadores. Como pontua Cesarino (2021, p. 7), “esses perfis, e as subjetividades off-line que eles ajudam a conformar, são performativos, emergindo a partir de uma lógica do marketing de influência cujo objetivo é produzir sujeitos influenciáveis, e não cidadãos autônomos e reflexivos”.

Nesse contexto, é mister compreender as tensões e deslocamentos provocados pela emergência dos discursos bolsonaristas, sobretudo no que diz respeito à Educação e à Saúde. Assim, nesse capítulo busquei indagar quais são os significados (re)atribuídos aos Direitos Humanos por agentes do bolsonarismo populista que atuam em seu governo, sobretudo no que diz respeito à Educação e à Saúde. Para tanto, analisei a série de 14 vídeos chamada “Minuto Direitos Humanos”, criada por Damares Alves no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cujo objetivo era explicar conceitos centrais sobre a temática e, ao mesmo tempo, fixar novos sentidos para questões em disputa no cenário político atual.

A partir de uma análise inspirada na análise de discurso foucaultiana, argumentei que há um deslocamento discursivo dos sentidos e referências atribuídos aos Direitos Humanos. A partir de tal deslocamento, possibilita-se um alargamento para temáticas de interesse (neo)conservador, como o direito à vida intrauterina, o direito à educação sexual baseada em princípios familiares, e o direito ao casamento e à família restrito a casais heterossexuais.

Assim, a politização dos Direitos Humanos é percebida pela extrema-direita, que os ressignificam de modo a avançar com suas pautas conservadoras. Desse modo, a emergência do dispositivo

dos direitos humanos, conforme proposto por Carrara (2015), fez surgir também uma nova geografia dos corpos e dos prazeres sexuais e afetivos, possibilitando mudanças discursivas que tornam a disputa em torno da definição dos Direitos Humanos central para o exercício da biopolítica.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, T.; GALLO, S. A educação em disputa no Brasil contemporâneo: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma 'ideologia de gênesis'.

Educação (UFSM), Santa Maria, v. 45, p. 1-28, 2020. Disponível em: [/https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/43607](https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/43607). Acesso em: 14 dez. 2022.

ALVES, D. **Minuto Direitos Humanos** – Episódio 01. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (2 min.).

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TRTpUfl_Foc. Acesso em: 01 mar. 2023.

ALVES, D. **Minuto Direitos Humanos** – Episódio 11. [S. l.: s. n.], 13 fev. 2021a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eXegXTBbZ6Y>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ALVES, D. **Minuto Direitos Humanos** – Episódio 07. [S. l.: s. n.], 16 jan. 2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eZ0D5qrj3C4>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ALVES, D. **Minuto Direitos Humanos** – Episódio 13. [S. l.: s. n.], 3 abr. 2021c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ciXayupFb94>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ALVES, D. **Minuto Direitos Humanos** – Episódio 10. [S. l.: s. n.], 6 fev. 2021d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PHJP9bRiApY>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BARZOTTO, C. E. **Distopia à Brasileira**: a (re)produção do discurso antigênero no contexto das políticas públicas educacionais de municípios do Rio Grande do Sul (2014-2019). 2020. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BARZOTTO, C. E.; SEFFNER, F. Do governo via desejos ao governo via valores: a capilarização do dispositivo dos direitos humanos na educação brasileira. **Revista Práxis**, v. 2, p. 136-159, 2022a. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2982>. Acesso em: 16 jan. 2023.

BARZOTTO, C. E.; SEFFNER, F. Do governo via desejos ao governo via valores: a capilarização do dispositivo dos direitos humanos na educação brasileira. **Revista Práxis**, v. 2, p. 135-159, 2022b. DOI 10.25112/rpr.v2.2982. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2982>. Acesso em: 1 mar. 2023.

BORGES, R. O.; BORGES, Z. N. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-23, 2018.

CARRARA, S. Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo. **Mana**, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6D5zmtb3VK98rjtWTQhq8Gg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos autores. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CESARINO, L. As ideias voltaram ao lugar? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. **Caderno CRH**, v. 34, p. 1-18, 2021. DOI 10.9771/crh.v34i0.44377. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44377>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CESARINO, L. Bolsonarismo sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 1, n. 82, p. 162-188, 2022. DOI 10.11606/issn.2316-901X.v1i82p162-188. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/201360>. Acesso em: 20 fev. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERRAZ, M. C. F.; CLAIR, E. S. Políticas de assombração: o populismo bolsonarista como produção de inquietantes *duplos*. **Galáxia**, v. 47, p. 1-21, 2022. DOI 10.1590/1982-2553202257538.

FISCHER, R. M. B. A Análise do Discurso: para além das palavras e coisas. **Educação & Realidade**, n. 20, v. 2, p. 18-37, jul./dez., 1995

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordaza no Parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. *In:* MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (orgs.). **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 23-46.

PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. The anti-gender movement in comparative perspective. *In:* KUHAR, R.; PATERNOTTE, D. (orgs.). **Anti-Gender Campaigns in Europe** – Mobilizing against Equality. London: Rowman & Littlefield, 2017. p. 253-276.

PINTO, C. R. J. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Caxias do Sul, v. 24, p. 78-109, 2006.

SOARES, F. F.; RICOLDI, A. M. A escalada neoconservadora e a agenda antigênero: o caso da participação do Brasil na Cúpula Demográfica de Budapeste. **Revista Brasileira de Estudos Populares**, v. 39, p. 1-22, 2022. DOI 10.20947/S0102-3098a0183.

VAGGIONE, J. M. A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. *In:* BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. das D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia:** disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 41-82.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. *In:* LOURO, G. L. (org.). **O Corpo Educado:** pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 35-82.



*Patrícia Santos Anflor
Raona Denise Pohren*

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E A PRIMEIRA INFÂNCIA:

REFLEXÕES NECESSÁRIAS

INTRODUÇÃO

O presente texto pretende refletir sobre as estratégias biopolíticas e a primeira infância numa tentativa de traçar um diagnóstico das articulações entre Educação Infantil, escolarização e neoliberalismo, apresentando um panorama de desdobramentos subjetivos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e das propostas de ensino domiciliar para primeira infância e, entender como essas propostas interferem na promoção de um modelo de currículo para a etapa, corroborando para produção dessa maquinaria escolar. Sendo assim, lançamos sobre os materiais um olhar crítico através das lentes dos estudos foucaultianos, onde o PNLD e o ensino domiciliar, motivados pelo imperativo de investimento econômico em educação, operam estratégias e tentativas de potencializar a disputa cultural, tendo em vista a qualificação e preparação das crianças enquanto capital humano.

SOBRE AS IDEIAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Muitas transformações sociais, econômicas e políticas conceituam a infância, a etapa da Educação Infantil, suas finalidades e conseqüentemente a necessidade de criar espaços para institucionalizar esses sujeitos. A pesquisa sobre Educação infantil é um tema bastante caro e provocativo, é um convite a pensar as perspectivas das políticas públicas, os documentos e outros materiais que sinalizam o caráter propedêutico da etapa.

Percebe-se que as modificações ocorridas ao longo dos anos acentuam esse caráter preparatório da Educação Infantil para vida adulta e a escola tem um papel fundamental e determinante quanto a isso, quanto mais cedo a criança ingressar na vida escolar,

mais preparada estará para lidar com o futuro. Sendo assim, por meio da Emenda Constitucional nº 59/2009, sob o Parecer nº20/2009 que torna obrigatório o ensino dos quatro aos dezessete anos, e, conseqüentemente, observa-se um regime de verdade instituído, que torna necessário institucionalizar o sujeito desde cedo para que seja governado e se torne produtivo. A Educação Infantil prepara as crianças para que, quando chegarem à fase adulta, possam competir no jogo econômico apresentado por Saraiva, Veiga-Neto e César (2013). Para tanto, faz-se necessário investimentos em capital humano desde a primeira etapa da educação básica, quanto mais habilidades e competências, ligadas a esse capital, adquirirem desde a infância, mais preparadas estarão no futuro. Pois, de acordo com Kelbert e Saraiva (2014, p. 155), “à medida que a governamentalidade neoliberal se consolida como racionalidade privilegiada em nossa sociedade, a aprendizagem, estreitamente ligada ao capital humano, é crescentemente valorizada”.

Corroborando com essa ideia os estudos desenvolvidos por Carvalho (2014) para problematizar o quanto o desenvolvimento infantil tem sido relacionado, neste nosso tempo, com o capital humano. Essas problematizações do pesquisador mostram que a infância das classes menos favorecidas também é entendida desse mesmo modo.

O autor, que analisa documentos oriundos do Banco Mundial direcionados para essa etapa, argumenta que as práticas políticas apresentadas nesses documentos intensificam tanto os investimentos de ordem política, como os de ordem econômica sobre o desenvolvimento das crianças. Tais investimentos estariam baseados em uma noção de desenvolvimento infantil relacionado à produção de capital humano, posicionando, desse modo, a infância como uma etapa privilegiada para se fazer intervenções, visando resultados futuros.

Ainda em relação a esses estudos, o pesquisador afirma que,

a influência positiva nos resultados econômicos e sociais de adultos que participaram de programas focados no desenvolvimento infantil quando crianças têm sido evidenciada a partir de uma intensa produção de pesquisas. Trata-se de estudos que prescrevem estratégias de investimento em capital humano por meio do gerenciamento de riscos que podem ser causados pela falta de intervenção precoce no desenvolvimento das crianças (CARVALHO, 2014, p. 11).

Então, entender as condições dos sujeitos infantis e a presença deles na escola é assumir a importância da educação como um compromisso com o desenvolvimento do adulto produtivo, pois durante sua jornada escolar, as crianças são submetidas a estímulos constantes e, quanto mais cedo, mais eficaz torna-se o investimento. Conforme Novakowski (2017), em sua dissertação, aponta que nessa perspectiva, as subjetividades das crianças vêm sendo produzidas, desde a tenra idade, para que se tornem empreendedoras e aptas a habitar o mundo contemporâneo, regido pela racionalidade neoliberal.

O argumento central utilizado de modo recorrente pelos pesquisadores é que uma educação de qualidade possibilita a formação de pessoas mais eficientes economicamente, pois tem efeitos diretos em fatores socioeconômicos, como o aumento de emprego, renda e escolaridade. Há, assim, um investimento para que a infância de hoje esteja apta para, no futuro, atender a demanda do mercado. Pesquisas desenvolvidas nos campos da economia mostram como a Educação Infantil, ou seja, a primeira infância deve receber investimento para amenizar problemas sociais futuros, como desemprego, pobreza, etc., havendo assim um poder sobre a vida dessa população de 0 a 5 anos, que conforme Foucault:

O poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de

relações [...] As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. (FOUCAULT, 1999, p. 130)

Assim, a partir do final do século XIX e início do século XX, já não implicava mais apenas disciplinar as condutas dos sujeitos, fazia-se necessário implantar um gerenciamento delineado da vida das populações, sendo que esse conjunto de sujeitos passou a se tornar alvo e instrumento nas relações de poder.

FERRAMENTAS PARA ENTENDIMENTO DAS ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS PARA PRIMEIRA INFÂNCIA

Foucault (1999), propôs a emergência da biopolítica da seguinte forma:

As disciplinas lidavam praticamente com o indivíduo e com seu corpo. Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]. (FOUCAULT; 1999, p. 292-293).

Desse modo, entendemos as políticas públicas para Educação Infantil como manifestações da governamentalização do Estado moderno, é fácil compreendê-las como políticas envolvidas com e destinadas a uma maior economia entre a mobilização dos poderes e a condução das condutas humanas. O que elas buscam é “atingir o máximo resultado a partir de uma aplicação mínima de poder”

(GOLDSTEIN; GOLDSTEIN, 1994, p. 198). E, na medida em que aquilo que se coloca em jogo são condutas humanas que preservem e promovam a própria vida, entra-se diretamente no conceito de biopoder.

Assim, a invenção do biopoder, a partir de meados do século XVIII, foi correlata à invenção do conceito de população: um conjunto de indivíduos que são pensados coletivamente como uma unidade descritível, mensurável, conhecível e, por isso mesmo, governável. Salientamos que, entendemos o coletivo de crianças como população infantil.

Desde então, a população é tratada como um corpo vivo, um corpo-espécie, sobre o qual o Estado assume, como sua, a responsabilidade de governar para promover a vida, ou seja, promover a vida significa referir o bios em suas duas dimensões: tanto cuidar para que cada um permaneça vivo, quanto prevenir a extinção da própria.

Tudo isso funcionou como condição de possibilidade para que, no século XVIII, acontecesse a conhecida virada biopolítica: a antiga máxima “deixar viver – fazer morrer”, relacionada com o poder soberano, foi substituída pelo moderno “fazer viver – deixar morrer”. Resumindo, as estratégias mobilizadas para governar as populações constituíram-se na ordem da biopolítica e desde então, se apoiaram no biopoder, isso não significou o desaparecimento do poder disciplinar; o que ocorreu foi uma articulação entre este e aquele, cada um complementando o outro e até se potencializando mutuamente.

Saraiva (2013) faz significativas conexões entre acontecimentos a partir do século XIV e a propagação de práticas biopolíticas enquanto tecnologia de poder, ou, biopoder, a forma de exercício de poder sobre as populações, denominação que Foucault (2008) passa adotar em seu curso “Nascimento da Biopolítica” (1978 – 1979). As grandes navegações iniciadas no século XIV cooperaram para o surgimento da noção de risco, à época, ainda tido como algo fora da responsabilidade humana. Esses movimentos trazidos pela pesquisadora permitem mobilizar o pensamento para entender a biopolítica.

Ao relacionar biopolítica e educação, compreende-se que ações biopolíticas são postas em prática para que se possa atuar sobre as condutas dos sujeitos escolarizados, possibilitando que alguns eventos se tornem mais ou menos prováveis. Saraiva (2013) faz um apanhado destas ações no meio educacional contemporâneo, destacando propostas de educação alimentar, sanitária, sexual, empreendedora, financeira, ambiental e para o trânsito.

Tais propostas, frequentemente inseridas no currículo escolar, materializam a ação biopolítica sobre a população escolar. No âmbito da biopolítica, ações como as mencionadas se constituem em dispositivos de segurança, que surgem com o objetivo de responder a urgências que a racionalidade governamental identifica como riscos. Os dispositivos de segurança buscam eliminar os riscos antes mesmo que eles se concretizem em danos, postergando, assim, o recurso da punição ou a execução de outras ações estatais.

Assim sendo, enquanto a disciplina cria a norma, vigia o indivíduo e classifica/produz sujeitos, o biopoder observa a população, determina a norma e intervém para que as condutas dos sujeitos contemplem esta norma. Enquanto a disciplina é da ordem do dever e da obediência positiva, o biopoder aumenta um pouco à margem daquilo que o indivíduo tem autorização para fazer, porém investe em regulações que condicionam as suas condutas, possibilitando que o coletivo, a população, cumpra as expectativas do governante. Se a disciplina se dá principalmente no interior das instituições disciplinares, a biopolítica tem um campo de atuação expandido, podendo se efetivar através de estratégias governamentais aplicadas a praticamente qualquer espaço do território. Esta arte de governar segue em aprimoramento e tem continuidade nas análises presentes na obra de Michel Foucault.

O PNLD E O ENSINO DOMICILIAR COMO ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS

O que se denomina descoberta da infância é uma invenção recente que emergiu com o nascimento de instituições como a escola, com o aparecimento de leis e de saberes que a constituem, a cercam e a tomam como objeto de conhecimento e de intervenção, ao mesmo tempo em que a produzem enquanto uma maneira específica de ser criança. A criança, nesse sentido, é o produto do poder disciplinar e biopolítico, amparado pela norma e pelo surgimento de uma rede de proteção do Estado e por inúmeras instituições protetivas, filantrópicas e organizações governamentais.

Percebe-se o delineamento de uma política de controle social cada vez mais cedo através da Educação Infantil. O alerta se dá para a constituição, na sociedade contemporânea, de um primado de práticas voltadas para a primeira infância, a partir do dispositivo pedagógico e disciplinar, produzindo subjetividades a partir de padrões ideais.

Há dispositivos biopolíticos de agir sobre o devir, sobre o vir a ser dos corpos, operando, desta forma, sobre os modos de vida futuros, que deveriam se tornar compatíveis com as normas sociais e não desviantes delas. O PNLD e o ensino domiciliar, em seu conteúdo, objetivam esmiuçar as manifestações dos regimes de verdade de uma vontade de poder sobre as crianças e de que estratégias este se vale para produzir um determinado tipo de subjetividade: fazer com que este sujeito infantil, proclamado como criança, de uma natureza singular, seja capturado pelos processos educativos.

Interrogar os modos de como e por que falamos em construção de infância e na invenção do sujeito infantil, num momento em que as parafernalias disciplinares e os mecanismos de funcionamento implicados nas políticas públicas empenhadas na produção

e na defesa de uma infância, frente à lei da obrigatoriedade das crianças foi, paulatinamente, sendo imposta em diversas partes do mundo ocidental, transformando a escola numa obrigação que se alastrou, tanto no nível individual, como no nível social. As crianças se tornam sujeitos institucionalizados, muitas vezes atendidas em espaços que desconfiguram as questões de infâncias, assim, esse manejo precisa ser estudado e pensado sobre o caráter preparatório que se concebe a etapa da Pré-escola, ou seja, a etapa da Educação Infantil de caráter propedêutica para o Ensino Fundamental. Ao olhar para o presente, a partir da análise do PNLD, as práticas preparatórias se acentuam, podemos perceber isso no excerto do material¹⁰ quando traz o conceito de literacia e numeracia, destacando que:

A Educação Infantil é integrante da literacia básica, na qual deverão ser desenvolvidas habilidades fundamentais para a alfabetização, como a consciência fonológica e a aquisição de vocabulário. Dessa forma, existem alguns momentos rotineiros e vivências essenciais para que essas habilidades sejam desenvolvidas. (SGROGLIA, 2020, p.11)

Percebemos que está sendo reeditado práticas pedagógicas centradas na repetição e exposição de letras e números, reimprescindindo a Educação Infantil já trazida em outros tempos, compensatória, antecipatória e focada no treino de habilidades e exercícios de prontidão. E onde encontramos a criança como centralidade de todo processo? O foco está somente no raciocínio lógico e na alfabetização, esquecendo que a criança precisa ser pensada de forma holística e não segmentada como apresentada, trazendo orientações de como deve acontecer tudo para nossas crianças.

10 Esse material é disponibilizado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o qual encaminha para as escolas amostras de livros didáticos. Essas obras, escolhidas previamente pelo Programa, são encaminhadas para os professores e as equipes gestoras apreciarem, sendo essas indicadas a serem usadas na Educação Infantil. Os profissionais, após análise minuciosa, podem ou não adotar as obras, fazendo registro em ata de suas defesas e encaminhando ao Programa.

Ao pensarmos nas necessidades e especificidades das crianças da Educação Infantil, nesse formato holístico, temos que ter como centralidade a própria criança e suas experiências, como produtora de cultura, como ser protagonista e não como traz as obras, pontuando orientações didáticas de como fazer as determinadas atividades. Ratificamos essa intenção fundamentando com o que nos apresenta as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), no que se refere ao currículo, em seu artigo terceiro, pontuando que:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009)

Sendo assim, percebe-se no material analisado que ele apresenta orientações alheias às realidades das crianças, as atividades impõem um padrão que retiram o direito de pensar e levar em consideração a escuta sensível, tanto do profissional quanto das crianças. Orientações essas, que acabam com o próprio sentido do fazer pedagógico, que precisaria ter como eixo condutor as interações e as brincadeiras. Percebemos o conceito de currículo trazido, quando nos deparamos com indicativos didáticos de como trabalhar a coordenação motora da criança, a saber:

A coordenação motora nos permite realizar os mais diversos movimentos coordenados. Para praticar o movimento de pinça, passe cola, branca ou colorida em uma das mãos da criança, deixe a cola secar e peça a ela que, com a outra mão, com movimento de pinça, vá tirando a cola como se estivesse tirando a pele. Repita o exercício com a outra mão. (SGROGLIA, 2020, p. 33)

Pensar em um currículo para as crianças, não podem ser baseadas em orientações didáticas engessadas dessa forma, mas

sim a partir de práticas educativas com intencionalidade, que tragam experiências da vida cotidiana.

Entendendo que as práticas cotidianas institucionalizadas vão constituindo a subjetividade das crianças, destaca-se a importância de se dar a devida atenção no que se é disponibilizado, porque é a partir dessas vivências que a criança constrói sua identidade pessoal e coletiva. Bujes (2002, p. 19) afirma que "...a ideia que hoje se faz do currículo é uma caminhada, de uma trajetória, da direção que toma o processo de produção de determinados saberes". Significando assim, que o currículo emerge das vivências da vida cotidiana as quais as crianças são conduzidas, sendo que por essas deve ser garantido os direitos das crianças articulado aos saberes e interesses com o patrimônio cultural da humanidade.

Sendo assim, a proposta trazida pelos livros analisados vem de encontro aos direitos de aprendizagens trazidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois não ampliam as experiências das crianças, minimizando as brincadeiras, a convivência entre os pares, a exploração do meio no qual estão inseridas, a participação, o autoconhecimento e a expressão plena nas propostas, tornando o arranjo curricular uma lista de conteúdos e não a aprendizagem por meio de experiências significativas; além do que reforça o professor como mero executor de instruções prescritas e não como ser reflexivo e atento às necessidades das crianças (BRASIL, 2017).

Com o contexto da pandemia covid-19, aparatos de controle e regulação surgiram e se evidenciam como possibilidades de recuperação de eventuais prejuízos na institucionalização das infâncias. O *homeschooling* é um deles. Há um debate sobre a temática, de um lado pessoas considerando um direito individual de liberdade de escolha das famílias, sendo uma opção destas pelo ensino de seus filhos no âmbito privado. De outro, movimentos militantes, como o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), movimento estudado nessa pesquisa, que defendem o significado

da educação dentro do contexto maior que envolve o Estado Democrático de direito, bem como a educação como um bem público, com fins públicos e privados, diante da prática do *homeschooling* e suas possíveis implicações para a privatização da educação.

O MIEIB é contra a educação domiciliar (*homeschooling*). Segundo o movimento, substituir a educação escolar por propostas de educação domiciliar coloca em risco o direito das crianças à educação e amplia, de forma significativa, a desigualdade social e educacional no nosso país. O Movimento, em articulação nacional com representação em todas as unidades da federação que atua há mais de vinte (20) anos em defesa do direito a uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social para todas as crianças de zero (0) a seis (6) anos, expressa contrariedade ao Projeto de Lei 3179/2022, que visa regulamentar a educação domiciliar.

O MIEIB parte do pressuposto de que o espaço escolar e familiar são instituições com potenciais educativos distintos. Mais ainda, segundo a Constituição Federal (1988) e a legislação educacional, é um dever do Estado a oferta da Educação Infantil em espaços escolares diferentes do ambiente familiar e direito da criança de estar matriculada em uma instituição educacional. As escolas são espaços sociais onde a criança tem a possibilidade de conhecer o outro e onde pode aprender a conviver com as mais variadas diferenças.

A escolarização é um processo coletivo de encontro entre contextos sociais, pluralidade de gêneros e culturas e, desse modo, a escola constitui-se como parte essencial da experiência social da criança. Todas, sem distinção, têm o direito à construção de novos vínculos, de amizade, de fazer comunidades construindo novas relações. A escola é o espaço coletivo que contribui para o 100 pleno desenvolvimento dos bebês e das crianças pequenas promovendo interações, brincadeiras e experiências educativas que ampliam o seu repertório – é o lugar do conhecimento do mundo e o reconhecimento do outro.

A Educação Infantil é um espaço de socialização, de um brincar coletivo, um ambiente social do exercício da cidadania das crianças de zero (0) a seis (6) anos. Substituir a educação escolar pela domiciliar é fechar o mundo da criança para aquilo que apenas a família deseja, pois impede a mais ampla socialização, o acesso a novos conhecimentos, perde-se o direito à diferença, a pluralidade. Os processos de desenvolvimento e aprendizagem são próprios da atividade docente e nem todas as famílias têm como prover materiais e espaços pedagógicos adequados. Uma educação domiciliar é para quem quer ou quem precisa?

Michel Foucault procurou demonstrar como, para cada sociedade, as noções de verdade variam ao longo da história. O falso e o verdadeiro variam em diferentes períodos, ordenando e controlando a vida social e os indivíduos, criando um sistema de normalização nutrido por micro relações de poder. Para Foucault (1995, p. 13), regimes de verdade são “o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeito específico de poder”, não sendo então a verdade algo a ser descoberto. Ele destaca o papel político e econômico que a verdade desempenha, e enfatiza que os problemas políticos dos intelectuais são pensados com base na “verdade/poder”.

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder - o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder, contudo de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia social, econômica e social no interior das quais ela funciona no momento” (FOUCAULT, 1995, p. 14).

Para Foucault (2000) existe uma “economia política da verdade”, ou seja, a verdade está presente na sociedade moderna através do discurso científico e nas instituições que a produzem. É produzida e transmitida hegemonicamente por aparelhos políticos e econômicos. O que pudesse chamar de um regime de verdade, portanto, seriam os sistemas de poder que a produzem e a sustentam,

garantindo sua indução e reprodução na vida social. Toda sociedade possui seus regimes de verdade e estes regimes podem ser apreendidos pelos tipos de discursos que ela acolhe e os processos que os tornam verdadeiros, através desses mecanismos é que é possível distinguir as “falsas” declarações, as formas de controle, as técnicas e procedimentos preferíveis para o alcance da verdade. A verdade está intimamente relacionada com as relações de conhecimento e poder.

O que nos atenta Foucault é para duvidar destas peripécias da verdade, ao apontar que a sua própria vontade se dá a partir de relações de poder, ela tem uma história, diante dessa ideia busco os regimes de verdade que se constituíram a partir da concepção de criança e Educação Infantil na contemporaneidade.

É um direito de toda criança de receber uma educação de qualidade e não ser excluída, independente se ela possui ou não alguma necessidade especial. Uma educação domiciliar limita a identificação da violência doméstica. Não há nenhuma evidência científica de que a instrução ofertada pelas famílias (ou preceptores) melhore o desenvolvimento e aprendizado das crianças.

O MIEIB aponta que o ensino domiciliar promove a proliferação de espaços educativos informais sem profissionais qualificados, retrocedendo a períodos em que a Educação Infantil era ofertada em espaços precários. Sem falar no enorme desequilíbrio financeiro que provocará nas contas dos estados e municípios que deverão tratar cada residência como uma unidade educativa sem terem condições de acompanhar e avaliar esse atendimento. O MIEIB se posiciona vigilante na defesa intransigente da Educação Infantil pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social para todas as crianças de zero (0) a seis (6) anos, como dever do Estado.

Conforme Veiga-Neto, em entrevista realizada por Amanda Kaster (2022) ao Instituto Racionalidades, refletindo sobre a crise educacional em nosso país, que para reverter a situação que ameaça

a escola faz-se necessário “restringir as práticas de educação remota às conferências, aulas magnas e outros eventos pontuais e acentuar o convívio social da escola. A casa é uma coisa e a escola é outra. A escola é espaço público e aprendemos a conviver em espaço público efetivamente vivendo nele.” Ele diz que não fala isso como um professor antigo, conservador, mas sim como alguém que vê sentido na existência da sala de aula, dos corredores, da sala de professores, e outros tantos espaços, na educação prática das crianças e dos adultos, que não pode ser substituído por espaços fechados como condomínios, clubes e igrejas, ou muito menos ainda pela família. Segundo o pesquisador, *homeschooling* é um equívoco profundo.

A modernidade se constituiu em práticas coletivas onde a escola moderna teve um papel fundamental, não apenas no que se trata do iluminismo, mas também da diferenciação do seio familiar e do espaço coletivo. Se aprende muito em casa, mas a vida social, com a diferença, com a coletividade, com os outros, se aprende na escola. Outro motivo contra é a importância da escola na luta contra o abuso infantil. Existem diversos relatos de professores que encontraram sinais de maus tratos nas crianças e, assim, puderam reportar abusos sofridos por elas em casa.

O despreparo dos pais, flexibilização e falta de inspeção, são outros argumentos que fazem alguns se posicionarem contra ou ficarem em dúvida em relação ao *homeschooling*. Os favoráveis ao ensino doméstico respondem que, além da criança aprender a conviver em casa e de acordo com os parâmetros dos pais, existem outros meios de socialização fora da escola. Os pais podem matricular os filhos em cursos de idiomas, em atividades esportivas em grupo e os filhos podem se relacionar com outras crianças em grupos em que os pais convivem, como familiares, amigos, vizinhos ou igrejas.

Antes de tudo é preciso lembrar que no Brasil esta modalidade de educação não é permitida e o entendimento tem resguardado na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA-Lei 8069/90), no Art. 55 diz que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. No Artigo 6º da Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (Lei 9394/96) reitera a obrigação que foi estabelecida pelo ECA que diz que “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade (BRASIL, 1996). (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) e ainda no Código Penal brasileiro, em seu artigo 246, também, assegura que será considerado crime de abandono intelectual: “Deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar”. Pena de detenção de 15 (quinze) dias a 01 mês, ou multa. A Constituição Federal, carta magna brasileira, estabelece a educação como direito universal sendo dever do Estado, da família e da sociedade de forma colaborativa. Ou seja, uma responsabilidade compartilhada, que reconhece o papel fundamental do ambiente escolar na formação intelectual. Por isso é importante ressaltar a inconstitucionalidade do PL 3262/19, aprovado na CCJ da Câmara, e que deverá passar pelo Plenário.

Ao descriminalizar a prática exclusiva pela família, o PL acaba regulamentando o Ensino Domiciliar no Brasil. Para além disso, é uma violência simbólica tratar um tema educacional sob o âmbito do Código Penal, quando na verdade o Brasil tem uma legislação extensa e que deveria respeitar o amplo debate como condição precípua para admitir qualquer alteração na legislação. Não há educação possível sem o ambiente escolar e todas as dimensões que nele coexistem. É na escola, por exemplo, que crianças e adolescentes constroem o conhecimento, suas personalidades e se entendem como sujeitos de direitos, numa relação de troca de saberes com educadores/as e outros alunos/as.

Neste processo, a convivência com vários atores auxilia crianças e adolescentes, orientando seus processos de aprendizado. Também é importante ressaltar que privar o direito fundamental das crianças e adolescentes do ambiente escolar pode aliená-las de

direitos como, por exemplo, uma alimentação segura, pois, com a volta da fome a escola, para muitos e muitas, também é lugar de refeição garantida. Além disso, poderemos estar acobertando violências físicas, abusos psicológicos e sexuais.

As estatísticas apresentam diariamente números de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes praticados por pais, mães, padrastos ou outros parentes das vítimas. Em mais de 70% (setenta por cento) dos registros, a violência foi cometida na casa do abusador ou da vítima. Professoras e professores são as mais importantes referências infantis para denunciar situações anômalas vividas em casa. Então, nada mais conveniente àqueles que cometem crimes gravíssimos como pedofilia, ou violências de todo o tipo, que privar crianças e adolescentes do convívio, para impedir o mundo de ver a violência que sofrem.

O quadro muda na escola. As trabalhadoras (es) em educação, como professoras (es), psicólogas (os) e orientadoras (res) educacionais, que atuam no ambiente escolar, possuem formação profissional que dá conta de identificar possíveis abusos contra crianças e adolescentes e estão inseridos em uma rede que tem contato direto com os Conselhos Tutelares e os órgãos de justiça. Portanto, a possibilidade de muitas crianças e adolescentes fora do ambiente escolar tende a potencializar a violência e exploração sexual.

Lugar de criança é na escola e escola é meio de inserção no mundo. Local para conhecer a diversidade cultural e humana e ter compreensão da diversidade de pensamentos existentes no mundo. Em resumo, diante de todos esses apontamentos sobre o ensino domiciliar, o papel da família na educação existe e é extremamente importante, mas não exclusivo. Não é possível confundir educação doméstica com educação escolar. Uma trata do cuidado no momento do nascimento, nos encontros, nas festas, na supervisão cotidiana e nos valores culturais, que são inalienáveis ao ser humano. Mas esse aspecto é totalmente distinto da educação escolar, que é papel do

Estado e que pode ser compartilhada com a escola privada, desde que parte da rede regular de ensino. Assim, suscitar o debate sobre a compulsoriedade da educação escolar versus o ensino domiciliar – *homeschooling* no Brasil implica reconhecer a existência de grandes desafios que evidenciam, por um lado, a necessidade de garantia de direitos individuais das famílias e, por outro, os inegáveis avanços que a ampliação do acesso à escola para camadas antes excluídas trouxe para o processo de democratização do ensino no Brasil (BEISIEGEL, 2005).

Desse modo, compartilha-se a visão de Boudens (2002, p. 15) de que as argumentações e decisões em relação à oficialização e prática do *homeschooling* no país trata-se muito menos de natureza jurídica e mais de natureza política; sobretudo, do posicionamento político que se assume em prol do direito à educação de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa análise, concluímos que PNLD e o ensino domiciliar constituem de estratégias biopolíticas para atendimento da primeira infância, pois a escolarização é um processo coletivo de encontro entre contextos sociais, pluralidade de gêneros e culturas e, desse modo, a escola constitui-se como parte essencial da experiência social da criança. Todas, sem distinção, têm o direito à construção de novos vínculos, de amizade, de fazer comunidades construindo novas relações.

De acordo com o que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), nos aponta, como a organização curricular nas escolas deve ser, sendo essas:

[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural,

artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades (BRASIL, 2010, p. 86).

Entende-se a escola como espaço coletivo que contribui para o pleno desenvolvimento dos bebês e das crianças pequenas promovendo interações, brincadeiras e experiências educativas que ampliam o seu repertório – é o lugar do conhecimento do mundo e o reconhecimento do outro.

A Educação Infantil é um espaço de socialização, de um brincar coletivo, um ambiente social do exercício da cidadania das crianças de zero (0) a seis (6) anos. Substituir a educação escolar pela domiciliar é fechar o mundo da criança para aquilo que apenas a família deseja, pois impede a mais ampla socialização, o acesso a novos conhecimentos, perde-se o direito à diferença, a pluralidade. Os processos de desenvolvimento e aprendizagem são próprios da atividade docente e nem todas as famílias têm como prover materiais e espaços pedagógicos adequados.

Além do que, através das análises, infere que o PNLD, motivado pelo imperativo de investimento econômico em educação, opera estratégias e tentativas de potencializar a disputa cultural, tendo em vista a qualificação e preparação das crianças enquanto capital humano.

Também, há um objetivo disciplinar de agir sobre o devir, sobre o vir a ser dos corpos infantis, operando, desta forma, sobre os modos de vida futuros, que deveriam se tornar compatíveis com as normas sociais e não desviantes. Assim, esses textos objetivam esmiuçar as manifestações dos regimes de verdade de uma vontade de poder sobre as crianças e de que estratégias este se vale para produzir um determinado tipo de subjetividade: fazer com que este sujeito infantil, proclamado como criança, de uma natureza singular, seja capturado pelos processos educativos.

Ao tomar as crianças como sujeito produtivo e de investimento, os significados atribuídos a elas são o resultado de um processo de construção social, dependente de um conjunto de possibilidades que se conjugam em determinado momento da história e a ideia de um sujeito cognitivo que será conduzido e avaliado conforme conhecimentos especializados, as práticas de vigilância e controle sobre os sujeitos infantis.

Por fim, o saber sobre o sujeito infantil produtivo e a ser investido são produzidos sobre dois efeitos complementares e que se reforçam mutuamente: os processos de desenvolvimento passando pelo o que é normal e desejável para as crianças e, ao mesmo tempo, serve de referência para que tais processos, assim descritos, sejam observados, avaliados e constituam as bases para novos aportes teóricos e outro efeito é situando a infância como um acontecimento caracteristicamente moderno, produto de uma série de condições que se conjugam e que estabelecem novas possibilidades de compreensão de um fenômeno que antes de uma realidade biológica é um fato cultural por excelência. A produção de saberes sobre a infância está conectada à regulação das condutas dos sujeitos infantis e à Educação Infantil, como instituição de práticas educacionais voltadas para eles.

REFERÊNCIAS

- BEISIEGEL, C. de R. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Liber Livro, 2005.
- BOUDENS, E. **Ensino em casa no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>. Acesso em: 22 mai. 2022.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2009.
- BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases Educacionais**. Lei 9394/1996. Brasília, 1996.

BRASIL. **PNA – Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização.** Brasília: MEC, 2010.

BUJES, M. I. E. **Infância e maquinarias.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CARVALHO, R. S. de. **A educação infantil como investimento em capital humano:** governamentalidade e gestão de riscos como pauta da expertise econômica. X ANPED SUL, Florianópolis, out. 2014.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. *In:* RABINOV, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população.** Tradução de Márcio Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2010

FOUCAULT, M. **A governamentalidade. Microfísica do poder.** 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOLDSTEIN, S.; GOLDSTEIN, M. **Hiperatividade:** Como desenvolver a capacidade de atenção da criança. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

KASTER, A. "A vida social, a coletividade, só se aprende na escola", diz Alfredo Veiga-Neto. **Instituto Racionalidades**, Cachoeirinha, 2022. Disponível em: <https://institutoracionalidades.com.br/noticias-e-textos/a-vida-social-a-coletividade-so-se-aprende-na-escola-diz-alfredo-veiga-neto/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

KELBERT, S.; SARAIVA, K. Club Penguin e Mundo do Sítio como lugares de aprendizagem. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, v. 12, p. 151-157, 2014.

NOVAKOWSKI, L. A comodificação da Educação Infantil. **Momento Diálogos em Educação**, Canoas, v. 28, n. 2, p. 143-161, 2017.

SARAIVA, K. Michel Foucault, discurso e a invenção da verdade. *In*: LEITE, M.; GABRIEL, C. T. **Linguagem, discurso, pesquisa e Educação**. Rio de Janeiro: Faperj, 2013.

SARAIVA, K.; VEIGA-NETO, A.; CÉSAR, M. R. Apresentação. **Revista Educação (PUCRS. Online)**, Porto Alegre, v. 36, p. 141-143, 2013.

SGROGLIA, R. **Iniciando o aprender volume II**: crianças pequenas de 5 anos. São Paulo: Joantina, 2020.

8

*Diana Malito
Lívia Cretton*

“MATERNIDADE APEGADA”:
UMA ANÁLISE SOBRE AS (RE)ATUALIZAÇÕES
DO CERCEAMENTO QUE INCIDE SOBRE OS CORPOS
DAS MULHERES-MÃES

INTRODUÇÃO: SITUANDO NOSSOS LUGARES E APOSTAS DE PESQUISA

Escrevemos esse texto compondo nossas ressonâncias e divergências. A partir de incômodos com experiências que nos atravessam desde o lugar de mulheres, pesquisadoras e mães. Durante a graduação em psicologia, nos aproximamos para pensar o cuidado na clínica *psi* por um viés transdisciplinar, forjado com autores da Filosofia da Diferença, perseguindo uma certa ética foucaultiana. Posteriormente, nos reencontramos enquanto trabalhadoras das políticas públicas e do consultório privado, às voltas com o exercício da maternidade e construindo outras perguntas na pós-graduação. Interessava, acompanhando o que acontecia na vida coletiva, política, e nas experiências singulares de cada uma, os estudos sobre o apagamento do que sustentou o advento e o êxito do capitalismo. A saber: o processo de colonização e escravização, o controle da sexualidade, a divisão sexual do trabalho, o confinamento das mulheres ao trabalho reprodutivo e doméstico (FEDERICI, 2017).

Nos últimos anos, a ascensão mais explícita da extrema direita, a intensificação e maior visibilidade das lutas com marcadores de gênero, raça e classe, recorrentemente desqualificadas como “movimentos identitários”, o advento da pandemia de covid-19, e uma existência praticamente transferida para a virtualidade das redes sociais, nos transformaram um tanto. Entre as escolhas de pesquisa que nos foram caras, traçamos caminhos que se cruzam em alianças de luta: a compreensão das consequências da colonização, bem como a importância política das categorias mulher e mãe nos estudos contemporâneos das subjetividades. Reflexões que anseiam os escapes a um controle tão capilarizado em nossos corpos.

Cada uma de nós inclui na escrita marcas que testemunham acontecimentos históricos, coletivos, vivenciados a partir de nossos lugares no mundo – uma análise que o Sujeito/Pesquisador que se

propõe universal, se recusa a fazer. Nos encontramos novamente: agora enquanto autora de uma tese de doutorado mergulhada nas camadas mais profundas da maternidade e no feminismo, e enquanto leitora-banca da referida tese, interrogando através do marcador raça quais corpos têm podido caber nos conceitos de mulher e de mãe.

Nesse texto, atualizamos algumas dessas questões, trazendo uma discussão a respeito das “aldeias digitais” que prometem a determinadas mulheres amparo e ajuda para cuidar dos filhos através da *criação com apego* e da *educação não violenta*. Aldeia, esta generosa nomeação, faz alusão ao provérbio africano “é preciso uma aldeia inteira para cuidar de uma criança” na direção oposta ao clássico e tão repetido ditado popular brasileiro: “quem pariu Mateus, que o embale”. No entanto, diferente da convivência e compartilhamento comunitário do cuidado que o provérbio africano evoca, nas aldeias digitais as interações se dão através do consumo de imagens e textos. Diferentes especialistas das ciências humanas e da saúde, e mães que narram suas próprias experiências mostrando o dia a dia com os filhos, têm ofertado às famílias informação científica, educação em saúde, entretenimento, humor, empatia, companhia, *lifestyle*, venda de serviços, cursos e outros produtos – as ofertas são ilimitadas.

Observamos que essas publicações, tanto dos especialistas quanto das mães, vêm pautando o exercício da maternidade a partir de prescrições, não necessariamente explícitas, sobre como criar filhos “seguros”, “emocionalmente regulados”, recomendando/vendendo “boas práticas”. Nesse sentido, produzem majoritariamente conteúdos *sobre* e não *com* as maternidades possíveis.

Se, a cada período histórico, diferentes tecnologias vêm confinando mulheres ao trabalho doméstico e reprodutivo, ainda que elas também trabalhem fora de casa, na atualidade quais os efeitos dos discursos produzidos sobre uma certa “maternidade apegada”? Poderiam as mulheres-mães construir uma ética de cuidado de si em meio a tantas prescrições?

A HISTÓRIA ESQUECIDA DAS MULHERES

Michel Foucault (2005) construiu ao longo de suas obras uma analítica que subverte o modo tradicional de pensar o conceito de poder. Desmontou as concepções que restringem o poder a instâncias jurídicas, a mecanismos de interdição ou de repressão, que o definem como objeto centralizado, localizável em um sujeito que o detenha, reduzido ao embate entre dominadores versus dominados. Foucault nos traz as noções de multiplicidade, capilarização, correlação de forças: as relações de poder não sendo exteriores a outras relações, mas constituindo-as. Uma dinâmica que investe mais na incitação do que em formas repressivas, marcando seu caráter produtor (e sedutor).

Em suas análises sobre a transição de um poder soberano absolutista, para uma precária arte de governar, até chegar ao que o autor conceitua como *governamentalidade*, observamos a emergência de uma nova inteligibilidade de poder, a *biopolítica*, cujo alvo é a população – esse modo de traduzir a massa heterogênea de pessoas de maneira específica, estratégica, calculável. O poder do governante não sendo então sobre provar que é dono da vida dos súditos, tendo o direito de punir ou de matar, mas na direção de fazê-los viver, lançando mão de tecnologias voltadas para garantir seu bem-estar, bem como sua vigilância (MALITO, 2021). “Biopolítica: eu entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça” (FOUCAULT, 2008, p. 431).

Ao pensarmos de que forma o corpo da mulher é tomado como alvo de controle biopolítico percebemos que esse novo exercício de poder não foi descentralizado ou sutil como propunha Foucault, mas incidiu de forma brutal e bastante violenta sobre os corpos das mulheres. Silvia Federici (2017), ao se debruçar sobre as contingências

históricas da transição das sociedades feudais para o novo sistema capitalista, propõe trazer a história esquecida das mulheres. A autora aponta os vários dispositivos que se combinaram para campanhas de degradação e perseguição das mulheres, até a sua *domesticação*, sua transformação em propriedade do *patriarcado*. Sublinhamos as providências tomadas para retirar das mulheres o protagonismo no momento do parto. As parteiras são desqualificadas, colocadas sob suspeita, justificando-se a entrada de médicos homens na hora dos nascimentos. Tal suspeita provinha do medo que as autoridades tinham, por motivos políticos, do infanticídio e não de alguma preocupação com a suposta incompetência das parteiras.

Começou um processo pelo qual as mulheres perderam o controle que haviam exercido sobre a procriação, sendo reduzidas a um papel passivo no parto, enquanto os médicos homens passaram a ser considerados como “aqueles que realmente davam vida” (como nos sonhos alquimistas dos magos renascentistas). Com essa mudança, também teve início o domínio de uma nova prática médica que, em caso de emergência, priorizava a vida do feto em detrimento da vida da mãe. Isso contrastava com o processo de nascimento habitual que as mulheres haviam controlado. E, para que efetivamente ocorresse, a comunidade de mulheres que se reunia em torno da cama da futura mãe teve que ser expulsa da sala de partos. (FEDERICI, 2017, p. 177)

Federici (2017) toma como analisadores do controle sobre os corpos femininos o fenômeno da Caça às Bruxas, a vigilância da sexualidade, da gestação e dos abortos, as hierarquizações nos postos de trabalho, as medidas tomadas para sabotar as relações entre homens e mulheres, e entre elas mesmas, desgastando laços que nas sociedades pré-capitalistas eram minimamente de solidariedade e comunidade. “O compromisso com o barateamento do custo da produção do trabalho, ao longo do desenvolvimento capitalista, exige o uso da máxima violência e da guerra contra as mulheres, que são o sujeito primário dessa produção” (FEDERICI, 2017, p. 14).

Acompanhamos os processos históricos da construção da mulher branca de elite, burguesa ou proletária: sua voz política constantemente silenciada, atada ao território doméstico, fixada ao papel de mãe, submetida economicamente a figura masculina, até alcançar a condição do que se considera hoje uma mulher livre. Inferimos que na atualidade, as produções das aldeias digitais são direcionadas a herança desse modo de subjetivação.

Mas, haveria outras existências à sombra desse modelo de ser mulher e mãe? Onde estariam as mulheres negras e indígenas nesse período? Federici também toma a colonização e a escravização africana como elementos centrais do triunfo capitalista. Enquanto a produção biopolítica incitava a fixação da mulher a um determinado papel materno, os filhos das escravizadas negras eram comercializados como mercadoria. O corpo da escravizada era público, exposto a qualquer violência, sem mediações, não contemplado na condição de humanidade. Pautar raça costuma exigir justificativas e ressalvas, então: o objetivo aqui não é de minimizar ou relativizar a violência sobre as mulheres brancas, mas dar visibilidade a outras existências, que em sua desumanização e exploração foram o chão onde pisaram as práticas que se voltaram para a qualidade de vida daquelas que eram consideradas mulheres.

Achille Mbembe (2016) propõe pensarmos as formas de subjugação da vida através de redes de poder que não têm como território de intervenção a vida, mas a possibilidade de matar. Propõe, a partir do conceito foucaultiano, a noção de *necropolítica*. Se aproximando da ideia de Estado de Exceção, constrói o conceito sem utilizar o modelo do nazismo, totalitarismo e dos campos de concentração/extermínio para descrever esse estado de terror. Recorre aos contextos pós-coloniais de Áfricas, aos processos de colonização, neocolonização, e as heranças coloniais que ainda imperam, por exemplo, no Brasil. Alarga as reflexões foucaultianas de que o poder se situa e é exercido no nível da vida, demonstrando que é exercido

também na possibilidade de matabilidade e na ideia de que qualquer um pode ser soberano e decidir pela morte do outro.

De acordo com Fátima Lima (2018), no Brasil, o poder necropolítico está presente no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos apartheids urbanos nas grandes e pequenas cidades, no genocídio dos jovens negros, na eclosão dos grupos de justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas urgências e emergências hospitalares, entre tantos outros lugares. Haveria mães nesses territórios, ou elas só existiriam dentro de casa, com licença maternidade, falando sobre o puerpério em sessões de psicanálise? Como, ao produzirmos análises numa pesquisa, podemos descentralizar das implicações com esse modo de vida burguês que embora saibamos ser uma *blogosfera* materna específica, descrevemos quase como uma realidade absoluta? Mãe essa palavra tão grande, marcada não somente pelo sexo, mas também por raça e classe. E suas intercessões definirão se essas mulheres terão ou não sua maternidade legitimada, visibilizada. Caberiam no conceito de mãe, por exemplo, as mulheres indígenas, as mulheres do campo, as adolescentes, aquelas que estão encarceradas, as que estão parindo algemadas no hospital, as mulheres e meninas usuárias de crack, as mães que perderam o filho para a violência de Estado?

ALDEIAS DIGITAIS: MATERNIDADE COM O SELO BRANQUITUDE DE QUALIDADE

Trazemos para análise duas publicações de perfis públicos do *Instagram*. A primeira é do perfil @criacao_neurocompativel de Marcia Tosin, mãe e psicóloga, em sua descrição afirma ajudar pais a criar humanos incríveis, emocionalmente fortes e independentes. Possui um livro lançado em 2022 ("Criação neurocompatível:

uma visão revolucionária sobre desenvolvimento infantil”) e três cursos online (“Estratégias para lidar com a criança hiper-reativa”; “A criança ansiosa”; “Por um desfralde neurocompatível”). Sua primeira publicação data de 13 de janeiro de 2018, e até março de 2023 possui 1.786 publicações e 947 mil seguidores. A segunda é do perfil @recriar_julieta, de Julieta Franco, mãe e escritora, acrescentou recentemente em sua apresentação que está cursando psicologia; em sua descrição diz “(RE)CRIAR COM APEGO, Maternidade & Filhos, Neuropsicologia. Fortaleça sua maternidade, garanta saúde física, mental e emocional para seu filho”. Possui um livro lançado em 2020 (“O poder do apego”), e oferta cursos online, para informações é necessário entrar em contato. Sua primeira publicação é de 29 de março de 2018, e até março de 2023 possui 841 publicações e 158 mil seguidores.

São perfis que refletem as principais ideias do movimento que pauta dentro do nicho da maternidade nas redes sociais os temas da criação com apego e criação não violenta. A intenção não é dirigir críticas pessoais aos perfis. Supomos que estas mulheres são movidas pela busca de uma inserção no mercado autônomo de trabalho, e por um importante ativismo no campo da maternidade. O que nos interessa é problematizar as possíveis implicações desses discursos para as mulheres que o consomem.

Como psicóloga, eu nunca vi e nem imaginei ver uma revolução tão grande como a gerada nos últimos 5 anos através das redes sociais na área de educação de filhos. E isso deixou tudo muito mais difícil. Ainda bem. Os conhecimentos que temos hoje sobre educação respeitosa começaram a ser desenvolvidos há quase 100 anos atrás [...] A gente reclama da nebulosidade de tantas informações por aqui, mas esse excesso faz o seu cérebro processar sua área de julgamento, crítica e ética. É como se a análise e a escolha te deixassem cognitivamente mais inteligente. Em nenhum outro momento da história acontecerá isso novamente. Iremos evoluir muito na ciência, ela nos trará coisas que nem imaginamos, porém faz mais

de 100 anos que esses recursos científicos foram se acumulando, até explodirem juntamente com os estudos de neuroimagem nos últimos 5 anos. Eu sei que, por vezes, é difícil acreditar que o seu amor é capaz de educar sozinho. Você aprendeu a olhar para a criança como um ser passivo “que recebe” e hoje está começando a ver que, na verdade, ela é o sujeito da sua própria vida. Eu me responsabilizo quando conheço algo que eu gostaria de ter acessado quando meu filho nasceu. Então eu paro e digo: ninguém é culpado quando só conhecia um caminho. A ciência disse: “estávamos errados, os pais não precisam ser ensinados, a maior força de criação é o amor incondicional que eles sentem naturalmente por seus filhos”. Mas ainda têm muitas famílias adormecidas e para elas está fácil educar: batendo, culpando e usando o poder e o medo. Difícil é para você, pai e mãe consciente, que precisa mudar a direção do barco e chegar em um continente que você nunca pisou. Parabéns pela tua nobreza de coração. Se está difícil, é porque estamos no mesmo sentido. (TOSIN, 2020)

Quando falamos em “criar com apego”, muitas pessoas não têm a noção exata do que significa. Inclusive pensam que é uma espécie de sentimento. Quando comecei meus estudos e descobri que APEGO era muito mais que uma modalidade de criação de filhos e que na verdade, era um comportamento inato do ser humano que tem como objetivo o contato físico, eu não pude acreditar. Juro. Pensei: todas as mães precisam saber que o colo é algo que já nascemos buscando, precisando, necessitando. Mais tarde, também fui descobrindo como esse contato físico favorece o desenvolvimento não só de nosso emocional, mas também no desenvolvimento de estruturas cerebrais importantíssimas. O comportando do apego é o que nos impulsiona a sempre demandar que alguém esteja cuidando de nós, no colo, junto. É nosso chamado. É nossa forma de chamar. E o bebê nasce sabendo fazer isso. Não é maravilhoso? Daqui nasce o apego seguro (habilidades de se relacionar socialmente). Nasce saúde física, mental e emocional. Em casa abraço que damos nos nossos filhos, economizamos estresse tóxico na vida deles.

Favorecemos. E é justamente por isso que colo nunca será balela. Nunca deixará seu filho “mal-acostumado” ou mimado. Porque apego não é um sentimento. É um comportamento. Inato. Instintivo. Necessário. É um poder. O Poder do Apego. (FRANCO, 2020)

Em geral, os perfis do que estamos nomeando aldeia digital, ou blogosfera materna, publicam conteúdo voltados para a gestação, puerpério, informações sobre os primeiros dias de vida dos bebês, educação das crianças e saúde mental das mães. São textos, links de matérias, imagens e vídeos voltados para dicas sobre parto natural, preparação para o puerpério, aleitamento materno em livre demanda, sono dos bebês, saltos de desenvolvimento, dicas de segurança, a importância da amamentação em livre demanda, os riscos da mamadeira e da chupeta, a importância da introdução alimentar, questões sobre cama compartilhada, estimulação da inteligência, da linguagem, como se blindar contra opiniões e comentários inoportunos de pessoas de fora e de dentro da família, como lidar com a defasagem de saberes dos avós; orientam a falarmos com os filhos de maneira assertiva, aprender a lidar com as birras, não descontar frustrações pessoais nas crianças, compreender que a infância passa em um segundo e sentiremos falta, aprender a sermos adultas reguladas emocionalmente e poder transmitir isso as crianças que não têm o mesmo alcance neural; pautam dificuldades no casamento após a chegada dos filhos, convocam os pais a lerem as postagens; focam constantemente na saúde mental das mães, reconhecendo seu cansaço e exaustão, oferecendo acolhimento e empatia para a sobrecarga materna. E que sobrecarga!

Marina Nucci e Fernanda Alzuguir (2015), no trabalho “Maternidade mamífera? Concepções sobre natureza e ciência em uma rede social de mães” consideram que o discurso científico vem sendo ressignificado nas redes virtuais de mães, a fim de legitimar práticas e estilos de vida consoantes com o ideário da humanização do parto e da amamentação, que embora importantes, estão ancorados

na ideia de uma natureza feminina universal. Apontam que se esta posituação da natureza do corpo feminino pode ser reconhecida como um esforço em direção à luta pela autonomia reprodutiva das mulheres, pode por outro lado reproduzir a essencialização de uma noção de natureza universal.

Elisabeth Badinter publicou, na década de 1980, “Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno”, um marco de sua época. Ela se voltou para a desconstrução da ideia do “amor materno” como algo inato e instintivo, e apresentou evidências históricas, políticas e econômicas sobre essa invenção. Para Badinter (1985), a mãe é promovida a grande responsável pela felicidade de seu rebento, uma missão que lhe aprisiona nesse único papel, exaltado como uma promoção positiva: “Essa promoção, porém, dissimulava uma dupla armadilha, que será por vezes vivida como uma alienação. Enclausurada em seu papel de mãe, a mulher não mais poderá evitá-lo sob pena de condenação moral” (BADINTER, 1985, p. 237). Por volta de vinte anos depois, publicou outro livro no qual demonstra como aos poucos a expressão “instinto materno” foi recuperando estatuto de evidência, e reaparecendo na linguagem corrente dos meios de comunicação. Segundo a autora, não se interroga mais sobre a realidade do instinto materno, mas sobre a existência ou não de um instinto paterno. “Sob a capa dos bons sentimentos, fechou-se a possibilidade de contestação e dificultou-se ainda mais, para as atuais mães de trinta anos, o exercício de sua maternidade e a condução de sua vida” (BADINTER, 2005, p. 164).

Percebemos nas publicações suaves e assertivas sobre saúde de mães e crianças o peso sufocante de uma aposta epistemológica individualista e essencializadora, que busca provar em nome da ciência que aquilo que nos acontece nos primeiros anos de vida será responsável pela nossa personalidade, pela forma que lidaremos com qualquer acontecimento para o resto da vida. “Uma forma de conhecer totalizante, universal e masculina, pautada em normatividade biológica” (BURMAN, 2008, p. 54). Essa sentença nos

remete as crianças que estão fora desse laboratório de mães apegadas. É como se tomássemos por certo que não serão inteligentes, não terão autoestimas, estarão para sempre traumatizadas, alienadas, destruídas. Érica Burman (2008) propõe uma desconstrução da psicologia do desenvolvimento, na medida em que o modelo no qual ela se funda “reinscreveu o privilégio de gênero e racializado da masculinidade cultural ocidental como o modelo normalizado do Estado Nação” (BURMAN, 2008, p. 69). Explica como o modelo de ciência que embasa a psicologia do desenvolvimento estava a serviço da razão, do progresso, imbuído de racismo científico e misoginia, de um conhecimento produtor de anormalidade, patologização e medicalização.

Ainda de acordo com Burman (2008), a criança normal é uma invenção na medida em que na construção desse modelo de normalidade a psicologia do desenvolvimento hegemônica deixou de fora o caos e a complexidade. Transformou a complexa desordem do desenvolvimento em passos ordenados, o que, para a autora, era uma tentativa de manter um controle social com o objetivo de gerar indivíduos que se adaptassem à ordem mundial, às condições da época, no caso gerar mão-de-obra para a recém-inaugurada industrialização. Muitos estudos conduzidos por mulheres desapareceram da história da psicologia do desenvolvimento. Havia um argumento de que as mulheres não teriam a frieza necessária para tomar as crianças como seus objetos de pesquisa, o anúncio de uma ciência que se equivale à masculinidade (BURMAN, 2008).

Toda essa valorização e incitação à maternidade “natural” e a valorização da presença materna nos primeiros anos de vida das crianças, se não acompanhados de uma discussão sobre paternidade, vida comunitária, condições de vida da população, e uma pressão no campo das políticas públicas, são insuficientes. Principalmente no que se refere as mães que estão no bojo do trabalho produtivo. Lembrando que as primeiras mulheres a serem exploradas enquanto mães e trabalhadoras no Brasil, foram as mulheres negras.

Quando ao longo da história as mulheres alcançam a terceirização do cuidado com os filhos, na maioria das vezes utilizam a força de trabalho de outra mulher mais pobre. Embora pautemos a libertação das mulheres da sobrecarga feminina, evidenciando seu árduo trabalho reprodutivo e doméstico taxado de amor (CRETTON, 2022), não rompemos, no presente, com a exploração do trabalho de babás e empregadas domésticas, em sua maioria negras. Paga-se quanto for em uma cama *montessoriana* (nunca foi tão caro dormir no chão), nas consultorias e cursos de todas as ordens, mas paga-se o mínimo, o obrigatório por lei, a quem limpa nossos vasos sanitários.

Entre as processuais transformações dos papéis das mulheres ao longo da história, considerando sua resistência, os levantes *micro* e *macropolíticos* contra a dominação que lhes foi imposta, suas saídas criativas e seu papel na engrenagem do mundo, nos posicionamos a favor dos embates que as mulheres, em sua heterogeneidade, têm travado para expor e recusar o controle sobre sua existência. Entendemos que ao pautarem o direito ao aborto, denunciarem a violência obstétrica, gritarem pelo direito a um parto humanizado, construírem uma criação menos violenta com os filhos, estão enfrentando o patriarcado, o poder médico, o poder econômico. Concordamos com @liantai quando afirma a posição política dessas batalhas, enfatizando que não é um apontamento contra decisões individuais das mães: “Quando falo sobre o valor da amamentação, falo contra uma indústria que lucra milhões vendendo medo e mentira, dizendo que o leite que você produz não é bom o suficiente. Não falo contra você, mãe, que não pôde ou escolheu não amamentar” (TAI, 2020).

Nesse sentido, é essencial o fortalecimento das políticas públicas, dos movimentos sociais, organizações comunitárias e coletivos incendiários que viabilizem a chegada de mais informação, autonomia e acessos para mulheres e crianças. Nossa problematização é em cima da captura desses movimentos emancipatórios, transformados em verdades e/ou mercadoria comercializada via redes sociais. O *Instagram* tem sido uma ferramenta importante

no que diz respeito às produções românticas em torno da maternidade. Cretton (2022) analisa em sua pesquisa que durante a pandemia de covid-19, os perfis do *Instagram* vão sendo explicitamente capturados e sobrecodificados pela lógica de mercado. Testemunhamos perfis que eram apenas escritas de si, narrativas singulares do próprio encontro com a maternidade, tornarem-se escritas propositivas, recomendando incisivamente formas de maternar cujo segredo completo residiria nos produtos que vendem, tais como livros, cursos (a maioria online) e consultorias individualizadas.

Notamos o sequestro do nosso cansaço na empreitada de existir, trabalhar e criar filhos; a captura de nossas experiências em um discurso de rompimento com a lógica patriarcal, mas que em lugar de produzir dissidências, nos entope de imagens idealizadas, culpabilizações, explorando nosso desespero e produzindo faltas. Observamos nas duas postagens citadas, de Márcia Tosin e Julieta Franco, a tentativa de romper com um certo modelo que desqualifica mulheres e crianças, sustentada em referenciais que fazem uso de concepções como “instinto”, “comportamentos inatos”, “predisposição biológica”, “neurociência”, “evidência científica” para afirmar a sua própria legitimidade. Lemos esse chamamento ao exercício de uma maternidade mais “natural”, “mamífera”, “apegada”, “consciente”, como uma reatualização das estratégias de subordinar as mulheres ao trabalho doméstico e reprodutivo, agora contando com um aparato de serviços, produtos e especialistas de diversas áreas do conhecimento.

O refinamento é tal que esses convites são replicados pelas próprias mulheres nas tais aldeias digitais. Existem muitas produções sobre a infância que são pouco lidas e disseminadas em razão da hegemonia de produções (e reproduções) textuais escritas por homens brancos, nas quais não aparecem as marcas de onde e quando surgiram, em quais contextos e com que interesses. Entendendo que o “virtual” forja no “real” práticas de existência, é importante colocar em análise os efeitos dos conteúdos digitais endereçados a maternidade: estarão as mães podendo inventar os seus próprios caminhos?

A Criação com Apego vem promovendo o embranquecimento e a elitização de práticas que fazem parte do universo das mulheres pobres, em especial, africanas e indígenas. Carregadores de bebês estão totalmente gourmetizados. É preciso entender que essa peça tem história. Uma longa história na humanidade e que provavelmente muitas mulheres foram salvas por ela, pois puderam liberar suas mãos para fazer outras tantas coisas e carregar seus bebês quando surgia alguma situação de perigo. É preciso ter em mente essa ancestralidade dessa peça, a qual tem sido mercantilizada como uma novidade, mais um fetiche da classe média. Todas as mulheres deveriam se apropriar de algo que é delas e se sentirem a vontade para fazer seus próprios carregadores. A Criação com Apego não criou nada! Mulheres negras, indígenas e asiáticas sempre usaram e usam carregadores de bebês. Sempre dormiram com seus bebês. Isso não é novo. Por que agora aparece desse forma fetichizada, embasada em argumento científico, o qual dificulta a democratização desses carregadores, já que agora é preciso tecidos e amarrações específicas e a contratação (tem que ter dinheiro!) da consultoria de um profissional para que a peça seja utilizada ou pagar um “workshop” para aprender as amarrações? (GONÇALVES, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nikolas Rose (1998) chama de expertise da subjetividade o conjunto de saberes-práticas que incidem sobre um modo de ser sujeito cada vez mais reduzido a um psiquismo individualizado. Para o autor, fomos nos tornando seres intensamente psicológicos, ao mesmo tempo que há uma proliferação de engenheiros da alma humana, não necessariamente vindos de uma formação acadêmica, que têm reivindicado à legitimidade de compreender e agir sobre tais aspectos *psi*. Sua preocupação, afirma, é com os “novos regimes

de verdade instalados pelo conhecimento da subjetividade, as novas formas de dizer coisas plausíveis sobre outros seres humanos e sobre nós mesmos, o novo licenciamento daqueles que podem falar a verdade e daqueles que estão sujeitos a ela" (ROSE, 1998, p. 34).

Para o autor, o campo estratégico das formas atuais de governo se trata de definir "como indivíduos livres podem ser governados de maneira tal que eles vivam sua liberdade de forma apropriada" (ROSE, 1976, p. 41). A pandemia de covid-19 catalisou um processo que já vivenciávamos: a subjetividade privatizada, o esvaziamento do espaço público, a fuga da rua, dos perigos das doenças, da miséria, da violência, dos "cidadãos de segunda classe", do inesperado dos encontros; fuga do desconforto, do tempo que se gasta no trânsito, da multidão. Somos testemunha de um século que transfere sem ressalvas o desejo, a curiosidade, o lazer, a busca por conhecimento, para as telas da tecnologia. A vitória do projeto bolsonarista nas eleições de 2018, e não só, é um analisador de que nossa vida virtual não é um mero avatar, ou um parênteses no dia a dia. É real o que produzimos, consumimos, como somos lidos pelos algoritmos, como nossa suposta liberdade sem limites, é regulada.

Refletindo sobre a estética, a linguagem e o conteúdo das publicações sobre maternidade e criação de filhos do nicho que escolhemos analisar, enxergamos sob a *hashtags* #maternidadereal e seus correlatos o ideário de uma maternidade de classe média branca, uma criação com "selo branquitude de qualidade", cuja produção se torna uma armadilha ao vender escolhas individuais que desconsideram as condições sociais, o desmonte/precarização da saúde pública, do sistema educacional, das condições de empregabilidade, e principalmente a ausência de dispositivos que retirem a sobrecarga do cuidado dos filhos de cima das mulheres. Precisamos repensar as teorias no âmbito da maternidade, que na prática propõem a responsabilidade (quase) exclusiva do cuidado sobre as mulheres-mães. Estas teorias contribuem em que na mudança da condição social das mulheres em nossa sociedade?

Com promessas de acolhimento e ensinamentos, as mulheres brancas têm transformado seus saberes em cursos pagos, oficinas, palestras, sem refletir sobre a autoria das mulheres que fizeram a manutenção dessas práticas. Quais serão as suas fontes, as suas referências? Ao mesmo tempo em que há nesses discursos uma hegemonização da mulher branca como o ideal de mãe, as práticas atualmente comercializadas através de propagandas, cursos, oficinas, vem de comunidades tradicionais que durante muito tempo foram tratadas pela classe média como primitivas, exóticas e ultrapassadas. Na blogosfera, ressurgem como se fossem a invenção da Roda. Aaminah Shakur (2014) no texto "A ideia não é sua! Apropriação Cultural na comunidade do nascimento", aponta que "exotizam as nossas práticas culturais e querem ouvir tudo sobre isso e, se estamos abertos a compartilhar, eles de repente se tornam 'especialistas' sobre o assunto e pouco depois os encontramos ensinando".

Shakur (2014) evidencia essa prática naturalizada da *branquitude* de saquear saberes ancestrais das comunidades racializadas que à revelia da domesticação operada pela colonização seguem, com esforço e muitas perdas, mantendo suas tradições. Expropriados de seus saberes, com a memória violada, e sem poder econômico para acessar os produtos, agora caríssimos, os descendentes dessas comunidades ficam à margem dos ensinamentos que o especialista branco terá para transmitir sobre seu novo domínio, que passa a ganhar estatuto de ciência. Há uma importante questão econômica e ética envolvida nisso, temos como exemplo o comércio dos carregadores de pano (*slings*), um lucrativo mercado conduzido por mulheres (e isso é excelente) brancas (isso é uma questão que não pode ser ignorada). Além dos carregadores, como Guaraciara Gonçalves menciona no Blog *Preta Materna*, são vendidas consultorias para sua correta utilização.

Por fim, reiteramos que escrevemos esse texto com nosso corpo dilacerado pelos partos, puerpério, produtividade acadêmica, bolsonarismo, racismo, pelas alarmantes notícias em cascata sobre

o que se passa em nossa vida coletiva, corpos também atravessados pela misoginia dentro e fora da academia. Costuramos esse corpo nos encontros, nas possibilidades de resistência, nas escritas conjuntas, com retalhos de experiências distintas, que propõem uma ética comum: pensar o que estamos fazendo da vida no tempo presente. Enquanto mães que consumiram ativamente os referidos conteúdos na internet, que em alguns momentos foram o espaço possível de algum reconhecimento das nossas dificuldades e angústias, nos perguntamos por que esses discursos são tão sedutores e convincentes. Como tem se dado o acolhimento das mães e crianças nos espaços públicos? Qual o grau de abertura a novos encontros que a classe média de mães universitárias depois dos 30 anos tem podido sustentar? Esse consumo sem pausas de tanta informação, validação, prevenção, tem buscado suprir que tipo de produção faltosa?

Aproveitamos o ensejo para afirmar a necessidade de uma construção permanente e cotidiana de cuidados, na qual o cuidado de si é indissociável do cuidado do outro. Chamamos Audre Lorde para fechar esse início de diálogo, reconhecendo os diferentes desafios e amarras que nos atam: “Não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas” (LORDE, 2019, p. 169).

REFERÊNCIAS

ALZUGUIR, F.; NUCCI, M. Maternidade mamífera? concepções sobre natureza e ciência em uma rede social de mães. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 1, mar. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/21114>. Acesso em: 1 mar. 2023.

BADINTER, E. **Rumo equivocado**: o feminismo e alguns destinos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BADINTER, E. **Um Amor Conquistado**: o Mito do Amor Materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BURMAN, E. **Deconstructing Developmental Psychology**. Londres: Routledge, 2008.

CRETTON, L. **Insubmissa é a mãe**: maternidade e práticas de (re)existência entre mulheres. 2022. 171 p. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2022.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANCO, J. **O poder do apego**. Brasil: Skoobooks, 2020.

GONÇALVES, G. Preta materna: os usos e abusos da criação com apego. **Preta Materna**, 2015. Disponível em: <https://blog.donachicasling.com.br/preta-materna-os-usos-e-abusos-da-criacao-com-apego/>. Acesso em: 5 mar. 2023

LIMA, F. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, nov. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v70nspe/03.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

LORDE, A. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MALITO, D. Entre a saúde e a assistência: Uma análise micropolítica das práticas de cuidado nas políticas públicas. 2021. 286 p. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

MBEMBE, A. Biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios Revista do PGAV/EBA/UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/viewFile/8993/7169>. Acesso em: 5 mar. 2023.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. *In*: SILVA, T. T. (org.). **Liberdades Reguladas** – A pedagogia construtivista e outras formas de governos do eu. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 30-45.

ROSE, N. Como se deve fazer a história do eu? **Educação e realidade**, v. 1, n. 1, Porto Alegre, p. 33-57, 1976.

SHAKUR, A. Not Your Idea: Cultural Appropriation in the Birthing Community. **The Toast**, Estados Unidos, 17 nov. 2014. Disponível em: <http://aminahshakur.tumblr.com/post/102993343505/not-your-idea-how-to-avoid-cultural-appropriation>. Acesso em: 5 mar. 2023.

TAI, L. Clínica amamentos. Lisboa, 30 nov. 2020. **Facebook**: Clínica Amamentos. Disponível em: https://www.facebook.com/amamentos/photos/a.687376101318115/3539836362738727/?type=3&source=48&paipv=0&eav=Afa2vypHITjhj_YZwfZcerNbyzq5-ByABZVnEakZUltrt3xj6mhgb3fycGSiOCyel5Y&_rdr. Acesso em: 20 nov. 2022.

TOSIN, M. **Criação neurocompatível**: uma visão revolucionária sobre o desenvolvimento infantil. [s. /]: [s. n.], 2020.

9

Pablo Severiano Benevides

DO BIG-BROTHER À BIG-GRANDMOTHER:

**A EMERGÊNCIA DA GRANDE-AVÓ
COMO DISPOSITIVO TECNOPOLÍTICO**

Há uma recente (porém vasta) literatura que, de forma quase uníssona, identifica certos fenômenos relacionados às novas configurações sociotécnicas, ciberculturais e tecnopolíticas das redes sociais – como o avanço dos populismos, dos extremismos, do autoritarismo e mesmo de um flerte mais implícito ou explícito com o fascismo – ao avanço do campo político da direita e extrema-direita (DE FARIAS; TORRES, 2021; CHAMMA, 2020; SANCHES DE FRIAS, 2021; SILVA, 2020). Qualquer consulta breve na internet com os descritores “política”, “tecnologia” e algo que remeta a “fascismo”, “autoritarismo” ou “populismo” encontra, facilmente, uma avalanche de referências semelhantes, grande parte proferindo diagnósticos bem parecidos. É comum, ainda, encontrar outras que assinalam algo como um marco, um estalo, uma virada de chave, o momento de reversão política em que a sorte teria virado em favor da extrema-direita – são aqueles que identificam esses acontecimentos à ação do comunicólogo e estrategista político Steve Bannon, na eleição de Donald Trump. As eleições de Jair Bolsonaro no Brasil, de Viktor Orbán na Hungria e o processo do Brexit na Inglaterra (saída da Comunidade Europeia), iniciado em 2017 e concluído em 2020, dentre alguns outros, indicariam epifenômenos do grande marco bannon-trumpista, que teria data, autor e território: 2016, Steve Banon, Estados Unidos. É essa a esteira das análises de Huyssen (2020), de Kakutani (2018), de Rodríguez-Andrés (2017) e de Salas Abad (2019), em seu curioso artigo intitulado *La primera fake news de la historia*.

Dando um passo a mais, os livros *Pós-Verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake News* (D'ANCONA, 2018) e *Pós-Verdade e Fake News: reflexões sobre a guerra de narrativas* (BARBOSA, 2019), sendo este último um compilado de artigos, correlacionam diretamente a emergência súbita das forças de extrema-direita às *fake news* – e, assim, acrescentam, ao quebra-cabeça que muitos de nós, hoje, tenta formar, peças como “desinformação”, “mentira”, “manipulação”, “distorção”, “desintermediação”, “nivelamento”, “ataque à ciência”, “negacionismo” e “pós-verdade”, dentre tantas

outras. Peças, portanto, que curiosamente portam por vezes um *status* epistêmico, na medida em que não se limitam a indicarem uma relação política com o democrático e o não-democrático, mas se inscrevem, também, em uma relação epistêmica com o verdadeiro e o não-verdadeiro.

Para completar nosso *corpus* – provisório e incerto, porém efetivo para compor nossa linha de análise – trazemos, com destaque, o livro *A Guerra Pela Eternidade*, do etnólogo e etnomusicista Benjamin Teitelbaum (2020). A importância deste livro reside na identificação das técnicas de fanatização grupal que já eram praticadas, desde a década de 90, por pessoas como Olavo de Carvalho e Steve Banon. Tínhamos, por um lado, um conjunto de técnicas, hoje rudimentares, mas à época eficientes, que objetivavam *fanatizar* determinados grupos através: a) da produção de um sentimento de necessidade de coesão que decorria diretamente da crueldade, reatualizada em ameaça permanente, do inimigo; b) da alimentação dessa repulsa ao inimigo por uma avalanche até então inéditas de narrativas constantes; c) da formação de uma lógica de sucessão de narrativas como escala gradual: das que causam repulsa mais leves às que causam repulsa mais grave, a fim de que a narrativa não assuste e pareça, de início, inverossímil; d) da reversão automática/espelhamento de todas as acusações feitas ao grupo: se eles me acusam de X, eles é que são X; e) da construção de identificações ou de posicionamentos pela pura negação abstrata da identidade ou do posicionamento do outro/inimigo: “se eles são X, nós somos não-X”, ou “se eles são contra, nós somos a favor”; f) e, por fim, de formas implícitas e explícitas de manifestar o grau de importância que um indivíduo tem, dentro do grupo, em função do quão agressivo esse indivíduo era para com o grupo adversário. Técnicas como essa, por exemplo, foram responsáveis pelo esfaqueamento, na França, ainda na década de 90, de açougueiros por grupos de pessoas veganas – em uma estratégia nítida de construir a figura do açougueiro como a figura da vítima e, como corolário imediato, o veganismo como mal a ser destruído.

Entretanto, a análise não para por aí e indica essas técnicas de fanatização grupal como algo que está em continuidade com o que hoje reconhecemos com técnicas formadoras do que B. J. Foog (2022), grande expoente do Vale do Silício e professor dos co-fundadores do Instragram, chamou de *microhábitos* – técnicas que são utilizadas para reter a atenção dos indivíduos nas redes sociais em um grau e tempo assombrosos. Há, todavia, outro componente que caracteriza a *guerra pela eternidade da extrema-direita*. Trata-se da Escola Pereneísta e do Tradicionalismo, que consiste no correlativo discursivo/ideológico/utópico dessas técnicas ou a elas agora acopladas: um mundo da verdadeira cultura, da verdadeira arte, do verdadeiro conhecimento, dos verdadeiros valores, mundo esse que, para ser construído, necessitaria, antes, de uma destruição exaustiva de quase tudo o que constitui marca da Modernidade. Assim, após a destruição, teríamos a emergência de um novo mundo, não mais em mudança e em estado de incerteza, mas um mundo *perene*.

A partir desse brevíssimo compilado de referências, que constitui pequena amostra do que outro pesquisador pode vir a encontrar, talvez até sem muitas dificuldades, a depender de seus caminhos, podemos posicionar algumas questões e partir para a análise. Pré-definimos um *corpus* para situar, justamente, uma materialidade efetiva de enunciados que exerce uma pressão discursiva e, portanto, vai aos poucos estabelecendo a ordem do discurso e daquilo que cai no campo do verdadeiro, do que é passível de replicação e do que é alçado à categoria de saber (FOUCAULT, 2011). Trata-se, pois, de um conjunto de enunciados que compõe o discurso com certas regularidades (FOUCAULT, 1997a) e que exerce uma força discursiva sobre os campos em que incide – discursos que, em suma, enunciam que *existe uma relação entre uma forma sociotécnica dominante que modula as manifestações subjetivas nas redes sociais e o crescimento das forças de extrema-direita*.

Todavia, é necessário abalar uma parte dessa regularidade e pressão discursivas quando vêm sendo ora escassa, ora omissa

e ora panfletária perante os acontecimentos que pretende analisar. Para isso, lançamos quatro questões que guiará, a partir de então, nossa análise: a) há significativa diferença entre as formas de coesão grupal largamente aplicada por lideranças carismáticas/populistas e as técnicas de fanatização grupal dos anos 90, que hoje se reatualizam em novos dispositivos e nos induzem a despendar uma quantidade de tempo exaustiva nas redes sociais?; b) o que ocorre nesse tempo excessivo de atenção às redes tem algo a ver com os processos de fanatização e, portanto, do “aumento da intolerância” ou do “fascismo”?; c) esses fenômenos dizem respeito exclusivamente ao campo político da extrema-direita?; d) e, indo além, se aplicam somente ao âmbito da política ou extrapolam seu domínio?

Essas perguntas não são retóricas, nem aleatórias, nem casuais e muito menos foram postas para pairarem no ar, sem um encaminhamento satisfatório. Portanto, será no intuito de responder a essas quatro questões acima postas que iniciaremos nossa análise.

A GRANDE-AVÓ: UM SISTEMA DE APROFUNDAMENTO DE TENDÊNCIAS NAS MULTIPLICIDADES

É possível que alguns compreendam que estamos a falar de acontecimentos sem precedentes e singulares; entretanto, estamos cientes, há significativa difusão do entendimento de que se trata do antigo sob precários disfarces do novo. Afinal, autores como Freud (1997) e Le Bon (2008) – mas também Tarde e McDougall – já afirmavam, alguns há mais de 120 anos, coisas aparentemente bastante semelhantes em relação aos *grupos* (organizados ou não), ou, ainda, às *massas*. Não são escassas as afirmações de que, acrescido de um poder que lhe é conferido pela pertença aos grupos ou às massas,

o indivíduo se crê dotado de uma capacidade extraordinária, manifesta seus impulsos agressivos diante de quem se apresenta como rival, age sob processos nomeados como “idealização”, “servidão”, “fanatização” e “automatismo” alimentados pelo que supõe ser a vontade de seu líder; e, ainda, acredita fortemente que a versão dos acontecimentos que lhe é apresentada pelo grupo é a única verdadeira. Não seria, portanto, a reatualização das técnicas de fanatização grupal, aplicadas por grandes estrategistas como Steve Banon, Olavo de Carvalho e Alexandr Dugin (BUENO, 2022; TEITELBAUM, 2020; LACSKO, 2023) e hoje depuradas pelos “visionários” do Vale do Silício (FOOG, 2022) somente adaptações do que já havia sido analisado e realizado há mais de um século?

A essa pergunta teremos que responder com um contundente *não*. Portanto, à pergunta (a), devemos responder, como consequência direta, com um *sim*.

Em sua obra *O filtro invisível – o que a internet está escondendo de você?*, Eli Pariser (2012), em uma análise pioneira e de originalidade ímpar, marca a ruptura que é necessária para compreendermos as diferenças entre os fenômenos que massa amplamente descritos no século passado (e retrasado) e o que atualmente compreendemos como laços sociotécnicos. Ora, o que é o *filtro*? O filtro é aquilo que te permite ver – e “ver” depende de uma disposição de coisas que chega a você segundo certos critérios de seleção. Esses critérios, por sua vez, combinam ações *datamining* e *profiling*, que são, respectivamente: a) uma coleta significativa de dados, muitas vezes “oferecidos” pelo usuário de forma involuntária e postos sob um macrosistema de registros e acessos; e b) a ação algorítmica reversa que consiste em devolver ao usuário informações, conteúdos, narrativas, propagandas, sugestões de amizade (etc.) a partir de um perfil psicológico *especulado* pelos sofisticados sistemas de correlação de dados em escala massiva e dividida (aquém da identidade individualizada).

Há, pois, algo importante nessa devolutiva – o que fez Morozov (2014) utilizar a feliz expressão *Big-Mother*, ao invés de *Big-Brother*, para designar o tipo de ação devolutiva algorítmica quando se trata de contextos de vigilância presente na datificação sob a forma *datamining/profiling* e que caracteriza o *Big-Data*. Tratar-se-ia, então, de uma governamentalidade algorítmica (BENEVIDES; ARAGÃO, 2021; ROUVROY, 2017) marcada não por uma vigilância perceptível, amedrontadora, punitiva e corretiva. Pelo contrário, A Grande-Mãe de Morozov (2014), ao contrário do Grande-Irmão (ou do “Irmão Mais Velho”) de George Orwell no filme *1984*, te agrada, te mima, te mantém na zona de conforto, te dá exatamente o que você quer e mais, que isso, adivinha o que você quer quando você mesmo não sabe. Essa governamentalidade algorítmica com ares de permissibilidade, liberdade e satisfação total das vontades, entretanto, talvez não encontrasse na figura da Mãe – que também “cuida”, “educa” e “coloca regras” – sua melhor analogia. Assim, consideramos que o conjunto de processos que aqui estão em análise assemelham-se, muito mais, à figura de uma *Big-Grandmother*: a Grande Avó. E é com essa figura que, a partir de então, trabalharemos.

A *Big-Grandmother*, a Grande-Avó, é, ironicamente, a figura arquetípica das formas mais sutis, capilares e efetivas de dominação hoje em dia. Seguindo as trilhas analíticas de tantos outros – destacando Pariser (2012), Morozov (2014) e Rouvroy (2017) – podemos afirmar que a Grande-Avó é um dispositivo sociotécnico altamente sofisticado cujo efeito principal é produzir um *aprofundamento de tendências no interior da multiplicidade existente na vida subjetiva, transubjetiva e dividida*. Esse aprofundamento de tendências é justamente aquilo que, a um só tempo, te deixa sempre dentro daquilo que os psicólogos humanistas, em especial os Gestalt-terapeutas, gostam de chamar de *zona de conforto* e te faz *ser de uma forma a não poder ser diferente daquilo que você é*.

Vamos a um exemplo concreto. Você é o espectador votante de um reality show ou de uma eleição presidencial. Quando é dada a largada para a escolha da “opinião pública”, que Virilio (1996), com muita astúcia, chamou de “sensação pública”, instrumentos de aferição dessa opinião/sensação pública dão os primeiros sinais de largada. Se, em um reality show, e aqui não há qualquer razão para evitar falar no Big-Brother-Brasil como grande exemplo, você percebe que a pessoa que você quer tirar da casa está com pouca votação para sair (já que o voto tem a função de tirar da casa e não de manter na casa), é possível que você resista um certo tempo e continue a votar na pessoa que primeiro pensou em tirar da casa. Alguns, entretanto, desistirão já no início. Ao ver que a situação está mais difícil para seu odiado predileto, você pode insistir ainda mais um pouco. Muita gente, todavia, desistirá – e, frisamos, *em maior proporção da desistência anterior*. Chegará, muito provavelmente, um momento em que você simplesmente desistirá de votar em quem você quer que saia e resolva escolher, dentre os realmente possíveis de sair, aquele que você menos quer que fique na casa. Com as eleições presidenciais – acreditemos! – não ocorre um processo muito diferente. A campanha lançada pelo “voto útil”, que mobilizou, em outubro de 2022, uma fortíssima pressão na opinião pública para a desistência do voto no até então terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto, movimento posto em marcha pela campanha de Luís Inácio Lula da Silva contra a campanha de Ciro Gomes, consiste exatamente no tipo de processo que exemplificamos acima. *Por estar longe demais* do primeiro e segundo colocados nas pesquisas, *ainda mais longe foi ficando* – e, assim, deu-se a queda-livre daquele que aparecia como impossível de efetivamente vencer. A mensagem é a mesma: sua escolha de nada adianta, a menos que ela conflua com o aprofundamento de tendências em torno de pólos antagônicos, como acabamos de explicitar. A menos que você escolha dentre os já escolhidos por uma opinião/sensação pública cuja produção e aparecimento se dá, de forma cada vez mais frequente, nos mais distintos canais de sua aferição.

Todavia, ocorre que a análise de Pariser (2012) sobre o filtro invisível nos leva ao entendimento de que esse processo de *aprofundamento de tendências no interior de uma multiplicidade* ocorre, como já dissemos anteriormente, não somente no âmbito da opinião pública, mas também na vida subjetiva, transubjetiva e dividida.

Tendências plurais habitam você. Fluxos. Incertezas. Vontades que aparecem e desaparecem. Ambiguidades. Coisas que você gosta mais e coisas que gosta menos. Coisas que você vai começando a gostar sem perceber. Acontecimentos que, em você, não se encontram, nas palavras de Deleuze e Guattari (2011), atualizados, territorializados ou identificados. Essa é a parte de você que pode ser diferente daquilo que você *já* é. Porque, embora existam em você tendências estéticas, políticas, espirituais, sexuais, morais (etc) que aparecem a você com mais força ou mais nitidez, e que, portanto, são tendências atuantes na subjetividade que podemos chamar de hegemônicas, há, também em você, tendências não-hegemônicas que estão agindo. Você pode gostar muito de comida italiana, amar ainda mais comida francesa, detestar comida alemã e ter certa curiosidade, ainda não muito bem discernida para você, sobre comida japonesa – e você poderia, talvez, quem sabe, um dia, por uma razão que não se sabe, vir a gostar demais de comida japonesa. Ora, o que faz a Grande-Avó? Ela te dá, sempre, comida francesa; e, vez por outra, quando faltar o escargot ou um *beef tartare* que ela aprendeu a fazer para você, ela pode te dar um *gnhocci* aos quatro queijos, que ela aprendeu a fazer para variar um pouco, em situações de exceções. A Grande-Avó, muito dificilmente, se empenhará em preparar um *sashimi* ou uma *guionza* (um *chucrute* com Joelho de porco, jamais!). A Grande-Avó, diferentemente da Grande-Mãe, que se preocuparia em te dar uma comida de bom valor nutricional e que cuidaria de sua alimentação de uma maneira outra, atende ao que ela acha que você quer. Se o Grande-Irmão (ou o Irmão Mais Velho) vigia e a Grande-Mãe cuida, o que faz a Grande-Avó? O que fazem as avós? Sabemos bem: as avós *estragam*. A Grande-Avó é, portanto, se quisermos, uma máquina de estragamento subjetivo, transubjetivo e dividida.

Mas como exatamente as avós estragam? Também, disso, temos uma certa ideia. A Grande-Avó, ao se antecipar com aquilo que ela entende que você gosta porque você ou disse, ou deu a entender, ou mesmo pediu, age no sentido de fortalecer aquilo que, em você, é lido por ela como tendência desejante dominante. A Grande-Avó é, pois, *a mais poderosa máquina de aprofundamento de tendências no interior da multiplicidade existente na vida subjetiva, transsubjetiva e dividida*. Isso significa que a ação desta forma de governamentalidade específica, conforme caracterizamos acima, na medida em que indexa, sob forma algorítmica, os sistemas de inteligência artificial às plataformas digitais, às redes sociais, às biometrias dinâmicas e aos sistemas de visualização e escuta inteligentes, produzem o duo sociotécnico *datamining/profiling* – e, com isso, nós nos transformamos na parte hegemônica de nós mesmos. Nós nos transformamos na parte que venceu a guerra de tendências mediada pela Grande-Avó. E a Grande-Avó lá estará, sempre, não somente para te lembrar de que é de comida francesa que você gosta, mas para te fazer gostar, cada vez mais, de comida francesa.

Pegamos o exemplo das culinárias francesa, italiana, alemã e japonesa, mas, isso já deve estar nítido, poderíamos ter utilizado exemplos políticos ou que tratam de formas de vida que mexem com questões existenciais, sentidas como mais fortes. Assim como o Panóptico de Bentham era, nas palavras de Foucault (1997b), o *Ovo de Colombo das sociedades disciplinares*, uma vez que consistia em um dispositivo único para resolver uma variedade imensa de problemas e atuar em uma heterogeneidade sem par de esferas, a Grande-Avó é o Ovo de Colombo do que, agora, podemos chamar de *Sociedades Algorítmicas*. Em todos os casos, trata-se, segundo Rouvroy (2017, p. 38), de um “sistema imunológico da realidade digital contra qualquer heterogeneidade incalculável, contra quaisquer pensamentos de fora”.

A INDÚSTRIA DO POSICIONAMENTO, OS LINCHAMENTOS VIRTUAIS E AS AUDIÊNCIAS INVISÍVEIS

Estamos, neste momento, em posição de tomar por justificada a resposta dada à primeira pergunta: sim, as *filter bubbles*, “bolhas filtradas” ou “bolhas sociais” de Pariser (2012) – que hoje, mais do que um conceito, se converteram em palavra viralizada na boca de todos nós: as “bolhas” – estão em vertiginosa descontinuidade com as massas e os grupos, organizados ou não, analisados por Le Bon (2008) e Freud (1997). Complementaremos essa resposta, para o leitor que ainda sentir falta de uma explicação mais pormenorizada, com uma curiosa noção trazida por Tezzi e Oliveira (2021): *a indústria do posicionamento*. A partir dessa importante noção, prepararemos o terreno para justificarmos o sim que desde já anunciamos também à questão (b), sobre a existência de uma relação entre a retenção da atenção nas redes e os processos de fanatização. E abriremos caminhos para justificar a resposta negativa à questão (c) sobre a atual exclusividade desses processos no campo da extrema-direita.

Tezzi e Oliveira (2021) lançam mão da noção de *indústria do posicionamento* para afirmarem algo que, apesar de estar estampado em nossas faces e nossos faces, não se fez objeto de problematização: o nosso posicionamento, especialmente aquele que gera discórdia e, portanto, multiplica em rede o jogo de posicionamentos, converteu-se em mercadoria tal qual uma viagem para Tailândia, um tênis da Nike ou um uma experiência gastronômica “rara” em um restaurante “nobre”. O *posicionamento-mercadoria* é, pois, o efeito daquilo que, talvez, possamos chamar de uma descoberta ou de um acontecimento relativamente recente: os valores subjetivos e políticos podem ser objetificados como qualquer outra coisa e sua circulação nas redes gera um grau de engajamento superior ao que antes

se acreditava serem os principais móveis de engajamento – sexo, ostentação financeira, voyerismo, inveja, etc. A jornalista uzbeque, naturalizada brasileira, Issaaf Karhawi (2021), na esteira da análise empreendida pela antropóloga singapurense Crystal Abidin, hoje uma das principais referências na análise dos efeitos tecnoculturais, políticos e epistêmicos dos influenciadores digitais, compreende que uma das principais formas de obtenção de engajamento nas redes sociais consiste em uma palavra, inexistente na língua portuguesa, que tem e sentido semelhante a “ver alguém que você não gosta sofrer/passar constrangimento/ser humilhada publicamente”.

Em seu artigo *Linchamentos virtuais: ensaio sobre o desentendimento humano*, Freitas (2017) acrescenta importantes elementos para bem afinarmos nossa análise sobre a indústria do posicionamento. Diferenciando a noção de *discurso de ódio* e de *cultura do cancelamento* da noção de *linchamentos virtuais*, a autora compreende que, no último caso, o que está em jogo é a) uma punição massiva, de caráter ameaçador e/ou vexatório, diante de um ato específico cometido; b) uma desproporção punitiva entre o ato e a pena, que se mostra imensamente maior que os alegados danos do ato; c) a organização do tripé denúncia-julgamento-punição sob a forma de exposição e ameaças visíveis por (quase) qualquer um na rede; d) por fim, uma possível redenção do sujeito virtualmente linchado caso dê sucessivas declarações de arrependimento, de autocensura, de sofrimento psíquico, de reconhecimento do erro e de insistentes promessas de que se está em processo de desconstrução para a mudança. Inverte-se, no linchamento virtual, subproduto e epifenômeno da indústria do posicionamento, a situação objeto da reflexão de La Boétie (1982), em seu *Discurso da Servidão Voluntária*, ainda no século XVI – isso porque, aqui e agora, não se trata de uma situação que espanta porque um só tiraniza todos, mas que espanta porque todos tiranizam um só.

Bem ilustrado pelo ímpar episódio “Odiados pela Nação”, da série *Black Mirror*, nossa sociedade algorítmica vem fazendo verdadeiros inquéritos públicos para se lançar, como abelhas, em enxame,

contra o odiado da moda, o cancelado do dia, a vítima da semana. Em um ciclo em que cancelador e cancelado revezam o tempo todo de posição, tal como o episódio e a vida contemporânea *on line* e *off line* revelam, o odiador é odiado por odiar (isso porque o ódio é odiento e provoca ódio) – e, se provoca ódio, converterá em algoz (e logo após em vítima massacrada) quem dele se contagiar. Caráter infinito, circular, tautológico e vazio do misterioso fenômeno que está em jogo nos linchamentos virtuais e em suas reviravoltas: os linchadores posteriormente linchados, os linchados por serem linchadores. Como argumenta Freitas (2017), temos aqui duas reações subjetivas mais comuns: a reação subjetiva *shaming*, caracterizada por um constrangimento forte, vergonha, culpa, retraimento e, em casos mais drásticos, em suicídio; e a reação subjetiva *flame wars*, que consiste em encarar a guerra virtual, expor ainda mais o inimigo, revidar, jogar baixo e pesado, cercar-se de outros atores sociotécnicos, produzir um efeito de enxame (HAN, 2018) e arcar com as consequências de uma revide cuja ameaça, muitas vezes velada, pode ser realizada às vezes realizada sob a forma de assassinato. De um lado, o suicídio; de outro, o assassinato. Ora, mas isso não decorre da perversidade, ou da fraqueza, ou dos medos que são naturais e inerentes à natureza humana e, portanto, sempre existiram?

Há quinze anos, tempo que parece, àqueles que se atrevem a pesquisar a singularidade de acontecimentos hiper recentes, já distante, Boyd (2007) conseguiu chamar atenção ao fenômeno das *audiências invisíveis* e, como seu correlativo direto, à massiva distorção de sentidos, significados e conexões que certas expressões, certos gestos ou simplesmente certas formas de vida compartilhadas sofriam quando compartilhadas e viralizadas na rede. Afinal, se nós podemos ser um anônimo ou um fake, que diz o que quer com consequências pouco sentidas ou não sentidas de forma alguma, a contrapartida disso é que nossa audiência também nos é desconhecida – tanto do ponto de vista daqueles que, perto de nós, nos acompanham em silêncio, como daqueles que, longe de nós,

com valores, signos, códigos, estéticas, compreensões, expressividades e moralidades inteiramente distintas, compõem nossa audiência. E, diga-se de passagem, muitas vezes involuntariamente, uma vez que você, antes de acessar, é acessado pelo algoritmo associado aos sistemas de impulsionamento deliberado por parte de outrem. Isso pode acontecer por um “acaso”. E isso pode acontecer de forma mais deliberada, se você é um político, um jornalista, um artista, um intelectual conhecido, um formador de opinião. Se você, independentemente de assim se reconhecer, é alguém, pelas razões mais variadas, que possui muitos “seguidores” – esta palavra ambígua que pode designar inimigos, amigos e pessoas a revezarem entre essas posições –, você cai na categoria que Karhawi (2021), assim como Tezzi e Oliveira (2021), chamaram de *influenciadores digitais*. Passo necessário: desvincular definitivamente a função dos influenciadores digitais a de blogueirinhas adolescentes e fúteis, que vendem cosméticos, shampoos e estilos de vida inofensivos. Trata-se, aqui, de algo que possui alcance, envergadura, poder de propagação e capacidade de erguer ou destruir narrativas muito maior do que podemos imaginar em uma primeira percepção, como eficácia de vacinas, aquecimento global, história de guerras e conflitos, responsabilidade social de uma empresa, cometimento de crime pelas maiores figuras públicas de um país.

Portanto, seguindo a linha analítica deixada por Pariseu (2012), Morozov (2014) e Rouvroy (2017), mas também, agora, por Karhawi (2021), Tezzi e Oliveira (2021) e Freitas (2022), a indústria do posicionamento – associada ao fenômeno dos linchamentos virtuais e das audiências invisíveis – é uma maneira de aumentar o tempo de engajamento nas redes sociais para múltiplas formas de marketing e monetização e, ao mesmo tempo, uma maneira de fazer cruzar posicionamentos díspares, antagônicos, polêmicos e inflamados. Tudo isso atravessada pela velha finalidade de obtenção de lucro, orquestrada por vias outras que, descobriu-se, hoje, ser talvez a mais potente de todas: o engajamento através da construção,

do ataque, da derrota e (se possível) da aniquilação do inimigo político. As audiências invisíveis de Boyd (2017), que se formam pela sequência/transmutação *permanência de interações – buscabilidade – replicabilidade – escalabilidade*, dão o forçoso contrapeso à impressão psíquica, trabalhada por Sibilia (2008) em seu clássico *O show do eu: a intimidade como espetáculo*, acerca da possibilidade de exposição do ordinário e do banal. Hoje, em uma sociedade que não é tanto do *espetáculo* quanto do *algoritmo*, que não é tanto da *idealização* quanto do *hater*, que não é tanto das *celebridades* quanto dos *linchadores*, que não é tanto do *consumo fetichizado* quanto do *empreendedorismo precarizado* e que, por fim, não é tanto, do ponto de vista da aferição da verdade, das *instituições republicanas* como dos *influenciadores digitais* – essa sociedade não comporta qualquer tipo de esfera salvaguardada, ou isolada, ou purificada, ou proprietária do bem, do amor e da verdade.

Talvez o que foi dito acima já possa justificar, além da questão (b) sobre a relação entre os processos de fanatização e as redes sociais e a questão (c) sobre a encarnação desses fenômenos de linchamento, agressividade, espelhamento de acusações e ataque cibernético via bots de origem dificilmente rastreável como exclusividade das forças de extrema-direita. É premente que saiamos da posição de embolhados e reféns da Grande-Avó para uma posição que, mais adulta e descentrada, que compreenda o alcance, a capilaridade, a generalidade e, portanto, o grau de nocividade e ao mesmo tempo de estruturação social dos processos *datamining/profiling*, na medida em que eles estão indexados aos sistemas de inteligência artificial hegemonizados pela *Big-Grandmother*: a Grande-Avó. É bem possível que aquilo que hoje enxergamos como uma escalada galopante do cancelamento, da violência, do ódio, do julgamento, da agressão e da incompreensão decorra, também, do fato de muitos de nós, professores, pesquisadores e construtores das Universidades Públicas, estamos, grande parte, em uma bolha repleta de buracos negros, de cláusulas pétreas e de formas fáceis de seduzir aquilo

que muitos de nós acredita – de forma um tanto equívoca – ser a opinião pública ou sua “parte esclarecida”. Grande parte de nós ainda parece estar sob as carícias dessa Grande-Avó, que, no afã de seus afagos, nos coloca sob uma dormência social e política que nos faz acordar dizendo, todo o tempo, como misto de exclamação e interrogação: “mas o que é mesmo isso que está acontecendo!?” – não sob o signo do espanto filosófico socrático, mas da ignorância real ostentada como recusa e rebeldia. E assim repetimos, enquanto a Grande-Avó se empenha a preparar novos pratos da mesma culinária francesa, para nos lembrar de que, não somente de que seremos os mesmos, mas que seremos sempre os mesmos dentro do *mesmo* que há em nós.

A HIPERTROFIA DO POLÍTICO E O ESQUARTEJAMENTO DA VERDADE: O QUE PODE A PEDAGOGIA?

Ao final, o fechamento da análise aqui posta indica a compreensão de que as quatro questões iniciais são respondidas *ao mesmo tempo e no mesmo ato* a partir da estratégia analítica aqui traçada. Entretanto, estratificamos temporariamente e taticamente nossos problemas em quatro questões, a fim prosseguir de forma paulatina – e, para alguns, mais objetiva – rumo à radicalidade que nossas provisórias conclusões pretendem. Restar-nos-ia, tão somente, uma quarta questão (d), sobre a extensão ou não desses processos à esfera não-política. Ora, uma vez que nossas análises, em confluência com a de tantos outros aqui referidos, nos levam ao entendimento de que a Grande-Avó é hoje o principal dispositivo sociotécnico, de sofisticação e potência ímpar para a datificação, e cuja ação principal é produzir um aprofundamento de tendências no interior da multiplicidade existente na vida subjetiva, transubjetiva

e individual, já temos alguns rabiscos prontos para ajustar ao desenho que fecha o quebra-cabeças.

Em verdade, mesmo sem fazer qualquer reflexão sobre o que chamamos difusamente de “campo da(s) tecnologia(s)”; Mouffe (1996; 1999; 2019) e Laclau (2013) – em suas análises sobre o populismo como um fenômeno que não é um desvio ou patologia da democracia, mas um processo imanente e constitutivo desta – trazem alguns elementos que nos ajudarão a bem encaminhar nosso estudo. O populismo, segundo os autores, consiste em uma formação binária do tipo “nós” x “eles”, que pode ser tanto de direita como de esquerda, e que necessita estabelecer uma equivalência traduzível das demandas a fim de formar, via identificação (muitas vezes inconsciente, como a leitura de Freud e Lacan lhes permitiu compreender), uma formação de hegemonia. Ocorre que esta identificação tem a ver, justamente, com aquilo que *passa a contar como fenômeno politizável* e, dessa forma, os modos de formação de hegemonia passam por esferas que se inscrevem não somente no registro das opiniões, posições e interesses políticos explícitos ou conscientes, mas também por um campo desejante, estético e existencial – que são muitas vezes tratados como aquém do político. Assim, uma expressão linguística, um jeito de andar, uma roupa, um estilo musical, uma forma de expor fotografias nas redes, uma cor, um tom de voz – e detalhes mínimos que poderiam ser citados à exaustão, são, hoje, através de mecanismos inconscientes de identificação, associados a signos diretamente políticos. Não há, pois, uma despolitização, mas uma hiperpolitização da sociedade.

Mayer-Schonberger e Cukier (2014), em seu livro *Big Data*, fazem uma potente e pioneira análise acerca do que está em jogo nos 4 Vs: velocidade, volume, valor e variedade (ao qual acrescentaríamos um quinto: verdade). Para nossos fins, detenhamos no V de variedade. O *Big-Data*, ao primar pela revelação de tendências comportamentais massivas inexatas ao invés de confirmações comportamentais individuais exatas e, portanto, ao primar pela rapidez

na correlação de todo e qualquer dado ao invés de primar pela demora na descoberta do dado certo que causa o comportamento, finda por criar um sistema de autodatificação, vigilância e *netificação* (neologismo que remete ao ato de ser neto – da Grande Avó – e de ser subjetivado pela internet). Esse sistema, portanto, cruza *todos os dados disponíveis*, sem qualquer filtro interpretativo, moral ou que tenha relação com a verdade. Assim, Mayer-Schonberger e Cukier (2014), juntamente com Han (2014), anunciam uma possível morte, desaparecimento ou eclipse dos saberes interpretativos – e, com eles, também, da própria verdade (BENEVIDES, 2013; VATIMO, 2016; FEYERABEND, 2011). Se há um sistema de filtragem sofisticada, ele é arquitetado de modo inteiramente *a posteriori*, de modo que é somente porque muitos dados irrelevantes *também* passam pelo filtro que o filtro se forma – há, pois, uma exterioridade constitutiva dos sistemas de filtragem.

Aqui encontramos, curiosamente, dois acontecimentos medulares para a emergência da chamada Pós-Verdade: *a hipertrofia do político e o esquitejamento da verdade*. Cesarino (2020) compreende-a como resultado das reestruturações epistêmicas provocadas pelas mediações digitais e, ainda, como o exponencial aumento da entropia informacional. Entretanto, o saudosismo com traços de maniqueísmo presente nas análises de D’Ancona (2018) e dos diversos autores do livro *Pós-Verdade e Fake News: reflexões sobre a guerra de narrativas* (BARBOSA, 2019) trazem a necessidade de olhar por uma via outra, à luz das análises de Mouffe (1999), Laclau (2013) e Cesarino (2020), o problema da relação entre a hipertrofia do político e o esquitejamento da verdade. E, aqui, lançamos uma hipótese analítica que poderá se converter em futuras trilhas de pesquisas: há uma relação direta entre a hiper-viralização de conteúdos nas redes, com narrativas variadas, alcançando públicos distintos, passando por uma série de intermediações/filtros, pouco visíveis ou invisíveis, mas determinantes para a visão, e esses dois fenômenos que sustemos ser as pilastras da pós-verdade.

De um lado, a verdade sobre os fatos é estilhaçada, fraturada, picotada e seus pedacinhos jogados ao vento – o grau de alcance, de manipulação técnica, de organização discursiva e de produção de vínculos de atração e engajamento que fazem as pessoas desviarem a atenção do conteúdo da narrativa para o sujeito ou o grupo que cria a narrativa tem instaurado dúvidas que não são banais ou passageiras, mas que atingem o âmago do que chamamos de “Democracia”, de “República”, de “Civilização”, de “Progresso”, de “Humanidade”. Por outro lado, o duo *datamining/profiling*, com seu alto poder de correlação de dados variáveis e, portanto, de dados outrora não-políticos com dados desde sempre lidos como políticos, não leva à despolitização, no sentido atribuído por Mouffe (1999) e Laclau (2013). Isso porque não compreendem politização como conscientização ou esclarecimento, mas como operações eivadas de identificações e antagonismos, sempre em indefinição e redefinição, que visa, através da tentativa de obtenção de hegemonia, converter a *plebs* (multidão difusa) em *populus* (povo com sentimento de identidade/identificação entre si). E isso através dos mais variados signos. Ora, em tempos em que a rapidez para a correlação de dados exige uma variedade de dados, em que essa variedade conecta facilmente audiências invisíveis que veem o que veem através de sistema altamente mediado de estratégias inculcação de entendimentos, sensações e atrações/engajamentos (o “filtro invisível”), em que a indústria do posicionamento incita a todo momento que nos manifestemos sobre o menor e mais ordinário dos acontecimentos – com tudo isso, é frequente que o elemento formalmente político e eleitoral, do partido ou do candidato, venha a *sobrecondicionar* (DELEUZE; GUATTARI, 2011) os demais aspectos da vida. Os fenômenos de superfície, que mais confundem do que norteiam o sentido das fraturas sociais, vemo-los pipocar em todos os lugares: a polarização política entre o candidato de esquerda e o candidato de direita.

Seria, todavia, isso que se convencional chamar de Pós-Verdade um problema político, epistemológico ou pedagógico? Autores como Mirowski (2019), Davies (2018), Comaroff e Comaroff (2002),

mas também o próprio Hayek (1994), indicam um neoliberalismo epistêmico, uma vez que a verdade dos processos econômicos e sociais não pode ser prevista, mas viria sempre depois, em dependência direta do jogo de vida ou morte cujo tabuleiro é o mercado. Assim, ao afirmarem que o mercado é um mecanismo não somente econômico, mas também cognitivo, parecem apresentar filiação ao relativismo, ceticismo ou perspectivismo como formas de pensamento que, historicamente, colocaram em cheque ou a existência ou a possibilidade de conhecimento da verdade, do fato e da realidade. Submetem, com isso, a epistemologia a uma certa compreensão neoliberal da política. Habermas (2004), por vias outras, submete à epistemologia à pedagogia quando compreende que a produção da verdade depende de regras facilmente identificáveis os processos educacionais: probidade entre os falantes, inclusão de todos os atores, ausência de qualquer forma de coerção e concessão de vitória sob o único critério da argumentação que melhor encaminhar a um consenso constituído de modo performativo. Morozov (2018), em seu *Big-Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*, insiste em que larguemos a miragem do “debate digital” (que ele assemelha a um Teste de Rorschach) e retornemos às configurações econômicas e políticas das quais a atual configuração digital é epifenômeno. Apreciando esta derradeira análise de Morozov (2018) com a necessária moderação, compreendemos que há, efetivamente, um domínio da realidade e da virtualidade, no sentido deleuziano, que se autonomizou e entra como força a mais no jogo, não sendo simplesmente sobrecodificável pelo poder econômico ou político e muito menos pelas linguagens que eles falam.

Um pouco desconcertada sobre suas fronteiras e suas propriedades, o que sobra para a Pedagogia nessa importante questão sobre a Pós-verdade – a saber, o *esquartejamento da verdade* e a *hipertrofia do político*? Posto dessa forma, abre-se um espaço para a Pedagogia/Educação: traçar uma conexão inteligível entre um fenômeno cujo sintoma advém de uma fratura epistêmica e outro fenômeno cuja aparição emerge através do tipo da tecnopolítica da

Grande-Avó. Essa conexão, talvez, seja justamente uma transversalidade mais radical, nos termos de Guattari (1986), que possa abalar as alfândegas entre o que aparece sob uma gramática epistemológica, sob uma gramática política e sob uma gramática pedagógica. Talvez a nenhum outro campo do saber como à Pedagogia seja conferido tamanha liberdade analítica – e isso, é possível, porque talvez nenhum outro campo de saber porte tantas lacunas, interdependências e exterioridades.

Buscando fazer o encerramento do texto fugir das receitas morais, que Larrosa (2002) indicou como a forma do “julgar-se” nos dispositivos pedagógicos, é possível que algo que tenha a ver com a pedagogia – a transmissão e a escuta; o diálogo e a intervenção; o saber e o não-saber; a correção e a criticidade; a reprodução e a invenção – tudo isso cause uma irrupção nos sistemas simbólicos, signos, valorativos, julgadores, estéticos. Se isto virá da sala de aula, se virá de um professor ou estudante, se virá da Universidade ou da Escola, ou, mesmo, se virá da ação cognoscente, pouco importa. Aliás, uma tal irrupção pode fazer com que os nomes, essas coisas que se parecem tanto com as fronteiras, deixem de funcionar da forma como funcionavam e passem a travar uma luta outra, uma ecolalia que corta a gramática, a pele e o entendimento, um contra-golpe dado, com uma dose de surpresa, de amor e de maldade, à Grande Avó – esta que nos estragou, mas que pode não ter percebido, assim como nós talvez ainda não tenhamos, que já estamos enjoados de comidinhas francesas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. (org.). **Pós-verdade e fake news**: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

BENEVIDES, P. **O dispositivo da verdade**: uma análise a partir do pensamento de Michel Foucault. 2013. 511 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BENEVIDES, P.; ARAGÃO, A. Governamentalidade Algorítmica e Biopolítica: a interceptação de dados pessoais como estratégia de vigilância capilarizada. *In*: GADELHA, S.; BESERRA, B.; MOTA, T. **Biopolítica, Tecnocultura e Educação**. São Paulo: Calmalache, 2021. p. 41-54.

BOYD, D. **Why Youth (Heart) Social Network Sites**: the role of networked publics in teenage social life. MacArthur Foundation Series on Digital Learning – Youth, Identity, and Digital Media Volume. Cambridge: MIT Press, 2007

BUENO, M. A Guerra pela eternidade de Olavo de Carvalho, Steve Bannon e Alexandr Dugin. **PLURAL**, São Paulo, v. 29, n. 1, jan./jun. 2022. p.175-180.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Millennial capitalism: first thoughts on a second coming. **Public Culture**, n. 12, v. 2, p. 291-343, 2002.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v.1, 2020.

CHAMMA, L. N. **O fenômeno do populismo digital: os novos medos e a massa digital no governo de Jair Messias Bolsonaro**. 88 f. 2020. Trabalho de Conclusão de curso — Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/214161>. Acesso em: 5 fev. 2023.

D'ANCONA, M. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DAVIES, W. **Nervous states**: how feeling took over the world. Reino Unido: Penguin, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** – capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2011.

DE FARIAS, L. A.; TORRES, J. O mito do mito: análise do populismo digital de Bolsonaro e a pandemia do ódio no Brasil. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 16, n. 2, p. 51-63, 2021.

FEYERABEND, P. **Contra o Método**. São Paulo: Editora UNESP, 2011

FOOG, B. J. **Micro-hábitos**: pequenas mudanças que mudam tudo. Rio de Janeiro: Harper Colins, 2022.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1997b.

- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola Jesuítas, 2011.
- FREITAS, E. Linchamentos Virtuais: ensaio sobre o desentendimento humano na Internet. **Revista Antropolítica**, Niterói, v.1, n. 42, p. 140-163, 2017.
- FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu**. Rio de Janeiro: Imago, 1997
- GUATTARI, F. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HABERMAS, J. **Verdade e Justificação**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HAN, B. C. **Psicopolítica**. Barcelona: Herder, 2014.
- HAN, B. C. **No enxame**. Petrópolis: Vozes, 2018
- HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Bibliex Cooperativa, 1994.
- HUYSSSEN, A. Behemoth levanta-se novamente: reflexões sobre o fascismo no século XXI. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 40, p. 319-331, 2020.
- KAKUTANI, M. **A morte da verdade na era Trump**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- KARHAWI, I. Influenciadores digitais, celebridades da internet e “blogueirinhas”: uma entrevista com Crystal Abidin. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 289-301, 2021.
- LA BOÉTIE, É. **O discurso da servidão voluntária ou contra o um**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LACLAU, E. **A Razão Populista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- LACSKO, M. **Cancelando o cancelamento**: como o identitarismo da militância tabajara ameaça a democracia. São Paulo: LVM Editora, 2023.
- LARROSA, J. Tecnologias do Eu e Educação. *In*: SILVA, T. T. **O sujeito da Educação**: Estudos Foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 2002. p.35-86.
- LE BON, G. **Psicologia das multidões**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MAYER-SCHÖNBERGEN, V.; CUKIER, K. Big Data. La Revolución de los datos massivos. Madrid: Turner, 2013
- MIROWSKI, P. Hell is truth seen too late. **Boundary 2**, v. 46, n. 1, p. 1-53, 2019.

MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

MOROZOV, E. The planning machine. **The New Yorker**, Nova Iorque, 13 out. 2014. Disponível em <http://www.newyorker.com/magazine/2014/10/13/planning-machine>. Acesso em: 5 fev. 2023.

MOUFFE, C. **O regresso do político**. Lisboa: Editora Gradiva, 1996.

MOUFFE, C. **En torno a lo político**. Barcelona: Paidós, 1999.

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. São Paulo: Zahar, 2012.

ROUVROY, A. Gouverner hour les normes: la gouvernementalité algorithmique. **Lacan quotidien**, França, v. 733, 2017.

RODRÍGUES-ANDRÉS, R. Trump 2016: ¿presidente gracias a las redes sociales? **Palabra Clave**, v. 21, n. 3, p. 831-859, 2017.

SALAS ABAD, C. La primera fake news de la historia. **Historia y comunicación social**, v. 24, n. 2, p. 411-431, 2019.

SANCHES DE FRIAS, E. Inteligencia artificial, desinformación y populismo digital: Cómo las plataformas digitales impulsan los movimientos de extrema derecha. **Razón Y Palabra**, v. 25, n. 112, p. 12-31, 2022.

SIBILIA, P. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, D. C. Embates semiótico-discursivos em redes digitais bolsonaristas: populismo, negacionismo e ditadura. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1171-1195, 2020.

TEILTELBAUM, B. **A Guerra pela eternidade**. Campinas: Unicamp, 2020.

TEZZI, M.; OLIVEIRA, S. O papel dos influenciadores digitais na formação da opinião pública: a indústria do posicionamento. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 17, n. 27, 2021.

VATTIMO, G. **Adeus à verdade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

VIRILIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

Parte

2

**ESTRATÉGIAS
BIOPOLÍTICAS NA SAÚDE**



10

*Yerko Manzano Venegas
María Karina Lozic Pavez*

HIGIENISMO, DEGENERACIÓN Y BIOPOLÍTICA EN EL CHILE DE COMIENZOS DEL SIGLO XX:

DOS CASOS DE ESTUDIO

INTRODUCCIÓN¹¹

En este texto analizamos la centralidad que tuvieron las nociones de higiene, degeneración y raza en los discursos médicos y políticos de principios del siglo XX en Chile. Para lo anterior, tomamos como casos de estudio las instituciones escolares y los discursos sobre el consumo inmoderado de alcohol. En ambos casos, pese a que el despliegue de técnicas de intervención fue distinto, terminaron por racionalizarse bajo discursos comunes. El objetivo ha sido reconstruir históricamente el campo epistemológico que hizo posible considerar ciertas visiones científicas y políticas como verdaderas. En ese sentido, más que evaluar desde el presente la cientificidad que esas posiciones pueden tener, lo que nos interesa es analizar sus conceptos, argumentos y evidencias en un intento por describir las condiciones bajo las cuales esas verdades fueron aceptadas (ROSE, 1999), y a la vez entregar algunas claves para observar nuestro presente a la luz de su continuidad y discontinuidad histórica.

La influencia del trabajo de Michel Foucault es clara a lo largo del texto, y aunque por momentos no la hacemos del todo explícita, tanto la elección de los problemas, como los énfasis puestos a la hora de destacar ciertos elementos de análisis, están en la línea de los trabajos de Foucault, especialmente en los ciclos lectivos que dictó entre 1976 y 1979. Con todo, la influencia no es solo teórica y temática, sino que también recogemos de él una actitud a la hora de encarar los problemas de estudio, actitud que supone preguntarnos constantemente sobre la relación entre la verdad y el poder (FOUCAULT, 2019).

La estructura de este texto se divide en dos series de problemas, que, aunque están íntimamente relacionados podemos distinguir entre sí. En las dos primeras secciones se plantean problemas

¹¹ Agradecemos a la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo ANID ya que este trabajo se ha realizado con su apoyo a través de las becas de doctorados en el extranjero.

teóricos. La primera sección está centrada en un grupo de conceptos propuestos por Michel Foucault para situar un sustrato teórico-metodológico que sirve para entender las formas de problematización que se han adoptado frente a los casos de estudio en este texto. En ese marco, se ha destacado el debate en torno a la noción de biopolítica, pero poniendo especial atención a los problemas de la inclusión de la vida biológica como preocupación gubernamental, al surgimiento de la noción de población, a la relación entre racismo de estado y gobierno de la vida, y a la idea de dispositivos securitarios como centrales en el gobierno de amenazas futuras. En la segunda sección dejamos atrás los problemas estrictamente foucaultianos y ponemos el énfasis en la recepción chilena de las ideas de higiene, degeneración y raza, mostrando como estas marcaron los debates y las prácticas médicas de finales del siglo XIX, pero también la práctica gubernamental con respecto a ciertas conductas. En las dos secciones siguientes nos alejamos de los problemas puramente teóricos para analizar dos casos de estudio. Así, en el tercer apartado abordamos las instituciones escolares de principios del siglo XX como vectores donde se desplegaron una serie de mecanismos securitarios marcados por las ideas de higiene, raza y degeneración y en la cuarta sección hacemos lo propio mostrando cómo en medio de los primeros esfuerzos por regular los mercados y prácticas de consumo alcohólico fueron los mismos fundamentos teóricos los que operaron.

SOBRE LA BIOPOLÍTICA: HIGIENE, RAZA Y SEGURIDAD

Como es bien sabido, el concepto de *biopolítica* en la obra foucaultiana está cargado de matices, en un principio éste se centró en el problema de la medicina social, ampliándose progresivamente hacia el análisis estadístico de las poblaciones, para finalmente,

difuminarse bajo la idea de gubernamentalidad. Ahora bien, ya que el objetivo de este texto no es realizar una hermenéutica de la obra de Foucault, lo que expondremos a continuación es una lectura de tipo operacional, donde algunos temas tratados por el autor servirán como sustrato teórico-metodológico de cara a problematizar los casos de estudio que expondremos en los siguientes apartados. En ese sentido, nos centraremos en la inclusión de la vida biológica como objetivo gubernamental, la noción de población, la incorporación de la idea de raza desde el punto de vista estatal y la relación entre el surgimiento de ciertas instituciones y lo que podríamos llamar objetivos securitarios.

En la última clase dictada por Foucault en el ciclo lectivo de 1976, el filósofo francés señaló dos elementos que nos interesa recoger. Por un lado, la canalización de los discursos racistas europeos en una suerte de “racismo de estado”, y por otro lado, el ejercicio de un poder que, a partir del siglo XIX, tendió a estatizar lo biológico (FOUCAULT, 2014). En ambos casos, la propuesta de nuestro autor fue la de alejarse parcialmente de la forma en que esos problemas se presentan en la teoría política, y centrar sus análisis en las técnicas y tecnologías mediante las cuales dichos objetivos se desplegaron. En concreto, Foucault pasó de poner el foco en los estudios sobre los mecanismos para disciplinar los cuerpos individuales, ampliando su mirada hacia las técnicas destinadas a la multiplicidad o masa global de los cuerpos, entendidos ahora como cálculo de conjunto donde variables como la natalidad, la mortalidad, la salud y la duración de la vida pasaron a ser centrales, especialmente en conexión con la política y la economía (FOUCAULT, 2014; 2018).

Para Foucault, estos fenómenos deben entenderse junto a los desplazamientos de la medicina de finales del siglo XVIII, ya que ésta asumió como sus principales funciones la coordinación de los cuidados médicos, la centralización de la información, la normalización de los saberes y las campañas de educación higiénicas (FOUCAULT, 2014). Es en ese contexto que Foucault mostró como ciertos

hábitos fueron racionalizados desde una tecnología de doble mirada, una que, por una parte ponía énfasis en los efectos individuales de las conductas, y a la vez, miraba por las consecuencias que estas suponen para la población y las futuras generaciones. Central para dichos procesos, fue el rol que jugó la idea de raza, ya que si bien el racismo no era novedoso, fue mediante los mecanismos biopolíticos que este se introdujo en el Estado, estableciendo “el corte entre lo que debe vivir y lo que debe morir” (FOUCAULT, 2014, p. 230), así como también creando jerarquías para fragmentar lo biológico en término de razas buenas/malas, superiores/inferiores, o más importante aún, entre lo mejor y peor para la raza.

Ahora bien, para Foucault, los mecanismos biopolíticos solo han sido posibles gracias a los dispositivos de seguridad. Podríamos describir a los dispositivos de seguridad como mecanismos de gobierno que operando sobre el conjunto de la población o intentando modificar su ambiente, se ocupan de los acontecimientos posibles y probables del futuro, evaluando el coste a través de cálculos y estableciendo una división entre lo permitido y lo prohibido (FOUCAULT, 2018) dentro de una variación tolerable (GORDON, 1991). Foucault (2018) señala que los dispositivos de seguridad son centrífugos con una tendencia constante a abrirse, incluyendo nuevos elementos que responden a una realidad dada. De esa manera, la seguridad analiza la “naturaleza” de la población utilizando mecanismos de distribución estadística para obtener lo que se considera “normal”.

Es sobre la base de estas nociones que proponemos analizar los dos casos de estudio que se expondrán en los siguientes apartados. A saber, intentando mostrar el rol que jugaron las ideas de higiene, degeneración y raza, tanto en el rol securitario que adoptaron las instituciones escolares, como en las racionalidades científico-políticas que estuvieron a la base de las miradas médicas desde las que se abordó el consumo inmoderado de alcohol a principios del siglo XX.

LA RECEPCIÓN CHILENA DEL HIGIENISMO Y LAS TEORÍAS DE LA DEGENERACIÓN

Durante la transición al siglo XX en Chile, los procesos biológicos de la población pasaron a ser una preocupación gubernamental (ILLANES, 2002). El objetivo principal era destruir los focos epidémicos y reducir su propagación e intensidad (PUGA, 1891) en lo que puede considerarse un esfuerzo modernizador que luchaba por el control de “miasmas y pestilencias” (BECERRA, 2018, p. 124), además de los peligros sociales como la prostitución, las enfermedades venéreas y el alcoholismo (VETÖ, 2014). Es en ese marco que la higiene comenzó a ser considerada como una vertiente teórico-ideológica que impregnó las políticas de Estado.

En ese contexto, desde fines del siglo XIX la medicina adquirió un sentido colectivo en lo que se ha denominado “la cuestión social” (DURÁN, 2014; VETÖ, 2014), noción acuñada por la historiografía clásica para referir a los procesos de transformación económica ocurridos en Chile y el mundo a causa de la industrialización y urbanización. Desde esta perspectiva, y en línea con las miradas médicas de la época, tanto los gremios médicos como un amplio espectro del debate político coincidía en que las condiciones ambientales desencadenaban problemas epidemiológicos y enfermedades degenerativas, especialmente para los “grupos de riesgo”, lo que daba lugar a la necesidad de sanear el medio ambiente, disciplinar el comportamiento de la población urbana y pensar al sujeto no como un individuo aislado, sino en relación con otros y con la ciudad (DURÁN, 2012). Representantes de la elite médica chilena se interesaron en demostrar que estos problemas estaban sujetos a condiciones materiales posibles de conocer y controlar, y en este sentido se formuló un marco conceptual vinculado a la categoría de “condiciones de vida” (MOLINA, 2006) donde el ambiente era percibido como una amenaza que actuaba sobre los cuerpos y generaba “distorsión y

muerte" (SERRANO *et al.*, 2013, p. 176), reflejándose una particular conciencia de los ambientes infecciosos como característica de lo urbano (OSBORNE, 1996).

Así, la medicina, a través de la perspectiva higienista, realizó un diagnóstico de la pobreza en Chile, o, en otras palabras, la pobreza fue entendida a través de su lente, definiendo a los individuos en función de las enfermedades. La higiene y la ciencia sanitaria se convirtieron en el nuevo paradigma médico, vinculando las condiciones higiénicas con la pobreza, marginación y conceptos como la miseria moral y la degeneración de la raza. Como resultado de estas ideas, se estableció el proyecto de generar una cultura higiénica para la vida biológica y social chilena en áreas como el agua potable, el aire, las condiciones de la vivienda, el alcantarillado, la alimentación y las escuelas, con foco en la salud de la población en general, pero especialmente de la población obrera (LEYTON; HUERTAS, 2012).

Junto con las perspectivas higienistas, las teorías de la degeneración fueron modelos explicativos para la medicina y la psiquiatría de este periodo, que, no obstante, trascendieron el ámbito médico y proporcionaron argumentos para la criminología y la eugenesia positiva (BECERRA, 2018; SÁNCHEZ, 2014). La discusión médica sobre las teorías de la degeneración tuvo un punto de partida en la obra de Bénédic Morel, especialmente en su texto de 1857 *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles, et morales de l'espèce humaine: et des causes qui produisent ces variétés malades*, cuya tesis era que todas las anomalías en el comportamiento humano expresarían la constitución anormal de un organismo, siendo estas condiciones heredables en un avance progresivo hacia la decadencia. Para Morel, el "hombre actual" sería una desviación mórbida de la humanidad creada por Dios, aunando el pesimismo biológico con un trasfondo católico (CAROL, 1995).

En Chile, este enfoque fue recibido con entusiasmo por el gremio médico, quienes asumieron entre sus deberes no sólo el

diagnóstico clínico privado, sino también el diagnóstico social, sugiriendo que se estaba formando “una raza criminal, una raza fatídica y siniestra, que pondría en duros aprietos a la sociedad entera, a los estados, a la humanidad misma” (VARGAS, 1892 *apud* SÁNCHEZ, 2014, p. 382).

INSTITUCIÓN ESCOLAR Y DISPOSITIVOS SECURITARIOS

Desde finales del siglo XIX, la institución escolar en Chile fue central en la prevención de peligros relacionados con los hábitos higiénicos, la degeneración de la raza y la promoción de cierto tipo de conductas, siendo un importante vector para el despliegue de mecanismos de seguridad que abordaron temas tan diversos como la prevención de enfermedades y su propagación, los hábitos familiares y estudiantiles, la disciplina del cuerpo, la formación moral y la intervención ambiental. Esto se ve reflejado en el informe titulado *Reorganización del Servicio Médico Escolar*, en el que Eloísa Díaz (1901), inspectora médica de las escuelas públicas de Santiago de Chile, propugnaba tres medidas concretas: nombrar un inspector por cada dos mil alumnos reforzando la vigilancia de la higiene; hacer obligatoria la enseñanza de la higiene en las escuelas subvencionadas por el Estado; y continuar con la construcción de escuelas, ajustándolas detalladamente a la ciencia sanitaria. Las recomendaciones también eran claras sobre la relevancia de la higiene en aspectos relacionados con la educación moral:

La higiene es, después de la religión, la base mas sólida de la moralidad humana, pues enseña al hombre a dominarse i mantiene entre el espíritu y el cuerpo una perfecta armonía, corrige las costumbres viciosas, perfecciona las buenas, viriliza el espíritu i aumenta la resistencia del organismo humano para la lucha por la vida (DÍAZ, 1901, p. 15)

Las ideas planteadas por el paradigma higienista se reflejaron en diversas políticas nacionales en las que la escuela ocupó un lugar importante. En 1872, la higiene fue incluida como materia obligatoria en las aulas, especialmente relacionada con la educación física, y en 1890 fue incluida en el programa de formación de profesores. La Comisión de Instrucción Primaria debía supervisar y controlar la higiene de las infraestructuras escolares, los alumnos y los profesores, y en 1898, se encargó a Eloísa Díaz (1906, p. 6) la función de inspectora médica de las escuelas públicas de Santiago de Chile, quien propuso un plan de “regeneración higiénica” que se extendió a todo el país. En 1887 se promulgó la Ley de Vacunación Obligatoria, siendo la escuela la plataforma oficial de distribución a partir de 1904. Así, el avance progresivo y gradual de la normativa con respecto a las ideas higienistas implicaba no sólo cuidados, sino también vigilancia, estadística, aislamiento y segregación, es decir, ponía en funcionamiento todo un sistema de control y administración de la población (VETÖ, 2014).

Es posible observar que para lograr el fortalecimiento de la nación, el proyecto higiénico-social consideraba a la educación como un medio de intervención efectivo y plataforma privilegiada para el acceso a la población (SIMON; SÁNCHEZ, 2017), no sólo enfocada en niños, niñas y jóvenes, sino para la sociedad en su conjunto. La escuela debía ser un “templo de moralidad”, y el Estado debía devolver al alumno a sus hogares con los conocimientos necesarios para cumplir sus deberes con la familia y la patria (DÍAZ, 1901). En ese sentido, la escuela como institución aplicó una ortopedia moral que pretendía modelar el futuro más que castigar el pasado (DEACON, 2006).

Los médicos higienistas establecían una conexión entre salud, higiene, pobreza, alcoholismo y delincuencia. Desde esa perspectiva, la pobreza era vista como consecuencia de un proceso de degeneración biológica resultante de la irresponsabilidad moral de las familias (SÁNCHEZ, 2014). Respecto a este problema, Díaz se

refiere con preocupación, sugiriendo que el enemigo más terrible del niño era la miseria fisiológica, añadiendo algunas condiciones ambientales que explicarían esta decadencia:

viven en cuartos pequeños, situados a un nivel mui inferior del de la calle, cuartos con una sola i las mas veces pequeñísima puerta, por la que no penetra un rayo de sol, el cásico cuarto *redondo, sepulcro de vivos*, en donde están agrupados los padres con los hijos [...] todos en el mas completo abandono e indolencia. Además de esto, podemos observar que dicho estado físico marcha aunado con el estado moral de los niños que son testigos de escenas que están en pugna con las buenas costumbres (DÍAZ, 1901, p. 19, cursiva en el original).

En este contexto, el movimiento sanitario, la medicina y los estudios demográficos apoyaron la organización de un nuevo sistema de medidas sociales que fue la base para la criminología. Estas ideas eran cercanas a la eugenesia desarrollada en Europa, donde una de las discusiones centrales era la dicotomía entre herencia y ambiente, o como se conocía en el mundo anglosajón de la época, la controversia *nature-nurture* (CABRERA, 2014). En este sentido, mientras en Europa se extendían las ideas que atribuían mayor relevancia al factor hereditario en la formación y degeneración de las razas, otras corrientes de pensamiento consideraban que era necesario luchar contra los problemas económicos y sociales como los verdaderos causantes del deterioro. A diferencia de Europa, en Chile los estudios criminológicos no se preocuparon de la criminalidad genética ni de la antropometría. En cambio, algunos médicos apoyaron la idea de evaluar las acciones y movimientos humanos en un contexto global, considerando que hasta el más extraño comportamiento humano estaría sujeto a una regularidad (ORREGO LUCO, 1897). Por lo tanto, el objetivo de estos estudios era identificar las causas ambientales y circunstanciales de la criminalidad, basadas principalmente en la geografía, el clima, la alimentación, la economía y la educación, de modo que fuera posible el ideal de la regeneración física y moral.

Así, en América Latina no fue posible implementar programas y sistemas de pensamiento eugenésicos como los anglosajones o alemanes, considerando que existía una tendencia a ponderar los factores ambientales como más relevantes que los hereditarios (CABRERA, 2014). Lo que se implementó en Latinoamérica, fue una versión centrada en la regulación y desarrollo físico de los individuos a través de planes de acondicionamiento físico y nutrición, o lo que se denominó “eugenesia positiva” considerando el cuerpo y el carácter de los jóvenes como la amalgama de la nación (DURÁN, 2014; VETÖ, 2014). Así, las instituciones, discursos y prácticas llevadas a cabo en Chile en las primeras décadas del siglo XX impulsaron medidas en la línea de la eugenesia positiva, entremezclándose las ideas higienistas en los discursos de defensa de la raza, en la lucha contra las enfermedades sociales, en las campañas de educación sexual y, por supuesto, en las reformas educacionales y sanitarias (VETÖ, 2014).

En este escenario, las posibilidades de regeneración de la raza se relacionaban con la perspectiva del evolucionismo donde educar y sanear eran cruciales para la mejora y el progreso (SÁNCHEZ, 2014). La educación se erigía como una de las fórmulas más importantes para reformar las condiciones de vida de la siguiente “generación de degenerados” que, en condiciones higiénicas adecuadas y sometidos a una educación apropiada, podrían llegar a ser “normales”. Díaz (1901, p. 18) se refiere a la relevancia de las escuelas para la protección de la raza: “Solamente así, enseñándole al niño desde su primera edad las nociones sobre el arte de conservar la vida [...] podremos evitar la degeneración lenta de nuestra raza que con pasos ajigantados avanza a su ruina y menoscabo”.

De este modo, los programas educativos trataban de proteger a la sociedad, y especialmente a los jóvenes de contaminantes biológicos y sociales, como la mendicidad, la prostitución, el alcoholismo y el tabaquismo. La salud física, el cuidado del cuerpo y la moral de los ciudadanos establecían los parámetros para el desarrollo y el progreso. Es decir, este proyecto tuvo una influencia considerable

en el imaginario político y social de Chile, estableciendo un modelo cívico y racial que debía ser asumido por la juventud:

mediante la enseñanza obligatoria de la higiene, debemos comenzar con el nuevo siglo la era de la regeneración y de las sabias prácticas higiénicas que vigoricen la raza, que detengan las perniciosas consecuencias de esta decadencia que se nos presenta con caracteres tan siniestros (DÍAZ, 1901, p. 21).

Así, es posible ver un esfuerzo hacia la "re-generación de la raza chilena" que se veía como un problema de seguridad urgente, siendo la escuela uno de sus principales vectores, dado que esta institución era y sigue siendo uno de los lugares donde el cuerpo y la población se encuentran (BALL, 2013), un punto de intersección entre la disciplina con su acción individualizadora, y la biopolítica con su acción totalizadora, permitiendo la disciplina del cuerpo y la gestión de la población en un solo movimiento.

SOBRE EL ALCOHOLISMO: HIGIENE, DEGENERACIÓN Y RAZA

En 1902 se promulgó la primera ley de alcoholes de Chile, dicha innovación legal marcó un antes y un después en ámbitos como la gravación de impuestos, la creación de instituciones para la fiscalización económica y las tensiones entre el rol del Estado como *higienista* y *recaudador*. Ahora bien, más que entrar en los detalles de lo que esta ley supuso en términos de regulación económica, lo que aquí interesa es discutir las concepciones científico-médicas que estaban a la base de dichas transformaciones y a la vez examinar el papel que jugaron nociones como raza, higiene y degeneración en los debates de la época.

A finales del siglo XIX el discurso dominante sobre el alcohol en Chile era que su consumo inmoderado era un peligro individual, colectivo y racial, conectándose así la medicina, la moral y los nacionalismos para pensar formas de proteger lo que se ha llamado higiene racial (DURÁN, 2012; BECERRA, 2018). Ahora, bien estos cambios en las ideas sobre los efectos colectivos del alcohol estuvieron en parte motivados por el surgimiento y la recepción del *alcoholismo* como categoría médica, proceso para el cual fue decisivo el trabajo del médico sueco Magnus Huss, quien además de tratar estadísticamente enfermedades como la fiebre tifoidea y la tífus, acuñó el término (BECERRA, 2018), abriéndose así un lenguaje que hizo inteligible y divisible ciertas conductas (ROSE, 1999). En ese marco, la perspectiva que entendía al consumo inmoderado de alcohol como alcoholismo, tuvo una importante recepción en el pensamiento médico chileno, marcando una ruptura (no exenta de debates) con las visiones que defendían las propiedades alimenticias y antisépticas del alcohol, para pasar a ser causa de lesiones orgánicas y modificaciones del sistema nervioso, pero también de locura, peligros sociales y conductas anormales a corregir.

Igualmente importante fue el impacto que tuvo en el pensamiento médico la noción de contagio, el entendimiento de las bacterias y los vectores de transmisión de enfermedades (DURÁN, 2012; BECERRA, 2018) que hicieron visibles a los ambientes infecciosos como propio de lo urbano (OSBORNE, 1996). En línea con estas nuevas ideas se instaló el proyecto de generar una cultura higienista para la vida biológica y social chilena, poniendo como objeto la salud de la nación en general, pero, especialmente la de los sectores obreros en tanto percibidos como más expuestos a la degeneración física y moral.

Los objetivos de este proyecto higienista-social eran fortalecer la nación mediante el cuidado del cuerpo de los sujetos, especialmente de aquellos llamados al trabajo agrícola e industrial. En ese sentido el discurso científico promovió un rol médico centrado

en los problemas sociales de tipo higiénico, entendiendo a la higiene como una forma aplicada de medicina donde esta contribuye a la conservación de la salud y su restablecimiento, pero también donde el médico toma un papel moral prescribiendo lo mejor para el vigor y el cuerpo de la nación (DURÁN, 2012). De esa manera, la perspectiva higienista se levantó como una suerte de puente entre el saber médico y la intervención ambiental-social. Dentro de ese esquema los hábitos de consumo alcohólico pasaron a ser vistos como un cuadro patológico especial donde su sintomatología, fisiopatología e infecto-contagiosidad, la hacían ser vista como una enfermedad social (BECERRA, 2018).

Ya situados los antecedentes sobre los cruces entre el higienismo y el consumo de alcohol, resta hacer lo propio con las teorías de la degeneración. Sobre la relación entre las teorías de la degeneración y el problema del alcoholismo en Chile, los comentaristas tienden a identificar como clave el trabajo del médico Luis Vergara (BECERRA, 2018; SÁNCHEZ, 2014; FERNÁNDEZ, 2009), quien en 1892 publicó el artículo: *Alcoholismo y degeneración*. En dicho texto, se desacreditan las propiedades nutricionales del alcohol que habían persistido en la medicina de su tiempo. Para Vergara, era indiscutible el rol que han jugado las bebidas embriagantes a lo largo de la historia, especialmente en términos de alivio y estímulo. Según su argumento, pese a que el consumo alcohólico ha devenido a partir de una necesidad humana, eso no quita sea causa y condena de la degeneración del individuo y su especie:

Los niños [hijos de padres alcohólicos] presentan todos los caracteres de estos seres retrógrados: son flacos, demacrados, pálidos; presentan una estupidez marcada en sus facciones; no hablan, no poseen lenguaje articulado, solo pronuncian algunas palabras aisladas. La boca está siempre abierta, la saliva corre por sí sola; ríen por cualquier motivo, lloran sin causa manifiesta. La cabeza es muy pequeña, dolicocefálica, sumamente largada en el sentido antero posterior (VERGARA, 1892 *apud* FERNÁNDEZ, 2009, p. 197).

Ahora bien, la relación entre alcohol y degeneración no solo se centraba en los aspectos médicos, también los especialistas de la época establecieron relaciones de causalidad entre la descendencia de los bebedores y su predisposición al crimen:

El alcohólico no es tan temible por sí, como lo es por sus actos, por la sucesión degenerada que engendra y por los delitos y crímenes a que da lugar. Así como el alcohólico crónico da lugar a la procreación del epiléptico, forma también al degenerado criminal, al criminal instintivo; ambos semejantes en su organización cerebral defectuosa, ambos igualmente dotados para ser candidatos de criminales (BECA 1892 *apud* FERNÁNDEZ, 2009, p. 442-450).

Asimismo, las advertencias sobre los peligros del alcohol fueron más allá de los daños orgánicos, nerviosos y los riesgos hereditarios que se comentaron anteriormente, acercándose también a discursos sobre la degeneración, el debilitamiento y la extinción de la raza chilena (FERNÁNDEZ, 2009). Ejemplo de esto fueron las publicaciones que la *Revista Médica de Chile* reunió durante la década del 70 y 80 del siglo XIX. Ahí, tuvieron cabida una serie de artículos sobre el impacto del alcohol en el organismo y sus consecuencias sociales, pero también sobre los daños del alcohol para la "raza chilena". Por ejemplo, en 1879, se publicó la tesis de Clotario Salamanca, quien vinculaba el uso de embriagantes con la degeneración de la raza, sosteniendo que el alcohol: "envenena las fuentes más puras de la vida, destruye la inteligencia i el sentido moral, pervierte los instintos, degenera las razas" (SALAMANCA, 1879 *apud* BECERRA, 2018).

La noción de raza en el debate sobre el alcoholismo no solo estuvo presente en términos de los riesgos para la herencia y la descendencia del pueblo chileno, también hubo una importante reflexión sobre la ascendencia, a saber, sobre el rol que jugó el alcohol en la degeneración de la raza mapuche, de la cual el chileno del siglo XIX era un heredero directo. En ese contexto, algunos autores de la época tomaron al pueblo mapuche como ejemplo de una raza otrora

viril, valiente y aguerrida, que por medio del impacto del alcohol en sus hábitos dietéticos degeneraron en un pueblo enfermizo y débil, lo que por lo demás se utilizó para explicar su derrota ante las tropas españolas y su posterior colonización:

Es muy cierto que el alcoholismo, cuando es llevado a sus límites extremos acaba por exterminar razas. La prueba práctica de este hecho no necesitamos ir a buscar muy lejos, la tenemos a la vista con la raza araucana. Esta raza heroica que resistió una lucha de cuatro siglos contra la espada y el fuego, no ha podido ser aniquilada sino con algunos miles de arrobas de aguardiente (SANHUEZA, 1898 *apud* FERNÁNDEZ, 2009, p. 259.256).

En este apartado se ha intentado describir cómo el problema del alcohol durante la segunda mitad del siglo 19 y principios del 20 fue tematizado desde distintas disciplinas que terminaron consolidando criterios discursivos comunes para referir al consumo de bebidas embriagantes como objeto de conocimiento. Estos discursos sobre el alcohol instauraron más de una ruptura con el pasado, ya que, por un lado, ideas que defendían el valor nutritivo de los alcoholes fueron quedando atrás, a la vez que el alcoholismo se asentaba como concepto para describir enfermedades individuales, biológicas y mentales, pero también poblacionales, colectivas y raciales.

CONCLUSIONES

La pandemia por covid-19 que estamos atravesando, nos dio, acaso más que lo habitual, una sensación de culminación epocal, una impresión de que el momento que vivimos, por lo menos en términos de la relación entre gobierno y gobierno de la vida, o entre salud, mercado y estado, llegaba a una suerte de clímax. En ese contexto, revisar la importancia que tuvieron las ideas de higiene, degeneración y raza a finales del siglo XIX y principios del XX, es una forma

de aportar con densidad histórica a la comprensión de nuestro presente, atendiendo tanto a las continuidades existentes entre ambos momentos, como a las rupturas que se vuelven evidentes.

La revisión histórica que realizamos en este texto nos muestra toda la serie de discontinuidades con el presente. Como es evidente, las nociones de raza y degeneración no tienen la centralidad que tuvieron a principios del siglo pasado, así como también resulta claro que las escuelas han transformado su rol como dispositivos securitarios orientados a la salud pública hacia otros problemas como la prevención del crimen y la "salud mental". Sin embargo, la visión sobre la higiene y más importante aún, la idea de gobernar la existencia biológica de una población, es una de las formas en que la historia se muestra continua con respecto al presente. Así mismo, la relación entre política y expertiz profesional, o entre el rol del político y el experto, lejos de consolidarse como vías paralelas, ha mostrado (aun cambiando sus fundamentos epistémicos y teóricos) ser más estrecha que nunca.

Somos conscientes de que la presentación de estos antecedentes históricos puede parecer inoportuna. Tanto quienes ven en las estrategias biopolíticas una intromisión excesiva del estado sobre el individuo, como quienes piensan que la falta de ellas es dejar a cada quien expuesto a la muerte, pueden tener razones para sostener que no es momento de relativizar, o mejor dicho, de teñir de perspectivismo una realidad que supone esfuerzo mancomunados, sean estos a favor o en contra de la biopolítica. Así, vincular la salud pública y los discursos higiénicos con una suerte de racismo de estado, que desde la noción de degeneración proponía políticas eugenésicas puede hacer pensar a muchas personas que no es momento de traer a colación dichos fantasmas del pasado, especialmente porque desde las izquierdas parece más indicado respaldar sin vacilación alguna, el espacio de lo público frente al avance de lo privado, y al mismo tiempo, porque desde las derechas, especialmente las más conservadoras,

las ideas de raza y degeneración siguen operando como racionalidad a la hora de discutir contra las agendas del progresismo.

En momentos donde la razón política parece confusa, analizar históricamente el pasado puede ofrecer algo de orientación para interpretar el presente. A raíz de la pandemia por covid-19, muchas de las coordenadas mediante las cuales organizamos nuestro entendimiento de la vida social parecen debilitarse, los límites antes relativamente claros entre lo público y lo privado, el espacio laboral y el familiar, la libertad y la coacción, lo que incumbe al individuo y a la sociedad como conjunto fueron puestos en entredicho siendo necesario mirar desde puntos de vista distintos, y quizás mucho más matizados, todos esos problemas.

REFERENCIAS

BALL, S. **Foucault, power, and education**. 1. ed. Londres: Routledge, 2013.

BECERRA, M. 'Restaurando la voluntad del enfermo': Medicalización del uso de drogas en la primera mitad del siglo XX en Chile. **Sociedad Hoy**, Concepción, v. 26, p. 117-153, 2018.

CABRERA, J. La salvación de la patria y la raza: Discursos y políticas médico-educacionales en torno a la figura de Pedro Aguirre Cerda. **Cuadernos Chilenos de Historia de la Educación**, Rancagua, v. 2, 2014.

CAROL, A. **Histoire de l'eugénisme en France. Les médecins et la procreation XIX-XX**. Paris: Le Seuil, 1995.

DEACON, R. Michel Foucault on education: A preliminary theoretical overview. **South African Journal of Education**, v. 26, n. 2. 2006.

DÍAZ, E. **Reorganización del Servicio Médico Escolar**. Santiago: Imprenta Nacional, 1901.

DURÁN, M. A. Género, cuerpo, gimnasia y sexualidad en los manuales educacionales higienistas y eugenésicos en Chile, 1870-1938. **Revista de Historia Social y de las Mentalidades**, Santiago, v. 18, n. 1. 2014.

DURÁN, M. A. **Medicalización, Higienismo, y Desarrollo Social en Chile y Argentina, 1860-1918.** Santiago: Universidad de Santiago de Chile, 2012.

FERNÁNDEZ, M. Alcoholismo, herencia y degeneración en el discurso médico chileno. 1870-1930. *In:* GAUNE, R.; LARA, M. **Historias de racismo y discriminación en Chile.** Santiago: Uqbar Ediciones, 2009.

FOUCAULT, M. **Defender la sociedad:** Curso en el Collège de France (1975-1976). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

FOUCAULT, M. **Seguridad, territorio, población:** Curso en el Collège de France (1977-1978). México: Fondo de Cultura Económica, 2018.

FOUCAULT, M. ¿Qué es la crítica? Seguido de La cultura de sí: Sorbona, 1978/ Berkeley, 1983. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2019.

GORDON, C. Governmental rationality: An introduction. *In:* BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. **The Foucault Effect:** Studies in Governmentality. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

ILLANES, M. A. **La batalla de la memoria. Ensayos históricos de nuestro siglo Chile, 1900-2000.** Santiago: Planeta, 2002.

LEYTON, R.; HUERTAS, C. Reforma urbana e higiene social en Santiago de Chile. La tecno-utopía liberal de Benjamín Vicuña Mackenna (1872-1875). **Dynamis**, Granada, v. 32, n. 1, 2012.

MOLINA, C. La cuestión social y la opinión de la elite médica. Chile: 1880-1890. Un Análisis de la Revista Médica de Chile y de los Anales de la Universidad de Chile. **Anales Chilenos de Historia de la Medicina**, Santiago, v. 16, 2006.

ORREGO LUCO, A. **La Cuestión Social.** Santiago: Imprenta Barcelona, 1897.

OSBORNE, T. Security and vitality: Drains, liberalism and power in the nineteenth century. *In:* BARRY, A.; OSBORNE, T.; ROSE, N. **Foucault and Political Reason.** Liberalism, neo-liberalisms and rationalities of government. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

PUGA, F. **Elementos de higiene.** Santiago: Imprenta Gutenberg, 1891.

ROSE, N. **Governing the soul:** The shaping of the private self. 2. ed. London: Free association books, 1999.

SÁNCHEZ, M. La Teoría de la Degeneración en Chile (1892-1915). **Historia**, Santiago, v. 47, n. 2. 2014.

SERRANO, S.; PONCE DE LEÓN, M.; RENGIFO, F. **Historia de la educación en Chile, 1810-2010. Tomo II. La educación nacional, 1880-1930**. 1. ed. Santiago: Taurus, 2013.

SIMÓN, I.; SÁNCHEZ, R. Introducción del paradigma higiénico sanitario en Chile (1870-1925): Discursos y prácticas. **Anuario de Estudios Americanos**, v. 74, n. 2, 2017.

VETÖ, S. Psicoanálisis, higienismo y eugenesia: Educación sexual en Chile, 1930-1940. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, França, 9 jun. 2014.



Andresa Silva da Costa Mutz
Alexandre Bica Pires
Ânderson Barcelos Martins
Leandra Gomes Gonçalves

DIGITALIZAÇÃO DA VIDA, SAÚDE E BIOPOLÍTICA:

**UMA ANÁLISE DE APLICATIVOS
DE EMAGRECIMENTO**

CULTURA DIGITAL E BIPODER – ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS

Este capítulo elenca algumas das principais características do fenômeno de digitalização da vida (HAN, 2022; 2018; MOROZOV, 2018; BEIGUELMAN, 2021; SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2018; LOVELUCK, 2018), entre elas a *plataformização da sociedade* – marcada pela proliferação de aplicativos que oferecem produtos e serviços, na maioria das vezes gratuitos, em uma forma muito peculiar de negócios que envolve uma estrutura complexa de tecnologia (máquinas, dados, programas); também os *processos de datificação* – uma vez que as plataformas que gerenciam os aplicativos, na maioria dos casos, coletam os dados dos usuários e fazem uso deles de modo estratégico e comercial, com o fim de manter a nossa atenção pelo maior período de tempo possível (WU, 2020); e a *performatividade algorítmica*, já que os «algoritmos são instruções que determinam como os programas de computação devem funcionar na leitura, processamento, armazenamento e análise dos dados (LEMOS, 2020). Ou seja, como realizamos diariamente um número sempre maior de atividades por meio de computadores e *smartphones*, são cada vez mais também os algoritmos que “decidem o que é visível e invisível” aos nossos olhos.

O fenômeno de digitalização da vida decorre de condições de possibilidade muito específicas que nos remetem a acontecimentos contingentes como a Segunda Guerra Mundial e o surgimento da computação binária digital eletrônica e decorrente estabelecimento da chamada Cultura Digital, quando a digitalidade passa a ser considerada “um marcador de cultura porque abrange tanto os artefatos quanto os sistemas de significação e comunicação que mais claramente demarcam nossa modo de vida contemporâneo dos outros” (GERE, 2008, p. 16, tradução nossa); a estruturação da economia mundial em torno do Capitalismo Informacional, que toma o conhecimento

sobre os conhecimentos como fonte de produtividade (CASTELLS, 2020); a emergência da Sociedade de Controle (DELEUZE, 1992; LAZZARATO, 2014) que opera pela modulação dos cérebros à distância por meio de “técnicas de enquadramento mental, de agendamento temático e de retenção da atenção” (CASSINO, 2018, p. 21).

Cabe destacar ainda, mais um importante aspecto do tempo em que vivemos. Inspirados em Michel Foucault, em especial em seus cursos proferidos no Collège de France intitulados *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), aprendemos que, no diz respeito aos modos como os indivíduos se tornam sujeitos de diferentes tipos em nossa sociedade, a partir de fins do Século XVIII se pode perceber uma articulação, por meio da *norma*, entre mecanismos regulamentadores – que atuam sobre a população e os mecanismos disciplinares – que incidam sobre os corpos em diferentes instituições de sequestro como escola, presídios, hospícios. Nesse sentido, “a norma é o elemento que, ao mesmo tempo que individualiza, remete ao conjunto de indivíduos; por isso, ela permite a comparação entre indivíduos” (VEIGA-NETO, 2007, p. 75). Assim temos a classificação entre os indivíduos sujeitos à norma, como normais ou anormais.

Decorre que, em uma sociedade da transparência (HAN, 2018), onde prevalece a constante exposição do eu (SIBILIA, 2016a), o exercício de classificação de corpos normais e anormais se intensifica por meio da presença dos indivíduos nas redes sociais e pela prática de postagem de fotos e vídeos nos perfis pessoais e das celebridades. A tela é significada como vitrine e vão se estabelecendo padrões “normais” e desejáveis de corpos conforme determinados padrões estéticos. Um fenômeno nomeado por Lipovetsky e Serroy (2015, p. 212) como *culto da beleza*, quando

[...] as novas normas do corpo exacerbam as paixões narcisistas de autovigilância, de manutenção de si, de otimização da aparência. E os valores individualistas e consumistas levam a querer o que há de melhor para si,

a aceitar menos o inato, a recusar desgraciosidades físicas e as marcas da idade. *Em toda parte o ideal do controle de si e da posse de si que triunfa*, não obstante o número crescente de pessoas obesas [...]. Um superconsumo de produtos estéticos que tem por contrapartida um culto ao corpo inquieto, obcecado, sempre insatisfeito, *marcado pelo desejo anti-idade, antipeso, antirrugas, por um trabalho interminável de vigilância, de prevenção, de correção de si.*

Ter um corpo belo, do ponto de vista estético, portanto, implica em nossa sociedade, a autovigilância para correção de si. Ora, imersos como estamos na cultura digital, temos as condições de possibilidade para a proliferação de aplicativos que prometem, entre outras funcionalidades, colaborar com o humano na tarefa do emagrecimento, do fortalecimento muscular, alimentação saudável, entre outros atribuídos desejáveis.

Como se pode perceber, são muitas as interfaces entre o campo de pesquisas da educação e da saúde, e por isso, nos ocupamos aqui em problematizar o fenômeno de proliferação de aplicativos de emagrecimento. Pretendemos colocar em suspenso o papel regulador, operacionalizado por meio de tecnologias de internet móvel e de equipamentos digitais, de parte do discurso médico-nutricional que incide sobre o corpo tomando-o como objeto da estética, que normaliza o corpo magro como padrão de saúde na sociedade contemporânea. Durante todo percurso da investigação, nos perguntávamos: Como operam os aplicativos de emagrecimento? De que estratégias e mecanismos se valem para instrumentalizar a auto-vigilância e o autocontrole dos usuários? Para tanto, foram selecionados cinco aplicativos voltados para o emagrecimento: Contador de calorias *FatSecret*; *My Fitness Pal*; Dieta e Treino; *Lifesum*; Alimentação Saudável; Reeducação Alimentar *Vitamenu*; Diário Alimentar.

Procedimentalmente, durante a análise do material empírico, ocupamo-nos em mapear em cada aplicativo as estratégias de

governo dos corpos utilizadas nas práticas de acompanhamento das rotinas dos usuários com vistas ao emagrecimento mediadas pela tecnologia da informação. Os resultados da investigação permitiram-nos mapear funções de vigilância e de controle biopolítico na modalidade digital postas em circulação pelos aplicativos de emagrecimento por meio de algumas funcionalidades como: contador de calorias; informação nutricional e calórica dos alimentos; scanner para ler código de barras; monitor de exercícios; diário alimentar; diário de exercícios; diário de calorias queimadas; calendário de dieta; controlador de peso; câmera para gravar/e ou fotografar refeições; relatórios e notificações; monitor de consumo de água; monitor para prática de jejum, entre outras.

Agrupamos os dados obtidos durante a pesquisa em três eixos analíticos: 1. O diário como estratégia de auto-exame; 2. Monitoramento do comportamento com vistas à normalização; 3. Prescrições, dietas, listas de compras - a tecnonutrição como rastro neoliberal na sociedade plataformizada. Esses resultados permitem discutirmos os efeitos da digitalização da vida sobre as questões de saúde e estética na contemporaneidade.

O texto que segue está organizado da seguinte forma: na seção 1, intitulada *Cultura Digital e Biopoder – articulações possíveis* em que relacionamos a noção de biopolítica e a exposição do eu nas redes sociais na contemporaneidade. A seção 2, foi nomeada *Tecnologias da informação no cuidado da saúde - o caso dos aplicativos de emagrecimento em questão*, é onde apresentamos o resultado de buscas por trabalhos acadêmicos (dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos) que tematizam o uso das tecnologias para promoção da saúde, em especial, os aplicativos para smartphones que se ocupam prometem ser auxílio na vigilância e controle do peso. A última seção, número 3. *Pedagogias do corpo – ser fitness está ao alcance de suas mãos* descreve os recursos e ferramentas disponíveis aos usuários de cada um dos aplicativos selecionados, bem como a sistematização dos resultados obtidos.

Concluimos nossa contribuição ao tema, propondo uma reflexão ao leitor ensejada pelos resultados obtidos nesta pesquisa: em especial, no que tange ao emagrecimento dos corpos, em uma sociedade no qual o eu é constantemente exposto nas redes sociais (SIBILIA, 2016a), percebe-se que o tema precisa ser abordado de modo a fornecer subsídios para problematizarmos os limites e as possibilidades da telepresença médico-nutricional como recurso biopolítico de governo dos corpos.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO CUIDADO DA SAÚDE - O CASO DOS APLICATIVOS DE EMAGRECIMENTO EM QUESTÃO

Depois de estabelecer relações entre a noção de biopolítica e exposição do eu nas redes sociais, apresentamos nesta seção o resultado de buscas por trabalhos acadêmicos (dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos) que abordam o tema das tecnologias da informação para promoção da saúde, especialmente os aplicativos para smartphones que prometem auxílio e vigilância no controle de peso.

A pesquisa foi realizada nas bases de dados da Biblioteca Eletrônica Científica Online *Scielo* e do Portal de Periódico da CAPES a partir das combinações dos termos: aplicativos *and* emagrecimento; aplicativo *and* saúde; aplicativo *and* peso; e aplicativo *and* dieta. O resultado do levantamento totalizou 131 trabalhos acadêmicos. Obedecendo as limitações deste texto, as produções que ajudam a lançar luz acerca da potência e dos avanços pretendidos por este capítulo serão apresentadas a seguir.

Abib, Gomes e Galak (2020) abordam um aplicativo de saúde móvel – criado pela Secretaria da Saúde do Estado do Espírito Santo e que faz parte do programa “Movimento 21 dias por uma vida mais saudável” (M21) – que tem por objetivo fornecer informações e conselhos sobre alimentação saudável, atividade física e convívio familiar. O objetivo dos autores é apresentar os modos pelos quais os participantes do programa M21 se relacionam com os discursos presentes no aplicativo, além disso, buscam compreender como as pessoas podem construir sentidos acerca de saúde e estilo de vida a partir das narrativas do programa. De acordo com Abib, Gomes e Galak (2020), os enunciados lançados pelo M21, e difundidos pelo aplicativo, constituem novas subjetividades. Nessa perspectiva, podemos concluir que o aplicativo criado para difundir os ensinamentos do programa M21 opera no sentido de produzir modos de vida e fazer circular discursos acerca de hábitos saudáveis e, portanto, de controle de peso.

Paletta, Nucci e Manica (2020) analisam aplicativos que tratam da saúde reprodutiva feminina, são plataformas que ajudam no monitoramento de ciclos menstruais e de gravidez. As autoras investigam os tipos de corpos que são representados nos campos de interação dos aplicativos e perguntam sobre os tipos de dados que estão sendo produzidos. No momento do cadastro, as plataformas coletam dados fornecidos pelas usuárias com o objetivo de compor um conjunto de informações acerca do funcionamento do corpo feminino e de como outros corpos humanos são gerados. O estudo mostra que os aplicativos encarregados do monitoramento menstrual oferecem ferramentas para o registro do ciclo menstrual, variação de humor e peso, sintomas, temperatura, período fértil e próxima menstruação. Tais funcionalidades, segundo as autoras, posicionam a menstruação como algo passível de ser medicado e controlado. Já os aplicativos de gravidez são responsáveis por acompanhar semanalmente a gestação, fornecendo informações acerca das mudanças corporais sofridas pela gestante e pelo feto.

Por meio de tal pesquisa, foi-nos possível entender como esses aplicativos enunciam a ideia de que o período da gravidez corresponde a uma fase na vida da mulher na qual ela deve redobrar os cuidados relativos a acompanhamento médico, saúde, estética e controle de peso. Paletta, Nucci e Manica (2020) afirmam que os aplicativos estudados reforçam a noção de que o corpo feminino, em suas funções de fertilidade e de reprodução, deve ser controlado e monitorado. Sendo assim, é possível inferir que operam no sentido de controle da população, pois constroem narrativas acerca de uma das fontes fundamentais da biopolítica, a reprodução humana.

Copetti (2018) apresenta os resultados oriundos de entrevistas realizadas com mulheres que utilizam aplicativos e dispositivos que auxiliam no monitoramento da saúde e estimulam hábitos preventivos. A autora destaca que o desenvolvimento tecnológico possibilitou o aumento do fluxo de informações sobre saúde através de dispositivos móveis e outros artefatos tecnológicos. Copetti (2018) afirma, portanto, que é nesse contexto que entram em cena os aplicativos – cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas – que possibilitam a comunicação da saúde de forma ubíqua, criando condições para que a conexão e a interação ocorram em todos os lugares e ao mesmo tempo. A autora também aborda as controvérsias geradas pela utilização dos dados pessoais e biológicos das pessoas. Segundo ela, os algoritmos presentes nos aplicativos são usados para fomentar o mercado do *marketing* na área da saúde. O trabalho de Copetti (2018), portanto, nos ajuda a entender o contexto de interação no qual estamos inseridos, onde as tecnologias ubíquas de comunicação¹² estão cada vez mais fixadas em nosso corpo, fortalecendo o fenômeno de digitalização da vida.

Oikawa (2016) pesquisa as práticas dedicadas ao processo de emagrecimento que circulam nos ambientes digitais. O objetivo

12

Copetti (2018) entende tecnologias ubíquas de comunicação como sendo redes sociais, aplicativos e dispositivos vestíveis.

da autora é compreender como a materialidade dos meios digitais modificam a relação com o corpo na contemporaneidade, especialmente durante o período que corresponde a passagem da *internet* fixa para a móvel, pois, durante esse intervalo de tempo, surgem inúmeros aplicativos que transformam as relações entre tecnologia-corpo-ambiente. Oikawa (2016) conclui que os meios digitais produzem o corpo humano na medida que transformam movimentos, ações, interações, processos cognitivos, pensamento e sentimentos em informações cada mais contínuas e aceleradas, fortalecendo, assim, a conexão entre o ser humano, o corpo físico, o ambiente, a sua existência e o Outro a sua volta. A partir do trabalho de Oikawa (2016), é possível compreender, portanto, as transformações ocorridas nos meios digitais e os efeitos relativos à produção do corpo humano que caminha, cada vez mais, para uma plataformização da sociedade.

Foram apresentados alguns trabalhos acadêmicos que tematizam o uso das tecnologias da informação para promoção da saúde. A partir da exposição dos textos, é possível estabelecer três eixos que corroboram com o estudo proposto neste capítulo. Em primeiro lugar, os aplicativos produzem modos de vida a partir de enunciação acerca de hábitos saudáveis. Em segundo lugar, determinados aplicativos visam o controle e o monitoramento dos corpos no sentido de promover a saúde coletiva. E por fim, a proliferação dos aplicativos fortalecem a digitalização da vida.

PEDAGOGIAS DO CORPO – SER *FITNESS* ESTÁ AO ALCANCE DE SUAS MÃOS

Desde que a consciência humana situou a vida como um problema racional, dando origem à noção de existência, o corpo passou a ser não apenas um simples organismo biológico, dotado

de necessidades materiais básicas, mas sim um invólucro recheado de subjetividades e intencionalidade. O corpo biológico, inserido no contexto da cultura, tornou-se o local onde o “eu” se exprime, situando o humano no mundo.

Como o estar-no-mundo é um estar no aqui e agora no espaço-temporal, a dupla presença, natural e intencional, do homem no mundo por meio de seu corpo refere-se a modalidades diversas de sua situação no espaço-tempo. Pela presença natural, o homem está presente no espaço-tempo físico e no espaço-tempo biológico de seu corpo que o situa no espaço-tempo do mundo. Pela presença intencional começa a estruturar-se o espaço-tempo propriamente humano, que tem no corpo próprio como corpo vivido o polo imediato de sua estruturação para o sujeito, ou o lugar em que primeiramente se articulam o espaço-tempo do mundo e o espaço-tempo do sujeito: psicológico, social e cultural. O corpo próprio pode ser chamado, assim, o lugar fundamental do espaço propriamente humano, e o evento fundamental do tempo propriamente humano. (VAZ, 2004, p. 159).

O corpo não se constitui como um atributo elementar da pessoa humana, mas sim como uma construção social e cultural, permeada por discursos e marcada por atravessamentos temporais, simbólicos, epistêmicos e estéticos. “O corpo não existe em seu estado natural, sempre está compreendido na trama social de sentidos.” (LE BRETON, 2007, p. 33).

A visão simbólica sobre o corpo se constrói no tensionamento dos discursos que o atravessam e, ao mesmo tempo, o constituem. Foi o olhar da mídia, através das peças publicitárias, a visão do campo médico, por meio das intervenções cirúrgicas para fins estéticos e o da indústria, com seus interesses mercadológicos, que o corpo foi fragmentado, de acordo com o interesse de cada qual, e passou-se a estabelecer o padrão dos corpos aceitos como belo, saudáveis e perfeitos.

No decorrer do século XX que a compreensão e a percepção sobre a imagem do belo e do saudável sofreu um deslocamento em relação a períodos anteriores. A conquista de um corpo que pudesse estar alocado no campo da beleza e da sanidade passa a ser entendida como resultado de esforço, atingido por meio de um exercício intencional de autocontrole, que relaciona determinação, no seguimento das atividades físicas, restrição, da atividade alimentar, e vigiância constante, sobretudo, do número expresso na balança.

Deborah Lupton (2000, p. 24) explica que a obesidade passa a ser vista "como um sinal tangível de falta de controle, impulsividade, auto-indulgência, enquanto que o corpo magro é um testemunho do poder da autodisciplina, um exemplo do domínio da mente sobre o corpo e de um virtuoso sacrifício". Conquistar um corpo belo e saudável é um dos principais anseios e desafios em nossa sociedade. Na atualidade os discursos indicam a adesão ao uso de suplementos nutricionais, a prática da atividade física e a manutenção de rigorosas dietas alimentares como uma espécie de roteiro a ser seguido para o alcance e manutenção do corpo ideal (COSTA *et al.*, 2004).

A adesão aos aplicativos de emagrecimento ganha importância, então, na cultura digital, como uma alternativa acessível aqueles que desejam promover um processo de reeducação alimentar, diminuição da massa muscular, emagrecimento. Da perspectiva da racionalidade econômica, há justificativa para adoção dos aplicativos, uma vez que a complexidade dos dados gerados pelo próprio usuário promove o registro dos alimentos, possibilitando outras formas de acompanhamento, por meio deles se reduz ou elimina a necessidade de acompanhamento presencial de profissionais da saúde no processo de emagrecimento, como nutricionistas, impactando na diminuição do investimento financeiro a ser aplicado. (FRANCES *et al.*, 2010).


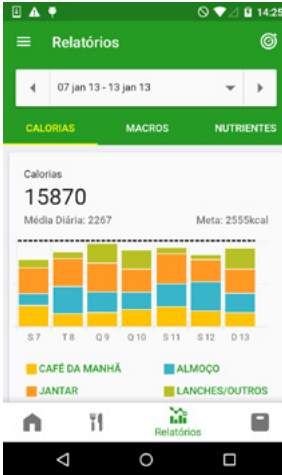

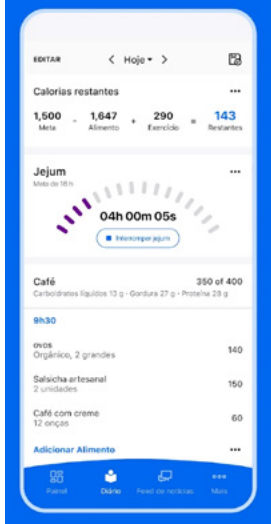
A utilização dos aplicativos possibilita também um acompanhamento sistemático e contínuo da própria alimentação. Sem a necessidade de deslocamentos às consultas médicas, os aplicativos




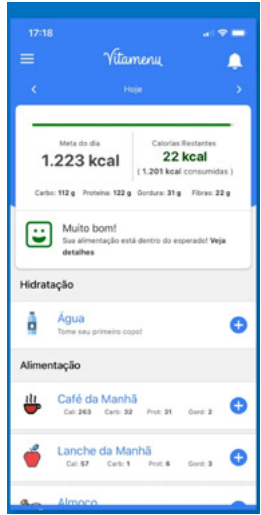
permitem a tele-presença do nutricionista no cotidiano dos usuários. Trata-se de um fenômeno que inserimos naquilo que Lúcia Santaella (2007) chamou de hiper mobilidade, porque sobrepõe a mobilidade física do cosmopolitismo e a mobilidade virtual das redes, promovendo um borramento de qualquer fronteira até então bem delimitada entre presença e ausência, que gera interação simultânea em dois contextos espaciais distintos.


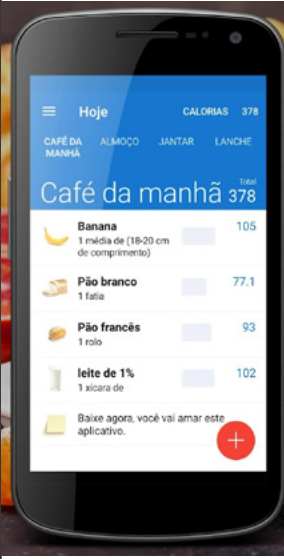
Como forma de compreender os mecanismos que operam e controlam os corpos por meio das plataformas realizamos nossa inserção em cinco aplicativos móveis. Na busca pelo termo emagrecimento surgem diversas opções para aplicativos que oferecem acompanhamento de exercícios, cardápios, escolha de dieta, cálculo de medidas. Em nossa pesquisa buscamos na plataforma *Google Play Store* os aplicativos, em português, recomendados para o público adulto que, na sua descrição, se propõem a auxiliar o usuário no registro e monitoramento do consumo alimentar. Na escolha adotou-se como critério o indicador da avaliação, por parte dos usuários, que fosse superior a nota 4.5, além de serem aplicativos que tenham superado a marca de 1 milhão de downloads.

Selecionados os aplicativos - Contador de calorias *FatSecret*, *My Fitness Pal*: Dieta e treino, *Lifesum*: Alimentação Saudável, Redução Alimentar *Vitamenu*, Diário Alimentar - realizamos o *download* para nossos *smartphones* e acessamos, durante uma semana, o uso de todas as funcionalidades disponíveis nos aplicativos móveis, sem estabelecer nenhuma conexão com nenhum outro usuário. Fizemos *prints* de telas e preenchemos o quadro abaixo (Quadro 11.1) com dados que nos ajudassem a compreender o modo como tais aplicativos pretendem operar sobre as condutas dos usuários:

QUADRO 11.1 – Aplicativos de Emagrecimento e suas funcionalidades

Aplicativo	Funcionalidades*	Avaliação dos usuários*	Downloads*	Design app
<p>Contador de calorias FatSecret</p> <p>FIGURA 11.1</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Contador de calorias. - Informação nutricional e calórica dos alimentos. - Scanner código de barras. - Integração com monitores de exercícios. - Diário alimentar. - Diário de exercícios e calorias queimadas. - Calendário de dieta. - Controlador de peso. - Integração com câmera para gravar refeições. - Relatórios e notificações. 	4,8	Mais de 10 milhões.	<p>FIGURA 11.2</p> 
<p>My Fitness Pal: Dieta e treino</p> <p>FIGURA 11.3</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - "Nutricionista de bolso". - "Mais que um app de dietas. É um app de saúde". - Registro de dieta. - Monitoramento de jejuns. - Monitoramento atividades. - Personalização de metas. - Relatório progresso. - Conexão com outros usuários. - Monitoramento de calorias (calorias de mais de 14 milhões de alimentos). - Conexão com outros apps e dispositivos de monitoramento. 	4,7	Mais de 100 milhões.	<p>FIGURA 11.4</p> 

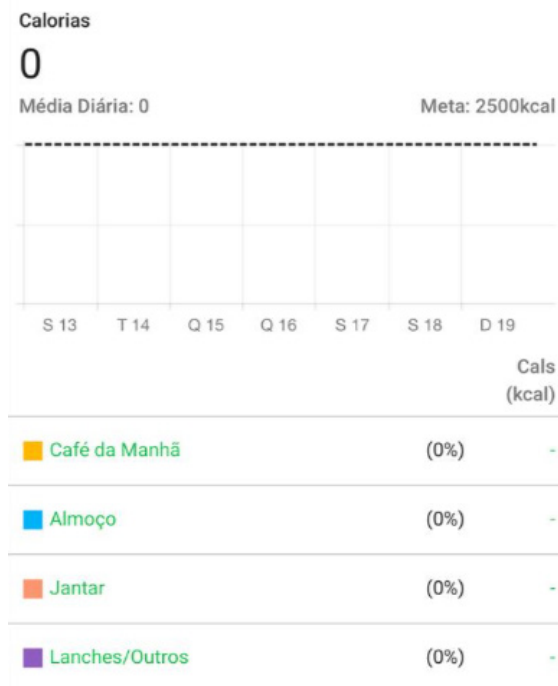
<p>Lifesum: Alimentação Saudável</p> <p>FIGURA 11.5</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Contador de calorias. - Informação nutricional e calórica dos alimentos. - Scanner código de barras. - Monitor de água. - Cardápio de dietas. - Monitoramento de jejuns. - Receitas com lista de compras. - Teste Life Score para recomendações. - Registro calorias queimadas nos exercícios. - Registro medidas corporais. - Conexão com outros apps e dispositivos de monitoramento. 	<p>4,7</p>	<p>Mais de 10 milhões.</p>	<p>FIGURA 11.6</p> 
<p>Reeducação Alimentar <i>Vitamenu</i></p> <p>FIGURA 11.7</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Diário alimentar. - Contador de calorias. - Receitas. - Exercícios. - Dieta. - Controlador de medidas. - Lista de compras. - Recomenda consulta nutricionista. 	<p>4,6</p>	<p>Mais de 1 milhão.</p>	<p>FIGURA 11.8</p> 

<p>Diário Alimentar</p> <p>FIGURA 11.9</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - “Está comprovado que manter um registro ajuda a parar de ingerir alimentos em excesso.” - Registro da alimentação. - Milhares de alimentos cadastrados, podendo adicionar. - “Design intuitivo” - Sem dados pessoais ou informações de contato. - Funciona off-line. - Relatórios diários. - Recomenda conversa com médico ou nutricionista. 	<p>4,5</p>	<p>Mais de 5 milhões.</p>	<p>FIGURA 11.10</p> 
--	---	------------	---------------------------	---

Fonte: elaborado pelos autores. Números, descrição e imagens obtidos na Google Play Store (2023), consultados no dia 17 mar. 2023.

Ao ingressar e registrar-se em cada aplicativo móvel o usuário fornece dados pessoais como nome, idade, gênero, altura, peso atual e o peso que considera ideal. Baseado nessas informações antropométricas o aplicativo móvel calcula o índice de massa corporal, o IMC, e a partir deste resultado é estabelecido um número limite de calorias a ser ingerido diariamente e em cada refeição para alcançar o peso ideal, conforme demonstra a imagem abaixo, retirada do nosso registro no aplicativo *FatSecret*.

FIGURA 11.11 – Contador de calorias diárias



Fonte: FatSecret (2023)

Observa-se que todos os aplicativos analisados, embora apresentem diferenciais próprios, são contadores de calorias, oferecendo em suas funcionalidades **relatórios para monitoramento** do que se está consumindo. Não encontramos em nenhuma das interfaces, exceto no aplicativo *Lifesum*, uma personalização da meta calórica. Não há, de modo geral, espaço para que se considere aspectos individuais da saúde do usuário, em condições como diabetes, Aids, reposição hormonal, medicação contínua ou alguma situação congênita que possa afetar a aquisição ou perda de peso.

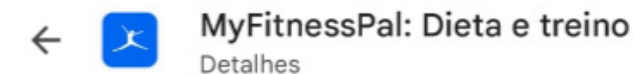
FIGURA 11.12 – Personalização de meta calórica, aplicativo *Lifesum*



Fonte: Lifesum (2023)

Percebe-se, de um lado, a banalização da alimentação na aquisição da saúde e, por outro, a **precarização do acompanhamento nutricional**, que substitui, por motivações econômicas, a figura do nutricionista, do endocrinologista, do nutrólogo por algoritmos que condicionam a rotina alimentar ao resultado de um cálculo solipsista. A descrição do aplicativo *My Fitness Pal*, por exemplo, apresenta-o como um “nutricionista de bolso”, o que explicita a ideia de que se quer substituir o profissional de saúde. Dentre as ferramentas acompanhadas é ele, justamente, o que possui o maior número de downloads, mais de 100 milhões.

FIGURA 11.13 - Nutricionista de bolso



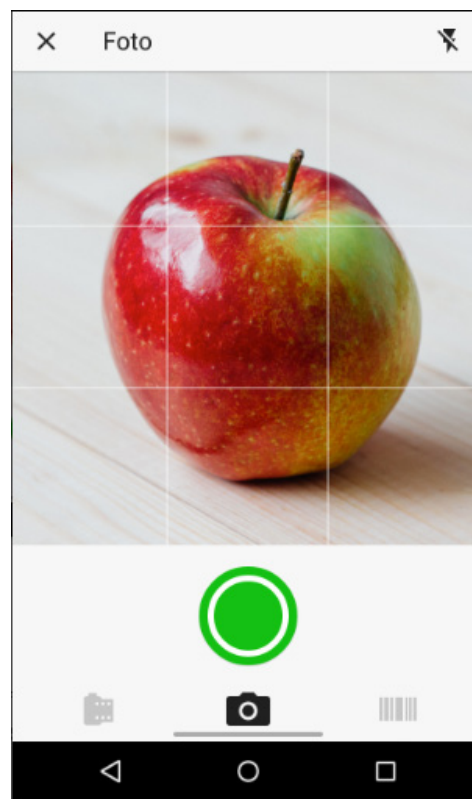
Fonte: Google Play Store (2023)

A estimativa do peso ideal, ou ao menos desejado, torna-se uma meta a ser alcançada, que revela **o peso simbólico dos números na balança** e em nossa sociedade como um todo. Na perspectiva foucaultiana, os números adquirem condições de verdade. a estatística é significada como um dispositivo biopolítico de controle da população, que emerge no Estado moderno para substituir o modelo de governar baseado na família (FOUCAULT, 2008). A estatística, enquanto estratégia de controle, promove o deslocamento da família para a regularização dos fenômenos sociais. A capacidade de julgamento do sujeito sobre fatos objetivados pelos métodos estatísticos – saber estatístico – opera como uma tecnologia de governmentação, num instrumento de uma racionalidade governamental que atua como tecnologia para números, índices e taxas utilizados para conduzir modos de ser e agir, inclusive, no campo da Saúde e da Educação.

As tecnologias digitais funcionam como uma **autoconsciência exteriorizada**, que acompanha os usuários na tomada de decisão em cada refeição, além de promover um monitoramento constante dos hábitos alimentares e no controle de dados fisiológicos. No aplicativo *FatSecret*, por exemplo, se propõem, pelo uso da câmera do aparelho celular, **um registro com fotos e vídeos de cada refeição** (Figura 11.14), além de um scanner de código de barras

para identificar os produtos e suas informações nutricionais, como forma de decisão sobre seu consumo.

FIGURA 11.14 - Funcionalidade da câmera do app *FatSecret*



Fonte: Google Play Store (2023)

A exposição massiva da alimentação, registrada também em **publicações que podem ser compartilhadas com outros usuários da plataforma**, revela de um lado o borramento das fronteiras do que era considerado privado e, de outro, o controle dos corpos no interior daquilo que Shoshana Zuboff (2018) denominou como cultura da vigilância, onde “[...] as pessoas buscam uma forma de

'autoconhecimento' para que possam levar "vidas melhores", ainda que apenas um pequeno fragmento dos dados seja visto por elas, e a vasta maioria termine na base de dados das corporações dos aparelhos portáteis" (LYON, 2018, p. 157).

Sibilia (2016a) tenciona a noção de influência e problematiza a espetacularização do eu, ao questionar o borramento entre as noções do público-privado. Na modernidade sólida, as fronteiras entre o público e o privado eram bem delimitadas; tornaram-se inclusive conceitos opostos, que possuíam limites rígidos que não permitiam violações, ou seja, não havia possibilidades de um embaalhamento entre esses conceitos (BAUMAN, 2001).

O âmbito privado referia-se à noção de lar, de familiaridade, de sacralidade, de segurança. O privado era o espaço para a retirada das máscaras e das amarras, no lar onde se podia estar "vivo e patético" à vontade" (SIBILIA, 2016a, p. 63). Pouco a pouco, a cibercultura trouxe uma inversão nos conceitos, fazendo com que algumas compreensões e padrões fossem questionadas. O que antes era reservado ao âmbito privado passou para o espaço público, à medida que ocupamos um lugar na ágora moderna, com seus atravessamentos estéticos e mediáticos. De forma a exemplificar, percebemos que "os vídeos caseiros, que eram gravados nas fitas cassetes, guardados nos armários, passaram a ter um canal próprio e serem veiculados nas redes" (SIBILIA, 2016b, p. 24).

O que parece estar em jogo é uma redefinição da esfera pública como um palco em que dramas privados são encenados, publicamente expostos e publicamente assistidos. A definição corrente de 'interesse público', promovida pela mídia e amplamente aceita por quase todos os setores, é o dever de encenar tais dramas em público e o direito do público de assistir à encenação (BAUMAN, 2001, p. 83).

O rompimento com a compreensão de privacidade fez com que surgisse em nossa sociedade uma vontade de publicitar o que antes era do âmbito privado: a alimentação, o vestuário, os afetos,

o corpo e suas marcas. O espaço público foi desterritorializado pelo que antes era do privado, motivado, sobretudo, pelo crescimento número de expectadores da vida alheia, que para além da passividade senil geram conexão, interesse e engajamento, ávidos por conhecer a vida alheia.

Importa sublinhar que es sociedade não está relacionada e condicionada apenas às questões de estética. Surge também à vontade de saber, seja da vida alheia, seja de informações locais e internacionais, tendo em vista que cada vez mais utilizamos menos os jornais e mais as redes sociais, como instrumento de informação. A compreensão sobre os sujeitos contemporâneos, diante da expansão das redes sociais e dos aplicativos móveis, como os que analisamos, é complexa. Para Sibilía (2016a, p. 50, grifo dos autores), os sujeitos se

adaptam os principais eventos de suas vidas às exigências da câmera, seja de vídeo ou de fotografia, mesmo que o aparelho concreto não esteja presente – inclusive poderia adicionar um observador mordaz, porque nunca se sabe se você está sendo filmado. Assim, *a espetacularização da intimidade cotidiana tornou-se habitual*, com todo um arsenal de técnicas de estabilização das experiências de vida e da própria personalidade para “ficar bem na foto”

Ao promover o **compartilhamento das metas de peso, imagens das suas refeições, dos seus corpos e das narrativas do dia a dia os sujeitos estão promovendo, nos fóruns dos aplicativos, como se pode ver nas imagens abaixo (Figuras 11.15 e 11.16) uma rede de conexões que atua de modo pedagógico**, contribuindo para o papel e influência das próprias ferramentas.

FIGURA 11.15 - Uma das histórias de sucesso do app *FatSecret*



Fonte: Perfil do Instagram *FatSecret*

FIGURA 11.16 - Uma das histórias de sucesso do app *Vitamenu*



Fonte: Perfil do Instagram Vitamenu

Na modernidade líquida, na era da informação, na cibercultura não há mais um polo emissor e outro receptor, num modelo passivo de transmissão do conhecimento. Aceitamos que aqui todos influenciam todos ao produzir notícias, narrar acontecimentos, postar vídeos e imagens, comunicar sentimentos, investigar fatos,

divulgar informações e assim seguindo uma linha indizível de infinitas possibilidades.

Todos os aplicativos analisados possuem ainda a possibilidade das notificações que operam como alarmes e lembretes para a ingestão alimentar, na manutenção de uma rotina nas refeições, no tempo estipulado, além de retomar o número específico de calorias possíveis para cada momento, também existe a opção de alarme sonoro para auxiliar o usuário a recordar da necessária ingestão de água. Todos os dados são armazenados, gerando um relatório que permite ao usuário visualizar sua evolução física, ingestão e gasto calórico e compartilhar seus resultados com outros usuários e, em alguns casos, para fora da própria plataforma.

Algumas funcionalidades dos aplicativos estão disponíveis apenas aos usuários que realizam uma assinatura de planos pagos, de renovação mensal ou anual, a depender da oferta do próprio servidor, possibilitando a liberação de usabilidade de todas as funcionalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo buscamos refletir sobre o fenômeno de digitalização da vida, ao relacionarmos o campo da educação e da saúde quando atravessado pelo uso de tecnologias digitais na forma de aplicativos para emagrecimento. Nos pusemos a pensar nos deslocamentos de significados implicados pela telepresença médico-nutricional oportunizada pelo uso de tais aplicativos no cotidiano de milhares de usuários.

Revisamos artigos, dissertações e teses que dialogassem como nossa perspectiva teórica e metodológica, e com tais pesquisas aprendemos sobre o fenômeno que a cultura da vigilância efetua

o exercício do biopoder sobre os corpos por meio dessas extensões maquininhas que nos monitoram toda vez que, por nossas próprias mãos, entregamos um grande número de informações sobre o funcionamento de nossos corpos para tais programas de computador.

Mapeamos as funcionalidades de cinco aplicativos de grande sucesso na *Google Play Store*. Foram eles: Contador de calorias *Fat-Secret*, *My Fitness Pal*; Dieta e treino, *Lifesum*: Alimentação Saudável, Reeducação Alimentar *Vitamenu*, Diário Alimentar.

Categorizamos estas funcionalidades, agrupando-as em estratégias que permitem o registro diário e contínuo das ações que envolvem alimentação com vistas ao autoexame. Localizamos e descrevemos também funcionalidades que permitem o monitoramento do comportamento humano com vistas à normalização e adequação dos corpos à modelos esteticamente desejáveis, em especial no que tange às noções de beleza e emagrecimento. Percebemos também funcionalidades que permitem aos usuários o contato diário com prescrições do que comer, como receitas, bem como o que comprar, a partir de recomendações de listas de compras, entre outros recursos.

Ou seja, entendemos que os aplicativos em questão operam na constituição de uma tecnonutrição, ao “democratizar” o acesso ao saber médico-nutricional e o respectivo modelo comportamental ensejado por um estilo de vida mais saudável e, por isso, mais “produtivo”. Talvez possamos pensar o fenômeno como um rastro neoliberal na sociedade plataformizada, onde cada um é responsável por um constante exercício de vigilância sobre si, com auxílio das tecnologias digitais, na luta contra a obesidade – doença que ocupa lugar privilegiado na lista das preocupações dos sistemas de saúde, no Brasil e no mundo.

Esperamos que os resultados aqui apresentados, brevemente, nos permitam discutir com os leitores interessados no tema, os efeitos da digitalização da vida sobre as questões de saúde e estética na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ABIB, L. T.; GOMES, I. M.; GALAK, E. L. Os usos de um aplicativo de saúde móvel e a educação dos corpos em uma política pública. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 42, 2020. <https://doi.org/10.1590/rbce.42.2019.288>
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BEIGUELMAN, G. **Políticas da Imagem: Vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu, 2021.
- CASSINO, J. F. Modulação deleuziana, modulação algorítmica e manipulação midiática. *In*: SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, S. A. (orgs.). **A Sociedade de Controle: manipulação e modulação nas redes sociais**. São Paulo: Hedra, 2018. p. 13-30.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- COPETTI, L. **Comunicação da Saúde na Internet: Redes, Aplicativos e Tecnologias Wearables**. Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação, Artes e Design – FAMECOS – da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.
- COSTA, A. G. *et al.* O Uso da Internet Como Meio Auxiliar Para o Tratamento do Excesso de Peso. **Arq Bras Endocrinol Metab**, v. 49, n. 2, abr. 2005.
- DELEUZE, G. **Conversações: 1972-1990**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FATSECRET. Versão 9.25.0.9. 2023c.
- FATSECRET. Perfil no Instagram. **Instagram**, 2023.
- FRANCES, E.; THOMPSON, C.; LORIA, M.; REEDY, J. L.; BARANOWSKI, T. Need for Technological Innovation in Dietary Assessment. **Journal of the American Dietetic Association**, Estados Unidos, 2010.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GERE, C. **Digital Culture**. 2. ed. London: Reaktion Books, 2008.

GOOGLE PLAY STORE. 2023c. Disponível em: play.google.com. Acesso em 5 mar. 2023.

HAN, B. C. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

HAN, B. C. **Infocracia**: digitalização e crise da democracia. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas e subjetividades**. São Paulo: Edições SESC, 2014.

LE MOS, A. Ciber-socialidade: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. **Logos**: comunicação e sociedade, v. 4, n. 1, p. 15-19, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14575>. Acesso em: 5 mar. 2023

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Tradução de Sônia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIFESUM. Versão 13.1.0. 2023c.

LIFESUM. Perfil no Instagram. **Instagram**, 2023.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. *A Estetização do mundo. Viver no capitalismo artístico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOVELUCK, B. **Redes, Liberdades e Controle**: Uma genealogia política da internet. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2018.

LUPTON, D. Corpos, prazeres e práticas do eu. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 15-48, 2000.

LYON, D. Cultura da vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital. *In*: BRUNO, F. *et al.* (orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. Tradução de Heloísa Cardoso Mourão. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução de Cláudio Marcondes. São Paulo: UBU, 2018.

OIKAWA, E. **Produção de presença no contexto da comunicação ubíqua**: Relações de complexidade entre corpo, tecnologia e ambientes digitais. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em Comunicação Social, 2016.

PALETTA, G. C.; NUCCI, M. F.; MANICA, D. T. Aplicativos de monitoramento do ciclo menstrual e da gravidez: corpo, gênero, saúde e tecnologias da informação. **Dossiê Tecnopolíticas de Gênero**, v. 59, 2020. DOI 10.1590/18094449202000590008.

SANTAELLA, L. **Linguagens Líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Editora Paulus, 2007.

SIBILIA, P. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016a.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016b.

SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, S. A. (orgs.). **A sociedade de controle**: Manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

VAZ, H. L. **Antropologia Filosófica I**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WU, T. **Comerciantes de atención**: La lucha épica por entrar en nuestra cabeza (Ensayo). Espanha: Capitán Swing, 2020.

ZUBOFF, S. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In*: BRUNO, F. *et al.* (org.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

12

*Liara Saldanha Brites
Maura Jeisper Fernandes Vieira
Rosane Machado Rollo
Cristianne Maria Famer Rocha*

A BUSCA DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE NO *GOOGLE SEARCH*:

**REFLEXÕES SOBRE ESTRATÉGIAS
BIOPOLÍTICAS E NOOPOLÍTICAS**

CENÁRIO INICIAL

Uma pessoa, preocupada, pega o celular e usa o *Google Search* (o conhecido buscador da empresa *Google*) para saber se seus sintomas são comuns a alguma doença. Outra, faz uma cotação de preços do seu medicamento de uso contínuo. Não tão distante, há uma buscando informações sobre seu recente diagnóstico. Enquanto isso, uma pessoa pesquisa quais são os profissionais que atendem próximo de sua residência. Elas parecem acreditar no que leem e talvez tomem alguma decisão após consultar o *Google*. Situações semelhantes a essas estão se tornando mais frequentes. No Brasil, por exemplo, desde 2010 este tipo de busca vem aumentando, principalmente após o reconhecimento internacional da pandemia pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020 (GOOGLE TRENDS, 2023).

Não é incomum que uma tecnologia seja criada para alguma finalidade e, conforme utilizada, passe a ocupar espaços e realizar funções que possivelmente não foram programadas na sua concepção. A empresa *Google Limited Liability Company* (LCC), por exemplo, foi criada em 1998, nos Estados Unidos da América, com a missão de organizar a informação mundial e torná-la universalmente acessível e útil (PAGE, 2015). Durante anos, teve como único produto o *Google Search*, criado com a intenção de rastrear a *web* e indexar páginas conforme a relevância com o assunto buscado. Contudo, dentre as tantas possibilidades de busca, atualmente, o buscador vem sendo utilizado pelas pessoas na identificação de possíveis sintomas e tratamentos de saúde.

O *Google Search* é uma das marcas identitárias do nosso tempo. O fato de ser utilizado em todo o mundo (como é possível observar pelas métricas do *Google Trends*) e ser o buscador com maior participação no mercado demonstram o seu alcance (STACOUNTER GLOBAL STATS, 2022). Porém, usar o *Google Search*

para buscar informações sobre saúde não é uma simples ação de clicar e encontrar um conteúdo para ler/aprender. Afinal, as tecnologias são ferramentas pensadas e desenvolvidas por humanos e passam longe de qualquer princípio de neutralidade.

Para pensar nessas relações, assimétricas, de poder envolvidas entre a pessoa que faz a busca, a empresa que desenvolveu a tecnologia e os clientes dela que anunciam a venda de seus produtos e conteúdo, achamos importante registrar que nosso entendimento de poder converge com o do filósofo francês Michel Foucault, em que o poder é visto como potência produtora e “no domínio das relações políticas, esta potência - não de tornar-se, mas de exercer-se - é a única que pode interessar-nos” (LEBRUN, 2007, p. 11). O poder é uma relação entre forças, não uma força que se aplica diretamente sobre as pessoas. Ele não é fixo, emana de uma extremidade para outra, circula, de forma contínua, inconstante (FOUCAULT, 1999a). Esse poder pressupõe liberdade, ou seja, sujeitos livres, que tenham diante de si um campo de possibilidades, em que diversas condutas possam acontecer. (FOUCAULT, 1999b). Ainda, por tratarmos com o tema da Saúde, consideramos que essa busca de informações em saúde transita entre estratégias biopolíticas que buscam regular a vida das populações (FOUCAULT, 2006) e estratégias noopolíticas que envolvem um poder sobre o pensamento, o cérebro e a memória (LAZZARATO, 2006a). Esses conceitos serão explicados ao longo do texto.

Cabe salientar que este capítulo se trata de um ensaio, pensado a partir do recorte do Projeto de Tese da autora principal. O objetivo, neste texto, é refletir sobre algumas das possíveis estratégias envolvidas na busca no *Google* por informações em saúde.

NEOLIBERALISMO, PLATAFORMAS DIGITAIS E O *GOOGLE*

Evgeny Morozov (2018) já alertava que, ainda que involuntariamente, falar sobre tecnologia (neste caso, sobre *Google*) implica em trazer à tona a discussão sobre neoliberalismo. Para Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 30), “o Neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais”. “É precisamente o desenvolvimento da lógica de mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34). A produção de um sujeito neoliberal, competitivo e empresário de si, não seria realizada pelo adestramento dos corpos, como era feito antes com o homem produtivo da sociedade industrial, mas por uma gestão das mentes, por um processo de subjetivação, por uma racionalidade neoliberal.

Por tal racionalidade, entende-se o momento em que aspectos do neoliberalismo excedem características de um sistema econômico, configurando-se como um modelo de vida performativa. Ainda para Dardot e Laval (2016), os pressupostos e mecanismos de funcionamento se alastraram por todos os domínios da vida, de modo que a lógica empresarial, em que se destaca a hipervalorização dos sujeitos capazes de atingir o máximo desempenho, por meio de processos de autogestão, além de predominar cada vez mais no âmbito das relações de trabalho, também alcançam o âmbito das relações pessoais, sanitárias, estéticas, educacionais, entre outras. Na racionalidade neoliberal, a ênfase está na concorrência, na conquista dos consumidores que já fazem parte dos mercados. Nesse jogo competitivo, estão todos: a *Google*, as empresas que pagam para usar a tecnologia da *Google* para expor e vender seus produtos e aqueles que usam o buscador.

Para pensar sobre esses usos/efeitos do *Google Search* é imprescindível lembrar que se trata de uma plataforma digital e um serviço da *Alphabet*. Para Nick Srnicek (2017, p. 30), de forma geral, “plataformas são infraestruturas digitais que permitem que dois ou mais grupos interajam. Por isso, posicionam-se como intermediários que reúnem diferentes usuários: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores, fornecedores e até objetos físicos”. E, para Thomas Poell, David Nieborg e José van Dijck (2019, p. 5) plataformas digitais são “infraestruturas de dados que facilitam, agregam, monetizam e governam as interações entre usuários finais e prestadores de serviço e conteúdo”.

As plataformas teriam quatro características gerais: atuam como organizadoras de mercados, por serem intermediárias; modelam o formato desse mercado, uma vez que definem regras de interação, geração de valor e distribuição desse valor dentro de seu ecossistema; fundamentam-se e são dependentes de efeitos de rede, já que quanto mais pessoas a utilizam, mais eficiente e atrativa ela se torna; têm serviços gratuitos para atrair mais usuários, enquanto outro braço da plataforma compensa aumentando seus preços. Thomas Poell, David Nieborg e Brooke Erin Duffy (2021, p. 7) consideram as ações dessas plataformas (plataformização) como “a penetração das extensões econômicas, infraestruturais e governamentais das plataformas digitais nas indústrias culturais, bem como a organização de práticas culturais de trabalho, criatividade e democracia em torno dessas plataformas”.

O contexto neoliberal e de proliferação de plataformas digitais são as condições de possibilidade de desenvolvimento de empresas como a *Google Limited Liability Company* (LCC) que foi criada em 1998, nos Estados Unidos da América (EUA), com a missão de “organizar a informação mundial e torná-la universalmente acessível e útil” (ALPHABET, 2020). Para Siva Vaidhyanathan (2011) essa missão diferencia a *Google* de qualquer outra empresa de comunicação e isso já demonstra a relevância da empresa no contexto digital que vivemos.

Durante anos, seu único produto foi o *Google Search*. Talvez, por isso, *Google* ou *Google Search* parecem ser sinônimos, mas, de fato, não são. Consideramos que uma das reflexões importantes para estudar o buscador é desvincular a imagem "do" *Google Search* (o popular motor de buscas na Internet) à "da" *Google* (a gigante empresa de tecnologia). O *Google Search* foi o site mais visitado do mundo até 2020¹³ (PACETE, 2021), e a empresa *Google* tem uma capilaridade mundial, tanto que vem ampliando seus serviços e alcance. Ao pesquisar na loja oficial da *Google* (*Play Store*), encontraremos em torno de 99 produtos da empresa, como: *Google Earth* e *Google Maps* (geolocalização), *Google Chrome* (navegador de internet), *Google Meet* (videoconferência), *Google Lens* (buscador por imagem), *Google Classroom* (plataforma de ensino-aprendizagem), *Google Tradutor* e *Google Agenda*. E, desde 2015, a empresa *Google* é "a principal subsidiária da *Alphabet Inc.*, uma *holding* e um conglomerado" (PAGE, 2015). A *Alphabet Inc.* possui mais de 53 empresas criadas ou adquiridas pelos cofundadores da *Google*, Larry Page e Sergey Brin (GOOGLE, 2021), como o *Youtube* (vídeos) e o *Waze* (geolocalização). A *Alphabet* tem um alto valor de mercado e junto das empresas americanas *Apple*, *Meta*, *Amazon* e *Microsoft* dominam o mercado mundial de tecnologia, (TORRES; FILGUEIRAS, 2022).

A *Alphabet* cresceu com a pandemia de covid-19. Durante o primeiro ano pandêmico, ano de dor e sofrimento econômico da maior parte da população, os cofundadores da *Google*, juntos, faturaram 65 milhões de dólares americanos, ofertando serviços a quem estava trabalhando e aprendendo em casa (TIKU; GREENE, 2021). Em fevereiro de 2022, a *Alphabet* atingiu o valor de mercado de quase 2 trilhões de dólares americanos, ficando atrás apenas da *Microsoft Corp.* e *Apple Inc* (PATNAIK, 2022).

Porém, antes da pandemia a empresa *Google* já demonstrava intenções de aprimorar e desenvolver serviços tecnológicos na área

da Saúde. Em seu blog oficial, a *Google* divulgou que, em 2019, criou um setor de Saúde e contratou uma médica especialista em Saúde Pública. E durante os primeiros 15 meses de pandemia, a empresa desenvolveu produtos para monitoramento de pessoas com covid-19 e inventou funções no *Google Search*, como alertas e direcionamentos a sites - como o da Organização Mundial de Saúde (OMS) - e bloqueio de links com informações discordantes das orientações desta (BRITES *et al.*, 2021).

Embora as pesquisas no Brasil ainda se ocupem pouco sobre o funcionamento e o uso do *Google Search*, é possível observar o uso de serviços da *Google* na saúde, como formulários virtuais (*Google Forms*), videoconferências (*Google Meet*) e busca de publicações científicas (*Google Scholar*) (BDTD, 2022). Algumas publicações revelam efeitos da busca de informações em saúde no *Search*:

[...] muitas pessoas procuram seu diagnóstico na página de busca antes mesmo de ir ao médico ou saem dos consultórios médicos com um diagnóstico e, ao não saber o que fazer com isso, procuram na internet, nas redes sociais, nos blogs qual a melhor forma de lidar com essa novidade (SILVEIRA, 2016, p. 19).

Michael Hardey (1999) investigou como o uso rotineiro da internet para acessar informações de saúde pode afetar crenças sobre comportamentos e discute sobre os *experts patients* que são os usuários da internet que buscam por diagnósticos, doenças, medicamentos, custos de internação e tratamentos, entre outras possibilidades. No Brasil, André Pereira Neto e outros autores traduzem o “paciente *expert*” (GARBIN; PEREIRA NETO; GUILAM, 2008) ou o “paciente informado” (PEREIRA NETO *et al.*, 2015) como aquele que, mais do que informado, se acha um especialista, um *expert* nos assuntos de saúde.

Em uma pesquisa sobre o tema, ao analisar artigos publicadas entre 1997 e 2005, Pereira Neto e outros autores (2015) identificam pelo menos três posicionamentos: 1) o paciente *expert* promove

a desprofissionalização do médico, já que os médicos utilizam o conhecimento para controlar os momentos que têm com os pacientes e manter uma posição de poder; 2) o paciente *expert* transforma a relação médico-paciente, uma vez que o empoderamento dos pacientes pode promover uma relação de troca de informações e de tomada de decisão compartilhada; e, 3) o paciente preserva e condena a profissão médica, considerando que pode ser provocada uma diminuição da autoridade médica, mas prevê que o uso da internet pelos médicos preservará a assimetria de informações e a relação de poder (GARBIN; PEREIRA NETO; GUILAM, 2008). Tais colocações dão pistas sobre como o *Google* buscador atua como mecanismo biopolítico.

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E *GOOGLE SEARCH*

Michel Foucault cunhou e escreveu sobre conceitos importantes para tentarmos entender a sociedade e seu funcionamento, destacamos aqui o Biopoder que é, grosso modo, uma forma de governar a vida, um poder que se exerce positivamente sobre a vida, o fazer viver (FOUCAULT, 2012). Esse conceito é complexo e se desmembra em dois eixos: a disciplina e a Biopolítica. Enquanto a disciplina tem como objeto o corpo individual, considera os fenômenos individuais e utiliza mecanismos de adestramento do corpo para obter corpos economicamente úteis e politicamente dóceis, o poder sobre a vida (a Biopolítica¹⁴) tem como objeto o corpo múltiplo e a população. Considerando assim os fenômenos em massa, em série, de longa duração, utilizando mecanismos de previsão, de estimativa estatística, medidas globais e a homeostase, a regulação da população (CASTRO, 2016).

14

Em suas obras, Foucault chama a Biopolítica como mecanismos de segurança e gestão governamental (HUR, 2013).

Enquanto coletivos, nós nos governamos pelo biopoder considerando o poder sobre a vida, as políticas da vida biológica, entre elas as políticas da sexualidade, saúde, natalidade, longevidade (CASTRO, 2016, p. 326). Nesse sentido, assim como a disciplina, o biopoder é um modo de produzir subjetividade (LAZZARATO, 2006a).

As estratégias/técnicas biopolíticas referem-se à vida, “visam a regular a vida atingida pela doença, pelo desemprego, pela velhice, pela morte: a vida, à qual se remetem, é a reprodução de uma população”, uma população numerosa, em um espaço aberto (logo, os limites desse conjunto da população não são definidos, como muitas vezes o estado-nação determina) (LAZZARATO, 2006a, p. 81). Elas buscam regular a vida dos indivíduos, com foco não apenas no fazer e produzir, do ponto de vista econômico, mas sobretudo em uma lógica de investir em condições e formas de regular a vida dos indivíduos, no sentido de absorver níveis maiores de produção (FOUCAULT, 2008).

Assim, os indivíduos passam a moldar seus desejos, recodificar identidades e valores, no sentido de se “transformarem” no sujeito¹⁵ ideal: livre, capaz de mobilizar grandes esforços para competir e lutar pela única forma de vida aceita, uma vida feliz e perfeita (CARVALHO; LIMA, 2016). Então, a partir dessa perspectiva, o sujeito empreendedor de si é desejanter, capaz de zelar pela vida, inovador, autônomo, responsável, esforçado, capaz de calcular riscos e tomar as melhores decisões (CARVALHO; LIMA, 2016; HAN, 2017).

Ao nosso redor, há exemplos dessas técnicas: a saúde pública, com suas campanhas de prevenção ao *Human Immunodeficiency Virus* (HIV) - *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (AIDS)¹⁶

15 Na concepção foucaultiana, um sujeito é efeito de uma constituição de modos de subjetivação e de objetivação, como objeto de relações de conhecimento e de poder (FOUCAULT, 2006).

16 Em tradução simples, Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Sida).

(MEYER *et al.*, 2004) e uma política de promoção da saúde (MATTIONI, 2021; MATTIONI *et al.*, 2022), a criação de serviços de rastreio e monitoramento de pessoas contaminadas por covid-19 (BRITES *et al.*, 2021), a automedicação (JOHANN *et al.*, 2021) e a medicalização dos corpos (DOS SANTOS; DE FREITAS, 2018; SANTOS, 2017).

Sendo ou não compatíveis com nosso ritmo e modo de vida (porque algumas vão depender de fatores sociais, políticos e econômicos que independem da nossa vontade), essas estratégias produzem subjetividade. Assim, vamos mudando nossos comportamentos. Usamos preservativos, fazemos exames laboratoriais, compramos medicamentos e vitaminas, vacinamos nossas crianças, paramos de fumar, começamos a fazer exercícios, dispensamos gordura no churrasco, usamos protetor solar e ainda vigiamos/controlamos o comportamento de “risco” das pessoas que se expõem e/ou nos expõem a determinada situação ou doença. E podemos usar a tecnologia disponível (como buscar no *Google* informações) para nos apoiar nessas mudanças. Ainda que não seja o foco deste capítulo, é importante destacar duas estratégias biopolíticas relevantes nesse uso do *Search*: a governamentalidade e, quando se trata de plataforma, a governamentalidade algorítmica.

A governamentalidade é uma arte de governar ou “precisamente, a arte de exercer o poder na forma e segundo o modelo da economia” (FOUCAULT, 2008, p. 127). Pois, a partir de uma nova Razão de Estado novas técnicas de governos surgem, e giram

[...] em torno de como não governar demais. Não é ao abuso da soberania que se vai objetar, é ao excesso de governo. E, é comparativamente ao excesso de governo, ou em todo caso à delimitação do que seria excessivo para um governo, que se vai medir a racionalidade da prática governamental (FOUCAULT, 2008, p. 18).

Considerando algumas práticas realizadas por empresas de tecnologia por meio de sistemas de algoritmos¹⁷, Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2015, p. 12) atualizaram esse neologismo foucaultiano, como “um tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis”.

Se em nossa sociedade um sujeito preocupado em se manter saudável/vivo, empreendedor de si, é livre para escolher um mecanismo de busca sobre informações de saúde na Internet e tomar suas decisões, também os resultados encontrados nesta busca dependem de regras ou disposições da empresa escolhida, que opera nesta mesma lógica da racionalidade neoliberal.

E parece fazer sentido que esse sujeito empreendedor de si tenha a iniciativa de usar com frequência o *Google Search* para acessar informações que possam ajudá-lo a se tornar mais saudável, competitivo, economicamente ativo e politicamente dócil. Isso porque, enquanto sujeitos, produzimos e somos produzidos por estratégias neoliberais, inclusive no que diz respeito à saúde, à vida e à morte.

Ao fazer uma busca no *Google Search* pedindo dicas de vida saudável, uma infinidade de resultados aparece, mas eles não têm caráter de aleatoriedade, os primeiros resultados – no topo da página – são vinculados aos anunciantes, logo, quem mais investe na plataforma pagando pelo anúncio tem o privilégio de aparecer mais na tela dos usuários. Os demais resultados que vão surgindo estão dentro da gestão algorítmica da *Google* – a qual não existe

17 Algoritmos são um conjunto de instruções ou regras para solucionar um problema ou para realizar uma tarefa, que precisam estar em contato com uma estrutura de dados para agirem (SILVEIRA; SILVA, 2020). Considerando os estudos de Sérgio Amadeu Silveira e Tarcízio Silva (2020) e de Nick Seaver (2019), uso a expressão “sistemas algorítmicos” neste trabalho, visto que um algoritmo não age sozinho e que, geralmente, ele representa apenas uma pequena parte de um sistema dinâmico mais amplo, que envolve códigos, pessoas, banco(s) de dados, negociações e experimentos.

transparência – o que se sabe é que vamos recebendo sugestões e a seleção dessas páginas sugeridas, dentre tantas que existem na rede mundial de computadores, podem ser consideradas mecanismos biopolíticos que operam conduzindo a conduta algoritmicamente dos usuários e direcionando-os para resultados específicos. Esse movimento designa de “maneira muito concretas, frequentemente finas e invisíveis de condução dos indivíduos” (LAVAL, 2021).

Plataformas que fazem publicidade, como o *Google* e o *Facebook*, são responsáveis pelas primeiras tentativas de criar um modelo de negócio digital que se difundiu depois amplamente, pela internet. São técnicas refinadas e compreensíveis, na maioria das vezes, por profissionais experientes na informática. As plataformas operam com *data* (dados gerados e dados coletados), têm a arquitetura baseada em grandes conjuntos de dados - *Big Data* - e utilizam técnicas como as de *data mining*¹⁸, *profiling*¹⁹ e ferramentas de Inteligência Artificial (IA) baseada em dados, como *Machine Learning*²⁰ e *Deep Learning*²¹ (MACHADO, 2019; ZUBOFF, 2018). E, muitas vezes, controlam por modulação, reduzindo, por exemplo, nosso campo de visão, limitando o que vemos na plataforma e favorecendo para que nos agrupamos em bolhas/amostras (SILVEIRA, 2019).

NOOPOLÍTICA E *GOOGLE SEARCH*

Se Foucault (1999a; 1999b), desde a década de 1970 já falava em um investimento no corpo útil e dócil por meio da disciplina,

18 Em tradução simples, mineração de dados, em alusão aos processos de mineração (ou seja, dados “minerados” são preciosos, pois valem muito na sociedade atual).

19 Em tradução simples, construção de perfil. O perfil de cada pessoa permite uma formação de padrões de comportamento, o que acelera a previsão do comportamento do consumidor e dá vantagem às empresas de tecnologia diante da concorrência (SILVEIRA, 2021).

20 Em tradução simples, aprendizado de máquina.

21 Em tradução simples, aprendizado profundo de máquina.

nos dias de hoje, da cultura digital, o investimento não é tão somente no corpo, mas principalmente, na mente (LAZZARATO, 2006a). Os modos de condução das condutas da vida passam a acontecer sutilmente, através de estratégias convidativas e imersivas - como é o caso do *Google Search*. Dessa forma, se por um tempo a centralidade e o alvo das práticas de governo eram o sujeito e a população, no contexto atual, são os públicos que ganharam o foco e passam a ser investimento em um novo mecanismo de controle e de poder, a saber, de um noopoder (MADRUGA, 2017).

De acordo com Hur (2013, p. 210) o noopoder “consiste no fenômeno de controle e gestão da vida que se pauta no poder sobre o pensamento, na modulação do pensamento”, ou seja, incide na produtividade intelectual do sujeito. Deste modo, segundo Lazzarato (2006b), o poder não opera apenas sobre a matéria, mas também sobre aquilo que é denominado como imaterial, a consciência, o pensamento e a subjetividade.

A noopolítica (ou conjunto das técnicas de controle) se exerce sobre o cérebro, implicando em princípio a atenção, para controlar a memória e sua potência virtual. A modulação da memória seria então a função mais importante da noopolítica. Se as disciplinas moldavam os corpos constituindo hábitos principalmente na memória corporal, as sociedades de controle modulam os cérebros e constituem hábitos principalmente na memória espiritual (LAZZARATO, 2006b, p. 100, tradução nossa)

Nesse sentido, a noopolítica se configura em táticas que atuam sobre os públicos para modulação das “[...] mentes com o objetivo de formar aquilo que se conhece por opinião pública” (VEILGA-NETO, 2011, p. 47). Essa sofisticação dos mecanismos de controle passa operar sobre as mentes, desde a própria criação da imagem do pensamento tornando submisso às mutações engendradas pelo capitalismo e sujeitando os indivíduos, e sua maneira de perceber o mundo, às abstrações do consumo. Modulando o pensamento, todos os aspectos da vida ocorrem por meio de uma regulação,

relacionada ou subjugada ao mundo e à imagem do pensamento capitalista (HUR, 2013), impregnando subjetividades e pensamentos. Juntos, o noopoder e a noopolítica, tomam por alvo aquilo que, talvez, o biopoder e a biopolítica não consigam capturar, o homem-espírito, o qual, de acordo com Foucault, somente é objeto do biopoder no limite, pois passará a estar em primeiro plano (LAZZARATO, 2006a).

Cabe ressaltar, entretanto, que nenhum dos três poderes é exercido de forma exclusiva, e na contemporaneidade (sociedade do controle), segundo Viera-Machado e colaboradores (2019), a modulação dos corpos se constitui e é assegurada pelos dispositivos de disciplina (escolas, manicômios, etc.), a gestão da vida organizada pelo biopoder (políticas de saúde, por exemplo), e a modulação da memória e suas potências virtuais reguladas pela noopolítica (constituição da opinião pública, da percepção e modos de pensamentos coletivos, etc). Dito de outra forma, a ênfase nessas três modalidades de exercício de poder (disciplina, biopoder e noopoder), não são excludentes, mas pelo contrário, se apoiam umas nas outras e se combinam para potencializar sua eficácia, e os “efeitos desse processo é que o ‘funcionamento’ de pensamento propagado pelo aparelho de captura segue a gramática neoliberal” (HUR, 2013, p. 211).

A moldagem dos corpos seria garantida pelo poder disciplinar, a gestão da vida organizada pelo biopoder e a modulação da memória e suas potências virtuais garantidas pela noopolítica. “A noopolítica comanda e reorganiza as outras relações de poder, porque opera no nível mais desterritorializado (a virtualidade da ação entre cérebros)” (LAZZARATO, 2006a, p. 87).

Domenico Hur (2013), concordando com Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), sustenta que a axiomática do capital²² não só modula processos econômicos, sociais e políticos, mas também

22

Para Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), diferente das instituições, que operam por codificação, inscrição e normatização de procedimentos e de comportamentos, o capitalismo opera por meio de um axioma, um funcionamento próprio, incitando a produtividade e a competitividade, a livre iniciativa e a atualização do acúmulo e da lógica privada.

processos do pensar e subjetivos. E por mais que os fluxos nessa nossa sociedade pareçam livres, fluidos, no fundo eles seguem o padrão da axiomática do capital, liberando de um lado, mas capturando pelo outro, em mecanismos de controle muito mais sofisticados. Se disciplina e biopoder produzem subjetividades, a noopolítica produz novas formas de ser e de subjetivação que constituem o sujeito neoliberal. Na noopolítica

há a conexão entre axiomática do capital, aparelho de captura e tecnologias de controle, resultando assim numa matriz de funcionamento de pensamento e governo das condutas. Nessa conexão há uma desterritorialização do Estado de sua forma monolítica e centralizada para uma forma múltipla, descentralizada, regionalizada, capilarizada, difusa e presente no espaço cotidiano dos sujeitos. Decorre-se assim a sofisticação de tecnologias de governo, como a publicidade, e a modulação das formas de ser, de se afetar e de se (auto)governar. [...] A gestão noopolítica incita a concorrência, a desigualdade social e individual, a lógica de empresa e a despolitização do potencial insurgente, pois isola e opõe os indivíduos numa lógica competitiva, despotencializando a composição política coletiva. (HUR, 2013, p. 213).

Se somos subjetivados por estratégias biopolíticas e buscamos o *Google* para nos mantermos saudáveis, vivos e produtivos durante muito tempo, parece que ao longo do tempo também internalizamos essa ação, como se fosse natural e aceitável pela sociedade essa busca, como a primeira opção que vem em mente quando é preciso obter respostas sobre saúde. Mas, afinal, quem nos orientou a procurar sobre saúde do *Google Search*? Desconhecemos um investimento da *Google* em publicidade orientando o uso do buscador para isto. Suspeitamos que as estratégias utilizadas pela empresa (inclusive aquelas tecnológicas que foram aprimoradas ao longo do tempo, como publicidade e uso dos sistemas algorítmicos para apresentação e modulação de conteúdos por perfilamento) foram dando respostas às expectativas dos usuários e fazendo parte

dessa relação de tal forma que foi internalizado o *Google* no pensamento quando se precisa saber sobre saúde, como se deixasse de ser da ordem da construção/invenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo, como lógica normativa e racionalidade política, formam um cenário propício ao desenvolvimento e ampliação dos movimentos de plataformização digital onde atualmente grandes corporações da tecnologia digital são protagonistas, dentre elas está *Google Limited Liability Company* (LCC). O *Google* buscador, pioneira ferramenta da corporação *Google*, foi o site mais visitado da internet até 2020, o que ressalta sua relevância para a pesquisa. Essa ferramenta, muito utilizada pela população em geral, seleciona e indica sugestões de páginas e conteúdo. O que problematizamos é que essas indicações não estão inseridas em um princípio de neutralidade, antes, atuam conduzindo as condutas dos usuários a partir de uma gestão algorítmica como estratégia biopolítica e noopolítica.

Segundo Foucault (2008), o poder soberano (no sentido de dominação, de luta), o poder disciplinar e o biopoder se complementam e não se excluem, queremos aqui operar essa premissa ao noopoder. Utilizando os conceitos de Foucault como ferramentas, entendemos que para estudar tecnologias como o *Google Search*, na velocidade das mudanças nos hábitos da sociedade no contemporâneo, não devemos excluir conceitos, antes podemos optar pela operação de um ou de outro, conforme o contexto. Contudo, diante da complexidade imposta por tantos recursos existentes, podemos e devemos utilizar os conceitos como Biopolítica, disciplina, Governamentalidade, Governamentalidade Algorítmica e noopolítica como complementares, a fim de melhor compreender como estão de dando as relações contemporâneas dos usuários com as

tecnologias. Esta complexidade talvez seja motivo de ainda termos um número de produções aquém do que desejaríamos, mas abre espaço para novos estudos como este e evidencia a importância de novos estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALPHABET. Alphabet, dona do Google, está prestes a atingir US\$ 1 trilhão em valor de mercado. **Época Negócios**, 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/01/alphabet-dona-do-google-esta-prestes-atingir-us-1-trilhao-em-valor-de-mercado.html>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. 2022. Disponível em: <https://bdt.d.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Brites, L. S.; VIEIRA, M. J. F.; ZAGO, L. F.; ROCHA, C. M. F. Health on Google in pandemic times. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i10.19087>. Acesso em: 11 out. 2021.

CARVALHO, S. R.; LIMA, E. M. F. A. Poderes da liberdade, governamentalidade e saberes psi: diálogos com Nikolas Rose (Parte 2). **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 20, n. 58, p. 797-808, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0888>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O anti-Édipo. *In*: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (orgs.). **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1997.

DOS SANTOS, L. H. S.; DE FREITAS, C. R. TDAH, aprimoramento e medicalização no âmbito da Saúde Mental Global: uma entrevista com Ilina Singh (Parte 2). **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 65, p. 631-642, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/icse/a/PGcdwryCGTYGRrh33NZR3R/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2022.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999b.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos, volume IV: ética, estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**; tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012

GARBIN, H. B. R.; PEREIRA NETO, A. F.; GUILAM, M. C. R. A internet, o paciente expert e a prática médica: uma análise bibliográfica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 26, p. 579-588, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/icse/a/TPC5B5678dnn9YXBFD3KkrK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2022.

GOOGLE TRENDS. **Google**, 2023. Disponível em: <https://trends.google.com.br/home>. Acesso em: 5 mar. 2023.

GOOGLE. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation, 2021]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Google>. Acesso em: 11 out. 2021.

HAN, B. C. **Sociedade do Cansaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARDEY, M. Doctor in the house: the Internet as a source of lay health knowledge and the challenge to expertise. **Sociology of Health & Illness**, v. 21, n. 6, p. 820-835, 1999. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1467-9566.00185>. Acesso em: 12 ago. 2022.

HUR, D. U. Da biopolítica à noopolítica: contribuições de Deleuze. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 201-215, 2013.

JOHANN, B. K. *et al.* Automedicação: um conflito entre a autonomia do paciente e o saber biomédico. **Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia da Unisc**, v. 0, n. 2, p. 266, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/mostraextensaounisc/article/view/21775>. Acesso em: 13 set. 2022.

LAVAL, C. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

LAZZARATO, M. **Políticas del acontecimiento**. Buenos Aires: Tinta Limón ediciones, 2006b.

LEBRUN, G. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MACHADO, D. F. **Modulações algorítmicas**: uma análise das tecnologias de orientação de comportamento a partir das patentes do Facebook. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2019. Disponível em: http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=118756. Acesso em: 24 jan. 2022.

MADRUGA, E. B. M. A educação ambiental e a noopolítica como táticas de governo da vida. **Anais da 38ª Reunião Nacional da ANPed**. São Luiz, 2017.

MATTIONI, F. C. **Pelas lentes de Michel Foucault**: reflexões sobre as práticas de Promoção da Saúde na Atenção Primária. 2021. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MATTIONI, F. C. *et al.* Práticas de promoção da saúde como resistência e contraconduta à governamentalidade neoliberal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 8, p. 3273-3281, 2022. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/csc/a/SJ3FzPjMBdxQJG9hh3ZsrkQ/>. Acesso em: 13 set. 2022.

MEYER, D. E. *et al.* “Mulher sem-vergonha” e “traidor responsável”: problematizando representações de gênero em anúncios televisivos oficiais de prevenção ao HIV/AIDS. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 51-76, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ref/a/qkmzS8Xmtyw5Ptwwbqzv66w/?lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2022.

MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

PACETE, L. G. TikTok toma o lugar do Google e é o site mais visitado em 2021. **Forbes**, 28 dez. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/12/tiktok-toma-o-lugar-do-google-e-e-o-site-mais-visitado-em-2021/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

PAGE, L. G is for Google. **Blog Google**, 10 ago. 2015. Disponível em: <https://blog.google/alphabet/google-alphabet/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PATNAIK, A. S. S. Alphabet eyes \$2 trillion value after blowout results. **Reuters**, 3 fev. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/alphabet-inches-closer-2-trln-market-value-after-blowout-results-2022-02-02/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

PEREIRA NETO, A. *et al.* O paciente informado e os saberes médicos: um estudo de etnografia virtual em comunidades de doentes no Facebook. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, n. 2, p. 1653-1671, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/hcsm/a/NMrcHvYypNG3sFQmvYvw4vR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Platformisation. **Internet Policy Review**, v. 8, n. 4, 2019.

POELL, T. P.; NIEBORG, D.; DUFFY, B. E. **Platforms and Cultural Production**. Cambridge: Polity Press, 2021.

ROUVROY, A.; BERNIS, T. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? **Revista Eco-Pós**, v. 18, n. 2, p. 36-56, 2015. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2662. Acesso em: 24 mai. 2022.

SANTOS, L. H. S. Medicalização & Biopedagogias: uma possível agenda de estudos na articulação entre saúde e educação. *In*: SARAIVA, K.; GUIZZO, B. S. (orgs.). **Educação em um mundo em tensão: insurgências, transgressões, sujeições**. Canoas: Editora da ULBRA, 2017. p. 141-181.

SEEVER, N. Knowing Algorithms. *In*: VERTESI, J.; RIBES, D. (orgs.). **digitalSTS**. New Jersey: Princeton University Press, 2019. Disponível em: https://digitalsts.net/wp-content/uploads/2019/11/26_digitalSTS_Knowing-Algorithms.pdf. Acesso em: 11 set. 2022.

SILVEIRA, B. R. **Dor compartilhada é dor diminuída**: autobiografia e formação identitária em blogs de pessoas em condição de doença. 2016. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148573>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SILVEIRA, S. A. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. *In*: SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, S. A. (orgs.). **Sociedade de Controle: manipulação e modulação nas redes digitais**. São Paulo: Editora Hedra, 2019

SILVEIRA, S. A. Expropriação Da Vida, Ultra Positivismo e a Nova Eugenia. *In*: FERREIRA, M. R. F.; BOCK, A. M. B. B.; GONÇALVES, M. G. M. (orgs.). **Estamos sob ataque: Tecnologias de comunicação na disputa das subjetividades**. São Paulo: Instituto Silvia Lane, 2021.

SILVEIRA, S. A.; SILVA, T. R. Controvérsias sobre danos algorítmicos: discursos corporativos sobre discriminação codificada. **Revista Observatório**, v. 6, n. 4, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/11069>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STATCOUNTER GLOBAL STATS. [S. I.], 2022. Disponível em: <https://gs.statcounter.com/search-engine-host-market-share>. Acesso em: 12 ago. 2022.

TIKU, N.; GREENE, J. The billionaire boom. **The Washington Post**, Washington, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/technology/2021/03/12/musk-bezos-zuckerberg-gates-pandemic-profits/?arc404=true>. Acesso em: 19 mar. 2021.

TORRES, F.; FILGUEIRAS, I. Google, Apple, Amazon, Netflix e outras big techs perdem US\$ 3,6 tri em valor de mercado. **Valor Investe**, 28 out. 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2022/10/28/google-apple-amazon-netflix-e-outras-big-techs-perdem-us-36-tri-em-valor-de-mercado.ghtml>. Acesso em: 17 mar. 2023.

VAIDHYANATHAN, S. **A googlelização de tudo (e porque devemos nos preocupar)**. São Paulo: Cultrix, 2011

VEIGA-NETO, A. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. *In*: CASTELO BRANCO, G.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIEIRA-MACHADO, L. C. M.; SOBRINHO, R. C.; OLIVEIRA, C. P. Da Biopolítica à Noopolítica: a verdade e a pós-verdade como vetores para modulação de formas de vidas surdas. **Comunicações**, v. 26, n. 3, p. 61-77, 2019.

ZUBOFF, S. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In*: BRUNO, F. *et al.* (orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

13

*Letícia Farias Caetano
Kamila Lockmann*

A MEDICALIZAÇÃO DOCENTE COMO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA:

**A PROLIFERAÇÃO DE DOENÇAS E A PRODUÇÃO
DE UMA BIODOCÊNCIA**

INTRODUÇÃO

O presente texto visa problematizar como os discursos sobre o processo de medicalização docente, que circulam em redes sociais como o *Facebook*, vêm produzindo modos de ser professor/a na contemporaneidade. Para isso, analisamos as postagens a partir de 2012, de três páginas virtuais que tratam sobre o tema da docência e do mal-estar docente como “Professores Sofredores”, “Professora Indelicada” e “Pedagogia da Depressão”. Como material de análise olhamos para as postagens, assim como para as narrativas dos professores que se manifestavam nos comentários de tais postagens. Ao analisar tal material e, pautadas nos estudos de Michel Foucault, sobretudo a partir das problematizações acerca do biopoder, entendemos que o processo de medicalização docente funciona como uma importante estratégia biopolítica, já que incide no gerenciamento e na fabricação dos modos de ser professor hoje. Para uma melhor organização deste capítulo dividimos este em três partes: na primeira seção apresentamos brevemente a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, assim como algumas discussões sobre as redes sociais. Na seção dois discorreremos sobre o conceito trabalhado por Foucault acerca do biopoder, articulado a produção de saberes como gerenciador de vidas. E por fim, na seção três, apresentamos as análises que se dividem em dois movimentos, quais sejam: a produção de diagnósticos e a exacerbação do uso de medicamentos. Ao final desse texto apresentamos algumas considerações sobre os achados da pesquisa.

AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS: O *FACEBOOK* COMO UM IMPORTANTE ARTE- FATO CULTURAL E PEDAGÓGICO

Mais do que nunca “estamos sendo incitados a estarmos digitalmente conectados” (MOZZINI, 2013, p. 16), pois se não pos-tamos algo novo nas redes sociais, podemos correr o risco de ser-mos esquecidos. “É preciso ser ‘visto’ para existir no ciberespaço” (RECUERO, 2009, p. 27). Para além de uma visão ingênua, pensa-mos que o *Facebook* vem incidindo sobre nossas condutas e sobre nós mesmos, por isso, acreditamos na potência deste artefato e seus efeitos nas relações de poder-saber-verdade que nos constituem enquanto sujeitos, nos molda e nos subjetiva:

Convivemos com um complexo e diversificado aparato tecnológico que nos permite saber mais de nós e do mundo, e que corresponde, também, a uma vigilância e a um olhar anônimos, incontroláveis a sua força e extensão. Mais do que isso: trata-se de um aparato que cada vez mais se sofisticava, no sentido de orientar, cuidar, instruir, formar. De subjetivar, enfim (FISCHER, 2006, p. 71).

Assim como Fischer, acreditamos na força das tecnologias já que se constituem enquanto uma rede de discursos, de enunciados, que produz algo, que fabrica coisas, que exerce poder. Ao criar um perfil no *Facebook*, somos convidados a dar informações da nossa vida pessoal, familiar, profissional, etc.; e quanto mais fornecemos informações sobre nossos modos de vida, mais somos “enredados” e capturados por esta rede social.

Somos reconstituídos constantemente pelas transformações tecnológicas que vêm alterando nossos modos de existência. As novas relações sociais e o jeito que interagimos e nos comunicamos, principalmente pelo acelerado avanço da internet, vêm moldando formas de ser e de estar no mundo, fabricando certas subjetividades,

produzindo outros tipos de sujeitos. Inevitavelmente, os professores também são atravessados por este novo contexto sociocultural, sendo constituídos e subjetivados.

Nesse sentido, olhamos para as redes sociais, problematizando-as enquanto um artefato cultural, que estabelece relações de poder-saber, que nos ensina, nos pedagogiza e produz diferentes modos de vida. Assim, entendemos que a educação ocorre em diferentes espaços sociais, não se limitando apenas no espaço escolar. Um artefato cultural como o *Facebook* se configura em uma potente ferramenta de análise, já que os discursos produzidos no ciberespaço²³ evidenciam modos de ser e viver a docência na contemporaneidade:

As tecnologias digitais tendem e devem converter a cultura de massa em cultura interativa, colaborativa, promovendo ampliações infinitas na circulação e na criação de informações e conhecimentos. Um novo *Ethos*, o *Ethos da mediatização infocomunicacional* na era digital, acelera mudanças sociais promovidas pela globalização da cultura digital e realiza criativamente novos modos de ser e viver (COUTO; MELO; MOREIRA; XAVIER, 2008, p. 116-117).

Sendo assim, as redes sociais possibilitam a construção de novos sujeitos sociais, de novas relações e de outras maneiras de se expor e de interagir com o mundo. Por rede social entendemos um “grupo de atores que utiliza determinadas ferramentas para publicar suas conexões e interagir [...]. As redes sociais, desse modo, não são pré-construídas pelas ferramentas, e, sim, apropriadas pelos atores sociais que lhes conferem sentido e que as adaptam para suas práticas sociais” (RECUERO, 2014, p. 20). A rede social estabelecida no espaço do *Facebook* ao falar sobre o professor fabrica subjetividades, ao mesmo tempo em que os próprios professores

23

Segundo Lévy (2010, p. 17), “O ciberespaço (ou “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo específica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”.

reiteram esses discursos, pois narram suas angústias, confessam suas limitações, afirmam viver um mal-estar docente e um processo de medicalização da vida.

Ao escolher o *Facebook* como um potente material de análise precisamos fazer algumas aproximações com os estudos culturais²⁴ e com o que alguns autores vêm chamando de pesquisa netnográfica, ou:

'Etnografia digital', 'etnografia on-line', 'etnografia na internet', 'etnografia conectiva', 'etnografia da rede' são alguns termos utilizados para denominar uma forma específica da etnografia, aquela que se dá em ambientes virtuais. Essa metodologia consiste na "observação dos sujeitos em seu processo de construção de percepções e comportamentos na relação social em rede". Os objetos da pesquisa netnográfica são as conexões e os fluxos produzidos no ciberespaço (SALES, 2012, p. 116).

Vale ressaltar que não temos a pretensão de fazer uma etnografia ou uma netnografia, mas, talvez, seja possível afirmar que tal pesquisa seja de inspiração netnográfica. Nesse caminho, procuramos compreender como os professores são subjetivados a partir dos discursos publicados em páginas criadas no *Facebook*, tais como: Professores Sofredores, Professora Indelicada e Pedagogia da Depressão. A escolha por essas páginas se deu devido ao grande número de acessos, seguidores, postagens e "curtidas".

Compreendemos que tais páginas narram formas de ser e exercer a docência na contemporaneidade e que os professores passam a tomar essas narrativas como sendo suas verdades.

24

Ao estabelecer aproximações com os Estudos Culturais passamos a entender a cultura, não como saberes elitizados, mas como expressões culturais produzidas em diferentes esferas sociais. "Cultura deixa, gradativamente, de ser domínio exclusivo da erudição, da tradição literária e artística, de padrões estéticos elitizados, e passa a contemplar, também, o gosto das multidões [...] os Estudos Culturais expressam, então, uma tentativa de "descolonização" do conceito de cultura" (COSTA, 2005, p. 108-109).

Nesse sentido, entendemos que o *Facebook* se torna um importante mecanismo de subjetivação, visualizado a partir das narrativas produzidas pelos professores que expressam suas formas de ser, viver e entender o mundo e a sua profissão; assim como uma potente estratégia biopolítica, já que os saberes construídos pela medicina servem como gestão da vida. Eis o que será tratado na seção a seguir.

MEDICALIZAÇÃO DOCENTE COMO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA

Com o avanço dos saberes da medicina, aumentou-se, assustadoramente e preocupantemente, o surgimento de novas doenças, síndromes, distúrbios, transtornos... O que antes era considerado "normal", hoje ganha nova nomenclatura dentro de um determinado saber científico, estreitando cada vez mais a zona de normalidade. Exemplo disso pode ser percebido a cada nova categoria de transtorno global do desenvolvimento e a cada nova sigla descrita no DSM²⁵ como um código do qual cada sujeito é identificado e classificado.

Questões de ordem social, afetiva e cultural são entendidas e transformadas em doenças ao sofrerem um processo de medicalização. Segundo Collares e Moysés (1994, p. 25, grifo das autoras), o "termo **medicalização** refere-se ao processo de transformar questões não médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza".

25 O DSM (Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais) é um manual utilizado por profissionais da área da saúde mental que lista diferentes categorias de transtornos mentais e critérios para diagnosticá-los, de acordo com a Associação Americana de Psiquiatria. Considerado uma referência mundial para os clínicos e pesquisadores, bem como para companhias de seguro, indústria farmacêutica e parlamentos políticos. O manual mais atualizado é o DSM V (5ª edição) revisado em 2013.

As singularidades e irregularidades que caracterizam a complexidade da vida de qualquer ser vivo são escamoteadas e transformadas em patologias. O que antes era considerado um comportamento social, historicamente construído, hoje é levado para o campo biológico, da doença, como se a ciência pudesse explicar (e tratar) tudo que é considerado desviante ou transgressor. Segundo Moysés e Collares (2013) estamos vivendo na era dos transtornos, ou na era da medicalização da vida; “uma época em que as pessoas são despossuídas de si mesmas e capturadas-submetidas na teia de diagnósticos-rótulos-etiquetas, antigos e novos, cosmeticamente rejuvenescidos ou reinventados” (MOYSÉS; COLLARES, p. 44). Isso não é diferente quando se trata da docência. As inúmeras queixas que estão relacionadas ao trabalho docente tornam-se questões de saúde pública.

Podemos associar os processos de medicalização da vida com o que Michel Foucault problematizou acerca da Biopolítica. Ao aprofundar tal noção no texto “Direito de morte e poder sobre a vida”, situado no livro, *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault (2015) coloca-a como uma das faces do Biopoder, o qual se apresenta sobre duas formas articuladas: uma que o autor denomina anátomo-política do corpo humano, ou seja, uma técnica de poder que age sobre o indivíduo e seu corpo, através de mecanismos disciplinares e coercitivos (como os utilizados em hospitais, quartéis e escolas); e outra chamada de biopolítica da espécie humana, que se instaura a partir do século XVIII como uma estratégia de controle/regulação da população (através dos saberes estatísticos, por exemplo). A biopolítica, diferente da disciplina, tem como alvo o controle da vida da população, controlando-a das mais variadas formas (pela saúde, pela alimentação, natalidade, mortalidade, etc.). A vida se torna objeto e objetivo da política, se torna, por conseguinte, biopolítica.

Nesse momento, interessa principalmente a forma como o filósofo demonstra o funcionamento da medicina como um instrumento político que objetiva administrar, controlar e normatizar a vida das populações. Segundo Caliman (2002, p. 42),

Ao traçar as características principais das três etapas: em que o corpo foi investido política e socialmente pela medicina; situando o nascimento do hospital em sua função terapêutica no interior destas transformações e esboçando as linhas gerais das políticas de saúde no século XVIII, Foucault demonstra como a medicina moderna está no centro e na constituição da política que encontra na administração da vida sua função principal.

Ao ministrar uma conferência em 1974, Foucault (1979, p. 79) perguntava-se: “[...] a medicina moderna, científica, que nasceu em fins do século XVIII, entre Morgani e Bichat, com o aparecimento da anatomia patológica, é ou não individual?” Ele respondeu a essa questão, afirmando que medicina é uma prática social e que, por ser uma prática social, age sobre a dimensão coletiva de uma sociedade: “A medicina moderna é uma medicina social, que tem por *background* uma certa tecnologia do corpo social; a medicina é uma prática social que somente em um de seus aspectos é individualista e valoriza as relações médico-doente” (FOUCAULT, 1979, p. 79).

Agindo sobre uma coletividade, sobre os riscos e perigos que são produzidos pela vida em coletividade, pode-se dizer que a medicina se constitui em uma estratégia biopolítica que gerencia o risco que a anormalidade pode causar à população. Segundo Foucault (1979, p. 80), “[...] o corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica.” Tal estratégia age na conexão entre o micro e o marco político, entre o corpo individual e o corpo coletivo.

[...] a medicina, com seus saberes e instrumentos diferenciados, age sobre cada indivíduo que se constitui como um risco para o restante da população. Moldando suas condutas e normalizando suas formas de ser, o saber médico está corrigindo e adequando os sujeitos para a vida em sociedade. É, portanto, um saber que age individual e coletivamente (LOCKMANN, 2013, p. 144).

Dessa forma, a partir das discussões provenientes do pensamento foucaultiano, podemos compreender que a medicina se constituiu, ao longo do século XVIII, como um instrumento de controle social. Ela não age apenas sobre os corpos individuais, receitando-lhes medicamentos e aplicando-lhes procedimentos de normalização; ela age também sobre a vida de uma população, prevenindo e gerenciando os riscos que seus modos de existência podem causar para o corpo coletivo da população.

Talvez, justamente por isso, cada vez mais e de forma mais intensa, jeitos de ser e de se comportar, formas de se relacionar, medos, angústias, sobrecarga de trabalho ou intensificação das responsabilidades são analisados pelo olhar médico, descritos, classificados e posicionados como doenças e, por conseguinte, tratadas, medicadas, contidas e corrigidas. É a partir desse movimento de biologização e medicalização da vida, do qual a docência não escapa, que sustentamos o argumento de que na contemporaneidade temos produzido uma biodocência, a qual será discutida na continuidade deste texto.

SOBRE OS ACHADOS DA PESQUISA

Nessa pesquisa, ao analisar alguns discursos, percebemos o processo de medicalização da vida docente materializado a partir de dois movimentos: um primeiro movimento que ocorre pela proliferação da produção de diagnósticos e o segundo movimento que se dá pelo uso exacerbado de medicamentos. Vejamos um exemplo do primeiro movimento de medicalização na postagem que segue:

FIGURA 13.1 - Diagnóstico de doenças



Fonte: Professora Indelicada (2016)

P01 *Depressão, bursite no ombro, etc, etc, etc...*

P02 *Infelizmente magistério faz mal à saúde...*

P03 *Faltou todas as doenças psíquicas!*

P04 *Ah... Gastrite nervosa e insônia*

P05 *Depressão, pânico, [sic] Burnout...*

P06 *falta depressão, bursite, [sic] síndrome do túnel do carpo²⁶, cefaléia intensa, hipertensão, [sic] síndrome do pânico, em relação as contas a pagar.*

P07 *Faltou um pouco de loucura...*

26

A síndrome do túnel do carpo é uma doença causada pela compressão do nervo mediano, responsável pela inervação da região externa da mão. Os sintomas clássicos são dor e a parestesia (formigamento e perda da sensibilidade). Se não tratado, o quadro costuma piorar, podendo levar a alterações motoras, como fraqueza para movimentar os dedos. Disponível em: www.mdsaude.com. Acesso em: 2 fev. 2023.

Observa-se que tanto a postagem quanto os comentários dos professores trazem algumas doenças como sendo parte da profissão. Na figura o médico nem avalia o paciente-professor e já atribui a ele diversas doenças. Além das doenças apontadas na postagem, os professores citam outras tantas que, segundo eles, são obtidas pelo exercício da docência, como depressão, bursite, cefaleia... Um professor é taxativo ao afirmar que *"magistério faz mal à saúde"*.

Importante ressaltar o quanto as doenças psíquicas aparecem diretamente associadas ao ofício docente, como os casos de depressão e outras síndromes citadas nos comentários. Um professor afirma que faltaram *"todas as doenças psíquicas"*. A partir dos estudos realizados, entendemos que a Psicologia torna-se uma importante ferramenta para o governo dos homens, pois esta ciência, "[...] enquanto forma de saber, falar, calcular, tem desempenhado papel constitutivo na formação do social. À medida que a alma humana torna-se objeto de uma ciência positiva, a subjetividade e a intersubjetividade humana tornam-se possíveis alvos de governo" (ROSE, 2011a, p. 99). É nesse contexto que surge a Psicologia – e todas suas nomenclaturas *psi* – enquanto uma biotecnologia da ciência moderna, para pensar em modos de governo, afinal, só se pode governar o que é conhecido:

O poder da Psicologia repousa, aqui, em sua promessa de fornecer dispositivos de inscrição que viessem a individualizar tais sujeitos problemáticos, tornando a alma humana inteligível na forma de traços calculáveis. Sua contribuição repousa na invenção de categorias, avaliações, estimativas e testes (todos de caráter diagnóstico) que concebiam a subjetividade de uma forma que pudesse ser representada através de classificações, cálculos e quocientes. O teste psicológico foi o primeiro de tais dispositivos. A codificação, a matematização e a padronização fizeram do teste um minilaboratório para a inscrição da diferença, permitindo a realização de quase qualquer esquema psicológico de diferenciação de indivíduos em um curto espaço de tempo, em um espaço gerenciável e de acordo com a vontade do *expert* (ROSE, 2011a, p. 108).

Com o surgimento da população e da noção de sociedade, surge a preocupação de governá-la e, para isso, torna-se necessário “[...] refletir sobre ela, sobre suas características específicas, suas constantes, suas variáveis” (ROSE, 2011a, p. 101). É nesse sentido que entendemos que a ciência médica não trata somente da saúde, mas gerencia a vida das pessoas, desde seu estado embrionário até a alma das pessoas.

A vida social torna-se nesse contexto contemporâneo uma especialidade médica que deve ser investigada, calculada, diagnosticada e medicalizada. Há, portanto, uma biologização da vida que penetra em todo o tecido social:

Novas formas de especialidade estão tomando forma neste campo biopolítico: especialistas da própria vida. Já sugeri que a especialidade clínica, hoje, tem seu alcance para além do diagnóstico e do tratamento de doenças – isto não é novo. Os médicos eram especialistas do estilo de vida muito antes da saúde e da doença tornarem-se responsivos a um conhecimento positivo no século XIX. Mas, sem dúvidas, o novo positivismo médico aprimorou sua autoridade e a expansão do aparato médico ao longo do século XX, bem como consolidou a autoridade e ampliou seu escopo e alcance (ROSE, 2011b, p. 20-21).

Entendemos, nesse sentido, que ocorre uma biopolítica da vida, comandada por especialistas ou *experts* da ciência que determinam novos modos de viver. A partir dos saberes necessários para o funcionamento da biopolítica é que podemos visualizar uma proliferação de diagnósticos dos mais variados tipos: com base nas análises, percebemos, num primeiro momento, diagnósticos que são mais psíquicos (como as depressões). Numa postagem publicada na página “Professora Indelicada”, um professor comenta sobre seu quadro de depressão por causa da profissão:

P08 *Eu sou formado em História e Professor da Rede Pública. Trabalhava 40 horas e **estava entrando em depressão profunda e até com vontade de cometer suicídio.** Fui obrigado a largar 20 horas. Hoje trabalho 20 horas e rezo para chegar dezembro. Aguentar a gritaria e a*

total falta de interesse de uma sala de aula é algo medonho.
(PROFESSORA INDELICADA, 2016, grifo das autoras).

Em outro comentário, outro professor afirma ter sofrido de transtornos psíquicos:

P09 *Me senti assim por anos... resultado= acabei com a minha saúde mental, mudei de profissão, mas tomo remédios até hoje pois adquiri Síndrome do Pânico em sala de aula...triste realidade de quem cursou e pagou por faculdade e pós graduação achando q ia mudar o mundo!!!! Acabou que as ações do mundo me mudaram...* (PROFESSORA INDELICADA, 2016).

Desabafos como os evidenciados acima atentam para um cenário preocupante que vem acometendo muitos professores em nosso país: crises de pânico, síndrome de *Burnout*²⁷, depressão, são alguns dos sintomas mais citados pelos professores no *Facebook*. Trata-se de doenças relacionadas à alma humana. Já em outro momento, percebemos a produção de diagnósticos que atingem o corpo humano:

FIGURA 13.2 – Diagnóstico sobre o corpo



Fonte: Professora Indelicada (2016)

P10 Já tem um calinho aqui... ai ai ai...

P11 Já estou com problemas na audição, herança de 20 anos de magistério

P12 Tenho calo nas cordas vocais com 14 anos de magistério

P13 Voz, estômago e nervos!

P14 *Os dois. Tenho problema na garganta de tanto ter [sic] q forçar a voz em uma sala lotada, e dor de ouvido de tantos gritos e barulhos.*

Na figura, a personagem se questiona a respeito de qual doença irá surgir primeiro: se problema na voz ou na audição e, nos comentários, os professores afirmam sentir tais sintomas. Vê-se que tais postagens evidenciam algumas doenças como marcas próprias da docência, doenças que atingem a alma e o corpo do professorado. Essas doenças são, portanto, marcas que se inserem na alma docente e que também marcam biologicamente a identidade dos sujeitos docentes, vindo ao encontro do que Caliman (2013), entende por cidadanias biológicas, ou seja, uma marca em que:

[...] o corpo biológico passou a ser visto como aquilo que nos define enquanto sujeitos [...] Nosso sofrimento psíquico, nossos medos, angústias, comportamentos e emoções, sejam elas normais ou anormais, devem, necessariamente, ser de origem e causa biológica, caso queiram ser considerados reais e legítimos. É neste sentido que, as pessoas estão descrevendo a si e aos outros através de uma linguagem somática. O corpo, quase sempre reduzido ao cérebro, está no centro das explicações sobre quem somos, quem fomos, o que seremos (CALIMAN, 2013, p. 112).

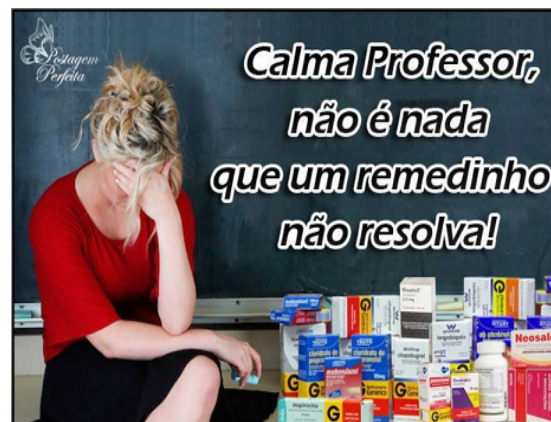
Nesse sentido, o corpo biológico, marcado pela produção de saberes científicos, denomina o que e quem somos, ou seja, o corpo é marcado por uma bioidentidade, ou, para o que sustentamos nesta

pesquisa e que denominamos como *biodocência*. Por esse entendimento o professor é marcado e etiquetado por uma série de doenças que acometem a sua profissão, que o posicionam num grupo específico. A proliferação de doenças serve, portanto, como marcadores de identidades docentes.

Nessa pesquisa utilizamos o prefixo “bio” associado à docência, pois compreendemos que a produção de certas doenças aparece associada ao ofício docente, como algo inerente à profissão. Como se a profissão docente estivesse vinculada a um fator de ordem biológica. Entretanto, salientamos que a biologização da vida ocorre no coletivo, ou seja, o “bio” se torna uma marca do sujeito contemporâneo, pois é produzido pela sociedade em que vivemos. Pode-se afirmar que “[...] a vida é objeto de biologização, de normalização biológica” (CASTRO, 2011, p. 39); a biologização, por conseguinte, é a ação de tornar biológico certas questões da vida que não são da ordem científica, como fatores sociais, por exemplo. Portanto, alguns fatores que afetam a docência são de ordens sociais e não biológica, como vem sendo entendido.

A produção da *biodocência*, ou seja, desse corpo docente marcado por diversos fatores sociais que se transformam e se biologizam em doenças físicas e psíquicas, acarreta muitas vezes na banalização de prescrições médicas e no uso de medicamentos, segundo movimento de medicalização analisado nas narrativas encontradas. Ao olhar para as postagens produzidas no *Facebook* vemos uma preocupante recorrência do uso de medicamentos pelos docentes. Nas narrativas de muitos professores vemos explícito que para exercer a docência é preciso fazer uso de remédios como forma de amenizar os problemas vividos pela profissão. Nesse sentido, entendemos que o uso de medicamentos funciona como um mecanismo de controle da conduta docente, agindo sobre o sistema nervoso central. Vejamos o excerto que evidencia essa constatação:

FIGURA 13.3 – Uso de medicamentos



Fonte: Professores sofredores (2015)

P15 Estou vendo pouca tarja preta.

P16 parece o armário aqui de casa, uma prateleira só remédio, na outra chá...

P17 Já tomei muitos, mas Deus já tirou. Quase todos. Mas também. Só falta um ano para me aposentar e espero aposentar os remédios também.

P18 minhas receitinhas básicas

A postagem acima mostra a imagem de uma professora cercada de substâncias farmacológicas e os comentários dos professores reiteram a imagem criada pela página, pois evidenciam um processo de trabalho que só pode ser realizado através do uso de medicamentos. "Medicaliza-se, atualmente, tudo o que existe. Dos crimes à vida cotidiana, pelos modos de comportar-se sexualmente, tudo pode e deve ser tratado quimicamente" (OLIVEIRA, 2013, p. 83). A cada doença descoberta (ou inventada) novos remédios são produzidos e comercializados a fim de controlá-la. Nesse sentido, entendemos que a proliferação e a banalização do uso

de medicamentos têm se manifestado e governado a vida das pessoas, não só no campo da educação, mas em toda a esfera social. Vieira *et al.* (2010, p. 318) afirma que:

[...] o consumo do medicamento torna-se uma busca pelo reequilíbrio e readaptação diante das intensas exigências das atividades educativas, as inúmeras demandas e a falta de suporte social. Professoras buscam, nos medicamentos prescritos ou escolhidos nas farmácias, mais que aliviar as dores do corpo, fórmulas que produzam disposição e energia para enfrentar a rotina diária, não somente na escola, mas em casa e em outros espaços sociais que atravessam a profissão docente e a vida privada.

Podemos afirmar que o consumo exacerbado de medicamentos ocorre por uma verdade instaurada em nosso tempo de que é preciso ser feliz sempre. Vivemos um imperativo da felicidade constante. Sobre isso Marín-Díaz (2012, p. 58) afirma que:

A felicidade surge com frequência como explicação e justificativa para levar adiante uma série de ações sobre si mesmo e sobre os outros. [...] a felicidade como finalidade e como justificativa para o desenvolvimento de um conjunto de exercícios sobre nós mesmos, e sobre os outros, constitui-se num foco importante de atenção quando se trata de entender aquilo que nos leva a agir para transformar o que, supõe-se, nós somos e, ao mesmo tempo, a aceitar a orientação de outros, sua condução ou governo.

Nesse sentido, não se tolera mais o fracasso, a tristeza, decepções, dificuldades... Tudo isso parece não poder mais fazer parte da vida humana e por isso o uso de medicamentos torna-se uma constante, como forma de anestesiá-la e amenizar sofrimentos, dores, angústias, ou seja, sentimentos que como qualquer outro fazem parte da vida humana. A partir desse imperativo da felicidade e do sucesso, o qual é atribuído ao sujeito, constrói-se um modelo de vida normal, um padrão a ser seguido que é definido por um estado de satisfação e felicidade permanente. O que escapa a esse padrão de normalidade, de um sujeito de felicidade e de sucesso, precisa ser medicado e normalizado.

Pensamos também que nossa sociedade tem a ânsia de tudo conhecer e controlar e a crença de que os conhecimentos científicos e seus discursos, entendidos como verdadeiros e legítimos, aliados aos interesses econômicos e financeiros das grandes indústrias farmacêuticas, respondem e solucionam todos os nossos “erros” e desvios do corpo e da mente, estabelecendo verdades sobre os modos de vida contemporâneos:

A ampliação e o uso de medicamentos antidepressivos, calmantes, vitaminas, medicamentos para a memória, anabolizantes e outros, todos destinados a corrigir quimicamente os “erros” de nossos corpos e almas evidencia a opção preferencial da sociedade contemporânea pela padronização de corpos e mentes com o auxílio da química, na esteira da perda de credibilidade de alguns valores sociais da segunda metade do século XX – época da valorização da pluralidade do mundo e das possibilidades de nele estar – e de estratégias de formação e de controle modernas (OLIVEIRA, 2013, p. 89-90).

No caso da docência, o uso de medicamentos tem se tornado uma constante, o que preocupa, já que sua utilização acaba determinando sua prática profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os discursos produzidos no Facebook acerca dos processos de medicalização compreendemos que a patologização da ação docente e o estímulo à medicação servem como uma potente estratégia biopolítica e um importante mecanismo de governo, pois, aliados ao discurso do sacrifício que recai nas costas do professorado e das imagens construídas sobre a docência em torno da precarização e desvalorização de seu trabalho, incidem não só na conduta do professor, mas também estabelece normas e regras na sua maneira de pensar e de viver, pois o saber clínico

e científico normatiza, determina e institucionaliza verdades e poderes sobre os sujeitos.

A medicação é uma face do movimento do processo de medicalização, já que primeiro transforma-se o que antes era entendido como uma manifestação social ou como uma característica comportamental em patologia, capturada pelo saber médico. Assim, é possível pensar em medicamentos que irão inibir ou controlar tais manifestações e/ou comportamento. Nesse sentido, a medicalização pode ser entendida enquanto uma técnica de normalização, que através da medicação, controla/regula a conduta dos sujeitos (nesse caso específico, dos professores), agindo, não especificamente sobre o corpo, mas sobre o sistema nervoso central.

Ao pensar nesse viés não estamos nos posicionando de maneira contrária à ciência, mas olhando com certa atenção e cuidado para a proliferação de diagnóstico e para o uso (muitas vezes indiscriminado) de medicamentos. Mais do que isso, nos atentamos para a produção de verdades e para os modos de governo e condução das condutas docentes que essa discursividade contemporânea, manifestada nas páginas do *Facebook*, vem incidindo sobre os professores. Faz-se necessário, certa cautela na proliferação e na banalização desses diagnósticos, pois percebemos uma "invasão" dos saberes médicos que vem alargando, psicologizando, e medicalizando o campo da educação e governando os modos de ser dos professores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, P. S.; CARDOSO, T. A. O. Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a Síndrome de Burnout. **Saúde Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 129-140, 2012.

CALIMAN, L. V. Os bio-diagnósticos na era das cidadanias biológicas. In: COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A.; RIBEIRO, M. C. F. (orgs.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 109-118.

CALLIMAN, L. V. **Dominando Corpos, Conduzindo Ações**: genealogias do biopoder em Foucault. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CASTRO, E. **Leituras foucaultianas**: uma história conceitual da biopolítica. La Plata: Editorial Universitária, 2011.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (a patologização da educação). **Série Ideias**, São Paulo, n. 23, p. 25-31, 1994.

COSTA, M. V. Estudos culturais e educação – um panorama. *In*: SILVEIRA, R. M. H. (org.). **Cultura, poder e educação**: um debate sobre estudos culturais em educação. Canoas: Editora ULBRA, 2005. p. 107-120.

COUTO, E. S.; MELO, C.; MOREIRA, A. P.; XAVIER, M. Da cultura de massa às interfaces na era digital *in R. Faced*, Salvador, n. 14, p. 105-118, 2008.

FISCHER, R. M. B. Técnicas de si e tecnologias digitais. *In*: SOMMER, L. H.; BUJES, M. I. E. (orgs.). **Educação e cultura contemporânea**: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens. Canoas: ULBRA, 2006.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LOCKMANN, K. Medicina e inclusão escolar: estratégias biopolíticas de gerenciamento do risco. *In*: FABRIS, E. T. H.; KLEIN, R. R. (orgs.). **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 129-146.

MARÍN-DIAZ, D. L. **Autoajuda, educação e práticas de si**: genealogia de uma antropotécnica. São Paulo: Autêntica, 2012.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Medicalização: o obscurantismo reinventado. *In*: MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L.; RIBEIRO, M. C. F. (orgs.). **Novas Rupturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 41-64.

MOZZINI, C. **Impressões de um corpo conectado**: modos de governo que se produzem a partir de incitamentos publicitários à conexão digital. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) — Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OLIVEIRA, I. B. O conhecimento na era dos transtornos: limites e possibilidades. *In*: COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A.; RIBEIRO, M. C. F. (orgs.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 79-92.

PROFESSORA INDELICADA. Brasil, 2016. **Facebook**: Professora indelicada. Disponível em: <https://www.facebook.com/profindelicada/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

PROFESSORES SOFREDORES. Brasil, 2015. **Facebook**: Professores sofredores. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1369914500044486>. Acesso em: 5 mar. 2023.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, R. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2014.

ROSE, N. **Inventando novos selfs**. Psicologia, poder e subjetividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2011a.

ROSE, N. Biopolítica molecular, ética somática e o espírito do biocapital. *In*: SANTOS, L. H. S.; RIBEIRO, P. R. C. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida. Rio Grande: FURG, 2011b. p. 13-31.

SALES, S. R. Etnografia+netnografia+análise do discurso: articulações metodológicas para pesquisar em Educação. *In*: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 111-132.

VIEIRA, J. S.; GARCIA, M. M. A.; MARTINS, M. F.; ESLABÃO, L.; SILVA, A. F.; BALINHAS, V.; FETTER, C. L. R. Constituição das doenças da docência (docenças). **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 37, p. 48-63, 2010.

14

Marcela Haupt Bessil

Camilo Darsie

Karine Zenatti Ely

Afonso Cima

Pauline Schwarzbald

Lia Gonçalves Possuelo

MÍDIAS DIGITAIS E ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS DOS SISTEMAS PRISIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL E RIO DE JANEIRO:

TENSIONAMENTOS SOBRE SAÚDE

INTRODUÇÃO

A Lei de Execução Penal (LEP), de 1984, introduz a obrigatoriedade do Estado oferecer a assistência necessária e digna para as pessoas que se encontram privadas de liberdade. Conforme o seu décimo Artigo, “a assistência ao preso ou internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (MOREIRA, 2007). No Artigo 11º da LEP, ainda, são especificadas as responsabilidades estatais para com os presos e internados, quais sejam, as que dizem respeito à garantia de material necessário para a manutenção da vida digna e da saúde, ao apoio jurídico e ao suporte educacional, social e religioso (MOREIRA, 2007).

Constata-se, assim, a obrigação legal do Poder Público, operador do sistema penal, oferecer condições que façam com que o cumprimento das penas se configure como oportunidade de socialização daqueles que passam pela situação de privação de liberdade. No entanto, a distância entre o que está na LEP e o que é efetivamente realizado ainda é longa, configurando um desafio para os operadores do sistema, para os seus trabalhadores, para os assistidos e para toda a sociedade brasileira (MOREIRA, 2007). Um exemplo de como este desafio se constitui, pode ser visto no excerto da pesquisa de Rosa (2022), desenvolvida no Presídio Central de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

À medida que fomos avançando para o interior da cadeia, a luz foi ficando escassa. Havia poucas lâmpadas acesas e as janelas eram pequenas demais para dar conta de iluminar todos os espaços. Em alguns pontos só se enxergavam os contornos das pessoas aglomeradas em uma quase completa escuridão. A umidade me chamou atenção. Tentávamos desviar das poças de água ao andar. Ia se tornando difícil dar um passo sem pisar em alguma. A água escorria pelas paredes e pingava do teto. Queria acreditar que era o afago da lemanjá que vimos no pequeno jardim e que acompanhava carinhosamente

quem passava por ela. Dei-me conta de que eu mal havia entrado no Central e já buscava apoio para suportar o que via. Entendi por que as paredes das prisões são tão permeáveis às religiões. O cheiro que vem das galerias é singular. É cheiro de gente triste, desesperada, com raiva, descalça, doente. Gente que carece de melhores condições de higiene, de afeto e de oportunidades. O Central, definitivamente, tem cheiro. Ele cheira ao abandono estratégico do Estado, à política de encarceramento em massa da juventude preta e pobre, à segregação. (ROSA, 2022, p. 66-67).

Segundo Tavares e Menandro (2004) e Baccon (2022), as prisões brasileiras têm funcionado como mecanismos de oficialização da exclusão, não só considerando os seus estados de precariedade, mas também os processos de vulnerabilidade social em que se encontram os sujeitos antes do encarceramento - em sua maioria, provenientes de grupos sociais marcados pela pobreza. Destaca-se que "a concepção de vulnerabilidade social tem a pretensão de superar e, ao mesmo tempo, incorporar o conceito de pobreza". Neste sentido, associa-se a processos que precisam ser transformados e não a modos de vida estáticos (HILLESHEIM; CRUZ, 2008, p. 195).

Diante disso, torna-se compreensível que os processos prisionais devam operar na direção de combater vulnerabilidades e não reforçá-las. Portanto, pensar sobre o contexto das prisões e dos apenados brasileiros exige que sejam ativadas perspectivas complementares que auxiliem na descristalização dos discursos que as descrevem - e as produzem - como ambientes de suplício. Conforme indicou Foucault (2008), o suplício baseia-se em penas dolorosas que atingem a esfera corporal. Seria uma técnica que produz um dado sofrimento que é sentido (pelo condenado) ou apreciado (pela sociedade), em contextos ritualísticos (legais) que oportunizam quantificações (estatísticas) que validam a sua existência.

Uma das possibilidades de transformação destes modos de compreender as dinâmicas que envolvem os sujeitos privados de

liberdade é o fortalecimento da noção de que ao serem direcionados ao cumprimento de penas, não perdem seus direitos relacionados a outras instâncias da vida, como aqueles que dizem respeito à educação, à assistência social e à saúde, sendo o último o foco desta reflexão. É no contexto deste conjunto de direitos que variados grupos de trabalho - em diferentes instâncias - têm investido energias que almejam garantir condições menos desfavoráveis de vida às pessoas privadas de liberdade e a projeção de enunciados que buscam modificar os modos pelos quais são compreendidos publicamente.

Partindo disso, é possível observar que, com o desenvolvimento das atuais tecnologias de comunicação, especialmente as que se relacionam com a divulgação pública, muitas vezes on-line, de dados, informações, notícias e denúncias, por exemplo, o universo das ações de cuidado e de manutenção dos modos de vida dos apenados se tornou mais acessível àqueles que se interessam pelo assunto, produzindo novos direcionamentos no que se refere às preocupações sobre o tema e novos pontos a serem atentados acerca das práticas que envolvem os sujeitos que estão inseridos no contexto penal em diferentes espacialidades, ou seja, em contextos discursivos geograficamente diferenciados.

Com essa pretensão, o presente texto problematiza, a partir das mídias digitais e do conceito de biopolítica, as informações divulgadas nas páginas oficiais e redes sociais da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (SUSEPE-RS) e Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (SEAP-RJ) sobre questões de saúde das pessoas que se encontram privadas de liberdade, no ano de 2022, em cada estado.

BIOPOLÍTICA E SAÚDE PRISIONAL

Os dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SISDEPEN), referente ao primeiro semestre de 2022, apontam para 837.443 pessoas privadas de liberdade no Brasil, sendo 661.915 em celas físicas de instituições penais estaduais, federais e outras prisões. A população privada de liberdade teve um decréscimo de 3% em 2022, em comparação ao ano de 2021. As prisões domiciliares, com e sem tornozeleira eletrônica somam 175.528 pessoas. As unidades prisionais estaduais somam 654.704 pessoas privadas de liberdade (626.005 do sexo masculino e 28.699 do sexo feminino), sendo 52.764 no Rio de Janeiro e 33.699 no Rio Grande do Sul (SISDEPEN, 2022).

Nas unidades estaduais, 326.365 (49,85%) cumprem penas em regime fechado, 126.237 (19,28%) em regime semiaberto e 190.771 (29,14%) são classificadas como presos provisórios não sentenciados, 399 estão em tratamento ambulatorial e 1.987 cumprem medidas de segurança. Entre os que se encontram em regime fechado e semiaberto, 595.541 (90,96%) estão em unidades prisionais exclusivamente masculinas, 34.244 (5,23%) em unidades prisionais mistas e 24.919 (3,81%) em unidades prisionais exclusivamente femininas (SISDEPEN, 2022).

No que se refere aos dados de saúde disponibilizados pelas plataformas públicas, são as patologias que acometem as pessoas privadas de liberdade que passam a ser contabilizadas como prioridade. Assim, são contabilizadas 35.686 pessoas diagnosticadas com doenças infecciosas no sistema prisional, com cenário diferenciado entre as mulheres e os homens privados de liberdade. No sexo masculino, a maior prevalência é de tuberculose, com 8.779 (26,52%) casos, seguida de HIV com 8.526 (25,76%) casos, sífilis com 6.507 (19,66%) casos e Hepatites Virais com 2.158 (6,5%) casos. Nas mulheres, a maior prevalência é de sífilis, com 1.089 (42,14%), seguida de HIV com 951 (36,8%), Tuberculose com 223 (8,63%) e Hepatites

virais com 162 (6,27%) casos. O Rio de Janeiro acompanha as médias nacionais com maior prevalência de tuberculose no sexo masculino e sífilis no sexo feminino. No Rio Grande do Sul, o HIV é mais prevalente, em homens e mulheres (SISDEPEN, 2022).

Quanto à mortalidade no sistema prisional, as maiores causas entre os homens são resultantes de doenças (67,55%), crimes (17,79%), suicídios (6,81%), acidentes (1,61%), enquanto as demais são registradas como desconhecidas (6,24%); entre as mulheres as mortes por motivo de doença também alcançam os maiores índices (70,59%), seguidas de suicídios (23,53%) e causas desconhecidas (5,88%) (DELLA FLORA, 2021).

Segundo Assis (2007) e Nunes (2020), os problemas relacionados à saúde, no caso dos apenados que integram o sistema prisional brasileiro, se devem à superlotação das celas, à precariedade e à insalubridade de suas estruturas físicas. Os ambientes penitenciários, se tornam propícios à proliferação de epidemias, ao contágio e ao desenvolvimento de doenças. Além desses fatores estruturais, a má alimentação dos presos, o sedentarismo, o uso de drogas, a falta de higiene e a lugubridade das prisões colaboram com o desenvolvimento de adoecimentos (ASSIS, 2007; NUNES, 2020). Pode ser pensado, a partir disso, que o tempo passa e os problemas permanecem os mesmos.

Michel Foucault (1975), em *Vigiar e Punir*, descreveu a ideia de pena-castigo assumida a partir do início do século XIX:

Pode-se compreender o caráter de obviedade que a prisão-castigo muito cedo assumiu. Desde os primeiros anos do século XIX, ter-se-á ainda consciência de sua novidade; e entretanto ela surgiu tão ligada, e em profundidade, com o próprio funcionamento da sociedade, que relegou ao esquecimento todas as outras punições que os reformadores do século XVIII haviam imaginado. (FOUCAULT, 1975, p. 70).

O excerto de Foucault convida a pensar sobre os jogos de poder que envolvem a dinâmica da pena-castigo. Salienta-se que o poder, nesta perspectiva, não pode ser tomado, possuído e aplicado “de cima para baixo”, já que configura uma rede que se constitui por meio de relações, mecanismos e procedimentos que se direcionam à manutenção dos interesses daqueles sujeitos que formam a própria rede (FOUCAULT, 2011).

Os jogos de poder, neste caso, ao contrário de perspectivas clássicas que o compreendem como proibitivo ou repressivo, estimulam certos padrões de hábitos e comportamentos em detrimento de outros, assumindo um caráter produtivo no campo das relações sociais. “O poder não é bom ou ruim. É algo que produz e que está em constante transformação, que deve ser entendido como um conjunto de relações e não como uma esfera de dominação pessoal ou institucional” (DARSIE, 2021, p. 1).

Têm-se, desta forma, uma perspectiva que não objetiva deduzir uma teoria geral do poder, mas que propõe realizar a análise das suas estratégias, táticas, técnicas e mecanismos de atuação. É de se imaginar, portanto, que os presos e o sistema prisional se encontram em uma malha de relações de poder que não cessa e que subjetiva sujeitos por meio dos discursos que os envolvem. Assim, é comum que os enunciados que promovem a lógica da punição enquanto sofrimento e da não manutenção do sistema prisional, frequentemente articulados às falas cotidianas de muitos brasileiros, em um contexto de emergência/fortalecimento/escancaramento do conservadorismo, sustentem a tomada de decisões relativas ao baixo direcionamento de recursos e à precarização da vida desses sujeitos.

Contudo, neste contexto, emergem, também, os enunciados que objetivam tensionar as condições de cumprimento de penas, tendo em vista a necessidade de ações que colaborem com o fortalecimento da vida e das potencialidades dos sujeitos privados de liberdade. Provavelmente, o grande balizador neste caso seja

formado pelas políticas públicas e leis que se direcionam à garantia das ações que visam a ressocialização e a dignidade dessas pessoas e que orientam formalmente as práticas de profissionais da área. Nessa direção, conforme argumentou Della Flora (2021), a questão pode ser observada a partir da perspectiva das estratégias biopolíticas que se desenrolam nos ambientes e contextos prisionais.

Para a autora, apesar das dificuldades discutidas até aqui, as ações de saúde e de educação desenvolvidas nas instituições penais configuram-se como relações de poder que visam subjetivar os sujeitos apenados no sentido de torná-los mais produtivos e aptos a se integrarem às sociedades das quais fazem parte. Não se pretende dizer com isso que tais práticas sejam isentas de intencionalidades, que não sejam associadas aos padrões de normalidade e produtividade existentes em diferentes lugares e tempos, no entanto, atenta-se ao fato de que miram na vida em lugar da morte. Foucault, ao buscar compreender como o poder se desenvolve e passa a conduzir a vida, lançou mão do conceito de biopolítica enquanto “maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...” (FOUCAULT, 2008, p. 431).

Assim, as estratégias biopolíticas devem ser entendidas como as relações de poder que se sustentam em informações e práticas sobre saúde e doença, dados e monitoramentos relacionados aos determinantes sociais, índices econômicos bem como outros elementos que envolvem as populações e as tornam mais longevas (GAUDENZI, 2017). As estratégias biopolíticas subjetivam em direção às “melhores” maneiras de pensar e agir. “É importante ser entendido que tais estratégias têm início nas dinâmicas humanas – cotidianas e locais –, pois elas criam padrões e normas sociais que direcionam as decisões de Instituições e de gestores públicos” (DARSIE, 2020, p. 2).

A partir disso, é importante ressaltar que para as questões relacionadas à saúde dos sujeitos privados de liberdade, por meio dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), foi instituída nas instituições penais, a partir da Portaria Interministerial No 1.777, de 09 de setembro de 2003, o Plano de Saúde Prisional. Ainda, no ano de 2014 foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) por meio da Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014, que disciplina os objetivos, as diretrizes, bem como as responsabilidades do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, dos estados e do Distrito Federal, representados pelas Secretarias de Saúde, de Justiça ou congêneres e dos municípios. As normas de operacionalização dessa política estão instituídas pelo Anexo XVIII da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que disciplina os tipos de equipes e os profissionais que compõem as Equipes de Atenção Primária Prisional (eAPP), complementadas pela Portaria GM/MS nº2298/2021, Nota Técnica COPRIS nº 17/2021 e Nota Informativa COPRIS nº11/2021.

A PNAISP tem por objetivo a garantia do acesso ao atendimento integral à saúde em nível de atenção primária às pessoas privadas de liberdade e sua integração na Rede de Atenção à Saúde (RAS). A saúde prisional é composta pela sua comunidade prisional (população privada de liberdade, profissionais de saúde, polícia penal e suas famílias), e deve estar articulada com os demais estabelecimentos e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), que são ponto de contato e entrelaçamento de uma mesma rede: Unidades de Saúde da Família, Núcleos de Apoio à Saúde da Família, Unidades de Urgência e Emergência e Hospitais – enfim, a Rede de Atenção à Saúde.

Assim, o conjunto de práticas que envolvem as comunidades prisionais, para além do cuidado e controle de seus índices e ações de saúde, também funcionam como um mecanismo regulador que descreve e reorienta as demandas sanitárias nos contextos prisionais.

A partir disso, um conjunto de estatísticas, decisões e ações tomam forma de maneira considerada mais adequada e, ainda, por meio de informes públicos e notícias, passam a produzir novas narrativas e modos de pensar relacionados às suas próprias práticas. Outra questão a ser observada, é a produção de enunciados que emergem de contextos espaciais específicos, produzidos a partir de dinâmicas sociais, econômicas e culturais que podem se diferenciar ou não, em decorrência dos elementos geográficos.

MÍDIAS DIGITAIS E ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS DOS SISTEMAS PRISIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL E RIO DE JANEIRO

A partir da busca realizada nas páginas oficiais da internet e das redes sociais Facebook e *Instagram*, da SUSEPE/RS e da SEAP/RJ, foram encontradas 105 notícias, publicadas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022, relacionadas aos processos de saúde que ocorrem nos sistemas prisionais do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Os temas abordados nas notícias foram divididos em quatro eixos-temáticos: “Ações em saúde voltadas ao público externo”, “Ações em saúde voltadas a pessoas privadas de liberdade”, “Ações em saúde e formação voltadas a servidores” e “Ações Políticas, Acordos de Cooperação Técnica, melhoria de instalações, equipamentos e exames em relação à saúde”, sendo que algumas notícias foram contabilizadas em mais de um eixo pelo fato de contemplarem temas de diferentes categorias (Tabela 14.1).

TABELA 14.1 – Categorização das notícias, por temática, publicadas em Redes sociais e site oficial da SUSEPE/RS e SEAP/RJ

Categoria temática	SUSEPE/RS		SEAP/RJ	
	Redes sociais	Site Oficial	Redes sociais	Site Oficial
Ações em saúde voltadas ao público externo	08 (61,5%)	04(30,7%)	01(7,7%)	0 (0%)
Ações em saúde voltadas a pessoas privadas de liberdade	14(25,5%)	18(32,7%)	22(40%)	1(1,8%)
Ações em saúde e formação voltadas a servidores	25(45,5%)	17(30,9%)	12(21,8%)	01(1,8%)
Ações políticas, acordos de cooperação técnica, instalações, equipamentos e exames em relação a saúde	25(50%)	13(26%)	10(20%)	02(4%)

Fonte: elaborada pelos pesquisadores

Conforme apontado anteriormente, a saúde prisional diz respeito às ações realizadas junto à comunidade prisional, a qual compreende mais sujeitos do que aqueles que se encontram privados de liberdade. Portanto, no que se refere ao eixo “Ações de saúde voltadas ao público externo”, as informações divulgadas nas mídias digitais, tanto no Rio Grande do Sul como no Rio de Janeiro, colocaram em evidência as campanhas para doação de sangue.

Em relação ao eixo “Ações de saúde voltadas a pessoas privadas de liberdade”, ambos os estados publicizaram movimentos sanitários direcionados à detecção de HIV/AIDS, demais ISTs, Hepatites e Tuberculose. Destaca-se, nesse sentido, que no Rio de Janeiro, foram publicados mais informativos acerca de ações voltadas aos cuidados cardiológicos, urológicos, bem como acerca de testagens de HIV, Sífilis e Hepatites em mulheres. No Rio Grande do Sul, foram mencionadas, mais frequentemente, ações que visam

atingir índices mais positivos relacionados à saúde mental das pessoas privadas de liberdade. Também foram produzidas notícias sobre a formação dos trabalhadores do sistema prisional no que se refere ao campo dos cuidados psicossociais que potencializaram os atendimentos aos apenados.

No eixo “Ações em saúde e formação voltada a servidores”, ambos os estados divulgaram ações de prevenção relacionadas aos cânceres de mama e próstata e à vacinação. No Rio Grande do Sul, foram divulgadas notícias de realização de cursos para servidores que visam o cuidado em saúde e atendimento pré-hospitalar. No Rio de Janeiro, as notícias e postagens indicam que os servidores participaram de curso de atendimento pré-hospitalar tático, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

No eixo “Ações políticas, acordos de cooperação técnica, melhoria de instalações, equipamentos e exames em relação à saúde”, foram contempladas notícias que relatam parcerias com prefeituras, visitas técnicas, inauguração de unidades básicas de saúde prisional, acordos para utilização de mão de obra de pessoas que se encontram privadas de liberdade para a construção de unidades básicas de saúde, em ambos os estados.

As campanhas de vacinação contra a gripe foram divulgadas tanto pela SUSEPE/RS quanto pela SEAP/RJ. Já a campanha de Vacinação contra a covid-19 foi divulgada pela SEAP/RJ. Essas notícias divulgaram que a ação se destinava aos servidores e PPL. As campanhas de vacinação foram contabilizadas em duas categorias, ações de saúde voltadas para servidores e para PPL.

Diante do material encontrado e dos tópicos descritos, é importante reforçar que o ambiente prisional é complexo, com características específicas que dizem respeito às espacialidades que os envolvem. Conforme discorrido por Darsie (2021), as espacialidades são produzidas a partir das especificidades locais e generalidades globais que se articulam à produção de sujeitos em diferentes

parcelas do espaço. Nesse sentido, são os movimentos, as conexões entre diferentes elementos e as estratégias biopolíticas que dão forma aos mais diferentes assujeitamentos e organizações espaciais. O autor deixa claro que nesta perspectiva, o espaço não se resume às materialidades naturais ou construídas, mas as compreende em articulação aos jogos de poder que as conformam e, portanto, as relações sociais também são consideradas elementos espaciais.

Nessa direção, é importante destacar que as notícias que apresentam informações sobre as ações de saúde desempenhadas em contextos prisionais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, por vezes se aproximam, tendo em vista as demandas nacionais - considerando as ações de saúde e formação dos servidores - e por vezes se afastam, de acordo com as situações que diferenciam ambas as localidades - como ocorre no que se refere aos movimentos de saúde direcionados aos sujeitos privados de liberdade. As notícias, portanto, ao envolverem ações políticas que desencadeiam ou emergem de acordos de Cooperação Técnica demonstram a necessidade de se viabilizar ações direcionadas para a população privada de liberdade e para os servidores que realizam suas atividades laborais nos contextos espaciais específicos, partindo de balizadores nacionais.

Pode-se entender, nesse sentido, que as estratégias biopolíticas relacionadas à saúde nos contextos prisionais, visam estimular ações e cuidar dos sujeitos envolvidos, considerando-os como fenômenos coletivos, pautados por estimativas estatísticas. Como consequência, estabelecem mecanismos regulatórios que visam adequar práticas, manter médias, otimizar processos de maneira que se obtenham estados de equilíbrio e de regularidade, levando em conta a vida e os processos que consistem em fazer viver (FOUCAULT, 1999; PRUINELLI; KRUSE, 2011).

Ainda, ao serem articuladas às mídias digitais dos órgãos penais oficiais, as informações disponibilizadas podem ser pensadas enquanto narrativas públicas - emaranhadas a outras práticas

- que para além do estímulo das práticas de saúde, tensionam uma certa noção de merecimento/desmerecimento de cuidados sanitários. Produzem modos de pensar o tema que inserem os apenados nos contextos de cuidado, desconstruindo idealizações pautadas em lógicas que podem excluir determinados sujeitos e privilegiar outros. No limite, pode-se entender que elas promovem a vida dos apenados, especialmente quando provocam a pensar que estes sujeitos também demandam cuidados e possuem direitos, a partir da própria dinâmica biopolítica.

A partir disso, é possível argumentar que, para um trabalho efetivo, são necessários saberes, habilidades e competências reflexivas, articuladas aos contextos em que se inserem os ambientes laborais relacionados ao sistema prisional. São as peculiaridades - mesmo que por vezes semelhantes a outros contextos - do produzir saúde no sistema prisional que compõem as notícias divulgadas pelas mídias digitais e que, a partir delas, produzem subjetivações.

No Brasil, em função do preconceito e da discriminação relacionados à população prisional e ao crescente sentimento de “vingança” social, tais sujeitos acabam por encontrar dificuldades em serem efetivamente incluídos nas políticas públicas, como as que envolvem o campo da saúde. Observa-se, nesse sentido, que a divulgação das ações de saúde voltadas à População Privada de Liberdade é tímida se comparadas à divulgação das ações destinadas aos servidores ou as ações políticas, acordos de cooperação técnica, instalações, aquisição de equipamentos e realização de exames.

Conforme apontado anteriormente, os números que envolvem os adoecimentos dos apenados são significativos, mas as notícias acerca de cuidados de saúde - que não necessariamente apenas ao controle de doenças - apresentam-se bastante menores. Certamente, as postagens e publicações de notícias podem transformar os modos como os apenados são entendidos socialmente; contudo, é necessário que haja, ainda, maiores informações acerca de ações

de saúde voltadas a eles, para que os próprios índices promovam melhores resultados diante daquilo que podem produzir na perspectiva foucaultiana. Destaca-se que Foucault (2011) refere que somos subjetivados por meio da verdade, sem que ocorra a necessidade de forjá-la. São os números, as estatísticas e os conjuntos de verdades que nos produzem como sujeitos.

A constituição brasileira apresenta um conjunto de direitos sociais, que devem ser instituídos pelo Estado, visando garantir a democratização da sociedade e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Entre os direitos garantidos encontra-se o direito à saúde para todos. Então, segundo a própria ordem jurídica brasileira, os sujeitos privados de liberdade continuam a manter um status mínimo de cidadania e, por isso, o acesso à saúde deve ser garantido. As pessoas privadas de liberdade, embora tenham seus direitos políticos suspensos, garantem os seus direitos civis (casamento, propriedade, registro de nascimento, entre outros). É preciso refletir a respeito de que a PPL mantém o direito de gozar dos mais elevados padrões de assistência à saúde. Afinal, apesar de estarem privados de liberdade, preservam os demais direitos humanos relacionados ao que se entende por cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divulgação de ações em saúde através de notícias na internet (páginas oficiais e redes sociais) acerca da população privada de liberdade, mostra que ainda há dificuldades no que se refere ao reconhecimento de uma população específica formada por sujeitos de direitos. Observa-se um número maior de compartilhamento de notícias relacionadas a ações voltadas para servidores e ações políticas, acordos de cooperação técnica, instalações, equipamentos e exames.

Entende-se que as narrativas feitas pelas mídias digitais podem superar a divulgação de espetáculos sobre crimes e criminosos, tornando mais comuns as discussões acerca dos direitos e demandas dessa população. Elas podem ser aliadas na divulgação de ações de cuidados em saúde e educação, proporcionando que a sociedade conheça os direitos das pessoas que se encontram privadas de liberdade e o que tem sido realizado em relação a isso nos diferentes estabelecimentos prisionais.

Essa questão se enquadra nos jogos de poder que orientam estratégias biopolíticas e que produzem modos de ver as situações dos sujeitos privados de liberdade.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. D. A realidade atual do sistema penitenciário Brasileiro. **Revista CEJ**, Brasília, n. 39, p. 74-78, 2007. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos908/a-realidade-atual/a-realidade-atual.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2010.

BACCON, P. **A falácia da ressocialização prisional**: fatores que prendem por de trás das grades contexto brasileiro. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Estatísticas penitenciárias**. Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. O que é HIV?** Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pagina/o-que-e-hiv>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. PNAISP. Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014.

DARSIE, C. Biopolitics of COVID-19. **Journal of Infection Control**, v. 9, p. 1, 2020.

DARSIE, C. Modos de pensar o espaço a partir da prevenção e do controle de doenças: espacialidades, informações, monitoramento e molecularidade. *In*: GENGNAGEL, C. (org.). **Ensino de ciências humanas: reflexões, desafios e práticas pedagógicas**. Chapecó: Livrologia, 2021. p. 185-198.

DELLA FLORA, K. T. L. **Educação e estratégias biopolíticas**: a produção de sujeitos por meio do Plano Estadual de Educação nas prisões do Maranhão. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3168/1/K%c3%altia%20Teresinha%20Lopes%20Della%20Flora.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, M. **Aulas sobre a vontade de saber**: curso no Collège de France (1970-71). São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GAUDENZI, P. Mutações biopolíticas e discursos sobre o normal: atualizações foucaultianas na era biotecnológica. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 60, p. 99-110, 2017. DOI 10.1590/1807-57622015.0870.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia Social**, v. 20, n. 2, 2008.

MOREIRA, F. A. **A política de Educação de Jovens e Adultos em Regime de Privação de Liberdade no Estado de São Paulo**. 2007. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da USP, São Paulo, 2007.

NUNES, L. R. **A saúde do presidiário e a precariedade no atendimento a atenção básica à saúde da pessoa privada de liberdade**. 2020. Monografia de Conclusão de Curso — Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

PRUINELLI, L.; KRUSE, M. H. L. Biopolítica e doação de órgãos: estratégias e táticas da mídia no Brasil. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 20, n. 4, p. 675-681, 2011.

ROSA, R. C. Q. **Corpos LGBT na escola e na prisão**: aparecimento, educação e potências. Tese de Doutorado. 2022. Programa de pós-graduação em Educação. Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2022.

TAVARES, G. M.; MENANDRO, R. M. Atestado de Exclusão com Firma reconhecida: O sofrimento do Presidiário Brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 24, p. 86-99, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QKvZjrT8s3PckhJQQPw9jfp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2023.

15

*Luísa Klíx de Abreu Pereira
Betina Hillesheim*

A PRODUÇÃO DO IMPERATIVO “FAÇA TERAPIA” A PARTIR DAS REDES SOCIAIS:

**EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PRÁTICAS
EM SAÚDE MENTAL NO SUS**

Neste capítulo, discutimos como a construção do que denominamos de imperativo “faça terapia”²⁸, especialmente a partir das redes sociais, tem se constituído como uma forma de educação em saúde e afetado as práticas em saúde mental. Ao nos debruçarmos sobre o entrelaçamento das redes sociais enquanto tecnologia e a área da saúde, é possível notar que os meios digitais impactam os comportamentos das pessoas e seu nível de bem-estar por conta dos contatos ali gerados. Em 2017, foi realizada uma pesquisa pela instituição de saúde pública do Reino Unido, a *Royal Society for Public Health* (RSPH), na qual se constatou que as redes sociais provocam efeitos emocionais nocivos dos usuários que mais as utilizam, especialmente dentre o público mais jovem (CUIDE..., 2017). Além da internet ser espaço de troca e convivência, ela é também uma rede de distribuição de conteúdo, prescrevendo formas de ser e estar no mundo, mediante o que Foucault (2016) chama de produção de verdades.

Durante os séculos VIII e XIX, a sociedade organizou-se mediante um poder de investimento na vida, diferentemente de uma sociedade soberana, que se baseava no direito de causar a morte. Esse poder sobre a vida se deu a partir de duas formas principais: a ideia do corpo máquina e a ideia do corpo espécie. No primeiro caso, com base no processo disciplinar - vertical e hierárquico - dos corpos para que fosse possível governar, tem-se como exemplo as instituições de confinamento, nas quais foram exercidas formas de poder por meio de uma anátomo-política individual. A partir do desenvolvimento do conceito de população, além de um poder que se volta para os corpos dos indivíduos, passou-se a ter uma biopolítica da população (FOUCAULT, 2008). “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”

28

Embora na área da saúde o termo terapia seja amplamente utilizado, no senso comum ele está majoritariamente associado à prática psicoterápica, sendo esse o entendimento que se dará na escrita deste trabalho.

(FOUCAULT, 1985, p. 131). A partir do final do século XX, quando se instaura uma crise das instituições totais, novas relações de poder emergem e tomam como referência modos de subjetivação construídos a partir de uma comunicação rápida e fluída, as quais seduzem os sujeitos a participarem, moldando-se como uma sociedade de controle. Uma sociedade de controle pode ser entendida pela interpenetração dos espaços, pela suposta ausência de limites claros e pelo início de um tempo contínuo no qual as pessoas tornam-se prisioneiras em campo aberto, não conseguindo concluir coisa alguma sem serem atravessadas por outras. Assim, constrói-se uma nova narrativa que rege a malha do tecido social marcada pela constante modulação universal (DELEUZE, 1992). Logo, o poder está disseminado entre os nós das redes, de modo horizontal e impessoal.

Desse modo, pode-se afirmar, de acordo com Deleuze (1992, p. 221), que a sociedade de controle “opera por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores,” sendo essas tecnologias que melhor representam as formas de poder contemporâneas, uma vez que estão presentes na realidade da maioria das pessoas e é por meio delas que diversas verdades acabam sendo (re)produzidas. Assim, o fenômeno das redes sociais enquanto tecnologia que possibilita comunicação, informação e diversos tipos de negociação vem crescendo e disparou durante o período da pandemia da covid-19, haja vista as restrições de distanciamento necessárias. De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), nos anos 2000, o Brasil contava com 5 milhões de pessoas que utilizavam a internet de forma ativa. Em 2010, esse número passou para aproximadamente 76 milhões, evidenciando-se um crescimento de 1420%, sendo que, em 2019, de acordo com a Agência Brasil, pelo menos 134 milhões de pessoas estavam conectadas à internet (BERTICELLI, 2022). Já no período da pandemia, informações divulgadas a partir de um estudo realizado no ano de 2021 pelo portal Cupom Válido, o qual reuniu dados da *Hootsuite* e *WeAreSocial*, mostra que o nosso país

é o terceiro do mundo que mais usa redes sociais, ficando atrás somente das Filipinas e da Colômbia (REDES..., 2021).

O ser humano é, antes de tudo, um ser social e por isso alguns autores defendem o termo “redes sociais”, no ambiente digital, já que são ferramentas que estão simplesmente potencializando essa tendência e alterando completamente as possibilidades de comunicação. Seja por meio de sites de serviços, que permitem aos indivíduos construir um perfil público, articular, ver e pesquisar listas de usuários com quem compartilhar uma conexão, seja constituindo relações interpessoais mediadas pelo computador, o que se faz é interagir buscando fundamentalmente a comunicação. (VERMELHO *et al.*, 2014, p. 186).

Entendendo que os discursos constituem e moldam as práticas sociais já que produzem verdades de acordo com as regras do tempo vigente, Foucault (2002) nos convoca a questionar nossas certezas com a intenção de problematizar como se produzem essas verdades e quais seus efeitos na vida diária. Parte-se, portanto, do pressuposto de que, a verdade é um sistema de obrigações, sendo que há uma relação estreita entre subjetividade e verdade, visto que não há subjetividade independente da relação com a verdade (FOUCAULT, 2016).

Desse modo, pode-se compreender a verdade como uma produção da articulação entre práticas discursivas (o que de fato se é dito), sua materialidade, seu acontecimento (a prática do dizer) e práticas não discursivas (CANDIOTTO, 2006). Logo, o enunciado é compreendido como uma ação coletiva pela busca de produção de verdades, perpassando uma compreensão dentro de um conjunto de saberes, indo além de um sentido literal (MORAIS, 2017). Assim, “as verdades somente são subjetivadas se forem matrizes de ação e instrumentos válidos para que alguém se torne sujeito de ações, de modo que haja como convém, conforme exige a circunstância ou o ritual” (CANDIOTTO, 2006, p. 73).

A partir disso, no presente texto colocamos em foco o chamamento que as redes sociais têm feito no sentido de se voltar a atenção para os cuidados com a saúde mental, constituindo-se como um imperativo, ou seja, tal como abordado por Veiga-Neto e Lopes (2011, p. 126), como algo que “a todos se impõe, graças ao caráter natural que, não problematicamente, é atribuído”. Embora reconheçamos o quão perigoso é trabalhar com uma questão do presente, uma vez que o movimento segue se dando (HILLESHEIM; SILVA, 2021), ressaltamos a importância dessa discussão para melhor compreender os processos que estão em curso, especialmente no que tange à assistência em saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dessa forma, problematizamos aqui como as redes sociais tecem e impactam o fazer em saúde mental, na medida em que o imperativo “faça terapia” produz determinados modos de compreensão de si e propõe ou prescreve aos indivíduos determinados procedimentos de cuidado de si, tendo efeitos sobre o atendimento em saúde no SUS. Para tanto, apoiamos-nos nos resultados de uma pesquisa que se debruçou tanto em uma análise sobre os enunciados que circulam nas redes sociais sobre saúde mental, quanto em entrevistas²⁹ realizadas com profissionais de duas Estratégias de Saúde da Família (ESF) em um município de pequeno porte localizado no interior do Rio Grande do Sul.

O IMPERATIVO “FAÇA TERAPIA” - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E IMPASSES

O que aqui denominamos de imperativo “faça terapia” adveio de observações e registros realizados pelas pesquisadoras no período

29

A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) por meio do parecer nº 5.667.765, em conformidade com as normas estabelecidas na Resolução CNS 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

de um ano (entre 2021 e 2022), a partir das redes sociais (*Instagram, Facebook, Twitter e LinkedIn*), página inicial do *Google*, sites de notícias, livros, artigos e pesquisas acadêmicas. A produção destes dados³⁰ apontou que, no mundo online, a ideia da necessidade da busca por atendimento psicoterapêutico se coloca como algo imprescindível, tanto no que se refere ao que se chama como autocuidado, como uma forma de aumentar produtividade e auxiliar no enfrentamento das questões da vida, de forma geral. Veiga-Neto e Lopes (2011, p. 128), ao discutirem a noção de imperativo, assinalam que, neste movimento, alguma coisa se torna “pensada como “própria do mundo”, como sendo algo “do mundo”, isso é, como “fazendo parte natural do mundo”, passando a ser entendida como inegavelmente boa e necessária a todos.

Para ilustrar, destacamos aqui alguns dados que evidenciam isso: em agosto de 2022, ocorreu a publicação de uma matéria do *Jornal Folha de São Paulo*, traduzida pelo *New York Times*, com o título “Terapia vira pré-requisito para relacionamento entre os mais jovens”, na qual são expostas entrevistas com pessoas que buscam ingressar em um namoro, porém apenas se a/o parceira(o) realizar terapia. Nessa mesma reportagem, dados do *Tinder*, aplicativo para encontros nacionais, mostram que a palavra “terapia” nas biografias dos usuários aumentou em 25% em 2021, bem como as características “emocionalmente estável” cresceu 12% e “emocionalmente maduro”, 47%. Também em 2022, na rede social *Twitter*, foi possível ver a viralização do seguinte post: “meu amigo contou que vai na psicóloga amanhã e eu perguntei o que motivou ele o cara me lança um “ta geral indo o rolê deve ser insano” [sic]”. Dados do diário de campo de 29 de junho de 2022 também mostram isso: uma das pesquisadoras visualizou em seu perfil pessoal do *Instagram* um vídeo trazendo reflexões sobre o quão efêmera era a vida e o quanto as pessoas não conseguiam lidar com essa fragilidade cuja legenda era

30

A discussão específica sobre a construção do imperativo “faça terapia” pelas redes sociais encontra-se em outro artigo, ainda não publicado, escrito pelas pesquisadoras.

“o mundo está precisando de terapia”. Ainda, foi possível observar, em diversas postagens no *Linkedin* e *Facebook*, abordagens de que fazer terapia é um investimento em si e não um gasto, bem como cuidar da sua mente deve ser algo para se fazer além do momento de crises e/ou adoecimento.

Cabe dizer que não convém compreender a multiplicação do imperativo “faça terapia” apenas como algo quantitativo, desconsiderando os sentidos formados e produzidos acerca dessa ideia. Hillesheim e Silva (2021, p. 3), embasados em Michel Foucault, falam que, nesta multiplicação discursiva, “o que está em jogo é a produção de discursos verdadeiros”, sendo “necessário um modelo estratégico sobre o funcionamento do poder, interrogando-o a partir de sua produtividade e integração”. Tal tensionamento considera os jogos de poder vigente e as verdades em movimento, sendo que “não se trata de apontar um único discurso, mas uma multiplicidade de discursos, construídos mediante uma dispersão de aparelhos, em diferentes instituições, que falam, fazem falar, escutam, registram e redistribuem o que se diz” (HILLESHEIM; SILVA, 2021, p. 3).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a “verdade não existe fora do poder ou sem poder” (HILLESHEIM; SILVA, p. 10), sendo que em cada sociedade se tem uma política de verdade, na qual se define quais discursos são verdadeiros e quais os mecanismos que os diferenciam dos falsos (FOUCAULT, 1989, p. 11). Assim, o autor ressalta que a verdade assume também diversas formas de objeto que “circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande [...] sendo produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos”. Desse modo, apontamos a produção do imperativo “faça terapia” como uma nova verdade, fruto da política e dos tempos neoliberais que vêm subjetivando os sujeitos a partir de discursos (re)produzidos de modo generalizado pela sociedade, tendo como destaque as redes sociais enquanto tecnologia.

O sofrimento, dentro do neoliberalismo, tem se singularizado e adquirido novas formas de demanda que acabam por moldar e afunilar a resolução dos problemas compartilhados e sentidos pela sociedade de modo individual, no encontro psi-paciente, por exemplo. Convém pontuar que esse sistema funciona como uma engenharia social que vai além do aspecto econômico, sendo capaz de extrair mais produção e gozo do sofrimento, uma vez que ele não só gere, mas também gesta esse sentimento (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021). Sem querer desmerecer a prática psicoterapêutica como manejo e resolução de problemas singulares, trata-se de problematizar sua indicação a qualquer custo; primeiro porque a prática do psicólogo possui outras possibilidades para além do atendimento psicoterápico; segundo, muitas vezes o problema abordado na sessão está além do indivíduo, logo a terapia por si só não dará conta de suas necessidades e, terceiro, que nem toda pessoa deseja realizar tal movimento. Nesta discussão, cabe também pontuar, que o imperativo “faça terapia” é lucrativo e mercantiliza a profissão bem como as relações que nela podem acontecer.

Nunes e Ravih (2021) argumentam que tal imperativo leva em consideração apenas os fatores psicológicos incluídos no sofrimento, desconsiderando os fatores sociais, econômicos e relacionais de adoecimento. Tendo em vista que a saúde mental possui diversos determinantes, podemos também pensar que a difusão da ideia da terapia como algo imprescindível ao sujeito, coloca sob exclusiva responsabilidade do indivíduo o seu sucesso ou fracasso, desconsiderando fatores sociais, econômicos, culturais, entre outros.

Tendo em vista as questões acima, buscamos refletir, a seguir, sobre o enlace entre o imperativo “faça terapia”, as práticas em saúde mental e a educação em saúde no SUS.

E NO SUS, COMO FICA? EFEITOS DO IMPERATIVO “FAÇA TERAPIA”

A Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 196, garante que “a saúde é dever do Estado” (BRASIL, 1988). Assim, o SUS constituiu-se pelo Ministério da Saúde, órgãos estaduais e municipais, pois todos são corresponsáveis pelo sistema. Desse modo, o Ministério atua como gestor nacional, já que ele normatiza, monitora e fiscaliza as ações a fim de pactuar o Plano Nacional de Saúde. No que tange aos Estados, compete às Secretarias Estaduais de Saúde formular as políticas e apoiar os municípios, articulando ações junto ao governo federal para dar conta do seu respectivo Plano Estadual de Saúde. Por sua vez, as Secretarias Municipais de Saúde são responsáveis por planejar, organizar e controlar as ações nas cidades, para que se faça cumprir o Plano Municipal de Saúde alinhado às diretrizes estaduais e federais (BRASIL, 2022).

Toda essa organização foi pensada para que os princípios de universalidade, equidade e integralidade sejam efetivados. O primeiro diz respeito à responsabilidade estatal de assegurar a saúde como um bem universal de toda e qualquer pessoa; já a equidade, refere-se à atenção necessária para com as diferenças, pois apesar de toda/os possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Por fim, a integralidade dá conta de entender o sujeito como um todo para que se pense e execute ações unificadas que possam prevenir o adoecimento e promover saúde de modo articulado (BRASIL, 2022). Por isso, o SUS se organiza por meio de níveis de atenção à saúde, definidos como primário (básico), secundário (especializado) e terciário (alta complexidade) (SOARES, 2018).

Essas categorias seguem uma ordem crescente para garantir que cada pessoa seja atendida no nível que necessita naquele

momento, estabelecendo-se assim uma prioridade no acolhimento. No caso da discussão aqui proposta, assinalamos que nosso foco é a saúde mental no primeiro nível de atenção do SUS, a partir da visão de equipes multiprofissionais de duas ESF's e tomando como fio condutor como o imperativo "faça terapia" se inscreve na rede pública de saúde. Neste sentido, é necessário considerar que, de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), esse nível se caracteriza como um conjunto de ações no âmbito individual e coletivo que abrange a promoção da saúde, prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral ao cuidado de cada cidadão (BRASIL, 2012a). Pelo fato de ser a primeira via de acesso ao SUS, a demanda é grande e, para dar conta disso, especialmente no que se refere aos cuidados psíquicos, as atividades planejadas e executadas voltam-se para o atendimento coletivo, com foco na prevenção e promoção.

Segundo dados produzidos pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020) em 33 países da América Latina e Caribe entre maio e junho de 2020, o consumo de bebidas alcoólicas e os sentimentos de ansiedade, medo, estresse e dificuldades para dormir, cresceram durante o isolamento social provocado pela pandemia da covid-19, sendo esses sintomas relatados por 52,8% dos entrevistados. Essa situação culminou no aumento da procura individual pelos serviços públicos ou privados de atendimento psicológico, priorizando-se o acompanhamento psicoterapêutico, em todo Brasil, de acordo com a mesma pesquisa. No que diz respeito ao SUS, devido à alta demanda dos serviços e o entendimento de que o coletivo "permite uma poderosa e rica troca de experiências e transformações subjetivas" (OPAS, 2020, p. 121) preconiza-se o atendimento grupal no campo da saúde mental e entende-se que as ações em saúde mental podem ser realizadas por todos os profissionais de saúde, na medida em que se pode colocar como ouvinte e cuidador, não se restringindo à psicoterapia (BRASIL, 2013). Tem-se, portanto, um paradoxo quando o assunto é psicoterapia na saúde pública.

Nas orientações para os cuidados em saúde mental na atenção básica, o Ministério da Saúde assinala que, neste nível de atenção, às práticas em saúde mental podem (e devem) ser feitas pelos diferentes profissionais de saúde, não somente da psicologia:

O que unifica o objetivo dos profissionais para o cuidado em saúde mental deve ser o entendimento do território e a relação de vínculo da equipe de Saúde com os usuários, mais do que a escolha entre uma das diferentes compreensões sobre a saúde mental que uma equipe venha a se identificar. Mesmo os profissionais especialistas em saúde mental elaboram suas intervenções a partir das vivências nos territórios. Ou seja, o cuidado em saúde mental não é algo de outro mundo ou para além do trabalho cotidiano na Atenção Básica. Pelo contrário, as intervenções são concebidas na realidade do dia a dia do território, com as singularidades dos pacientes e de suas comunidades. (BRASIL, 2013, p. 22)

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019), o papel da/o psicóloga/o na atenção básica, em conformidade com o código de ética da profissão, visa contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Ainda, cabe a/ao profissional auxiliar na compreensão histórica e social de processos que impactam diretamente na saúde mental da/os usuária/os, uma vez que atuar nesse campo exige uma postura em defesa das políticas públicas como instrumentos de garantia de direitos (CFP, 2019). Entretanto, o fazer psi na atenção primária ainda encontra grandes desafios, evidenciando-se a pouca compreensão (por parte de profissionais da saúde e usuários/as) de que o atendimento psicológico vai além do viés clínico tradicional e a ideia ainda disseminada dentre a/os pacientes de que buscar auxílio psicológico é algo “para louco” (palavras de uma profissional entrevistada).

“Eles (a população) não têm muito conhecimento assim de pegar e pedir por um psicólogo... Eu vejo que eles têm muito a impressão de serem tachados de loucos mesmo,

se fizerem isso. “Ah, se eu for procurar o CAPS, os outros vão falar que eu sou louco”. Então é muito preconceito... (AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, 2022)

Enquanto, na visão dos/as profissionais, as pessoas que utilizam o SUS veem o acompanhamento psicológico, majoritariamente, ainda como algo delicado, nas redes sociais há uma valorização e uma incitação à psicoterapia. Fica evidente, desse modo, a disparidade que se tem acerca da produção do imperativo “faça terapia” no mundo online e pelas pessoas que utilizam os serviços públicos de saúde, criando dessa forma um fenômeno complexo que gera o questionamento: a quem o imperativo “faça terapia” é dirigido? Por um lado, percebemos que os/as profissionais de saúde entrevistados são subjetivados pelo discurso da importância da psicoterapia; entretanto, o público usuário do SUS ainda considera o atendimento psicoterápico um tabu.

As pessoas estão necessitadas disso [terapia]. Eu acho muito importante! E hoje, não se tem mais aquela ideia de que psicólogo/psiquiatra é coisa pra maluco... Não! Todo mundo precisa disso e eu acho isso muito importante, sim. (ENFERMEIRA, 2022)

Digamos que de dez, talvez três, vem direto assim “Ah, eu preciso de um psicólogo, preciso de um atendimento psicológico.” Mas é assim, tipo de dez, três realmente. O restante acaba achando que o problema é físico mesmo e que conversar não adianta, querem o médico e o remédio. (ENFERMEIRO, 2022)

Eu acho que todo mundo deveria fazer terapia [...] acho bem importante todo mundo fazer, acho potente para que todo mundo possa se conhecer melhor e também lidar com as situações. Eu acho que terapia ajuda muito no trabalho, na sua vida pessoal... (NUTRICIONISTA, 2022)

Assim, é necessário pensarmos a produção de conteúdo e informações disponíveis acerca da ideia “faça terapia” para a população. Nas políticas públicas, a divulgação de materiais informativos

perpassa o conceito de “educação em saúde”, que pode ser compreendido como um

processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população e não à profissionalização ou à carreira na saúde. Conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção à saúde de acordo com suas necessidades. (BRASIL, 2012b, p. 20-21)

Ainda, em conformidade com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2012b), essa definição está diretamente relacionada à noção de “educação popular em saúde”, haja vista que esta dá conta de ações educativas que objetivam promover a educação em saúde e maior autonomia, mediante a inclusão social. Entretanto, fora do SUS a realidade é diferente, pois não há nenhuma diretriz ou conceito norteador que seja único para todas as categorias profissionais, ficando sob responsabilidade dos Conselhos Federais de cada profissão orientar a respeito disso. Contudo, no cenário privado, o que os profissionais fazem ao publicizar suas práticas, expor e problematizar ideias que dizem respeito à sua área, também acaba por ser uma forma de educação em saúde, indo além do conceito teorizado pelo Ministério da Saúde. Afinal, esses profissionais fora do SUS também educam as pessoas a partir de seus lugares de especialistas, produzindo verdades. Surge, então, um tensionamento acerca do próprio conceito de educação em saúde. Assim, quando falamos da ideia “faça terapia”, de que forma podemos dizer que essa educação vem ocorrendo? Como as classes profissionais têm disponibilizado tal conteúdo para seu público? De que forma os profissionais da saúde, dos mais variados segmentos, têm auxiliado na promoção de conhecimento em prol de maior autonomia dos pacientes quando se trata da saúde mental? De que modo a disseminação da ideia “faça terapia” vai ao encontro de uma atenção à saúde que respeita às necessidades individuais? É possível afirmar que há responsabilidade no conteúdo gerado

e disponibilizado para os cidadãos acerca da pauta “faça terapia”? Quais expectativas vêm sendo geradas a partir de tais divulgações sobre o encontro psicólogo-paciente? Como as redes sociais vêm tecendo o fazer saúde no mundo atual?

Convém destacar que o imperativo “faça terapia” subjetiva as pessoas de modos variados, considerando-se os locais ocupados por elas na malha social. A partir disso, pode-se pensar que, fora da saúde pública, a ideia está em crescimento, captando sujeitos com maior poder aquisitivo através de discursos de investimento de si e de responsabilização por todos os setores da sua vida, fruto de uma égide neoliberal. Já no SUS, que é utilizado majoritariamente por pessoas de baixa renda, o imperativo “faça terapia” perpassa com mais força os profissionais, tendo em vista o lugar que ocupam socialmente.

Sabendo que a organização do SUS não prevê profissional da psicologia como integrante da equipe mínima na atenção básica e que nem todos os serviços possuem fácil acesso ao atendimento especializado para o manejo dos casos, é ainda mais fundamental problematizar como os profissionais de saúde compreendem o fazer da psicologia. Por meio das entrevistas realizadas, foi possível perceber, na rede municipal em questão, a ideia dos/as profissionais das equipes sobre a escuta psicológica:

[...] eu acho que é muito válido esse trabalho de psicologia com as pessoas, porque às vezes tu tem que saber falar a palavra certa para a pessoa, coisa que a gente não sabe. (TÉCNICA DE ENFERMAGEM, 2022)

[...] a gente só pode ouvir e falar as palavras de incentivo, porque a gente não tem aquele toque para transformar a pessoa para ela tentar se entender e mudar como os psicólogos têm... (AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, 2022)

Assim, mediante o imperativo “faça terapia”, há uma expectativa de que o atendimento psicoterápico resolva as questões relativas

ao sofrimento dos indivíduos. Por isso, levando em consideração as falas da/os profissionais e a crescente discursividade sobre a psicoterapia enquanto melhor manejo e resolução de questões, é preciso compreender que, assim como o conceito de loucura atualiza-se de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade (FOUCAULT, 2005), também as intervenções em saúde mental dependem do conjunto de valores que prevalecem no tempo vigente.

Assim, enquanto os/as profissionais de saúde mostram valorizar o atendimento psicoterápico (muitas vezes em detrimento de outras ações em saúde que seriam mais adequadas à realidade da população), os/as usuários mostram resistência aos encaminhamentos de suas demandas para os/as profissionais da psicologia, especialmente quando realizados pelos profissionais de saúde não médicos. Na medida em que ainda há uma centralidade da figura do médico no campo da saúde, as equipes consideram que os encaminhamentos para a psicologia se efetivam mais facilmente quando prescritos pelos médicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, propusemos pensar como os sujeitos estão sendo produzidos, a partir do enlace das redes sociais, o imperativo “faça terapia” e o SUS. Conforme teoriza Foucault (1995), a produção da subjetividade é fruto de uma série de discursos permeados pelas verdades emergentes das relações de poder. Nesta perspectiva, a partir das reflexões sobre “os diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231), buscamos problematizar como as redes sociais constituem a ideia do “fazer terapia” como um imperativo para se alcançar uma vida mais produtiva e saudável e de que modo isso pode educar

sujeitos (usuários e profissionais de saúde) no campo do Sistema Único de Saúde.

Nesta medida, compreendemos que a ideia do “fazer terapia” tem se disseminado nas redes sociais, constituindo-se como uma verdade e educando sujeitos no sentido de autocuidado, autoconhecimento e investimento em si mesmos. Neste sentido, os discursos produzidos pelas redes sociais referente a “fazer terapia” acabam por se constituir como uma forma de educação em saúde, pautada pela lógica do mercado. Entretanto, tal disseminação não se dá de forma homogênea, visto que atinge um público específico, especialmente aquele que pode acessar os serviços privados. Desta forma, no âmbito do SUS, tal imperativo atinge especialmente os profissionais de saúde (que muitas vezes entendem o trabalho da Psicologia como restrito à psicoterapia individual) e acaba por obscurecer a proposta, colocada na própria política de saúde, de que a escuta é algo que deve transpassar a prática de todos os profissionais, não se limitando aos psicólogos. Por outro lado, por parte da população usuária do SUS, ainda se percebe uma resistência aos encaminhamentos para atendimento psicológico, o que também faz pensar na necessidade de pensar outros modos de atenção à saúde mental que não se restrinjam à psicoterapia e que estejam mais adequados às suas necessidades.

É imprescindível não esquecermos que os mecanismos neoliberais depositam nas pessoas a pressão de que elas mesmas precisam encontrar soluções para seus problemas, de modo autônomo, sejam eles quais forem (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021). Entretanto, isso nem sempre é possível, já que muitas questões são mais complexas, especialmente quando falamos do psiquismo humano. Logo, como torna-se viável pensar em práticas de saúde mental capazes de caminhar em outra direção? Como fazer rede quando se tem tamanha disparidade e tantas possibilidades? Como não esgotar o sentido do atendimento psicoterapêutico a partir da lógica neoliberal? Como pensar a educação em saúde de modo

não prescritivo, possibilitando práticas de liberdade? A partir destas questões, coloca-se a necessidade de olhar os processos em curso para tentar viabilizar novas possibilidades de cuidar, buscando pensar em formas de promoção em saúde mais amplas.

REFERÊNCIAS

BERTICELLI, C. O uso das redes sociais no Brasil e as mudanças durante a pandemia. **Ninho Digital**, 2022. Disponível em: <https://ninho.digital/uso-das-redes-sociais/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, 2012a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário Temático: gestão do trabalho e educação na saúde**. Brasília, 2012b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica**, n. 34, Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona. **Governo Federal**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus-estrutura-principios-e-como-funciona>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Revista Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/XDwBwcPhh7C345mfPtrnjQq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 jan. 2023.

CFP. Conselho Federal De Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na atenção básica à saúde**. Brasília, 2019.

CUIDE DA SUA MENTE. Redes Sociais podem fazer mal à saúde mental. **Governo do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/viver-melhor/noticias/2017/08/redes-sociais-podem-fazer-mal-a-saude-mental>. Acesso em: 22 jan. 2023.

DELEUZE, G. **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. *In*: MACHADO, R. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de J. T. Coelho Neto. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Martins Fontes, 2016.

HILLESHEIM, B.; SILVA, M. Linhares. A tagarelice, o imperativo da inclusão e suas armadilhas. **Revista Athenea Digital**, Barcelona, v. 21, n. 3, 2021. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/athdig/athdig_a2021v21n3/athdig_a2021v21n3pe2918.pdf. Acesso em: 1 fev. 2023.

MORAIS, H. A. Michel Foucault e o discurso: as implicações teórico metodológicas da análise do discurso a partir das perspectivas da arqueologia do saber e da genealogia do poder. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 183-196, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/231065>. Acesso em: 23 jan. 2023.

NUNES, K.; RAVIH, I. Todo mundo precisa de terapia. Será? **Instagram**: Psicoxente, Aracaju, 14 nov. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CWRkBFQLA_c/. Acesso em: 23 jan. 2023.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Pesquisa da OPAS em 33 países aponta que quase metade dos entrevistados no Brasil relatou alto consumo de álcool durante a pandemia.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/12-11-2020-pesquisa-da-opas-em-33-paises-aponta-que-quase-metade-dos-entrevistados-no>. Acesso em: 14 jan. 2023.

REDES SOCIAIS. Brasil é o terceiro país do mundo que mais usa redes sociais, diz pesquisa. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2021/09/28/interna_tecnologia,1309670/brasil-e-o-terceiro-pais-do-mundo-que-mais-usa-rede-sociais-diz-pesquisa.shtml. Acesso em: 10 jan. 2023.

SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. I. L. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SOARES, F. Entenda os níveis de atenção à saúde e estratégias de gestão. **Blog Cmtecnologia**, 2018. Disponível em: <https://blog.cmtecnologia.com.br/niveis-de-atencao-a-saude-e-estrategias-de-gestao/#:~:text=A%20OMS%20define%203%20diferentes,assim%20uma%20prioridade%20no%20acolhimento>. Acesso em: 14 jan. 2023.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Revista Verve**, São Paulo, v. 20, p. 121-135, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886>. Acesso em: 17 jan. 2023.

VERMELHO, S. C. *et al.* Refletindo sobre as redes sociais digitais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 179-196, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/4JR3vpJqsZLSgCZGVr88rYf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2023.

16

*Ana Karenina de Melo Arraes Amorim
Ana Kalliny de Sousa Severo
Flávia Helena Miranda de Araújo Freire*

DA TERRA ARRASADA À INVENÇÃO DE POSSÍVEIS:

**BIOPOLÍTICAS E SUBJETIVAÇÃO NA FORMAÇÃO EM
PSICOLOGIA NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA**

INTRODUÇÃO

Quando consideramos nossa vida nas sociedades contemporâneas e suas conquistas, percebemos, inversamente, uma série de fracassos em tornar a vida possível, sobretudo em certas geografias físicas, culturais e existenciais. como nos diz Guattari (2012, p. 12):

Para onde quer que nos voltemos, reencontramos esse mesmo paradoxo lancinante: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o equilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriarem desses meios para torná-los operativos.

Nos países que vivem profundas desigualdades sociais, como o Brasil, este cenário parece mais “vivo” e cotidiano com a recente experiência da pandemia covid-19 em pleno contexto político de um governo fascista de extrema direita, o que nos permitiu perceber de modo mais explícito e “ainda mais na carne” os efeitos e desafios do nosso tempo. E, mais que sempre, parece que a “vida” constitui-se como objeto da política em suas engrenagens as mais perversas. Nesse sentido, tomamos para a análise destes desafios o conceito de biopolítica a partir das proposições foucaultianas e deleuzianas.

De acordo com Foucault (1999), em sua analítica do poder, há uma mudança no diagrama do poder tornando as formações políticas contemporâneas investidas da vida como objeto:

Quando o diagrama do poder abandona o modelo de soberania para fornecer um modelo disciplinar, quando ele se torna “biopoder”, “biopolítica” das populações, responsabilidade e gestão da vida, é a vida que surge como novo objeto do poder. Então, o direito renuncia cada vez mais ao que constituía o privilégio do soberano, ao direito

de causar morte (pena de morte), mas paralelamente permite mais e mais hecatombes e genocídios: não retomando o velho direito de matar, mas, ao contrário, em nome da raça, do espaço vital, das condições de vida e de sobrevivência de uma população que se julga melhor, e que trata seu inimigo não como um inimigo jurídico do antigo soberano, mas como um agente tóxico e infeccioso, uma espécie de “perigo biológico”. Assim, é pelas mesmas razões que a pena de morte tende a ser abolida e que os holocaustos aumentam, demonstrando mais fortemente a morte do homem. (DELEUZE, 2012, p. 98-99).

Nesse novo diagrama, com o qual podemos pensar o cenário epidêmico da covid-19 e suas formas de enfrentamento desde uma lógica sustentada biopoliticamente para controlar as populações e indivíduos em seu cotidiano. As “disciplinas do corpo, no âmbito individual, e as regulações da população, no coletivo, constituem dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1999, p. 131). Essa nova forma de poder sobre a vida se ocupará também das enfermidades endêmicas que acometem a população, desde a sua natureza, durabilidade e intensidade das doenças.

No cenário brasileiro esta biopolítica operou como uma necropolítica, uma vez que o Estado, sob governo fascista, operou deliberadamente um controle da vida na direção de uma necropolítica dirigida a certas vidas. As vidas periféricas, pobres, negras foram as que mais morreram no período pandêmico diante da negligência e deliberado atraso no enfrentamento à covid-19. As políticas sociais que deveriam garantir direitos às parcelas mais vulneráveis da população foram desinvestidas e destruídas (SENA; RODRIGUES, 2021), entre elas as políticas de saúde e de educação, que atingem diretamente os principais espaços de produção de conhecimentos no Brasil: as universidades públicas e seus estudantes, muitos deles, advindos de contextos de vulnerabilidade e que enfrentaram durante a pandemia muitas perdas.

Diante disso, na assumida posição de analistas institucionais, tomamos esta “crise” em âmbito nacional e planetário, como cenário que nos convoca à análise e a proposição de saídas ética, estética e politicamente afirmativas da vida. Entendemos que as experiências formativas que acompanhamos, durante os anos de 2021 e 2022, enquanto pesquisadoras de políticas de saúde e direitos humanos e docentes de cursos da área de saúde (notadamente Psicologia e Saúde Coletiva), nos trazem alguns analisadores que emergiram em processos de estágio na formação de psicólogos junto a pessoas e coletivos vinculados às políticas de saúde. A partir da análise dessas experiências, indicamos as estratégias biopolíticas em operação nos cenários de práticas do SUS e nas experiências cotidianas de seus/suas usuários/as, assim como de nossos estudantes imersos na formação para o SUS, e depois apontamos algumas pistas que entendemos serem endereçadas ao presente e ao futuro próximo no Brasil.

DA TERRA ARRASADA: O CONTEXTO PANDÊMICO-FASCISTA E SEUS EFEITOS

Atualmente, início do ano de 2023, vivemos um tempo que vamos chamar de “terra arrasada”, este momento em que os índices epidemiológicos da pandemia diminuíram significativamente em virtude da vacinação em massa e que, no Brasil, não elegemos a extrema direita e sim um governo progressista de esquerda. Parece que estamos saindo de um longo processo de destruição das políticas públicas de saúde, tal como conquistadas pelo movimento de reforma sanitária brasileira com a instituição do Sistema Único de Saúde, e das conquistas do movimento de reforma psiquiátrica antimanicomial, com a instituição da Rede de Atenção Psicossocial no SUS em suas interfaces com outros setores (cultura, educação, assistência social, entre outros) (BRAVO; PELAEZ; MENEZES, 2020;

SANTOS; MORAES, 2022). Assistimos nos últimos 5 anos sucessivos desinvestimentos em áreas consideradas estratégicas do sistema e uma constante obstaculização das formas de controle social para construir democraticamente o SUS (SILVA; SANTOS, 2022) e nos encontramos olhando para um cenário de muitas perdas ainda, destinadas a pensar como recuperar algumas das conquistas de décadas de construção. para tanto, voltemos alguns meses no tempo...

Em uma profunda crise sanitária vivenciada no ápice da pandemia do covid-19, há cerca de dois anos atrás, uma inquietante pergunta começou a fazer parte do cotidiano dos profissionais do SUS: a quem deixar viver ou morrer? a quem ofertar o escasso cilindro de oxigênio? Essa pergunta não está deslocada da biopolítica que, no modo de governo fascista, faz-se como uma necropolítica. A necropolítica do estado como gestor da morte e do desaparecimento, como diz Safatle (2020), produziu destroços perdendo tantas vidas que poderiam ter sido salvas, em um nítido projeto negacionista que culmina com o extermínio de vidas, garantindo a vida de privilegiados.

Este cenário fica evidente nos relatos feitos pelas estagiárias e estagiários das graduações em Psicologia, que estavam em campo remotamente em 2021 e presencialmente em 2022, os quais acompanhamos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (no campus central e num campus do interior). Os relatos nos convocam a imagem de destruição e de uma necessária recomposição das atividades e das políticas. Nessa "terra arrasada", o que encontramos nas nossas práticas de formação em psicologia no campo da saúde coletiva? Como os serviços que compõem a Rede de Atenção Psicossocial se organizam diante do contexto pandêmico com a ressalva do distanciamento social? Como os coletivos de usuários viveram este tempo e como voltaram aos encontros presenciais? O que nos convocaram?

EFEITOS NA FORMAÇÃO EM PSI NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA

O Sistema Único de Saúde (SUS) é fruto de intensas mobilizações sociais que lutaram pela garantia do direito à saúde de toda a população que esteja no território nacional. Tais lutas emergiram em um contexto de ditadura civil-militar enfrentado da década de 1960 a 1980, e assim, o SUS foi construído tendo por base a intensa participação popular. Isso persiste cotidianamente, principalmente na busca pela universalidade e equidade em saúde, com a luta pelo reconhecimento das necessidades de saúde das populações mais vulnerabilizadas.

No cenário do SUS e na promoção e garantia dos direitos humanos, gostaríamos de ressaltar a importância da Atenção Primária em Saúde, que possibilita o desenvolvimento de práticas territoriais no âmbito da comunidade. Seixas *et al.* (2021) desenvolvem uma análise explicitando o potencial da APS no enfrentamento da pandemia no contexto brasileiro, ao possuir uma ampla capilaridade no território, e ser um espaço onde é possível construir múltiplas tecnologias de cuidado. Sarti *et al.* (2020, p. 2) explicitam na necessidade de investir no “conhecimento do território, o acesso, o vínculo entre o usuário e a equipe de saúde, a integralidade da assistência, o monitoramento das famílias vulneráveis e o acompanhamento aos casos suspeitos e leve”. Estas características são ao mesmo tempo base da APS e fundamentais para a contenção da pandemia, como também para a abordagem dos problemas oriundos ou agravados pelo isolamento social prolongado, tais como “precarização da vida social e econômica, como transtornos mentais, violência doméstica, alcoolismo e agudização ou desenvolvimento de agravos crônicos” (SARTI *et al.*, 2020, p. 2).

Nesse sentido, cabe-nos refletir sobre como produzir formações em saúde sintonizadas com as necessidades da população no contexto da Pandemia por covid-19. Para isso, sustentamos a importância da imersão dos estudantes nos serviços, e da importância destes para competências e habilidades importantes para profissionais em formação. A integração ensino-serviço, é uma condição necessária para “preparar os profissionais de saúde de forma mais próxima às necessidades da população”, o que levam “as instituições de formação, bem como o serviço, a repensarem seu papel e postura há algum tempo” (BATISTA, 2013), e ao mesmo tempo, tornou-se um desafio hercúleo no contexto dos estágios.

Nesse sentido, em meio a um cenário de medidas de isolamento social para contenção do vírus, e de reinvenção de outras formas de produzir o ensino superior, levando em consideração o distanciamento social, a formação prática em psicologia, através do estágio supervisionado, foi balizada mediante as orientações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), por meio do documento “Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da Pandemia da covid-19: recomendações” (CFP, 2020). Com as disciplinas teóricas funcionando na modalidade remota, o desafio encontrado voltava-se à parte prática da formação, uma vez que, a presencialidade é uma premissa inerente à atuação do psicólogo.

No cenário da Atenção Primária, as práticas de estágio em psicologia no contexto da Atenção Primária se tornaram desafiadoras. Desenvolvemos práticas de estágio articuladas à atenção primária em três cidades do interior do Nordeste no ano de 2021. Ocorre que, apesar de em três municípios terem em sua história a existência de Núcleos Ampliados em Saúde da Família (NASF), apenas em um município essa equipe ainda funcionava, seja porque houve a extinção da equipe, seja porque houve o desmonte da equipe através de desvio de funções. No âmbito do estágio, as estagiárias enfrentaram desafios relativos a filas enormes para atendimento ambulatorial,

com uma grande demanda de crianças e adolescentes com problemas de sofrimento psíquico, principalmente relacionados a violências autoprovocadas ou violências interpessoais. Existiam ainda queixas e sofrimentos de uma das supervisoras de campo, psicóloga que atuava no NASF, pois sentia-se solitária no atendimento dessas demandas, sem o compartilhamento do processo de cuidado por uma equipe. Uma das estagiárias, inquieta com o desmonte, reflete:

Vale salientar que com o sucateamento do SUS, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) não são mais uma obrigação para os municípios investirem nesse tipo de dispositivo de saúde, ou seja, fica a critério da cidade continuar ou não com essa instituição de saúde. A revogação do NASF-AB ocorreu através da iniciativa do Governo Federal, entre meados de 2019-2020. O município de [...] optou por extinguir o NASF, e realocar os profissionais dessa equipe para outros dispositivos de saúde. Sendo assim, a maioria deles passaram a realizar atendimentos de cunho ambulatorial na policlínica. (J.I.A.S.A., Relatório de estágio, 2022)

Esse analisador aponta a fragilização da Atenção Primária em Saúde e o fortalecimento de um modelo ambulatorial de cuidados em saúde. Então, as tecnologias de cuidado que abordam os determinantes sociais e acionam as redes territoriais foram abandonadas. No Brasil houve um investimento maciço no modelo hospitalar para atenção aos casos de covid-19. Essa escolha expressa alguns problemas, pois atua

Sem reconhecer as singularidades e diversidades, a biomedicina transmuta as questões sociais, relacionais e práticas da vida cotidiana em um conjunto de medidas, orientações, protocolos, tomando como modelo uma certa referência do que sejam a casa, a família e as relações entre os seus componentes, muitas vezes bem distante e até mesmo destoante dos modos singulares de composição do viver cotidiano de muitos. (SEIXAS *et al.*, 2021, p. 5)

Assim, as tecnologias utilizadas respondiam de maneira insuficiente e inadequadas aos cuidados necessários à boa parte da população que não tinha o agravamento do quadro respiratório, mas tinha outras necessidades sociais e de saúde.

Ao longo das orientações de estágio com as estudantes, mapeamos junto às estagiárias sensações de incertezas, medos, quase adoecimento frente a gravidade dos casos atendidos e sentimentos de sobrecarga diante das demandas que chegavam no contexto da pandemia. Além disso, as constantes mudanças no cenário pandêmico, com medidas de isolamento e flexibilização, geravam alterações nos planos de intervenções.

De modo semelhante, num estágio de graduação em psicologia desenvolvido “nas bordas” da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), junto a um coletivo de luta antimanicomial composto por usuários e familiares na cidade de Natal, percebemos um cenário semelhante. Nesse cenário de atuação, durante o ano de 2022, as estagiárias tinham como tarefa mobilizar este coletivo que existe há mais de 10 anos na luta antimanicomial, acompanhar as demandas individuais e coletivas de seus participantes, além de promover espaços de reflexão junto aos serviços. Assim, logo no início da experiência, muitas dificuldades foram enfrentadas, não só em virtude do longo tempo sem os encontros do grupo (em função dos limites impostos pela pandemia), mas também pela crescente fragilização dos serviços, como sintetiza uma das estagiárias em seu relatório final de estágio:

Em praticamente todas às reuniões do grupo começamos por uma rodada de atualização do estado de cada um, onde compartilhamos como estávamos, os acontecidos da vida e nos atualizamos também das dificuldades que estão sendo experienciadas, e em todas as reuniões ouvíamos as mesmas queixas sobre a ineficiência da rede de saúde: demoram os atendimentos, faltam médicos e medicamentos, falta estrutura física aos dispositivos, faltam profissionais comprometidos com suas funções.

Para além da queixa em reuniões nos deparamos com essas falhas no dia-a-dia fora das reuniões, em nossas idas aos serviços acompanhando um ou outro dos participantes, poucas foram às vezes em que conseguimos que as necessidades deles fossem sanadas. Serviços ditos “portas abertas” não só fecham como trancam suas portas, empobrecendo assim as possibilidades de vida dos que necessitam, suscitando agravamento de crises mortíferas e a remanicomialização do cuidado. O sucateamento dessa rede é algo que fica muito aparente para os que fazem uso dela. Ouvimos por diversas vezes falas sobre o agravamento da situação nos últimos anos, de usuários que viram o desenrolar da Reforma Psiquiátrica e participam ativamente da RAPS desde seu nascimento denunciam os retrocessos acontecidos. (W.B., Relatório de Estágio, 2022)

Quando consideramos o contexto de 2022, quando a vacinação permitiu uma diminuição dos casos de covid-19, as experiências presenciais vividas nos estágios trouxeram então ainda outros desafios ao campo, sobretudo em relação à produção do cuidado e da contração de grupalidade no coletivo:

Tenho a impressão que a pós pandemia agravou muita coisa, a bagagem de dois anos de isolamento certamente colocou as pessoas em uma posição distinta em relação a estar com o outro. É como se estivéssemos *ensimesmados*, para além das pessoas da associação. (W.M., Relatório de estágio, 2022)

Adentro a associação de usuários no meu último ano de curso, recém retornando à presencialidade após dois anos de atividades acadêmicas remotas, devido a pandemia da covid-19. O coletivo estava parado ao longo desse tempo, com poucos encontros pontuais. Deste modo, estava desintegrado e desarticulado e cabia a nós estagiárias, recém chegadas, trabalhar junto ao coletivo esse retorno à presencialidade. (R. F., Relatório de estágio, 2022)

A partir desses relatos, destacamos alguns analisadores que dizem do retorno forte de formas instituídas e manicomialização da

atenção e gestão do cuidado em saúde mental, caracterizadas pelo uso de tecnologias leve-duras e duras no cuidado em saúde mental, ao priorizar a individualização e fragmentação das práticas de cuidado, refletidos na ambulatorização dos CAPS que reproduzem formas privadas de atendimento próprias da clínica *stricto sensu* e afastadas na clínica psicossocial, e de modelos de gestão hierarquizados, centralizados e enrijecidos, com pouca participação social por parte dos usuários e familiares e mesmo dos profissionais, nas decisões sobre o funcionamento do serviço.

Sabemos que estes problemas e desafios não foram produzidos pelo cenário pandêmico e nem pelo avanço de políticas neoliberais conservadoras, mas colocam no campo da reforma psiquiátrica como efeitos da tensão entre modelos de atenção em disputa pela saúde mental no Brasil (SAMPAIO *et al.*, 2011), mas certamente este cenário foi agravado nos últimos anos (MEURER; ELIA; SILVA, 2023). Esse agravamento parece motivado também pela fragilização dos vínculos entre os usuários em seus coletivos e nas relações estabelecidas no e através dos serviços da RAPS e pela alta demanda de escuta do sofrimento dos usuários e familiares como efeito da falta de atendimento presencial da rede e do isolamento social. Quando consideramos o campo da atenção em saúde mental, a questão do isolamento social é particularmente emblemática, uma vez que o processo de desinstitucionalização, principal missão da RAPS, exige o trabalho constituo de promoção de sociabilidades e dos projetos de vida que foram interrompidos pelas internações psiquiátricas e pelo estigma da loucura.

O impacto vivido pelos usuários com a precarização da RAPS ficou evidente nas crises que testemunhamos e foram negligenciadas ou mal acolhidas pelos serviços, como uma das estagiárias indica no acompanhamento a um dos participantes que sofreu sucessivas violações de direitos em diferentes pontos da RAPS. Esse participante é um homem negro, que possui longa história manicomial, sendo usuários da RAPS há mais de 15 anos e que participa

do coletivo há 10 anos. Ele tem como referência o CAPS AD e um CAPS III tendo em vista que possui diagnóstico de transtorno bipolar e é usuário problemáticos de álcool e outras drogas. vive num bairro periférico da cidade, dominado por facções de tráfico de drogas. Mora com os irmãos. Ele entra em crise no final de 2022 quando passa a comer menos, descuidar de si e colocar-se em conflitos no bairro. Trabalhava num mandato que venceu as eleições locais e assim ficou “sem trabalho” e seus irmãos administraram sua renda negligenciando certas condições de vida a ele. Na tentativa de evitar o agravamento da crise, as estagiárias se mobilizaram para articular os serviços e família para o cuidado, incluindo os leitos em CAPS III e o SAMU em possível necessidade. No entanto, diante do agravamento da crise, A. é espancado pelos vizinhos e os serviços da RAPS não se envolvem, alegando não terem “condições”.

Foi muito triste perceber que estávamos tentando fazer com que ele fosse cuidado da melhor forma, mas o que aconteceu foi uma série de violências e violações de direitos que A. terá que carregar em seu corpo pelo resto da vida. Foi revoltante perceber que estávamos fazendo um trabalho básico que era para ter sido feito pela RAPS e que a rede que tanto defendemos, foi responsável em grande parte pelo o que aconteceu. [...] Apesar de defender a RAPS, o contexto atual é deprimente. (R. F., Relatório de estágio, 2022)

Assim, durante o processo formativo dos estágios, buscamos perceber os problemas vividos pelos usuários na rede, ouvir os profissionais e mesmo a gestão da rede sobre o que estava acontecendo na RAPS (em reuniões sobre os casos mais emblemáticos). A escuta dos diferentes pontos de vista permitiu destacar como analisadores não apenas a fragilização da rede pela falta de investimentos nos serviços por parte da gestão municipal e federal, em favor do modelo manicomial, mas também percebemos uma fragilização política da rede em que os profissionais e gestão colocam-se como distantes da luta política que historicamente produziu a RAPS, priorizando o cuidado em liberdade e o respeito a cidadania dos usuários.

Percebemos um processo de tecnocratização da atenção com a instituição de protocolos, sem o debate com os usuários e familiares a respeito da sua implementação e sem perceber as nuances dos contextos de precarização da vida vividos pelos usuários na pandemia.

Quando acompanhamos os estágios desenvolvidos no âmbito da gestão da saúde e da RAPS, as estagiárias perceberam um aumento vertiginoso de dispensação de psicotrópicos, e um esvaziamento dos espaços coletivos, com pequena adesão de gestores e trabalhadores. Esse cenário ocorreu em um momento em que deveriam estar ocorrendo as mobilizações para uma gestão participativa mediante as diferentes etapas de debate e avaliação das políticas de saúde mental para a V Conferência Nacional de Saúde Mental.

Há sempre demandas chegando à Unidade, e os profissionais também sempre estão propondo novas ações, porém após ter participado das reuniões e após dar início ao plano de estágio foi percebido que há uma certa dificuldade em relação a participação dos gestores nas ações propostas. Muitas das ações realizadas pela Unidade e das demandas possuem data para finalizar e são bastante importantes para contribuir com os índices da região, porém a não adesão dos gestores acaba sendo um grande empecilho. (F. L., Relatório de estágio, 2021)

As queixas relativas ao isolamento profissional, a fragmentação do trabalho e do cuidado eram apresentadas por uma das supervisoras que estava no Centro de Atenção Psicossocial. Os serviços e profissionais passaram a atuar de maneira fragmentada, expressando a fragilidade dos encontros entre os trabalhadores de saúde em um momento de urgência da saúde pública. Desse modo, isso gerou mais sobrecarga e o adoecimento dos profissionais.

Diante disso, a questão que se colocou naquele momento para nós e que ainda nos acompanha é: como tecer práticas educativas junto às estagiárias e aos serviços, buscando, em meio a esse cenário de terra arrasada, como construir práticas mais coerentes com a Atenção Psicossocial e com a desinstitucionalização da loucura?

DO QUE RESTOU À INVENÇÃO DE POSSÍVEIS RUMO A RECOMPOSIÇÃO DAS PRÁTICAS DE CUIDADO EM LIBERDADE NA SAÚDE MENTAL COLETIVA

Na posição de orientação de estágios profissionalizantes, refletimos sobre como produzir uma formação de novos quadros qualificados para o trabalho nas políticas públicas e nas suas bordas (junto a coletivos de militância, grupos sociais, grupos independentes, etc.) junto a pessoas com intenso sofrimento psicológico, num cenário tão precarizado, tão fragilizado e com poucas inovações em tecnologias do cuidado a mostrar às nossas estudantes. O que elas poderiam experienciar que fosse minimamente formativo num cenário de terra arrasada? Seguindo a metáfora, pensamos que depois de uma catástrofe, em que muito do construído tombara, a posição que deveríamos assumir seria a de reconstrução e, para tal, a de aguçar a percepção para a perceber o que restava de pé e funcionando, fortalecer o corpo para “erguer escombros” em boas condições, e a de buscar aliados para a tarefa de refazer, pedra por pedra, do que havia sido aquela política pública. Eis que a tarefa necessariamente nos conduz a necessidade de inventar novas “ligas”, novas formas de fazer, novas estruturas a criar, numa recomposição narrativa, imaterial e material do campo. Assim, destacamos duas linhas fundamentais de análise da experiência: 1) a coletivização diante das fragilidades do público e das sociabilidades, e 2) a recomposição das redes afetivas dos usuários na produção de saúde e a recomposição das redes formais do sistema.

Assim, um dos primeiros desafios da presencialidade foi o de reconstituir a experiência coletiva, desenvolver novamente a contração de grupalidade dos usuários e familiares entre si, nos diferentes espaços de encontro. O longo período sem encontros presenciais,

produziu fissuras nas relações em geral e nas relações de amizade, em particular, que se constituem na RAPS, nas suas bordas e para além dela. Sabíamos que a reconstituição das relações em sua potência afetiva era um caminho importante na produção de saúde, com base das experiências anteriores junto ao coletivo de luta e também em diferentes espaços da rede quando algo novo emergia, quando havia criação e invenção de caminhos diante das dificuldades e enriquecimentos institucionais que sempre se colocam.

Trabalhei com a associação durante esse semestre, percebi o quanto é difícil trabalhar com pessoas, sobretudo em uma organização/suporte de um coletivo saúde mental. É difícil, diria até impossível, se programar para o que o campo traz, os movimentos de presença e de ausência constantes. [...] O coletivo não parece se interessar pelo coletivo. A questão da fala que se amontoava ou era dominada. (W. M., Relatório de Estágio, 2022)

Uma questão ao longo do estágio foi como trabalhar esse vínculo das pessoas ao coletivo e o convite a novas pessoas para somar. Sobre este vínculo, é perceptível como as relações de amizade são algo que sustenta a associação, tendo em vista que as pessoas mais assíduas estão no coletivo praticamente desde o seu início e por isso cultivam a amizade umas com as outras há bastante tempo. (W. B., Relatório de estágio, 2022)

Assim, um primeiro desafio das experiências formativas na terra arrasada era de ir, sutil e finamente, oportunizando encontros coletivos que fossem terreno fértil de recomposição das relações afetivas e da politização da dor, do sofrimento que cada um vive e que, no coletivo, no comum, ganha potência (ROSA; SILVA, 2020). Ao acompanhar as pessoas em sofrimento psíquico grave que procuram a RAPS para se cuidarem, é comum a narrativa da ruptura com a vida social pelo processo de adoecimento de si ou de um familiar, de modo que é preciso buscar e construir novos espaços de convivência e sentido em suas vidas, lugares onde investir desejos e sonhos. Percebemos que as aprendizagens da formação passam pela construção, junto às pessoas envolvidas, de espaços de

sociabilidade com esta potência que brota da dor partilhada (ROSA; SILVA, 2020). O principal desafio para tal foi o de buscar fazer com que as pessoas descentrassem das demandas individuais de escuta do seu sofrimento vivido no período de isolamento (que transbordavam no grupo!) para encaminhar investimentos no que seria do grupo, num processo de coletivização, sem perder de vista as singularizações que se davam pelos encontros. Assim, a grupalidade foi se fortalecendo pelas pautas políticas e espaços do controle social que ocupavam e pelos eventos que o grupo participava e onde se apresentava como coletivo.

A aprendizagem nesse momento de recomposição da coletividade, foi também e, sobretudo, a de como colocar-se num grupo com a tarefa de ir mediando a recomposição das relações afetivas já existentes e de composição de novas relações com aqueles que chegavam ao grupo e, assim, progressivamente, ir desfazendo as perdas nas sociabilidades vividas. Isso envolvia também o desafio de “escutar a loucura”, escutar as pessoas em seus modos singulares de expressão, de narrar, de pensar, de viver. Logo no início do estágio, as estudantes traziam a dificuldade de “escutar o inusitado, a diferença” numa aparente “desorganização” e que percebiam em si que esta dificuldade tinha se agravado pelo isolamento social que elas também tinham vivido. Desenvolver ou retomar uma certa “abertura do corpo” para a experiência com a loucura:

Sobre esta desorganização, percebo hoje como ao longo desse percurso fui aprendendo a exercer essa escuta, que inicialmente é um desafio, pois exige de quem escuta um exercício de se desprender da pretensão de enquadrá-lo numa lógica linear e racional, já que ele toma outros caminhos e foge dessa norma que é instituída socialmente e consequentemente dentro de nós em alguma medida. (R. F., Relatório de estágio, 2022)

Temos a percepção de que a principal tarefa é a de composição micropolítica de relações, de vínculos, em que os diferentes modos de existir tenham lugar na vida social. O grupo nesse

momento constitui-se como uma espécie de espaço íntimo e material da presença onde todos podem sentir-se acolhidos em suas marcas de dor e trauma, produzidas pelos adoecimentos e pelas institucionalizações (sobretudo as manicomiais, que marcam de modo pungente seus corpos). E, assim, o espaço do grupo de um coletivo de saúde mental pode funcionar como um espaço de experimentação de práticas de cuidado entre todos, o que precisa ser mais cultivado no interior dos serviços da RAPS. Ou seja, a experiência aceita o convite de Teixeira (2004) a refletir sobre as consequências micropolíticas das práticas de cuidado, considerando a possibilidade de funcionarem como “técnicas de reconstituição do laço social”, sendo, portanto, amplamente coletivas. Ou seja, pensar em “produção de saúde” é pensar nas práticas de cuidado que são coletivamente desenvolvidas em “redes de trabalho social e afetivo” a partir de experimentações que possibilitam a vida e a saúde das pessoas em resistência às formações biopolíticas que negam e excluem pessoas marcadas como alvo necropolítico na atualidade.

Assim, as resistências vão sendo tecidas à contrapêlo do que o aparato estatal estava oferecendo naquele momento: descaso, descuido, isolamento, falta de cuidado com as vidas mais precarizadas, na busca de “deixar que se desenvolvam as culturas particulares inventando-se, ao mesmo tempo, outros contatos de cidadania. Convém fazer com que a singularidade, a exceção, a raridade funcionem junto com uma ordem estatal o menos pesada possível” (GUATTARI, 2012, p. 35). E, diante da crise grave vivida por um dos participantes, aprendem a importância da produção das redes afetivas informais singulares e ainda sobre a importância de conhecer o território vivido para a produção dessas redes:

Pude ir até a casa dele para conhecer pessoalmente um dos seus irmãos e sua vizinha que passou muitos anos cuidando dele. Adentrar o território em que ele vivia, conhecer sua casa tão de perto, foi uma experiência muito rica, pois me fez vivenciar a importância de se territorializar o cuidado em saúde mental. Conversamos por

horas sobre A. e combinamos uma ida conjunta ao CAPS para entender como estavam trabalhando o caso e o que vimos foi uma equipe completamente sobrecarregada. (R. F., Relatório de estágio, 2022)

Nessa experiência se expressou a construção de “redes de cuidado que se desdobram em uma multiplicidade de tecnologias de cuidado baseadas nos territórios da vida e do trabalho das pessoas” (SEIXAS *et al.*, 2021, p. 10). Para isso, faz-se necessário construir ainda espaços de trocas entre os serviços e entre os trabalhadores, para resistir à precarização da rede formal (RAPS). Tornou-se essencial nos estágios, a experiência de propor e vivenciar espaços de trocas, para tecer espaços de existência das pessoas em “redes de trabalho afetivo” para que pudessem ter alguma sustentação da saúde.

Os fóruns tornaram-se espaços de compartilhamento e de reconhecimento de experiências, retirando assim os trabalhadores do isolamento em que estavam. Desse modo, foram propostos fóruns de redes, que se tornaram espaços de encontros, de avaliação dos retrocessos vivenciados no âmbito da rede de saúde, e de produção de estratégias coletivas para o enfrentamento. Além destes, também foi importante a mobilização por parte da Universidade por meio da articulação dos estágios com o controle social da conferência livre de saúde mental, e posteriormente, na mobilização nas etapas municipais e regionais de saúde mental. Sobre os fóruns, uma das estagiárias reflete:

Nesse encontro, foram possibilitadas trocas, vivências, questionamentos, afetos. Participaram a psicóloga do CAPS, uma residente de psicologia da AB, a assistente social da SEMTHAS e diversos agentes de saúde das UBS do município. E o segundo fórum, que ocorreu remotamente, contou com a participação das assistentes sociais do CREAS e CRAS, e as psicólogas do CAPS e CRAS. (J.I.A.S., Relatório de estágio, 2022)

Acreditamos que tais espaços possibilitaram o movimento de análise coletiva das demandas, de transversalização com ampliação do diálogo, bem como o surgimento e fortalecimento de práticas instituintes de gestão do trabalho e do cuidado, abrindo brechas para superar o isolamento e a fragmentação agravados com a pandemia, e construindo alternativas a todo o cenário que chamamos de terra arrasada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vividas na formação, durante este período cheio de desafios, nos apontam pistas para aquilo que segue como fundamental na produção de saúde e no campo da saúde mental coletiva, na perspectiva da desinstitucionalização.

Na micropolítica dos encontros com usuários, familiares e profissionais, buscamos uma formação pulsante a afirmativa das vidas, que diante da “terra arrasada” das políticas públicas, das falências da oferta estatal, procura as brechas por onde fazer passar os fluxos de invenção, de resistências e de sustentação dos fundamentos de uma sociedade livre, justa e afirmativa das diferenças. As brechas que encontramos estão na produção das coletividades, nos encontros, nas redes afetivas e de cuidado formal e informalmente constituídas pelas pessoas no cotidiano de suas vidas, diante das crises e tragédias vividas. Ou seja, é no interior da vida mesma, que encontramos passagens para a recomposição do campo de forças antimanicomial. Como nos diz Deleuze (2012, p. 98-99): “*é dentro do próprio homem que é preciso libertar a vida, pois o próprio homem é uma maneira de aprisioná-la. A vida se torna resistência ao poder quando o poder toma como objeto a vida*”.

Para resistir ao cenário bio-necropolítico que vivemos, no entanto, parece que a formação em saúde precisa também produzir corpos capazes de sensivelmente produzir cuidado com as vidas em jogo, lançando mão dos saberes e das práticas das diferentes pessoas ao longo de suas histórias. Corpos coletivos, comunitários, políticos, solidários, como nos lembra uma estagiária:

A partir deste trabalho interno e coletivo, venho pensando sobre a criação de um corpo antimanicomial, e aqui, podemos pensar nesse corpo sob diversas ópticas. Um corpo pessoal, comunitário, político, estético, ético, cultural, institucional, organizacional e relacional. A associação é ativa nessa criação ao produzir fissuras nos instituídos. (FERNANDES, Relatório de estágio, 2022)

Os desafios persistem na produção cotidiana da saúde mental coletiva em nosso país, mas vislumbramos possíveis na formação de novos profissionais em suas invenções, corpos, saberes e, sobretudo, encontros com as realidades concretas das pessoas que fazem o SUS um projeto coletivo, democrático e vivo, apesar de tudo que nos aconteceu.

REFERÊNCIAS

BATISTA, C. B. Movimentos de reorientação da formação em saúde e as iniciativas ministeriais para as universidades. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 97-125, 2013.

BRAVO, M. I.; PELAEZ, E. J.; DE MENEZES, J. A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: Lutas e resistências. **SER Social**, v. 22, n. 46, p. 191-209, 2020. DOI 10.26512/ser_social.v22i46.25630. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25630. Acesso em: 27 mar. 2023.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da Pandemia da COVID-19: recomendações. **Conselho Federal de Psicologia e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia**. Brasília, 2020.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

FOUCAULT, M. **Em defesa de uma sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus, 2012.

MEURER, R. V.; ELIA, L.; SILVA, V. S. Descaminhos políticos de desconstrução da Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Revista De Psicanálise Stylus**, v. 40, p. 131-144, 2023. DOI 10.31683/stylus.vi40.528

ROSA, K. R. M.; SILVA, C. R. C. Afetividade e a politização da dor em territórios de vulnerabilidade social: micropolítica e a produção do cuidado. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João Del-Rei, v. 15, n. 1, p. 1-14, mar. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 abr. 2023.

SAFATLE, V. Preparar-se para a guerra. **El País**, v. 20, n. 4, 2020.

SAMPAIO, J. J.; GUIMARÃES, J. M.; CARNEIRO, C.; GARCIA FILHO, C. G. O trabalho em serviços de saúde mental no contexto da reforma psiquiátrica: um desafio técnico, político e ético. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 12, p. 4685-4694, 2011.

SANTOS, C. M.; MORAES, C. A. Ataques e retrocessos na política de saúde mental, álcool e outras drogas, no período de 2016 a 2021, no Brasil. **Vértices (Campos dos Goitacazes)**, v. 24, n. 3, p. 919-931, 2022. DOI 10.19180/1809-2667.

SARTI, T. D. *et al.* Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19? **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 2, 2020. DOI 10.5123/S1679-49742020000200024.

SEIXAS, C. T. *et al.* A crise como potência: os cuidados de proximidade e a epidemia pela Covid-19. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, n. 1, 2021. DOI 10.1590/interface.200379.

SENA, A.; RODRIGUES, M. Pandemia e Estado Necropolítico: um ensaio sobre as Políticas Públicas e o agravamento das vulnerabilidades da população negra frente a COVID-19. **Revista Fim do Mundo**, n. 4, 2021. DOI 10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p133-154.

SILVA, L. M.; SANTOS, P. F. G. Precarização da Saúde Pública no Governo Bolsonaro e suas consequências para as famílias brasileiras. *In*: ZIMMERMANN, C. R.; CRUZ, D. U. Políticas sociais no governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes. **CLACSO**, p. 307-320, 2022. DOI 10.2307/j.ctv2v88c2n.

TEIXEIRA, R. R. As redes de trabalho afetivo e a contribuição da saúde para a emergência de uma outra concepção de público. Trabalho apresentado na **Research Conference on: Rethinking "the Public"** do Center for Iberian and Latin American Studies (CILAS) da University of California. San Diego, 2004.



17

*Dilan Magnus
Carin Klein*

**LIÇÕES SOBRE HIV/AIDS
E COVID-19 NO *INSTAGRAM*:
MASCULINIDADES E CONDIÇÃO PRECÁRIA**

INTRODUÇÃO

O presente texto é recorte de uma dissertação de mestrado desenvolvida na área da Educação através dos aportes teóricos dos Estudos Culturais em Educação, Estudos de Gênero e Sexualidade com as análises de autores/as de perspectiva pós-estruturalista. Dessa forma, o objetivo de analisar perfis de homens gays vivendo com HIV foi uma escolha pensada como um ponto estratégico para olhar as masculinidades das pessoas vivendo com HIV (PVHIV) e como são produzidas e representadas práticas sobre a prevenção ao HIV/aids e demais infecções sexualmente transmissíveis (IST's).

Para tal, utilizamos a rede social *Instagram*, aqui compreendida como um artefato da cultura dotado de uma vontade de pedagogia (CAMOZZATO, 2012); isto é, seus usuários produzem fotos, vídeos, *reels*, a fim de ensinar outros sujeitos formas de ser/estar no mundo. Buscamos investigar, problematizar e tensionar como as práticas de prevenção vêm sendo produzidas na plataforma do *Instagram*, associadas às masculinidades, localizando e discutindo o que é dito, por quem e para quem, a fim de discutir alguns efeitos dessas discursividades.

O material empírico foi selecionado a partir de uma pesquisa realizada na rede social *Instagram*, através da sua ferramenta de busca, em que *hashtags* como #VivocomHIV, #Soropositivo, #HIV/AIDS, entre outras, foram utilizadas para localizarmos perfis de usuários/as vivendo com HIV/aids. Após a catalogação desses perfis classificando-os em ordem decrescente por número de seguidores, escolhemos o que obtinha maior número, logo, maior alcance e expressividade dentro da plataforma. Caberia destacar que a circulação desses conteúdos, voltados principalmente para o público LGBTQIAP+, dentro dessa rede social é intensa. Dessa forma, mencionamos outros perfis, como "Super Indetectável", de João Geraldo Neto; "Falo Memo!", de Lucas Raniel; "Léo Cezimbra", de Leonardo Cezimbra;

“Gabriel Comicholi”, de Gabriel Comicholi; “Doutor Maravilha”, de Vinícius Borges; e “Drauzio Varella”, de Drauzio Varella; sendo esses dois últimos médicos infectologistas.

Ao analisarmos o perfil de Lucas Raniel foi necessário realizarmos escolhas devido ao grande volume de material publicado em sua rede social. Dessa forma, optamos por analisar os *reels* – que consistem em vídeos curtos de 30 a 60 segundos – postados no período de agosto de 2020 a agosto de 2022. Sendo que para esse estudo mapeamos todos os *reels* que discutiam a articulação entre covid-19 e HIV/aids. Essa seleção nos auxiliou na escolha de qual *reel* seria analisado, partindo da premissa de que possui – até o presente momento da publicação desta obra – maior número de visualizações; por conseguinte, nos forneceu elementos importantes para pensarmos as questões concernentes à masculinidade e à condição precária.

Esse capítulo organiza-se da seguinte maneira: na seção Discussão teórica, abordamos as ferramentas teórico-metodológicas acionadas para essa pesquisa; em Conjugando pandemias, exploramos o contexto da pandemia da covid-19 e as reverberações ocasionadas no enfrentamento ao HIV/aids, assim como apresentamos o material selecionado do perfil de Lucas Raniel. Em O *Instagram* e as suas lições, apresentamos a análise realizada do *reel* e encerramos com algumas considerações finais que a análise permitiu-nos desenvolver.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A análise cultural é uma ferramenta teórico-metodológica utilizada para a realização da pesquisa na medida em que fornece pressupostos para analisarmos a profusão de processos educativos,

para além dos locais formais de aprendizagem. A Educação é tomada aqui como um “conjunto de processos pelos quais indivíduos são transformados ou se transformam em sujeitos da cultura” (MEYER, 2012, p. 50). Para tanto, tematizamos a linguagem, isto é, entendemo-la como produtora de sentidos, de disputas e produtora dos sujeitos no âmbito da cultura; assim como compreendemos o gênero como um organizador social e cultural, o qual distingue os corpos, as práticas, imputa funções e formas de viver a determinados sujeitos através de uma lógica binária (MEYER, 2012).

Nesse sentido, articulamos com as teorizações de Michel Foucault, relacionadas à produção dos sujeitos. Em sua análise do poder, o autor (FOUCAULT, 2015) propõe um deslocamento da compreensão do poder, tomando-o como uma relação estabelecida entre os sujeitos. Para o filósofo, “O poder está em toda a parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2015, p. 101).

As normativas que visam a regulação dos corpos, gêneros e sexualidades estão alicerçadas em um tipo de racionalidade que visa atender as demandas do sistema capitalista para a produção de sujeitos, interpretando, rearticulando, acompanhando, para que cumpram com as necessidades mercadológicas. A essa dinâmica o autor nomeou de biopoder, sendo essa ferramenta teórica que permite-nos tomar as estratégias de prevenção ao HIV/aids; assim como os cuidados em saúde imputados aos sujeitos vivendo com HIV como estratégias biopolíticas de manutenção da vida.

As teorizações de gênero articulam-se às discussões propostas por Judith Butler (2014, p. 253) que o toma como uma ferramenta produtora dos sujeitos, atuando na construção de “visões normativas de feminilidade e masculinidade”. As divisões entre macho/fêmea, homem/mulher, cis/transgênero, entre outras, são constituídas a partir desse aparato binário construído na e pela linguagem, distinguindo as funções sociais e culturais dos sujeitos com base em

aspectos biológicos e universais. Compreendemos que o masculino e o feminino são forjados na cultura, a partir das relações de poder. Lauretis (1994, p. 208) assinala que gênero e sexo não se constituiriam como “propriedade de corpos” ou ainda como um *a priori* da espécie humana, corroborando com a tese de Butler (2014) da inexistência de um sujeito pré-discursivo.

Nessa relação, sexo e sexualidade também são compreendidas aqui como construtos culturais, nomeados e descritos de acordo com o tempo ao qual vivemos. Portanto, “a sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico” (WEEKS, 2001, p. 38). A sexualidade não é algo dado ou essencialmente biológico, entretanto, parte de uma construção ocidental que é apreendida por meio de mecanismos pedagógicos que permeiam a nossa cultura e a sociedade. Para tanto, utilizamos da distinção realizada por Weeks (2001, p. 43) para diferenciar sexo “como um termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, que vemos como diferenciando homens e mulheres” e sexualidade para os “comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas” (WEEKS, 2001, p. 43).

Os estudos de masculinidades articulam-se com as discussões de gênero e sexualidade, na medida em que buscamos investigar as representações e as relações de poder implicadas na construção de ser homem gay cisgênero, vivendo com HIV/aids dentro das redes sociais. Dessa forma, partimos das discussões propostas por Raewyn Connell (1995), que perscruta o sistema hegemônico de masculinidade tomado como uma normativa que produz formas desejáveis de ser/estar e se afirmar homem na nossa cultura. Esse sistema normativo produz enquadramentos que tornam determinados corpos elegíveis para o reconhecimento; isto é, mais próximos do sistema hegemônico, em contrapartida aos corpos abjetos que se tornam ininteligíveis (BUTLER, 2020).

Para a filósofa Judith Butler (2020), a precariedade é uma condição ontológica que une a todos os seres humanos, entretanto, a capacidade de reconhecermos uma vida como precária estaria imbricada com a produção de determinados enquadramentos que possibilitam uma vida ser reconhecida como tal. Nesse sentido, “a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento” (BUTLER, 2020, p. 19); ou seja, o sistema normativo caracteriza os atributos necessários para que um sujeito possa ser reconhecido ou apreendido como uma vida. As regulações produzidas podem ser analisadas através da capacidade de uma vida em gerar ou não luto público ou ocupar o lugar de passível de luto; sendo esse o que direciona as biopolíticas para a preservação e a manutenção dessas.

Portanto, “ser passível de luto” (BUTLER, 2020) é uma condição atrelada à conformidade com as normativas que balizam a vida como válida. A partir disso é que possuímos a separação entre os conceitos de “precariedade” e “condição precária” como forma de sublinhar que as relações de poder acirram as vulnerabilidades, “na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (BUTLER, 2020, p. 44). Nem toda a vida precária possui reconhecimento da condição precária a que está submetida.

Sob essa guisa, buscamos em nossas análises compreender quais formas de masculinidades foram enquadradas nas produções dos *reels* que possibilitaram visibilizar homens gays, vivendo com HIV/aids, como populações vulneráveis e inteligíveis para o reconhecimento.

CONJUGANDO PANDEMIAS

A pandemia da covid-19 teve sua emergência em território chinês ao final do ano de 2019, tornando-se uma emergência sanitária de caráter mundial no início do ano de 2020. A inexistência de vacinas ou tratamentos efetivos para o vírus mobilizou a Organização Mundial da Saúde a propor diretrizes aos governos mundiais, como formas de prevenção e diminuição do contágio da doença. Entre elas, o distanciamento e o isolamento social, a obrigatoriedade do uso de máscara respiratória, o uso de álcool em gel como sanitizante e o fechamento/diminuição da lotação de lugares fechados. Além do mais, percebemos a mudança da dinâmica social na vida dos sujeitos durante os períodos mais críticos – altos índices de mortalidade/dia – da pandemia como a adoção do trabalho em *home office*, as escolas funcionando com aulas remotas e o fechamento dos locais para lazer e entretenimento.

Em confluência, temos a pandemia de HIV/aids, completando no ano de 2023 cinco décadas de existência. No presente, vivemos circundados por políticas neoliberais e/ou governos neoconservadores, contribuindo para alguns revezes nas políticas de enfrentamento e prevenção ao HIV/aids. Como efeitos, percebemos pautas defendidas pelo extinto Ministério da Família, da ex-ministra Damares Alves, durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), como a defesa do fim de uma suposta ideologia de gênero, dirimindo do espaço escolar discussões pertinentes a gênero e sexualidade.

Outra pauta dessa agenda neoconservadora foi a abstinência sexual como método preventivo às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). Indo na direção contrária às discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, esse método foi tema de estudos produzidos que comprovam a sua ineficácia (ÁVILA, 2003; RIOS, 2006). Tal agenda desvia o foco da falta de investimento em pesquisas que promoveriam uma prevenção eficaz baseada nos direitos humanos

e na garantia de acesso aos serviços de saúde com ênfase no diagnóstico, tratamento e prevenção a todos/as.

Nesse mesmo cenário, o boletim epidemiológico (BRASIL, 2021) chama a atenção para o aumento de infecção na faixa etária dos/as jovens, entre 15 e 19 anos e 20 e 24 anos, de 29,0% e de 20,2%, respectivamente, entre os anos de 2010 e 2020. Ainda aponta que o número de detecção na faixa etária de 25 a 29 anos, superando as taxas de detecção em homens de 30 a 34 anos e 35 a 39 anos, foram as mais prevalentes até 2016. Esses dados tornam-se importantes na medida em que reforçam a importância de políticas públicas efetivas, ou seja, que visem compreender as vulnerabilidades às quais determinadas populações-chaves, em especial os/as jovens, estão circunscritos.

Conforme o relatório *In Danger*, produzido pelo UNAIDS (2022), o empobrecimento das populações de países de baixa e média renda, em especial, do leste europeu, da África e da América Latina, corroborou com o aumento das vulnerabilidades das populações-chave. Ainda é destacado que o outrora projeto exitoso dos países latino-americanos na implantação de políticas públicas para o tratamento do HIV/aids sofrerá retrocessos com o contexto de pandemia da covid-19. Como reflexos, perceberemos uma diminuição na adesão ao tratamento e um aumento de casos de infecção entre a população de jovens gays e homens que fazem sexo com homens (HSH). Em destaque, um aumento nos casos de aids entre a população de jovens gays negros, que são mais afetadas no acesso ao diagnóstico e ao tratamento.

O contexto de conjugação dessas pandemias foi alvo de uma série de produções de *reels* pelo perfil do *Instagram* de Lucas Raniel. Durante o período de 19 de janeiro de 2021 a 17 de agosto 2022, a série objetivou conscientizar a população de pessoas vivendo com HIV (PVHIV) em relação à importância da realização da vacina para a covid-19. Através do mapeamento realizado nesse período, organizamos

uma tabela catalogando essas produções, em ordem cronológica, com seus respectivos números de visualizações, data em que foi realizada a publicação e quando nós realizamos o acesso a elas.

TABELA 17.1 – Mapeamento de *reels* do perfil de Lucas Raniel

Nº	Legenda do <i>Reels</i>	Visualização	Publicado em:	Acesso em:
1	Mandem suas dúvidas no stories	57.600	19/01/2021	07/11/2022
2	Finalmente vim de primeira dose	39.000	10/05/2021	07/11/2022
3	Informação	116.000	07/06/2021	24/01/2022
4	Aqui quem fala é ela...	39.500	23/06/2021	07/11/2022
5	Tô vacinaids - 3ª dose reforço para pessoas vivendo com HIV	33.700	30/07/2021	07/11/2022
6	Notícia	179.000	21/09/2021	07/11/2022
7	4ª dose de vacina para o covid-19 em pessoas vivendo com HIV e imunossuprimidas #vacina #covid19 #vivocomhiv	25.300	07/02/2022	07/11/2022
8	@prof.alvarocosta dando o recado e tirando dúvidas sobre a 4ª dose de vacina para o covid-19 #VivoComHiv	16.000	10/02/2022	07/11/2022
9	Notícia importante #Covid19 #VivoComHiv #Vacinação #VacinaCovid	31.700	17/08/2022	07/11/2022

Fonte: elaborada pelos autores

Após assistirmos a toda produção realizada pelo influenciador, percebemos que a ênfase dada está alicerçada no campo biomédico, na medida em que seus seguidores são conclamados a realizarem a vacina, a fim de reforçar o sistema imunológico como método de prevenção à covid-19, além de evitar complicações que a doença pode ocasionar, comprometendo a imunidade do sujeito. Para tanto, utilizando da etnografia de tela (BALESTRIN; SOARES, 2012),

visualizamos o *reel* realizando anotações em um diário de campo, a fim de compreender o material audiovisual como uma estratégia que enquadra a masculinidade de Lucas Raniel. Esse processo demandou também a transcrição dos vídeos e capturas de telas que auxiliaram na realização da análise cultural realizada.

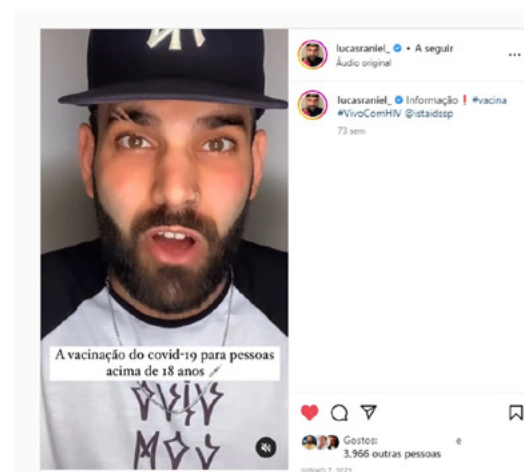
O *reel* selecionado para a discussão acerca da covid-19 está relacionado com o início da vacinação, voltada para pessoas imunossuprimidas, na cidade de São Paulo. A pandemia do coronavírus foi marcada por uma série de divergências em relação ao seu tratamento, tendo sido objeto de amplas disputas, tanto pelo campo médico, como pelo senso comum. Em relação ao último, percebe-se que a utilização de *fake news* foi uma grande aliada no desserviço à prevenção, ao compartilhar informações enganosas em relação a supostos tratamentos e medicações que seriam eficazes contra o vírus da covid-19.

A partir das diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Ministério da Saúde brasileiro divulgou uma nota técnica em setembro de 2020 advertindo a inexistência de medicações para tratamento precoce da covid-19. Embora, na atualidade, já tenhamos medicações aprovadas para o tratamento da enfermidade, foi somente no segundo ano de pandemia – 2022 – que os órgãos reguladores da saúde aprovaram o seu uso. Cabe destacar ainda que os primeiros anos de pandemia da covid-19 foram marcados pelos cuidados paliativos, como o uso de medicações antigripais ou, em casos mais graves da enfermidade em que era necessária, a internação e o uso de oxigênio, ambos apenas auxiliares, que não combatiam efetivamente o vírus.

O INSTAGRAM E AS SUAS LIÇÕES

O *reels* intitulado 'Informação! #vacina #VivocomHiv @istaidssp' utiliza um conjunto de *hashtags* como estratégias para impulsionar a propagabilidade do vídeo (JENKINS *et al.*, 2014); isto é, a capacidade desse vídeo circular, gerar engajamento e replicabilidade dentro da rede social. O uso das *hashtags* '#Vacina' e '#VivocomHiv' é uma forma de criar endereçamento para o vídeo; isto é, essa combinação de *hashtags* permite direcionar o conteúdo para demais pessoas vivendo com HIV, dentro da rede pela lógica do algoritmo, assim como tornar o conteúdo disponível para quem acessa a *hashtag* pela barra de pesquisa da plataforma. Entretanto, há um formato presente dentro do *reels* que permite criar identificação com determinados/as usuários/as, em detrimento de outros/as, o que será foco da nossa análise agora.

FIGURA 171 – Reel 3 do perfil de Lucas Raniel



Fonte: Captura de tela Perfil Lucas Raniel (2022)

O vídeo foi gravado em plano de *close up*, o que proporciona um destaque para o rosto de Lucas Raniel e as suas expressões faciais, enquanto a angulação plana da gravação ocasiona um desfoque do fundo. O vídeo transcorre todo nessa configuração, o cenário de fundo é branco, levemente enebriado. Lucas utiliza um boné preto da marca New York e em sua camiseta aparece a frase: vivo com HIV. A perspectiva do espectador é ser levado a perceber alguns traços de jovialidade do influenciador, como o uso de *piercing* no nariz e a sobrancelha falhada. Marcas corporais que se somam a outras, como o uso de barba, o corpo sarado e que assinalam sentidos que vão se articulando com as construções de masculinidades. Sua fala é pronunciada em tom jornalístico:

Ei, você que vive com hiv ou conhece alguém que vive com hiv. A vacinação do covid-19 para pessoas acima de 18 anos se deu início hoje, segunda-feira, dia 7 de junho, aqui na cidade de São Paulo <3 Procure saber como anda o calendário da sua cidade também! Só não deixem de se vacinar para o covid-19 viu galera?! Pega essa informação e compartilha!!! (RANIEL, 2021)

O início da sua fala é feito com o uso da interjeição “Ei” funcionando como uma chamada de atenção. Foi utilizada a música *Leave the Door*, dos cantores Bruno Mars, Anderson Paak e Silk Sonic, como trilha sonora, parecendo atuar como uma espécie de harmonização, no sentido de criar uma ambientação mais leve, ainda que o assunto seja sério. Em sua fala, percebemos o emprego de frases no imperativo “Procure saber como [...]”, “Só não deixem [...]”, “Pega essa informação [...]”. Nessa direção, os seguidores são imputados a procurar o calendário vacinal de sua região, assim como são responsabilizados a realizar a vacina e, por fim, conclamados a compartilhar a informação com outras pessoas.

FIGURA 17.2 – Sequência de capturas de telas do reels 3



Fonte: Capturas de tela Perfil Lucas Raniel (2022)

A representação de masculinidade mobilizada por esse *reels* nos ajuda a refletir sobre as formas de masculinidade positiva que incidem sobre os corpos do *influencer* analisado. Sob a guisa de Deborah Lupton (2000, p. 15), entendemos que “as práticas de saúde pública e os discursos de promoção da saúde privilegiam um certo tipo de sujeito, um sujeito que é autorregulado, consciente de sua saúde, de classe média, racional, civilizado.” A partir dessa discussão, uma de nossas possibilidades esteve centrada em articular a produção dos sujeitos por essas discursividades, baseadas de certa maneira em *cogitos* cartesianos, isto é, uma reatualização do sujeito do iluminismo, caracterizado por Hall (2016) como um ser inteligível, unificado, centrado, capaz de agir e pensar por si próprio, mas não necessariamente alguém imutável ou não passível de ser conduzido. Nesse sentido, argumentamos como os enquadramentos produzidos nesse vídeo produzem masculinidades positivas que por ora transgridem um sistema regulatório sexo-gênero e em outrora são conformadas a ele.

As representações acionadas de masculinidades desviantes a uma ordem hegemônica cisheteronormativa (CONNELL, 1995) estariam articuladas ao investimento em relação ao cuidado com o corpo e com a própria saúde. A transgressão aqui percebida com o modelo normativo das regulações de gênero e sexo estaria baseada na prerrogativa de que “expressar preocupação acerca da saúde de alguém é frequentemente considerado ‘não masculino’ (LUPTON, 2000, p. 27). Portanto, os sujeitos são convocados a aderir e incorporar os processos de cuidado e promoção da saúde; isto é, as noções relativas ao cuidado com o corpo, adoção de bons hábitos, realização de exames periódicos, etc. Vinculando-se a uma seara considerada do universo feminino (LUPTON, 2000, p. 27).

Ainda nessa discussão sobre a constituição das masculinidades, é importante pensar o pressuposto da pesquisadora Larissa Pelúcio (2007), que desenvolveu o conceito de “cidadanização”, ou como o discurso biomédico produz e regula os sujeitos que são “SUSjeitados” (PELÚCIO, 2007, p. 122) ao sistema único de saúde. Em suma, ser um bom cidadão é estar em dia com seu tratamento, sendo que uma série de cuidados são imputados às PVHIV a partir dos seus diagnósticos, como destaca a autora:

[...] frequentar com assiduidade as unidades de saúde e a fazer regularmente seus exames, que não falem às consultas agendadas, usem sempre camisinha em suas relações, tornem-se responsáveis pela difusão de comportamentos que não acarretam risco, que sejam protagonistas na luta contra a aids e que, desejavelmente, se engajem politicamente (PELÚCIO, 2007, p. 122).

Ainda sob a guisa de Pelúcio (2007), a partir da terceira década da pandemia do HIV/aids, os discursos biomédicos de prevenção adotariam uma ênfase em que a problemática não estaria em ser/estar como uma sexualidade desviante à norma, mas sim na regulação das formas que fazemos sexo, ou seja: são seguras, higiênicas e com uma menor quantidade de parceiros possíveis? Torna-se importante

pensar que os influenciadores aqui estudados são capturados pelas discursividades de prevenção e tratamento que atuam sobre a produção de masculinidades e de corpos “SUSjeitados” ao SUS.

Portanto, os processos de saúde na atualidade em relação ao diagnóstico e tratamento das PVHIV parecem imputar aos homens gays cishêneros formas de lidar com o corpo e com a gerência da própria saúde que não conformam as normativas de sexo-gênero estabelecidas pela matriz cisheternormativa. Ainda que nesse jogo das representações os sentidos sejam disputados, estar vinculado a uma identidade gay cis que usa boné, com barba, sobrelhaça grossa e com falhas, voz grossa com o som de um *hip hop* ao fundo aproxima-se de um modelo normativo cis hetero; em detrimento, o discurso, ou seja, o conteúdo do vídeo na sua interlocução abre uma possível brecha para pensarmos em novas formas de representações identitárias em que vinculem a masculinidade gay cis ao engajamento no cuidado com a saúde.

Por conseguinte, a estratégia do influenciador está embaçada em conclamar os seus seguidores a realizarem a vacinação, responsabilizando-os pelo cuidado com a sua saúde, não necessariamente considerando que haveria dificuldades na realização dessa tarefa, devido ao cenário instaurado no país. No contexto pandêmico brasileiro, a banalização das mortes por parte de representantes do governo corrobora a tese de Butler (2020), de que as diferentes escalas de precarização da vida geradas pelas desigualdades de gênero, sexo, raça, geração, etc., produzem lutas e lutos diferentes. Dessa forma, determinadas formas de vida são enlutáveis, isto é, ganham o luto público, em detrimento de outras vidas que possuem suas mortes silenciadas, sem o reconhecimento ou o ganho do luto público. O corpo enquanto esfera política é sintetizado da seguinte maneira pela autora:

O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência, e os corpos também ameaçam

nos transformar na agência e no instrumento de tudo isso. Embora lutemos por direitos sobre nossos próprios corpos, os próprios corpos pelos quais lutamos não são apenas nossos. O corpo tem sua dimensão invariavelmente pública. Constituído como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu. (BUTLER, 2020, p. 46).

Podemos pensar que os enquadramentos produzidos nesse *reels* desviam da cisheteronormatividade em seu discurso e seu apelo para que a população vivendo com HIV/aids realize a vacinação e exerça o autocuidado. Entretanto, para evidenciar a condição precária que as PVHIV estão submetidas, recorre-se a uma representação visual de masculinidade, conformado com o sistema regulatório de sexo-gênero, não havendo nenhuma transgressão nesse sentido. Compreendemos que tal estratégia estaria articulada em tornar o corpo de Lucas Raniel inteligível e menos abjeto dentro da rede social. Acreditamos que essa articulação estaria imbricada em um processo de ocupar uma cena de reconhecimento que visa colocar os homens gays vivendo com HIV/aids, como vidas passíveis de luto, por conseguinte, dignas de serem assistidas por biopolíticas. Ainda que ao custo de estarem conformadas com o sistema gênero-sexo excluindo outras vidas não inteligíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Engajar uma campanha de vacinação e de prevenção ao HIV/aids na rede social *Instagram*, mesmo que não necessariamente seja uma novidade em tecnologia, torna-se um meio de publicização ou estratégia de marketing (SANTOS, 2002), importante nas lutas pela manutenção da vida. Ainda que a covid-19 possa acometer de forma leve, ela implica na diminuição de células T+CD4, bem como na piora de quadros de doenças oportunistas em quadros de aids.

A primeira lição tomada, a partir da análise da conjugação das pandemias e das representações utilizadas, são ensinamentos voltados para a construção das masculinidades soropositivas engajadas em reconhecer a sua condição de vida mais precária. Sob a guisa de Butler (2020), compreendemos que visibilizar as vulnerabilidades é colocar dentro de uma cena do reconhecimento as vidas de PVHIV. Para tanto, recorre-se a enquadramentos conformados com o sistema sexo-gênero pautados na cisheternormatividade. Nesse sentido, nem todos os sujeitos são incluídos como prioritários para as biopolíticas de manutenção da vida.

O contexto de pandemia do HIV/aids, desde a década de 1980, produziu efeitos no sentido de que para a preservação das vidas, foi e ainda é necessário, criar redes de solidariedade (DANIEL; PARKER, 2018), articulando as lutas e demandas dos movimentos sociais, sociedade civil e a área da saúde. Entretanto, enfrentaríamos dificuldades em criar essas redes de solidariedade, como apontado por Seffner e Parker (2016), na medida em que há uma falta de investimentos em campanhas, na formulação de estratégias de combate às vulnerabilidades e uma exclusão de debates no campo educacional com as questões relacionadas a gênero e sexualidade na educação básica. A desarticulação dos movimentos sociais de luta e enfrentamento contra a pandemia do HIV/aids foi/é promovido pela ênfase no discurso biomédico. Segundo Seffner (2016), tal ênfase promoveria uma precarização da experiência.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, out. 2003.

BALESTRIN, P. A.; SOARES, R. "Etnografia de tela": uma aposta metodológica. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 87-110.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-274, jun. 2014.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CAMOZZATO, V. C. **Da pedagogia às pedagogias: formas, ênfases e transformações**. 2012. 203 f. Tese (Doutorado) — Curso de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CONNELL, R. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

DANIEL, H.; PARKER, R. A terceira epidemia: o exercício da solidariedade. *In*: DANIEL, H.; PARKER, R. **AIDS, a terceira epidemia**: ensaios e tentativas. 2. ed. Rio de Janeiro: Abia, 2018. p. 13-32.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

JENKINS, H.; GREEN, J.; FORD, S. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LUPTON, D. Corpos, prazeres e práticas do eu. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 25, jul./dez. 2000.

MEYER, D. E. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. *In*: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 47-62.

PELÚCIO, L. M. **Nos Nervos, na Carne, na Pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids. 2007. 312 f. Tese (Doutorado) — Curso de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

RANIEL, L. Perfil no Instagram. **Instagram**, 2021.

RANIEL, L. Perfil no Instagram. **Instagram**, 2022.

RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 26, dez, 2006.

SANTOS, L. H. S. **Biopolíticas de HIV/AIDS no Brasil**: uma análise dos anúncios televisivos das campanhas oficiais de prevenção; 1986-2000. 2002. 312 f. Tese (Doutorado) — Curso de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SEFFNER, F.; PARKER, R. A neoliberalização da prevenção do HIV e a resposta brasileira à aids. *In*: PARKER, R. G. **Mito vs realidade**: sobre a resposta brasileira à epidemia de hiv e aids em 2016. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), 2016.

SEFFNER, F. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 20, n. 57, fev. 2016.

UNAIDS. **In Danger**. UNAIDS Global AIDS Update 2022. [S./]: Unaid, 2022.

WEEKS, J. O corpo e a Sexualidade. *In*: LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

18

Júlia Bagatini Santos

João Arthur Marques Lima

Eduarda Tais Stoeckel

Luiza Betiollo Ottoni

Marina Nicoloso Paiva

TECNOLOGIAS DE CONTROLE E CUIDADO DA VIDA:

**REFLEXÕES SOBRE A TELEMEDICINA
ENQUANTO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA**

INTRODUÇÃO

Com as transformações econômicas, científicas e tecnológicas que foram impulsionadas, entre outras coisas, pelos processos de globalização, as fronteiras que distinguem os países tornaram-se menos rígidas. Indivíduos, produtos e conhecimentos diversos circulam com certa facilidade por diferentes territórios nacionais e, com isso, novas e velhas doenças passaram a se espalhar com maior dinamicidade. Essa realidade demanda novas estratégias de controle e assistência sanitária que também podem ser compartilhadas internacionalmente, mas que são desempenhadas de acordo com as capacidades e perfis locais (GILES-VERNICK *et al.*, 2010; SOUZA, 2014; DARSIE, 2021).

Tal situação ocorreu, mais recentemente, a partir da circulação do SARS-CoV-2, vírus que causou a pandemia de covid-19. A partir dele, diversas transformações comportamentais redirecionaram os modos de vida das sociedades que se distribuem pelo globo e novas tecnologias foram criadas e/ou impulsionadas com o intuito de prestar cuidados e diminuir infecções. Não é exagerado argumentar, neste sentido, que mesmo depois do relativo controle dos casos de infecção e de adoecimento por covid-19, diversas maneiras de viver e práticas sanitárias foram reestabelecidas, sendo muitas delas amparadas por antigas e novas tecnologias.

No contexto imposto pela pandemia, reforçaram-se os discursos que envolvem a necessidade de investimentos e modificações nos ambientes – tanto os diretamente associados a tratamentos e cuidados em saúde quanto os que envolvem o dia a dia de milhares de pessoas. Também pode ser mencionado o aumento da produção, circulação e utilização de aplicativos e programas online que mensuram índices de saúde individuais, tornando possível o automonitoramento em saúde e a maior responsabilização dos sujeitos em relação aos seus estados físicos (MATTIONI *et al.*, 2022). Ao mesmo

tempo, ressaltou-se o investimento na medicina intermediada por tecnologias que permitem atendimentos de forma virtual, conhecida como telemedicina.

Tal ferramenta, mesmo já utilizada anteriormente, foi transformada e amplamente aplicada ao contexto pandêmico, auxiliando no acompanhamento de pacientes com sintomas respiratórios e também de doentes crônicos em isolamento social. Conseqüentemente, passou a ser pensada, mais consistentemente, como possibilidade de intermediação, em diversos outros casos, de maneira regular, especialmente pela mudança dos modos de ser entendida por diferentes sujeitos que, em muitos casos, reconheceram suas potencialidades.

Nesse sentido, surgiram diversos debates relativos à diminuição de custos, à avaliação dos atendimentos e à interferência que tal prática pode causar acerca das relações estabelecidas entre médicos e pacientes. Porém, enquanto são referidos os benefícios econômicos da prática, emergem questionamentos associados ao fato desta modalidade não proporcionar contato físico, avaliado como imprescindível para a qualidade da relação entre profissionais da saúde e pacientes. De acordo com Pinto *et al.* (2012), a qualidade da relação médico-paciente, pro exemplo, é um elemento fundamental para a adesão e para melhores resultados de tratamentos, já que influencia o equilíbrio dos processos de saúde-doença e de promoção da saúde.

Assim, é possível se pensar que o dilema emergente nesta situação envolve, a partir de diferentes perspectivas, aquilo que se entende como cuidado em saúde. Tanto os argumentos relativos à importância de novos meios de cuidado – que podem, entre outras questões, viabilizar economicamente um número maior de acessos a atendimentos – como os que se referem à importância da relação presencial entre profissionais e pacientes – considerada um elemento fundamental da prática médica – focam no fortalecimento e na segurança da vida, associando-se ao que entendemos como estratégias biopolíticas.

Dessa maneira, o capítulo objetiva contemplar reflexões a partir do conceito de biopolítica articulado ao caso da telemedicina, de modo a problematizar as transformações que estão ocorrendo nas relações entre médicos e pacientes diante das tecnologias de nosso tempo que se orientam para o controle e cuidado em saúde. Tomaremos, como ponto de partida, o impulsionamento da prática a partir da pandemia de covid-19, considerando que, apesar de ser algo pré-existente, tornou-se mais popularmente utilizada e debatida nos últimos anos.

TELEMEDICINA COMO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA

Quando o vírus SARS-CoV-2 ultrapassou as fronteiras nacionais e infectou populações de forma exponencial, novos cenários sanitários e sociais foram gradativamente organizados. Ocorreram adequações que buscaram dar conta das demandas impostas por parte das organizações internacionais, dos Estados e das populações que enfrentaram/enfrentam a doença. Novas estratégias biopolíticas foram operacionalizadas com o intuito de atender às necessidades sanitárias em níveis mundial, nacional e local, gerando alterações nas dinâmicas coletivas frente ao vírus.

Destaca-se que a biopolítica abrange conhecimentos, técnicas e saberes que visam promover a vida, em níveis individual e coletivo, de modo a reformular os modos de viver dos indivíduos (FOUCAULT, 1979). O foco das estratégias biopolíticas se encontra no gerenciamento da vida das populações e na produção de conhecimentos a fim de melhor administrá-las, transformá-las e aperfeiçoá-las (FOUCAULT, 2008). Foi a partir do capitalismo que se desenvolveu no final do século XVIII que se intensificou a ideia de socialização do corpo, já que este passou a ser entendido como força

de produção. Foucault (2003) refere que o controle da sociedade sobre os indivíduos começa a ser desempenhado a partir do corpo e, portanto, o corpo torna-se central no contexto das políticas.

Assim, devido à necessidade de produção de novos saberes, dados e estatísticas acerca da calamidade que a pandemia impôs, as estratégias biopolíticas tornaram-se fundamentais, mais evidenciadas e operaram ativamente sobre as dinâmicas coletivas de modo a atingir cada sujeito, de maneira individual. Foram demandadas ações capazes de regular a vida e a saúde das populações dentro de um cenário pandêmico em que as verdades e as crenças, por vezes, se tornaram mais voláteis e, portanto, os atravessamentos individuais se tornaram fulcrais. As estratégias biopolíticas envolveram a produção de conhecimentos e comportamentos que, além de desencadarem o desenvolvimento de políticas públicas necessárias ao contexto, deram origem aos comportamentos e movimentos de combate à doença.

Partindo disso, uma das estratégias estabelecida por diversas nações foi a vigência da telemedicina com o intuito de possibilitar a presença, de forma online, de sujeitos em consultas médicas sem exposição ao patógeno da covid-19 e, ao mesmo tempo, desempenhar ações de cuidado e controle da saúde. Pode-se conceituar a telemedicina como a oferta dos serviços de saúde por telecomunicação remota que envolve esforço organizado e eficiente do exercício médico à distância e que tenha como objetivos a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de indivíduos, isoladamente ou em grupos. Considera-se, também, que ela seja exercida a partir do embasamento em evidências e sempre transmitida por meio de recursos telecomunicativos (FRANÇA, 2009).

No entanto, é necessário ser destacado que, conforme argumentam Darsie, Hillesheim e Weber (2021), as estratégias biopolíticas, mesmo quando orientadas globalmente, modificam-se de acordo com as dinâmicas espaciais que configuram diferentes

escalas da vida. Complementarmente, Darsie (2021) refere que essas ações são relações de poder que englobam informações e práticas sobre a saúde e a doença, dados e monitoramentos relacionados aos determinantes sociais, índices econômicos globais e locais, bem como, outros elementos que envolvem as populações em diferentes lugares do mundo. Assim, índices e perfis econômicos, sociais, culturais, entre outros, de cada parcela espacial, fazem com que as práticas que focam na vida sejam relativizadas e se desenvolvam conforme os contextos espaciais que as envolvem.

No Brasil, portanto, essa alternativa foi impulsionada pelas autoridades públicas, tendo em vista que, em 2011, já havia sido proposto o Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes, que contava com serviços como teleconsultoria, telediagnóstico, tele-educação e segunda opinião. Porém, em 2020, devido à pandemia, foram instaurados os serviços de teleorientação, telemonitoramento e teleinterconsulta, sobretudo, de forma improvisada (LUNG WEN, 2008). Assim, com as dificuldades socioeconômicas e sanitárias prévias e as impostas pelo vírus, a telemedicina passou a fazer parte, de forma mais frequente, do cuidado e do controle em saúde de muitos brasileiros. Ela serviu e se fortaleceu como estratégia possível e potencialmente segura diante das restrições impostas pela crise.

Conforme argumentou Foucault (2003), a medicina é entendida como uma estratégia biopolítica e, portanto, tendo em vista que a telemedicina se desdobra no âmbito desta ciência, ela também deve ser entendida como tal. A modalidade da medicina desempenhada de forma remota, por meio de recursos tecnológicos, carece atenção, pois apresenta-se como uma prática que pode ser tornar cada vez mais comum diante dos discursos que a envolvem e que acarreta impactos relacionados aos modos de cuidado e de controle populacional.

QUESTÕES SOBRE O CONTROLE DA VIDA E A TELEMEDICINA

A telemedicina é capaz de diminuir significativamente gastos municipais e estaduais direcionados ao deslocamento de pacientes na rede pública de saúde, além de tornar possível o acesso de muitos cidadãos a avaliações médicas (DIAS *et al.*, 2021). Em certas regiões, a dificuldade de deslocamento até os profissionais de saúde é comum e, em muitos casos, inviabiliza o acesso aos serviços de saúde parcial ou completamente. Assim, muitos sujeitos subtratados ou mesmo não tratados, podem, em tese, acessar serviços de saúde com a prescindibilidade de deslocamentos entre domicílios e unidades de saúde e consultórios, desde de que tenham acesso mínimo a dispositivos de conexão. Ainda, em muitos casos, os pacientes podem ser, após as primeiras consultas, encaminhados para especialistas, o que pode se tornar, mais uma vez, inviável devido aos mesmos motivos. A telemedicina, ainda, proporciona atendimentos interestaduais, desprezando a distância entre os grandes centros do Brasil e favorecendo as necessidades sanitárias das populações.

De certo modo, atendimentos médicos remotos ajustam-se ao que Harvey (2006) destacou como recursos que permitem a compressão espaço-tempo, pois, a partir de equipamentos tecnológicos, promete encurtar distâncias físicas e tempos de deslocamento relacionados aos tratamentos clínicos. Seria possível pensar, neste sentido, que talvez os questionamentos que a envolvem estejam associados ao embate entre o que podemos chamar de “tradição médica” e aquilo que o autor denominou como “condição pós-moderna”, em que certas tradições passam a ser relativizadas frente às transformações do mundo. No entanto, esta é uma discussão que necessita maior investimento de tempo e argumentos.

Porém, nesse sentido, vale atentar à possível redução de desigualdades e aumento do número de atendimentos médicos por meio de tecnologias que visam, entre outras coisas, a promoção do direito à saúde, corroborado pela Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988). Certamente, é relevante entender que mesmo que o campo da telemedicina possa fazer emergir mais um nicho de mercado típico dos tempos atuais, em que as inovações são capitalizadas de modo a gerarem lucros consideráveis, ele também pode ser pensado como um importante apoio para a saúde pública, capaz de diminuir gastos, desde de que sejam adequados às realidades que envolvem os usuários do sistema de saúde. Sobre isso, Barata (2009) afirma que

A necessidade de equacionar os serviços de saúde indiferentemente das desigualdades sociais ou grupos aos quais as pessoas pertencam, e ainda mais aqueles que apresentam maior vulnerabilidade em decorrência da sua posição social devem ser tratados de maneira diferente para que a desvantagem inicial possa ser reduzida ou anulada (BARATA, 2009, p. 20-21).

Quando o acesso à saúde é abordado, torna-se imprescindível se levar em conta as inúmeras variáveis que impactam essas desigualdades. Ao se analisar a grande extensão territorial do Brasil e suas especificidades culturais e econômicas, é possível identificar dificuldades de alcance dos serviços de saúde em vários recortes populacionais. Neste sentido, muitos sujeitos podem ser beneficiados pela possibilidade da comunicação remota entre médicos e pacientes através da telemedicina, enquanto outros não. Por isso, questões intrínsecas à acessibilidade podem ser facilitadas pela disposição das tecnologias em saúde, desde que haja investimentos amplos para tanto.

Assim, há exigência de análises criteriosas acerca de diversos fatores, como: capacitação das equipes de saúde, capacidade de comunicação adequada, manutenção da relação médico-paciente – sendo a empatia, o carisma e a gentileza partes importantes

para essa interlocução – e atenção para que não se despreze o atendimento humanizado. Em razão disso, é necessário que se dê importância ao tempo adequado e ambiente de conexão para que acompanhamentos sejam feitos de forma positiva. Destaca-se que o direito à saúde não diz respeito somente ao acesso a atendimentos médicos, mas a todos os aspectos envolvidos no bem-estar do ser humano, como saúde física, mental e social (SEGRE; FERRAZ, 1996).

FIGURA 18.1 - Conferência de telecuidado



Fonte: Licenciado sob domínio público, via Wikimedia Commons (2008)

Tendo em vista os elementos abordados, é possível ser argumentado que os médicos adeptos à telemedicina, durante a pandemia, além de tratarem os pacientes que contraíram a covid-19, de maneira a diminuir a superlotação de hospitais e postos de saúde, auxiliaram nos tratamentos de pacientes com doenças crônicas que, caso fossem infectados pelo vírus, poderiam desenvolver formas graves da doença. Tal sistemática também foi essencial para que diversas pessoas tratassem adequadamente quadros clínicos diversos durante o período. Além disso, foi uma das formas encontradas para

repelir casos de automedicação, de depressão, de violência doméstica e, ainda, auxiliar em outras demandas. Também, os atendimentos feitos de forma remota oportunizaram a produção de dados e informações que, ao serem registrados em prontuários e relatórios, passaram a ser utilizados como embasamento para novas ações sanitárias e comprovação de movimentos laborais no campo da saúde.

Dessa maneira, observa-se que a telemedicina se transformou em uma estratégia, principalmente, de controle da vida, visto que a biopolítica exerce, nesse cenário, um novo saber que é consolidado por uma necessidade de controle da espécie humana, que pode ser colocado em prática por meio de redes de dados de saúde que comparam e combinam variáveis demográficas para a gênese de estratégias futuras. Nesse sentido, cabe lembrar que, de acordo com Foucault (1988)

Se pudéssemos chamar de 'bio-história' as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de 'biopolítica' para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana (FOUCAULT, 1988, p. 134).

A biopolítica reforça-se como um meio de lidar com a população de forma coletiva, por isso torna-se imprescindível a necessidade de obtenção de dados, por meio de novas tecnologias para aperfeiçoar a vida das populações. Nesse sentido, o âmbito da saúde sofreu adequações relacionadas à esse olhar, já que o acentuado risco de contrair doenças reforçou a noção de poder médico articulado às tecnologias e à produção de informações de modo a qualificar corpos individualmente com metodologia cada vez mais coletiva e harmônica (LOPES, 2019).

Para tanto, a relação médico-paciente precisou regular-se, pois cada consulta precisa ser pensada de forma personalizada, visto que os pacientes devem estar confiantes e familiarizados com as equipes. (SANTANA; PEREIRA, 2007).

Nesse viés, quando a relação médico-paciente se baseou nos métodos empregados nas teleconsultas, novos empecilhos surgiram. Muitos pacientes preferem consultas em que profissionais consigam examiná-los e tocá-los, o que, durante o curso da pandemia de covid-19, adquiriu caráter problemático, mas que foi retomado posteriormente ao período de crise. Assim, após a emergência da telemedicina como uma prática necessária, às suas limitações voltaram a ser tensionadas por diferentes sujeitos.

LIMITES DA TELEMEDICINA EM RELAÇÃO AO CUIDADO

Apesar da possibilidade de construção de uma relação médico-paciente adequada com o contato remoto, o exame físico não pode ser adaptado. Assim, os profissionais contam com versões limitadas acerca dos sinais e sintomas que são apresentados, apenas, a partir das narrativas dos pacientes. No limite, do ponto de vista clínico, esta situação dificulta o raciocínio médico e o diagnóstico dos casos. Além disso, emerge a impossibilidade de realização de procedimentos físicos necessários, que por vezes são identificados durante as consultas. Assim, é imprescindível que os profissionais reconheçam as limitações que envolvem a telemedicina em relação ao cuidado e identifiquem os momentos em que é necessário optar pelos meios presenciais, analisando os riscos e benefícios da prática e priorizando a qualidade do cuidado da vida (CFM, 2019).

Ainda, quando se discute o uso aplicado da ciência com fins práticos em áreas que envolvem a vida humana, é inevitável que surjam objeções de caráter, principalmente, ético. A partir da resolução nº 2.217/18 do Código de Ética Médica, o Conselho Federal de Medicina entende que – à exceção de urgências e emergências –

é vedada a prescrição de tratamentos com prescindibilidade de exame direto do paciente (CFM, 2019). Em razão do encontro de tal entendimento com os anseios que envolvem as telecomunicações, foram estabelecidas, posteriormente, e após amplo debate, regulamentações para o atendimento médico à distância. Os pontos principais constatados para a prática no Brasil incluem a consideração da consulta médica presencial como padrão “ouro”, o zelo pela proteção de dados pessoais e o respeito da limitação à beneficência e à não maleficência do paciente.

Outros fatores que podem restringir a expansão da telemedicina em nossa sociedade são os obstáculos impostos pelo acesso à tecnologia. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 90% dos lares brasileiros já tinham acesso à internet em 2021, o que representa grande parte da população e justifica o alcance positivo dos recursos tecnológicos em saúde (IBGE, 2014). Contudo, não se pode desprezar os outros 10% (aproximadamente 21,4 milhões) de brasileiros que são prejudicados pela falta de acesso ao mundo virtual, por fatores sociais e econômicos. Para que possa se desempenhar práticas remotas, é necessário que os sujeitos tenham acesso a recursos mínimos de conexão.

A qualidade da internet é um dos pilares para uma teleconsulta de sucesso. Devido a isso, muitos profissionais investiram em computadores mais avançados, câmeras, microfones, e boas redes *wireless*. Entretanto, parte dos sujeitos que necessitam atendimentos não pode fazer o mesmo, especialmente por questões econômicas ou sociais. Essa realidade muitas vezes é desencorajadora e ocasiona o surgimento de barreiras no contexto das consultas online, visto que, para Almeida *et al.* (2019) é a partir das primeiras conversas que o enfermo pode se sentir confortável ou não para abordar seus anseios e problemas de saúde.

Diante disso, cabe analisar toda a estrutura da sociedade e como isso impacta no bom funcionamento da telemedicina e nas relações de poder que envolvem as dinâmicas sociais. Foucault

sugere a existência de uma rede de micropoderes articulados ao Estado que atravessam toda a estrutura social. Segundo ele

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e o delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos. (FOUCAULT, 1988, p. 127)

É importante destacar, portanto, que as iniquidades que caracterizam as condições sociais nacionais produzem significativas desproporções relacionadas às relações de poder que atravessam sujeitos e instituições. Com a telemedicina, estabelece-se um terreno fértil para problematizações acerca dessa questão, pois as discussões não podem se limitar aos efeitos e condições da prática em si. As estratégias biopolíticas também envolvem as dificuldades e os números que compõem as preocupações e balizadores econômicos coletivos e individuais. (DARSIE, 2020). Assim, intensos jogos de poder compreendem as potencialidades e limitações financeiras que dizem respeito ao tema.

Nessa direção, é possível ser argumentado que, no contexto do cuidado, a telemedicina apresenta limitações. Se por um lado, enquanto tecnologia de controle que impulsiona estatísticas, ela possui potencialidades, por outro, no que diz respeito ao cuidado da vida, ela é dificultada por questões relacionadas aos preceitos que sustentam as boas práticas clínicas entre médicos e pacientes e, principalmente, pela falta de condições de acesso de um número pequeno, mas significativo de usuários. Deste modo, é fundamental que novas reflexões sejam feitas no sentido compreender seus benefícios e prejuízos para diferentes sujeitos, tendo em vista que, ao pensarmos a partir das estratégias biopolíticas, muitas vezes as vidas de alguns passam a ser desprezadas em prol das vidas de outros, o que caracteriza uma verdadeira perversidade a ser combatida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, refletiu-se sobre o conceito de biopolítica articulado ao caso da telemedicina, de modo a serem problematizadas as transformações que estão ocorrendo nas relações entre médicos e pacientes diante das tecnologias que miram no controle e no cuidado em saúde. A telemedicina instaurou-se, especialmente a partir da pandemia de covid-19 como uma estratégia de atendimento reconhecida por diversas pessoas e questionada por outras.

Destacou-se que a telemedicina se mostra como uma estratégia de controle da vida, já que por meio dela potencializam-se cuidados emergenciais ao mesmo tempo em que se produzem informações sanitárias e se estabelecem redes de dados capazes de comparar e combinar variáveis demográficas para estratégias futuras. No entanto, no que se refere ao cuidado, a relação médico-paciente corre o risco de se tornar menos consistente, tanto pelas impossibilidades de contato direto quanto pelas dificuldades sociais que dificultam a conexão online de milhares de brasileiros.

Nessa direção, as tecnologias de controle possuem potencialidades, mas em relação ao cuidado da vida sobressaltam-se as limitações. É em razão desta dinâmica que novas reflexões se tornam relevantes, pois os desdobramentos das tecnologias em saúde, especialmente em países com demandas econômico-sociais, podem se tornar perversos, tendo em vista a impossibilidade de muitos sujeitos às acessarem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. P. *et al.* Telemedicina e bioética: o futuro é agora. **Revista bioética CREMEGO**, v. 1, n. 1, p. 41-45, 2019.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1988.

CFM. Conselho Federal de Medicina. Código de Ética Médica: Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019. **Conselho Federal de Medicina**, Brasília, 2019.

DARSIE, C. Biopolitics of COVID-19. **Journal of Infection Control**, v. 9, p. 1, 2020.

DARSIE, C.; HILLESHEIM, B.; WEBER, D. L. O discurso de controle de doenças da Organização Mundial da Saúde e a produção de espacialidades nacionais. **Interface**, Botucatu, v. 25, p. 1-14, 2021.

DARSIE, C. Modos de pensar o espaço a partir da prevenção e do controle de doenças: espacialidades, informações, monitoramento e molecularidade. *In*: GENGNAGEL, C. L. (org.). **Ensino de ciências humanas: reflexões, desafios e práticas pedagógicas**. Chapecó: Livrologia, 2021. p. 185-198.

DIAS, J. A. *et al.* Biopolítica, ordem econômica e desenvolvimento: a telemedicina como fator de promoção do direito à saúde sob o contexto da covid-19. **RJLB**, n. 6, 2021.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

FRANÇA, G. V. Telemedicina: breves considerações ético-legais. **Revista Bioética**, v. 8, n. 1, 2000.

GILLES-VERNICK, T.; CRADDOCK, S.; GUNN, J. Mobility restrictions, isolation and quarantine: historical perspectives on contemporary debates. *In*: GILLES-VERNICK, T.; CRADDOCK, S.; GUNN, J. (orgs.). **Influenza and public health: learning from the past pandemics**. Washington: Earthscan, 2010. p. 199-218.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: segurança alimentar. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LOPES, A. M. P. Promoção da saúde no processo de democratização brasileiro: biopolíticas e constituição de sujeitos da saúde. **Fractal**: Revista de Psicologia, v. 31, n. 3, p. 283, 31 out. 2019.

LUNG WEN, C. Telemedicina e Telessaúde: um panorama no Brasil. **Informática Pública**, ano 10, v. 2, p. 7-15, 2008.

MATTIONI, F. C.; SILVEIRA, R. P.; DARSIE, C.; ROCHA, C. M. F. Práticas de promoção da saúde como resistência e contraconduta à governamentalidade neoliberal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3273-3281, 2022.

PINTO, J. A. *et al.* A Relação Médico-Paciente segundo a perspectiva do paciente. **Revista Ciências em Saúde**, v. 2, n. 3, p. 17-27, 2012.

SANTANA, S.; PEREIRA, A. S. Da utilização da internet para questões de saúde e doença em Portugal: possíveis repercussões na relação médico-doente. **Acta Med Port**, v. 20, n. 1, p. 47-57, 2007.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O Conceito de Saúde. **Rev. de Saúde Pública**, v. 31, n. 5, p. 538-542, 1996.

SOUZA, C. D. **Educação, geografia e saúde**: geopolíticas nos discursos da organização mundial da saúde e a produção da mundialidade pelo controle e prevenção de doenças. 2014. 235 f. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

WIKIMEDIA COMMONS. Imagem de conferência de telecuidado. [S. /], 2022. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em: 5 mar. 2023.

19

*Carina Prina Carlan
Iara Tatiana Bonin*

INVESTIMENTO DE FORÇAS: CORPOS QUANTIFICÁVEIS CORRENDO MARATONAS

Na atualidade, há uma pedagogia cultural que nos ensina, por meio de uma rede ampla de artefatos e instâncias, que um corpo deve cumprir rotinas específicas para ser saudável, longo, forte, produtivo... Aprendemos que para prover nossas necessidades e anseios será preciso trabalhar ao menos oito horas por dia, e para sermos saudáveis devemos dormir mais oito, dedicar algumas horas à leitura e/ou a assistir bons filmes e, ainda, manter a casa em ordem, cuidar dos filhos, manter pulsante a rede de amigos, fazer refeições leves de três em três horas alternadas com sessões de jejum intermitente. Um limão por dia, uma maçã por dia, alimentos sem glúten, sem lactose, sem açúcar e sem álcool... porém também aprendemos a considerar os benefícios da ingestão diária de uma taça de vinho. Uma porção de cápsulas, baixo consumo de carboidratos, aliada à vigilância sobre a necessária ingestão de proteínas – na dose certa, se excessos e maneirando no consumo de carne vermelha. Beber chá desintoxicante, rotinas de exposição ao sol, porém em horários recomendados, monitoramento dos níveis de vitamina D no corpo e ingestão complementar, se for o caso. Há também os *check-ups* anuais por meio de exames laboratoriais e de imagem, as visitas regulares ao dentista, o aconselhamento psicológico ou terapêutico. E o ideal mesmo é que tudo isso seja feito acompanhado de exercícios físicos diários que deverão evitar infartos precoces e regularão as engrenagens que fazem o corpo-máquina funcionar. Tudo isso com um sorriso nos lábios, para assegurar uma perspectiva feliz nas rotinas que se sobrepõem no dia a dia de sujeitos que devem ser ativos 24 horas por dia e sete dias por semana. De quebra, aprendemos a acolher uma dose sensata de intervenções medicamentosas ou clínicas para evitar que as marcas do tempo passando em nossos corpos se inscrevam efetivamente, em forma de flacidez, rugas e outros supostos “desvios” que emergem de um certo “pavor da carne”, nos termos de Sibilia (2006) e do desprezo ao corpo em suas formas “naturais”.

Essa pedagogia cultural que nos ensina sobre o corpo que temos e o corpo que devemos alcançar se produz e propaga, alcançando-nos em maior ou menor medida. Se pensarmos sobre as rotinas, prescrições e aconselhamentos, facilmente nos damos conta de que elas emergem no cruzamento entre saberes sobre o corpo, provenientes de diferentes áreas do conhecimento, e em seu conjunto elas são produtivas para potencializar a vitalidade desses corpos e para “fazê-los viver” de certos modos e não de outros. E em meio a tantas demandas e apelos cotidianos, o exercício de correr, sobretudo a corrida de rua, vem sendo mobilizado como uma ferramenta útil que treina e fortalece o corpo para os inevitáveis desafios de nosso tempo.

Cresce o número de adeptos de corrida de rua, dada a praticidade desta atividade e a possibilidade de ser enquadrada em diferentes contextos de vida – corre-se na rua, a qualquer hora do dia, sozinho ou acompanhado, com sol ou chuva. Embora a corrida não seja uma modalidade esportiva recente, na atualidade ela se populariza como esporte de rua, possivelmente em virtude por um amplo conjunto de condições dentre as quais destacamos a valorização do corpo magro como ícone de saúde, os investimentos voltados à ampliação da longevidade, a emergência do imperativo contemporâneo da vida ativa (FRAGA, 2006), a noção de corpo-tarefa, a ser assumida individualmente e de forma constante ao longo da vida (LE BRETON, 2016), a busca pelo aprimoramento do movimento e pela produção de corpos atléticos através de técnicas de modelagem e de rotinas de treino.

Além dos propagados benefícios para saúde, correr também constitui uma atividade lucrativa na medida em que o atleta exhibe e expõe certas marcas de patrocínio ou quando passa a consumir produtos desse novo nicho de mercado, ativamente investido por empresas do setor esportivo. Nesse sentido, cresce também a oferta de tecnologias móveis especificamente destinadas a um público que corre, por oferecer possibilidades de controle do movimento do corpo, de investimento na performance, de ampliação de possibilidades de aferição pelo próprio sujeito.

No presente estudo, focalizamos os corpos que correm, que percorrem distâncias, que colocam para si metas e propósitos que envolvem esforço, repetição, rotina e disciplina. Mais precisamente, estão no centro de nossa atenção os corpos que correm tendo como horizonte possível a participação em maratonas, que são corridas de rua na distância de 42,196 km, o que demanda a utilização de diferentes estratégias e periodicidade nos treinos, com vistas ao aprimoramento do corpo e da performance. Argumentamos, ainda, que as modalidades competitivas como as maratonas também ganham mais e mais adeptos. Basta observar o crescente número de provas de corrida de rua que se realizam em diversas cidades brasileiras. O corpo que corre alinha-se, de certo modo, ao propósito de uma performance veloz, e, para maratonistas, isso requer também capacidade física para resistir à corrida de longos percursos. Pode-se dizer, então, que o corpo de um maratonista é produzido por investimentos de forças, de saberes e de tecnologias que extraem dele “sua versão mais primorosa”.

Nessa direção, objetivamos discutir, no presente capítulo, algumas estratégias de quantificação empregadas para mensurar o alinhamento do corpo a certas metas estabelecidas ao longo dos treinos, de modo a conduzir suas condutas e constituir uma possível performance em provas de maratonas. Apresentamos um recorte da pesquisa de doutorado da primeira autora deste texto, na qual foram examinados dados produzidos a partir de duas estratégias principais: a primeira consistiu em rastrear publicações feitas na rede social virtual *Instagram* por atletas amadores que participam de provas de maratona. A rede social foi escolhida em razão de sua popularidade, gratuidade e facilidade de acesso.

Uma seleção prévia de perfis foi realizada, e, como critério de inclusão na pesquisa, consideramos: a) a possibilidade de realização de conversas informais ou entrevistas com os(as) atletas amadores, no período de 2018 e 2019 e b) uso, pelo atleta amador, de relógio GPS para monitoramento de seu desempenho. Um convite para

participar da pesquisa foi enviado aos(às) atletas amadores(as), e, a partir dos aceites, constituiu-se o grupo de seis participantes.

Nas discussões que se seguem consideramos tanto as postagens feitas pelos(as) participantes no *Instagram* entre 2018 e 2019, quanto as transcrições de conversas e entrevistas realizadas, com uso de recursos virtuais, no período de preparação destes(as) atletas amadores(as) para uma maratona internacional ocorrida em 2019. De modo a resguardar o anonimato sobre as identidades dos(as) participantes, empregamos apenas as iniciais de seus nomes ao longo deste texto.

CALCULANDO DADOS E MENSURANDO TEMPOS

Dispomos, na atualidade, de grande número de ferramentas e tecnologias voltadas à numeralização dos processos no corpo e a base de aferição parece ser o cotejo entre parâmetros tidos como normais e ocorrências em um certo organismo, seja na infinidade de exames laboratoriais e de imagem, seja nas métricas que calculam índices de desempenho de um corpo em movimento. Para as discussões que se seguem, consideramos o uso de um dispositivo – o relógio GPS – que torna quantificáveis os movimentos do corpo durante os treinos. Os relógios GPS são programados para certas metas, mas também quantificam os dados a partir de certas convenções numéricas e certas métricas. O que seria um bom índice, o que seria uma boa velocidade, o que seria uma boa relação entre tempo e distância percorrida, por exemplo, resulta de dados estatísticos, de informações geradas sistematicamente quando os corpos correm.

A quantificação é vista, assim, como capaz de traduzir uma série de estados do corpo, “lida” em hemogramas, em mensurações

de pressão arterial, de pulsações do coração, etc. A tais números (do funcionamento orgânico ao desempenho esportivo) são validados por uma série de órgãos e/ou instituições que atestam o que seria saudável, o que seria eficiência, o que seria bom desempenho, o que seria boa forma. Operações de inclusão – dos corpos nessas escalas valorizadas hierarquicamente – implicam também operações de exclusão de uma multidão de outros corpos, aos quais se aplicam correções, tratamentos, e sobre os quais se estabelecem juízos de valor (corpos fracos de sujeitos sem fibra moral, sem persistência, sem força de vontade, sem desejo de superação).

Veiga-Neto (2000) afirma que a estatística emerge, junto a outros saberes como a economia, a demografia, a saúde pública, por exemplo, no raiar da modernidade, e entra no jogo do governo que gradativamente se desloca do indivíduo para a população.

Esses novos saberes foram cruciais para o bom governo do Estado. E falar em bom governo do Estado implica falar em uma economia de governo, graças à qual se possa obter os maiores resultados a partir dos mínimos esforços, tudo isso entendido tanto em termos estritos —mone-tários e financeiros—, seja em termos amplos —de tempo, de afetos, prazer e felicidade (VEIGA-NETO, 2000, p. 281).

Nos alentados estudos realizados por Michel Foucault, o saber estatístico é associado às artes de governar, e, assim, dizem respeito aos conhecimentos, aos regimes de verdade e aos jogos de força em um dado tempo e espaço. O saber estatístico oportuniza que sejam organizados conjuntos de dados – sobre natalidade, mortalidade, estimativa de vida, índices de desenvolvimento, por exemplo – que materializam as políticas da vida. Nos termos do autor, “Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família” (FOUCAULT, 2011, p. 281).

As quantificações compõem uma “linguagem” que se naturaliza como sendo a expressão do real, um ponto de vista objetivo sobre sujeitos, acontecimentos, estado geral de uma população, por exemplo. Conforme Foucault (2011, p. 12),

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade”: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Também nos estudos feitos por Senra (2005), ele salienta que a população se torna o alvo do Estado, sendo a estatística o mais importante instrumento racional de governar.

Assim, das notações e das operações aritméticas, passa-se, ao longo dos Séculos XVII e XVIII, entrando pelos Séculos XIX e XX, no avanço das ciências, às notações e às operações matemáticas. Pouco a pouco, vai-se superando a dimensão do concreto, vai-se fixando a abstração, passando-se à previsão; melhor dizendo, percebe-se e apreende-se o provável, numa marcha inexorável de progresso. Expressão derradeira da abstração, chega-se à função, à equação, à fórmula, e se torna de papel o mundo, e sobre o papel em que é posto o mundo, se o pensa e se o refaz. (SENRA, 2005, p. 32).

A quantificação é “um sedutor efeito como se contra ele não se tivesse argumentos” (ROSE, 1991, p. 691) e, assim, ela nos oferece um tipo de inteligibilidade do mundo, compõe categorias conceituais e maneiras de ver, expressar, julgar e dominar o corpo e seu desempenho. Nesta linha, Popkewitz e Lindblad (2001) discutem estatísticas nacionais e internacionais como campos de produção de subjetividades que operam sobre uma gama de escolhas dos indivíduos. Para eles, ao tornar o mundo inteligível e calculável para intervenções políticas e sociais, torna-se possível a realização de intervenções

sobre as vidas das pessoas, bem como sobre as condições a partir das quais cada um imagina ser um tipo de pessoa.

Estatísticas produzem classificações e fabricam categorias de pessoas – e, no contexto que diz respeito a este estudo, categorias como “ativo” e “sedentário” ou como “atleta” e “atleta amador” modulam condutas. Pode-se afirmar que o conhecimento estatístico é uma invenção cultural, no sentido de que se produz no âmbito da cultura e estabelece categorias que não são absolutas, fixas ou naturais. Nossas biografias são fortemente marcadas por estas categorias que se sustentam em numeralizações (o que somos, o que pensamos que somos, o que pensamos que podemos ser inscrevem-se também nas qualificações e nas comparações entre números).

Entendemos, assim, que dados numéricos estão propagados no cotidiano, definem muitas das tarefas rotineiras, inscrevem-nos como sujeitos, por exemplo, nos números de registro de identidade, nos códigos de pessoa física e jurídica (existimos, objetivamente, no plano jurídico, porque estamos marcados nos números de nossos documentos). Temos peso, altura, índice de gordura corporal, tamanho do pé, do manequim, do colarinho, do sutiã, da circunferência de abdômen (e algumas destas métricas são tomadas como indicadores de boa forma e de boa saúde). Possuímos códigos e senhas que nos permitem acesso a plataformas *on-line*, portamos endereços residenciais com numeração de nossas casas, apartamentos, ruas etc. O número de telefone, a conta bancária, os boletos a serem pagos, as prestações vincendas, tudo isso se expressa por números que aprendemos a ler e interpretar nos termos de nossas culturas e de nossos contextos. Os números também estão associados aos cuidados do corpo: controlamos calorias ingeridas, verificamos o índice glicêmico dos alimentos, a quantidade de sódio, a porcentagem de aminoácidos e proteínas; verificamos nossos corpos frente aos índices de normalidade e aos indicadores traduzidos numericamente por exames laboratoriais, eletrocardiogramas, esteiras e equipamentos de treino.

O corpo é constituído por esse emaranhado de números, é, portanto, corpo mensurável em muitas dimensões. Nesta pesquisa, analisamos o produtivo encontro entre corpos que correm e um objeto de controle do movimento, o relógio GPS, que possibilita uma leitura de desempenho instantânea e autônoma por parte do atleta amador que gera dados, mas também reúne, arquiva, compara, estabelece relações com os dados de outros. O relógio – e a leitura dos dados por ele produzidos – permite a administração e intensificação do treino, o estabelecimento de metas e de parâmetros comparativos de desempenho entre pessoas. Os números produzidos pelo relógio GPS traduzem, de certo modo o empenho e a força de vontade de quem se prepara para correr maratona, e muitos resultados de treinos são exibidos no *Instagram* – na forma de métricas, gráficos e estatísticas, sendo esta uma estratégia recorrente que pode estar vinculada ao desejo, da parte do atleta amador, de validação de resultados e de reconhecimento de algo que opera de modo muito mais discreto e silencioso ao longo dos treinos, e muito mais explícito e espetacularizado na prova de maratona. Nas seções seguintes, desdubro essa questão e busco entender como ela se expressa nos dados empíricos da pesquisa.

A quantificação da vida se intensifica na era digital. Contudo, os números não funcionam, por si mesmos, como narrativa. Os processos de narrar os corpos, seus desempenhos, seus sinais, suas condições, seus potenciais, seus limites, ou mesmo as previsões de estados futuros demanda uma leitura informada ou especializada. Os relógios GPS, geram dados por meio de números e estes dados são legíveis na forma de estatísticas, gráficos, planos, mapas, etc. Ao serem interpretados eles compõem uma história sobre cada corpo e sobre o desempenho deste ao longo de um tempo.

A análise dos dados gerados na pesquisa, relativos aos seis atletas amadores que dela participaram, mostrou que há uma dedicação diária destes a diferentes modalidades esportivas – corrida, natação, *crossfit*, musculação – e todas elas são vinculadas

ao condicionamento e tonificação do corpo. Além da ocorrência diária, observamos que, em média, há dois momentos diários dedicados à prática esportiva, combinando atividades distintas. Entendemos que os cálculos de tempo dedicado, feitos pelos atletas amadores, dizem muito sobre o lugar que ocupa a prática esportiva e sua relevância para os participantes da pesquisa e informa, também, sobre a força da quantificação como forma de mensurar dedicação e esforço do corpo na constância do treino. Sobre este aspecto, com base nos dados fornecidos nas entrevistas e conversas, sintetizamos as rotinas semanais de cada atleta: V.S. realiza 6 horas de *crossfit* e 5 horas e meia de corrida ao longo da semana, dedicando entre uma e duas hora diárias ao longo da semana; N.G. pratica seis horas de natação, cinco horas de corrida e três de musculação semanalmente; D.S. pratica natação 1h30 min e corre 9 horas semanais; T.T faz corrida por 3 horas e natação por 8 horas semanais, e em geral associa as duas modalidades de treino a cada dia; G.S. realiza 7 horas de corrida semanais; R.F. faz musculação e natação um hora semanal cada e corre quatro horas por semana.

No conjunto, os dados permitem ver que há uma dedicação diária a diferentes modalidades esportivas – corrida, natação, *crossfit*, musculação – e todas elas são vinculadas ao condicionamento e tonificação do corpo. O final de semana marca, nas rotinas de todos os participantes, desaceleração do ritmo de trabalho e intensificação das atividades físicas. Todos eles têm rotinas laborais intensas, em diferentes profissões, aspecto que distingue atletas amadores de profissionais. Encaixar o treino na rotina diária é um desafio, conforme informam nas entrevistas, mas o treino é valorizado e ocupa um importante lugar (traduzido, aqui, em quantidade de tempo e regularidade).

Conforme Vigarello (2009), treinar é uma tarefa que se realiza no ato de dividir o tempo em fragmentos. Assim práticas de aperfeiçoamento esportivo se instituem basicamente por repetições de fragmentos de tempo, durante determinado período; elas estão

implicadas tanto no empenho dos corpos, quanto no uso do tempo. O desafio assumido por um atleta amador parece ser o de romper limites do corpo e também do tempo, pois treinar requer reordenar o tempo de um dia, de uma semana, de um mês, de um ano, de modo a comportar nele a repetição necessária para expandir as possibilidades do corpo, aumentar sua força, tornar mais precisa a execução do movimento. A dosagem (ou a boa gestão do tempo) é que pode assegurar que o treinamento seja rotineiro e que não seja “encolhido” pelas demandas laborais, familiares e pelas urgências do dia a dia.

Este aspecto nos remete às discussões feitas por Crary (2016) quando problematiza a ideia de libertação dos vínculos temporais, a tentativa de decretar o fim do sono e de instituir disponibilidade absoluta, traduzida e sintetizada na expressão numérica “24/7”. Diminuir horas de sono, acordar mais cedo para treinar é uma das soluções encontradas pelos participantes da pesquisa para assegurar tempo de treino. A outra é encaixar a atividade no intervalo de almoço – três dos seis atletas amadores participantes da pesquisa treinam no horário das 12 às 13h. Considerando que somos corpos inseridos na lógica de gestão do tempo enquanto “tempo produtivo”, dormir ou descansar parecem ser sinônimos de tempo ocioso, a ser ocupado (CRARY, 2016).

Longe de pretender narrar uma história dos sentidos do tempo, o que desejamos é colocar em destaque uma característica mensurável contida na relação corpo/tempo, que se estabelece e se refina em nossos dias. De acordo com Harvey (1992), o tempo e o espaço são categorias conceituais e culturais variáveis e dizem respeito a formas de ver e experiências individuais e coletivas, que ele chama de “trilhas de vida no tempo-espaço”. Essas trilhas, são constituídas pelas biografias individuais e são configuradas primeiramente pela repetição das tarefas cotidianas – por exemplo, os percursos até o trabalho ou a escola, os vínculos com lugares, o tempo que se dedica a cada coisa. O autor também afirma que a otimização do tempo é uma invenção da modernidade e passa a ser assumida

como uma questão (ou como um problema), no começo do século XX, em paralelo aos sistemas industriais e rotinas de trabalho. O tempo, tal como o entendemos, é uma invenção moderna alinhada com o controle do espaço e voltada, sobretudo, ao propósito de tornar as tarefas cotidianas fracionadas e possíveis de serem executadas em simultâneo, bem como de serem controladas, medidas e, portanto, otimizadas.

As ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência, mediante a qual aprendemos quem ou o que somos na sociedade. E ainda mais, quem define as práticas materiais, as formas e os sentidos do dinheiro, do tempo ou do espaço fixa certas regras básicas do jogo social (HARVEY, 1992, p. 207).

Assim, se as finanças têm sentido e função dependente do tempo e do espaço, as formas de conversão de tempo em dinheiro se ampliam, de modo a assegurar mais alta rentabilidade de capital investido. Os modos de utilizar o tempo são atravessados pela lógica mercantil e pelo entendimento de que “quanto mais rápida a recuperação do capital posto em circulação, tanto maior o lucro obtido” (HARVEY, 1992, p. 209). A aceleração do ritmo da vida responde a essa premissa.

O caráter cronológico e sucessivo do tempo, constituído em meio ao projeto moderno, é gradativamente convertido em instantaneidade, conforme Virilio (1999, p. 115), uma vez que “as tecnologias promovem a superexposição não apenas de toda a atividade, tornando-a interativa, mas igualmente de toda a verdade e de toda a realidade histórica”. Um tempo que se expressa em realidade virtual (um tempo luz sob o qual se dissolvem as relações tempo-matéria) altera nossas maneiras de conceber, organizar e viver a duração do tempo, que, então, transcorre numa espécie de presente contínuo, explica o autor. Para ele, nas atuais circunstâncias ocorre uma superexposição e uma concorrência de toda a atividade humana - individual e coletiva. Organizar a vida implica inserir-se num presente contínuo,

sem planos de futuro, sem apegos ao passado, implica assumir tarefas sobrepostas, não ordenadas cronologicamente, todas urgentes e a serem executadas agora.

Crary (2016) explica que, no modelo de globalização neoliberal contemporâneo, os tempos não apenas se aceleram como são também capturados quase completamente para o trabalho. A expressão "24/7" é utilizada para explicar as tessituras rítmicas da vida humana incorporadas a uma racionalidade produtiva.

O tempo 24/7 é um tempo de indiferença, ao qual a fragilidade da vida humana é cada vez mais inadequada, e onde o sono não é necessário nem inevitável. Em relação com trabalho, torna plausível, até normal, a ideia do trabalho sem pausa, sem limites. É um tempo alinhado com as coisas inanimadas, inertes ou atemporais. (CRARY, 2016, p. 19).

Para o autor, o declínio das relações de longo prazo no trabalho e a precarização das atuais condições de vida possibilitam que 24 horas por dia e 7 dias por semana sejam disponibilizados como "tempo útil" para o trabalho e para o consumo. Dissolvem-se, ainda conforme o autor, as fronteiras entre tempo liberado e tempo laboral, de realização de tarefas ligadas à vida profissional. Tais relações inauguram uma nova demanda ou um novo imperativo: a constituição de sujeitos com temporalidades do tipo 24/7. Podemos recordar, sem grande esforço, alguns *slogans* publicitários de nossos dias que propagam a ideia de libertação dos vínculos temporais e estes constituem, mais do que tudo, uma disposição para estarmos vigilantes e disponíveis todo o tempo.

O fragmento da entrevista de uma das participantes nos ajuda a pensar sentidos e as negociações em torno do tempo:

Ano passado eu estava sem muita pretensão, sem poder treinar, estava bem tumultuada minha vida, tenho uma rotina super fechadinha, sem tempo pra quase nada. Fico das 7h da manhã até as 9h da noite trabalhando aqui na

academia, casa e filho...treinando no intervalo do almoço, aquela loucura. Aí fui pra maratona sem pretensão. (Atleta amadora D.S., entrevista realizada em 2018)

Na citação em destaque, a atleta D.S. está justificando seu desempenho (que para ela não foi expressão de sua máxima potencialidade) em uma prova de maratona. Ela relata que o treino teve que disputar espaço com o trabalho e o cuidado da família. Ela – como a maioria dos atletas amadores – encaixa o treinamento esportivo no tempo do dia, da rotina profissional, pessoal, etc. Assim procedendo, muitas vezes a atleta chega para os treinos cansada, atrasada ou mesmo com sono. No recorte a seguir, a atleta D.S. expõe parte destes desconfortos:

Chegou um momento que comecei a perder o tesão de competir e de participar de tantas corridas, até porque meu trabalho exige muito de mim. Hoje corro quando dá, mas ainda mantenho um volume considerado alto. Dificilmente faço menos de 60km por semana, mas, se comparar ao que eu fazia na época de disputa de maratona, por exemplo, corria praticamente o dobro. (Atleta amadora D.S., entrevista realizada em 2018)

Reconhecemos, no recorte anterior, marcas de uma moral a partir da qual a atleta vê a si mesma, julga sua conduta, avalia suas escolhas e, em certa medida, se sente culpada ou responsável por não correr o bastante, por não organizar o tempo de modo a comportar mais treinos (relembro que, na quantificação de seus tempos, exposta em quadro anterior, a atleta D se exercita mais de 10 horas por semana, o que está longe de ser pouco expressivo).

Le Breton (2009) afirma que as informações - de base comparativa - esvaziam os sentidos das coisas, suas nuances e expressões particulares. A quantificação produz e promove categorias de sujeitos (aqui, poderia pensar em categorias que distinguem os que treinam muito, os que treinam o básico, os que não treinam, com nomenclaturas como atletas heroicos, bons atletas, atletas em dívida,

atletas medíocres). A quantificação produz efeitos ao permitir “mensurar” o tempo que um plano requer, e o tempo que ele tem. Assim, ela opera, também, como parte de uma tecnologia de autoanálise e autorreflexão.

SELF-TRACKING E QUANTIFICAÇÕES DE SI

Ao discorrer sobre o uso de tecnologias digitais para mensurar e aprimorar elementos do corpo e da vida, Lupton (2016) emprega o termo “*self-tracking*”, que poderia ser traduzido livremente como “auto-rastreamento”. Além desse termo, outros têm sido empregados na caracterização de práticas de monitoramento das vidas, corpos e comportamentos cotidianos: *Quantified Self* – autoquantificação (CALZAVARA, 2019), registro pessoal (ABROIT *et al.*, 2019), informática pessoal (COLCHER, 2008), são alguns exemplos. O registro de dados com o propósito de aprimoramento pode se dar por meio de dispositivos habilitados para “ler sinais”, compostos de sensores, câmeras, e outros mecanismos computadorizadas e automatizadas que realizam a coleta de informações pessoais durante um dado intervalo de tempo. No caso desta pesquisa, o relógio GPS é este equipamento que, vinculado ao corpo e a um aplicativo de celular, possibilita leituras de dados produzidos por atletas, quando estes executam movimentos, treinamentos, corridas.

Lupton (2016) afirma que o rastreamento e análise de aspectos do próprio corpo não são uma prática recente. Há registros de métricas corporais destinadas à autorreflexão e aprimoramento do corpo e da mente em diferentes tempos e culturas. Contudo, as tecnologias digitais, em desenvolvimento nos últimos anos, potencializaram o rastreamento, sistematização e análise de informações sobre nossos corpos, e, no caso dos relógios GPS, há a possibilidade de controle autônomo da prática esportiva – o próprio indivíduo, através de um

aparelho, pode observar e controlar seus dados, organizar rotinas, interpretar resultados sem demandar, necessariamente a presença de especialistas. Lupton (2016) argumenta que práticas, significados, discursos e tecnologias associadas ao rastreamento dos corpos são criações sociais, culturais e políticas e estão vinculadas a certas condições históricas, nas quais se conjugam interesses individuais e mercantis. Há, na atualidade, discursos, sistemas de pensamento que contribuem para que se propaguem práticas e tecnologias digitais de auto rastreamento, o que vem ampliando consideravelmente o conjunto de dados disponíveis em rede, e estes, por sua vez, inventariam, adensam e modulam as métricas e índices que mensuram o corpo e a conduta humana nas mais variadas circunstâncias.

Alguns sujeitos que utilizam equipamentos rastreadores simplesmente coletam informações sobre si e para si mesmos, como uma maneira de lembrar e registrar aspectos de suas vidas ou de satisfazer sua curiosidade sobre a mecânica corporal. Outros, entretanto, procuram dar sentido às informações e as utilizam para definir padrões para melhorar saúde, aptidão física, bem-estar, produtividade no trabalho. Seja como for, esses equipamentos entram e realizam leituras de âmbitos da vida privada, com uso restrito ou extensivo dos dados, e podem abarcar uma ou muitas dimensões da vida tornando-as mensuráveis. E eles estão fortemente vinculados a um sentido de autocontrole, envolvendo práticas nas quais as pessoas, de maneira consciente e proposital, definem para si certas metas e aderem a determinadas condutas. Nesse sentido, esses equipamentos de auto rastreamento são pedagógicos, neles operam também tecnologias de produção de tipos de pessoas, mediante procedimentos ópticos, descritivos, analíticos, voltados para uma “boa” gestão de si.

Este conjunto de argumentos colabora para a discussão acerca da produção de um “eu quantificado” (LUPTON, 2016) que envolve práticas de auto rastreamento. O adjetivo “quantificado” diz respeito ao uso de números como um meio de monitorar e medir elementos da vida cotidiana e da constituição de si. Na era dos dispositivos

móveis digitais, a quantificação do eu se propaga e é favorecida – e há incontáveis dispositivos voltados para a quantificação de si e para o conhecimento de si por meio de números. Alguns desses equipamentos são alimentados com dados fornecidos pelo usuário, a exemplo de aplicativos de hidratação e os de controle de peso, nos quais inserimos informações, prestamos contas da realização de pequenas ações programadas para, posteriormente, analisar dados no conjunto e mensurar o caminho para a obtenção de resultados em curto, médio, longo prazo. E há os equipamentos de auto rastreamento, de que fala Lupton (2016), que geram dados autonomamente, quando conectados ao usuário – é o caso do relógio GPS utilizado pelos atletas amadores que participaram desta pesquisa. Atentos à prática de registrar, personalizar, analisar e quantificar informações pessoais sobre o desempenho corporal na corrida, por meio de um relógio GPS, os atletas quantificam a si mesmos. A atleta D.S., por exemplo, afirma:

Em treinos longos, costumo olhar o relógio em média a cada quilômetro para ter controle de que meu corpo irá suportar a distância, os números dizem sobre meus limites. Nos treinos mais curtos, verifico o relógio com menos frequência, porque aí estou correndo com 100% da minha capacidade ((Atleta amadora D.S., entrevista realizada em 2018).

Na entrevista, a atleta amadora conta que, em certa ocasião, sentiu-se desorientada quando esqueceu de levar o relógio para uma prova de corrida de rua e, na falta do equipamento de auto rastreamento, precisou correr perto de uma pessoa que ele já conhecia (e que acompanhava o desempenho por meio do aplicativo) para manter um ritmo de prova desejado – semelhante ao do outro atleta. É como se ela soubesse reconhecer, por meio do esforço físico e da sua capacidade, como está seu desempenho, mas, quando desprovido do relógio, se põe a duvidar dos sinais emitidos pelo seu corpo. Os dados quantitativos produzidos pelo relógio parecem ser entendidos como mais “objetivos”, mais facilmente verificáveis e, assim,

mais confiáveis do que o ato de respirar, os sinais vitais e os sintomas de exaustão experimentados pelo corpo.

O atleta T.T. também falou sobre o uso do relógio e afirmou, na entrevista, que utiliza o relógio GPS em todos os treinos, mas tenta olhar o menos possível para o equipamento, de modo a não ficar demasiadamente preocupado, ou seja, monitora o ritmo de vez em quando, de modo a seguir o treino previsto. Se olhar para o relógio gera preocupação, isso parece indicar que o relógio tem efeitos – ele está ali para indicar se o desempenho está dentro do previsto, se o tempo e se o ritmo estão sendo mantidos. O atleta amador informou, ainda, que quando deseja “correr por diversão”, deixa em casa o relógio e segue o ritmo do corpo no momento.

A atleta D.S., que corre há muito tempo, antes mesmo da popularização dos relógios GPS, diz que corria tendo como forma de controle a sensação de esforço físico e de exaustão. Ela encontrava, então, no próprio corpo, a medida do desempenho. Porém, desde que faz uso do relógio GPS, diz que verifica o ritmo em média a cada dois ou três quilômetros em treinos longos e a cada quilômetro em treinos de ritmo mais intenso. Na entrevista, ela conta que já aconteceu de esquecer de levar o relógio em uma prova de corrida, e que, neste caso, se viu algumas vezes “olhando para os pelinhos do braço” buscando encontrar o amparo no equipamento de controle usual.

O atleta R.F conta, na entrevista, que correu por muitos anos sem fazer uso de relógio GPS e, naquele contexto, o controle da distância e do ritmo na corrida era feito através da escolha de percursos que já conhecia e, também, levando em conta sua experiência acumulada em anos de treino. O corpo, o percurso, a experiência eram seus parâmetros para aferir a performance do corpo. Ainda assim, antes de adotar o GPS, afirma que utilizava um equipamento de controle do tempo: um relógio cronômetro. Fazendo o uso do relógio GPS, ele diz verificar seu relógio a cada quilômetro para se certificar que o ritmo está adequado ao plano ou se precisa corrigi-lo para

alcançar o propósito traçado para um treino. A atleta V.S também afirma que confere o relógio a cada quilômetro e, quando está muito cansada, costuma olhar mais vezes. Ela diz gostar de correr esporadicamente sem relógio, quando não quer se preocupar nem com quilometragem, nem com ritmo.

Trazemos, a seguir, um recorte mais longo da entrevista com a atleta N.G, no qual ela conta como aderiu ao uso do relógio GPS em sua rotina de treinamento:

Quanto ao GPS, fiquei um ano correndo na assessoria esportiva só com um cronômetro meia-boca que eu tinha comprado pela internet. Quando entrei no grupo, nem sabia o que era xxxxx (marca de relógio GPS), pace e o diabo a quatro. Hehe! Aí, depois de um ano, fazendo provas só com o cronômetro (e passando vergonha, porque todo mundo usava), tendo que correr ao lado de alguém para cuidar o pace (pois o treinador mandava as planilhas sempre com os ritmos), eu tive que me render e comprar o tal do xxxxx. Comprei em 2014. Escolhi o mais simples, com menos funções possíveis. Até então, isso não me fazia a menor falta. Não tinha por que gastar com isso. Bom, daí é ladeira abaixo. Hoje, dificilmente eu corro sem o xxxxx, olho pro relógio a cada bipe de 1 quilômetro, porque dá para ver em quanto de ritmo fechou o quilômetro, se não mais cedo ainda. Tem o seu lado bom e o seu lado ruim. Eu admito que virei escrava do xxxxx. Sinto-me praticamente nua sem ele quando estou correndo (hahaha, Deus). Embora seja raro, eu já corri, sim, sem o xxxxx, mas nem me recordo quando foi a última vez. É uma sensação estranha. Talvez, até corresse melhor, mais despreocupada com questão de ritmo, e me cobrando menos, mas se não for por obrigação, eu não deixo de usá-lo (Atleta amadora N.G., entrevista realizada em 2018).

Em uma postagem feita no *Instagram*, a mesma atleta registrou uma *selfie* em que aparece com roupas de corrida, após um treino, com o seguinte texto: “foi no feeling pq esquecemos o GPS [...] tô muito desapegada”. No momento em que ela compartilhou

essa imagem, estava se recuperando de uma lesão e, talvez por isso, estava “desapegada.” Contudo, o próprio emprego do termo leva a pensar que o relógio é, para ela, um apego e que tem sido utilizado para correr com regularidade.

Tomando esse conjunto de dados produzidos em entrevistas e postagens dos atletas amadores, podemos relacionar o uso do Relógio GPS com aspectos indicados por Lupton (2016) sobre equipamentos de auto rastreamento. O primeiro aspecto diz respeito ao uso rotineiro do relógio em práticas de corrida (treinos e provas de maratona), o que adquire sentido na busca de maior controle sobre o treino, ou, pelo menos, o sentimento de estar “no controle”. O segundo aspecto é relativo ao uso do equipamento como forma de controle de si (autocontrole), na medida em que o constante olhar para o que ele indica, ao longo de um treino, poderia permitir corrigir a rota e o ritmo, por exemplo, o que mostra como ele é empregado com propósitos de aprimoramento. Por outro lado, alguns atletas associam o relógio GPS ao sentimento de preocupação, que pode indicar que o controle passa a ser feito pelo aparelho, e o atleta a ele se dobra, esforçando-se ao máximo para corresponder ao plano que na tela se materializa (como estímulo ou como força que oprime).

A ausência do equipamento é descrita certo sentido de privação – de orientação, de controle, de referências para mensurar o ritmo do corpo (referências que anteriormente eram derivadas da observação do próprio corpo que gradativamente foram automatizadas). Ao que parece, equipamentos de auto rastreamento constituem novos modos de fazer a gestão de si, com base em parâmetros quantificados pelo aparelho e monitorados pelo olhar do atleta, quilômetro a quilômetro.

Interessante destacar que se promove certo sentido de engajamento grupal feito pelo uso (ou não) desse equipamento de monitoramento. Retomamos a postagem da atleta N. G., que associa o uso do relógio a processos de inclusão/exclusão. Ela afirma,

por exemplo, que sem ele estava “passando vergonha, porque todo mundo usava”. Ao que parece, os relógios GPS são responsáveis pelo monitoramento dos parâmetros estipulados e almejados para cada atleta – por ela mesma, pelo grupo, pelo treinador. Ela afirma que, sem o equipamento, “tinha que correr ao lado de alguém para cuidar o pace, pois o treinador mandava as planilhas sempre com os ritmos”. E, mais adiante, ela comenta sobre um possível modo de correr melhor e menos preocupada se não fizesse uso do relógio, mas retoma a centralidade do equipamento no automonitoramento. Ela ironiza “daí é ladeira abaixo [...] Eu admito que virei escrava do GPS. Sinto-me praticamente nua sem ele quando estou correndo”. Esse confessar-se aderida à tecnologia produz um sentido de corpo performer, com o qual o relógio está implicado.

Alguns dos dados apresentados anteriormente permitem pensar como esse equipamento de automonitoramento ensina a ler o corpo e a reconhecer suas potencialidades com base em quantificações. Como exemplo, retomamos a afirmação do atleta G. S, quando diz que em provas longas os números do relógio indicam qual sua capacidade e que, em provas curtas, corre com 100% de sua capacidade. Também este atleta fala da falta do relógio em uma maratona, que o forçou a “se ligar” a um outro atleta para poder marcar seu ritmo, aspecto que reafirma a centralidade deste objeto de controle ou, talvez, do deslocamento do controle – do corpo para o equipamento.

Analisamos uma postagem feita pela atleta amadora N.G., em seu perfil no *Instagram*: na imagem, o relógio GPS está no foco principal, acoplado ao braço da atleta. Podemos ver, em imagem desfocada, outras partes de seu corpo, o que reforça o sentido de que os dados observáveis, quantificados no relógio seriam mais relevantes para a gestão de si do que o próprio corpo. Os dados expostos na tela do relógio indicam que ela correu 12km em 53min01s, num ritmo médio de 4min25s por quilômetro percorrido. Um texto sobreposto à imagem informa que a atleta saiu sem vontade de correr,

mas superou a si mesma. Ela escreve orgulhosa: “*com um treino desses?! São, sobretudo, os dados numéricos que possibilitam compreender o sentido dessa afirmação. A expressão “um treino desses” diz respeito à intensidade, traduzida em números, dados “objetivos” do desempenho do corpo que valeriam mais do que mil palavras. Para quem faz uso do equipamento, os números comunicam, eles traduzem a qualidade do treino.*

Analisamos também uma postagem feita pelo atleta G.S. em seu perfil no *Instagram*, logo após o atleta concluir uma maratona internacional, no ano de 2018. Junto a uma imagem em que ele aparece comemorando a finalização da prova, encontra-se o seguinte texto: “hoje a emoção falou mais alto! 2:43:08 - 3’50”/km. Recorde pessoal na Maratona Internacional de Porto Alegre 2018”. A comemoração de seu aprimoramento é atestada em números, e faz sentido para outros que, como ele, conhecem as métricas de desempenho em uma prova de maratona.

Mas vale ressaltar que, em certos momentos, o relógio GPS pode ser dispensado, conforme indicado nos recortes empíricos anteriores. Os atletas afirmam que “dispensam” o relógio quando saem sem pretender aprimorar o corpo, quando correm sem preocupações além do próprio desejo de correr, quando correm “por diversão”. Mesmo que o esporte da vida de um atleta amador seja uma escolha, quando passa a fazer parte de um regime de treinamento, entra na ordem do cálculo e de certa obrigação auto impingida, sendo que o relógio demonstra, registra e valida a execução da prática, tal como bater ponto eletrônico, ao entrar e a sair do trabalho. Correr sem relógio parecer ser um exercício para si, sem compromissos quantificáveis e sem comprometimento de desempenhos e índices já obtidos (que devem ser crescentes). Assim, posso pensar que mesmo as referências feitas à suspensão voluntária no uso do equipamento reiteram seu potencial na luta por aprimoramento.

Com os recursos dos relógios GPS, um atleta visualiza, na tela do principal do aplicativo em seu celular, um resumo das melhores marcas já realizadas por ele, a maior distância, a maior quilometragem realizada em uma semana e também em um mês, além de poder observar todos os treinos individualmente quando se acessa as atividades realizadas. Ele também pode comparar seus dados com os de outras pessoas que possuem a mesma marca de relógio e que disponibilizam em rede esse tipo de informação. Pode, ainda, criar desafios com uma ou mais pessoas – relacionados a indicadores como distância percorrida, tempo e duração (uma dia, uma semana, um mês) de treino. Assim, ele faz a gestão de si frente à conduta de outros atletas amadores.

Sobre este aspecto, os participantes desta pesquisa afirmam, em entrevista, que se importam com o rendimento alheio, seja como uma espécie de incentivo pessoal, seja como parâmetro de desempenho a ser ultrapassado ou acompanhado, admiração ou meta a ser alcançada. Nesse sentido, os compartilhamentos também tem relação com a espetacularização de si, e deste “eu quantificado”. O atleta D.S., por exemplo, diz que compara o tempo todo seu desempenho com o de outros atletas e que verifica os treinos daqueles com os quais compartilha dados nas redes sociais. Ele explica que costuma acompanhar o desempenho de outros atletas pois “é sempre bom termos parâmetros de performance para relativizar nosso desempenho”. O atleta T.T. menciona que acompanha, em tempo real, os treinos de amigos e que, ao acessar as mídias, faz cálculos de ritmos de pessoas que postam seus treinos, de modo a localizar sua própria performance em uma escala relacional. A atleta N.G. justifica a comparação com outros atletas afirmando que ela funciona como uma espécie de incentivo:

Eu, particularmente, gosto de ver os treinos das outras pessoas...ainda mais quando correm mais forte do que eu. Eu me sinto motivada a melhorar conforme percebo que as outras pessoas também evoluem como atletas.

É lógico que me comparo com os demais; como por exemplo: “Ah, hoje corri melhor do que fulano ou pior do que ciclano”. O ser humano é assim por essência, por natureza. Temos essa mania de sempre nos comparar. Só acho que isso não pode ser usado para o mal e sim, a nosso favor (Atleta amadora N.G., entrevista realizada em 2018).

Com base nos argumentos dos atletas amadores, pensamos que as comparações entre performances quantificadas por meio do relógio GPS são uma estratégia de automonitoramento que toma como parâmetro o quantificável no aprimoramento de outros. Estamos falando, então, de um tipo de produção de um eu quantificado que toma para si a responsabilidade de realizar o monitoramento das próprias condutas e que as mensura frente às condutas de outros. No fragmento a seguir, da entrevista com o atleta T.T, percebemos uma firme articulação entre quantificação e controle de si.

Minha métrica no esporte são os meus números, os melhores tempos da minha vida, que tenho controle deles e tenho fazer melhor. Profissionalmente avalio meus ganhos anuais, meus índices de liquidez (relação entre patrimônio e dinheiro), percentual de despesas fixas em relação a receita. Uso os números como referências e métricas para avaliação (Atleta amador T.T, entrevista realizada em 2019).

O desejo de performar e de exibir números de um desempenho exemplar pode também expor o atleta amador a riscos. Nesse sentido, R.F conta:

ano passado tentei correr a prova abaixo de três horas e passei muito mal na prova e no pós prova. Esse ano eu estou melhor treinando que no ano passado e quero terminar num tempo semelhante, mas em condições melhores fisicamente. (Atleta amador R.F, entrevista realizada em 2019).

Os cálculos são empregados para definir estratégias e, nesse sentido, para gerir a vida. É bastante comum corredores buscarem melhorar seu desempenho e fechar o percurso da maratona em

menos de três horas. E os treinos vão definindo percursos menores baseados num cálculo de tempo padrão correr 10km em menos de 40 minutos; correr 21 km em menos de 1 hora e 27 minutos. No excerto abaixo, o atleta R fala de certo “número mágico” a ser alcançado:

Quando eu comecei a correr tinha um número mágico: 4’/km e tenho esse sonho de correr uma maratona abaixo de 2h50. Percebo que estou melhor treinado pelo tempo que me recupero entre os treinos e o ritmo que faço por km com menos sofrimento...a frequência cardíaca fica mais baixa também. Corri uma prova de 21k semanas antes da maratona e o ritmo que fiz me deu confiança para os 42km. Um treino de 25km com ritmo abaixo de 4’15”/km com facilidade, sabia que iria longe. (Atleta amador R.F., entrevista realizada em 2019).

O “número mágico” – quatro minutos para percorrer um quilômetro – é para o atleta um traço definidor, uma marca que consagra a possibilidade de finalização da maratona em tempo desejado. Nesse sentido, a possibilidade de quantificação estabelece parâmetros de pertinência dos objetivos e pode atestar a capacidade física do atleta e seu preparo para enfrentar uma prova de longa distância. Os registros numéricos do corpo no ato de correr, assim como os registros de treinos no aplicativo, integram tecnologias de produção de um eu que se molda ao uso de equipamentos tecnológicos, sob a promessa de dispor de uma leitura objetiva do desempenho. Para Le Breton (2007), na cultura de nosso tempo existe um descrédito sobre a materialidade do corpo, uma acentuada ênfase às falhas e à precariedade desta organicidade que se acomoda, declina, enfraquece, envelhece progressivamente. Para o autor, a falta de confiança no corpo encoraja o indivíduo a tentar driblar seus limites, buscando alternativas que se encontram ao extremo da matéria orgânica. Um corpo supranumerário seria aquele que não se conforma somente à materialidade da carne, é um corpo que vaza. Pensamos que os corpos dos atletas amadores são supranumerários, expandem-se em números, realizam-se por meio de métricas. E tais números servem para corrigir essa suposta matéria imperfeita que é o corpo.

O monitoramento numérico e o auto rastreamento são estratégias para aferir desempenhos gerar confiança, uma vez que, ao sabor da organicidade, o futuro é imperfeito.

Mas, também esses laços de confiança tecnológica, algumas vezes, deslizam. A atleta amadora D.S. admite que observa os registros de outros atletas, mas ela diz que há muito tempo não compara seus dados com os dos outros. Posicionando-se maneira crítica, ela diz o seguinte:

Acho isso um vício maldito. Somos pessoas únicas, com vidas, frustrações, históricos, desejos, biotipos e cabeças distintas. Pra que se comparar? Tudo que fiz na vida foi com base no que sei fazer, tentando dar meu máximo. E é isso que me serve. Acredito que, como sou da era pré-histórica digital, cresci admirando pessoas ao vivo, nas corridas, conversando com atletas mais experientes... Acredito que as redes sociais vieram para acrescentar muito, diminuíram fronteiras, agilizaram comunicação...mas criaram, ao mesmo tempo, uma legião de frustrados, que passam mais tempo buscando "ser melhor", e, o mais importante: "parecer melhor" do que curtindo o esporte em si. O excesso de vaidade rouba momentos preciosos da vida. (Atleta amadora D.S., entrevista realizada em 2019).

A atleta recupera uma dimensão singular da experiência humana e afirma, ainda assim, a busca por "dar sempre o máximo", mas feita de outro modo: sentindo o corpo, conversando com outros atletas, observando e admirando as pessoas no ato de correr. As comparações entre números dão vazão a uma cultura do desempenho e a uma dimensão espetacular da prática esportiva. Ela menciona, ainda, o risco implicado nessa tentativa de ser melhor/parecer melhor que outros, e que leva atletas a buscarem substâncias ilícitas com o propósito de melhorar índices e números e de alcançar metas cada vez mais exigentes. Além disso, o uso do relógio desabilita o atleta a "ler" sinais de seu corpo, com base em sua experiência, para sentir-se seguro sobre si mesmo.

PALAVRAS FINAIS

De uma perspectiva sociológica, podemos nos interrogar sobre as premissas que sustentam a busca por monitorar e medir os elementos do corpo, comportamento e hábitos de uma pessoa, bem como sobre os usos que fazem dos dados. Na presente pesquisa, a quantificação de si opera em prol do aprimoramento do desempenho e produz renovadas formas de mensurar, comparar e estabelecer parâmetros para o alcance de certas metas. Nesse sentido, as formas de ver e narrar o corpo estão marcadas pela quantificação e por seus efeitos – sua suposta objetividade, sua alegada confiabilidade. Sobre o corpo inscreve-se tanto o sentido de incompletude e imprecisão – traço da inevitável organicidade – quanto a força necessária para a sua correção e aprimoramento. Os instrumentos que quantificam nossos eus também produzem novas formas de relacionamento interpessoal, e outros entendimentos sobre saúde e bem-estar.

Um dos argumentos desenvolvidos por Le Breton (2009) diz respeito a emergência de um “corpo como acessório”, no qual se concretizam projetos, planos, etc. O corpo deixa, assim, de ser visto em sua inteireza e se converte em conjuntos de órgãos e músculos sempre passíveis de melhorias. Forja-se, assim, uma espécie de extimidade (SIBILIA, 2017), um eu exposto ao escrutínio de outros. O autor argumenta que “[...] o corpo, apesar das inúmeras analogias com as máquinas, é considerado um artefato inferior devido à sua fragilidade e mortalidade, enfim, por estar destinado à podridão” (LE BRETON, 2009, p. 169). Nesse sentido, entendemos que uso da tecnologia de controle – o relógio GPS – produz um corpo supranumerário, exposto ao olhar do atleta e publicizado em redes sociais virtuais, um corpo apresentado ao olhar como rascunho – de um corpo mais veloz, capaz de alcançar desempenhos sempre crescentes. De certo modo, para além de controlar e dispor ao treino, esses processos acentuam o desprezo pelo corpo e suas presumidas imperfeições.

REFERÊNCIAS

ARBOIT, B. R. *et al.* Benefícios do yoga nos transtornos de ansiedade e estresse. **2ª Jornada Acadêmica do Curso de Medicina e IV Congresso da Rede Bioética Brasil**, 2019.

CALVAZERA, B. O que é tecnologia autoquantificada. **Hypescience**, Brasil, 28 ago. 2013. Disponível em: <https://hypescience.com/tecnologia-autoquantificada/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

COLCHER, R. Globalização e informática: reflexões sobre o caso brasileiro. **Rios International Journal on Sciences of Industrial and Systems Engineering and Management**, v. 2, 2008.

CRARY, J. **24/7**: Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu, 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FRAGA, A. B. **Exercício da informação**: governo dos corpos no mercado da vida ativa. Campinas: Autores Associados, 2006.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. São Paulo: Papyrus, 2009.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

LUPTON, D. Corpos, Prazeres e práticas do eu. **Educação e Realidade**, v. 25, n. 2, p. 15-48, 2000.

LUPTON, D. **The Quantified Self**: a sociology of Self-Tracking. Estados Unidos: Polity, 2016.

POPKEWITZ, T.; LINDBLAD, S. Estatísticas Educacionais Como um Sistema de Razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 75, p. 111-148, ago. 2001.

ROSE, N. **Governing by numbers**. Refiguring out democracy. **Accounting Organizations and Society**, Londres, v. 16, n. 7, p. 673-692, 1991.

SENRA, N. C. **O saber e o poder das estatísticas**. Uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as Ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

SIBILIA, P. ¿Qué es privado en la era de la extimidad? De la confesión intimista a la curaduría de sí mismo. **Docta**: Revista de Psicoanálisis, p. 134-149, 2017.

SIBILIA, P. A desmaterialização do corpo: da alma (analógica) à informação digital. **Revista Comunicação e Saúde** - Comunicação, Mídia e Consumo, v. 3, n. 6, 2006.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. *In*: CASTELO BRANCO, G.; PORTOCARRERO, V. (orgs.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 179-217.

VIGARELLO, G. Exercitar-se, jogar. *In*: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. **História do corpo 1**: Da renascença às luzes. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2009. p. 303-399.

VIRILIO, P. **A bomba informática**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.



20

João Arthur Marques Lima
Júlia Bagatini Santos

IMUNIZANTES COM TECNOLOGIA DE RNA, ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E PANDEMIA DE COVID-19

DOI:10.31560/pimentacultural/2023.98027.20

INTRODUÇÃO

Ujvari (2011) e Souza (2014) sugerem, a partir de estudos epidemiológicos, históricos e geográficos, que epidemias e pandemias estão sempre dispostas à emergirem em função das dinâmicas que envolvem microrganismos e deslocamentos humanos. No que se refere aos microrganismos, são as eventuais mutações sofridas em suas estruturas e suas possibilidades de contato com o corpo humano que garantem essa certeza. Em relação aos deslocamentos humanos, são os encontros entre diferentes sujeitos que, cada vez mais, deslocam-se entre fronteiras e circulam por diferentes ambientes, compartilhando vírus e bactérias, que podem ocasionar o espalhamento de doenças por todo o globo, em pequenos períodos de tempo. Nessa direção, é possível denotar que o surgimento da pandemia de covid-19, ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2, cumpriu fielmente essa cartilha.

Com forma de controle e evitação de tais eventos, há anos as vacinas têm se mostrado eficazes, desde que desenvolvidas e distribuídas em tempo razoável para a contenção de infecções e contágios. Vale destacar, neste contexto, que as vacinas com tecnologia de RNA mensageiro (mRNA), por exemplo, são suspensões de derivados moleculares entregues às células do hospedeiro. A maquinaria celular, por sua vez, traduz o mRNA e apresenta as proteínas traduzidas ao sistema imune como antígenos, de maneira análoga à que ocorreria durante uma virose. Isso induz resposta humoral e celular contra o antígeno codificado.

A aplicação dessa tecnologia de mRNA às vacinas é investigada há décadas. Entretanto, Figueiredo *et al.* (2021) apontam que somente após a identificação de uma nova espécie de betacoronavírus, causadora de doença respiratória atípica (covid-19) em humanos, na cidade de Wuhan, China, no ano de 2019, esforços foram unificados para configurar uma nova janela no campo da imunologia.

Emergiu a necessidade de imunizantes excepcionalmente eficazes na prevenção dessa infecção e com breve tempo de fabricação, o que impulsionou terapêuticas baseadas em mRNA (VERBEKE *et al.*, 2021). Pela primeira vez na história, após ensaios clínicos controlados aleatórios, imunizantes de mRNA com nanopartículas lipídicas foram aprovados para salvar milhões de vidas (PACHECO; SILVA; SOUZA, 2020).

Tais questões técnicas acerca das vacinas tornaram-se mais discutidas entre sujeitos profissionais e sujeitos leigos nos últimos anos, em função da covid-19, seja por meio das informações compartilhadas em diferentes mídias, seja por meio de estudos científicos que multiplicaram-se entre acadêmicos e demais pesquisadores. No entanto, o conjunto de relações de poder, de disputas entre conhecimentos e embates ideológicos que envolveram a temática, não se limitaram aos procedimentos técnicos. As vacinas e suas significações articularam-se aos fenômenos culturais e sociais de uma maneira jamais vista, pois para além dos movimentos de aceitação ou resistência, as possibilidades de informações sobre elas nunca haviam sido tão generosas e polêmicas. Emergiu uma verdadeira disputa de estratégias biopolíticas que moldaram os mais diversos entendimentos sobre o assunto.

Diante disso, serão discutidas, neste capítulo, as interfaces entre a imunização ativa com tecnologia de mRNA na pandemia de covid-19 e o estabelecimento de biopolíticas de controle. Argumentar-se-á, sob tal ótica, que essas medidas não incidiram sobre corpos individuais, mas a nível populacional, ao consolidar rupturas entre variados grupos sociais conforme interesses políticos associados à defesa da vida das populações.

BIOPOLÍTICA E IMUNIZAÇÃO

A vacinação, responsável por reduzir ou mesmo erradicar a incidência de diversas doenças com potencial para grandes impactos coletivos pode ser considerada um dos maiores sucessos da medicina moderna. Nesse sentido, várias tecnologias – de acordo com os contextos espaço-temporais em que foram ou são desenvolvidas – precisam ser empregadas para o desenvolvimento de imunizantes eficazes, com baixo impacto de efeitos colaterais e com valores possíveis para a distribuição em grande escala.

Além disso, é possível argumentar que os movimentos associados à necessidade, ao desenvolvimento e à aplicação de vacinas marcaram/marcam eventos que se articulam aos registros históricos e às práticas culturais de diferentes nações, em diferentes momentos. Não são poucas as representações artísticas e publicitárias, com viés sanitário (como ocorre nas campanhas de vacinação) que apresentam cenas alusivas ao ato de aplicar ou receber vacinas, no sentido de estimular e educar a população sobre imunização. Diante disso, apresenta-se, à seguir, enquanto forma de representar o argumento, a obra *Vaccination from the calf: Vaccinating infants*, de Charles Joseph Staniland.

FIGURA 20.1 – *Vaccination from the calf: Vaccinating infants*, de Charles Joseph Staniland.



Fonte: Staniland (2016)

Para além das representações artísticas e históricas sobre o tema, como a apresentada acima, nos dias de hoje contamos com peças publicitárias e imagens meticulosamente dirigidas que produzem e reproduzem valores culturais acerca dos temas que retratam. No campo da saúde não é diferente, pois as imagens emergem de jogos de luzes, sombras, cores e ângulos que transformam-se em textos a serem lidos a partir dos atravessamentos culturais que assujeitam os expectadores, subjetivando-os em novas direções ou reforçando velhas maneiras de pensar. As imagens não informam por si só, elas produzem modos de pensar a partir dos conjuntos de enunciados que as envolvem (SONTAG, 2003; SOUZA, 2016)

No que diz respeito às campanhas de vacinação, atualmente, as informações visuais têm sido bastante usadas, no sentido de promover índices mais positivos acerca da imunização. Deste modo, o conjunto de conhecimentos, estatísticas, testagens

científicas, entre outras questões as transformam em ferramentas que se associam aos métodos biopolíticos que visam promover melhores condições e prazos de vida coletivamente, visto que em outros momentos da história já ocorreram movimentos de resistência em relação aos imunizantes.

A biopolítica pode ser explicada como um conjunto de saberes e práticas que operam sobre a espécie humana, coletivamente, no sentido de aumentar sua capacidade produtiva. O interesse das estratégias biopolíticas baseia-se no aumento da potencialização da vida, como forma de fortalecimento produtivo das sociedades (FOUCAULT, 1988; SOUZA, 2014; DARSIE, 2020). Nesse sentido, as relações de poder e os novos saberes direcionam-se ao controle da espécie humana, pensando-se mais na necessidade de prolongamento da vida do que na ameaça de morte. Com isso, Foucault (1979) afirma que a modernidade trouxe à vida humana a capacidade de instaurar as necessidades vinculadas à saúde às estratégias políticas de um Estado. Dessa forma, os jogos de poder configuram-se diante de uma rede de micropoderes, que deve ser analisada dos níveis mais baixos da sociedade em direção ao Estado, que é o seu centro, ou seja, através de uma visão ascendente. Foucault afirma:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e o delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos. (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Partindo disso, quando decretada a pandemia da covid-19, em março de 2020, a necessidade de uma vacina eficaz contra o vírus tornou-se uma prioridade mundial. Com isso, acirrou-se uma corrida que determinaria em quais países e com quais tecnologias seria produzido o primeiro imunizante eficaz para o salvamento do

maior número possível de vidas. Países com tecnologias mais avançadas e com maior número de capital investido em pesquisas nesse âmbito ganharam vantagem contra os países com Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) menores. Assim, mais uma vez, as sociedades se encontraram em uma posição onde fatores como riqueza e influência internacional de nações ditaram as reais chances de acesso à imunização, ou seja, de adquirir meios seguros para a produção de anticorpos capazes de vencer o combate humoral antiviral.

Nesse contexto, a trajetória da busca pelo tratamento efetivo contra a covid-19 contou com resultados muitas vezes polêmicos e desencorajadores frente aos mecanismos desconhecidos do coronavírus (PACHECO *et al.*, 2020). Mesmo assim, após a espera agoniante de um ano de pandemia, que contou com milhões de mortes secundárias à infecção viral, alguns ensaios clínicos e experimentos de fase 3 em imunizantes prosperaram. É possível citar, como exemplos bem-sucedidos, a vacina do laboratório Pfizer - BioNTech e Moderna/NIAID. Ambos utilizaram a aplicação de conhecimento científico baseado em RNA recombinante (MAHASE, 2020a).

No geral, diferentemente de vacinas com vírus vivos ou atenuados, vacinas de mRNA permitem, por exemplo, gestantes e mulheres imunocomprometidas a tomarem as doses (SAHIN *et al.*, 2014). Nações que adquirissem esses imunizantes no primeiro ano de pandemia teriam, portanto, menores números de sujeitos sem proteção contra o vírus. Mesmo com boas perspectivas quanto a imunizantes promissores, o mundo foi cercado de especulações e incertezas. Por quanto tempo as vacinas forneceriam uma resposta imune satisfatória contra o vírus? Esses produtos diminuiriam também a transmissão do vírus?

Posteriormente, essas questões foram respondidas com maior clareza. No entanto, falácias e informações equivocadas produziram diferentes modos de se pensar sobre a situação, mais precisamente, produziram diferentes verdades acerca do cuidado com

a vida, baseadas em enunciados que envolveram recursos escritos, imagéticos, narrativos, entre outros, do mesmo modo que os citados anteriormente, que estimulam a aplicação de vacinas. Sobre isso, é possível traçar um paralelo com as palavras de Foucault:

Há um combate pela verdade, ou, o menos, em torno da verdade - entendendo-se mais uma vez, que por verdade não quero dizer o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro e o falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder; entendendo-se também que não se trata de um combate em favor da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (FOUCAULT, 2008, p. 13).

Sob tal viés, a luta em torno de uma dada verdade, sugerida pelo autor, não poderia ser mais atual. A quais interesses contemplaram narrativas que condenam tecnologias em prol da vida humana? Em síntese, os impactos desses atos não são mensuráveis, especialmente porque discursos persuasivos influenciam os sujeitos de modo a fazê-los abdicar de garantias constitucionais - como a saúde -, ao evitarem os imunizantes. Porém, curiosamente, o que se estabeleceu foi, na mesma direção, um conjunto de recursos que também miravam na vida, porém, colocando sob suspeita a lógica entendida como mais tradicional.

Embora o cenário mundial contasse com potenciais abrandamentos para a nova doença infecciosa, haviam fatores limitantes muito claros que preocupavam a todos e aumentavam a dicotomia dos discursos pró vida. Uma dessas aflições baseava-se na necessidade inicial de armazenar um dos imunizantes, da farmacêutica alemã, à temperatura de -70°C (MAHASE, 2020b). Para países europeus, essa restrição configurava apenas um dilema logístico, em que câmaras frias deveriam ser organizadas em pontos estratégicos de modo a otimizar a aplicação de doses rapidamente. Por outro lado, tratando-se de países em desenvolvimento, mesmo após um disputado e dispendioso acesso aos imunizantes, ainda necessitariam

dispor de congeladores de ponta nas regiões em que a luz elétrica ainda não é um recurso plenamente consolidado.

Ainda, para atingir grandes quantidades de habitantes com o regime vacinal completo, considerando-se o imunizante de mRNA, seriam necessárias, inicialmente, a aplicação de duas doses num intervalo de aproximadamente quatro semanas (JACKSON *et al.*, 2020; MAHASE, 2020b). Num primeiro momento, esse regime terapêutico pode parecer trivial e de fácil conclusão. Entretanto, são muitos os casos em que dilemas eram encontrados para a completa imunização dos cidadãos com essa nova tecnologia, em especial, daqueles que passaram a desconfiar das vacinas. Isso porque, um esquema que conta com múltiplas doses exige o retorno dos vacinados que, nesses casos, demonstraram altos índices de evasão.

Com o intuito de superar esse impedimento, há exemplos bem-sucedidos de prefeituras brasileiras as quais reservaram vacinas que empregam outras técnicas, cujo esquema conta com dose única, para as populações resistentes ou com dificuldades de acesso (CORREIO, 2021). Essa foi, felizmente, uma amostra fascinante de um panorama em que o “deixar morrer” não se legitimou, já que, com base em conceitos de biopoder, essa camada da sociedade foi acolhida nessa questão pelos aparelhos sociais públicos.

Apesar da ampla utilidade das construções sintéticas de material genético, exemplos históricos demonstram resultados desencorajadores com o método. Um caso análogo é representado pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), que mesmo após três décadas de sua descoberta, ainda carece de vacinas que avançaram à aplicação clínica. Em particular, aquelas que utilizam suspensões de mRNA ainda estão distantes de tal aplicabilidade (CHEN; CHEN; XU, 2022). Esse desfecho ilustra um dilema ético e probabilístico. Em uma necessidade rápida de imunizantes, em que modelos tradicionais - como as de vírus ativado e inativado - seriam apostas provavelmente mais certas para a efetiva proteção contra o coronavírus,

por que apostar em uma tecnologia alternativa? Os ensaios clínicos propostos repetiriam desfechos desanimadores como os descritos na busca pela prevenção contra o HIV? Muitas dúvidas como essas permearam o meio científico. A longo prazo, afortunadamente, observou-se a alta eficácia dos imunizantes de mRNA; ademais, posteriormente, foram descobertos os benefícios da conjugação de vacinas que empregam diferentes tecnologias num mesmo esquema vacinal.

IMUNIZANTES COM TECNOLOGIA DE RNA E PANDEMIA DE COVID-19

A comercialização de imunizantes trouxe, notoriamente, lacunas de âmbito socioeconômico. Isso porque a distribuição das primeiras vacinas de mRNA durante a pandemia de covid-19 não obedeceu a critérios de universalidade. Pelo contrário, de modo geral, países economicamente menos abastados enfrentaram adversidades no acesso a esses produtos, mesmo, muitas vezes, apresentando maiores carências epidemiológicas. É possível analisar esse panorama excludente sob a ótica de Foucault (1979, p. 79-98):

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico refletiu-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder.

Analogamente, considerando a pandemia de covid-19, em razão da repartição inadequada de esforços sanitários, formam-se condições de existência desfavoráveis ao desenvolvimento humano.

Nesse cenário, biopolíticas globais atingem de forma heterogênea as sociedades, de modo que, determinados grupos, localizados em países desenvolvidos, detêm a maior parte dos recursos disponíveis, tanto materiais quanto informacionais (SOUZA, 2014). Assim, beneficiam-se de seu desenvolvimento econômico e científico para elaborar meios de combater o vírus, ao vacinar sua população de forma rápida e em massa, deixando em segundo plano a vacinação de outros países com menos recursos.

É possível pensar que, de certa forma, os mais variados anseios biopolíticos assumiram papéis fundamentais diante da distribuição desigual de recursos entre países nos últimos anos. Desta vez, comportamentos de ataque não agiram em nível individual; pelo contrário, a violência foi manifestada de modo sistemático ao prejudicar a saúde de populações, por meio de estratégias de resistência aos recursos vacinais.

Não obstante, em panoramas semelhantes ao descrito, em que algumas vidas parecem valer mais do que outras, é evidente que essas medidas dialoguem com a ideia de necropolítica. Conforme o historiador camaronês Achille Mbembe (2018), o termo faz alusão ao uso do poder social e político para definir como alguns podem viver e outros devem morrer. Esse conceito já era utilizado no mundo pré-pandemia, porém, recebeu muito destaque com reações e narrativas internacionais diante da chegada do vírus.

Mesmo com tecnologias promissoras, o mundo enfrenta antigos dilemas éticos. A partir de uma retrospectiva histórica da pandemia de influenza de 2009, causada pelo vírus Influenza A (H1N1), países ricos negociaram grandes remessas de imunizantes, marginalizando países necessitados. Desfechos semelhantes ocorreram na pandemia de covid-19, mesmo com a experiência global prévia e a relativamente recente alocação de recursos subótima. Foucault (1979) aborda, de certa forma, o cerne dessa situação:

[...] cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela, de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros. É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação. A disposição de seu quarto, em frente da torre central, lhe impõe uma visibilidade axial; mas as divisões do anel, essas celas bem separadas, implicam uma invisibilidade lateral. E esta é a garantia da ordem (FOUCAULT, 1979, p. 165-166).

É possível estabelecer um paralelo entre os países no mundo globalizado e os prisioneiros descritos por Foucault. Isso porque, apesar de sempre estarem interligados, há uma mazela basilar que os impede de entrar em contato. No caso dos apenados, uma barreira mecânica imposta pelas paredes de concreto. Já na situação enfrentada pelas nações, trata-se de um obstáculo fundamentado pela ganância. Sob tal viés, deduz-se, em seguida, que mesmo após dezenas de hipotéticas pandemias, a sociedade ainda arcaria com duras penitências humanitárias, motivadas fulcralmente por um abismo de invisibilidade.

Um contratempo muito significativo para a difusão de novos imunizantes foi, sem dúvidas, o logístico. No Brasil, por exemplo, há uma ampla rede de Unidades Básicas de Saúde, sob a gerência de Secretarias de Saúde regionais, de modo a prover uma rápida capilarização de atendimentos e de produtos dos grandes centros para o interior. Com isso, observou-se que remessas de vacinas enviadas aos aeroportos verde-amarelos chegaram rapidamente à etapa final da cadeia organizacional para aplicação. Para Massuda *et al.* (2021), essa capilaridade é garantida constitucionalmente por um modelo autárquico de organização. Assim, isso trouxe ao país a atenção de diversas farmacêuticas que objetivavam expor à comunidade científica os impactos positivos de seus artigos. Entretanto, nem todos os países contam com uma disposição regionalizada e descentralizada de saúde, o que conferiu adversidades às campanhas de imunização com diferentes tecnologias ao redor do globo.

Ademais, houve, conforme abordado anteriormente, significativo grau de resistência por parte da população mundial em participar das recentes campanhas de vacinação. Tal fenômeno é heterogêneo, multifatorial e não se restringiu apenas às vacinas que utilizam suspensões de material genético recombinante. É, nesse sentido, um comportamento observável desde o desenvolvimento histórico das primeiras vacinas; porém, que exerceu influência em proporções problemáticas na pandemia de covid-19. Para Khubchandani *et al.* (2021), os motivos de recusa à imunização observados incluem desinformação, baixa participação de minorias em testes clínicos e carência de conscientização. Ainda, por outro lado, ocorre, também, por desencadear movimentos pró vida baseados em estratégias biopolíticas contrárias às vacinas. Gera-se, assim, a propagação de uma conduta passiva baseada na omissão e na regência de “espere e veja” (ALLINGTON *et al.*, 2021).

Enquanto isso, milhares de óbitos por síndrome respiratória aguda grave secundária à infecção viral foram registrados nos últimos anos, presumivelmente em consonância com preceitos da necropolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível inferir que a conjuntura descrita é deflagrada pela ênfase primordialmente na prevenção e controle de doenças. Com isso, foi configurada uma lógica de blindagem dos corpos humanos como maneira de garantir a manutenção da vida; tal investida contempla a diminuição de problemas associados a regiões de circulação de pessoas, aplicação de vacinas e distribuição de medicamentos como modo de controle de epidemias (SOUZA, 2014). Sendo assim, quando os corpos estão efetivamente protegidos, a rede espacial geográfica adquire caráter seguro do ponto de vista sanitário.

De fato, muitas disparidades socioeconômicas acentuaram abismos sanitários entre as nações. Foucault (2008) aborda, metaforicamente, essa temática ao ponderar que, sob a influência do liberalismo econômico pós-guerra, o homem começou uma busca incessante para responder às exigências de mercado. É notório, com base nisso, que essa procura pode não advogar a favor da vida dos mais pobres. Longe disso, essa lógica de mercado passou a ser uma máquina de produzir desigualdades e, de certa forma, selecionar aqueles que vivem daqueles que não.

Por último, mesmo que ainda existam muitas indagações a serem esclarecidas, buscou-se discutir as sutis implicações biopolíticas que emergem com a ascensão de novos métodos, técnicas e instrumentações referentes à prevenção infecciosa com derivados biomoleculares. Logo, foi refletido que, apesar de comprovadamente não causarem danos de qualquer natureza genética ao genoma humano, esses imunizantes resistiram a uma rede de resistência articulada por anseios necropolíticos e pseudocientíficos.

REFERÊNCIAS

ALLINGTON, D. *et al.* Coronavirus conspiracy suspicions, general vaccine attitudes, trust, and coronavirus information source as predictors of vaccine hesitancy among UK residents during the COVID-19 pandemic. **Psychological Medicine**, v. 53, n. 1, p. 236-247, 12 jan. 2021.

CHEN, J.; CHEN, J.; XU, Q. Annual Review of Biomedical Engineering Current Developments and Challenges of mRNA Vaccines. **Annu. Rev. Biomed. Eng.** 2022, v. 24, p. 85-109, 2022.

CORREIO Braziliense. Vacina da Janssen será destinada a caminhoneiros e moradores de rua. São Paulo, 21 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/06/4934281-vacina-da-janssen-sera-destinada-a-caminhoneiros-e-moradores-de-rua.html>. Acesso em: 26 fev. 2023.

DARSIE, C. Biopolitics of COVID-19. **Journal of Infection Control**, v. 9, p. 1, 2020.

- FIGUEIREDO, B. Q. *et al.* Vacinas de mRNA contra a Covid-19: aberta uma nova janela no campo da imunologia. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, 9 ago. 2021.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. Soberania e Disciplina. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- JACKSON, L. A. *et al.* An mRNA Vaccine against SARS-CoV-2 - Preliminary Report. **New England Journal of Medicine**, v. 383, n. 20, p. 1920-1931, 2020.
- KHUBCHANDANI, J. *et al.* COVID-19 Vaccination Hesitancy in the United States: A Rapid National Assessment. **Journal of Community Health**, v. 46, n. 2, p. 270-277, 1 abr. 2021.
- MAHASE, E. Covid-19: UK approves Pfizer and BioNTech vaccine with rollout due to start next week. **British Medical Journal Publishing Group**, Reino Unido, 2020a. DOI 10.1136/bmj.m4714.
- MAHASE, E. Covid-19: What do we know about the late stage vaccine candidates? **British Medical Journal Publishing Group**, Reino Unido, 2020b.
- MASSUDA, A. *et al.* A resiliência do Sistema Único de Saúde frente à COVID-19. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, p. 735-744, nov. 2021.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- PACHECO, T. J. A.; SILVA, F. M.; SOUZA, D. G.; SILVA, V. C. M.; FARIA, R. S. Coronavirus disease 2019 (COVID-19): Updated evidence of comparative overview, diagnosis and treatments. **Revista Cereus**, v. 12, n. 3, p. 228-243, 2020.
- PACHECO, T. J. A.; SILVA, V. C. M.; SOUZA, D. G. Nano COVID-19 Vaccines: the firsts RNA lipid nanoparticle vaccines being approved from history - Review. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, 19 dez. 2020.
- SAHIN, U.; KARIKÓ, K.; TÜRECI, Ö. mRNA-based therapeutics—developing a new class of drugs. **Nature Reviews Drug Discovery**, v. 13, n. 10, p. 759-780, 2014.
- SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, C. D. **Educação, geografia e saúde**: geobiopolíticas nos discursos da organização mundial da saúde e a produção da mundialidade pelo controle e prevenção de doenças. 2014. 235 f. Tese de Doutorado — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SOUZA, C. D. **Territórios de Exclusão**: educação, saúde e representações de fumantes no espaço público. Dissertação de Mestrado — ULBRA, Canoas, 2006.

STANILAND, C. J. Vaccination from the calf: Vaccinating infants. **National Library Of Medicine**, 2016. Disponível em: <https://collections.nlm.nih.gov/catalog/nlm:nlmuid-101392779-img>. Acesso em: 29 jan. 2023

UIVARI, S. C. **Pandemias** - a humanidade em risco. São Paulo: Contexto, 2011.

VERBEKE, R. *et al.* The dawn of mRNA vaccines: The COVID-19 case. **Journal of Controlled Release**, v. 333, p. 511-520, 10 mai. 2021.

21

*Rafael Dall Alba
Dais Goncalves Rocha
Madel Therezinha Luz*

AS MEDICINAS TRADICIONAIS COMPLEMENTARES E INTEGRATIVAS COMO DISPOSITIVOS TECNOLÓGICOS DE INOVAÇÃO DO SABER EM SAÚDE:

**ÉTICA, ESTÉTICA E POLÍTICA EM NOME DE UMA
EPISTEMOLOGIA DO CUIDADO**

EPISTEMOLOGIAS, PARADIGMAS E SAÚDE

A proposta deste ensaio é apresentar uma reflexão a partir do debate histórico da construção do conhecimento no campo da saúde sobretudo das MTCI/PICS, compondo os sistemas médicos complexos a partir da sua posição e desafios ao constituir-se como novo paradigma. A provocação parte da necessidade de elucidar os elementos da disputa de conceitos e saberes-fazeres na saúde, tendo em vista a orientação da Organização Mundial da Saúde de se fortalecer o campo de evidências e tensionar uma implicação conjuntural no desafio epistemológico, ético, estético e político de um paradigma em conformação.

Podemos considerar a epistemologia como o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. A epistemologia é o estudo do conhecimento; porém, essa construção do conhecimento é um processo indissociável da dinâmica social. Dada a construção e evolução da ciência, diferentes vertentes constituíram abordagens epistemológicas, desde as mais herméticas realistas, como Popper, até as mais pós estruturalistas, construtivistas ou sociais, como as de Michel Foucault, Kuhn, Feyerabend e Habermas. Em termos gerais, os realistas defendem que a realidade pode ser “objetivamente descrita” pela ciência, ainda que essa descrição seja imperfeita e sempre provisória, enquanto os construtivistas defendem que a realidade física e social é uma construção sociolinguística sendo o resultado de vetores de disputas de poder e subjetividades.

No campo da saúde, o positivismo biomédico domina o campo e a expressão do que é o conhecimento em saúde através da legitimação da ciência (DE CAMARGO JR., 2005) e isso molda profundamente não só a estrutura dos Estados na constituição de sistemas de saúde, mas também na estrutura epistemológica de

educação, formação e imaginário social de saúde (LUZ; MACHADO; DALL'ALBA, 2018). Para Foucault, a episteme de uma época não é a "soma de seus conhecimentos", mas indica o "afastamento, as distâncias, as oposições, as diferenças, as relações de seus múltiplos discursos científicos" (FOUCAULT, 2005). Entender esses elementos de disputa e de construção do conhecimento é também desenvolver a sensibilidade de identificação dos saberes que ficam excluídos nesse regime de verdade³¹ e desreificar as próprias tecnologias em saúde criando caminhos para o diálogo, a análise e sobretudo a crítica.

No campo da saúde, temos uma evidente polarização de discursos/paradigmas que se localizam no período descrito por Kuhn na estrutura de revoluções científicas, de crise do paradigma hegemônico (biomédico) e o reconhecimento, embora incipiente, de um novo paradigma (vitalista). Nesse contexto de crise, a estrutura hermética do paradigma de saúde biomédico contrariou as expectativas de "pureza" das análises acerca da natureza, apesar de toda a evolução no campo médico, desde as vacinas até a manipulação gênica, que contribuiu para a ampliação da expectativa de vida da humanidade. Em seu movimento de "se fechar" para tudo o que não é científico, alimentou muito mais a criação de dogmas, sem a devida reflexão no contexto ampliado de saúde, que a evolução do próprio método científico em decodificar essa natureza, principalmente a social.

31 Michel Foucault procurou demonstrar como, para cada sociedade, as noções de verdade variam ao longo da história representando uma certa "economia política da verdade", ou seja, a verdade está presente na sociedade moderna através do discurso científico e nas instituições que a produzem. Essa verdade, no caso o que é ou não saúde é produzida e transmitida hegemonicamente por aparelhos políticos e econômicos. O que podemos chamar de um regime de verdade, portanto, seriam os sistemas de poder que a produzem e a sustentam, garantindo sua indução e reprodução na vida social. Toda sociedade possui seus regimes de verdade e estes regimes podem ser apreendidos pelos tipos de discursos que ela acolhe e os processos que os tornam verdadeiros, através desses mecanismos é que é possível distinguir as "falsas" declarações, as formas de controle, as técnicas e procedimentos preferíveis para o alcance da verdade. Essa verdade está intimamente relacionada com as relações de conhecimento e poder.

A complexidade da modernidade e seus processos de trabalho cada vez mais individualistas e de esgarçamento do tecido social contribuíram para a amplificação de uma crise do modelo biomédico expressa por uma também crise de harmonia clínica. Essa se exemplifica pela ineficácia da adesão terapêutica e rápido esgotamento do arsenal terapêutico sem resolubilidade clínica satisfatória e encaminhamento para outra especialidade (TESSER; LUZ, 2008; LUZ, 2013; JUSTO, 2010).

É necessário destacar que quatro processos significativos sustentam essa hegemonia do paradigma biomédico: 1) desvalorização dos conhecimentos de cura que não são biomédicos, com o efeito geral dessa subjugação resultando numa captura do conceito do que é saúde e o que é doença; (2) criação de uma epistemologia que aceita apenas uma definição estreita do que é válido como “evidência”; (3) a criação de uma visão de mundo monolítica que entra em conflito com qualquer outra visão, quando o dominante encontra os conhecimentos subjugados, ocorre a “apropriação do paradigma” e a “assimilação do paradigma” (HOLLENBERG; MUZZIN, 2010). Ouso propor, ainda: 4) a alienação do processo de saúde como mercadoria.

Esses processos dão sustentação ao paradigma biomédico a partir de um silenciamento epistemológico dos outros saberes e da terceirização da capacidade de cuidado, isto é, sempre dependemos de uma tecnologia outra, pontual, com uma construção falaciosa de eficácia quase que milagrosa. Conforma-se, assim, uma potente captura retórica direcionada a influenciar a escolha do que é saúde, influenciar o julgamento e exclusão do que não está no regime de verdade, comover pela necessidade/desejo de que só aquilo poderá induzir a “cura” e, por último, o temor, o medo de que o paciente, se não consumir aquele produto tecnológico biomédico, correrá o risco de perecer.

Entretanto, num outro ramo de construção epistemológica fortemente ligado ao saber-fazer saúde, derivado de movimentos de povos tradicionais, iniciativas políticas e órgãos internacionais, organizam-se e fazem prosperar uma outra narrativa de cuidado e conhecimento a partir do paradigma vitalista: as Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (MTCI) e as PICS. A Organização Mundial de Saúde, desde a conferência de Alma Ata, reconhece a importância dessas práticas de cuidado; porém, na 62ª Assembleia Mundial da Saúde, essas práticas ganham uma importante ênfase, sobretudo na recomendação de incorporação nos sistemas de saúde do mundo. Atualmente, centenas de países já possuem políticas e dispositivos legais e regulatórios das MTCI (WHO, 2014).

As MTCI pertencem a esse paradigma vitalista. No âmbito de uma nova episteme no campo da saúde, apresentam-se para o *status quo* como um elemento de oposição, uma invenção acerca de um outro “novo” discurso de saúde – embora muitas delas sejam milenares – e essa episteme, como toda a invenção, tem um tempo e um lugar que lhe são próprios, um ponto de surgimento. Retomando Foucault, ocorre que toda invenção é uma ruptura com o que até então se dava e torna-se alvo de ataque, desqualificação como um discurso que não pode ser dito. A manutenção do velho paradigma em crise se dá por regimes de verdade alimentados por interesses sobretudo econômicos.

Contribuindo para esse movimento de transformação epistemológica, Madel Luz apresenta o conceito de Racionalidades Médicas, trazendo categorias com dimensões teóricas específicas voltadas para a discussão dos paradigmas distintos de cuidado, indo-se além da visão biomédica ocidental. Nesse contexto, a racionalidade médica funciona como um conceito operacional, ao estilo de um tipo ideal weberiano (WEBER, 2004; LUZ, 2004; NASCIMENTO; BARROS; NOGUEIRA; LUZ, 2013), ao estabelecer que toda racionalidade médica supõe um sistema complexo, simbólico e empiricamente estruturado em cinco dimensões que permitem comparação entre

os sistemas. O conceito de racionalidades médicas abre espaço para a discussão, no campo da saúde, de saberes e tecnologias médicas tradicionais, muitos milenares (LUZ, 1998). Essa categoria também evidencia a hegemonia da eficácia do complexo de conhecimentos resultante das biociências, resultando no que conhecemos como a medicina ocidental contemporânea. Uma característica fundamental delas é a representação de mundo específica, uma cosmologia que imprime uma série de construções sociais e culturais intimamente ligadas a seu exercício.

Pensadores como Feyerabend (1996) criticaram a visão excludente da hegemonia biomédica em saúde a partir da possibilidade de considerar os saberes e práticas em saúde como “tradições” de cura, das quais a biomedicina é mais uma – no momento, a mais influente no Ocidente. Isso permitiria que o monopólio ilusório da cura pela ciência e pela corporação médica fosse aos poucos relativizado; os preconceitos se atenuariam e diversas tradições de cura, bem como distintas racionalidades médicas, com seus valores vitais, culturais e humanos, poderiam ser reconhecidos e explorados nas suas contribuições para a melhoria da atenção à saúde de forma geral, de modo a enriquecer as possibilidades terapêuticas para os doentes (FEYERABEND, 1996).

Esse movimento descreve a categoria de medicina integrativa, que posteriormente propõe o termo “saúde integrativa” que tenta cientificar-se e unir práticas desses dois paradigmas. Existe, porém, um desafio imposto a essa integração de paradigmas, pois, além das diferenças estruturais metodológicas e outras lacunas científicas de ambas as partes, a disputa do campo da saúde envolve diferenças que se apresentam em esferas complementares e indissociáveis, sendo elas tecnológicas, sociais e políticas. Por isso é mister resgatar os debates promovidos no campo questionando algumas das questões chave como: qual visão de mundo é expressa na medicina/saúde “integrada”? De quem é a cosmovisão excluída? Como a medicina integrada irá incluir as especificidades e cosmologias dos

povos tradicionais – normalmente excluídos das esferas decisões –, a exemplo de um centro de saúde? Com base em quais as decisões são tomadas entre visões de mundo concorrentes e padrões de evidência (KAPTCHUK; MILLER, 2005)? Será que o ímpeto para “integração” simplesmente levará à incorporação de certos modos de cura holística na clínica biomédica, sem qualquer concessão de autoridade por parte desta (CANT; SHARMA, 1999)?

Essas perguntas sinalizam tensões filosóficas e epistemológicas importantes entre as disputas dos paradigmas biomédico e vitalista, mas também provocam reflexões de como tencionar os mecanismos científicos para o fortalecimento do novo paradigma sem cair nas capturas do modelo anterior. Kuhn apresenta para esse debate a expressão “incomensurabilidade de paradigmas”, cujo aspecto central é que os proponentes dos paradigmas competidores praticam seus ofícios em epistemes (mundos) diferentes, estando relacionado ao fato de que padrões científicos e definições são diferentes para cada paradigma (KUHN, 2001). Como exemplo, para sustentar a tese de que as diferenças entre paradigmas sucessivos são ao mesmo tempo necessárias e irreconciliáveis, podemos citar as diferentes formas da energia vital entre os paradigmas como o Qi – energia vital da medicina chinesa – e o impulso elétrico – o da fisiologia biomédica ou a ADP. Essas interpretações estão em transição modificando as estruturas epistemológicas a partir da revolução científica como sendo um deslocamento da rede conceitual através da qual os cientistas vêem o mundo, nem sempre resultando numa integração.

Baars coloca em pauta os desafios da integração dos diferentes sistemas médicos a partir das deficiências da avaliação científica nas MTCl onde existem questões ontológicas, epistemológicas e metodológicas não resolvidas além de questões de diagnóstico, aplicação de terapia e avaliação de resultados na prática clínica (BAARS; HAMRE, 2017). Então, outro questionamento surge: o movimento de saúde integrativa, ao alicerçar-se no modo de validação de evidências do velho paradigma, pode estar atrasando o movimento de *turn point* de reconhecimento do paradigma vitalista?

Materializa-se, então, a necessidade de um conjunto de valores e princípios a serem construídos e pactuados entre a comunidade científica das MTCl, assumindo o desafio não de propor uma outra ciência, mas sim de estabelecer estratégias de disputa desse modelo de ciência.

DESAFIOS ÉTICOS, ESTÉTICOS E POLÍTICOS DE UMA NOVA PROPOSTA DE TECNOLÓGICA DE PARADIGMA DE CUIDADO PARA A CONSTRUÇÃO DE SABERES E ESTRATÉGIAS

Um dos primeiros desafios marca a necessidade estrutural de posicionamento das MTCl/PICS como tecnologias em saúde. Para isso, devemos debater o seu papel enquanto agentes diferenciais do cuidado, principalmente alicerçada numa clínica e terapêutica sensíveis e relacionais. Sobretudo fazendo ligação com as *tecnologias leves* e em composição com as tecnologias duras predominantes na terapêutica biomédica (MERHY, 2002). As tecnologias sociais somam-se nesse processo a partir de seus potenciais de interação com a comunidade, que visam, principalmente, buscar soluções para os problemas sociais, bem como o desenvolvimento e a inclusão social e, ainda, a promoção da saúde (DAGNINO, 2014).

O reconhecimento das tecnologias leves no processo de cuidado não implica no ataque e no demérito das tecnologias duras, mas sim no reposicionamento do processo de cuidado pela ressignificação das tecnologias duras amparadas e conduzidas pelas tecnologias leves. Algumas evidências no campo já demonstram o potencial, o benefício dessa interação, aumentando inclusive a adesão a tratamentos baseados em tecnologias duras (DING; PATEL;

AUYEUNG, 2020; JOSEPHS; FLEISHMAN; GAIST; GEBO, 2007). Nenhuma tecnologia está isolada nem pode ser encarada como mero objeto (reificada), elas existem num âmbito histórico e social, muitas numa cosmologia própria como uma visão de mundo indissociável, em que essa separação de técnica e contexto desfigura totalmente a prática. A teoria crítica das tecnologias, que discute as tecnologias a partir dos seus lugares de conhecimento, de poder e principalmente da necessidade de democratização desse debate, pode servir como uma base – *framework* teórico – para a organização do campo de saber das MTCI nessa proposta epistemológica (FEENBERG, 2002).

A dimensão ético-estética e política implica num necessário rompimento com a inércia de um método que induz o aprisionamento do pensamento para um que considere o movimento em que conhecimento e ação co-produzem novas realidades, novas perguntas, novas subjetividades, e singularizam as experiências humanas em um compromisso social e político com a realidade investigada. Ético pois necessita ir além da captura do conjunto de regras cartesianas e do regime de verdades, que já se demonstram insuficientes para o entendimento do conceito de saúde do novo paradigma. Um rigor ético a partir do acolhimento das diferenças que se fazem em nós, como múltiplos saberes e afirmamos o devir, principalmente do cuidado, a partir dessas diferenças. A dimensão ética desta proposta de construção do conhecimento não é dada obviamente por uma produção moral, do senso de dever, mas pela construção de uma escuta experiência – principalmente das práticas tradicionais – e pela transformação que essas nos provocam, possibilitando outros modos de ser e saber conectados com a afirmação da vida como multiplicidade e abertura. Assim, induz-se a necessidade de construção de dispositivos ético-metodológicos que unam um fazer ciência a um compromisso ético com o cuidado.

Estético porque “este não é o rigor do domínio de um campo já dado (campo de saber), mas sim o da criação de um campo, criação que encarna as marcas no corpo do pensamento, como numa

obra de arte” (ROLNIK, 1993). Refletindo sobre a influência da reprodutibilidade técnica, típica da nossa sociedade, trata-se de conseguir de fato investir em ofertas que realmente façam sentido e significado, que rompam a anestesia do modelo que não envolve os sujeitos como atores desse processo de cuidado. Então, faz-se necessário discutir o uso da técnica do resgate de tecnologias em prol de um determinado tipo de valor que reflita em uma episteme que não seja reprodutora de iniquidades e tampouco que se mobilize somente em responder ao modelo de evidência. A dimensão estética seria dada pelo fomento à invenção de modos de fazer, de práticas que considerem as múltiplas forças em jogo (disputa dos regimes de verdade) inalienáveis da ética.

Político porque esse rigor é o de uma luta contra as forças em nós que obstruem as nascentes do devir. Isso porque, como tecnologias sociais, têm que se valer de valores de integralidade, universalidade e solidariedade que somente são garantidos em contexto de democracia. A atual crise democrática que o mundo enfrenta, agravada pela pandemia, evidencia o quão necessários são os mecanismos da democracia para combater o obscurantismo e a influência de interesses privados no contexto da saúde. A busca por esse registro científico, quando inserido num sistema público de saúde, deve se articular a partir das necessidades e demandas da população, inclusive respeitando o desejo desta, porém, de forma prudente, nas situações onde há necessidades de emergência e urgência. No Brasil, não há PICS sem o SUS e não há SUS sem democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas das reflexões apresentadas são alguns dos temas necessários de discussão da construção do conhecimento para além do campo científico das MTCl/PICS. A proposta é um desafio de não somente provocar a sistematização das evidências

e a reflexão filosófica no campo desse novo paradigma, mas, também, de convocar a construção de métodos e estratégias políticas que desafiem os limites herméticos do paradigma hegemônico e gerem evidências das práticas em MTCl num contexto de saúde mais amplo, integral e resolutivo a partir das potências da condição humana. Foucault disse que a epistemologia é o resultado da construção de um determinado tempo e conjunto de eventos históricos; então cabe a nós, sujeitos históricos, provocar marcas históricas na estrutura desse tempo para que então um novo paradigma possa florescer.

REFERÊNCIAS

- BAARS, E. W; HAMRE, H. J. Whole Medical Systems versus the System of Conventional Biomedicine: A Critical, Narrative Review of Similarities, Differences, and Factors That Promote the Integration Process. **Evidence-based Complement and Alternative Medicine**, v. 2017, 2017.
- CANT, S.; SHARMA, U. **A new medical pluralism?** Alternative medicine, doctors, patients, and the state. 1. ed. Londres: UCL Press, 1999.
- DAGNINO, R. **Tecnologia Social:** contribuições conceituais e metodológicas. São Paulo: EDUEPB, 2014.
- DE CAMARGO JR., K. R. A biomedicina. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 15, p. 177-201, 2005.
- DING, A.; PATEL, J. P.; AUYEUNG, V. T. Testing the traditional Chinese Medicine Consultation Model for Adherence in complementary and alternative medicine. **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, v. 2020, 2020.
- FEENBERG, A. **Transforming technology:** a critical theory revisited. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- FEYERABEND, P. **Adios a la Razon.** 3. ed. Madrid: Tecnos, 1996.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

HOLLENBERG, D.; MUZZIN, L. Epistemological challenges to integrative medicine: An anti-colonial perspective on the combination of complementary/alternative medicine with biomedicine. **Health Sociology Review**, v. 19, N. 1, p. 34-56, 2010.

JOSEPHS, J. S.; FLEISHMAN, J. A.; GAIST, P.; GEBO, K. A. Use of complementary and alternative medicines among a multistate, multisite cohort of people living with HIV/AIDS. **HIV Medicine**, v. 8, n. 5, p. 300-305, 2007.

JUSTO, C. A crise do modelo biomédico e a resposta da promoção da saúde. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 117-118, 2010.

KAPTCHUK, T. J.; MILLER, F. G. Viewpoint: What is the best and most ethical model for the relationship between mainstream and alternative medicine: Opposition, integration, or pluralism? **Academic Medicine**, v. 80, n. 3, p. 286-290, 2005

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LUZ, M. T. Estudo comparativo das racionalidades médicas: medicina ocidental contemporânea, homeopática, chinesa e ayurvédica. **Saúde em novo paradigma**, v. 1, p. 151-175, 1998.

LUZ, M. T. **Natural, Racional, Social**: Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna. São Paulo: Hucitec, 2004.

LUZ, M. T. Pequenas destruições, danos irreparáveis: comentários aos modos sociais de vida no capitalismo pós-moderno; implicações na saúde. **Revista EPOS**, v. 4, n. 2, 2013.

LUZ, M. T.; MACHADO, A. S.; DALL'ALBA, R. **Mosaicos do viver**: ciência e mídia na produção de sentidos sobre saúde e vida no imaginário contemporâneo. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018.

MERHY, E. E. **Saúde**: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.

NASCIMENTO, M. C. *et al.* A categoria racionalidade médica e uma nova epistemologia em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 12, p. 3595-3604, dez. 2013.

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 241-251, set./fev. 1993.

TESSER, C. D.; LUZ, M. T. Racionalidades médicas e integralidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, p. 195-206, jan. 2008.

WEBER, M. **A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHO. World Health Organization. **WHO traditional medicine strategy: 2014-2023**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2014.

22

*Welison de Lima Sousa
Anna Carolina Vidal Matos
Maria Teresa Nobre*

POPULAÇÃO DE RUA E CIDADE: IMPACTOS DA COVID-19 NO CARIRI CEARENSE

INTRODUÇÃO

No cenário mundial, ainda estamos sentindo o impacto da covid-19 nos mais diversos âmbitos da sociedade, mesmo após a existência de vacinas, com o surgimento de novas variantes. No Brasil, os efeitos deste vírus para as parcelas mais vulneráveis socialmente escancaram a desigualdade social e a adoção de políticas excludentes (PIRES; CARVALHO; XAVIER, 2020). Dentre estes, salta aos olhos as condições de vida da população em situação de rua, já precárias em tempos comuns. Neste capítulo discutimos como a pandemia afetou esses modos de vida e quais foram suas particularidades na região do Cariri Cearense.

A existência de pessoas em situação de rua é um fenômeno secular, expressão de processos de exclusão econômica, política e de determinações históricas ligadas ao desenvolvimento das cidades capitalistas. Por isso, ao olharmos para o passado em suas marcas na cidade é possível entender e explorar a realidade atual, efeito das desigualdades do capitalismo que produz uma população de rua em torno do mundo inteiro e que tem nas grandes metrópoles espaços privilegiados de análise. Nelas, a população que habita as ruas contrapõe-se à cidade contemporânea enquanto mercadoria, ameaçada física e simbolicamente, dada sua condição de “sem lugar”, constituindo novas e moventes territorialidades (RUI; MARTINEZ; FELTRAN, 2016). A cidade, portanto, é um espaço privilegiado de investigação dada as múltiplas possibilidades analíticas das relações sociais e o caráter dinâmico dos usos citadinos, em diferentes processos temporais e espaciais, decorrentes de tensões e conflitos.

O enfoque de um olhar atento à vida nas ruas, volta-se não apenas sobre o que produz a situação de rua, mas sobre o que a rua cria, faz viver e alimenta (RUI; MARTINEZ; FELTRAN, 2016), em sua potencialidade e capacidade produtiva, num duplo processo de produção da cidade-rua e de rua-cidade. Nele, diversos

atravessamentos se fazem presentes, dentre os quais: a produção de políticas pela/para a rua, de sobrevivência, controle, repressão, vigilância ou assistência, permeados, possibilitados e configurados pela/na cidade. Processos estes de criação e reprodução das lógicas que permeiam a tentativa de nela/dela viver.

Os impactos sanitários causados pela covid-19 tocam na questão de como temos lidado com grupos vulneráveis num contexto que envolve a presença paliativa e/ou autoritária do Estado, por um lado e sua ausência por outro. Interessa-nos, assim, pensar sobre como esse fenômeno se conforma na realidade da Região do Cariri Cearense, tendo em vista suas características no contexto de pandemia e especificamente na região do Crajubar (formada pelas cidades do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), situado ao sul do Ceará, tendo como limites os estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí. Pensar em como um fenômeno global, que é a população de rua, se singulariza nesta região, atravessado por aspectos históricos locais, que se traduzem em multiplicidade desta população, de seus modos de vida e da própria relação com a cidade no atual momento é imprescindível para entender os efeitos da pandemia.

Este capítulo é recorte da pesquisa de doutorado do primeiro autor sobre a população de rua no Cariri Cearense e agrega reflexões das demais autoras em suas experiências com esse público, em outras cidades. Tem as seguintes questões norteadoras: Quais foram as estratégias adotadas pelo Estado e pela sociedade civil para cuidar das pessoas em situação de rua no período inicial e mais grave da pandemia? Quais os impactos nos seus modos de vida diante da emergência em saúde causada pela pandemia? Tem como objetivo discutir a população de rua na sua interface com a cidade, no cenário da covid-19, destacando seus efeitos sobre essa população no Cariri Cearense, considerando as mudanças provocadas pela pandemia.

ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

De acordo com Queiroz (2014) na região do Cariri a ocupação intensa das atividades urbanas nos territórios do Crajubar (Crato, Juazeiro e Barbalha), associa-se à relação de interdependência e complementaridade entre estas cidades, aliada à proximidade física entre esses centros urbanos, o que promoveu a formação desse aglomerado num movimento de expansão de atividades e fluxos de caráter regional local, mas também entre esses municípios e outros estados. O crescimento demográfico destas cidades é intenso, com destaque à organização das atividades econômicas e à forma como se distribuem os serviços públicos e privados que a partir da proximidade territorial são determinantes para essa integração. Um reflexo disso, em 2009, foi a criação da região metropolitana do Cariri, uma autonomia que está atrelada à sua condição geoambiental e ao seu potencial para geração de emprego e renda, do desenvolvimento sustentável e do turismo (RODRIGUES; ALVES; SANTOS, 2016).

Além desse panorama do Crajubar, em sua dimensão política e territorial, cabe ressaltar alguns elementos que trazem especificidades na reflexão sobre a cidade e sobre as pessoas que habitam as ruas, fundamentais para a compreensão do contexto que aqui discutimos, dentre os quais o fenômeno religioso que acontece na região.

Este fenômeno tem relação com a própria história de constituição da cidade de Juazeiro do Norte, a partir da figura do Padre Cícero e dos milagres a ele atribuídos. Esses fatos deram início às peregrinações em massa, que continuam a acontecer até hoje, com a presença constante de romeiros, mendicantes e penitentes. Muitos peregrinos/romeiros se deslocam e passam a morar e viver em Juazeiro do Norte, num processo de performar sentidos e verdades (SEGATO, 1999a *apud* CAMPOS, 2008), engrossando as fileiras da população de rua local.

Ao lado desses fatos históricos ligados à religiosidade sertaneja que envolve romarias, peregrinações, penitência e mendicância, há os fluxos migratórios de desvalidos expulsos de suas terras pela seca que produziram historicamente processos de exclusão em detrimento de um suposto progresso (GIMBO, 2017). E, ainda, acontecimentos dramáticos, dentre os quais a criação e fechamento do Hospital Psiquiátrico Santa Teresa, que funcionou entre 1970 e 2016 com cerca de 18 mil internos. O Hospital surgiu em decorrência dos anseios de progresso da cidade do Crato, buscando ampliar sua rede de saúde e eliminar os incômodos dos mendigos e loucos que circulavam pela cidade (GIMBO, 2017), muitos provenientes de outros municípios e regiões. O fechamento do hospital não se deu junto à estruturação de uma rede substitutiva de cuidados em saúde mental como prevê a Reforma Psiquiátrica (BRASIL, 2001) e os problemas da desassistência às pessoas com transtornos mentais se fazem constantes até hoje, de modo que, nas ruas do Cariri é corriqueira a presença de ex-internos, perambulando em trajetos errantes, ao lado de romeiros, beatos, penitentes e pedintes.

Na história recente da região, o Cariri continua a ser procurado por migrantes de outras cidades do Ceará, de outras regiões do Brasil e de outros países. Outras figuras surgem no cotidiano das ruas, como os artistas de rua, que atuam nos semáforos, praças e outros espaços, vindos da Colômbia e do Paraguai. Mais recentemente chegaram indígenas venezuelanos, buscando no Cariris alternativas de vida e trabalho.

Por fim, compondo a multiplicidade de uma população de rua no Cariri Cearense há uma grande parcela de pessoas naturais do Crajubar ou de cidades vizinhas, que fazem da rua lugar de moradia e trabalho. São desempregados ou pessoas não mais aptos ao mercado, usuários de álcool e outras drogas, sobretudo de crack, um número crescente de jovens e mulheres e na sua maioria, apresentam ruptura de vínculos familiares por inúmeros motivos.

Assim, destacamos o que chamamos “de singularidade da população de rua no Cariri Cearense”: há uma multiplicidade de modos de vida possíveis no espaço da rua e nele as pessoas se articulam, de modo que produzem e são produzidas na relação com a cidade. Há, na região, por um lado, o que identificamos como “próprio” de uma população de rua do/no Cariri, e por outro, aquilo que encontramos nela de “comum”, que existe em muitas outras cidades. Aqui chamamos atenção para como essa população, nas suas semelhanças e diferenças, foi afetada pelos modos de gestão da vida das políticas públicas na região em tempos de pandemia.

Nesta discussão apoiamo-nos em Michel Foucault (2005), trazendo os paradoxos da biopolítica discutidos por ele. Com o advento do Capitalismo, instituiu-se o controle não mais apenas sobre os corpos dos indivíduos, mas sobre a vida em seu sentido mais amplo, de modo que possa ser controlada pelo Estado, tanto do ponto de vista demográfico, econômico, sanitário e social, quanto em termos dos mecanismos que regem as condutas, ditando regras e normas sobre a vida privada, na qual o poder se capilariza. Entretanto, essas relações de poder sendo sempre móveis e flexíveis, permitem o exercício de um conjunto de estratégias que podem direcionar a gestão da vida não só a um controle repressor, voltado à dominação, mas também potencializador de mecanismos de proteção, quando é exigido do Estado intervenções em tempos de crise, como é o caso da pandemia da covid-19 que ceifou mais 700 mil mortes no Brasil. Afinal, numa crise sanitária de tal proporção, cabe ao Estado e às demais instituições geri-la, adotar medidas de restrição e segurança, implantar ações estratégicas, proteger os mais vulneráveis, planejar e executar políticas públicas que assistam as pessoas nas suas necessidades e envidar todos os esforços para superá-la. Neste cenário, o biopoder - que decorre da biopolítica, sendo o modo pelo qual ela é executada - pode se pautar em medidas diversas, tanto de omissão, negligência, autoritarismo e racismo, quanto de proteção social.

No caso brasileiro, os desencontros entre o executivo e instituições sanitárias, institutos de pesquisa e a gestão de políticas locais produziram tensões que tiveram impacto sobre a vida das populações, sobretudo as mais vulneráveis e com menos acesso aos serviços de saúde e à informação, permitindo o avanço da doença e mortes que poderiam ter sido evitadas. Neste sentido, práticas genocidas disputaram o biopoder num cenário onde medidas de saúde pública precisariam ter sido implantadas, garantido a execução de uma biopolítica comprometida com a vida. A região estudada, com suas características singulares, demanda sempre um olhar diferenciado das políticas públicas e de outras práticas de cuidado destinadas a essa população, sobretudo em momentos de crise social, sanitária e política, como a que vivemos com a pandemia. Entretanto, como discutiremos, a padronização e burocratização das ações, a falta de iniciativas de escuta e cuidado diferenciado, acabam por expor essa população ao risco e a uma maior vulnerabilidade.

Como forma de traçar um retrato das ações desenvolvidas em relação à população de rua e covid-19 na região do Cariri cearense, optou-se por uma pesquisa de reportagens em veículos de comunicação, disponíveis em formato online, já que neste período houve restrições sanitárias, sendo os jornais de grande circulação o meio de comunicação mais acessível para acompanhamento das ações que foram desenvolvidas durante a pandemia. Dentro deste espectro, foram utilizados como critério de elegibilidade a busca em jornais e sites de comunicação selecionados que tinham foco nas ações e estratégias em relação à população de rua no estado do Ceará, mais especificamente, a região do Cariri cearense. Foram usadas as seguintes palavras-chaves: "pandemia", "covid-19", "população em situação de rua", "Ceará", "Cariri", "morador de rua", "migrantes". O período da pesquisa ocorreu entre os meses de março/2020 a junho /2021. Foram mapeadas 33 reportagens, referentes a todo estado do Ceará, contudo somente 11 reportagens se referiam, especificamente, ao Cariri.

Nesta busca também foram incluídos os sites da Diocese do Crato, das Prefeituras de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha e do Governo do Estado do Ceará. A escolha por esses caminhos de busca foi feita pela credibilidade como fontes de informações desses veículos e por serem fontes prioritárias de informações sobre as ações diante do cenário da covid-19, no caso dos sites oficiais das instituições mencionadas.

Para Neves (1995), os documentos são uma fonte fundamental para acompanhamento de um caso durante um período específico. Nesta pesquisa, os documentos são entendidos como partes e produtos de ideias, argumentos e propostas colocadas em circulação, sendo, assim, produtos sociopolíticos (SPINK *et al.*, 2014), do mesmo modo como os discursos não existem por si só, pertencem a uma ordem discursiva (FOUCAULT, 2010), a condições históricas e culturais de existência e de funcionamento as quais remetem a relações sociais e de poder.

A seguir apresentaremos alguns resultados dessa pesquisa e análises dos dados a partir de documentos e notícias publicados na mídia local, acerca das estratégias para lidar com a pandemia na região do Cariri Cearense e sobre as ações voltadas para a população em situação de rua neste período.

RESULTADOS E ANÁLISE

Na sistematização dos dados, classificamos as medidas e ações de enfrentamento à pandemia para a população de rua a partir de três grandes atores sociais: a Igreja Católica, o Estado (através das suas instituições governamentais) e outras entidades da sociedade civil. Isso torna-se relevante visto o percurso de construção histórica da região e na ênfase que pretendemos dar à multiplicidade

e à singularidade de uma população de rua na região do Cariri Cearense. Cada um desses atores teve papel importante construindo ações de enfrentamento à pandemia e buscando minimizar seus impactos em toda população.

As ações realizadas relatadas pelas reportagens, referentes aos três atores sociais acima citados foram, principalmente: campanhas de arrecadação e distribuição de dinheiro, alimentos, produtos de higiene e limpeza; orientação jurídica e encaminhamento para serviços públicos; orientação para emissão de documentos; disponibilização de espaços de abrigo e isolamento social; serviços de orientação sobre prevenção e distribuição de máscaras. Mesmo sendo 3 atores sociais, dadas as singularidades da região onde aspectos religiosos, filantrópicos e governamentais estão muito amalgamados, os dados e as análises aparecerão mesclados, pois muitas das ações foram em parceria ou estão interligadas.

Um elemento de forte impacto na cidade foi a nota da Diocese do Crato, de 17 de março de 2020, seguindo Decreto Estadual do Governo do Estado, no dia anterior, que decreta situação de emergência em saúde no âmbito de todo o Ceará (DIOCESE DO CRATO, 2020). O documento suspende todos os atos litúrgicos e eventos formativos, a saber: procissões, romarias, novenas, reuniões da catequese, encontros pastorais, com orientações direcionadas a padres, diáconos e fiéis. Orientados por tal posicionamento, em 18 de março, os principais centros de romarias de Juazeiro do Norte, em consonância com a Diocese do Crato, lançam nota cancelando todas as atividades religiosas, dentre as quais estão: a missa do dia 20 de março, em memória da morte do Padre Cícero; a programação da Semana Padre Cícero, entre 20 e 24 de março, como também toda festividade do dia 24 de março, quando o sacerdote completaria 176 anos. A orientação é de que "os fiéis não realizem romarias neste período, oferecendo o cancelamento da viagem em sacrifício pela cura desta enfermidade" (RODRIGUES, 2020a).

Para esta festividade eram esperadas 20 mil pessoas, que trariam junto com sua fé, uma outra dinâmica social e econômica para Juazeiro e este é um dos impactos diretos na população de rua, que muitas vezes consegue nestas festividades ter mais alternativas de trabalho e renda, atuando como flanelinha, limpando carros ou ajudando nos comércios do centro da cidade.

Mesmo diante do cancelamento inédito da romaria, um grupo de romeiros com 38 pessoas chegou em Juazeiro “pós 15 dias de caminhada, 540 quilômetros percorridos, iniciada no município de União dos Palmares, os devotos encontraram as igrejas de portas fechadas e não puderam pagar suas promessas”, neste momento, Juazeiro tinha um caso de covid confirmado (RODRIGUES; SOUSA, 2020). Era o início de muitas mudanças na realidade local com impacto direto na vida da cidade, em especial, de quem vivia nas ruas.

A partir dos dados que encontramos, percebemos uma disparidade entre as ações voltadas para a população de rua no Estado, em especial, entre Fortaleza e as cidades do Cariri. A maioria das ações e estratégias estão centralizadas na capital cearense, marcadas por ações itinerantes, com busca ativa, apoio e atendimento psicossocial, alimentação, oferta de espaços para higiene pessoal e acesso a equipamentos de proteção individual e muitos casos articuladas entre Secretarias de Saúde; Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos; e Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2021; SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, 2021).

A inclusão da população de rua como grupo prioritário para a vacinação, produziu reações diferentes e tensões entre o Movimento Nacional da População de Rua e os governos locais. Novamente observamos disparidades entre capital e interior: enquanto Fortaleza iniciou em vacinação da população de rua em Junho, de forma itinerante (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021), no Crajubar não encontramos informações sobre a vacinação desta população nos documentos analisados, indicando a não garantia deste direito.

No Cariri, as ações se limitaram ao abrigo, atendendo à determinação governamental de isolamento social. Entretanto, os serviços disponibilizados nem de longe atenderam as necessidades de acolhimento. Em Juazeiro do Norte, a única Pousada Social para População em Situação de Rua foi inaugurada em 13 de março de 2020, tendo como referência o Centro de Referência em Assistência Social (Centro Pop), que receberia até 20 pessoas, acabou por não funcionar de imediato, pois tratava-se de local fechado e com possibilidade de gerar aglomerações e contaminação.

A Pousada Social, desse modo, tornou-se apenas um espaço para recebimento de doações para a população de rua, sendo criada uma unidade de isolamento social no Centro Administrativo do Cariri, um prédio que comporta diversos serviços públicos. Todo um andar do prédio ficou destinado ao alojamento de 30 pessoas, sendo ofertadas três refeições diárias, advindas do restaurante popular. O espaço também dispunha de banheiros e foram distribuídos kits de higiene, incluindo álcool em gel, luvas e máscaras (RODRIGUES, 2020b). Em dezembro de 2020, as pessoas que estavam abrigadas nesse local foram realocadas para a Pousada Social, mantendo sua capacidade de acolhimento para 20 pessoas e com perspectiva de ampliação desse acolhimento por meio de outro local com melhores condições (RODRIGUES, 2021). Esse número de vagas disponíveis foi insuficiente para a quantidade de pessoas em situação de rua na cidade, ainda que não se tenha, no âmbito municipal, nenhum levantamento sobre o quantitativo da população de rua, o que é um dificultador para a elaboração de ações e políticas. Ao mesmo tempo é perceptível como as ações foram realizadas sem o devido planejamento e articulação e, sobretudo, sem a participação social que garantiria a efetivação de direitos para essa população, desconsiderando como essas pessoas se organizam e relacionam-se com a cidade.

Isso pode ser percebido quando analisamos o que ocorreu no Crato, onde o poder público, em articulação com a Pastoral do Menor, que cedeu sua sede, buscou acolher pessoas em situação

de rua. Ao poder público municipal coube a responsabilidade de cadastro, a distribuição da alimentação e kits de higiene (PREFEITURA DO CRATO, 2020). A iniciativa, que começou em março de 2020, durou 2 meses e, conforme o titular da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Crato, “eles não quiseram ficar no abrigo. Já tinha uma estrutura, mas houve resistência (em permanecer no local). Queriam apenas dormir, mas não permanecer em isolamento social todo o período, porque alguns trabalham, fazem bico”. Isso revela como a vida nas ruas é uma vida em movimento, permeada por outra formação subjetiva, onde as pessoas que nela/dela vivem a tomam como espaço de existência. Confiná-las em um espaço, mesmo diante das necessidades sanitárias, não considerou o modo de vida dessa população, que tem outras características e necessidades não contempladas pelo isolamento.

Tanto em Juazeiro do Norte como no Crato, as prefeituras realizaram campanhas junto à população para arrecadação de roupas, lençóis, kits de higiene, entre outros utensílios básicos (PREFEITURA DO CRATO, 2020; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 2020). Como alternativa para a população de rua no Crato, tem-se o Centro Pop do município, que oferta alimentação, espaço para higiene pessoal e encaminhamentos para outras políticas, especificamente voltadas para a situação de pandemia. A disponibilização de máscaras descartáveis e, em casos que a pessoa apresente sintomas gripais, há o encaminhamento para as unidades sentinelas, que são unidades de saúde que realizam testagem (RODRIGUES, 2021). Entretanto, mesmo havendo esses encaminhamentos, não houve registro nas reportagens de ações itinerantes de saúde, como por exemplo, testagem e atendimento.

Em Barbalha, as ações foram similares às das outras cidades: foi disponibilizado um espaço do Centro de Esportes Unificado, uma sala ampla e arejada, também com colchões, alimentação e materiais de higiene. Nos decretos, leis e planos de contingência relacionados a esse momento de pandemia disponibilizados nos sites

das prefeituras, entretanto, não consta menção às ações. Assim, só encontramos estes registros no âmbito das reportagens consultadas.

Muitas ações voltadas para a população de rua no Cariri foram realizadas pela sociedade civil, como a distribuição diária de quentinhas, kits de higiene, cobertores e garrafas de água pela Associação Beneficente Madre Maria Villac (ABEMAVI). Conforme afirma Santana (2021) na reportagem "Associação faz doação para população de rua em Juazeiro do norte" a pandemia colocou em risco a segurança alimentar de milhares de famílias, o que fez com que no Cariri, a ABEMAVI realizasse em Juazeiro do Norte a distribuição diária de almoço para pessoas em situação de rua, sendo distribuídas cerca de 40 quentinhas diariamente.

Essas ações foram realizadas na sede da Associação, juntamente com orientação jurídica e encaminhamento para serviços públicos. Houve demanda de orientação para emissão de documentos como RG, CPF e Carteiras de Trabalho (SANTANA, 2021).

Essa é a situação de muitas pessoas que vivem na/da rua, pois, conforme o relato trazido por Borges (2021): "quando o Centro tava aberto eu ainda conseguia fazer um dinheirinho com a reciclagem, mas com isso de fechar tudo não tem reciclagem, eu vou fazer o quê? Vou pra onde? Só posso ficar aqui". Essa é a condição de grande parte da população de rua no cenário da pandemia, inclusive no Cariri, que, com a redução da circulação nas ruas e sem apoio, acabam por sentir mais fortemente os impactos da pandemia, já que seu modo de vida tinha no ritmo da cidade uma possibilidade de geração de trabalho e renda.

Ainda sobre as ações da Igreja Católica, em abril de 2020 acompanhamos, através de redes sociais (*Whats App* e *Instagram*) e de notícias publicadas em jornais, uma campanha realizada pela Cáritas Diocesana do Crato, que buscava ajudar famílias venezuelanas, com o objetivo de arrecadar alimentos, dinheiro, produtos de

limpeza e higiene pessoal para pessoas migrantes e catadores de recicláveis. Tal ação era justificada devido às medidas de isolamento social, que impedia as pessoas de trabalhar, já que aqueles que viviam do trabalho informal, ficaram sem alternativas (RODRIGUES, 2020b). Queiroz e Silva (2020) apontam que no cenário da crise sanitária as condições dos imigrantes no Ceará em especial, nas cidades do interior, as dificuldades de acesso aos direitos sociais, que já se faziam presentes antes desta pandemia, aumentaram. Assim, agravaram-se a vulnerabilidade e a pobreza, dadas as barreiras frequentes relativas ao idioma, à falta de informações ou suporte para tê-las, à falta de documentação e regularização da situação de migração e refúgio.

Em todos os municípios do Crajubar, os Centro Pop realizaram o trabalho de orientação sobre a prevenção da covid-19 com informações sobre o auxílio emergencial do Governo Federal, pelo Decreto nº 10.316/2020 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020), além do benefício financeiro concedido aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, com o objetivo de subsidiar mínimas condições de vida a esses grupos que tiveram perdas/impossibilidades de sobrevivência causadas pela pandemia. Como um dos graves problemas da população de rua que se mostra recorrente em âmbito nacional é a falta de documentação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012), essa foi a maior dificuldade para o acesso ao auxílio emergencial.

Os modos como o Governo Federal determinou o acesso a esse benefício, impondo condicionalidades no cadastramento, para muitos impossíveis de serem cumpridas – tais como a necessidade de acesso à internet para realizá-lo e para acompanhar o processo num país que tem mais de 11,3 milhões de analfabeto/as e 38 milhões de trabalhadores/as informais -, evidencia um projeto intencional de exclusão, uma maneira de colocar em ação as prerrogativas da necropolítica: o poder estatal de decidir sobre quem pode viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2016). Deixados à própria sorte pela negligência e omissão governamental, desprotegidos diante de

uma doença altamente letal, o extermínio de pessoas em condição de extrema pobreza tornou-se um efeito tolerado ou mesmo desejado no cenário político brasileiro.

Em março de 2020, a Defensoria Pública do Estado do Ceará propôs recomendações com medidas de proteção da população de rua para os poderes públicos, dentre as quais se destacam: não suspensão ou diminuição do funcionamento dos equipamentos que atendem a população de rua; criação e distribuição de kits de higiene; ampliação dos locais disponíveis para necessidades fisiológicas, banho e higienização; ampliação em caráter de urgência do número de vagas de aluguel social; disponibilização de espaços públicos educacionais e esportivos com banheiros e vestiário; realização de testes para detecção da covid-19; ampliação da oferta de alimentação; fortalecimento das ações de saúde, inclusive com vacinação contra a gripe H1N1 (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, 2020).

Essas recomendações foram tenuamente atendidas no Crájabar, em especial no que diz respeito ao aluguel social, aos fortalecimentos de ações de saúde ou à ampliação da oferta de alimentação, como no caso do restaurante popular de Juazeiro do Norte, que funcionou apenas para garantir a alimentação de quem estava no isolamento (RODRIGUES, 2020a), desconsiderando assim, a população que continuava nas ruas e que enfrentava maiores dificuldades para conseguir dinheiro ou doações para se alimentar.

Manter-se em isolamento social, lavar bem as mãos, usar álcool gel, alimentar-se, hidratar-se e dormir bem, manter distância das pessoas, higienizar compras e outros objetos são ações que não se prestam a uma população que não tem onde morar e faz da rua seu espaço de moradia, trabalho e sociabilidade. Em tempos comuns essa população, que depende dos equipamentos públicos ou filantrópicos para comer, dormir, fazer higiene pessoal e até beber água, já sofre com a insuficiência desses serviços que estão muito

aquém da demanda de mais de 220 mil pessoas vivendo em situação de rua em todo o país (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020). Como podemos perceber, tanto no âmbito nacional quanto na esfera regional, houve um descompasso entre o que foi ofertado ou o modo como eram executadas as ações e o modo de vida e necessidades da população de rua, como por exemplo, a necessidade de trabalhar e/ou estar na rua, resolvendo e lidando com outras questões que iam além da necessidade de abrigo, que se chocavam com as regras de isolamento total. Deste modo, os abrigos que foram criados ficaram vazios. Certamente essa é uma questão complexa e de difícil solução, sobretudo no momento mais crítico da pandemia, que demandava participação social nas decisões, pactuação e construção coletiva de decisões, uma biopolítica a favor da vida e da resistência. Como lidar com as necessidades de trabalho, geração de renda e circulação pela cidade e ao mesmo tempo de proteção social sem esse amplo debate?

Os problemas de moradia e renda que atingem a população em situação de rua, cruciais na pandemia da covid-19, são comuns a inúmeras outras populações ou grupos vulneráveis no País, entre os quais 11,4 milhões de brasileiros vivendo em aglomerados urbanos, como favelas, palafitas e ocupações diversas (IBGE, 2016). Ao lado das comunidades indígenas, quilombolas e ciganas, dos encarcerados em prisões desumanas, das crianças, adolescentes e idosos institucionalizados, dos refugiados e migrantes clandestinos e de outros tantos milhões vivendo em condições de extrema pobreza, esse contingente configura uma grande massa de vidas precárias, indignas de luto, descartáveis e matáveis (BUTLER, 2019).

Neste cenário, podemos identificar dois movimentos: de um lado a insuficiência das ações, o que caracteriza a ausência do Estado através de medidas eficazes, capazes de proteger efetivamente a população e minimizar riscos; de outro, as condições da assistência prestada, que na execução de normas e regras burocráticas, distancia-se dos modos de vida desta população. Do ponto de vista do

fenômeno religioso na região, as tensões se fizeram evidentes, acirrando conflitos entre a Igreja e o povo, presente em épocas passadas e atuais, ao tempo em que esta instituição, ao lado de outras organizações filantrópicas, se mobilizou para prestar assistência emergencial à população de rua, sobretudo a refugiados e migrantes, o que coloca em questão o modo como o biopoder é exercido e em que direção ele caminha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada a população em situação de rua cresceu 140% entre 2012 e 2020 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2020). Esse contingente aumentou no País inteiro durante a pandemia, em função da desocupação crescente causada pelo desaquecimento da economia, acentuando sua vulnerabilidade e exigindo uma maior atuação do poder público no enfrentamento ao problema, voltadas à proteção sanitária e assistência social. Nesta direção, as ações assistenciais mapeadas pelo órgão através de estudos realizados em 13 capitais do Nordeste e Sudeste do Brasil, foram: abrigo, higiene e alimentação.

Os estudos identificaram a inexistência de centros emergenciais de serviço e de atividades específicas para usuários de álcool e outras drogas, pessoas com transtornos mentais, crianças e adolescentes em situação de rua que deveriam ser protagonizadas por equipes de abordagem social e de saúde. Além de atender a essas especificidades, os estudos apontam a necessidade da ampliação de vagas para acolhimento e equipamentos públicos de higiene, que poderiam ser supridas pela utilização de escolas e hotéis, que possuem infraestrutura e encontravam-se ociosos neste período (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020).

A pandemia causada pela covid-19 e a forma como afeta desigualmente diferentes grupos sociais, ressalta as diversas formas de negação de direitos e a ausência de políticas públicas adequadas e eficazes para uma parcela majoritária da população, entre elas as pessoas em situação de rua. Ainda que o foco das discussões e notícias deste contexto esteja sendo prioritariamente os aspectos relacionados à saúde, a conjuntura explicita ainda mais elementos como a desigualdade social, a falta de políticas de emprego e renda, de moradia etc. Logo, pensar o Cariri Cearense, tendo em vista os diversos atravessamentos históricos, religiosos, sociais, ambientais, políticos e econômicos, abre muitas questões sobre a constituição da população de rua na região e sobre a implicação do contexto pandêmico sobre essa população.

Desconsiderar o modo como essas pessoas têm produzido a cidade, em relações de escape das normas instituídas, ditando padrões para a vida é não reconhecer o direito à vida daqueles que escolhem viver nas ruas (como beatos e penitentes), ou que por falta de escolha, ficam ou vivem nelas/elas ruas. Pensar em linhas de cuidado em momentos como da pandemia e ressaltar como estratégia principal o isolamento social, foi enaltecer uma normatividade de se relacionar com a cidade e um modo de vida que não corresponde ao de muitas pessoas.

Nesse sentido, fica patente o peso que tem para a população aqui destacada a falta de uma ação comprometida do Estado, dirigida à garantia de direitos e fomento às políticas para responder a uma crise de maneira a preservar vidas dignamente. A ausência de planejamento, articulação e compromisso em estabelecer uma resposta consequente e eficaz, afetou o país inteiro, como atestam os números de casos e de mortes registradas. Tal contexto compromete ainda mais a vida daqueles que vivem no limite da sobrevivência, que garantem sua renda em ocupações informais radicalmente prejudicadas pela pandemia. Seria fundamental que o Estado não hesitasse em estabelecer medidas menos burocráticas de garantia

de renda nesse período, redistribuindo de alguma forma uma riqueza já fortemente concentrada, ou mesmo que investisse nas condições dos serviços públicos de acolhimento e tratamento mais condizentes com modos de vida singulares de certos grupos, garantindo condições para lidar com a doença.

Nesse contexto de negligência do Estado tomado pelo ideário neoliberal, têm se destacado ainda mais as medidas das próprias comunidades para proteger seus membros, estabelecendo ou fortalecendo redes de cuidado e solidariedade. Isso se torna ainda mais evidente no Cariri, na dimensão da experiência religiosa, inclusive articulando ações voltadas para a população de rua, em suas multiplicidades e singularidades.

REFERÊNCIAS

BORGES, G. Sem movimento, dificuldades para população em situação de rua crescem no lockdown. **Jornal O povo**, Fortaleza, 16 mar. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/03/16/lockdown-eleva-dificuldades-para-pessoas-em-situacao-de-rua-em-fortaleza.html>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. **Lei 10216 de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001.

BUTLER, J. **Vida precária**: Os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

CAMPOS, R. B. Como Juazeiro do Norte se tornou a terra da Mãe de Deus: Penitência, *ethos* de misericórdia e identidade do lugar. **Religião & Sociedade**, v. 28, n. 1, 2008.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ. Defensoria propõe medidas de proteção à população em situação de rua. **Defensoria Pública do Estado do Ceará**, Fortaleza, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/defensoria-propoe-medidas-de-protecao-a-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

DIOCESE DO CRATO. Comitê de migração e refúgio acolhe primeira família venezuelana. **Diocese do Crato**, Crato, 2020. Disponível em: <https://diocesedecrato.org/comite-de-migracao-e-refugio-acolhe-primeira-familia-venezuelana/>. Acesso em: 9 jun. 2020.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2010.

GIMBO, L. Análise arquegenealógica da Casa de Saúde Santa Teresa: Abertura, manutenção e fechamento de um hospital psiquiátrico. Dissertação Mestrado em Psicologia — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25274>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Governo do Ceará e Prefeitura de Fortaleza iniciam vacinação itinerante para população em situação de rua. **Governo do Estado do Ceará**, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/05/31/sps-e-prefeitura-de-fortaleza-iniciam-vacinacao-itinerante-para-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19**. Brasília, 12 jun. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=35811. Acesso em: 13 jun. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

NEVES, F. C. Curral dos Bárbaros: Os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, 1995.

PIRES, L. N.; CARVALHO, L.; XAVIER, L. L. COVID-19 e desigualdade: A distribuição dos fatores de risco no Brasil. **ONDAS**, Brasília, 2020.

PREFEITURA DE FORTALEZA. Cuidados com população em situação de rua são reforçados na segunda onda da pandemia. **Prefeitura de Fortaleza**, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/cuidados-com-populacao-em-situacao-de-rua-sao-reforcados-na-segunda-onda-da-pandemia>. Acesso em: 13 jun. 2021.

PREFEITURA DO CRATO. Solidariedade: Moradores de rua são acolhidos e protegidos do coronavírus. **Prefeitura do Crato**, Crato, 2020. Disponível em: <https://crato.ce.gov.br/informa.php?id=394>. Acesso em: 13 jun. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE. Juazeiro do Norte inicia campanha de doações para Unidade de Isolamento Social. **Site da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte**, Juazeiro do Norte, 2020. Disponível em: <https://www.juazeironorte.ce.gov.br/noticia/8139-juazeiro-do-norte-inicia-campanha-de-doacoes-para-unida/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 13.982**. Estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Brasília, 2020. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm Acesso em: 6 mar. 2021.

QUEIROZ, I. S. Região metropolitana do cariri cearense, a metrópole fora do eixo. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, 2014.

QUEIROZ, S.; SILVA, C. Imigrantes Internacionais na Região Nordeste e a pandemia de COVID-19. In: FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (orgs.). **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil**: Resultados de Pesquisa. São Paulo: Nepo/Unicamp, 2020.

RODRIGUES, A. Unidade de isolamento social para pessoas em situação de rua é criada em Juazeiro do Norte. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 23 mar. 2020a. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/unidade-de-isolamento-social-para-pessoas-em-situacao-de-rua-e-criada-em-juazeiro-do-norte-1.2225832>. Acesso em: 13 jun. 2020.

RODRIGUES, A. Campanha arrecada alimentos, dinheiro e produtos de higiene para migrantes e catadores do Cariri. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 6 abr. 2020b. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/campanha-arrecada-alimentos-dinheiro-e-produtos-de-higiene-para-migrantes-e-catadores-do-cariri-1.2230928>. Acesso em: 13 jun. 2020.

RODRIGUES, A. Unidades de isolamento contra Covid-19 para pessoas em situação de rua são fechadas no Interior. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/unidades-de-isolamento-contracovid-19-para-pessoas-em-situacao-de-rua-sao-fechadas-no-interior-1.3081047>. Acesso em: 13 jun. 2021.

RODRIGUES, A.; SOUSA, T. Romeiros viajam a pé durante 15 dias até Juazeiro do Norte e encontram igrejas fechadas. **G1 CE**, Fortaleza, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/20/romeiros-viajam-a-pe-durante-15-dias-ate-juazeiro-do-norte-e-encontram-igrejas-fechadas.ghtml>. Acesso em: 14 mar. 2023.

RODRIGUES, C. P.; ALVES, D. F.; SANTOS, M. D. C. Desenvolvimento sustentável e turismo no espaço rural: Uma perspectiva exploratória no triângulo Crajubar. **Ciência e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/cienciasustentabilidade/article/view/78>. Acesso em: 13 jun. 2021.

RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas**. São Paulo: EdUFSCar, 2016.

SANTANA, R. Associação faz doação para população em situação de rua em Juazeiro do Norte. **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2021/04/06/associacao-faz-doacao-para-populacao-em-situacao-de-rua-em-juazeiro-do-norte>. Acesso em: 13 jun. 2021.

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL. SPS e Prefeitura de Fortaleza iniciam vacinação itinerante para população em situação de rua. **Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos**, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/2021/05/31/sps-e-prefeitura-de-fortaleza-iniciam-vacinacao-itinerante-para-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

SILVA, T. D.; NATALINO, M. A.; PINHEIRO, M. B. **População em Situação de Rua em Tempos de Pandemia**: Um Levantamento de Medidas Municipais Emergenciais. Nota técnica n. 74. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35809a. Acesso em: 3 mar. 2021.

SPINK, P.; RIBEIRO, M. A. T.; CONEJO, S. P.; SOUZA, E. Documentos de domínio público e a produção de informações. *In*: SPINK, J. M.; BRIGAGÃO, J.; NASCIMENTO, V.; CORDEIRO, M. (orgs.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2014.

Parte

3

ESTRATÉGIAS
BIOPOLÍTICAS
NA EDUCAÇÃO

23

Willian Fernandes Araujo

EDUCANDO PARA OS ALGORITMOS:

LÓGICAS DA SUBJETIVAÇÃO A PARTIR
DA PLATAFORMIZAÇÃO DA VIDA

DOI:10.31560/pimentacultural/2023.98027.23

INTRODUÇÃO

Imagine acessar seu perfil em sua plataforma favorita e, de repente, perceber que as métricas que antes guiavam suas interações com outros desapareceram. Nenhuma contagem de curtidas, compartilhamentos ou seguidores. Como você agiria? É este exercício reflexivo que o artista e pesquisador Ben Grosser (2014) nos convida a fazer a partir de sua ferramenta de *desmetrificação*: “Quais são os efeitos dessa enumeração, dessas métricas que quantificam nossas interações sociais?”³². Essa hipotética situação ilustra uma das muitas formas como sistemas computacionais moldam a vida contemporânea, muitas vezes de modo imperceptível. Por trás de cada interação que temos com plataformas on-line, há uma série de sistemas de produção e análise de dados que medem, analisam e decidem o que gostaríamos de ver, com quem desejaríamos interagir e até mesmo como nos sentiríamos diante disso. A *metrificação* da interação é apenas um de uma gama de lógicas implementadas por plataformas on-line.

Algoritmos, dados e sistemas computacionais têm se incorporado cada vez mais nos modos de vida contemporâneos. Como analisa Mbembe (2021), este novo paradigma introduz reconfigurações nos processos de subjetivação que, em grande medida, estão refazendo o ser humano. “A produção de grandes quantidades de dados em taxas exponenciais nos levou ao limiar de uma outra ontologia dos números” (MBEMBE, 2021, p. 219). Como uma *soft biopolítica*³³, sistemas computacionais produzem identidades e categorias calculativas que vão nos enquadrando e nos encaminhando a diferentes espaços, decisões e modos de representação (CHENEY-LIPPOLD, 2017).

32 Todas as citações em língua estrangeira são traduções livres elaboradas pelo autor do capítulo.

33 Em uma tradução livre, uma biopolítica suave.

A plataformização da vida, entendida como a crescente dependência dessas infraestruturas em diferentes âmbitos de nossa existência (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018), tem apresentado novos desafios educacionais, sociais, culturais, políticos e científicos. Na medida em que sistemas algorítmicos passam a atuar como técnica de governo em diferentes espaços de tomada de decisão, questionamentos são levantados em diferentes âmbitos sobre a possibilidade de viés e discriminação nos resultados gerados pela ação desses sistemas (EUBANKS, 2019; O'NEIL, 2021; NOBLE, 2021; SILVA, 2022). Ao mesmo tempo, há uma justa preocupação com o modelo que a plataformização instaura, baseado no extrativismo de dados e na hegemonia econômica das grandes plataformas, que ameaça a privacidade e a segurança dos usuários, assim como a diversidade cultural (COULDRY, MEJÍAS, 2020; ZUBOFF, 2021). Porém, ainda que sejamos capazes de identificar os efeitos dessa conjetura, ainda necessitamos de ontologias e formulações teóricas para pensar esses fenômenos (MBEMBE, 2021).

Neste cenário, este capítulo tem como objetivo desenvolver um debate sobre as dinâmicas da subjetivação a partir daquilo que é caracterizado pela ideia de plataformização. É estabelecida uma discussão sobre o uso do conceito de governamentalidade para analisar sistemas algorítmicos como técnicas de poder. Os algoritmos são vistos como elementos que introduzem microfísicas de poder que têm efeitos singulares na forma como o poder opera. O uso desse conceito nos ajuda a entender como as práticas computacionais são prescritas como tecnologia de governo e como isso produz sujeitos educados para o algoritmo. Por isso, para promover o debate, são identificadas características do chamado poder algorítmico e as dinâmicas de governamentalidade decorrentes, como a ideia de norma algorítmica. Com isso, é possível propor algumas configurações possíveis para abordagem dos processos de subjetivação e apontar algumas derivações já mapeadas no âmbito da literatura dos estudos de plataforma. Por fim, discute-se a ideia da literacia algorítmica como resposta pedagógica aos efeitos da plataformização.

GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DOS ESTUDOS DE PLATAFORMA

Os Estudos de Plataforma representam um campo de investigação que, desde os anos 2010, pesquisa a articulação entre trocas sociais e aspectos materiais, econômicos e políticos da conectividade online (D'ANDRÉA, 2020). Por outras palavras, Estudos de Plataforma referem-se a “tecnologias, interfaces, e *affordances*, estruturas proprietárias, modelos de negócio, mídia e auto-representações, e a governança dessas entidades, posicionando esses elementos em uma relação coevolutiva com as diversas culturas de uso da plataforma” (BURGESS, 2021, p. 26).

Como defende Gillespie (2015, p. 2), está no centro do olhar epistemológico dos estudos de plataforma a compreensão de que os objetos de pesquisa desse campo não são compostos apenas pelas práticas dos sujeitos em interação com sistemas computacionais, mas também pelo caráter produtivo das ações da plataforma, “de acordo com a lógica de seus algoritmos, o imperativo de seu modelo de negócios e a aplicação de suas diretrizes da comunidade”. Desse modo, considera-se a interveniência das plataformas não apenas como ambiente no qual os objetos de pesquisa se apresentam, mas como conformadoras desses mesmos objetos (GILLESPIE, 2015; ARAUJO, 2017).

Neste emergente campo de observação das dinâmicas sociotécnicas contemporâneas, o conceito de governamentalidade tem atuado como instrumento teórico-metodológico para a observação de sistemas algorítmicos como técnicas de poder: como meio para projetar e implementar complexas técnicas de condução de condutas (RIEDER, 2018). Essa perspectiva se baseia na herança das análises críticas de Michel Foucault sobre os processos biopolíticos.

Na tradição foucaultiana, governar se configura em “modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244). Portanto, sistemas algorítmicos são pensados como elementos que introduzem “microfísicas’ que têm o potencial de afetar profundamente as formas como poder opera” (RIEDER, 2018, p. 111). Para Bucher (2018, p. 37), “Assim como as estatísticas permitiram o governo das populações na análise da segurança de Foucault, os algoritmos operam como instrumentos de governo que direcionam fluxos de informações e as práticas dos usuários [...]”. Logo, o conceito de governamentalidade possibilita que enxerguemos a natureza performativa dos algoritmos como táticas de governo, auxiliando nos esforços de demonstrar como práticas *calculativas* computacionais são prescritas como tecnologia de governo, quais seus domínios de conhecimento e como esses conhecimentos se internalizam com o objetivo de produzir sujeitos *educados para o algoritmo* (INTRONA, 2016).

Existem diferentes recorrências no modo como sistemas algorítmicos são incorporados como técnica de governo no âmbito da plataformização. Porém, o aspecto que melhor caracteriza esse fenômeno é sua performatividade: capacidade de antecipação e intervenção das escolhas individuais por meio das análises de dados e modelos probabilísticos (BRUNO, 2013). As técnicas algorítmicas empregadas em sistemas de recomendação (que interagimos com frequência em plataformas como *YouTube*, *Netflix* e *Spotify*) ou em sistemas de busca (como o *Google*) atuam a partir da análise de dados em grande escala com o objetivo de descobrir padrões e tendências e, a partir dos dados pessoais da usuária, colocá-la em determinado perfil de uso. Essas técnicas, chamadas por Bruno (2013) de tecnologias performativo-preditivas, são consideradas pela autora decisivas na estruturação do poder e controle.

Ao entrarmos em contato, por exemplo, com um sistema de recomendação de filmes, ele pode coletar informações sobre os filmes que um usuário assistiu anteriormente e os filmes que o usuário avaliou positivamente. Com base nesses dados, o sistema pode criar um perfil a ser usado para fornecer recomendações de filmes que o usuário, conforme a racionalidade da plataforma, gostará de ver. Bruno (2013, p. 161) sustenta que a técnica do *profiling* (como esse processo é conhecido no âmbito da computação) não tem como objetivo “produzir um saber sobre um indivíduo identificável, mas usar um conjunto de informações pessoais para agir sobre similares. O perfil atua, ainda, como categorização da conduta, visando à simulação de comportamentos futuros”. Assim, a performatividade algorítmica atua ao tentar antecipar e moldar a ação dos sujeitos, com base em seus comportamentos passados. Portanto, o chamado poder algorítmico se constitui pela constituição de identidades datificadas com o propósito de antecipar e moldar a ação dos sujeitos em interação com esses sistemas. “As individualidades projetadas pelos perfis não focalizam tanto as consciências que sustentam a ação; elas dão um passo à frente e visam diretamente a própria ação” (BRUNO, 2013, p. 174).

Esse processo de categorização empregado pelo *profiling* é localizado por Cheney-Lippold (2011; 2017) como um novo eixo analítico do poder para pensar o que chama de biopolítica suave. Ao usar este termo, Cheney-Lippold (2017) se refere aos modos como agentes algorítmicos criam categorias e perfis mensuráveis de acordo com mecanismos biopolíticos. Assim, diferente das práticas biopolíticas tradicionais - que tem um foco populacional mais evidente - a biopolítica suave envolve a vida em um nível tecno-social, empregando categorias que não evidentes e, muitas vezes temporárias, que vão muito além dos tipos tradicionais como gênero, raça, classe e idade. Segundo Cheney-Lippold (2017), somos constantemente submetidos a diferentes arranjos de conhecimentos algorítmicos, mas essas relações de sujeição aos dados são estranhas às nossas experiências mais imediatas.

A inclusão desses sistemas que se baseiam em dados comportamentais para prever e modificar as ações individuais é um dos pontos centrais do fenômeno da plataformação. Sistemas algorítmicos passam a desempenhar um papel significativo em processos decisórios de diversos campos da vida social, incluindo a educação. Por exemplo, Introna (2016) faz uma análise crítica do software de identificação de plágio na educação de nível superior chamado *Turnitin*. A partir da observação dos aspectos performativos do programa em questão, o autor afirma que, ao analisarmos cuidadosamente, podemos observar que os algoritmos de detecção de plágio não conseguem detectar o plágio real, ou seja, quando alguém apresenta o trabalho de outra pessoa como seu próprio, não apenas copiando as palavras usadas. “O que essa governamentalidade algorítmica produz é uma compreensão particular de originalidade e plágio, bem como dos sujeitos que concebem a prática de uma “boa” escrita como a composição de textos indetectáveis” (INTRONA, 2016, p. 20). Portanto, em sua análise, Introna (2016) demonstra que nesses sistemas, o plágio é definido computacionalmente como texto copiado, e ao incorporarmos esses algoritmos em nossa prática de ensino, herdamos essa compreensão e representação do que é o plágio e, conseqüentemente, o reducionismo computacional que aí está embutido. Logo, a análise de Introna (2016) observa a inserção de algoritmos de detecção de plágio como instrumento de reforço de uma visão neoliberal sobre a educação, que a performa e a prescreve como mercadoria.

A ideia de reducionismo computacional é também elementar para entender as especificidades da governamentalidade algorítmica. A forma como esses sistemas funcionam depende da sua modelagem: a descrição de modo claro de um problema (por exemplo, apresentar o melhor resultado para uma busca) em termos computacional, para que uma máquina possa resolvê-lo (GILLESPIE, 2015). Neste processo, são inúmeras as oportunidades para o estabelecimento de determinadas racionalidades sobre o que,

por exemplo, uma busca adequada significa (ARAUJO, 2017). São nestes espaços de produção de conhecimento sobre a realidade que se estabelecem racionalidades que passam a ser prescritas nas ações desses sistemas.

No contexto das plataformas on-line usadas massivamente ao redor do mundo, essas racionalidades são atravessadas por modelos de negócios e pela busca por relevância no mercado de serviços digitais, que, via de regra, é definida pelo número de usuários que cada plataforma detém. Para isso, algoritmos são vistos nesta indústria como elemento central de governo de comportamentos e conteúdos (ARAUJO, 2021). Em uma investigação etnográfica com desenvolvedores de sistemas de recomendação de música, Seaver (2018) mapeou o que podemos chamar de *mentalidade da captura*. Isto é, como descreve Seaver (2018, p. 423), o desenvolvimento desses sistemas é orientado para “manter os usuários nas plataformas, chamar sua atenção e para ajudar as empresas a conquistar participação de mercado”. Como observa o autor, é recorrente entre engenheiros que desenvolvem esses sistemas o uso da metáfora do algoritmo como armadilha para captura e manutenção da atenção dos usuários. Em um dos relatos analisados por Seaver (2018, p. 2), um engenheiro entrevistado revela: “Se você está em sua primeira semana nos ouvindo, nós dizemos, ‘Foda-se! Toque os sucessos!’ Toque a merda que você sabe que eles vão adorar para mantê-los voltando. Deixe-os viciados. No começo, estou apenas tentando te fisgar”.

Essa mentalidade da captura da atenção pode ser rapidamente mapeada nos aparatos materiais e discursivos das plataformas on-line. Por exemplo, em 2016, o *Instagram* mudou seu *feed* para um sistema que apresenta publicações de acordo com a relevância atribuída pelo algoritmo. Isso gerou reações negativas iniciais, mas acabou aumentando métricas estratégicas para a empresa, como número de usuários ativos, tempo gasto na plataforma e fotos postadas, o que foi considerado um grande sucesso (DIMSON, 2017; SKRUBBELTRANG; GRUNNET; TARP, 2017). Esse caso é mais um

exemplo de que esses mecanismos são concebidos, desenvolvidos e implementados como produtores de *engajamento*, pensada nessa racionalidade como uma *commodity* resultante da atenção dos sujeitos e das ações desses mecanismos (ARAUJO, 2017).

Como pondera Lupinacci (2021), essa arquitetura da busca pelo controle da atenção não é um fenômeno novo e pode ser observado em meios de comunicação anteriores, marcada pela produção de sentidos de urgência, imprevisibilidade, perigo, etc. Porém, em plataformas on-line, como exemplificado pelo caso de 2016 do *Instagram*, a gestão desses sentidos está no centro do modelo de negócio desses serviços e se configura como uma potente racionalidade que guia o seu processo de desenvolvimento: “Mídias sociais, que em grande parte geram receita por meio de publicidade direcionada por dados, dependem de um senso de instantaneidade para cativar a atenção e incentivar o engajamento ativo e quantificável, que é então empregado para produzir (e vender) previsibilidade” (LUPINACCI, 2021, p. 274). A autora destaca que a construção de funcionalidades como os *feeds* de plataformas on-line é orientada para o desenvolvimento dessa sensação de instantaneidade, caracterizada pela produção de uma sensação de inconstância, esperando, a cada atualização do feed, a apresentação do inesperado. “[S]omos deliberadamente encorajados a sempre esperar o inesperado, mesmo em situações comuns e sem intercorrências, que nos mantêm presos a plataformas específicas sob a suposição de que algo notável pode acontecer a qualquer momento, o tempo todo” (LUPANACCI, 2021, p. 274).

Portanto, o que temos referido como governamentalidade algorítmica, no contexto das plataformas on-line de uso massivo, tem como uma de suas principais racionalidades a *mentalidade de captura*, como uma abordagem de forte influência behaviorista adotada pelos desenvolvedores de plataformas on-line ao projetar algoritmos destinados a manter os usuários engajados e ajudar as empresas a ganhar participação de mercado (SEEVER, 2018).

Ao longo de minhas pesquisas, tenho me dedicado a observar e mapear como essas racionalidades são construídas nas produções materiais e discursivas de plataformas on-line (ARAUJO, 2017; 2018; 2021). Embora o agir computacional de algoritmos seja uma potente forma de prescrição dessas racionalidades, elas são intensiva e amplamente reforçadas por dispositivos que almejam produzir determinados modos de subjetivação daqueles em interação com esses sistemas. Ao estudar algoritmos como tecnologias de governo, no sentido foucaultiano, devemos olhar não apenas o domínio material, mas também o simbólico. Ou melhor, como defende Akrich (1992) a partir da semiótica material, não há descontinuidade entre o material e a produção de sentidos. A partir desta perspectiva, Bucher (2018) afirma que as narrativas e discursos associados aos algoritmos são práticas performativas de governo que ajudam a conduzir as condutas humanas. “Portanto, o que plataformas digitais são e o que suas funcionalidades fazem são valores construídos também nos textos que apresentam, informam, sugerem, ensinam sobre seus mecanismos” (ARAUJO, 2018, p. 2).

No item a seguir, passo a apresentar a proposta conceitual da *norma algorítmica* e sua relação com a construção de uma *educação para algoritmos* no âmbito dos processos de subjetivação em plataformas.

EDUCAR PARA ALGORITMOS: NORMA ALGORÍTMICA E A PRODUÇÃO DE DISCURSOS

Durante o desenvolvimento de minha pesquisa doutoral, tive a oportunidade de realizar uma análise extensa do desenvolvimento do chamado algoritmo do *Facebook*: o sistema usado para determinar quais postagens aparecem em primeiro lugar no *feed* da plataforma (ARAUJO, 2017). Esse é considerado um dos mecanismos

pioneiros na gestão algorítmica em plataformas on-line e, como classificam historicamente seus criadores, o motivo do sucesso do *Facebook* ao longo das últimas décadas (KIRKPATRICK, 2011). Na pesquisa, foi possível estudar as publicações institucionais do *Facebook* durante 10 anos, de 2006 a 2016, produzindo, assim, um olhar longitudinal sobre como o algoritmo (e os sujeitos em interação com ele) eram prescritos.

A partir desse estudo foi possível perceber uma profusão de dispositivos articulados para produzir o algoritmo e, especialmente, produzir os sujeitos em relação com esses sistemas. Nesses dispositivos, geralmente em forma de publicações em blogs e espaços institucionais, almejava-se principalmente *educar os criadores de conteúdo*: sujeitos ou coletivos de sujeitos que produzem materiais em diferentes formatos buscando criar um público fiel e engajado, que possa ser monetizado por meio de patrocínios, publicidade e vendas de produtos. Nos conteúdos produzidos, por exemplo, pelo *Facebook*, há uma clara tentativa de estabelecer os comportamentos considerados normais e, portanto, aceitos e dignos de ganharem visibilidade pelo algoritmo. Ao mesmo tempo, também são indicados comportamentos considerados anormais e que serão punidos com invisibilidade (ARAUJO, 2017). Portanto, além da capacidade técnica dos algoritmos, a definição do que é visível em plataformas on-line passa também pela mobilização de textos que buscam *educar* as práticas a partir desses ambientes, estabelecendo uma lógica punitiva que condiciona ser visível a seguir as regras estabelecidas. “Esses discursos normativos sobre sistemas de recomendação introduzem lógicas estritas sobre o que significa *agir*, produzindo, assim, um espaço de moralidade quase binário, entre o *bom* e o *mau* comportamento” (ARAUJO, 2021, p. 33).

Essa busca por *educar* os sujeitos em relação com sistemas algorítmicos tornou-se ao longo dos últimos anos uma prática recorrente entre as plataformas on-line mais usadas. Sem surpresa, algumas das iniciativas mais conhecidas nesse âmbito utilizam métodos,

formatos e terminologias da educação formal. Por exemplo, o *YouTube* lançou em 2013 a sua Escola de Criadores de Conteúdo: uma página criada para fornecer orientações e recursos para criadores que desejavam expandir suas habilidades, conforme as recomendações da plataforma (ARAÚJO, 2021). De modo similar o *Instagram* tem uma página denominada *Creator Lab*, que convida criadores a aprender com *experiências de sucesso*. Já o *TikTok* tem diferentes conteúdos de *aprendizagem*, como, por exemplo a *TikTok Academy*, que faz o seguinte apelo: "torne-se expert por meio da educação". No caso da Escola de Criadores de Conteúdo do *YouTube*, ao finalizar as unidades de aprendizagem e responder à *prova* (questionários sobre os conteúdos de cada unidade), alcançando ao menos 75% de acertos, o usuário pode receber um certificado on-line que atesta seu conhecimento como criador de conteúdo.

Este uso de termos e lógicas dos espaços formais da educação não é casual e nem desinteressado. Essas escolas, academias ou laboratórios são agentes fundamentais na arquitetura do poder em plataformas on-line. Como já destacado, trata-se de mais uma camada dos processos de subjetivação a partir das plataformas, incorporada com o objetivo de reforçar o exercício do poder sobre comportamentos e conteúdos a partir da ação de sistemas algorítmicos. Evitar comportamentos destoantes do que é definido como *normal* para o bom funcionamento desses sistemas, conforme Ziewitz (2019, p. 2), é procedimento formalizado inclusive na literatura da computação: "enganar o sistema tende a ser representada como uma ameaça à integridade dos sistemas, um mal inevitável que é melhor erradicar. Como Strathern (1997, p. 308) coloca: 'Quando uma medida se torna um alvo, deixa de ser uma boa medida'" (Ziewitz, 2019, p. 2).

Portanto, a norma *algorítmica* é uma proposta conceitual que descreve as estratégias de governo de conteúdos e comportamentos por meio da produção de dispositivos materiais e discursivos que fornecem informações e significado às práticas nesses ambientes. Como é possível observar, com frequência a produção desses dispositivos

aciona valores sociais e práticas do campo da educação, buscando explorar a legitimidade social desses saberes nas racionalidades contemporâneas. Estudar a norma algorítmica em plataformas on-line representa mapear as racionalidades e prescrições da ação de algoritmos a partir dos dispositivos materiais e discursivos empregados para dar sentido e informar as interações com esses sistemas.

Ao olhar para esse fenômeno, é possível enxergar uma série de novas práticas que passam a constituir as dinâmicas de educabilidade contemporâneas. A mais evidente diz respeito às negociações da produção de dados pelos sujeitos em interação com algoritmos. Como destacado ao longo do capítulo, dados digitais representam o elemento essencial para ação de sistemas computacionais. Logo, a produção de dados no âmbito das plataformas on-line passa a tornar-se uma questão de atenção para os sujeitos em relação com esses sistemas, principalmente nas dinâmicas de resistência. Por exemplo, a pesquisa de Moreira (2022) foi capaz de demonstrar empiricamente algumas práticas de gestão de comportamento em plataformas de *streaming* musical com o propósito de *educar/ensinar* o algoritmo. Em sua pesquisa, o autor apresenta alguns relatos de sujeitos no *Twitter* que dão conta dos modos como organizam seus comportamentos para *educar o algoritmo*: "Depois de meses *ensinando* o *spotify* as música que eu gosto, vou dar mais uma chance pro *discover weekly*" e "no caso da musica eu ja reparei q os *streamings* tendem a ficar repetitivo, no *Youtube* tem isso tb, acaba ficando numa bolha, ai agnt tem q sair fuçando ate *reeducar* o algoritmo" (MOREIRA, 2022, p. 152). Como sugere Ziewitz (2019, p. 3), a produção e gestão dos dados no âmbito das diferentes plataformas que proporcionam e moldam nossas práticas "é um importante local de governamentalidade e contestação em sistemas algorítmicos contemporâneos".

Como indicam Ferrari e Graham (2021) a subjetivação decorrente do poder algorítmico possibilita e constrange a ação individual e coletiva, mas sempre envolve dinâmicas de dominação e resistência. Isto é, o poder é sempre "praticado - não possuído"

(FERRARI; GRAHAM, 2021, p. 210). Em diferentes perspectivas, estudos têm demonstrado os modos como as pessoas têm ajustado/ orientado seus comportamentos e práticas para lidar com ou contestar a *norma algorítmica* (MCCOSKER, 2017; BISHOP, 2019). Burgess *et al.* (2022) reforçam que esses processos se estabelecem pela geração de dados, por exemplo, quando reagimos à contagem de *curtidas* em publicações, pelas formas como interagimos com os conteúdos em uma determinada plataforma, ou pela maneira como gerenciamos nossas estratégias de busca nesses sistemas.

Essa maior proatividade diante das práticas normativas de sistemas algorítmicos tem ingressado nas discussões sobre respostas pedagógicas aos fenômenos da plataformização e datificação. Pangrazio e Sefton-Green (2022, p. 7) posicionam esse conhecimento como decisivo para que “educadores possam discernir mais especificamente o que seus estudantes sabem ou não sobre os processos de datificação e como eles podem ser melhor auxiliados para desenvolver entendimentos e práticas críticas”.

Diante deste contexto, passo a discutir a conformação desse apelo por respostas *educativas* à governamentalidade em plataformas on-line.

O IMPERATIVO PARA UMA RESPOSTA EDUCACIONAL: ALFABETIZAÇÃO PARA ALGORITMOS

Há nos estudos de plataforma um imperativo por uma resposta educacional aos algoritmos, frequentemente identificada a partir das ideias de alfabetização ou de literacia. Conhecer o funcionamento e saber lidar com os sistemas algoritmos mais usados

é contemporaneamente um conhecimento fundamental a todo usuário, consumidor e cidadão, afirmam Burgess *et al.* (2022). Rainie e Anderson (2017) posicionam a alfabetização para algoritmos como o grande desafio social diante da proliferação de sistemas computacionais em diferentes âmbitos da vida contemporânea. Já Pangrazio e Sefton-Green (2022) destacam a crescente demanda por respostas do campo da educação, que possam auxiliar na informação das práticas diante desses sistemas.

Alfabetização algorítmica ou *literacia algorítmica* (termos usados aqui como sinônimos) são geralmente conceituados como a capacidade individual de entender e analisar como algoritmos funcionam, como são projetados e as consequências de seu uso (GLOTFELTER, 2019; BURGESS *et al.*, 2022). Neste sentido, são pensados como métodos de caráter pedagógico para o desenvolvimento de uma percepção crítica sobre a existência desses sistemas na vida cotidiana a partir do reconhecimento de seus impactos sociais, econômicos e políticos (PANGRAZIO; SEFTON-GREEN, 2022). Ou seja, representam esforços educacionais para possibilitar a discussão dos valores sociais incorporados nessas infraestruturas técnicas e possibilitar a imaginação de formas alternativas, por exemplo, para a organização da informação (GROSMAN *et al.*, 2022).

Embora a literatura sobre alfabetização algorítmica venha apresentando um desenvolvimento ascendente em diferentes campos da pesquisa acadêmica, ainda não há acordo sobre como teorizar e medir a alfabetização das pessoas ao interagir com algoritmos (OELDORF-HIRSCH; NEUBAUM, 2021). Ao mesmo tempo, Pangrazio e Sefton-Green (2022) observam que existem importantes desafios para o desenvolvimento dessas respostas educacionais à platformização, que estão conectadas com a própria natureza desse fenômeno, dada a complexidade dos processos computacionais e opacidade de seus modos de funcionamento. Ou seja, a principal dificuldade é que esses conhecimentos sobre o funcionamento de sistemas algorítmicos costumam ser complexos e cambiantes.

Isso se deve às características sociotécnicas desses fenômenos, marcados pela especialização e complexidade técnica da inteligência artificial e pela invisibilidade dos modos de funcionamento de sistemas algorítmicos. Pangrazio e Sefton-Green (2022) destacam que é por essa razão que muitos projetos pedagógicos sobre algoritmos e sistemas computacionais derivam da ciência de dados e da ciência da computação, campos nos quais a lógica da computação é um conhecimento elementar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de subjetivação em um contexto de plataforma da vida são ainda mais complexos e multifacetados. Os algoritmos e técnicas computacionais atuam como uma sofisticada infraestrutura de governo, que molda comportamentos e condutas. A norma algorítmica, como parte dessa infraestrutura, produz conhecimento e define as expectativas de como as pessoas devem se comportar nas plataformas digitais e, com isso, molda a produção de dados. Como convoca Mbembe (2021), é fundamental reorganizarmos propostas conceituais capazes de mapear as dinâmicas do poder algorítmico e como elas passam a constituir esse novo 'ser humano' a partir das lógicas computacionais.

Neste sentido, campos como o da educação e dos estudos de mídias e comunicação parecem privilegiados para a observação da performatividade dessas lógicas computacionais nos processos de produção de sujeitos. Em especial, destaco as propostas conceituais que vêm sendo desenvolvidas no âmbito dos Estudos de Plataforma e dos Estudos de Ciência e Tecnologia, que tem atualizado a discussão da governamentalidade para compreender como os novos aparatos do poder se constituem a partir da lógica computacional.

Como é possível notar ao olhar para os exemplos mobilizados ao longo do corpo do texto, as dinâmicas emergentes da plataforma colocam diferentes acepções de educação em jogo, tanto como estratégia instrumental de produção de conhecimento e sentidos para domesticação dos sujeitos diante dos algoritmos ou como forma de resistência desses sujeitos, a partir da produção estratégica de dados. O que me parece relevante e singular nesses exemplos é indícios sobre a emergência de novas dinâmicas da educabilidade e, neste sentido, dos processos de subjetivação.

O crescente apelo por uma literacia algorítmica, como resposta pedagógica aos efeitos da plataforma, seja em espaços formais da educação ou em suas formas mais amplas e distribuídas. Nesta discussão, há a consciência da necessidade da produção de materialidades e discursos que possibilitem outras subjetivação, que permitam aos sujeitos tomar decisões informadas sobre o uso de tecnologia e entender as implicações delas em suas vidas. Ao mesmo tempo, há uma grande debilidade das discussões metodológicas sobre o tema e, afirmo, algum risco do estabelecimento de uma visão instrumental e acrítica, que apenas pensa processos pedagógicos para melhor usar esses mecanismos. Qualquer proposta educacional que queria enfrentar a plataforma de modo crítico precisa apontar para modos de repensar e contestar as lógicas prescritas neste fenômeno.

A pesquisa do campo da educação sobre plataforma apresenta um grande potencial para o entendimento das dinâmicas emergentes nesse contexto, assim como para o desenvolvimento de propostas pedagógicas que permitam aos sujeitos tomarem decisões informadas. A interdisciplinaridade é um elemento fundamental para essas pesquisas, que precisam dialogar com campos como os Estudos de Plataforma e os Estudos de Ciência e Tecnologia para compreender como os novos aparatos do poder se constituem a partir da lógica computacional e, assim, contestar e repensar essas lógicas.

Por outro lado, há também desafios e dificuldades para as pesquisas no campo da educação sobre plataformização. A metodologia é um aspecto crítico, já que a complexidade e multifacetada natureza do tema exigem abordagens interdisciplinares e dialógicas, com metodologias que sejam capazes de compreender as dinâmicas algorítmicas e suas implicações na produção de sujeitos. Além disso, a rápida evolução das tecnologias e plataformas digitais torna ainda mais desafiador manter-se atualizado e acompanhar as mudanças constantes no campo. É necessário, portanto, um esforço conjunto entre pesquisadores de diferentes campos, para que as pesquisas possam acompanhar as transformações em curso e produzir conhecimentos relevantes para a sociedade.

REFERÊNCIAS

AKRICH, M. The de-scription of technical objects. *In*: BIJKER, W. E.; LAW, J. (org.). **Shaping technology/building society: studies in sociotechnical change**. Cambridge: MIT Press, 1992. p. 205-224.

ARAUJO, W. F. **As narrativas sobre os algoritmos do Facebook: uma análise dos 10 anos do feed de notícias**. 2017. 315 f. Tese de doutorado — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ARAUJO, W. F. A construção da norma algorítmica: análise dos textos sobre o Feed de Notícias do Facebook. **E-Compós**, v. 21, n. 1, 2018.

ARAUJO, W. F. Norma algorítmica como técnica de governo em Plataformas Digitais: um estudo da Escola de Criadores de Conteúdo do YouTube. **Revista Fronteiras**, v. 23, n. 1, 2021.

BISHOP, S. Managing visibility on YouTube through algorithmic gossip. **New media & society**, v. 21, n. 11-12, p. 2589-2606, 2019.

BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

BUCHER, T. **If... then: Algorithmic power and politics**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BURGESS, J. *et al.* **Everyday data cultures**. Estados Unidos: John Wiley & Sons, 2022.

BURGESS, J. Platform Studies. *In*: CUNNINGHAM, S.; CRAIG, D. **Creator Culture: An Introduction to Global Social Media Entertainment**. New York: New York University Press, 2021. p. 21-38.

CHENEY-LIPPOLD, J. A new algorithmic identity: Soft biopolitics and the modulation of control. **Theory, culture & society**, v. 28, n. 6, p. 164-181, 2011.

CHENEY-LIPPOLD, J. We are data. *In*: CHENEY-LIPPOLD, J. **We Are Data: Algorithms and the Making of Our Digital Selves**. Nova York: New York University Press, 2017.

COULDRY, N.; MEJIAS, U. **The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2020.

D'ANDRÉA, C. F. B. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: Editora UFBA, 2020.

DIMSON, T. Measurement and Analysis of Predictive Feed Ranking Models on Instagram. **Machine Learning @Scale**, 2017. Disponível em: <https://atscaleconference.com/videos/measurement-and-analysis-of-predictive-feed-ranking-models-on-instagram/>. Acesso em: 17 dez. 2022.

EUBANKS, V. **Automating Inequality: how high-tech tools profile, police, and punish the poor**. Nova York: Picador, 2019.

FERRARI, F; GRAHAM, M. Fissuras no poder algorítmico: plataformas, códigos e contestação. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 23, n. 2, p. 207-219, 2021.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. *In*: RABINOV, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GILLESPIE, T. Platforms intervene. **Social Media+ Society**, v. 1, n. 1, 2015.

GLOTFELTER, A. Algorithmic circulation: how content creators navigate the effects of algorithms on their work. **Computers and composition**, v. 54, 2019.

GROSMAN, J.; JACQUES, J.; COLLARD, A. S. The Beatles with the lower score, it breaks my heart. *In*: PANGRAZIO, L.; SEFTON-GREEN, J. (ed.). **Learning to live with datafication: Educational case studies and initiatives from across the world**. Londres: Routledge, 2022.

GROSSER, B. What do metrics want? How quantification prescribes social interaction on Facebook. **Computational Culture**, n. 4, 2014. Disponível em: <http://computationalculture.net/what-do-metrics-want/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

INTRONA, L. D. Algorithms, governance, and governmentality: On governing academic writing. **Science, Technology, & Human Values**, v. 41, n. 1, p. 17-49, 2016.

KIRKPATRICK, D. **O efeito Facebook**: os bastidores da história da empresa que conecta o mundo. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2011.

LUPINACCI, L. 'Absentmindedly scrolling through nothing': liveness and compulsory continuous connectedness in social media. **Media, Culture & Society**, v. 43, n. 2, p. 273-290, 2021.

MBEMBE, A. **Out of the dark night: Essays on decolonization**. Nova York: Columbia University Press, 2021.

MCCOSKER, A. Data literacies for the postdemographic social media self. **First Monday**, v. 22, n. 10, 2017.

MOREIRA, A. C. **"Gosto (não) se discute"**: perspectivas humano-algorítmicas a partir do Spotify e da "Descobertas da Semana". 2022. 194 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

NOBLE, S. U. **Algoritmos da Opressão**. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2021.

OELDORF-HIRSCH, A.; NEUBAUM, G. What do we know about algorithmic literacy? The status quo and a research agenda for a growing field. **SocArXiv**, v. 18, 2021.

O'NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa**. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2021.

PANGRAZIO, L.; SEFTON-GREEN, J. (ed.). **Learning to live with datafication**: Educational case studies and initiatives from across the world. Londres: Routledge, 2022.

RAINIE, L.; ANDERSON, J. Code-Dependent: Pros and Cons of the Algorithm Age. **Pew Research Center**, Washington, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/internet/2017/02/08/code-dependent-pros-and-cons-of-the-algorithm-age/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

RIEDER, B. Examinando uma técnica algorítmica: o classificador de bayes como uma leitura interessada da realidade. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 123-142, 2018.

SEAYER, N. Captivating algorithms: Recommender systems as traps. **Journal of material culture**, v. 24, n. 4, p. 421-436, 2019.

SILVA, T. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc SP, 2022.

SKRUBBELTRANG, M.; GRUNNET, J.; TARP, N. #RIPINSTAGRAM: Examining user's counter-narratives opposing the introduction of algorithmic personalization on Instagram. **First Monday**, v. 22, n. 4, 2017.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The platform society**: Public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2018.

ZIEWITZ, M. Rethinking gaming: The ethical work of optimization in web search engines. **Social studies of science**, v. 49, n. 5, p. 707-731, 2019.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.



24

Marcos Antônio Carneiro da Silva

ECOBIOPOLÍTICA E EDUCAÇÃO: AS TRANSFORMAÇÕES DESSE NOSSO TEMPO DE AGORA

INTRODUÇÃO

Vivemos em tempos de transformações sucessivas e muitas vezes não damos conta de produzir reflexões nessa mesma velocidade. O tempo acelerado passou a fazer parte do nosso cotidiano e, ao que parece, acabamos por conviver nesse ritmo hiperativo. Entre tantos problemas dessa aceleração da vida, encontram-se, entre os mais urgentes, a questão climática e a necessidade imediata do seu enfrentamento. A pergunta que deve ser feita, insistentemente, é: O que ainda é possível fazer para tentar frear o processo (também extremamente acelerado) da escassez dos recursos não renováveis no nosso desgastado planeta? O filósofo francês Michel Serres (1994) nos alertava, já há algum tempo, sobre a necessidade de firmarmos um novo contrato social, mas, nesses tempos de agora, deveríamos pensar num Contrato Natural? Para o autor, as bases desse acordo entre humanidade e natureza deveriam estabelecer novas formas de relação e, principalmente, novas bases de entendimento entre homem e natureza, uma vez que as formas de conceber o mundo e usufruir dos bens naturais estavam se esgotando.

Não muito diferente dessa opinião, Luis Arenas (2021) também faz seu alerta, nos obrigando a refletir que nesses tempos atuais não há outra solução que não a redução da produção e do consumo dos países mais ricos, não por acaso, os mais poluidores. Para o pensador espanhol, se não houver uma forte redução no uso dos nossos recursos naturais (muitos deles já demonstram uma exaustão) não teremos muito o que fazer em relação a crise climática. Arenas (2021) defende uma outra forma de relação entre produção e consumo e prevê um sistema capitalista igualmente exaurido no tocante às possibilidades de combate à crise climática. Mais incisivo nas suas previsões, o sociólogo Edson Passetti (2020) nos indica que a governamentalidade biopolítica de Michel Foucault (1995) agora se apresenta como uma ecopolítica, pois, nesses novos tempos, somos

governados para um ordenamento de ações que nos conduzem ao conformismo ecológico, na tentativa de ofuscar o grave problema ambiental. A ideia desse texto é problematizar as questões urgentes e necessárias dessa nova era e tentar visualizar algumas possíveis alternativas, mesmo considerando todas as dificuldades desse processo. Para tanto, vamos tentar prospectar algumas ações no campo educacional como uma das formas de enfrentamento dessa crise ambiental, inicialmente, apresentando a grave questão ambiental no Brasil e no mundo, nesses últimos tempos, passando pelas questões teóricas dos nossos autores e posteriormente, tentando elencar algumas possibilidades na área educacional.

BIOPOLÍTICA OU ECOPOLÍTICA: UMA POSSÍVEL TRANSFORMAÇÃO NA GOVERNAMENTALIDADE FOUCAULTIANA?

Sofremos muitas perdas em relação à questão ambiental no Brasil nos últimos anos, mas nada foi mais impactante do que o genocídio do povo Yanomami. O povo indígena quase foi exterminado pelas políticas genocidas que propositalmente invadiram e exploraram as terras indígenas com garimpo ilegal de minérios, pesca predatória ilegal, desmatamento para corte ilegal de madeiras ou para criação pecuária. Tal devastação nas terras indígenas causou a poluição de rios, a extinção de grande área de floresta, impedindo a subsistência dos povos originários. Além, dessa cruel e ilegal invasão, os garimpeiros ainda disseminaram o alcoolismo e diversas doenças, inclusive, várias doenças sexualmente transmissíveis ao cometerem estupros e toda uma série de desmantelamento criminoso da vida social dos povos indígenas.

Nos últimos anos o desgoverno federal patrocinou essa devastação, desmontando as instituições de proteção do meio ambiente e dos povos indígenas, negando recursos e incentivando, através de projetos, pronunciamentos e ataques constantes ao meio ambiente e aos povos originários do Brasil. Somados a esse quadro deprimente, em novembro de 2022, a Amazônia teve o pior índice de desmatamento. Não por acaso, aumentamos nos últimos quatro anos a emissão de gases de efeito estufa, tendo em 2021, o pior índice desde o início histórico dessa medição. Fechando esse ciclo trágico tivemos o menor orçamento da Educação Básica dos últimos 10 anos, um terço da população brasileira (33 milhões) em estado de pobreza e quase 18 milhões, em extrema pobreza. O índice Gini (indicador da desigualdade social) atingiu o maior valor em décadas e menos 1% da população ganha mais de 20 salários-mínimos no Brasil. A miséria nesses últimos quatro anos não foi somente na área ambiental, esteve atrelada a um projeto de destruição do próprio país nesses anos de desgoverno do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) realizou um relatório que aponta o impacto da ação humana no planeta (OMM, 2022). A OMM opera com sete indicadores, quatro deles bateram recorde em 2021: oceanos mais ácidos, quentes e poluídos, aumento do nível do mar (Relatório de Genebra); gases de efeito estufa subindo (CO₂, metano etc.) e, como consequência, temperaturas 1.1 grau mais altas no planeta. Ao que parece, os encontros e acordos mundiais não têm conseguido muito êxito em emplacar ações efetivas para o nosso planeta, até mesmo porque, nesses acordos, nunca foram estabelecidas sanções às metas não cumpridas.

Na tentativa de oferecer uma ação mais impactante (visualmente mais chamativa) foi criada, em 1992, a conferência de países ou membros participantes (Conference of the Parties - COP). A COP é considerada órgão supremo da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. É uma associação de todos os países membros signatários da Convenção (denominados "Partes";

não por acaso), que após sua ratificação, em 1994, passaram a se reunir anualmente para avaliar a situação das mudanças climáticas no planeta. As sequências de todas as conferências mundiais (COPs) não merecem muita atenção, uma vez que formam séries de regressões e retrocessos aos projetos e acordos firmados e descumpridos. Vamos fazer destaques nas conferências que consideramos mais significativas, não pelas ações concretas, pois como afirmamos, foram poucas, mas pelos projetos mais relevantes apresentados.

A COP-3, realizada em dezembro em 1997, em Kyoto, no Japão, destacou-se como uma conferência sobre mudança climática que tentou, mais uma vez, revolucionar as relações políticas, passando a impressão de oferecer mais voz aos países em desenvolvimento (periféricos), culminando em um protocolo que especifica as metas nacionais de emissão para os membros da conferência. O principal objetivo do protocolo era tornar estável a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera global, com a criação dos famosos créditos de carbono. A COP-21, em 2015, em Paris, tratou principalmente da construção do documento denominado de Acordo de Paris. Esse documento procurou inovar e oferecer ao mundo uma espécie de diplomacia climática. Pela primeira vez, em duas décadas, foi proposto um acordo universal sobre o clima que era juridicamente vinculativo. O Acordo de Paris visava limitar os aumentos de temperatura no século 21 para menos de 2°C e, se possível, até menos de 1,5°C. Tentou também investir numa maior consciência pública sobre questões ambientais e propor maior apoio financeiro para as nações em desenvolvimento. Essas tentativas, mais uma vez, não alcançaram os resultados pretendidos.

Em 2021, em Glasgow, na Escócia, na COP 26, novamente foi retomada a pauta, já desgastada, das cobranças e promessas do que foi acordado e não cumprido. Foi retomada a questão do pagamento de créditos de carbono aos países mais pobres e que são mais afetados pelas mudanças climáticas e, novamente, a diminuição de emissão de gases poluentes em 55% até 2030. A COP27, em 2022,

no Egito, seguiu na mesma linha e apenas apresenta as mesmas propostas e quase implora pela retomada dos temas, enquanto o mundo vai se esvaindo. A insistência dos apelos e propostas requentadas e os discursos calorosos só nos lembra que enquanto isso... o planeta continua aquecendo.

A maior esperança da COP27 foi a retomada da proposta apresentada em Doha, em 2009, da criação de um auxílio dos países mais ricos, aos países em desenvolvimento. O mais bizarro nessa proposta foi a China incluída como um país em desenvolvimento e, por conta disso, tendo o direito a receber tal auxílio. Ou seja, o maior poluidor do planeta ainda seria premiado. Enfim, os encontros anuais (*Conference of the Parties- COP*) fazem parte de um cenário quase patético de promessas e apelos sem maiores impactos (apenas 30 países cumpriram as metas propostas, em Doha, em 2009). Enquanto isso, os recursos naturais não renováveis vão se extinguindo, mas os poluentes e os poluidores continuam renovando suas promessas, juntamente com seus índices devastadores. Só para lembrarmos que os maiores emissores de gases poluentes são e continuam sendo: China 26%, seguido dos EUA 13% e acompanhados pela União Europeia 8%, Índia 7% e Rússia 5%. Não por acaso, esses emissores são os maiores descumpridores dos acordos e continuam firmes e fortes na sua escalada devastadora.

O sociólogo Edson Passetti (2020), juntamente com outros pesquisadores³⁴, pode nos auxiliar na compreensão desse patético cenário, pois eles organizaram um extenso trabalho sobre ecopolítica, através de um grande projeto resultante diversas inquietações que encontram em modos distintos o enfrentamento da racionalidade neoliberal. Não se tratou de considerar a temática da ecopolítica como disciplina de conhecimento específica, nem como a utopia.

34

O livro *Ecopolíticas* foi publicado, em primeira edição, em 2019 e contou com a participação dos seguintes pesquisadores: Edson Passetti, Acácio Augusto, Beatriz Carneiro, Salete Oliveira e Thiago Rodrigues.

Passetti e seu grupo propuseram uma contribuição aos resistentes, através das cartografias que inventam liberdades, portanto uma ação direta “diante da insistente naturalização das desigualdades, hoje em dia pacificadas e unificadas em torno do pluralismo democrático” (PASSETTI *et al.*, 2020, p. 12). O surgimento dessa ecopolítica pode-se configurar da seguinte forma:

A emergência da ecopolítica está sintonizada com o fim da II Guerra Mundial e com as institucionalizações internacionais subsequentes. O alvo principal dos governos é o planeta, visando recuperar sua vida degradada e a conservá-lo de modo sustentável, em benefício das futuras gerações. A ecopolítica pressiona os regimes políticos para a democracia em sintonia com a racionalidade neoliberal. A ecopolítica pretende dar conta não só do governo da espécie humana, mas dos viventes na Terra e projetados para o espaço sideral. Novas resistências são produzidas. (PASSETTI *et al.*, 2020, p. 6)

Desse modo, houve um acontecimento, o surgimento de uma nova forma de conduzir condutas, de ordenar probabilidades de ações. Passetti e colaboradores (2020) afirmam que uma nova governamentalidade entrou em curso. Os países centrais redimensionaram-se em União de Estados, novos mercados foram criados no pós-II Guerra Mundial e logo após se ampliaram e, enquanto isso, a democracia liberal abarcava a tudo e a todos. As práticas democráticas e de participação, as relações econômicas, sociais, culturais, familiares e pessoais também foram envolvidas nesse processo. Para o autor, todos e todas são convocados para a sustentabilidade e uma nova garantia do futuro do planeta. Houve uma modificação/ruptura da biopolítica foucaultiana, uma vez que “o governo da população agora não era mais algo preferencial às políticas de Estado e muito menos ao governo do planeta” (PASSETTI *et al.*, 2020, p. 9). As proveniências de uma nova governamentalidade compartilhada, sustentável e produtora de uma governança global entravam em curso:

Todos estão convocados a participar de melhorias no planeta para o futuro das novas gerações. De certa maneira, essa governamentalidade depende dos princípios de economia política revisados pelos neoliberais e que equacionaram a mutação da força de trabalho em capital humano. (PASSETTI *et al.*, 2020, p. 9)

Era necessário, então, controlar e monitorar a tudo e a todos e, dessa forma, transmitir a ideia de que seria necessária a segurança de cada um para um futuro melhor. Então a sociedade disciplinar e até mesmo a antiga biopolítica já não bastariam nesse projeto. Assim continua Edson Passetti:

E discutir a política contemporânea exige revirar os dispositivos de segurança e, por conseguinte, a liberdade liberal fundada em sua própria segurança, as situações de guerra e a de polícia interna. A entrada decisiva dos componentes computo-informacionais não só acionou um regime de comunicação contínua, como tornou mais evidente que as mudanças que ocorriam levavam a institucionalizações inacabadas, que se repartiam em outros fluxos, absorviam contracondutas, minimizavam resistências. (PASSETTI *et al.*, 2020, p. 10)

Passetti e os demais pesquisadores (2020) afirmam que o projeto de sustentabilidade que se disseminava pelo planeta e que foi mapeado, por eles, durante a primeira década dos anos 2000 exigia mais detalhamentos. O grupo procurou investigar como as forças em luta e a produção de documentos (arquivos da ONU, por exemplo) estavam se situando nesse período. “E assim caminhamos por esse arquivo imenso e inacabado no qual sobressaíam as Metas do Milênio para o período 2000–2015, e perscrutávamos o que viria após sua finalização inacabada.” (PASSETTI *et al.*, 2020, p. 11). Diante da degradação constante do planeta ocorre, também, uma progressiva modificação nas ampliações das responsabilidades da ONU e as consequentes agências conectadas com organizações empresariais e da sociedade civil. A própria aceitação pela União Soviética da Declaração Universal dos Direitos Humanos desde a sessão

histórica da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, em Helsinque, 1975, concedeu um espaço importante para novas ações globalizantes democráticas e capitalistas. A partir desse momento, Passeti afirma que:

A democracia se acopla às disciplinas e produz novas normalizações, reescrevendo a produção de poder da hierarquia como um todo, e empodera cada um; metamorfoseia a doença mental em programas de saúde mental e gestão dos transtornos, e dissolve a noção de anormal em normalizações do normal, entendendo haver potência produtiva e inovadora em qualquer um, desde que adequável e disponível a configurar-se como capital humano. As relações entre o capital e o capital humano exigem que este seja inovador, parceiro e cúmplice para a boa vida da empresa. O trabalhador passa a se constituir em empreendedor de si e, também, em possível empreendedor social em seus ambientes. (PASSETTI *et al.*, 2020, p. 546)

A resiliência surge como um dispositivo conectado à democracia com a produção material e imaterial para a cultura de paz. Espera-se uma conduta resiliente voltada para as melhorias no futuro do planeta e das novas gerações. As institucionalizações produzem, dessa forma, uma omissão para a obtenção de consenso esperado. Modifica-se a noção de sociedade pastoral foucaultiana e a população está mais preocupada com um desenvolvimento sustentável alternativo do que envolvida num novo jogo de linguagens imbricados em novos conceitos discursivos e na superação da condição atual capitalista, como ficou exemplificado nas decisões de vários encontros mundiais. A biopolítica que dependia das múltiplas relações de poder (microfísicas), modifica-se por inovações originárias de novas relações de segurança, sugeridas pelos vários dispositivos (diplomático, policial etc.), da mesma forma que, também as guerras convencionais foram sendo substituídas por estados de violência e guerras-fluxo. Para o sociólogo, na sociedade de controle em que a norma normaliza tudo e todas, o governo é conduzido

pelo princípio democrático de penalizar mais e melhor. “A cultura do castigo se atualiza e prolifera revestida das recomendações à tolerância, cujo ápice é a tolerância zero como tentativa de suprimir o intolerável, o insuportável, o ingovernável (PASSETTI *et al.*, 2020, p. 550). A modificação da biopolítica em ecopolítica caracteriza-se pela ordem imposta pelas políticas ecológicas e pelos discursos produzidos sobre degradação, de modo que o planeta passa a ser alvo de uma economia política e seu aparato de tecnologias de segurança. Passetti ressalta que:

Não se trata, portanto, de um porvir nem de uma redução da ecopolítica às políticas governamentais, ainda que estas produções de saberes disputem o precioso lugar da verdade, ou mesmo componham a mesma produção da verdade enunciada pela sustentabilidade e pelo desenvolvimento sustentável em curso. Em função da atualização do capitalismo, investe-se em governar populações que habitam áreas com serviços ecossistêmicos ainda abundantes e os escassos. Ao mesmo tempo, elabora-se um discurso que incorpora outros conhecimentos e fortalece princípios democráticos. (PASSETTI *et al.*, 2020, p. 553)

Essas relações de poder entre os saberes e a política não se restringem aos efeitos nefastos da degradação do planeta. Se tais relações estivessem nesse prisma, a ecopolítica não passaria de uma nova ramificação das políticas públicas. É mister ressaltar que a ecopolítica não se confunde com uma política ecológica ou ambiental, preocupada em realizar reparos/ajustes ao meio ambiente. Nem é a nova ordem que se anuncia a partir do combate ao capitalismo e o novo desenvolvimento das forças produtivas, produzindo emancipação, não se trata disso, como nos esclarece Passetti:

A governança é sim uma prática nova que se fortalece a partir do momento em que, pelas variadas proveniências, emerge um novo problema, o planeta, por meio das permanentes reflexões sobre a continuidade da espécie e da natureza devastada, situadas e concentradas em discussões, medidas e recomendações a respeito do aquecimento global. (PASSETTI *et al.*, 2020, p. 554)

O sociólogo nos alerta que os programas para o desenvolvimento sustentável, sempre complementares, ainda que apresentados como opostos, como ficou exemplificado nas descrições sobre as conferências mundiais, incluem o desenvolvimento sustentável como um objetivo preferencial no momento e que é capaz de conectar e/ou cooptar organizações não governamentais, capitalistas, governantes, sociedade civil.

Enfim, os atores que produzem o teatro da governança e que, como tal, alimenta e retroalimenta a perseverança da luta emancipatória. Trata-se de um teatro de empossados que tende a orquestrar protagonismos situando o antagonista num campo metafísico; mas é justamente essa condição que dinamiza o teatro burguês moderno. (PASSETTI *et al.*, 2020, p. 555)

Edson Passetti (2020) ressalta ainda que é necessário compreender essa nova governamentalidade que compartilha tudo e ultrapassa os Estados, os fluxos de populações (migrantes, emigrantes e de refugiados). Esse governo de uns sobre todos os outros eleva expectativas de saúde e educação na formação do novo parceiro do capital, agora em franca cooperação material e imaterial, ou seja, a força de trabalho redimensionada como capital humano.

Esse novo desenvolvimento, capaz de compor no interior de sua racionalidade neoliberal as antigas forças à direita e à esquerda do Estado, chamar-se-á desenvolvimento sustentável. A essa governamentalidade que o sustenta chamamos de governamentalidade planetária. (PASSETTI *et al.*, 2020, p. 570)

Podemos concluir, juntamente com as análises do sociólogo e do seu grupo de pesquisadores que há em curso uma promessa profética de um mundo melhor, mas que esse mundo precisa ser conquistado. Entretanto, tal promessa é sempre para um futuro próximo que nunca chegará, mas que nos exige, constantemente, a renovação da tolerância que exclui radicalismos políticos e fundamentalismos de qualquer espécie e a confiança nas instituições.

Somente dessa forma conseguiremos obter a segurança de um futuro sustentável em que cada um é portador de direitos e conectados à segurança do capital e do Estado.

Essas condições de possibilidade desse capitalismo, igualmente como os nossos recursos naturais, esgotados (cansados), nos propõem uma resiliência infinita, parcerias e complacências que chegam a atingir um espaço planetário, na busca da ordenação das nossas condutas, agora, sob a égide da ecopolítica ou melhor de uma ecobiopolítica. Nossa resistência deve partir do antagonismo dessas estratégias, revelando seus processos constituintes e seus dispositivos de controle. Para tanto, será necessário desvendar os mecanismos político-econômicos e os da teatralização política em que, constantemente, estamos envolvidos. Nessa nova governamentalidade planetária (com os monitoramentos analógicos-digitais e dispositivos de controle), como nos adverte Edson Passetti (2020), além de governados, somos convocados a nos tornar parceiros: "É assim que devemos ser conservacionistas, inovadores, democratas, amorosos defensores da humanidade do planeta" (PASSETTI, *et al.*, 2020, p. 576).

TENSÕES DO CAPITALISMO CANSADO E A CONSTRUÇÃO DE UM "DEMOS COSMOPOLITA"

Luis Arenas (2021), na sua obra *Capitalismo Cansado*, nos apresenta algumas tensões ecopolíticas imbricadas numa desordem mundial. Apesar de ser escrito antes da pandemia do coronavírus, o autor adicionou um prefácio que, de certo modo, atualiza a proposta da obra, ressaltando a questão sanitária urgente, envolvendo temáticas como a biopolítica, o amor e a morte nos tempos do

coronavírus, pois, segundo o autor, todos estamos diante da mesma ameaça. Arenas (2021) apresenta uma série de questões que também nos interessa, são elas: Essa crise econômica sacudirá o planeta? Será o tiro de misericórdia num sistema econômico doente? O vírus dará o último golpe no Capitalismo Cansado? Numa preliminar tentativa de resposta indaga: Matar ou compartilhar (Encruzilhada Política)? O filósofo espanhol nos previne quando diz que seria bom abraçarmos o ensino da modéstia e pensar como devemos encarar o futuro das nossas lutas políticas, pois o mundo não será mais o mesmo pós-covid19.

Porque a crise sanitária vai passar e, até a provável descoberta de uma vacina, pode nos fazer pensar que tudo voltará a normalidade com o tempo: cumprimentos, abraços e sexo sem passaporte sanitário... A crise econômica e social vai demorar mais para passar e, se passar, como aconteceu com a anêmica 'recuperação' vivida no período 2014-2018, terá sido apenas uma forma de ganhar tempo. Ou melhor: de perdê-lo. Pois, para a crise ecológica que enfrentaremos com certeza não haverá vacina possível. O único remédio será cobrar consciência da necessidade de uma transformação radical de nossas formas de vida, de nossos imaginários libidinais, de nossas expectativas e aspirações vitais mais íntimas. (ARENAS, 2021, p. 9)

O autor aponta mais alguns tópicos que desenvolverá ao longo da sua obra como a análise do capitalismo que havia impulsionado a prosperidade durante mais de meio século (respeitando os sinais do mercado), não existe mais, está morto; o enfrentamento da crise ecológica com um mínimo de esperança, que vai requerer um enorme esforço de todos nós, pois a crise climática e o desafio ecológico são os temas do nosso tempo e a superação desse capitalismo cansado é a condição de possibilidade do nosso futuro. Ao longo de suas reflexões, o autor nos apresenta uma densa retrospectiva política e filosófica sobre as diversas crises econômicas, aliando aspectos sobre pensar/construir outras formas de arquitetura política (Benjamin e Arendt), além das preocupações heideggerianas

do construir, habitar, pensar (Martin Heidegger, Colóquio de 1951). Arenas (2021) apresenta um panorama filosófico e econômico que nos remete às questões urgentes atuais:

Contudo, como não se cansam de repetir o movimento ecologista e muitas organizações internacionais comprometidas com o colocar freio na mudança climática 'se a transição ecológica não for socialmente justa, não será'. O que nos obrigará a fazer algumas perguntas inadiáveis: Qual é o raio do espaço político e antropológico que vamos considerar nesse dilema que nos obrigará a optar entre matar ou compartilhar? (ARENAS, 2021, p. 11)

O autor nos desafia a pensar na possibilidade da constituição de um demos cosmopolita e retoma às perspectivas kantianas sobre a possibilidade da elaboração de um direito cosmopolita, de uma cidadania cosmopolita.

Dito de outra forma, somos nós que devemos nos reunir face à imensidão do desafio que teremos pela frente? É o nós do Estado, da União Europeia ou um nós cosmopolita que finalmente leva a sério o direito de todos os seres humanos, não só os presentes, mas os que estão por vir? Hoje, como nos tempos de Kant, esse corpo macrocorpo político, esse hipotético demos cosmopolita, segue sendo 'algo que nos tempos passados não ofereceram exemplo algum.' (ARENAS, 2021, p. 11)

Ao ressaltar as dificuldades dessa construção, nos apresenta um cenário em que se faz necessário repensar sobre a nossa convivência, pois, agora, mais do que nunca, precisamos compreender que teremos que tolerar uns aos outros. E continua sua análise:

O sujeito desse demos cosmopolita cuja frágil figura queremos ver em meio do desastre não é outro senão uma imensa maioria da espécie humana que 'tomada coletivamente', disse Kant, não é mais que 'um conjunto de pessoas que existem uma depois das outras, uma ao lado das outras.' (ARENAS, 2021, p. 12)

O filósofo reconhece a enorme dificuldade histórica da constituição dessa cidadania cosmopolita, pois, mesmo em tempos pandêmicos, tivemos vários exemplos de insensatez dos governantes mais ricos se apropriando de quantidades exageradas de vacinas, enquanto populações mais pobres ficavam desprovidas. Mesmo assim, ainda mantém esperança como uma condição de possibilidade no enfrentamento da grave situação climática mundial:

Mas, se como suspeitamos, esse horizonte cosmopolita for o único que teremos o direito de promover diante da pergunta: o que fazer? A possibilidade de enfrentar a crise ecológica com um mínimo de esperança nos deixa diante de uma última evidência: esse horizonte requererá enormes exercícios de autocontenção por parte de todos nós, homens e mulheres que habitam o primeiro mundo, um esforço que alguns estimaram numa redução de 90% do consumo, no caso dos países mais industrializados (Trainer, 2017). Ou dito de outra forma: quem terá que realizar um exercício de solidariedade global, que desde o ponto de vista moral, beirará o supererrogatório, será precisamente aquela parte do mundo que tem à sua disposição o poder econômico, militar e tecnológico que lhe permitiria optar, com alguma esperança, pela ação assassina do dilema. Estaremos dispostos a aceitar o desafio moral que isso implicaria? (ARENAS, 2021, p. 12)

Arenas (2021) nos relata que responder afirmativamente a essa questão seria um grito de esperança nas possibilidades de redenção da espécie humana e que adoraria se juntar a ele, até porque, compartilha da convicção kantiana que imagina que alguém pode ser simultaneamente membro de uma nação e cidadão do mundo. Segundo ele, isso constitui a ideia mais elevada que o ser humano pode ter do seu próprio destino. Entretanto, reconhece que não são poucos os obstáculos para essa concretização, pois, tais esforços se contrapõem frontalmente aos interesses daqueles que possuem as melhores condições dessa realização. No final do seu livro, Arenas (2021) nos convida para uma reflexão, concluindo que vivemos em outros tempos, um tempo de telas digitais e de outras

relações. Quais são as questões que nos coloca nesse novo tempo, nessa nova era do mundo digital, do consumismo digital? Será que nossa sociedade pós literária, pós humanista, anestesiada, camuflada pelo mundo digital perdeu de vez a sensibilidade e o pensamento crítico? E Arenas (2021) concluiu com algumas reflexões finais sobre essas tensões ecopolíticas: Quais deslocamentos provocaram em nossas faculdades? Quais novas capacidades foram geradas? Quais diferentes instituições de sociabilidade instauraram? Afinal essas mudanças nos empoderam ou nos debilitam?

O desafio que isso implica é enorme e nos obrigará a redefinir nossas instituições e códigos morais; nossas práticas educativas e nossas formas de participação política; nossos cânones estéticos e nossos ideais cognitivos; nossas maneiras de participar na comunidade e nossos modos como nos configuramos como indivíduos. Em uma palavra: nada voltará a ser igual. (ARENAS, 2021, p. 101)

O NECESSÁRIO "NOVO" CONTRATO NATURAL

O filósofo Michel Serres³⁵ desenvolveu suas reflexões de forma muito abrangente. Transitou por várias áreas de conhecimento e construiu sua obra e vida de modo bastante peculiar. Em 1990, assumiu lugar na Academia Francesa de Filosofia, permanecendo até 2019, o ano da sua morte. Entretanto, a questão da crise climática ocupou um espaço privilegiado em suas análises.

Nós podemos atrasar os processos já lançados, legislar para se consumirem menos combustíveis fósseis, replantar em massa as florestas devastadas – tudo isso excelentes

35

Suas obras mais conhecidas, no Brasil: *Contrato Natural* (1994); *A Polergazinha* (2013) e a *Filosofia Mestiça* (1993 – edição brasileira), foram publicadas na França e em Portugal com o título de *Terceiro Instruído*, em 1993.

iniciativas-, mas que, no fundo, remetem para a imagem do navio que avança a vinte e cinco nós na direção de uma rocha na qual sem dúvida embaterá, enquanto na ponte de comando, o oficial de dia recomenda ao maquinista que reduza a velocidade em um décimo, sem mudar de direção. (SERRES, 1994, p. 54)

Na sua obra *O Contrato Natural*, o autor retrata a sua preocupação e, logo no início, observa que não atentamos para a natureza, com as graves condições climáticas que, desde a Revolução industrial, já se pronunciavam e mereciam a nossa atenção, pois o aquecimento global já estava em curso. O pensador francês indicava na economia (a indústria- no conjunto de técnicas) e na demografia as razões imediatas com que devemos pensar e convidar a filosofia para refletir sobre essa temática, afirmando que a intervenção humana realmente modifica o mundo, mas, para ele, modifica para o pior, bem pior: “a história global entra na natureza e a natureza global entra na história: eis o que já de inédito na filosofia” (SERRES, 1994, p. 16). O filósofo observou como a capacidade humana de construir e explorar a natureza, por meio das ciências e das tecnologias, levou a nossa civilização a modificar o destino global da espécie humana e a evolução de todas as outras espécies vivas do planeta. Serres (1994) afirma que a crise ambiental contemporânea também deve ser compreendida como uma crise cultural, estando associada ao modo como todos nós pensamos e interferimos na natureza.

O filósofo usou a palavra guerra para situar as relações que estamos enfrentando e logo no início do seu livro, *O Contrato Natural*, relembra um famoso quadro de Goya, em que dois guerreiros lutam, mas não podem esquecer que o pântano onde se encontram pode vencer a batalha. Ao que parece, a terra tornou-se o inimigo comum, ou vingativa aos maus tratos recebidos. Outrora potente e vitoriosa, a terra agora é vítima. “Morre-se de fome nos desertos como por asfixia na lama viscosa ou por afogamento nas enchentes dos rios. Vencido, o mundo vence-nos, finalmente” (SERRES, 1994, p. 27). Relembra o contrato social de Hobbes, propondo uma nova interpretação:

O contrato social que nos fez nascer, nasce talvez com a guerra, a qual pressupõe um acordo prévio que se confunde com o contrato social [...] Violência antes; guerra depois; contrato de direito de passagem [...] Por isso, Hobbes engana-se acerca de toda uma época quando designa como “guerra de todos contra todos” o estado que precede o contrato, porque a beligerância supõe esse pacto, cujo aparecimento dez filosofias procuram explicar (SERRES, 1994, p. 29-30)

Michel Serres afirma que deveríamos, logo após ao contrato social, pensar num contrato natural, pois teríamos firmado um acordo que beneficiaria a todos. Serres (1994), ao nos alertar que o progresso tecnológico deve ser bem aproveitado, levando-se sempre em consideração os valores éticos, o futuro e os limites da humanidade, também nos adverte para a necessidade dos indivíduos reverem as bases do contrato social (de Hobbes, Locke e Rousseau), defendendo que só com um contrato natural poderia articular a ciência, o direito e a racionalidades.

A história das ciências confunde-se, muitas vezes, com a das pronúncias de tribunais ou instâncias científicas (...). O saber reconhecido como científico resulta dessa epistemodiceia e por essa nova palavra eu entendi o conjunto de relações entre ciência e o direito, a razão e o juízo (SERRES, 1994, p.41).

Como herdeiro do pensamento científico crítico de Gaston Bachelard (1884-1962), o filósofo reivindica um outro comprometimento, uma outra relação de saber-poder entre a ciência e a sociedade. “A ciência desempenha a função de direito natural. Deste modo a situação primitiva de combate encontra-se no conhecimento de domínio e posse” (SERRES, 1994, p. 43). Dessa forma, essa espécie de contrato social, esse pacto de conhecimento controla mutuamente as expressões do saber. Serres considera preocupante essa relação de dependência “A ciência engloba o facto e direito e, por isso, é hoje decisiva sua importância. Estando em situação de

controlar ou violentar o cenário mundial, os grupos de cientistas preparam-se para conduzir o mundo mundano” (SERRES, 1994, p. 44). Na ignorância temporária sobre as tomadas de decisões, o filósofo francês questiona: Que fazer? Quando fazer? O que decidir? Quem decidirá? Numa resposta provisória diz que serão os cientistas e/ou políticos, fechados nos seus laboratórios e nos alerta que: “Aqueles que hoje partilham o poder esqueceram uma natureza de que se poderá dizer que ela se vingará” (SERRES, 1994, p. 52). As análises críticas do filósofo nos fazem repensar que nesse cenário de saberes-poderes, nessa governamentalidade perdemos todos:

Perdemos o mundo: transformamos as coisas em fetiches ou mercadorias, em apostas dos nossos jogos de estratégia; e as nossas filosofias, acosmistas, sem cosmos, desde há ia-se meio século, falam apenas de linguagem, de política, de escrita ou de lógica. (SERRES, 1994, p. 52)

Michel Serres (1994; 2013) aposta numa outra relação entre ciência e sociedade e, principalmente, humanidade e natureza. Inclusive, não utiliza a expressão meio ambiente, pois essa, segundo ele, coloca a natureza numa relação de dependência com o ser humano. Reconhece as relações de poder que estão em jogo e aposta num novo ordenamento/contrato entre conhecimento, tecnologia, comunicação e, de modo muito intenso, uma outra forma de educação. Para o pensador francês, houve três revoluções significativas no mundo: a escrita; a imprensa e o mundo digital. Agora, nossos estudantes são outros, vivem numa outra era e nós não podemos ignorar essas mudanças significativas, pois corremos o risco de não sermos reconhecidos como mensageiros do conhecimento (SERRES, 2013). Para o autor, vivemos numa outra era (a digital) e somos diferenciados por isso. Pensar numa educação para esse novo tempo, além de necessário, torna-se urgente, pois se as formas de pensar e agir mudaram, as nossas relações com o conhecimento devem ser igualmente outras.

A educação é, para Serres (1994; 2013), uma forma de ensinar a alguém a obter a sua autonomia e deixar de viver como um parasita do outro. Desse modo, conquistaria a consciência da necessidade de assinar um novo contrato com o outro. Neste contrato o indivíduo deixaria de ter uma relação parasitária com o mundo e atingiria a simbiose com ele mesmo e com o mundo. Todo ser que não está nessa relação simbiótica, para Serres (1994), estabelece uma relação abusiva. Sua perspectiva educacional está direcionada para os jovens, uma vez que considera as futuras gerações as únicas que podem efetivamente modificar/transformar o mundo, entretanto, considera também necessário (mesmo com pouca efetividade a curto prazo) educar o cientista, o técnico, o político e todos os demais para esta simbiose. Para o autor, seria a nova e extensa educação, denominada de terceira instrução que está proposta na obra *O terceiro incluído* (SERRES, 1993). Esse terceiro incluído/instruído ou o *Homo Universalis*, direcionando seus atos para o mundo e para a humanidade, equilibra os seus conhecimentos e suas ações, numa filosofia mestiça, assinando, finalmente, um novo contrato com a natureza.

QUAIS AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE NESTE NOVO QUADRO (ECO)BIOPOLÍTICO?

Mesmo sem saber ao certo se convivemos ou não numa nova biopolítica, o que podemos esperar desse nosso tempo de agora? Segundo Arenas (2021), a situação ecológica possui três componentes importantes a serem analisados: a crise ecológica/climática; a escassez de tudo (petróleo, gás natural, minerais etc.) e a desigualdade (social, econômica e política) sem precedentes. Apenas para citar uns poucos dados, já bem conhecidos: 1% dos mais ricos detêm quase 50%, não só das riquezas, mas também da utilização desses mesmos recursos, enquanto os 55% mais pobres detêm

apenas 1%. O grito de guerra, segundo o filósofo, deve ser: menos é suficiente/necessário (menos riquezas materiais, menos consumo de recursos naturais esgotáveis, menos emissões de gases etc.). Em contrapartida teríamos menos estresse, menos antidepressivos e mais tempo livre, mais qualidade de vida, saúde etc. Arenas (2021) defende um programa decrescente de produção e consumo, do uso dos recursos (contingenciamento deste consumo/elite) e da superação desse capitalismo esgotado, como forma de enfrentamento da situação climática atual.

Tais advertências já se fazem presentes, há bastante tempo. Entretanto, estamos chegando ao ponto limite e tal “sacrifício” exige uma tomada de posição política. Contudo, ficam algumas questões para o autor: Quem irá decidir o quanto decrescer, quem e por quanto tempo? E podemos complementar com uma outra pergunta: Quem será responsável por essa governamentalidade (planetária) ecológica? Há um pessimismo sobre a possibilidade de uma tomada de posição nesses aspectos, principalmente, no que tange aos países mais ricos/mais poluidores. Com o advento da pandemia, esse pessimismo ficou mais evidente e a ideia do surgimento de um demos cosmopolita, mais distante. Michel Serres (1994) afirmou que tal decisão será tomada entre políticos e cientistas, mas será mesmo verdade? Entretanto, o filósofo nos ofereceu um alento quando intuiu que seria nas próximas gerações que deveríamos investir para modificarmos esse panorama climático preocupante e isso através da educação. Porém, estamos em meio a situações limítrofes e com um tempo igualmente escasso. Como poderíamos estruturar um projeto/programa educacional com vistas às futuras gerações? Teríamos esse tempo? A educação poderia participar de alguma forma no aparecimento desse demos cosmopolita? As contracondutas, anunciadas por Passetti, em meio ao governo de nossas condutas, cada vez mais incisivas, deveriam servir como uma espécie de precaução às resiliências ou cooptações crescentes? São muitas questões e pouquíssimas respostas, mas algumas esperanças já aparecem no horizonte (PASSETTI *et al.*, 2020).

No caso brasileiro, viramos uma página importante da nossa história, quando a população rejeitou, através do voto democrático, a permanência de um presidente que promoveu a maior devastação ambiental da história do país. O presidente eleito, em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva, já anunciou medidas importantes para a reversão dos danos ambientais no Brasil, na COP27, inclusive, demonstrando interesse em sediar a próxima COP28. Podemos renovar as esperanças para o retorno do Brasil ao centro das decisões e ao protagonismo mundial nas decisões climáticas. O Brasil é uma parte importante nesse cenário ambiental e esperamos que exerça uma liderança responsável no contexto global. Se podemos esperar algo novo no cenário político brasileiro e ambiental mundial, por que não iniciarmos uma retomada no contexto educacional? Aliás, como já mencionamos anteriormente, o sistema educacional brasileiro foi igualmente devastado, por meio de medidas desastrosas e por uma gestão de incompetência inigualável.

A reconstrução deve passar, necessariamente, pelo sistema educacional. Dessa forma, podemos sim, propor, nessa expectativa de renovação e retomada, um programa educacional que incorpore uma outra leitura crítica para a grave situação climática mundial, tendo o Brasil e o mundo como fonte de informações e propostas para uma nova forma de perceber e intervir na ecologia local e global. Os desafios são enormes, mas esse estudo tenta prospectar as possíveis bases teóricas para esse projeto. Partindo das provocações de Michel Serres (1994-2003) sobre uma educação para essa nova era e uma outra relação com a tecnologia (digital), com a ciência e assumindo um outro tipo de contrato com a natureza, podemos tentar, pelo menos, iniciar essa trajetória. Para tanto, as análises (eco)políticas de Luis Arenas (2021) e os seus balizamentos sobre um sistema capitalista cansado (que só não se cansa de explorar o trabalho humano e de degradar o planeta) são igualmente relevantes. Tais reflexões foram extraídas das tensões e das relações conflituosas de poder que nos desafiam a pensar numa outra forma de

produzir/consumir, construir, habitar e pensar esse mundo. Reduzir a produção e consumir de forma mais consciente com as necessidades de preservação ambiental, habitar de modo a conviver com as adversidades de modo mais responsável e construir, ou quem sabe, lançar as bases de um demos cosmopolita.

Podemos nos inspirar nas resistências propostas por Passetti (2020) e prospectar um projeto educacional que leve em conta as novas formas de libertárias de pensar e agir, sem, contudo, nos esquecer dos incessantes controles, mas, ao mesmo tempo, usar essas tecnologias/dispositivos para compreender e nos alertar desses mecanismos, convertendo a tecnologia digital em aliada nas questões ecológicas. Seria uma espécie de contraconduta digital em que as mídias e redes sociais fossem usadas para o escancaramento dessas formas de governo de uns por todos os outros, nessa governamentalidade planetária. De certa forma, isso já está ocorrendo em algumas situações, entretanto, encaminhar tais propostas numa forma educativa requer um trabalho coletivo, mas que de certo modo, também já foi iniciado, uma vez que esse tema está sendo pesquisado no Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e contamos com as pesquisas de mestrandos e doutorandos. Em breve, teremos os resultados das investigações e das pesquisas de campo que, provocados por esses referenciais teóricos, vão reverberar em práticas educativas mais libertárias e comprometidas com uma outra forma de compreender nossa participação, não como parasitas, mas numa simbiose entre o que devemos produzir-consumir e o que podemos preservar e quem sabe, algum dia, possamos vislumbrar o surgimento de um demos cosmopolita, para que, dessa forma, possamos, como nos disse Foucault (1995), não tentar descobrir quem somos nós, mas, ao contrário, recusar o que foi feito de nós e procurar construir novas formas mais libertárias de ser o que quisermos.

REFERÊNCIAS

ARENAS, L. **Capitalismo Cansado: tensiones (eco)políticas del capitalismo global**. Espanha: Cauce Libros, 2021.

FOUCAULT, M. Sujeito e Poder. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, F. (orgs.). **Michel Foucault uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

OMM. Organização Meteorológica Mundial. **State of the global climate in 2022**. Genebra, 2022.

PASSETTI, E. *et al.* **Ecopolítica**. São Paulo: Editora Hedra, 2020.

SERRES, M. **O terceiro excluído**. Portugal: Editora Instituto Piaget, 1993.

SERRES, M. **O Contrato Natural**. Portugal: Editora Instituto Piaget, 1994.

SERRES, M. **A Polegarzinha**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



25

Tiago de Negreiros Jardim
Moysés Pinto Neto

ANSIEDADE ALGORÍTMICA DIANTE DA PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO:

UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA UDEMY

INTRODUÇÃO

O presente capítulo propõe uma discussão sobre o Capitalismo de Plataforma e sua relação com a plataformização da educação, tendo como objetivo conceitualizar o capitalismo de plataforma, apresentando e problematizando seus reflexos em diversos âmbitos da contemporaneidade. Abordaremos também a questão do solucionismo tecnológico e dos algoritmos utilizados pela plataforma, traçando relações com o capitalismo de plataforma, o neoliberalismo, a educação e o que denominaremos *ansiedade algorítmica*.

Para este estudo, elegeu-se como material empírico uma plataforma que oferta cursos de educação continuada na modalidade à distância (*e-learning*), bem como cursos livres sem que haja necessidade de qualificação prévia: a plataforma de ensino Udemy. O ambiente de aprendizagem em questão ocorre totalmente à distância e nele são ofertados inúmeros cursos profissionalizantes e livres de diversos segmentos.

O modelo de negócio de plataformas digitais gradativamente se instaurou em nível global até chegar ao que é conhecido atualmente. Foi um processo do capitalismo que unifica a inovação tecnológica e o empreendedorismo, tendo como celeiro o Vale do Silício. A rápida ascensão das grandes plataformas, *Big Techs*, com o domínio meteórico do ambiente virtual da Internet, a concentração massiva da publicidade (inclusive ocupando espaço antes reservado à analógica) e a capitalização estratosférica no mercado financeiro, a ponto de as empresas GAFA (*Google, Apple, Facebook, Amazon*) hoje constituírem as mais valiosas do mundo, ocorreu após a crise de 2008 com o *crash* na Bolsa de Valores causado pela quebra do banco Lehmann Brothers e o efeito dominó que provocou. Como nota Morozov,

Isso dificilmente é uma coincidência. Na verdade, a ascensão da Big Tech deve-se em parte ao fato de muitas dessas plataformas terem ajudado todos aqueles que

lutavam contra a crise, fossem instituições ou cidadãos, a complementar orçamentos e receitas com novas fontes de renda, assim como por meio de uma redução radical de custos. Ao mesmo tempo, a expansão da Big Tech foi facilitada pelas crescentes aspirações das elites globais no sentido de o setor da tecnologia não só conseguir tirar a economia mundial da crise – o que explica por que o imenso crescimento desse setor responde pela maior parte do crescimento nas atuais bolsas de valores –, como também garantir uma transição suave para um modelo econômico muito diferente, desprovido das características parasitárias e rentistas que se notam no atual clima econômico. (MOROZOV, 2018, p. 144)

Por outro lado, observa-se que há, na atual conjuntura, a necessidade de busca da qualificação constante e permanente dos sujeitos para tornar-se elegível em um sistema socioeconômico extremamente competitivo, dentre outros fatores, o que viabiliza a proposta do estudo. Neste sentido: "...a marca maior do neoliberalismo é a concorrência ou competição, seja no âmbito dos indivíduos e das empresas, seja no âmbito das corporações, das instituições e mesmo dos Estados" (VEIGA-NETO, 2012, p. 4). Podemos pensar, dessa forma, em um entrelaçamento entre os conceitos de pedagogia cultural, típica dos estudos culturais em educação, e de produção de subjetividade, pensada a partir de matriz advinda dos trabalhos de Foucault, Deleuze e Guattari. Propomos balizar a influência dos algoritmos na relação que o usuário estabelece com a plataforma, através de um sistema de recomendação com base nos dados de navegação e compra dos cursos ofertados, bem como observar os discursos empregados pela plataforma para captação e permanência dos usuários no ciclo de educação continuada ofertada pela Udemy.

CAPITALISMO 24/7, ECONOMIA E ECOLOGIA DA ATENÇÃO

Com o avanço da tecnologia no cenário neoliberal em que estamos inseridos, estão sendo rompidas pelo capitalismo as barreiras entre o público e o privado, bem como as necessidades biológicas dos indivíduos como o repouso, entre outros fatores. Os aspectos fisiológicos do ser humano como o sono – ato fundamentalmente necessário para a continuidade de funções físicas e psíquicas –, de um ponto de vista mercadológico tornam-se um obstáculo para a incansável maquinaria capitalista (*Big Techs*) produzir e extrair dados com o objetivo de geração de renda. Como o mercado financeiro já funciona em um sistema de 24 horas por dia realizando operações, instituições financeiras, entre tantos outros exemplos, já se enquadraram no sistema da operacionalidade constante e ininterrupta. Este formato de funcionamento permanente é o que Crary (2016) define como capitalismo 24/7 e Bifo Berardi (2011), “semio-capitalismo”. Segundo o primeiro autor, há décadas o regime 24/7 já vem sendo utilizado por diversas instituições comerciais, no entanto recentemente esse modelo está sendo aplicado – ou em uma linguagem digital, “configurado” – para o prisma identitário pessoal das redes de informação. O ambiente 24/7 agora se tornou parte do cotidiano individual dos usuários da rede.

Segundo Crary (2016), a maioria das necessidades fundamentais da vida humana, como fome, sede, desejo sexual e mais recentemente a necessidade de amizade estão se transformando em mercadoria. A monetização dos aspectos supracitados já estabeleceu um rentável mercado de apropriação de informações e identidades. Da mesma forma, Bifo Berardi (2011) pontua a predominância de relações sintáticas sobre relações semânticas, prevalecendo uma aceleração que corrói tanto o psiquismo quanto os corpos dos sujeitos, uma vez que incompatível com os ritmos (fenomenológico

e orgânico, respectivamente) humanos. Por enquanto, o sono dos indivíduos, por exemplo, ainda parece ainda ser um momento improdutivo para o capitalismo, pois não se pode extrair nenhum valor efetivo dele. É uma das raras atividades naturais que não foi submetida ao “mecanismo monolítico de lucratividade”. Na série “The OA”, por outro lado, ventila-se a hipótese do aproveitamento do sono e dos sonhos para finalidades empresariais, mostrando um dos caminhos especulativamente tendenciosos para os quais vai o Vale do Silício (PINTO NETO, 2020b).

Ao longo dos anos, observou-se que a quantidade de horas de sono de um adulto está sendo reduzida consideravelmente devido a diversos fatores, como o aumento da jornada de trabalho, o crescente tempo despendido para acessar redes sociais, jogos online, streaming, entre outros. Segundo Crary (2016), a expressão “*sleep mode*” utilizada para a condição de pronta operacionalidade das máquinas – em que os aparelhos ficam em um modo de repouso, mas disponíveis para sua rápida reinicialização –, está sendo também aplicada ao ser humano. Com o advento do acesso rápido e ininterrupto das relações digitais entre dois ou mais indivíduos ou entre indivíduo e máquina, o ser humano passa a estar sempre em modo de prontidão, assim como as máquinas. A forma de alerta, além de rentabilizar um período de repouso tido como improdutivo pelo capitalismo, aproxima de forma lesiva o homem da máquina. A insônia torna-se um estado de produção e consumo constante. Como ponto limite da estafa, bem como o sumarizar dos recursos humanos, o sono vem gradativamente sofrendo um processo de escassez a ponto de que a maquinaria algorítmica se prolifera e se fixa no cotidiano contemporâneo.

Partindo do princípio de que não existe momento ou lugar para que se possa consumir e utilizar os recursos da rede, tal feito já se enquadra em um regime de consumo 24 horas por dia e 7 dias por semana, se alastrando para todos os aspectos da vida social e íntima. Hoje o regime do comportamento econômico global tem como

objetivo principal a produção de indivíduos maleáveis, dóceis e isolados. A união dos três aspectos favorece uma espécie de supremacia mercadológica tecnológica. Desta forma, não há questionamento por parte dos usuários do que está sendo ofertado, tampouco sobre a forma com que se dispõe e opera o formato econômico das plataformas responsáveis.

Passamos de uma sociedade disciplinar, conceituada por Foucault (2008), para uma sociedade do controle, como conceituada por Deleuze (1992), caracterizada pelo desaparecimento de brechas, espaços e tempos abertos. No entanto, o controle no mundo conectado ganha uma nova dimensão. Segundo Crary (2016, p. 55), “a ilusão de escolha e autonomia é um dos pilares do sistema global de autorregulação.” Tem-se o indivíduo como um ser autodisciplinar, mas com o agravante do tempo constantemente voltado para a produtividade e conectado à rede. Quanto mais se homogeneiza as experiências, menor a chance de construção de singularidades. Como um dos autores afirma em outro lugar,

Há um nexo de coesão no trabalho de singularização, que individua o caldo pré-individual da cultura, e o trabalho em redes distribuídas nas quais a avaliação permanente julga o ato. Hoje, “carreiras” já são construídas, sobretudo pela segunda onda dos *millenials*, na qual o indivíduo já sabe que o capital está na construção da identidade/imagem e que é essa personalização que irá ativar os mercados a favor de si. As “fazendas de curtidas”, os *bots* e outros fenômenos das redes sociais são elementos que apontam para esse futuro onde a identidade é o que produz valor. Em boa parte a ideia de “pós-verdade” na política – contrariamente ao *framework* rasteiro que opõe razão e afetos e opõe o realismo ingênuo ao “pós-modernismo” – é apenas um efeito visível de um regime discursivo no qual visibilidade e reputação interferem mais na enunciação do que o próprio conteúdo enunciado. Este já é pré-moldado para provocar efeitos reputacionais numa intrincada trama em rede de enunciadores e economia de enunciações. (PINTO NETO, 2017)

Essa regulação faz com que a recusa, mesmo parcial, aos produtos ofertados pelas *Big Techs*, seja considerada uma recusa à própria tecnologia. Crary utiliza a expressão “uniformidade generalizada” para dar luz às singularidades produzidas pelas novas formas de autocontrole arquitetadas por um novo formato capitalista. “Não é tanto a homogeneidade dos produtos de mídia que perpetua a segregação, o isolamento e a neutralização dos indivíduos”, afirma, “mas os dispositivos compulsórios nos quais esses elementos, assim como muitos outros, são consumidos” (CRARY, 2016, p. 61). A expressão empregada pelo autor se faz apropriada pela redução ou, em casos mais crônicos, a eliminação das diferenças. Não é somente a ação de criação de indivíduos semelhantes, mas sim da mudança identitária já firmada.

Corroborando com o pensamento de Crary em relação ao impacto do 24/7, Citton (2018) contribui para a discussão utilizando o conceito de economia e a ecologia da atenção em um cotidiano multitarefado. Partindo do ponto abordado por Citton no qual a informação consome a atenção dos que a recebem, surge uma nova economia diretamente ligada às “novas tecnologias” digitais. Diversos bens e serviços estão sendo oferecidos de forma “gratuita” em troca do tempo despendido (atenção) pelos usuários das plataformas. Os minutos são valiosos na arquitetura formada com o propósito de manter a atenção o maior tempo possível, pois o tempo e a atenção nesse cenário são monetizados incessantemente. A economia da atenção é vista por Citton (2018), contudo, sob a ótica da “mutação antropológica”, indo além das trocas comerciais já praticadas. As tecnologias utilizadas para o feito são apontadas como uma ferramenta de captura, gerenciando e conduzindo nossos desejos e subjetividades. A lógica utilizada na economia da atenção é predominantemente do lucro capitalista. O sucesso do modelo de negócio utilizado por plataformas como *Youtube*, *Facebook*, *Twitter*, entre outros, se dá pela captação e manutenção do maior tempo possível da atenção dos indivíduos que ali estão imersos no oceano imensurável de conteúdo.

Para as plataformas, a forma como está sendo acessado e o tipo de conteúdo que seus usuários estão consumindo não possuem relevância, desde que eles permaneçam conectados (SEYMOUR, 2019). O *looping* entre postagens e vídeos faz com que as técnicas de atenção aplicadas pelas plataformas sejam altamente eficazes na retenção da atenção. Uma forma de consumo que beira a compulsividade proporciona que as *Big Techs* rentabilizem e prosperem cada vez mais. Citton (2018), fazendo uma relação entre a nova economia e a atenção, expressa que, quando se utiliza um produto de forma gratuita, o verdadeiro produto é aquele que o consome. Nada é ofertado sem algum custo, a atenção tem um preço e um preço bem alto (ZUBOFF, 2017, p. 18).

Outro fator importante para complementar o debate da economia da atenção e do capitalismo 24/7 é a hiperatenção do indivíduo contemporâneo, desenvolvida e diretamente relacionada com a aceleração digital, conforme Han nos explica:

Os desempenhos culturais da humanidade, dos quais faz parte também a filosofia, devem-se a uma atenção profunda, contemplativa. A cultura pressupõe um ambiente onde seja possível uma atenção profunda. Essa atenção profunda é cada vez mais deslocada por uma forma de atenção bem distinta, a hiperatenção (*hyperattention*). Essa atenção dispersa se caracteriza por uma rápida mudança de foco entre diversas atividades, fontes informativas e processos. (HAN, 2015, p. 251)

O deslocamento da atenção profunda conceituada por Han para a hiperatenção, que se caracteriza por uma rápida mudança do foco, contemplando diversas atividades simultâneas, é o ponto complementar do ecossistema tecnológico. A ideia da atenção distribuída e ao mesmo tempo superficial mostra a mudança da atenção em um cotidiano contemporâneo multitarefado. Cada tecnologia produz o seu ecossistema de atenção, que se molda e se adapta conforme suas necessidades e objetivos. São utilizadas diferentes estratégias para captar e manter seus usuários conectados e consumindo

o maior tempo possível. A monetização dessa ação acontece de forma proporcional a quantidade de horas despendidas por seus usuários, acarretando um gerenciamento mais eficaz das capacidades atencionais em termos mercadológicos.

Embora o conceito de economia da atenção seja apropriado e devidamente fundamentado através das análises feitas das plataformas digitais, Citton acredita que tal feito não contemple todos os pontos da problematização. O paradigma estritamente econômico por vezes pode ser limitado diante das perspectivas analisadas, impedindo-nos um aprofundamento maior sobre o tema. Rebaixar o estudo da atenção somente ao cenário econômico dificulta a formulação de outras questões fora do ambiente da extração e monetização.

Partindo do ponto em que as pessoas são elementos que não podem ser isolados de seu ambiente, é necessária uma análise macro de conjuntura dos sujeitos, assim como dos aspectos socioambientais que os atravessam. Os reflexos das ações das plataformas avançam para além do indivíduo, espalhando-se também no tecido sociocultural. Assim, o termo ecologia da atenção se torna mais apropriado para abordar e problematizar os efeitos do capitalismo contemporâneo e as ações tecnológicas das *Big Techs*:

a ecologia biofísica de nossos recursos ambientais, a ecologia geopolítica de nossas relações transnacionais, a ecologia sociopolítica de nossas relações de classe, a ecologia psíquica de nossas capacidades mentais, todas dependem da ecologia midiática, que condiciona nossos modos de comunicação. (CITTON, 2018, p. 38)

O excerto acima relaciona pontos e características fundamentais sobre a relevância de outros elementos que contemplam ou são atingidos pelos mecanismos atencionais. Os pontos abordados pelo autor nos trazem elementos para pensar a que nível a intervenção da tecnologia no âmbito atencional afeta o comportamento e

o modos de vida, e quais são os reflexos das ações de condução a curto e longo prazo³⁶.

ANÁLISE DE CONJUNTURA E ANÁLISE DE PLATAFORMA ENQUANTO METODOLOGIAS COMPLEMENTARES

Tendo em vista que a temática da pesquisa se refere a uma análise da relação da plataformização e seus reflexos no processo de interação com o indivíduo e o capitalismo, elegeu-se como material empírico o ambiente virtual de ensino online Udemy para tensionar o tema. Após identificar palavras-chave que se encontravam nos e-mails publicitários da Udemy de forma recorrente, tais como *potencial*, *pontos fortes*, *sonhos*, *conectado*, *metas*, *habilidades novas*, *sucesso*, *progressos*, entre outras, vislumbramos a possibilidade de analisá-los sobre o viés do capitalismo de plataforma.

A constituição deste estudo foi realizada com base nos e-mails publicitários da plataforma Udemy, bem como em certos aspectos discursivos e algorítmicos identificados em sua plataforma, abrangendo as narrativas discursivas dos benefícios e oportuni-

36 É nesse sentido que propusemos, por meio do conceito de extrativismo, uma aproximação, nos termos amplos ecológicos de Gregory Bateson e Félix Guattari, entre literaturas hoje distantes: "Com essa passagem crucial, aproxima-se a vasta bibliografia sobre tecnologia da informação, capitalismo cognitivo, trabalho imaterial e virtualização da crescente e relevantíssima produção que conecta os modos de extração capitalista ao problema ecológico e – inspirada nas análises marxistas de John Bellamy Foster e David Harvey, mas ultrapassando-os em radicalidade – propõe o conceito de Capitaloceno como modo de pensar o impacto geológico das atividades humanas sobre o ecossistema (por exemplo, J. Moore, A. Malm, T. Mitchell). Ao mesmo tempo, também no Sul Global conecta-se a leitura do capitalismo cognitivo ou neoliberalismo, desenvolvida por autores como Giuseppe Cocco e Veronica Gago, entre muitos outros, com a literatura sobre o neoextrativismo como verso dos "progressismos latino-americanos", tal como E. Gudynas e A. Acosta pensam (PINTO NETO, 2020a).

des para aqueles que realizam os cursos ofertados pela plataforma. A rigor, as ferramentas utilizadas serão descritas nos próximos itens, a partir da análise de conjuntura nos termos dos Estudos Culturais (GROSSBERG, 2010), da análise de plataforma proposta por D'Andréa (2020) em termos de tecnologia e dos discursos publicitários.

A análise do material empírico foi realizada a partir de dois segmentos da plataforma de ensino Udemy. A primeira seção trata do site da plataforma, direcionando as lentes dos Estudos Culturais para as estratégias discursivas empregadas envoltas em um modelo de subjetivação neoliberal. Também será considerada a influência dos algoritmos no processo de identificação e personalização de perfis de usuários, possibilitando a realização de publicidades direcionadas mais eficazes. A partir da geração de informações mediante coleta de dados, desenha-se uma nova modalidade de condução e indução por parte da plataforma.

Foi realizado o mapeamento do referido ambiente com o intuito de mostrar a organização e suas características, bem como as estratégias utilizadas e os diversos grupos de público que a plataforma procura atingir. Apresentou-se materiais empíricos que abordam a mercantilização da educação por meio da educação continuada e a flexibilização da educação e da vida contemporânea, conduzidas por um apurado processo de recomendação algorítmica com base nos dados minerados dos usuários da plataforma. Assim, ao identificar as formas pelas quais os cursos são ofertados aos usuários, explorou-se algumas características do fenômeno de recomendação algorítmica. Com isso, mostra-se como a plataforma Udemy aborda e se posiciona quanto à importância da qualificação contínua, apresentando indícios das estratégias através do discurso sobre mercado, competição, flexibilização, entre outros, apontando sua predileção a determinadas formas de saberes relacionadas à educação continuada.

O segundo segmento analisado constituiu-se por e-mails publicitários personalizados que a Udemy envia aos usuários cadastrados na plataforma. Em um primeiro movimento, analisamos e descrevemos as estratégias discursivas e algorítmicas utilizadas pela plataforma para conduzir e induzir os sujeitos acerca da importância/necessidade do consumo da educação continuada. Segundo D'Andréa (2020), a pesquisa em plataformas realiza-se por dois caminhos de estudos: através da pesquisa documental ou pelo entendimento e tensionamento da lógica dos ambientes digitais. Deve-se assumir como premissa a instabilidade das plataformas, suas incertezas e seus conflitos econômicos, políticos e sociais. Salienta ainda que as plataformas são objetos empíricos em constante transformação, dificultando o processo de acompanhamento e análise. Sendo assim:

Não é raro uma plataforma se modificar significativamente ao longo de uma pesquisa, deixando a sensação – injusta, mas compreensível – de que a análise está desatualizada antes mesmo de ser finalizada. Assim, de antemão, vale apontar que lidar com as mutações das plataformas em um dado período de tempo deve ser tomado como parte do desafio de uma pesquisa, e não como um empecilho para sua realização. (D'ANDRÉA, 2020, p. 43)

Neste sentido, é necessário atentar que as plataformas atuam e se comportam como uma espécie de laboratório digital em que as novidades e atualizações são postas de inúmeras formas na rede na mesma velocidade em que são retiradas. O movimento e o volume de informações produzidas pelas plataformas têm o intuito também de atingir distintos tipos de públicos e localidades, com uma abrangência realizada de forma personalizada que pode ser concretizada graças aos dados colhidos e computados pela Udemy.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

ANÁLISE DA PLATAFORMA

Ao observarmos em um primeiro momento as interfaces da plataforma Udemy, site, aplicativo e e-mails, é perceptível as potencialidades do material empírico, tendo em vista a diversidade de elementos a serem analisados e problematizados.

O primeiro segmento eleito para apreciação no presente capítulo, consiste em analisar aspectos específicos no site da plataforma. Buscou-se identificar as formas como os cursos são ofertados aos usuários, explorando algumas características do fenômeno de recomendação algorítmica. Os pontos analisados no material empírico apresentado acima servem, entre outros fatores, para balizar a determinância e eficácia dos algoritmos na relação que se estabelece entre o usuário e a plataforma. Com base nas análises feitas, problematizou-se a sujeição da educação aos mecanismos de algoritmização dentro dos processos educacionais e as estratégias de governamento dos sujeitos, produzindo desejos de qualificação constante frente a um mercado neoliberal.

Observemos a imagem abaixo. Mostramos a captura de tela retirada do site da Udemy após a realização do login de usuário na referida plataforma. Nesta parte do site, nota-se o sistema de recomendação atuando, ofertando modalidades de cursos com base nos históricos de navegação do site e dos cursos adquiridos. O fato apontado e trazido com o propósito de demonstrar a influência e a potencialidade dos mecanismos algorítmicos no processo de sugestão de novos saberes oferecidos dentro da plataforma de ensino aos seus usuários. Considerando a magnitude que os algoritmos possuem nas relações acima, consegue-se dimensionar seu poder de força nas estratégias mercadológicas publicitárias diante de seus usuários.

FIGURA 25.1 – Sistema de Recomendação Site Udemy

O que aprender em seguida

Recomendados para você



Temas recomendados para você

Lógica	Logic Pro X	Algoritmos	Desenvolvimento de carreira	Matemática discreta
Inglês	Gramática inglesa	Conversação em inglês	Pronúncia em inglês	Vocabulário em inglês

Fonte: Udemy (2023)

Propôs-se problematizar na imagem acima o processo de algoritmização dos saberes aplicado à educação continuada em meio a um sistema capitalista concorrencial. Os temas recomendados no site vinculados ao histórico de navegabilidade dos usuários se complementam com as tendências mercadológicas contemporâneas.

Um fator apelativo encontrado na imagem acima refere-se à urgência imposta pela plataforma para que os usuários não interrompam o seu processo de aprendizagem contínua. Ao analisar a frase “O que aprender em seguida”, identifica-se um fator imediatista que conclama à aquisição de novos conhecimentos. No caso analisado acima, parece haver uma indução ao consumo constante dos cursos ofertados por parte da plataforma. Através de seus sistemas algorítmicos e de suas estratégias publicitárias, conduz-se os indivíduos a uma busca constante de novas oportunidades e qualificações, visando a seu futuro bem-estar pessoal e profissional.

Ainda, observa-se aspectos relacionados à economia da atenção defendido por Citton (2018), na qual as tecnologias utilizadas no processo algorítmico são apontadas como ferramentas de captura da atenção dos indivíduos, condução de desejos e por

consequência de suas subjetividades. A plataforma utiliza a lógica da economia da atenção para fomentar a aquisição de novos usuários e rentabilizar-se com a venda dos cursos ofertados. Identifica-se neste aspecto um looping contínuo de saberes onde a atenção capturada dos usuários, monetiza-se de forma imediata.

Através de seus sistemas algorítmicos e de suas estratégias publicitárias, a plataforma conduz os indivíduos a uma busca constante de novas oportunidades e qualificações, visando a seu futuro bem-estar pessoal e profissional.

ANÁLISE DOS E-MAIL PUBLICITÁRIOS

A atuação dos algoritmos, assim como dos discursos empregados, pode ser observada a partir dos e-mails publicitários enviados aos usuários da plataforma Udemy. Através da análise dos e-mails, na tentativa de demonstrar as estratégias discursivas diretamente associadas aos sistemas de recomendações algorítmicos utilizadas nas ações da plataforma, percebe-se que o intuito mercadológico da Udemy é de atender as necessidades e também induzir certos modos de aprendizagem específicos para cada usuário, partindo dos critérios de navegabilidade e aquisição de cursos na plataforma de ensino.

De acordo com Cavinato e Soares (2019), o e-mail marketing é a comunicação via e-mail feita entre a empresa e o cliente, seja tal comunicação feita para fins de propaganda promocional, divulgação de eventos, notícias informativas institucionais, mensagens de felicitações aos usuários, entre outros. Para as autoras, "o e-mail marketing é a forma de estar sempre presente na mente do consumidor" (CAVINATO; SOARES, 2019, p. 17). Assim, o e-mail marketing é uma das ferramentas de que a organização dispõe para estar presente na mente dos consumidores, fazendo uso de diversos artifícios para manter um relacionamento ativo com os clientes via internet.

Esta ferramenta vai além da comunicação promocional, pois se trata de um instrumento que consegue chegar de forma íntima ao cliente ou a um possível futuro cliente. Parte-se do princípio de que o indivíduo já demonstrou algum desejo em receber mensagens da empresa ao disponibilizar seu e-mail. Os e-mails publicitários possuem a propriedade de manter um relacionamento de longo prazo e de maneira mais próxima com o cliente, comparando-se com outros tipos de publicidades como outdoors e até mesmo as mídias sociais, além de ser um sistema de comunicação capaz de atingir diversas pessoas ao mesmo tempo. Com o uso adequado das ferramentas publicitárias associadas às novas tecnologias disponíveis atualmente, pode-se dizer que “os e-mails marketing têm de ser assertivos, cativantes, relevantes, distinguir-se dos demais, estimular o destinatário a ler a mensagem e, sobretudo, garantir a conversão das mensagens em resultados comerciais efetivos” (QUINTELLA, 2018, p. 14).

A imagem a seguir é trazida no intuito de enriquecer a análise feita acerca dos e-mails publicitários da pesquisa, apresentando fortes indícios do que Cray (2016) define como capitalismo 24/7, conceito este já abordado no presente capítulo.

FIGURA 25.2 – E-mail publicitário da Udemý



Modo escuro para dispositivos móveis

Faz bem para seus olhos (e sua bateria
também!)

Fonte: elaborado pelos autores

Considerando a frase constante no e-mail “Modo escuro para dispositivo móveis”, percebe-se na existência do discurso a relevância da hiperconectividade na manutenção do saber contínuo e incessável, alastrando-se por todo o período de tempo existente dos indivíduos que estão inseridos neste ambiente. “Modo Escuro” é um tema em que a interface gráfica do sistema operacional ou do aplicativo emprega tons escuros para, por um lado, possibilitar o uso noturno de um aparelho oferecendo conforto do olhar e, por outro lado, possibilitar economia de bateria em dispositivos com telas OLED e similares. A premissa, neste caso, é a de que os aparelhos são raramente desligados e seus usuários estão conectados inclusive nos horários dedicados ao sono, a essa premissa associa-se, no discurso publicitário” que o produto ofertado “faz bem aos seus olhos e a sua bateria também”.

Evidencia-se aqui a ruptura do tempo como conhecemos, ultrapassando inclusive os limites biológicos naturais do ser humano. A ruptura do sono, como descreve Crary, é mais uma fase de que o capitalismo de plataforma se apropriou. O ambiente 24/7 foi incorporado ao cotidiano dos indivíduos contemporâneos a ponto de se tornar indissociável. Como diz Guilherme Wisnik:

Claramente, o verdadeiro hiperespaço agora é a nuvem, o espaço global da comunicação ininterrupta, ambiente profundamente imersivo e sem recuos perceptivos, e todo mediado por dispositivos tecnológicos de uso cotidiano que se infiltraram em cada segundo da nossa vida, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Dentro dessa imensa nuvem o céu é sempre branco acinzentado, e não mais azul ou preto, e o tempo não pendula mais entre os momentos de luz e os de sombra, ou as horas de trabalho e as de ócio, lazer e repouso, como mostra Crary. Dentro do nevoeiro contemporâneo estamos expostos permanentemente, como numa vigília, a uma luz intensa e difusa, ao clarão de uma névoa cerrada. (WISNIK, 2019, p. 305)

O rompimento da barreira do tempo, bem como a do sono, dá indícios do quão intrínsecas e naturalizadas as tecnologias estão no cotidiano do indivíduo contemporâneo. A maquinaria tecnológica de sujeição e condução, problematizada com os casos referidos acima, atingiu níveis nunca vistos em outros períodos da história. Os reflexos da interatividade tecnológica contemporânea estão presentes e fortemente marcados nos sujeitos que fazem uso das ferramentas tecnológicas. O e-mail publicitário traz também a narrativa de que o novo modo escuro disponibilizado pela Udemy fará bem aos olhos dos usuários que utilizam a plataforma através dos dispositivos móveis à noite, assim como tal uso trará benefícios também ao aparelho utilizado. Percebe-se que as “melhorias” realizadas em sua plataforma são, na realidade, artifícios para que seus indivíduos possam permanecer por mais tempo conectados, interagindo de forma mais duradoura no ambiente virtual da Udemy.

Apresentamos ainda um recorte do material empírico (Figura 25.3) que se trata de parte dos e-mails publicitários selecionados para este estudo e, com ele discutimos o enlace promovido entre educação continuada e conectividade digital, fortemente presente no cotidiano contemporâneo.

É surpreendente que a simples frase “Conecte-se com o aprendizado”, encontrada nas campanhas publicitárias via e-mail da plataforma Udemy, indica que os campos da educação e da tecnologia foram unificados e apropriados pelo capitalismo de plataforma com o objetivo de otimizar processos educacionais e, consequentemente, rentabilizá-los. As facilidades e oportunidades expostas como atrativos nas campanhas publicitárias fortificam a maquinaria das plataformas e de seus algoritmos.

FIGURA 25.3 – E-mail Udemey: conecte-se com o aprendizado



Conecte-se com o aprendizado

Último dia para economizar com cursos a partir de R\$24,90 cada

Fonte: elaborado pelos autores

Percebe-se na imagem acima que o aprendizado no contexto das plataformas está intrinsecamente ligado ao ambiente tecnológico. Há nestes casos uma interdependência entre ambos, em que se evidencia o desenvolvimento e a disseminação do aprendizado por meio dos artefatos tecnológicos e da internet. A educação contemporânea inevitavelmente é perpassada pela tecnologia e seus gadgets. A massificação dos conteúdos disponibilizados pela plataforma Udemey através dos cursos ofertados por seus parceiros têm o intuito de atingir em escalas as demandas do mercado.

Nos e-mails publicitários analisados nesta pesquisa, observa-se que as estratégias discursivas são desenvolvidas em uma lógica na qual a plataforma de ensino se coloca como uma aliada dos usuários que a consomem. As estratégias discursivas utilizadas pela Udemey em sua plataforma e através dos e-mails publicitários se complementam com os processos de algoritmização e mineração dos dados de seus clientes. Uma série de fatores já abordados na pesquisa mostram que o conjunto de informações colhidas e geradas a partir dos dados dos usuários da plataforma Udemey é utilizado como insumo para a promoção e captação de novos clientes. Ainda, a plataforma tem como objetivo mostrar aos seus usuários a vital necessidade de aprimoramento em meio a um mercado concorrencial

extremamente competitivo. Segundo Rocha (2013), os movimentos utilizados nas estratégias discursivas incentivam e convidam os sujeitos ao consumo, apresentando-os uma face da educação continuada associada a “mundos possíveis” a serem conquistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CAMINHO PARA A ANSIEDADE ALGORÍTMICA EM PLATAFORMAS EDUCACIONAIS

As primeiras décadas do século XXI acentuam a tendência cada vez maior e mais acelerada de produção e consumo no capitalismo, sendo por isso definida aqui como aceleracionismo. O termo foi usado por Alex Williams e Nick Srnicek (2013; 2014) no seu ‘Manifesto Aceleracionista’, que propõe, como contraponto às alternativas de resistência desenhadas contra o capitalismo contemporâneo, sua *intensificação*, construindo as teses a partir de uma leitura que perpassa o ‘Fragmento sobre as máquinas’, de Marx, e sobretudo ‘O Anti-Édipo’, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, e os trabalhos de Nick Land³⁷. Segundo eles:

Se há algum sistema associado a ideias de aceleração, é o capitalismo. O metabolismo essencial do capitalismo demanda crescimento econômico, com competição entre entidades capitalistas individuais, mobilizando desenvolvimentos tecnológicos crescentes, na tentativa de alcançar vantagem competitiva, tudo acompanhado por uma crescente mobilidade social. Em sua forma neoliberal, essa autoapresentação ideológica é uma das forças de liberação das forças de destruição criativa, liberando inovações tecnológicas e sociais em contínua aceleração. (SRNICEK; WILLIAMS, 2013)

37

O termo foi cunhado por Benjamin Noys de modo crítico em Noys (2010) depois apropriado por Srnicek e Williams (2013; 2014) no “Manifesto”.

O ritmo ininterrupto se acopla nas tecnologias de informação e coloniza a vida como um todo, tornando onipresente o trabalho e desrespeitando as barreiras “naturais” (isto é, a longa economia da Terra, da vida e da espécie humana). Seu tipo ideal é o “ciborgue” desafetado, um infinito reservatório de informação com capacidade acelerada de processamento e sem os *constraints* da mortalidade (isto é, do corpo humano e sua finitude). Para ambos, haveria uma aceleração do tempo relacionada com a dinâmica do sistema econômico que não pode ser simplesmente reproduzida pelo corpo. Bifo, por sua vez, afirma que o “semicapital coloca as energias neurofísicas para trabalhar e as submete à velocidade da maquinaria eletrônica”. Segundo ele, no entanto, o

ciberespaço sobrecarrega o cibertempo, porque o ciberespaço é uma esfera sem limites, cuja velocidade não pode acelerar sem limites. Mas o cibertempo (o tempo da atenção, memória e imaginação) não pode acelerar além de um limite. De outro modo, quebra. E está realmente quebrando, colapsando no estresse da hiperprodutividade. Uma epidemia de pânico está espalhando-se pelos circuitos do cérebro social. Uma epidemia de depressão está seguindo a eclosão do pânico (BERARDI, 2011).

Por fim, Cristophe Türcke (2010, p. 44-45) chama atenção para a quantidade de tarefas que hoje são executadas simultaneamente, configurando uma espécie de compulsão. A “compulsão à ocupação”, diz ele, “é especificada em uma compulsão à emissão. Ela transforma-se, entretanto, em uma forma vital de expressão”. Trata-se de uma nova modalidade de *horror vacui*, agora direcionada contra o ócio: “não emitir é equivalente a não ser -- não apenas sentir o *horror vacui* da ociosidade, mas ser tomado da sensação de simplesmente não existir”. Eis então um “corpo radioativo” que se move por choques. É nesse contexto que devemos entender o que recentemente, em ensaio da *New Yorker*, Kyle Chayka (2022) propõe como a “era da ansiedade algorítmica”. Infindáveis listas, recomendações e tarefas de auto aperfeiçoamento acabam aniquilando o *desejo* no processo de subjetivação, tornando-o penoso e nas franjas do incêndio psicológico generalizado (*burnout*).

Através das estratégias discursivas e algorítmicas analisadas no site e nos e-mails publicitários da plataforma Udemy, pode-se observar a complexidade destes fatores que a priori possuem como objetivo induzir os sujeitos ao consumo incessante do aprendizado online, mas também buscam construir verdades sobre a educação continuada e seus benefícios em um contexto mercadológico neoliberal. Sendo assim, entende-se que a mercantilização da qualificação contínua é um fator fortemente empregado pela plataforma analisada, bem como a sua valorização. O processo de mercantilização da educação, aqui, assume o caráter de ingrediente para a produção de subjetividades ansiosas, à beira do colapso, que enfrentam um choque permanente de informações que são incapazes de processar, porque, basicamente, está para além das capacidades humanas.

O presente capítulo teve a pretensão de mostrar aos leitores os caminhos percorridos até chegar às análises realizadas, observando as ações empregadas pelas Big Techs, em especial pela Udemy, na condução de seus usuários ao caminho do capitalismo de plataforma. Procurou-se entender, através das ações por ela realizadas, os efeitos causados sobre seus usuários. Diante das estratégias publicitárias potencializadas e personalizadas com o auxílio dos algoritmos, a plataforma induz os sujeitos a somente uma opção, consumir os cursos ofertados, corroborando a lógica imposta do aprendizado ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

BERARDI, F. B. **After the future**. Tradução de Arianna Bove. New York: AK Press, 2011.

CAVINATO, C.; SOARES, V. D. As Técnicas Mais Indicadas Para Utilização De E-Mail Marketing. **Revista Práxis** – Teoria de Prática Publicitária, Rio de Janeiro, 2019.

CHAYKA, K. The Age of Algorithmic Anxiety. **The New Yorker**, 2022. Disponível em: https://www.newyorker.com/culture/infinite-scroll/the-age-of-algorithmic-anxiety?utm_source=pocket_mylist. Acesso em: 16 mar. 2023.

CITTON, Y. Da economia à ecologia da atenção. **Ayvu: Revista de Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 13-41, 2018.

CRARY, J. **24/7 Capitalismo Tardio e os Fins do Sono**. São Paulo: Ubu, 2016.

D'ANDRÉA, C. **Pesquisando Plataformas Online: Conceitos e Métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 219-226.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GROSSBERG, L. **Cultural Studies in the Present Tense**. Londres: Duke University Press, 2010.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2015.

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

NOYS, B. **The persistence of the negative: a critique of contemporary continental philosophy**. Edimburgo: Edimburgh University Press, 2012.

PINTO NETO, M. Derivacivilização: o corpo na era da aceleração. **Lugar Comum**, v. 1, p. 112-131, 2017.

PINTO NETO, M. Nuvem: Plataforma: Extração. **Percursos** (UDESC), v. 21, p. 5-21, 2020a.

PINTO NETO, M. Blur. *In*: PINTO NETO, M. **Algoritarismos**. 1. ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2020b.

QUINTELLA, A. M. **O papel de imagens e textos na busca por maior eficácia na conversão de vendas em campanhas de e-mail marketing**. 2018. 45 f. Tese de doutorado — Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

ROCHA, D. G. A comodificação da Educação Continuada. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, Porto Alegre, 2013.

SEYMOUR, R. **The Twittering Machine**. Londres: The Indigo Press, 2019.

SRNICEK, N.; WILLIAMS, A. Manifesto aceleracionista. **Lugar Comum**, n. 41, 2014. Disponível em: <http://uninomade.net/lugarcomum/41/>. Acesso em: 27 mar. 2015.

SRNICEK, N.; WILLIAMS, A. "**#Accelerate**: Manifesto for an accelerate politics". In: MACKAY, R.; AVANESSIAN, A. (eds.). **#Accelerate: the accelerationism reader**. Reino Unido: Urbanomic, 2013.

TÜRCKE, C. **Sociedade excitada**: filosofia da sensação. Campinas: UNICAMP, 2010.

UDEMY. Página inicial. **Udemy**, 2023. Disponível em: <https://www.udemy.com/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

VEIGA-NETO, A. Currículo: um desvio à direita ou delírios avaliatórios. **Colóquio sobre Questões Curriculares**, v. 10, p. 1-17, 2012.

WISNIK, G. **Dentro do Nevoeiro**. São Paulo: Ubu, 2019.

ZUBOFF, S. *Big Other*: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação. In: BRUNO, F. *et al.* (orgs.). **Tecnopolíticas da Vigilância**. Tradução de Heloísa Mourão. São Paulo: Boitempo, 2017.

26

*Rodrigo de Oliveira Azevedo
Elisandro Rodrigues
Daniel Demétrio Faustino da Silva*

FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS DE CONTROLE NA SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

O CONTEXTO E O TEXTO

No Brasil, a continuidade dos processos formativos durante a Pandemia da covid-19 foi, fundamentalmente, possibilitada pelo estabelecimento de normas educacionais excepcionais que, dentre outros elementos, autorizaram o desenvolvimento de atividades pedagógicas mediadas por tecnologias de informação e comunicação (TICs) em todos os níveis de ensino, isto é, da educação infantil ao ensino e superior. Segundo Zara *et al.* (2021, p. 52), as TICs podem ser definidas como “meios técnicos que permitem o compartilhamento de informações e os processos comunicativos por meio de recursos como computadores”.

Todavia, a autorização provisória para o desenvolvimento de atividades pedagógicas mediadas por TICs em todos os níveis de ensino constituiu também brusco rompimento com as práticas educativas presenciais que predominavam até o início da Pandemia. Neste contexto, pergunta-se: como transcorreu o processo de capacitação, formação ou qualificação dos docentes para tais atividades?

Compreendemos que esta questão é particularmente importante porque, dentre outros aspectos, preocupações com os processos de capacitação, formação ou qualificação dos educadores não são recentes. “Educar os educadores!”: esta afirmação de Nietzsche (2012) consta no início da epígrafe que inaugura a apresentação da obra *Escritos sobre Educação*, a qual reúne textos do Filósofo prussiano, que viveu entre 1844 e 1900.

Em outra perspectiva, lembra-se que, no Brasil, a formação docente é referida nos artigos 65 e 66 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional (BRASIL, 1996). O aperfeiçoamento profissional continuado é mencionado no artigo 67 da mesma Lei como uma das estratégias por meio das quais os sistemas de ensino promoverão a

valorização dos profissionais da educação. Ademais, a qualificação dos profissionais da educação básica e da educação superior também é destacada na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação vigente no nosso país (BRASIL, 2014).

Assim, por meio do presente trabalho, pretende-se descrever o modo como se desenvolveu o processo educativo de docentes de uma instituição pública de ensino, que forma profissionais da saúde, para o desenvolvimento de atividades pedagógicas mediadas por TICs durante a Pandemia da covid-19.

Para alcançar este propósito, foram utilizadas respostas de seis docentes da referida instituição que participaram da pesquisa “Tecnologias educacionais e os processos de subjetivação na formação em saúde”. Dentre esses(as) docentes, uma ministra aula no Curso Técnico em Enfermagem; três atuam no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar; dois lecionam no Mestrado Profissional em Avaliação e Produção de Tecnologias para o SUS; e dois também são preceptores de programas da Residência Multiprofissional em Saúde. Todos os docentes também dedicam parte da sua carga horária semanal de trabalho para o desenvolvimento de processos assistenciais ou administrativos em saúde.

A pesquisa entrevistou um total de 25 participantes, sendo 13 docentes e 12 discentes de cinco cursos. Além dos cursos referidos no parágrafo anterior, a instituição, de modo regular, oferta um Curso Técnico em Nutrição e Dietética e Programas de Residência Médica. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Grupo Hospitalar Conceição-GHC e cadastrado na Plataforma Brasil sob número CAEE 46559421.2.0000.5530. Recebeu apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) por meio do Edital 10/2021 – Auxílio Recém-Doutor ou Recém-Contratado - ARD/ARC.

Para analisar as respostas – ou os discursos – dos docentes, inspiramo-nos em procedimentos expostos por Foucault (2008a), em *A arqueologia do saber*.

Nesse livro o autor escreve que a análise das formações discursivas deve objetivar a descrição do enunciado em sua especificidade ou singularidade – naquilo que um enunciado se diferencia dos demais. Tal descrição pressuporia discriminar quatro elementos que constituiriam um enunciado: (1) o referente, objeto concreto ou abstrato ao qual o discurso se refere e constitui como uma coisa única; (2) um sujeito, ou uma posição que pode ser ocupada por diferentes pessoas, mas que indicaria quem tem autoridade reconhecida, consentida, aceita por outrem para proferir discursos sobre o referente tal como ele é apresentado; (3) um campo associado, ou um conjunto de outros enunciados que proporcionam a estabilidade para que o enunciado se apresente tal como ele é; e (4) uma materialidade, ou o conjunto de superfícies, com suas respectivas regras de transcrição, onde os enunciados são grafados. [...]

Ainda para Foucault (2008), a análise arqueológica não apenas possibilita identificar e distinguir enunciados e formações discursivas, mas especialmente procura relacioná-los com práticas não discursivas específicas. Ou seja, ao nos propormos a descrever a singularidade de um discurso, visamos delimitar os limites cronológicos, o campo institucional e o conjunto de acontecimentos políticos, econômicos, sociais e de outras ordens com os quais esse discurso está associado. (AZEVEDO; VEIGA-NETO, 2019, p. 5-6)

Em termos organizacionais, após a presente introdução, caracterizamos de modo introdutório as sociedades de controle. Posteriormente, dispomos de seção na qual os discursos dos docentes são associados fundamentalmente a um conjunto de referenciais teóricos que discorrem sobre aquelas mesmas sociedades de controle. Nas *Considerações Finais*, encerramos o texto compartilhando duas reflexões, cujas análises precisarão ser desenvolvidas em momentos seguintes.

ALGUNS *BITS* SOBRE AS SOCIEDADES DE CONTROLE

Em entrevista concedida a Toni Negri, na primavera de 1990, Deleuze (1992a) comenta que é “certo que entramos em sociedades de controle, que já não são exatamente disciplinares. Foucault é com frequência considerado como o pensador das sociedades de disciplina, e de sua técnica principal, o *confinamento* (não só o hospital e a prisão, mas a escola, a fábrica, a caserna) [...] Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (DELEUZE, 1992a, p. 215-216).

Em outro trabalho, o autor escreve que os controles são uma modulação, uma moldagem autodeformante, que muda continuamente: “os diferentes modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável, cuja linguagem é numérica (o que não quer dizer binária)” (DELEUZE, 1992b, p. 2). Para Deleuze (1992b), ainda, nas sociedades assim caracterizadas, além de outros elementos, a empresa substitui a fábrica, nunca se termina nada e:

[...] o essencial não é mais uma assinatura nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha [...]. A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “bancos”. (DELEUZE, 1992b, p. 2-3)

O dinheiro nas sociedades de controle não se apresenta como moeda cunhada em ouro, porém, por meio de trocas flutuantes. O homem do controle é ondulatório, funciona em órbitas, em feixes contínuos.

No regime das escolas: as formas de controle contínuo, avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na Universidade, a introdução da “empresa” em todos os níveis de escolaridade. No regime dos hospitais: a nova medicina “sem médico nem doente”, que resgata doentes potenciais e sujeitos a risco, o que de modo algum demonstra um progresso em direção à individualização, como se diz, mas substitui o corpo individual ou numérico pela cifra de uma matéria “dividual” a ser controlada. (DELEUZE, 1992b, p. 4)

Neste contexto, Deleuze designa como educação permanente o estado de modulação produzido pelas práticas de controle, pois, em tais sociedades “nunca se termina nada”. Uma perpétua busca por novas formações, uma variação contínua de esforço em busca de se tornar o melhor.

Jonathan Crary (2016, p. 24), em seu livro *Capitalismo tardio e fins do sono*, descreve uma sociedade 24/7, 24 horas por dia durante os sete dias da semana, na qual se busca o máximo desempenho e, ao mesmo tempo, se é controlado todo o tempo: “o declínio no valor de longo prazo do trabalho vivo não faz do repouso ou da saúde prioridades econômicas, como mostram recentes debates a respeito de políticas de saúde. Hoje são raros os momentos significativos na existência humana (com exceção do sono) que não tenham sido permeados ou apropriados pelo tempo do trabalho, pelo consumo, pelo marketing”.

Em síntese, o controle é uma forma de exercício de poder. Então, como docentes são formados para práticas desta natureza? Eis aquilo que buscaremos descrever na próxima seção.

A EDUCAÇÃO DOS DOCENTES PARA PRÁTICAS DE CONTROLE

A descrição – ou mesmo a análise – de um processo educativo pode ser realizada com distintas finalidades e a partir de variadas perspectivas. Desta forma, ao tomarmos como referência a concepção proposta por Veiga-Neto (2005, p. 4), a saber, de que por educação se compreende o “conjunto de práticas sociais cujo objetivo principal é a trazida dos recém-chegados – crianças, estrangeiros, estranhos etc. – para uma determinada cultura que já ‘estava aí’”, podemos cogitar que os processos educativos, de modo geral, envolvem um conjunto de elementos característicos que, didaticamente, são identificados a partir das seguintes questões: 1) O que se aprende? 2) Como se aprende? 3) Com quem se aprende? 4) Para que se aprende?

Desta forma, ao analisarmos os discursos dos docentes sobre o seu processo educativo para o desenvolvimento de atividades pedagógicas mediadas por tecnologias de informação e comunicação (TICs) durante a Pandemia da covid-19, identificamos uma grande diversidade de aprendizagens realizadas. Tais aprendizagens envolveram, inicialmente, o próprio reconhecimento das TICs e dos ambientes virtuais por meio dos quais as atividades pedagógicas seriam desenvolvidas durante a pandemia.

[...] no início da pandemia, cada mês tinha um software novo pra gente aprender a utilizar. (DOCENTE 6).

Ahm, eu me apropriei das tecnologias, ahm, das plataformas de web conferência. Né? [...] Acho que a, os recursos é o *Meet*, é o *Webex*, é o *Zoom*, principalmente, né? [...] As plataformas de web conferência, que eu tinha alguma familiaridade de algumas bancas, que eu tinha participado, previamente; mas não, nem de perto com a extensão de agora, tá? (DOCENTE 4)

Mas estas enunciações dos docentes nos remetem àquilo que Deleuze (1992b, p. 3) caracterizou como as máquinas típicas – peculiares ou próprias – das sociedades de controle. Tais sociedades, segundo o autor, “operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores”.

Moraes e Veiga-Neto (2008, p. 10), por sua vez, fazem alusão ao intenso poder de subjetivação dos dispositivos digitais e das redes por eles viabilizadas. Destacam ainda que, nestes processos, os professores são situados em outro papel, assumem uma nova função, são deslocados de suas atribuições tradicionais: “o professor, assim, deixa de ser aquele que detém a autoridade do ensino dos conteúdos disciplinares. Ele passa a ser um gestor, um gerente, um guia, um tutor, um mediador da aprendizagem”.

Contudo, o desempenho deste novo papel também envolve a necessidade de aprendizagens. Aprender a gerir grupos em ambientes virtuais; aprender a conciliar elementos diversos; aprender a mediar aprendizagens; aprender curadoria... Enfim, mais do que ensinar, os professores no período pandêmico tiveram que aprender a gerir.

Tu não sabe se aquele grupo que tá ali, se tá ali mesmo, se não tá, né? Então, como usar recursos pra que se-se chame essa participação, pra se dê espaço de falas, né? [...] Então, a gente tem, sabe que bom, talvez, trabalhar em pequenos grupos. Mas tem mais, talvez, trabalhar em arquivos conjuntos. [...] tem recursos interacionistas aí, que a gente precisa explorar. E aí, quem faz essa tarefa, são os humanos, não-não tá dado, é, a gente tem que se qualificar nisso, né? E aí, falando como docente mesmo. (DOCENTE 4)

Assim, o simples fato, por exemplo, de ter uma... pegar exemplos, mas, enfim, super banais hoje em dia, né, assistir uma aula de pijama na cama, né, a pessoa está com uma disposição completamente diferente do que depois de uma hora de transporte ela estar sentada numa sala de aula com os colegas, já conversou, já tomou café, já

tomou chimarrão, ela tem uma disposição mental e física completamente diferente - integralmente diferente, né? Então, eu acho que a gente tem que lembrar disso, porque as pessoas podem estar em universos completamente diferentes. [...] Hoje em dia, a gente mexe no celular, enfim, o pessoal não... divaga um pouco mais, mas a disposição como um todo é completamente diferente, né? Então, assim, pensar numa aula de quatro horas, online, síncrona, eu acho muito difícil, é muito complicado. Se a pessoa não está disposta a criticar isso ou pensar "Não dá pra ser quatro horas", a gente precisa lançar mão de outras coisas nessas quatro horas pra fazer diferente, quem sabe a gente pode fazer alguma dessa carga horária assíncrona, e daí, se for pensar, se for assíncrona, o que que vai ter nesse assíncrona, né? Tem muita coisa online de qualidade, tem muita coisa online que não é de qualidade, tem coisas horríveis online, tem aulas horríveis no YouTube que as pessoas usam, né? E têm coisas muito boas, coisas feitas pela Fiocruz, pelo UNASUS, enfim, tem material pronto já que eu acho que a gente pode lançar mão. Então, acho que pensar esse acervo, essa curadoria, acho que é - acho que talvez seja essa a questão. Tem uma curadoria que precisa ser feita de forma diferente, né? Eu não posso trazer um livro e falar para as pessoas lerem como normalmente a gente faz no presencial. Eu acho que a gente pode botar o livro ali, mas daí eu também preciso pensar se eu tenho acesso ao PDF para as pessoas lerem de fato, eu preciso pensar talvez num vídeo, eu preciso pensar talvez num curso que já esteja disponível, pensar os tempos de tudo isso, acho que tentar... (DOCENTE 6)

Lopes, Sommer e Schmidt (2014, p. 60) discutem a ideia de curadoria como um conceito e uma estratégia para a docência *on-line* "no sentido de favorecer práticas de ensino e de aprendizagem a favor da autoria docente e da socialização dos saberes". Neste texto, não aprofundaremos esta concepção, mas, destacaremos que a Pandemia possibilitou a emergência de, no mínimo, um novo modo de se pensar as aulas, situando o professor em uma posição de curador, um professor que se utiliza da montagem (RODRIGUES, 2020)

como dispositivo do fazer pedagógico. Lopes, Sommer e Schmidt (2014, p. 63) comentam que “para a prática da curadoria é imprescindível o reconhecimento da aprendizagem como função da socialização, uma prática social em essência”; uma prática que, exatamente por isto, talvez, potencializa-se com as redes que são peculiares às sociedades de controle.

Ademais, ao nos inspirarmos em Moraes e Veiga-Neto (2008, p. 2), que discorrem sobre as características de comunicação instantânea e conectividade das sociedades de controle, nas quais: “passamos a viver, cada vez mais, *on line*. A hora da conexão é qualquer hora; o lugar da conexão é qualquer lugar”, percebe-se que os professores precisam aprender novas formas de se comunicarem com os seus alunos.

Então aqui a gente usaria o *WhatsApp* que é mais prático, porque todo mundo acessa celular em todo lugar. Então, desse modo, o mecanismo de relação era estabelecido pela... Pelo *WhatsApp*. De comunicação formal, pelo e-mail. De comunicação pra fins de sala de aula e processos educacionais, o *Moodle*, que a gente acabou atacando nessa disciplina. (DOCENTE 3)

Contudo, esta sociedade da conectividade a qualquer hora e da conexão instantânea é caracterizada por Han (2015) como uma sociedade do desempenho e do cansaço, na qual, distintamente das sociedades disciplinares, os sujeitos não são mais os da obediência, “mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos” (HAN, 2015, p. 14). Portanto, precisam aprender a gerir o seu tempo e cuidarem de si mesmos:

[...] assim o estabelecimento claro do professor de quando que ele está à disposição da turma. [...] Essa é uma ideia de..., vamos dizer assim, um aprofundamento de... Da visão das 24 horas do dia. Então, assim, um dia tem 24 horas. Bom, a quantidade de coisas sejam possíveis de serem feitas nesse dia tem que aconte... Que dependem do tempo, né, elas precisam entrar nesse

espaço de tempo. Então não dá pra ter atividades que, somadas entre si, tomem 30 horas. [...] Teve uma otimização das horas de atuação, né, dentro de um tempo e o outro. Aqui ninguém tem intervalo nem nada, mas daí a gente vai colocando os intervalos nesse meio, já vai diminuindo aquelas horas que tu tinha pra fazer as outras coisas que um ser humano precisa fazer em 24 horas [...] Então quando a gente pensa no tempo-espaço desse jeito assim, a gente vai vendo: pá, eu vou ter... Agora não posso fazer tantas atividades porque eu ainda tenho outros tempos que eu tenho que gastar com outra coisa, que seja os transportes ou mesmo... Olha bem a ideia nefasta às vezes: “Bá, eu vou ter tempo almoçando”, né? Essa ideia que o sistema nos coloca e é importante manter a saúde mental, porque a pluralidade e a diversidade de ofertas e coisas e exigências, por vezes, que são colocadas na vida presente, elas promovem um estado de: eu preciso fazer alguma coisa, sabe? Se eu não fizer nada, parece que eu tô fazendo uma coisa errada. (DOCENTE 3)

Evidentemente, para viverem em sociedades de controle e para desempenharem possíveis funções que a eles são atribuídas os professores precisam aprender a controlar. Neste modo de vida em que as vigilâncias se multiplicam, os professores, eles mesmos, tornam-se sujeitos de controle. Mas como o educador pode controlar um aluno ou uma turma mais ou menos numerosa em um ambiente virtual?

Ele também pode fazer isso em regime de colaboração muito mais evidente pros registros, porque tu consegue identificar históricos anteriores e pessoas que produziram naqueles produtos coletivos de conhecimento produzido por turnos, né? Os trabalhos coletivos assim. Tu vê a versão 1, a versão 2, a versão os sujeitos quando 3. Talvez essas situações tecnológicas oportunizem maior observação de como os alunos vêm evoluindo no seu conhecimento, como que cada um contribui ali dentro daquele objeto comum de colaboração. (DOCENTE 3)

[...] o que me chamou muito a atenção da, da turma foi que todos, praticamente todos ligam a câmera e interagem, isso foi um bom diferencial que eu achei, que eu tava inicialmente acreditando que ia tá, ia tá todo mundo quietinho, né, sem conversar, com a câmera desligada, alguns não presentes, né, mas foi um impacto bem legal, todos praticamente com a câmera ligadas, os que não estão com câmera ligada falam ou avisam: «Ah, tô no ônibus, estou em deslocamento, agora não posso ligar». (DOCENTE 1)

Naquilo que concerne ao “como se aprende?”, vale destacar que, mais uma vez, durante a Pandemia da covid-19, confirmaram-se as palavras de Deleuze a respeito da transição ou da substituição das sociedades disciplinares pelas sociedades de controle.

Mas as disciplinas, por sua vez, também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser. Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. [...] todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. “Controle” é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virillo também analisa sem parar as formas ultra rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. (DELEUZE, 1992b, p. 1)

Todavia, no caso que estamos analisando, não observamos apenas uma crise das instituições de confinamento, a saber, da escola e do hospital. Conforme, talvez, poder-se-ia deduzir, um processo ou um meio tradicionalmente associado à escola, pelo menos durante o início da Pandemia, não aconteceu: simplesmente, não existiu. Referimo-nos à formação docente daquele modo predominantemente

ainda hoje conhecido, isto é, que acontece antes do início do período letivo ou previamente a algum evento importante, como estratégia de preparação, de unificação ou padronização das práticas e dos discursos coletivos, e que reúne, se não todos, pelo menos, a maioria dos professores da instituição em evento único, integrador.

Então, como sucedeu esse processo educativo dos docentes para o desenvolvimento de atividades pedagógicas mediadas por TICs durante a pandemia? Aqui, interessante observar que, segundo os discursos dos docentes, o “como se aprende”, em alguma medida, foi integrado – fundido, unificado – ao “com quem se aprende”. Ou seja, os docentes buscaram individualmente a sua preparação para o trabalho com TICs. Não houve um planejamento institucional para o desenvolvimento conjunto da formação ou da educação dos docentes. Cada docente procedeu segundo considerou mais adequado, inclusive aqueles que não dispunham de experiência em sala de aula.

Sim, ah, sim. Não, faz, poderia ter alguma, alguma capacitação sim, faz falta, né, eu por exemplo foi a minha primeira turma, primeira e segunda já agora, em disciplinas, então saí do zero, né, na verdade, cheguei ali cara a tapa, não sabia muito exatamente como fazer, como proceder, né, proceder, o [COLEGA A] deu uma mão, ele mostrou mais ou menos como era o *Moodle*, é uma ferramenta razoável pra lidar, e o *Google Meet* também, a [COLEGA B] deu alguns toques quanto a aula em si, né, mas assim, pra usar alguma ferramenta, “Ó, vamos utilizar essa ferramenta pra fazer tal coisa», não tem nada definido, então muito alunos trouxeram até mim, «Ah, vamos usar o Canva», né, «O site Canva; Ah, tem o aplicativo desse Canva, quem sabe a gente vai usando ele», consegue transferir, né, compartilhar, mas pessoalmente eu não sabia, então acho que poderia sim ter surgido já antecipadamente o curso, o GHC, enfim, fornecer alguma, alguma ideia sobre, dicas sobre como utilizar ou indicar alguma ferramenta quanto a isso, sim, com certeza. (DOCENTE 1)

A minha formação foi, né, toda mais epidemiológica, assim, então, a gente... Eu nunca tive formalmente, né,

sobre... Até no máximo curso de preceptoria, tal, mas sobre isso, né, sobre.... há... [...] É, de tecnologia educacionais. Então, é uma coisa que sempre que eu ouço, fico pensando "Ah, é uma coisa que eu queria saber mais...," mas que, né, um monte de coisa a gente tem na vida, assim, (risos) que acaba não... acabei nunca... há... indo mais afundo, assim. (DOCENTE 5)

[...] eu já tinha essa experiência, né, mas com certeza vi muitos colegas desesperados em casa pra saber como é que instala um software no computador ou se tem... Por que dá microfonia ou "Ah, vou usar três telas ao mesmo tempo pra ficar melhor" e na verdade fica pior. (DOCENTE 6)

Interessante observar que, além de buscarem individualmente a própria preparação para o desenvolvimento de atividades pedagógicas mediadas por TICs, alguns docentes se perceberam responsáveis por isso, sem fazerem referências às eventuais obrigações institucionais.

[...] a gente precisa se qualificar, precisa conhecer, e pra mim, a maior, ahm, dor, talvez, desse período (rindo), né? Pandêmico, e eu me incluo um pouco nele também, acho que a gente não teve tempo. É, a gente não-não usar, e, talvez, não ter tido tempo de conhecer... (DOCENTE 4)

Ah, foi horrível. Ahã. Há... Né? Quando a gente quer falar bonitinho, a gente diz: "Ai, foi desafiador, né? A gente teve que se reinventar e não sei o quê." Mas foi horrível, foi traumático. Assim, de uma hora pra outra uma aula que você usava ali, um, né, uma apresentação, mas em cima daquela apresentação, você discutia um monte de coisa, contextualizava aquela situação trazendo, né, da, da tua vida pessoal, de trabalho, né, tua vida profissional e, aí, de repente, aquilo vira uma apresentação pros alunos lerem e, aí, eles não entendiam nada. E, aí, a gente foi aprendendo e se reinventando. E, aí, aquelas aulas, a gente começou a..., a gravar vídeos explicando, então, assim, consegui trazer um pouco mais de sentido pra aquilo e os alunos falaram que começou a ficar um pouco mais claro, né? E, aí, foi aquela busca também de-de vídeos já disponíveis

pra complementar o que a gente queria discutir. Mas também a gente tinha que fazer aquela amarração com o conteúdo daquele vídeo com o que a gente queria discutir e, aí, a gente tinha que escrever aquilo e, aí, nem sempre os alunos entendiam, né? Então, assim, foi, foi desafiador. (risos) (DOCENTE 2)

Mas este processo de “deslocar o centro de gravidade da ação governamental para baixo” (FOUCAULT, 2008b, p. 202), para as pequenas comunidades, para as famílias ou para os indivíduos foi caracterizado por Foucault (2008b) como parte de uma certa política da vida própria das práticas neoliberais. Esse processo, segundo o autor, objetiva:

[...] constituir uma trama social na qual as unidades de base teriam precisamente a forma da empresa, porque o que é a propriedade privada, senão uma empresa? O que é uma casa individual, senão uma empresa? O que é a gestão dessas pequenas comunidades de vizinhança [...], senão outras formas de empresa? Em outras palavras, trata-se de generalizar, difundindo-as e multiplicando-as na medida do possível, as formas “empresa” que não devem, justamente, ser concentradas na forma nem das grandes empresas de escala nacional ou internacional, nem tampouco das grandes empresas do tipo do Estado. É essa multiplicação da forma “empresa” no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. (FOUCAULT, 2008b, p. 203)

Este processo de deslocar o centro de gravidade ou a responsabilidade das ações dos governos e das suas instituições para os indivíduos envolveu imiscuir-se na dinâmica familiar dos docentes, adentrar as suas residências, que passaram a ser, em muitas circunstâncias, os locais onde a própria prática formativa ou pedagógica foi realizada.

Separar esses espaços de pessoal, de vida profissional. Então, eu sou uma, que eu não optei por nenhum momento por fazer de casa, porque em casa não, é, não,

é, não tem como, é criança correndo, é mais complicado, né? Mas pra algumas pessoas é uma facilidade, né? Se conseguem em casa, também administrar. (DOCENTE 4)

É isso, assim, o ambiente ele é determinante, porque algumas pessoas elas, estando em casa, elas não conseguem ser produtivas. A casa toma o mundo e não tem como escapar. É isso, está posto. É maior assim. O neném vai chorar. Ponto. Alguém tem que cuidar do neném enquanto tem aula. E essa é uma disputa concreta. É diferente de vou lavar a louça depois da aula, mas é o que o neném tá chorando. Então é só isso assim. (DOCENTE 3)

Apesar de assumir a responsabilidade pela educação de si mesmo, houve um professor que referiu sentir falta de um processo formativo seguindo os modelos mais tradicionais ou disciplinares: “Eu acho que seria bem importante uma extensão, enfim, uma capacitação dos professores” (DOCENTE 1).

Então, para que – para qual finalidade – os docentes passaram por esse processo de educação para o desenvolvimento de atividades pedagógicas mediadas por TICs?

Começou a ficar, assim, um pouco melhor quando a gente, hã..., começou a fazer as aulas síncronas, né? Que, daí, tinha aquele tema lá e a gente discutia sobre aquilo, né? Mas o que acontece? Os alunos não participavam tanto, né? Ou nada. Então também a gente ficava falando a gente com a gente mesmo, né? E, aí, claro, a gente logo sentiu, depois, né, que as avaliações e tudo o mais, assim, não desenvolveu o que a gente esperava, né? Aquela coisa de dar sentido, né, do, do que eles estavam aprendendo, de dar sentido depois pra vida real, profissional, pra, pra essa turma não..., sabe? A gente não tem isso, assim, muito claro, sabe? Se, se deu certo. (DOCENTE 2)

[...] a reflexão que eu acho que também a gente teria que aprofundar em outro momento é pra onde é que nós estamos olhando quando nós, na condição de docentes, propomos uma avaliação [no ambiente virtual].

Porque dependendo do olhar, se é o olhar da interação, é uma avaliação. Se o olhar do que tá escrito. Bá, pedir oito questões e eu vou avaliar o que tá escrito, é outro olhar. (DOCENTE 3)

Em síntese, quando analisamos segundo a perspectiva da finalidade do processo formativo, alguns docentes, em conformidade com os exemplos acima, pareceram expressar um conflito. As suas trajetórias com o ensino presencial anteriores à Pandemia, ainda bastante recentes para eles, impulsionavam para o desenvolvimento de atividades com os alunos cujo propósito era o ensino, a aprendizagem dos discentes que buscava ressignificar as suas práticas, sobretudo profissionais. Todavia, as dificuldades experimentadas durante as atividades virtuais, especialmente para estabelecer vínculo como os alunos, principalmente nos momentos iniciais da Pandemia, aparentemente, contribuíram para que alguns professores voltassem os seus olhares para a participação dos alunos – para o fato de estarem ou não com as câmeras ligadas, falarem ou não durante as aulas, acessarem ou não o ambiente virtual –, o que poderia ser caracterizado como o desenvolvimento de práticas de controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deleuze (1992b), ao discorrer sobre a sociedade disciplinar e a sociedade de controle, escreveu:

Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições. Por exemplo, na crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, o atendimento a domicílio puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas. (DELEUZE, 1992b, p. 1)

Assim, em conformidade com a compreensão exposta pelo autor, ao associarmos o processo educativo dos docentes para o desenvolvimento de atividades pedagógicas mediadas por TICs durante a Pandemia da covid-19 às práticas de controle, não objetivamos realizar qualquer forma de juízo de valor ou moral. Não se pretende, aqui neste trabalho, afirmar que as práticas disciplinares – ou quaisquer outras – são melhores ou piores quando comparadas às de controle.

Intentamos, exclusivamente, neste breve ensaio, descrever práticas para que, individual ou coletivamente, nos espaços e nos momentos adequados, possamos assumir posições segundo considerarmos mais adequado para cada situação. Neste sentido, compreendemos importante finalizar este texto compartilhando duas reflexões.

A primeira delas se relaciona com a proposição exposta por Foucault: “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p. 91). Em outras palavras, entendemos que a caracterização do processo formativo – e, eventualmente, das próprias práticas – dos docentes durante a Pandemia como práticas de controle pressupõe concebermos a existência, quase imanente, de formas de resistência. Talvez, a não conexão, o não abrir a câmera e o deixar mudo o microfone, condutas frequentemente realizadas pelos alunos durante as atividades virtuais, possam ser concebidas como algumas dessas formas de resistência às estratégias de controle.

E, por fim, entendemos que em um tempo quando a “Saúde Digital” é assumida como política pública de abrangência nacional, não podemos identificar a disseminação das práticas de controle na área da saúde sem, minimamente, cogitarmos sobre as implicações biopolíticas deste processo. Contudo, as análises relacionadas a estas reflexões precisarão ser desenvolvidas e ampliadas em outros momentos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. O.; VEIGA-NETO, A. J. Biopoder, vida e educação. **Pro-Posições**, v. 30, 2019. DOI 10.1590/1980-6248-2017-0099.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 8 mar. 2023.

CRARY, J. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. Tradução de Joaquin Toledo Jr. São Paulo: Ubu, 2016.

DELEUZE, G. **Conversações, 1972–1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992a.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992b. p. 219-226.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978- 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

HAN, B. C. **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

LOPES, D. Q.; SOMMER, L. H.; SCHMIDT, S. Professor-propositor: a curadoria como estratégia para a docência on-line. **Educação & linguagem**: revista do Centro de Ciências da Educação da Universidade Metodista de São Paulo, v. 17, n. 2, p. 54-72, 2014.

MORAES, A. L.; VEIGA-NETO, A. Disciplina e controle na escola: do aluno dócil ao aluno flexível. **Anais do IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares**, Florianópolis, p. 1-18, 2008.

NIETZSCHE, F. W. **Escritos sobre educação**. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

RODRIGUES, E. **Montagem**: por uma escrita em educação. 2020. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

VEIGA-NETO, A. J. **Educação e pós-modernidade**: impasses e perspectivas. Resumo da aula Inaugural no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPG-Educação/PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/04/EducacaoePosModernidadeVeigaNeto.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

ZARA, A. L. S. A. *et al.* (orgs.). **Tecnologias digitais de informação e comunicação no ensino em saúde**. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.



27

*Jeane Felix
Mariana Lins de Oliveira*

ENTRE URGÊNCIAS, INSURGÊNCIAS E POSSIBILIDADES:

O USO DE TECNOLOGIAS E SEUS EFEITOS
NA VIDA DOCENTE CONTEMPORÂNEA

INQUIETAÇÕES DOCENTES NO PÓS-PANDEMIA: O TEXTO E(M) SEU CONTEXTO

Estamos de volta ao ensino presencial após um intervalo - que pareceu infinito - entre o ensino remoto, o ensino híbrido e o, então, retorno ao “novo normal”. Nós, docentes da educação superior, temos nos questionado sobre os resquícios e os possíveis efeitos da pandemia da covid-19 no nosso atual contexto de trabalho. O que (des)aprendemos com o uso excessivo, e ao mesmo tempo imprescindível, das tecnologias durante o ensino remoto? O que herdamos deste período e que nos afeta agora, cotidianamente, no nosso fazer profissional? Quais os limites e as possibilidades que professoras inquietas, como nós, com um “novo modo” de ser-fazer-viver a docência no retorno ao ensino presencial na educação superior? Essas são algumas das questões que têm nos (co)movido e nos feito refletir sobre nossa condição de professoras na atualidade.

Em 2022 retornamos ao espaço físico-social-humano das salas de aula. Aquelas “bolinhas” - que nos simbolizavam nos canais de comunicação à distância nos quais passamos a fazer nossas aulas na pandemia - ganham corpo, cheiro, som, cor, vida, presença e no limite, nos (re)lembra que elas representavam as “gentes” que o ensino remoto nem sempre nos permitia observar. Nessas aulas para as bolinhas, muitas vezes, parecíamos estar sozinhas, o que nos fazia perguntar, de tempos em tempos: “tem alguém aí?”, “você está aí?”. Passado algum (não muito!) tempo dessa experiência e, agora, refletindo sobre esse processo e os seus efeitos, nos perguntamos: Quais são as urgências dessas vidas? Como têm vibrado esses corpos em sala de aula, nos corredores e nos nossos grupos? Como temos nos relacionado com nossos/as estudantes no aqui e agora do retorno à presencialidade? Como têm se configurado nossos vínculos e nossas formas de comunicação? E nossos acordos pedagógicos?

Parece-nos que estamos cada vez mais apressadas, vivendo ainda mais sem tempo, com inúmeras urgências e, quase sempre, curiosamente (ou não), atrasadas. Desconfiamos que os usos das tecnologias, sobretudo, das redes sociais, têm capturado e controlado, com grande intensidade, nossos corpos e nossas subjetividades. As tecnologias e a “sociedade do desempenho” são pautadas, como afirma Han (2021), por uma certa positividade do poder que nos incita a produzirmos desenfreadamente. Não se pode parar, não temos tempo para nos comunicar, para descansar, precisamos produzir. Esses imperativos, são difundidos sutilmente por ocasiões do cotidiano de nosso trabalho que invadem, cada vez mais, as nossas vidas privadas, confundindo-nos, muitas vezes. Parece que, por estarmos conectadas, precisamos estar sempre disponíveis para o trabalho e a produtividade. Não necessariamente são discursos emitidos por chefes, mas por uma voz que foi internalizada por nós mesmas, em uma pedagogia que nos ensina que devemos sempre estar disponíveis e produtivas. São imperativos que estão presentes na sociedade e que se expressam nas instituições de ensino de várias maneiras. E é assim, que temos nos encontrado: esgotadas ou com a “alma consumida” (HAN, 2021, p. 27).

A felicidade (que, aliás, é uma obrigação nesse contexto em que não cabem a tristeza, o luto, a solidão), nessa lógica, se daria ao sermos reconhecidas por nossa capacidade de atendermos todas as demandas de modo rápido e eficiente. Professoras/es universitárias/os produtivas/os são aquelas/es que conseguem sistematizar em seus currículos lattes sempre mais (e com atualização quase em tempo real): mais publicações, mais projetos, mais orientações, mais participações em eventos e bancas. Seguindo um movimento orientado pela produção e reprodução de tarefas utilitárias, temos sido cada vez menos professoras e mais burocratas da docência (LARROSA; RECHIA, 2019).

Compreendemos que nosso trabalho está imerso em um contexto de biopolítica que se produz e se fortalece no atual cenário de governamentalidade neoliberal no qual, todas e todos nós,

estamos imersas/os. A biopolítica, conceito desenvolvido por Foucault (2008), diz respeito a um conjunto de mecanismos de poder cuja finalidade é governar a conduta e a própria vida dos indivíduos e das populações. Para Farhi Neto (2010, p. 194), “a biopolítica é um mecanismo de poder que se interessa pelo coletivo. O indivíduo lhe interessa apenas por sua própria ressonância no coletivo do qual faz parte”. Em nosso caso, somos professoras inseridas em um coletivo de docentes governado pela tal lógica da produtividade que nos incomoda e, apesar disso, continuamos a seguir, em uma contradição que nos vicia e hipnotiza.

Nesse sentido, temos nos perguntado se haveria - ainda - espaços e tempos para exercermos a docência ao lado de “acontecimentos” e de potências? Se seria possível criar rotas de fuga que nos convidem ao encontro com as relações e com um fazer pedagógico comprometido com a vida? A partir dessas inquietações, apresentamos este ensaio escrito a partir de cenas que foram vivenciadas por nós recentemente e que nos mobilizam e ajudam a (re)pensar nosso trabalho docente que tem sido carregado de culpas, incertezas e um incansável sentimento de insuficiência e impotência o que, por outro lado, tem nos mobilizado a buscar por formas outras de fazer nossas aulas e experimentar a docência retomando a leveza, a vitalidade e a alegria.

Assim, comungamos com Pelbart (2011, p. 111) quando este afirma que “o fato é que vivemos um momento particularmente aflitivo, no tocante aos afetos que o contexto social nos inspira. [...] numa atmosfera dessas falar sobre alegria é uma tarefa impossível, e no entanto, talvez tanto mais necessária”. As palavras do autor, embora tenham sido escritas uma década antes da pandemia, nos provocam a buscar caminhos desejantes para nossos cotidianos nesses tempos. Buscamos pela alegria e pelo desejo como formas de resistir à falta de vitalidade e de potência que teima em ser naturalizada no exercício da docência na educação superior em tempos de produtividade acadêmica. Acreditamos, assim como o autor, que o desejo

"[...] é um pleno, um absoluto ao qual nada falta. Trata-se de uma virtualidade que tende à sua atualização, uma força que tende a ir ao limite de sua potência" (PELBART, 2011, p. 112). Apostamos, pois, nesse vetor como força para escapar (ao menos um pouco) das tramas que nos cercam em nosso fazer-docente, como as cenas que trataremos adiante sinalizam.

DOCÊNCIA PRESENCIAL NO PÓS-PANDEMIA: DESNATURALIZAR O (QUE FOI SENDO) NATURALIZADO?

Somos professoras em duas universidades federais do Brasil, ambas da região nordeste. Quando retornamos às atividades presenciais, a covid-19 ainda assustava mas, sem dúvidas, já eram outros tempos: tínhamos tomado, pelo menos, duas doses de vacina (condição obrigatória para retornarmos às aulas), as máscaras ainda eram indispensáveis. Voltamos sem abraços, porque o medo de uma infecção ainda pairava. Voltávamos ao presencial, mas as coisas haviam mudado e era preciso nos adaptarmos ao chamado "novo normal".

Entre as modificações incorporadas ao nosso trabalho no retorno às atividades presenciais, destacamos: os/as estudantes, que por quase dois anos nos apareceram como "bolinhas", nos encontravam nos corredores e nos cumprimentam sem qualquer indicativo que nos permitisse lhes reconhecer sem que nos dissessem "fui seu aluno em uma disciplina remota" ou algo do tipo; os grupos de *WhatsApp*, organizados como forma para comunicação mais rápida no período de ensino remoto, tornaram-se habituais também no retorno ao presencial; as aulas remotas passaram a ser utilizadas como estratégia para substituir aulas presenciais em dias de fortes chuvas, dias "apertados" entre um feriado e o final de semana; os textos para

a leitura prévia dos/as estudantes, que antes eram disponibilizados para fotocópia, passaram a ser postados em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e esses ambientes tornaram-se espaços complementares de nosso fazer educativo. Era preciso reaprender a ser/estar professora nesse novo contexto!

Além do trabalho, o roteiro de nossas vidas também está constantemente pautado pelas mensagens enviadas (via email, *Whatsapp*, *Instagram*, AVA) por colegas de trabalho, por estudantes e pelas instituições às quais somos vinculadas. Nossa sensação é de que trabalhamos em regime de plantão - sem dias de descanso. A universidade, que é uma instituição pública, adentrou nossos espaços individuais/privados e tem nos sufocado e nos convidado ao adoecimento. Sabemos que esse convite não é apenas endereçado a nós, já que tem feito parte de uma certa lógica nas sociedades contemporâneas e nas formas de vida que temos construído.

Se por um lado, tais mudanças parecem facilitar o trabalho e agilizar a comunicação entre nós e nossos/as alunos/as, por outro, trouxeram novas demandas que intensificam o nosso trabalho. Afinal, agora não basta planejar as atividades: é preciso postá-las no AVA, enviar pelos grupos de *WhatsApp*. Não basta fazer acordos presencialmente com as turmas, é preciso registrá-los em tais ambientes. Nos canais virtuais de comunicação, há demandas e perguntas para as quais estamos "devendo" respostas, misturando os tempos e espaços de trabalho com nossa vida pessoal. Assim, as fronteiras têm sido borradas por meio de estratégias biopolíticas (de controle de nossos corpos, de nosso tempo e de nosso trabalho) sendo postas em funcionamento.

Desse modo, para ilustrar as reflexões que ora propomos, descrevemos duas cenas que nos marcaram no último ano de docência e que nos indicam elementos que consideramos importantes de serem refletidos nesse pós pandemia. Não temos a intenção de necessariamente superar esses desafios, nem de permanecermos

num pessimismo pedagógico. Nossa busca é por brechas que nos desloquem de um certo estado de dormência e de impotência para que possamos vislumbrar docências mais criativas, mais autônomas e vivas.

Cena 1: Grupos de *Whatsapp*

Estávamos no início do semestre letivo, o ano era 2022 e já havíamos retornado ao ensino presencial. Na primeira semana de aula deveríamos conhecer os/as alunos/as, entrar em sala de aula e (re)conhecer seus rostos, seus corpos, seus cheiros, ouví-los/as e nos fazer ouvir. Deveríamos ir para universidade para nos encontrar. Contudo, estávamos atravessadas por uma rede social - o *Whatsapp* - que antecipava várias informações deste encontro tão esperado, com todas as emoções que permeiam um início de semestre acadêmico. Antes de chegarmos na sala, os centros e/ou diretórios acadêmicos (CA e DA) já haviam criado grupos de *Whatsapp* das nossas disciplinas, sem nos consultarem, com uma justificativa de facilitar o contato entre a turma e as professoras. Toda a nossa turma já tinha nosso número de telefone. Recebemos mensagens antes mesmo do primeiro dia de aula. Os conteúdos sempre nos questionando de como seriam as disciplinas, qual o material iríamos utilizar ou ainda perguntando se "realmente" haveria aula. Reconhecemos o valor e a importância dos diretórios e centros acadêmicos e seu engajamento junto aos/as estudantes, mas receber essas mensagens nos soava uma espécie de invasão. Uma con-fusão da coisa pública na vida privada.

Cena 2: Professora, desculpe, mas preciso de sua ajuda agora!

Era domingo, por volta das 9:00 da manhã. A professora estava tomando café da manhã, tentando descansar quando observa que muitas mensagens estão chegando em seu celular. Segundos depois, uma chamada pelo *Whatsapp*. A professora, então, pega o telefone para ler as mensagens e entender o que seria aquela insistência. A mensagem era de uma aluna que se dizia "desesperada". O texto era o seguinte: *Professora, peço desculpas por insistir em entrar em contato no domingo, mas é que estou desesperada. Preciso fazer as atividades da sua disciplina hoje, porque não tenho tempo no meio da semana e estou com uma dívida. Você poderia me ajudar?* A professora, tocada por aquela mensagem, terminou o café da manhã e respondeu às perguntas feitas pela "desesperada" estudante que, quanto mais recebia as respostas, mais perguntava. Após algum tempo, a estudante agradeceu e encerrou a conversa daquele dia.

As cenas que relatamos foram vivenciadas por nós no último ano. A primeira foi experimentada de modo muito similar por nós duas, mesmo atuando em duas instituições distintas. Embora traga as palavras exatas que constam nas mensagens trocadas entre uma aluna e uma de nós, a segunda cena foi vivenciada de outras formas em vários momentos por nós duas. São cenas comuns, experimentadas

também por outros/as de nossos colegas e representam o chamado “novo normal” (termo que consideramos importante problematizar pela suposta “normalidade” que atribui a situações “nada normais”) que foi naturalizado entre nós, confundindo e criando novos limites entre nossas vidas privadas e nossos trabalhos.

A primeira cena naturaliza uma certa invasão em nossa privacidade ao socializar nossos telefones particulares com as nossas novas turmas, sem qualquer consulta prévia. Além disso, interfere em nossa autonomia como docentes ao decidirem, por nós, como se daria a comunicação com nossos/as estudantes, já que o *Whatsapp* não é um canal institucional oficial e, portanto, não somos obrigadas a utilizar. A segunda cena nos coloca diante de um dilema, afinal, domingo não é um dia letivo em nossas instituições (o que não quer dizer que, por muitas vezes, não utilizemos deste dia para dar conta de demandas - quase sempre - pendentes e atrasadas, dada a intensificação de nossas atividades docentes), mas compreendemos que boa parte de nossos/as alunos/as, sendo composta por pessoas trabalhadoras, têm apenas os fins de semana (que também lhes deveriam ser para o descanso) para atualizar as leituras e demais atividades acadêmicas solicitadas por seus professores e professoras, inclusive por nós.

As duas cenas nos fazem refletir sobre o controle de nosso fazer docente, sobre uma certa vigilância e controle de nosso tempo - mesmo em dias em que, formalmente, não temos compromissos acadêmicos. Ao mesmo tempo, situações como as que relatamos nessas cenas nos fazem sentir culpadas por “não responder a aluna que quer estudar”; por nos incomodarmos com a “gentileza” dos centros e diretórios acadêmicos que criaram os tais grupos de *Whatsapp* para as nossas turmas.

Essas cenas - e muitas outras que poderíamos descrever e que nos afetam neste “pós pandemia” - nos geram incômodos e desconfortos. Por isso, colocam em movimento algumas questões sobre

os modos de ser-fazer-viver a docência na educação superior que têm nos (co)movido e nos feito refletir sobre nossa condição de professoras na atualidade. Nos inspiramos em Larrosa e Rechia (2019) acerca do fato de que nos tornamos professoras/es diferentes a cada ano, semestre, turma, instituição. Para o autor e a autora cada um/a de nós se faz professor/a “com alunos concretos e com um repertório concreto de limites e de possibilidades” (LARROSA; RECHIA, 2019, p. 22), que vão se revelando a partir de nossas experiências que são, sempre, singulares.

Escrevemos sobre essas cenas - e que elas nos provocam - porque acreditamos que o exercício de escrever e refletir sobre o que nos afeta e inquieta ajuda a nos (re)fazermos como professoras, construindo outras formas de nos situarmos no aqui e agora de nosso fazer profissional, dando sentido ao que fazemos. Não nos posicionamos contra o uso das tecnologias no exercício de nosso trabalho, ao contrário, compreendemos a importância delas para otimizar tarefas, agilizar pesquisas, diversificar metodologias etc. Nossas inquietações passam por desnaturalizar alguns dos usos dessas tecnologias com finalidade de controlar nossos corpos, nosso ofício profissional, nossas subjetividades. Caso contrário, caímos nas ansiedades e culpas que nos capturam, como abordaremos na seção a seguir.

ANSIEDADES E CULPAS: INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E CAPTURA DE NOSSAS POTÊNCIAS DE VIDA

Ansiedade, estresse, culpa, depressão, síndrome de burnout, são adoecimentos presentes na vida contemporânea, nos arriscamos a dizer, que estão presentes na vida da maioria dos/as trabalhadores/as. Sob a égide de um discurso de liberdade e de garantia de direitos, nos encontramos submersos em processos de aprisionamentos.

Temos sido presas de nós mesmas? Nos sentimos culpadas por sermos as professoras que somos? E não aquelas (não sabemos quais) deveríamos (ou gostaríamos de) ser? Han (2021) nos alerta para as situações de adoecimento, como consequência de uma liberdade paradoxal, em que nos tornamos exploradores/as e explorados/as de nós mesmos/as.

O autor afirma que somos sujeitos de uma sociedade do desempenho e que a sustentamos com o excesso de trabalho, que por sua vez, criam terrenos férteis para o cansaço, a depressão e a guerra de si consigo mesmo (HAN, 2021, p. 21). Os adoecimentos não são exatamente consequências do tamanho de nossas responsabilidades, mas são frutos da imperiosa narrativa do desempenho: é preciso ter um bom desempenho! Na sociedade do desempenho há uma mortificação da ideia de coletividade. Queremos ser bem avaliado/as individualmente: professores/as e aluno/as. Corremos para não perder tempo, enviamos mensagem na madrugada para anteciparmos o tempo. Desempenhamos várias tarefas concomitantemente. Estamos sempre apressado/as e cansado/as.

Não há tempo para pensarmos, para sentirmos, para lermos, para ouvirmos e/ou vermos. Larrosa (2019) em seus escritos sobre a experiência, já nos alertava do quanto os sujeitos do excesso de trabalho, da falta de tempo, do excesso de informação e de opinião, são sujeitos fadados ao lugar de não viver experiências ou de não se deixarem afetar pela vida. De acordo com Krenak (2020), em nome de um suposto processo de desenvolvimento e de civilização, temos tido dificuldade de existirmos para além da sobrevivência. Fazemos parte de uma maquinaria que nos captura o tempo - o tempo de sermos - inclusive de sermos com o outro.

Neste ensaio, estamos nos apoiando em uma noção de vida para além do corpo biológico, da vida utilitária e da sobrevivência (KRENAK, 2020; LARROSA, 2019). Defendemos a possibilidade de construirmos e vivermos vidas mais autênticas, menos objetificadas

e menos assujeitadas (OLIVEIRA, 2015). Vidas vibrantes e potentes capazes de afrouxar processos de aprisionamentos de existências, pois temos aprendido com Krenak (2020, p. 108) que a vida “é fruição, é uma dança [...] e a gente quer (erroneamente) reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária”. O que temos vivido são processos de intensificação do controle e governo de nossas vidas, o que podemos identificar como uma operação da biopolítica. Ou seja, a biopolítica funciona e aciona a partir de dois dispositivos de poder: a disciplina e o biopoder. Estes são modos diferentes de exercício do poder, mas que não são excludentes; ao contrário, se complementam.

O governo da vida ou a biopolítica significa o controle dos comportamentos e das subjetividades dos indivíduos (OLIVEIRA, 2015). Nesse sentido, temos estado atentas a pensar e encontrar espaços de *escapamento* dos dispositivos biopolíticos das nossas experiências como professoras. O que ainda nos resta como professoras da/na universidade pública? Quais têm sido os efeitos dos (ab) usos das tecnologias e das virtualidades nas nossas práticas pedagógicas? Será que ainda há tempo para sermos professoras - que, conforme apontam Larrosa e Rechia (2019, p. 20), são aquelas/es que precisam “exercer (e de pensar)” o seu próprio ofício?

Estamos aqui apostando, de certa forma, na possibilidade de construirmos e vivenciarmos experiências de (re)existência aos processos biopolíticos. Entendemos como resistência “uma força que é capaz de provocar um movimento de não enquadramento e de não adaptação a determinados formatos e considerando o seu poder de gerar novas realidades” (OLIVEIRA, 2015, p. 53). Pensar em processos de (re)existência ao exercício de poder na nossas vidas como professoras, nos abre janelas para encontrarmos formas *outras* de experimentar ser/estar professoras na universidade.

Como exercer a docência com potência de vida, sem que sejamos capturadas pelo trabalho? Como sair do processo de culpabilização por não atendermos as demandas de nossos/as estudantes

a qualquer momento, como se fôssemos professoras em cem por cento do tempo? Como conseguir exercer a docência com leveza e sem a carga pesada de “estar-sempre-devendo-algo-a-alguém”? Apostamos na docência como experiência, na qual seja possível criar, experimentar e estudar. Ao contrário desse movimento, a docência tem sido produzida, para muitas/os de nós, como um processo esvaziado de sentidos e de experiência. Nas palavras de Larrosa (2019, p. 22), a experiência é “o que compõe uma forma de vida; e o conhecimento da experiência como conhecimento corporalizado, incorporado, encarnado”, algo que não é possível se continuarmos a ser capturadas por uma docência mecanizada, cheia de demandas, sem tempo para refletirmos sobre o que estamos fazendo. Isso ocorre, segundo o autor, porque a docência tem sido “esvaziada de toda a singularidade”, transformada em trabalho de eficiência, capaz de ser mensurado (LARROSA, 2019, p. 41). Essa, que é a perspectiva moderna da profissionalização capitalista, tem esvaziado a docência de sentidos e desqualificado o ofício do/a professor/a (LARROSA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como refletimos brevemente neste ensaio, nesses tempos de pós-pandemia, a intensificação do nosso trabalho, a interferência dos mecanismos contemporâneos de controle de nossos corpos e de nossas subjetividades, grupos de *WhatsApp*, Ambientes Virtuais de Aprendizagem, mensagens em quaisquer dias e horários, demanda por proatividade e produtividade acadêmicas têm nos feito viver docências esvaziadas de sentidos. É fato que esse processo não começou e, certamente, não terminará agora. Ele foi intensificado nesses tempos em que passamos, todos/as nós, a naturalizar a docência exercida mediante tecnologias que nos distanciaram, ainda mais, da experiência de ser/estar professor/a.

Problematizamos, neste momento, a naturalização (exercida com nossa convivência) que nos é dada “como natural e necessário não seja nada mais do que aquilo que nos foi imposto e que ainda nos é imposto, na maioria das vezes, é claro, com a nossa colaboração entusiasta” (LARROSA, 2019, p. 42). Não há dúvidas de que nosso trabalho e nosso exercício de ser/estar/fazer a docência esteja capturado por uma lógica da produtividade e de um processo que Han (2021) denomina de um - certo distanciamento de si em nome de um funcionamento laboral ideal e eficiente - O autor nos lembra como temos funcionado a partir de um acúmulo de tarefas ou de uma lógica de sermos seres de multitarefas. Fazer várias atividades ao mesmo tempo, significa, estar em constante estado de alerta, de vigilância, uma espécie de atenção rasa. Uma atenção que não se deixa aprofundar, que não nos permite sentir e fazer coisas com inteireza. Segundo Larrosa (2019, p. 43), “do ponto de vista operacional, abstrato, tecnológico, as coisas estão muito claras, o que cada um faz é simples e fácil, mas do ponto de vista da identidade, o trabalho é completamente ilegível, irreconhecível, incompreensível!”. Temos nos desidentificado com o que fazemos? Não nos reconhecemos nos nossos trabalhos?

Nossa aposta é a de que a partir do nosso estranhamento desta condição de falta de sentido, possamos caminhar ao encontro de espaços que façam estremecer ou que possam desestabilizar, de certa maneira, as forças de poder que nos mortificam. Assim, caminharemos incessantemente em busca de subterfúgios que nos aproximem da construção de docências comprometidas com a criação, a invenção e os afetos, acreditando que estes aspectos devem permear nossas vidas como pessoas e como professoras.

REFERÊNCIAS

FARHI NETO, L. **Biopolíticas**: as formulações de Foucault. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no *Collège de France* (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAN, B. C. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2021.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

LARROSA, J. **Esperando não se sabe o quê**: sobre o ofício de professor. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LARROSA, J.; RECHIA, K. **[P] de Professor**. São Carlos: Pedro e João, 2019.

OLIVEIRA, M. **Políticas de Juventude, Governo da Vida e Educação**: Uma aproximação às ações de re(x)istência de jovens moradores das periferias na Paraíba. 2015. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PELBART, P. P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

28

*Nícolas Antonio Bargiela
Carlos José Martins*

A SALA DE AULA 3.0:

**O AMBIENTE VIRTUAL COMO PANACÉIA
EDUCACIONAL EM TEMPOS DE COVID-19**

INTRODUÇÃO

A sala de aula é um projeto, uma invenção histórica. Ela não era formatada da maneira que nós conhecemos hoje, ao longo dos séculos ela foi sendo aprimorada como uma tecnologia de modulação de condutas, reprogramando, disciplinando e controlando os seus alunos. O processo pedagógico é relativamente novo; contudo, a percepção e a necessidade de se transmitir conhecimento entre sujeitos foi reconfigurada de diferentes maneiras. Processos, hoje considerados normativos, foram pensados e aprimorados através dos séculos, como a ordem das carteiras, os aspectos arquitetônicos das salas, os quadros-negros, uniformes, professores e instrutores. O que pretendemos investigar é como a sala de aula e as suas ramificações como ambiente de controle das condutas, transformou-se na passagem das sociedades disciplinares para a sociedade de controle. As formas de modulação das condutas vêm sendo reconfiguradas de formas as mais variadas, adaptando-se com o ambiente em que a escola é inserida, passando por inserções tecnológicas das mais variadas, de *tablets* e computadores a câmeras de vigilância.

Com a revolução industrial, os modelos de escolas dominicais e organizadas pela igreja começaram a se tornar insuficientes para as novas demandas da população urbana industrial. Novas formas de pensar o ambiente escolar surgiram, como também quais seriam os seus propósitos dentro da formação do indivíduo, como ele deverá ser transformado para a sociedade, de uma maneira que seu futuro seja útil e frutífero para todos.

O filósofo e sociólogo Ian Hunter (1994), levanta o questionamento sobre a forma como construir uma análise das transformações que a escola sofreu, e sofre, pode ser complexo e trabalhoso. As diferentes frentes que produzem e conferem uma diferente lógica dentro do ambiente escolar são as mais variadas e por isso, deve-se ser atento a todas elas:

Eu também estou ciente que isso nos leva a uma mistura incomum de diferentes níveis e tipos de análise: descrição da arquitetura da escola e da pedagogia, dão de ombros com as discussões sobre subjetividade; e os métodos de administração burocráticos se encontram com as práticas da disciplina espiritual em um único discurso. Novamente, isso parece valer o risco em uma tentativa de evitar exemplos dialéticos opostos – o material e o intelectual, economia e ideologia, política e religião – e capturar a coleção inescrupulosa dos elementos das quais o sistema escolar foi improvisado. (HUNTER, 1994, p. 15, tradução nossa)

As formatações dessas transformações, que envolvem diretamente a formação desse indivíduo devido ao fato de estarem diretamente atravessados num campo político. As relações de poder possuem alcance imediato sobre os corpos, seja investindo, demarcando, dirigindo-os e os sujeitando a trabalhos.

A governamentalidade tem um caráter discursivo: analisar as conceituações, explicações e cálculos que habitam o campo governamental requer uma atenção à linguagem. Nossa abordagem tem muito em comum com isso. Mas gostaríamos de colocar essas preocupações dentro de um quadro bem diferente. Por um lado, sugerimos que a política seja localizada dentro de um campo discursivo mais amplo, no qual as concepções dos fins e meios de governo apropriados são articuladas: uma análise do que Michel Foucault denomina "racionalidades políticas". Por outro lado, defendemos uma visão do "discurso" como uma tecnologia de pensamento, exigindo atenção aos dispositivos técnicos específicos de escrita, listagem, numeração e computação que fazem de um campo no discurso um objeto cognoscível, calculável e administrável. "Conhecer" um objeto de tal maneira que ele possa ser governado é mais do que uma atividade puramente especulativa: exige a invenção de procedimentos de notação, maneiras de coletar e apresentar estatísticas, o transporte desses para centros onde cálculos e julgamentos podem ser feitos e assim por diante. É através de tais procedimentos de inscrição que

se compõem os diversos domínios da “mentalidade de governo”, que “objetos”, como a economia, o empreendimento, o campo social e a família são prestados em uma forma conceitual específica e receptiva a intervenção e regulação.

As políticas educacionais e instituições são normalmente criticadas por não estarem em conformidade com o, até então denominado, princípio educacional. A escola é, por muitas vezes, definida como um local onde se deve contemplar diferentes princípios de igualdade, liberdade e racionalidade. Esse “princípio” é sempre definido como o processo de determinação do sujeito, um objetivo final dado ao indivíduo, o qual terá que cumprir a sua obrigação como instituição após o seu período dentro do ambiente escolar (HUNTER, 1994). Porém, devido a essas diferentes obrigações, a Escola muitas vezes não consegue atingir esse seu objetivo proposto e, então, é obrigada a se submeter a diferentes reformas.

Existe um crescimento sobre a importância de analisar a linguagem como constituição de objetos políticos, não apenas pelos simples termos do seu próprio significado ou de uma retórica, mas como “tecnologias intelectuais”, que produzem diferentes aspectos de subjetividade facilmente circunscritas e calculadas (ROSE, 1988). Também se sugere que a governamentalidade é caracteristicamente “programática”, ou seja, permite-se uma produção dela mesma, e por isso, é intrinsecamente ligada a intervenção e a avaliação das tecnologias que procuramos analisar. Também nos atrai a atenção dos complexos processos de persuasão e negociação que estão envolvidos na montagem das redes móveis que podem trazer pessoas, organizações e diferentes objetos em um mesmo alinhamento. Podemos ver esse argumento ser exemplificado através de alguns aspectos que regularam a vida econômica, com tentativas de planejamentos de uma economia nacional pós ditadura militar; novas regulamentações educacionais em detrimento de uma nova lógica de avaliações; técnicas que coordenam o microcosmo do mundo empresarial que por sua vez, tem diferentes características psicológicas na produção

de sujeitos. A governamentalidade depende desses atores cruciais dentro das tecnologias intelectuais, atividades práticas e autoridade que estão associadas com a expertise. A auto regulação das potencialidades dos sujeitos, modelando-os e os normalizando através da figura do especialista, é então uma ferramenta essencial para se governar em uma democracia liberal.

OS HOLOFOTES NA SALA DE AULA?

Há um constante retorno aos ambientes escolares como solução aos problemas da sociedade. Muitas das vezes abraçados por Questionamentos sobre o posicionamento dos professores em relação aos seus próprios ideais, baixos índices mundiais de avaliação educacional, um retorno à escola como o principal referencial moral e na produção de um sujeito. Porém, muito se estuda as práticas metodológicas, as relações entre alunos e professores, mas os processos que constituem a sala de aula enquanto tecnologia de governo das condutas podem passar despercebidos.

Além disso, compreender a contemporaneidade desse dispositivo escolar e as suas implicações diretas no dia a dia de quem faz parte dessa instituição moderna se faz necessário, especialmente pelas formas nas quais os ambientes escolares são flexibilizados e adaptados. Dessa forma, uma análise do presente, das implicações do atual contexto brasileiro e as possíveis projeções do futuro, faz-se questionar até que ponto o nosso sistema educacional está, dentro da transição entre as sociedades disciplinares e de controle, e se em algum momento atingirá de fato o ápice das suas tecnologias de governo, ou continuaremos nessa transição sem fim.

A SALA DE AULA

O que é uma classe? [...]. Um monstro que se move, ri, bate os pés, cochicha, arranha, adormece, sonha. E com essa coisa dissimulada, imprevisível, sensível à época do ano, à tempestade, ao calor, ao gelo. O professor sente-se envolvido pelo monstro[...] (DUSSEL; CARUSO, 2003, p. 236)

A sala de aula, antes de mais nada, é um espaço que quase todos já tiveram que passar. Imagina-se que quem esteja lendo esse trabalho, em algum momento da sua vida, esteve sentado em uma carteira, ouvindo atentamente o professor durante uma aula, fazendo anotações em um caderno e resolvendo exercícios ou produzindo novos questionamentos enquanto olhava para o quadro-negro. O processo que constituiu esse ambiente, na sua demarcação arquitetônica, pedagógica, metodológica, genealógica e sociológica, tem sido trabalhado constantemente há séculos.

Antes de mais nada, é importante delimitar um período como ponto de partida, já que metodologias de ensino e ensaios sobre o que seria a sala de aula são encontradas nas mais diversas culturas, sejam com os Gregos, povos ameríndios, e todas essas experiências povoaram o imaginário com a imagem do professor e da escola ideal. Entretanto, os modelos mais próximos da sala de aula moderna começam a surgir no século XVI.

Sabe-se, é claro, que todas as outras experiências anteriores também influenciaram os escolares daquela época, mas deve-se delimitar o objeto de estudo à modernidade ocidental. Primeiro porque existem fortes evidências de que, nessa época, a maior parte das práticas pedagógicas contemporâneas foi estruturada (DUSSEL; CARUSO, 2003) e, segundo, para que se consiga observar atentamente os fluxos que acontecem na instituição moderna que é a escola, é preciso que se tenha em mente que o projeto da escrita é audacioso e modesto ao mesmo tempo e, com isso, pode-se se aproximar melhor do que é esse projeto que se chama sala de aula.

Se uma pessoa pergunta espontaneamente na rua o que é uma escola, pode receber muitas respostas. Em algumas delas, pode aparecer a sala de professores, a biblioteca, os pátios; em outras, a diretora, o porteiro. Se pensarmos em uma escola rural, talvez a figura da diretora seja ao mesmo tempo a da professora, o pátio talvez seja o campo ao redor e a biblioteca, uma reivindicação pendente há anos. Entretanto, podemos quase garantir que em todas as respostas aparecerá um lugar que todos conhecemos e que surge como o núcleo, o elemento insubstituível da escola: a sala de aula. (DUSSEL; CARUSO, 2003, p. 29)

Estar em sala de aula é algo comum para todas as pessoas que passaram pelos níveis obrigatórios de educação no Brasil e estiveram ao menos em uma sala de aula por no mínimo quatro horas por dia, cinco dias por semana, nove meses por ano. A escola, como instituição, com sua estrutura, seus costumes e hábitos, acaba se tornando “natural” e demarca profundamente o nosso caráter. Entretanto, a sala de aula que conhecemos hoje não tem nada de “natural”. Como então dar conta de todas as novas demandas da sociedade para com a Educação? Os índices de qualidade são mundiais e por sua vez avalia-se os alunos baseados em critérios objetivos, como a resolução de problemas diversos, passando por diversas habilidades como compreensão textual, exercícios matemáticos e domínio de outros idiomas.

SALA DE AULA 2.0

No que há de se considerar a respeito das escolas existentes no Brasil, pode-se afirmar que existem três tipos bem definidos: o público, o privado e as inovadoras. Com perfis diferentes, esses ditos “modelos” de escola acabam por se digladiar na forma com a transição das sociedades. A principal ideia era de encontrar padrões e características latentes em cada um desses modelos, portanto,

a combinação, ou não, das suas características faz um ambiente ser mais eficiente dentro das descrições das diferentes sociedades, que o outro. Por mais generalizante que possa parecer, os processos de precarização e diferentes investimentos criam vácuos tecnológicos em diferentes ambientes, da mesma forma que Nikolas Rose (1996) se atenta para não utilizar a mesma classificação do neoliberalismo, existente em diversos governos, mas formulado de formas distintas, nomeando-o de capitalismo avançado. Tomou-se a liberdade de formular novos termos para diferentes acontecimentos.

O ensino público brasileiro costuma ser o melhor exemplo da Escola Analógica, que continua enraizada com os modelos mais tradicionais e da sociedade disciplinar: salas de aula mais analógicas, o professor como principal detentor das informações, as cadeiras enfileiradas, uniformes e o seriação dos alunos, ambientes mais fechados, instrumentos de controle mais físicos e integradas com outras esferas das atividades do Estado, como a polícia e o conselho tutelar.

As escolas particulares, por sua vez, também compartilham muito das características marcantes dos descritos na sociedade disciplinar, com uma diferença singular que é o crescimento constante do uso de tecnologias digitais dentro da sala de aula. No que seria uma sala-de-aula-híbrida, a função do professor começa a se transformar, assim como os conteúdos são transferidos entre plataformas, da celulose para o cristal líquido, uma preocupação maior com a segurança e integridade de alunos, além de uma ênfase na produção de um melhor relacionamento entre as matérias aprendidas e uma possível aplicabilidade no dia a dia do estudante.

Por último, dentro dos modelos de escolas, encontra-se a sala de aula digital, já completamente abarcada por diversos instrumentos digitais e novos aparatos tecnológicos. O distanciamento das salas de aulas analógicas e híbridas é a sua completa reformatação, desde as inspirações arquitetônicas, relação entre professores e alunos, equipamentos eletrônicos, processos pedagógicos

e de subjetivação. O distanciamento das salas de aulas contemporâneas, com suas peculiaridades e as novas formas de controle, só reforçam um novo espaço escolar.

As salas também acabam perdendo a ideia de lugar fixo, com o advento das aulas a distância, substituindo os cursos apostilados e via correio. A Educação a Distância traz uma perspectiva completamente diferente sobre como as relações entre os professores e alunos se dão, ou seja, a ideia de que há uma possibilidade de estudar no seu próprio tempo, com o seu próprio espaço. O papel do professor também é remodelado de uma forma em que as ferramentas tecnológicas em sala de aula se tornaram o personagem principal do processo de aprendizado dos alunos. A figura do professor, agora, é muito mais de um guia, um intermediador do conteúdo a ser passado para os alunos e responsável pela aplicação de novas metodologias ativas (MORAN, 2018).

Modelos escolares como os *CEUs*, ideias que surgiram nos anos 40, que produziu um espaço de educação e lazer, retornam como soluções para os pais sem tempo e o aperfeiçoamento das capacidades técnicas dos alunos. Essas escolas experimentais, muitas vezes realizando parcerias público-privadas, transformaram-se em referenciais políticos e de uma idealização de modelo escolar.

Porém, por mais embrionário que pudesse parecer esses projetos educacionais interativos, já existia uma movimentação política, interessada em reajustar as necessidades a essa nova sociedade cada vez mais movida pelo acúmulo do capital e empresariamento do sujeito, surge as alterações do BNCC e do Novo Ensino Médio, desenhado de uma forma preguiçosa, displicente e malévola (SÜSSEKIND, 2019).

ZERO WING

Em abril de 1990, chega em territórios norte-americanos, o jogo Zero Wing, um side-scrolling arcade shooter, lançado no ano anterior no Japão pela Namco e trazido ao ocidente pela Williams Eletronics. Logo nos primeiros minutos do jogo, é possível identificar uma frase que não parece soar corretamente dentro dos padrões gramaticais normativos do Inglês. O líder da organização CATS, anuncia o seu plano maligno aos tripulantes da nave, com os seguintes dizeres: "All your base are belong to us" ("Todas as base pertence a vocês nossas agora"). O erro, muitas vezes, passava despercebido por quem jogava no Sega Genesis nos anos 90, mas com o surgimento das emulações no final dos anos 90 e começo dos anos 2000, muitos jogadores se viram retornando aos clássicos de décadas anteriores no computador.

O avanço da tecnologia, especialmente das formas de comunicação através da internet, permitiu que tivéssemos um dos primeiros grandes memes que atravessaram as barreiras digitais. Os antigos fóruns BBS, se transformaram em grandes sites de discussões, atraindo centenas de milhares de pessoas todos os dias. Aliado ao rápido avanço de softwares para edição de imagens, a replicação do *meme* foi posta em prática e, em pouco menos de uma semana, em junho de 2000, já haviam mais de 2 mil diferentes versões da mesma frase. Até o mês de novembro, não só imagens estavam sendo replicadas por toda a internet, mas também havia uma música, utilizando leitura textual robotizada, e remixes da trilha sonora do jogo. O vídeo-clipe, utilizava as imagens produzidas pelos fóruns, fotos das eleições americanas de 2000 e diversas outras edições através do Photoshop com os mesmos dizeres *All your base are belong to us*. No começo do ano seguinte, a tração gerada pelo meme, faria com que a revista Wired produzisse um artigo e por conta disso, outros meios tradicionais da mídia, impressa e televisiva, reportariam o *meme*. O conteúdo, criado na internet em fóruns de discussão sobre vídeo-game,

transcendia a sua origem e seria conhecido como um dos primeiros grandes Mímeme. Dawkins (2001) cunhou, no último capítulo de seu livro *O Gene Egoísta*, em 1976, o conceito de meme:

Precisamos de um nome para o novo replicador, um substantivo que transmita a idéia de uma unidade de transmissão cultural, ou uma unidade de imitação. "Mímeme" provém de uma raiz grega adequada, mas quero um monossílabo que soe um pouco como "gene". Espero que meus amigos helenistas me perdoem se eu abreviar mímeme para meme. Se servir como consolo, pode-se, alternativamente, pensar que a palavra está relacionada com "memória", ou à palavra francesa *même*. (DAWKINS, 2001, p. 214)

O termo meme, apesar de cunhado nos anos 70, começou a ter notoriedade na segunda metade dos anos 90, especialmente com o crescimento das culturas de internet. O meme, por si só, depende do seu contexto de criação e onde foi inserido, para que faça sentido e seja replicado de maneira funcional. A sua aplicação, isolada, distante de contextos e sem recortes, faz com que a reprodução seja vazia. O fio condutor, na sua maioria das vezes, é exatamente a comunidade digital em que o meme está inserido.

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e o ato de quem fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2005, p. 56)

Da mesma forma que os memes dependem dos seus ambientes para serem replicados, a utilização da tecnologia dentro dos ambientes escolares também foi pensada distante do contexto da sala de aula. Das muitas ferramentas criadas nos anos anteriores à pandemia, poucos eram OpenSource ou acessíveis, a maioria precisava de licenças por aluno, ou mesmo registros das instituições através de e-mails com registros .gov ou .edu, criando barreiras de acesso e mais processos burocráticos do que necessariamente permitir uma

universalização dessas ferramentas. Como então compreender esse ambiente extremamente conectado e ao mesmo tempo nichado?

O modelo de memes, agora amplamente utilizados através dos *virais* e disparos em massa pelas Redes Sociais, trabalha de uma forma em que não há necessidade de justificar a demanda do outro. Por definição, a relação entre os memes e a realidade que eles são inseridos, impossibilita que seja estabelecido qualquer posição de autoridade e/ou especialista. Muitas vezes, a base de articulação e aceitação está absolutamente ligada a interpretação do sujeito (BIANCHINO, 2019). A permissibilidade da suplementação do contexto é o principal aspecto que se destaca nos discursos das páginas de meme. Há também um sentimento de aproximação e solidariedade na criação desses espaços, muitas vezes retroalimentando conceitos do próprio grupo em que estão inseridos, numa tentativa de legitimação do que tentar ser transcendental: O meme como união não problemática entre a imagem e a mensagem.

Os discursos ao redor das tecnologias aplicadas no dia a dia das escolas, toma então um novo rumo em 2020 com o fim das aulas presenciais. Novas perguntas começam a surgir e a povoar os ambientes escolares: Como reproduzir todos os efeitos de uma sala de aula em um ambiente virtual? Quais as ferramentas necessárias para a universalização da educação em tempos de covid? O ambiente e as comunidades tech estão verdadeiramente preocupados com resoluções dos problemas da educação?

A SALVAÇÃO ATRAVÉS DAS TELETELAS

A pandemia de covid-19 promoveu o distanciamento social e a quarentena. Graças ao combate de um novo agente, desconhecido e invisível, a presença física em diversos espaços ficou restrita a profissionais da saúde e a aquilo que foi chamado de "trabalho essencial".

Contudo, dentro da lógica necropolítica do governo Bolsonaro, pouco se pode fazer em relação ao distanciamento social, dada as necessidades financeiras de diversas famílias, pouco ou nenhum suporte do governo federal, muitos estavam impedidos de ficar em casa, protegidos do novo vírus, e se viram obrigados a se expor ao covid-19 para que não passassem fome.

O trabalho dos educadores passou por uma reformulação acelerada. A ideia do ensino a distância, limitado até então a ambientes universitários e cursos livres e técnicos, se viu perpetuada massivamente em diferentes níveis. O ambiente 100% digital, muita das vezes distante dos professores, permitiu um novo espaço de ação e a produção de diversos sujeitos até então limitados às relações interpessoais e distantes do ambiente escolar. Qual era esse novo objetivo e como ultrapassar as barreiras impostas por essa nova realidade?

Os ambientes virtuais, muitas vezes são constructos personalizados através de diferentes realidades. As diferentes linguagens de programação permitem com que *cyberspaces* surjam em *browsers*, *standalone*³⁸ apps, diferentes OS e sua pluralidade de formas. Sejam SaaS's³⁹, open source, freewares, trywares, shareware ou payware, os projetos do uso da tecnologia para a educação já eram abundantes antes da pandemia. Projetos como o *Education Minecraft*, *Google Classroom*, *Moodle* já povoavam a web 2.0. Muitos deles interativos, com equipes de professores produzindo conteúdos e direcionando o caminhar das aulas em ambientes 3D ou ligados por uma webcam e um microfone. A web 3.0, a mesma visionada pela Meta, através de óculos de realidade virtual, roupas para motion capture e realidade aumentada, fazem com que o tecido da realidade seja facilmente perfurado por um mundo onde a tecnologia, ela por si só, como se fosse uma entidade individual e sendo produzida a partir de si mesma, pudesse se recriar em diferentes espaços e preenchendo diferentes realidades independente do seu contexto.

38 Aplicativo que roda nativamente no seu sistema operacional, sem a necessidade de outros softwares.

39 Software as a Service são programas oferecidos através de assinaturas mensais

É então que dentro do contexto do covid-19, o projeto da internet 3.0 se vê enfrentando os mais variados desafios graças às diferentes condições de cada sujeito. Em um país como o Brasil, onde as distâncias continentais permitem com que as contradições aconteçam de forma mais excludente, tivemos professores e alunos impossibilitados de estarem em sala de aula. Essa mesma sala de aula 3.0, povoada por reuniões no *Zoom* e *Google Meet*, uma fatia considerável não tinha condições para acessar aquele novo ambiente. Apesar da *world wide web* se apresentar como não excludente, acessível a todos e universalizada, a realidade era outra.

Apesar do crescimento constante e significativo do acesso a internet nos últimos seis anos (2015 - 2021) (CGI, 2022, p. 62), ainda há uma disparidade fundamental entre as diferentes classes sociais no Brasil.

Indicadores sobre o percentual de escolas com acesso à Internet e que possuíam computador, por exemplo, ilustram as desigualdades existentes: enquanto na região Sul, 97% das escolas possuíam acesso à Internet, esse número era de apenas 51% na região Norte; no caso dos computadores, a presença era de 99% e 63% nas regiões Sul e Norte, respectivamente. Às desigualdades na oferta somam-se aquelas causadas pela dificuldade de acesso pelos estudantes, em grande parte, perversamente correlacionadas entre si, uma vez que estão associadas aos mesmos determinantes: localização geográfica e vulnerabilidade econômica. (CGI, 2022, p. 143)

As diferentes configurações sociais e geográficas, surgem como barreiras para a resolução tecnológica dos impasses da educação. Em um momento em que todo o sistema escolar se vê sem a sua principal tecnologia, a sala de aula, o que se vê é uma solução demarcada de uma aproximação de poder em reduzir os agentes escolares a meros "agentes da ideologia esquerdista", "Para eles tá bom ficar em casa", disse o presidente, que ainda afirmou que os sindicatos de "quase todo" o Brasil são de "esquerda radical" (LIVE..., 2020)

O professor, dentro do contexto da pandemia, muitas vezes era visto como alvo, dado a sua não “obrigatoriedade” de trabalho fora do home-office.

Atravessados também por decisões, muitas vezes vindas de perspectivas focadas no lucro, ao invés do processo educacional, as novas ferramentas que eram utilizadas pareciam não dar conta das demandas. Apesar do esforço dos governos municipais e estaduais em oferecer acesso gratuito a plataformas, 26% dos professores não receberam apoio algum das instituições onde lecionaram, mais de 82% dos professores de escolas municipais e estaduais reportaram a falta de equipamentos eletrônicos pelos alunos e baixa velocidade de conexão à internet (CGI, 2022, p. 61). A disparidade dos acessos das escolas públicas e escolas particulares é evidente em todos os índices (CGI, 2022, p. 27).

CONCLUSÃO

Diferentes políticas foram adotadas durante a pandemia, muitas delas atreladas aos interesses privados de diferentes instituições brasileiras. Contudo, o principal esforço foi realizado pelos professores, engajados com a propositura de uma solução imediata, especialmente para os alunos que sofriam com as novas práticas escolares. As decisões tomadas durante a pandemia e, agora, com a retomada das aulas presenciais, são baseadas nos interesses privados de empresas, organizações nacionais e fundações educacionais, muitas vezes ignorando a produção do saber sobre educação no país. A ausência do diálogo, a produção massiva de uma narrativa digital e o desdém das vozes de pesquisadores e educadores, pode-se ver uma negação do conhecimento, marca registrada do governo Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

BIANCHINO, G. Simulation and Dissimulation: esoteric memes pages at the limits of irony. *In*: BOWN, A.; BRISTOW, D. **Post Memes**: seizing the memes of production. Santa Barbara: Punctum Books, 2019. p. 367-388. Disponível em: <https://punctumbooks.com/titles/post-memes-seizing-the-memes-of-production>. Acesso em: 16 fev. 2023.

BOLSONARO, J. **Live da semana com Presidente Jair Bolsonaro**. [S. /], 17 set. 2020. Youtube: canal Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ha7vkb6BE7I>. Acesso em: 23 fev. 2023.

CGI. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **TIC Educação**: Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras 2021. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022.

DAWKINS, R. O gene egoísta. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2001.

DUSSEL, I.; CARUSO, M. **A invenção da sala de aula**: Uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

HUNTER, I. **Rethinking the school**: Subjectivity, bureaucracy, criticism. Nova York: Routledge, 2014.

MORAN, J. M. Contribuição das tecnologias para a transformação da educação. **Revista Com Censo**, São Paulo, v. 5, n. 3, 2018.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. *In*: SILVA, T. T. (org.). **Liberdades Reguladas**. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 30-45.

ROSE, N. Governing "advanced" liberal democracies. *In*: BERRY, A.; OSBORNE, T.; ROSE, N. **Foucault and political reason**: Liberalism, neo-liberalism and rationalities of government. Londres: The University of Chicago Press, 1996. p. 37-65.

SÜSSEKIND, M. L. A BNCC e o "novo" Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. **Retratos da escola**, v. 13, n. 25, p. 91-107, 2019.

29

Rozélia Bezerra

**EM BUSCA DO TEMPO
VIVIDO DURANTE A PANDEMIA
DE COVID-19 E A EXPERIÊNCIA COM
O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL
EM SUAS INTERFACES COM “1984”
E “ADMIRÁVEL MUNDO NOVO”**

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Este trabalho é dedicado às 700 mil vítimas da covid-19, no Brasil. Entre elas estão o professor Fábio Hazin, alguém que se dedicou, entre vários temas e objetos de pesquisa, ao estudo dos tubarões no litoral pernambucano. Também, a Pomy Kim, Marcello Wallenstein e Samyr Pessoa da Silva, que, um dia, foram meus alunos nos cursos de graduação na UFRPE. Todos mortos pelo descaso do governo Bolsonaro.

Há um ano pedi aposentadoria das minhas atividades de docência no Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Esta decisão foi precipitada pelo estresse, físico e mental, durante minha experiência vivida com o Ensino Remoto Emergencial, uma estratégia de ensino adotada pela universidade, no segundo semestre de 2020. Isto foi uma consequência, (in)direta da promulgação do estado de pandemia da covid-19 e suspensão das aulas presenciais. E é sobre isto que pretendo falar, realizando uma troca de saberes com diferentes autores que estudaram o tema, mas dialogando com Aldous Huxley (2009) e George Orwell (2021), respectivamente, em seus livros "1984" e "Admirável Mundo Novo". E porque eu quis trabalhar com a literatura? Porque divido meu pensamento com o pensamento de Sandra Jathay Pesavento, para quem "a literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época". (PESAVENTO, 2003, p. 82). Também porque creio, firmemente, que, mesmo escritas nas de 1930 e 1940, os autores e essas obras literárias, consideradas distópicas, ficcionais, trazem o "clima da época" atual, mostrando a extrema tecnologização e o domínio da máquina sobre o ser humano.

Afunilando o estudo, foram traçados dois objetivos bem específicos. Para tanto usei o referencial teórico do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2021, p. 5), adotando dois objetos de estudo que eles consideraram problemas de pesquisa, a partir do

“Coronachoque e a Educação Brasileira: um ano depois”. Elegi como o primeiro deles, estudar “As mudanças no modelo de Educação”. O segundo objetivo foi traçar um panorama das “Consequências para os trabalhadores do setor”, sendo que esta análise não pode perder a expectativa distópica descrita por Orwell e Huxley, nos dois livros já citados. E, para conversar com eles, escolhi escrever uma carta, melhor dizendo, uma epístola que traz uma polifonia de vozes para dar maior sustentação às minhas reflexões. Esta forma de comunicação científica foi adotada, por mim, a fim de superar o isolamento imposto pelo biopoder político e anátomo-político, em virtude da pandemia de covid-19 e, novamente, elejo para conversar com quem me ler, um dia. Porém devo dizer que, além dessas experiências prévias, tenho dois professores me amparando nesta escolha metodológica: Paulo Freire (1978) e António Nóvoa (2015). E como não quero ficar só na academia, faço uma apropriação e uso do próprio Aldous Huxley, que em 1949 trocou carta com George Orwell, comentando sobre o livro “1984”, assim como descobri que Orwell escreveu um livro de cartas (FERREIRA, 2014).

Espero dar conta da empreitada que é sair *em busca do tempo vivido* durante a pandemia de covid-19 e a experiência com o Ensino Remoto Emergencial em suas interfaces com “1984” e “Admirável Mundo Novo”.

Meus queridos, George e Aldous, paz e bem.

Abro minha escrita dizendo a vocês que, primeiro, eu tinha pensado em dialogar com Mary Shelley e o livro “Frankenstein”, depois pensei que não seria bem o caso. Aí, pensei em Eça de Queiroz e seu conto “Civilização”, o qual narrou a desilusão do homem atormentado pelo avanço tecnológico do começo do século XX e de como ele se torna um prisioneiro dessa maquinaria. Desisti porque Jacinto, o protagonista, foi salvo pelo bucolismo virgiliano, quando precisou sair da cidade de Lisboa e ir morar nas Serras, nas altas terras do Douro. Esse encontro, com a natureza e com

a simplicidade das coisas do campo, colaborou para que ele visse a servidão humana diante das máquinas e as abandonasse.

Então, lembrei-me de vocês dois e de seus romances que mostram a entrega e perdição humana frente à tecnologia. E era disso que eu precisava. Como eu já havia decidido escrever este trabalho, em forma de carta, tive a curiosidade de saber se vocês escreviam cartas. E qual não foi minha surpresa ao descobrir que houve troca delas entre vocês e, mais ainda, ao descobrir que George escreveu um livro “que reúne dezenas de cartas enviadas a amigos, editores e parentes, mostram como o autor nascido na Índia em 1903 era capaz de discorrer sobre assuntos triviais do seu dia a dia”, segundo foi mostrado pelo periódico Carta Capital (2013). Agora, vocês já sabem meus motivos de vos escrever.

Por sua vez, a escolha dos dois livros, já citados, tem uma causa em comum: ambos falam de tecnologias, de desumanização e, poderia dizer da servidão humana perante as máquinas. E foi, exatamente, isto que eu vi e vivi, entre os anos 2020 e 2021, ministrando aulas através do computador, enquanto durou a proibição de aulas presenciais, em virtude da pandemia de covid-19. Creio também posso chamar de “teletela”, semelhante à denominação dada por você, Orwell (2021) à ferramenta da biopolítica da população, usada para vigiar os cidadãos de sua Londres.

E antes que eu cause confusão na mente de vocês, deixem-me explicar o que é covid-19. É uma doença infectocontagiosa causada por um vírus que recebeu a nomenclatura Sars-Cov-2. E ela não foi só mais uma pandemia, que acarretou algo inimaginável de ocorrer em pleno século XXI: o exílio do mundo. Sim, meu caro Huxley, porque esta doença não se enquadrava naquilo que você disse no seu “Admirável Mundo Novo” (2009, p. 287), ou seja, ela não foi “uma das poucas moléstias contagiosas que ainda subsistiam”. De fato, era uma doença nova, emergente, e como os primeiros casos foram registrados em 2019, tendo como agente etiológico um coronavírus,

ela foi batizada de covid-19. Além de tudo, ela foi vista como uma doença exótica, na maioria dos países afetados, porque segundo os estudos, o foco primitivo da infecção foi uma província central da China. E vocês não podem imaginar a xenofobia que isso desencadeou! E vocês já verão um dos desenlaces disso tudo.

Sabem meus caros, ao contar a vocês, um pouco, sobre a trajetória da ocorrência dessa enfermidade, lembro que em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que ela representava uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, considerada a situação de alerta mais grave contida no Regulamento Sanitário Internacional da própria OMS. A partir de fevereiro desse mesmo ano, ocorreram os registros de primeiros casos clínicos em Pernambuco, desembocando, em 14 de março de 2020, na assinatura e promulgação do Decreto 48.809, contendo as medidas, temporárias, para o enfrentamento da covid-19, em Pernambuco. Dentre as várias determinações, uma delas estipulava a necessidade de isolamento social e de quarentena, em uma tentativa de contenção da tal “curva pandêmica”, cuja tendência era ascendente, em virtude da transmissão vertical da doença, na qual cada pessoa doente, potencialmente, contaminava, até três pessoas. A partir deste fato, o Consórcio das Universidades de Pernambuco, composto pelas três Universidades Federais, e mais a Universidade Católica de Pernambuco, a Universidade de Pernambuco, bem como os Institutos Federais de Ensino, publicaram, em 16 de março de 2020, uma nota conjunta, anunciando o fechamento destas instituições. E, vejam bem, o que foi revelado, a *posteriori*, pela presidenta do referido Consórcio e, também, Reitora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, a professora Maria José de Sena: “Naquele momento a grande preocupação era com a velocidade da infecção da doença, sendo impossível prever o que iria acontecer naquela semana, nas próximas semanas ou meses, portanto nós resolvemos parar de imediato com as aulas” (SENA, 2022). Vocês são capazes de imaginar os impactos dessa decisão? Eu li um depoimento,

bem maduro, de uma colega professora, Brenda Carlos de Andrade (2021, p. 45) no qual ela dizia ter recebido “a notícia com certa alegria de professor...que vai usar esse tempo para colocar a vida profissional em dia”. Porém, na mesma hora ela pondera: “Não devia me orgulhar dessa felicidade...Também é importante pensar em duas faces dessa felicidade” e ela começou a enumerar “a quantidade de trabalho invisibilizado na docência”.

Bom meus queridos, sabem o que é o pior disso tudo? É que, só depois de ser provocada, foi que a instância federal de ensino se manifestou sobre o assunto. Então, o Ministério da Educação decidiu suspender todas as atividades presenciais relativas à educação. Para tanto, promulgou a Portaria 343, de 17 de março de 2020, estabelecendo como prazo máximo de sua duração, o dia 30 de março desse mesmo ano, na vã ilusão que tudo estaria resolvido até a data final de vigência da tal portaria (BRASIL, 2020a). Não foi bem assim, porque com a guerra ideológica travada pelo dirigente maior da nação brasileira, um negacionista ferrenho da gravidade da doença, houve oposição a toda e qualquer medida de controle e, dessa forma, o Brasil representou uma das áreas de maior incidência da doença.

Bom, meus caros, diante da curva ascendente de casos e da alta letalidade observada, o ensino presencial continuou proibido. E assim, a UFRPE seguindo as orientações da Comissão de Biossegurança, da própria universidade, bem como atendendo aos alertas lançados pelo Instituto de Redução de Riscos e Desastres (IRRD) da UFRPE, sobre os riscos da transmissão comunitária, manteve-se sem a oferta de aulas presenciais durante todo o primeiro semestre de 2020. E aí, meus queridos, a tecnologia veio no socorro da Coordenação de Graduação da Licenciatura em História da UFRPE, pois enquanto esse cenário se desenrolava, ela convidou a nós, professores e professoras, para fazermos *lives*, através do canal de internet, criado pela Coordenação. E quando faço referência ao termo *lives*, falo de um dos estrangeirismos que ficou bem comum durante a quarentena. Com isto, dou meu primeiro indício, como disse Carlo

Ginzburg (2009) para que vocês, George e Aldous entendam minha narrativa e minha escolha em dialogar com os romances distópicos que vocês escreveram, para buscar o que isto tem em comum com o Ensino Remoto. Sim, porque à medida que o tempo foi passando, fui percebendo o uso exagerado de estrangeirismos, parecendo uma nova língua. E, por isto, eu vos convido para seguirem a linha de meu raciocínio, trançando pontos e dando nós, até obter o desenho da intertextualidade do Ensino Remoto com a linguagem de “1984” e do “Admirável Mundo Novo”.

Vejam meus queridos, um fato considerável é que, mesmo diante das incertezas e horrores mostrados, à miúdo, pelo noticiário do mundo todo, sobre os dados epidemiológicos da covid-19, somente em 16 de junho de 2020, foi que o Ministério da Educação modificou sua percepção sobre a situação. E assim, promulgou a Portaria 544, cujo *caput* determinava “A substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - covid-19” (BRASIL, 2020b).

Então, meus caros, foi só a partir desse aparato legal, decretado pelo Ministério da Educação, que

[...] a (UFRPE) buscou alguns subsídios que iriam dar respaldo a sistematização de um único documento que, depois (de sistematizado) passaria por consulta pública para poder saber como é que a universidade iria conduzir essa questão de semestre excepcional. (SENA, 2022)

George e Aldous, é necessário explicar, a vocês, que se seguiu um longo caminho, até haver a construção, coletiva, da proposta de funcionamento da UFRPE, com a estruturação do Regulamento do Período Letivo Excepcional (PLE). Para tanto, foram criados grupos virtuais de pessoas que atuaram nos Eixos Norteadores, facilitando a elaboração de dados, conforme se vê: Graduação; Pós-Graduação; Pesquisa; Extensão e Cultura; Logística, Serviços e Infraestrutura; Assistência Estudantil; Gestão de Pessoas; Hospital Veterinário e Biblioteca.

Finalmente, a Regulamentação do Período Letivo Excepcional, que acabou recebendo a nomeação de PLE 2020-3, foi aprovada, no dia 21 de julho de 2020, em reunião, realizada de maneira remota, pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRPE. Segundo essa Regulamentação, o PLE foi caracterizado da seguinte forma

§ 2º Compreende-se Ensino Remoto como a realização de atividades de ensino mediadas pelo uso de tecnologias, caracterizadas pelo conjunto de ações de ensino-aprendizagem ou atos de currículo mediados por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas e hipertextuais, formato distinto da Educação a Distância (EaD), compreendida como modalidade educacional que prioriza a mediação didático-pedagógica por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). (UFRPE, 2020)

Ah! Meus queridos, deve-se dizer que, de modo geral, ocorreu um movimento de resistência, a partir do instante que ficou instituído o Ensino Remoto. Estudiosos e estudiosas de Educação a Distância, sacaram um argumento que eu comparei com o *Dicionário da Novalíngua*, citado por você, George, em “1984”, trazendo um monte de palavras e siglas. Mesmo com esses questionamentos, foi interessante perceber uma disputa pela legitimação de Métodos e Técnicas de ensino através das tecnologias, usando essa novalíngua. Um exemplo desse debate foi trazido pelas pesquisadoras Camila Lima Santana e Kathia Marise Borges Sales (2020, p. 78). E isto fica explícito quando elas defendem a teoria de que há “limites conceituais” entre “Ensino a Distância (EaD), Ensino Híbrido, Educação *on line* e ensino remoto”. Além disso, elas defendem um tipo de hierarquia, em que a EaD, adquire o estatuto de que “antiguidade é posto”, afinal, esse sistema de ensino já fora previsto em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, e ratificado em 2017, por outro aparato legal, ao passo que o ensino remoto só surgiu a partir do contexto pandêmico e, só então, “ganha repercussão e visibilidade” (SANTANA; SALES, 2020, p. 83).

George e Aldous, vocês sabem o que me chamou mais a atenção? Foi o fato delas não atentarem para o fato de que as técnicas de ensino, que servem de argumento de debate, se apropriam da tecnologia, usam a rede mundial de computadores. Essas redes constituem um modo de atuação, de domínio exercido por meio de uma tela, seja de um computador, seja de um aparelho celular. São “as teletelas”, do enredo de 1984, por onde o Grande Irmão espia a todos sem ser visto por ninguém. É o “Admirável Mundo Novo” da tecnologia. Como disse o Selvagem “Oh, admirável mundo novo que encerra criatura tais” (HUXLEY, 2009, p. 250). Sim, porque com o surgimento das chamadas redes sociais, os docentes passaram a ser exigidos quase 24 horas por dia. As turmas virtuais têm suas ferramentas avisando que o estudante mandou mensagem. Os aplicativos de mensagens são disparados, constantemente, assim como servem de outro meio de ensino remoto. Como foi anunciado por você, George (2021, p. 16) “O dispositivo (era chamado teletela) podia ser regulado, mas não desligado”. Assim, meus romancistas, percebiam que a teletela e o Admirável Mundo Novo, representados por vocês dois, nas primeiras décadas do século XX, estão presentes na proposição do Ensino Remoto do no século XXI e fazem parte da “Mudança no modelo de educação”, causada pelo “Coronachoque”, conforme foi apontado pelo Instituto Tricontinental de Investigação Social (2021, p. 5).

Com isto, os trabalhadores e trabalhadoras da educação deixaram de trabalhar oito horas diárias e 40 horas semanais, que é uma das cargas horárias de um professor universitário, passando a um regime de trabalho, interminável e invisível, o que é o outro problema que foi apontado pelo Instituto Tricontinental de Investigação Social (2021, p. 5), isto é, existem “Consequências para os trabalhadores do setor”. Como bem apontou Brenda Carlos de Andrade (2021, p. 53) ao afirmar que aconteceu “uma ausência de limites de horas trabalhadas”. Assim como foi apontado por Hélder Lima Gusso e Valquíria Maria Gonçalves (2020, p. 4) de que havia “sobrecarga de trabalho

atribuído aos professores”. E por tantos outros como a professora Cláudia Roberta Tavares Silva (2021) que, mesmo de modo aligeirado, fez referência ao impacto direto na saúde física e mental do professor. Do mesmo que Andrey Silva *et al.* (2020, p. 1) apontaram que “Diante de tal cenário, os educadores se expõem a diversas situações e pressões das instituições, o que reverbera no adoecimento, principalmente relacionado à saúde mental”.

De maneira bem particular vou em busca do meu tempo vivido para falar de mim mesma e minha experiência com o ensino remoto. Primeiro digo que meu trabalho remoto foi algo construído a partir da estruturação que eu montei: investir em uma internet mais rápida, o que gerou custos; comprar uma cadeira tipo “gamer” para reduzir danos à minha coluna vertebral. Além de ficar muitas horas pesquisando artigos científicos que fossem publicados em periódicos disponíveis e a custo zero, a fim de encaminhar para estudantes. Estas horas sem fim, sentada diante de um computador, aprofundaram minha lesão de coluna cervical e, o mais grave, a longa exposição à luz da teletela acabou causando úlceras córneas em ambos os olhos, o que acarretou meu afastamento, temporário, das atividades docentes. Outro fator de muito estresse foi ministrar aula em turma com aluno portador de necessidades especiais, o que reduziu, drasticamente, o ritmo de aula, posto que eu precisasse falar em um ritmo que desse tempo, ao leitor de libras, interpretar o texto e traduzir para o aluno. Sei, que para este discente, não foi fácil também. Nunca, em 28 anos de docência, eu tinha recebido estudantes com uma necessidade especial tão específica ao ponto de precisar de outro profissional em sala de aula. Diante disso, afirmo, sem medo de errar, que esses dois anos de ensino remoto me cansaram tanto quanto os outros 28 anos de docência. Desse modo, em janeiro de 2022, fiz 30 anos de atividades docentes, não tive nenhuma hesitação e entrei com meu pedido de aposentadoria, porque não suportava mais.

Meu caro George, veja bem se esses relatos de cansaço extremo não se aproximam, vertiginosamente, da narrativa contida no Capítulo 9 de seu livro “1984”! Tarei alguns excertos

WINSTON ESTAVA GELATINOSO DE fadiga. Gelatinoso era essa a palavra...Seu corpo não parecia ter só a moleza de uma gelatina, mas também sua translucidez. Todo seu sangue e a linfa de seu corpo haviam sido drenados por um excesso descomunal de trabalho, restando-lhe apenas uma frágil estrutura de nervos, osso e pele...Ele havia trabalhado mais de noventa horas em cinco dias. (ORWELL, 2021, p. 228)

Sinceramente? Diante de tudo que vi e experienciei, durante o primeiro ano da pandemia de covid-19 e a pressão para retomada do ensino, usando as redes sociais, diante da anátomo-política do corpo e da biopolítica da população, conforme apontou Michel Foucault, em seus estudos, a minha impressão inicial sobre esses fenômenos todos era bem difusa, envolta na neblina que desceu sobre o mundo em 2020, como um *fog*. Creio mesmo, que ao vivenciar aquilo que Pedro Duarte (2020), um jovem pensador brasileiro, chamou de “Exílio do Mundo” ainda não tinha noção da dificuldade e das consequências, que seria assumir aulas em três disciplinas diferentes, em dois cursos de graduação diferentes. Mas eu precisava, desesperadamente, ter um canal de comunicação com os estudantes. Afinal eu ficara feito uma velha Rapunzel, de cabelos curtos, e pertencente ao chamado “grupo de risco”, presa em um apartamento de nono andar, dependendo, inteiramente, de alguém que levava minha feira, levava meu remédio de controle da pressão sanguínea, que resolveu se manifestar, assustadoramente. Não falarei mais, sobre esse período, porque já o fiz em outros trabalhos

E foi pensando em identificar esses grupos de risco, que o Biopoder, representando a anátomo-política do corpo, oriundo de uma instância localizada em Brasília tomou a decisão de acompanhar, semanalmente, as pessoas que representassem, ou melhor,

se enquadrassem nos grupos de risco e, assim poderiam ficar trabalhando naquilo que ficou conhecido como “home office”. Passamos a receber, via correio eletrônico, um formulário feito o que se vê a seguir.

FIGURA 29.1 – Email recebido em 11 de junho de 2020 às 11:20

Este é um convite para você preencher o formulário:

Semana 10-06-2020 - DEHIST

Prezadas/os, tendo em vista o cumprimento da determinação contida na Instrução Normativa nº. 27 de 25/03/2020, Art.6º-E*, solicitamos a Vossa Senhoria que preencha o formulário abaixo. O preenchimento periódico dos formulários com informações acerca do cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, bem como de informações adicionais relevantes é para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19).

Parágrafo único. As informações serão prestadas às sextas-feiras, por meio do canal eletrônico “<http://gestao.planejamento.gov.br/covid19/>” (NR) (IN 27 de 25/03/2020)

Fonte: elaborado pela autora

E foi assim, meus prezados, que eu escolhi ministrar aulas remotas. Sim, e escolha é palavra-força porque o PLE/2020-3 não obrigava a oferta de disciplina. Então e mesmo fazendo parte da casta de professores que não sabia usar as tais ferramentas tecnológicas, que não passeava pelos laboratórios do “Admirável Mundo Novo”, encarei as teletelas orwelliana. E aqui, meu caro Huxley, posso introduzir o pensamento presente no capítulo Um do seu livro, sobre a pureza das castas, cuidadosamente produzidas em laboratório. Era desse espaço que surgia a população de “Alfa” e “Beta”, os melhores “enquanto os Gamas, os Deltas e os Ípsilons”, após um breve processo em sua criação, ainda eram submetidos ao “Processo Bokanovsky”, em que a “bokanovyskização consiste essencialmente numa série de interrupções do desenvolvimento.” (HUXLEY, 2009, p. 30) e isto os levava aos trabalhos menos importantes de seu mundo distópico.

Hoje, meus caros, percebo que durante o período de reuniões virtuais, para a estruturação do PLE 2020-3, já havia estas castas de professoras e professores. Havia uns que já estavam no patamar “Alfa e Beta”, no uso das ferramentas tecnológicas e outros, como eu, se encontravam nas castas “Gama, Delta, Ípsilons.” Esta hierarquização de conhecimento amedrontou algumas pessoas, a tal ponto que elas não se sentiam preparadas para ofertar disciplinas no semestre especial e confessavam, de maneira bastante tímida e, posso dizer, envergonhadas.

Imediatamente, essa necessidade de saber a hierarquização de domínio de linguagem tecnológica para o ensino-aprendizagem, virou objeto de pesquisa. Viramos fonte de informação, conforme é possível verificar nessa mensagem enviada pela direção departamental de História ao nosso correio eletrônico (o e-mail do remetente foi omitido por respeito, uma vez que trazia o nome próprio de quem remeteu)

FIGURA 29.2 – Email recebido 3 de jun. de 2020 às 19:48

Para:rozelia_ufupe@ qua, 3 de jun. de 2020 às 19:48

Boa noite

Segue a mensagem

Caros colegas diretores.

Atendendo orientações da Reitoria, nosso grupo de trabalho construiu este questionário, em parceria com a UFBA, para avaliar as competências tecnológicas de nossos docentes e assim poder propor cursos de formação nessa linha.

Pedimos que esse link seja encaminhado para os DOCENTES de seu depto/unidade, tanto pelo *Whatsapp* como pelo email, para que até quarta-feira (03/junho), já tenhamos coletado essas informações e possamos dar prosseguimento às ações propostas.

<https://ec.europa.eu/eusurvey/runner/Pesquisa-UFRPE-Docentes>

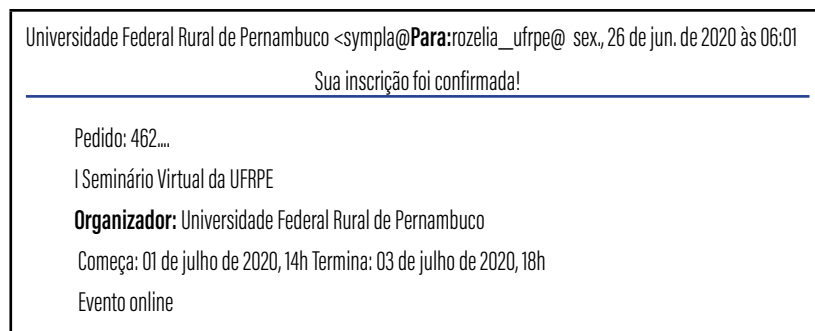
Agradecemos antecipadamente!

Forte abraço

Fonte: elaborado pela autora

Não sei se essa defasagem foi percebida pela própria universidade, ou se ela só desejava gerações de castas superiores, o fato é que ela organizou o I Seminário Virtual da UFRPE: “Desmistificando o processo de ensino-aprendizagem on-line”, conforme ficara previsto na Regulamentação do PLE/2020-3. Tudo foi bem organizado. Cheguei, mesmo, a fazer a inscrição para participar do evento, como se vê, no documento abaixo, mas não participei e acabei aprendendo as técnicas de modo ativo e autônomo.

FIGURA 29.3 – Email recebido 26 de jun. de 2020 às 06:01



Fonte: elaborado pela autora

Mas agora que tomei consciência de tudo isso, fui analisar a proposta de “Formação” (UFRPE, 2020, p.41-46) do tal Seminário. Então, meu caro George, vi quão rico de verbetes do *Dicionário da Novalíngua* (ORWELL, 2021, p.71)⁴⁰ foi o repertório adotado pela proposta de ensino-aprendizagem *on-line*

Sensibilização para ensino *on line*

Formação docente: AVA (*Moodle UFRPE/Classroom*)

Formação docente: Tecnologias digitais

40

Além de pensar sobre essa Novalíngua, esse excerto daria para pensar a Filosofia da Educação, mas fugiria ao escopo dessa análise.

Formação docente: Introdução ao SIGA Acadêmico

Formação docente: Metodologias de avaliação *on-line*

Oficinas: Ferramentas de interação no AVA

Oficina: *Podcast* como ferramenta de aprendizagem (UFRPE, 2020, p. 41-42)

Orwell, meu caro, ainda, há todo um universo de palavras nessa nova língua que dariam um estudo à parte. Palavras como "Seminário", em alguns casos, foi substituída por *Webnário*. Qual o significado desse verbete? Pus-me a pensar que as pessoas desse admirável mundo novo, se comportam como o personagem Syme, o filólogo de "1984", "especialista em novalíngua" (ORWELL, 2021, p. 71) que entusiasmado condenava seu interlocutor: "Você não capta a beleza a destruição das palavras" (ORWELL, 2021, p. 75).

Esta hierarquização de conhecimentos, com intimidação de docentes, e a oferta desse curso, me fizeram pensar no que você, Aldous, chamou de Centro de Incubação e Condicionamento (HUXLEY, 2009, p. 27). Um tipo de lugar voltado para impor regras a fim de que "as pessoas amem sua servidão...um sistema infalível de eugenia destinado a padronizar o produto humano, facilitando assim a tarefa dos administradores" (HUXLEY, 2009, p. 22). Assim sendo, do Biopoder, criando os sujeitos assujeitados, quer na educação, quer na saúde. Sim, porque surgiu a palavra "telessaúde" na novalíngua.

Porém, meus queridos, não termina por aí, porque havia outras instâncias do Biopoder, voltadas para vigiar a carga horária de trabalho dos docentes. Elas estavam em Brasília, a capital federal do Brasil, local que concentra as camadas mais altas do poder do aparato governamental, onde ficava o Grande Irmão, que, ao contrário do seu, Orwell (2021, p. 262), que "Ninguém jamais o viu", viveu desafiando as autoridades sanitárias do Brasil e passeando em público, tantas vezes lhe desse na veia da vaidade. Ele estava no

“ponto da pirâmide...infalível⁴¹ e todo poderoso” (ORWELL, 2021, p. 263). E, seguindo essa estruturação da pirâmide sugerida por você, George, abaixo do Grande Irmão, vinham as outras instâncias de Bio-poder, compostas pelos Ministérios. Então, lembrei-me de seguir os rastros e sinais, como aprendi com Carlo Ginzburg (2009) e Michel de Certeau (2005) e fui caçar a série de mensagens, enviadas via correio eletrônico, por esses Ministérios. Encontrei algumas, mas trago só três, como ilustração. Seu conteúdo era bem amedrontador, conforme se vê:

FIGURA 29.4 – Email recebido 17 de ago. de 2020 às 10:17

nao-responda@planejamento.gov.br seg. Para:rozelia_ufrpe@ 17 de ago. de 2020 às 10:17

Servidor público,

Esteja disponível nos horários ajustados e cumpra com as entregas pactuadas, durante a execução do trabalho remoto.

Lembre-se: todas as normas de cunho ético e disciplinar permanecem vigentes para essa modalidade de trabalho. Isso inclui a Lei nº 8.112, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais civis, e o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 1994.

Fonte: elaborado pela autora

41

Só em 7 de setembro de 2022 ele substituiria o “infalível” orwelliano (2021, p. 262) pela novalíngua bolsonarista e traria o “imbrochável”.

FIGURA 29.5 – Email recebido 17 de ago. de 2020 às 10:17

nao-resposta@planejamento.gov.br seg., 17 de ago. de 2020 às 10:17.

Para:rozelia_ufrpe@

LIVE: Novas regras do teletrabalho

Luiza Roland, Diretora do Departamento de Provimento e Movimentação de Pessoal, **Diana Rodrigues**, Coordenadora Geral de Concursos e Provimento de Pessoal, e **Roberto Pojo**, Gerente de Projetos da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, estarão ao vivo **amanhã, dia 18 de agosto, às 15h**, no canal do Ministério da Economia no *YouTube*, tirando as dúvidas sobre as alterações do Programa de Gestão do teletrabalho na Administração Pública Federal.

Não perca!

Acesse

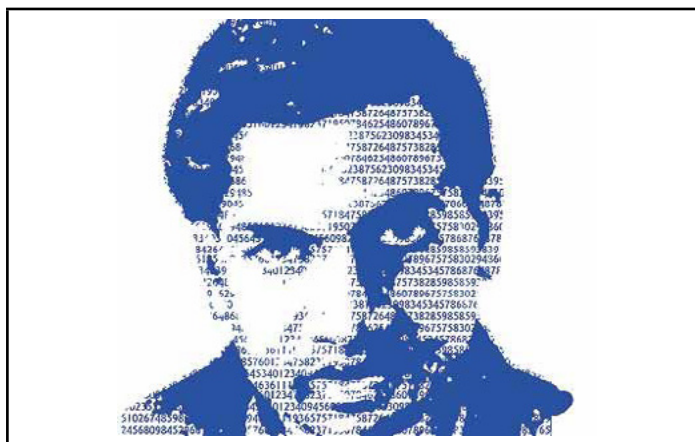
mensagem@servidor.gov.br, ter., 15 de set. de 2020 às 17:03

(Todos os negritos são da mensagem original)

Fonte: elaborado pela autora

George, em todas estas mensagens identifiquei o discurso do Grande Irmão, o personagem central de “1984”, porque, além de escritas num modo verbal imperativo, eram ilustradas com uma imagem, “Aquele tipo de retrato produzido de tal forma que seus olhos o seguiam onde quer que você se dirigisse” (ORWELL, 2021, p. 16).

FIGURA 29.6 – Imagem ilustrativa das mensagens eletrônicas enviadas pelo Ministério do Planejamento



Fonte: elaborado pela autora

Na pirâmide social desse Biopoder, George, nós docentes, somos os ‘proletas’ e ‘os proletas são a casta baixa.’ (ORWELL, 2021, p. 263)

E, já me dirigindo para o fim dessa longa epístola, digo a vocês, George e Aldous, que participando das reuniões realizadas via teletela, vi que existia uma casta, enorme, de geração de professores “Alfa e Beta” (não falei de discentes porque merece outro estudo) que já havia sido eugenizados e incubados no Centro de Incubação e Condicionamento dos laboratórios de informática.

E, por mais incrível que pareça, eles e elas eram sorridentes e felizes. Vejam esse depoimento dado por uma professora

[...] Com o isolamento e o distanciamento social e, percebendo a urgência e a necessidade em ministrar aulas na Graduação e no PROGEL da UFRPE, tenho investido em minha formação profissional e, para tanto, desde o primeiro semestre de 2020, venho participando de eventos promovidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

(PROGEP)/ UFRPE...Além disso, a participação em eventos (através de lives e videoconferências) fora do domínio da UFRPE tem sido uma contribuição adicional para a ampliação de minha formação no âmbito da comunicação digital. Em suma, tenho vivenciado uma situação ininterrupta e instigante de “ambientação tecnológica” (SILVA, 2021, p. 77)

Aldous, para essa pessoa, a tecnologia funcionou como uma droga da felicidade, “o Soma”, “A droga perfeita...Todas as vantagens do Cristianismo e do álcool; nenhum dos seus inconvenientes” (HUXLEY, 2009, p. 97). Ou podemos comparar com a droga apresentada por Orwell (2021, p. 19) “O GIM VITÓRIA, engolido de um só trago como uma dose de remédio”.

Depois de tudo que vi, vivi, li e ouvi, fiquei pensando, com meus botões, algo que passou a circular: o pensamento do novo normal, em que, naturalmente, esse mundo distópico que vivemos, em que as aulas remotas, síncronas, assíncronas, serão incorporadas ao currículo escolar. Quando vejo esta ideia circulando no universo do ensino-educação, olho para este fragmento da carta que você Aldous, escreveu para George, lá no longínquo 1949, depois de ler “1984” e, acho que, de alguma forma, eles já chegaram

[...] Em outras palavras, eu sinto que o pesadelo de 1984 está destinado a ser modulado ao pesadelo de um mundo que se assemelha ao que eu imaginei em *Admirável Mundo Novo*. Essa mudança irá ocorrer pela necessidade do governo de um modelo mais eficiente. Ao mesmo tempo, é claro, é possível a existência de uma guerra em larga escala de frentes biológicas e atômicas – que no caso, nos tragam pesadelos de outros e ainda não imaginados tipos. (HUXLEY, 21 de outubro de 1949)

Sinceramente, agradeço a vocês por terem escrito esses livros.

Rozélia

Desde Caruaru, terra do Mestre Vitalino, um criador que soprou o barro e deu-lhe a vida.

P. S.: Bom, meus caros, mesmo escrevendo uma carta, eu preciso indicar as REFERÊNCIAS lidas, a fim de oportunizar, a outras pessoas, o conhecimento sobre quem usei para sustentar minha prosa com vocês.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Brenda Carlos de. A raiva e a inação: o trabalho invisibilizado e a pandemia. Relatos pandêmicos: o que pensava quando não pensava em nada. *In*: MORENO, A. B. A (Org.). **A docência (e os docentes) em tempos de pandemia: registros para reflexões futuras**. Recife: Editora EDUFRPE, 2021, p.43-57.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Brasília, 2020a.

BRASIL. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Brasília, 21 jul. 2020b. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Portaria-544-de-16-de-junho-de-2020.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CARTA CAPITAL. O dia a dia de George Orwell. **Carta Capital**, São Paulo, 9 set. 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/o-dia-a-dia-de-george-orwell-227/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DUARTE, P. **A pandemia e o exílio do mundo**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

FERREIRA, L. A Carta de Aldous Huxley para George Orwell. **Homo Literatus**, São Paulo, 5 abr. 2014. Disponível em: <https://homoliteratus.com/carta-de-aldots-huxley-a-george-orwell/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau**. 3. ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1978.

GINZBURG, C. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, C. (org.). **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.143-179.

GUSSO, H. L.; GONÇALVES, V. M. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação e Sociedade**, v. 41, Campinas, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8yWPh7tSfp4rwtcs4YTxtr/?lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2023.

HUXLEY, A. **Admirável mundo novo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2009.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL. **O Coronachoque e a Educação Brasileira: um ano e meio depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

NÓVOA, A. Carta a um jovem investigador em Educação. **Investigar em Educação**, n. 3, p. 13-22, 2015.

ORWELL, G. **1984**. Tradução de Bruno Gambrotto. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2021.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTANA, C. L. S.; SALES, K. M. B. Aula em casa: educação, tecnologias digitais e pandemia covid-19. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 10, n. 1, p. 75-92, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9181>. Acesso em: 3 mar. 2023.

SENA, M. J. O Impacto da Pandemia no Processo Educacional. *In: MAIA, R. C. C. et al.* (org.). **PETCOVID: ensaios sobre a pandemia da COVID-19**. 1. ed. Recife: EDUFRPE, 2022. Disponível em: <http://www.editora.ufrpe.br/node/249>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SILVA, C. R. T. A docência no Ensino Superior em tempos da pandemia Covid-19: locus de uma complexa teia de saberes e vivências. *In: ARAÚJO, A. B. M.* (org.). **A docência (e os docentes) em tempos de pandemia: registros para reflexões futuras**. Recife: Editora EDUFRPE, 2021. p. 58-90.

SILVA, A. F.; ESTRELA, F. M.; LIMA, N. S.; ABREU, T. A. Saúde mental dos docentes universitários em tempos de pandemia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/yx7V4TkBTMGZdthMQmyQy7R/?lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2023.

UFRPE. **Regulamento do período letivo excepcional (PLE)**. Recife, 2020. Disponível em: <https://www.ufrpe.br/br/content/divulgado-calend%c3%a1rio-acad%c3%aamico-e-regulamento-do-per%c3%adodo-letivo-excepcional-da-ufrpe>. Acesso em: 27 jan. 2023.



30

Flavia Feron Luiz

**TRANS(FORMAÇÃO) EM SAÚDE:
UM MODELO NO COTIDIANO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS**

INTRODUÇÃO

A Internet tem mudado a vida das pessoas na sociedade, seja pelo modo como a comunicação é facilitada, seja pela busca rápida de informações independentemente das temáticas. O acesso à informação passa a ser cada vez mais imediato, atendendo às demandas velozes já características deste mundo, proporcionando relacionamentos futuros, entretenimento, possibilidade de estudos e formação profissional ainda *para ontem*.

A agilidade que a Internet proporciona às pessoas, individual e coletivamente, também tem influências nos processos e rotinas assistenciais na área da saúde. A percepção dos profissionais de como deveria continuar *sendo formado* e dos gestores, dos serviços públicos e privados, de como *formar*, promovendo a própria educação em serviço, mudou. Ao deparar-se com uma vida virtual de inovações, o binômio saúde-educação também vem se valendo dos referidos avanços na progressão de conhecimento resultante: acesso rápido às informações e instruções; inovação tecnológica nos processos assistenciais e nos serviços; e diversidade de plataformas digitais para a formação profissional. As transformações digitais impactaram a formação em saúde a partir desta *nova* forma de ensino e atualização. Segundo Sibilia (2015, p. 65), “é lógico supor, portanto, que as subjetividades e os corpos contemporâneos se veem afetados pelas tecnologias da virtualidade e da imortalidade, bem como pelos novos modos de vivenciar os limites espaço-temporais que essas ferramentas inauguraram”. Assim, estar em um mundo digitalizado “não é uma opção, pois não há dois mundos separados”, visto que espaços e tempos se sobrepõem mudando os limites previamente estabelecidos. Neste sentido, Loureiro (2021) vai ao encontro das ideias de Sibilia afirmando que a educação em serviço também precisa atualizar a forma como conduz suas estratégias de formar para e com a digitalidade.

Este texto traz uma reflexão sobre os novos mecanismos de formação profissional na saúde, perscrutando as relações entre Internet, Educação e Trabalho, em particular em relação aos modos como profissionais de saúde precisam se *assujeitar* à administração do seu tempo, que vem se dividindo entre prestar assistência aos pacientes e cumprir uma dada exigência quanto à carga horária de formação em serviço. Visa, ainda, desde este tópico, descrever algumas influências do conceito de biopoder na direção de produzir no ambiente de trabalho, segundo a perspectiva foucaultiana, “corpos economicamente ativos e politicamente dóceis⁴²”.

FORMAÇÃO EM SAÚDE E SEUS ASPECTOS LEGAIS

Desde 2004, quando se lançou a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) no Brasil, tem havido discussões, bem como o empenho do Ministério da Saúde (MS) em demonstrar a efetividade da sua implantação nas instituições de saúde. Tal política, desde então, representa um marco para a formação em saúde no país, resultado de lutas e esforços promovidos pelos defensores do tema da educação e dos profissionais de saúde como forma de promover transformação das práticas do trabalho em saúde (BRASIL, 2018).

A PNEPS foi pensada e estruturada como Política Pública visando à organização dos serviços de saúde e a qualificação e a transformação de práticas, “por meio da formação e do desenvolvimento dos profissionais e trabalhadores da saúde, buscando articular a integração entre ensino e serviço, com vistas ao fortalecimento

42

Referência ao modo como tratava Foucault (2007) ao corpo humano adestrado para o trabalho como um animal em *Vigiar e Punir*.

dos princípios fundamentais do SUS" (BRASIL, 2004). Em torno dos quinze anos de existência dessa Política, o Ministério da Saúde lançou um conjunto de publicações, em formato de cartilha única, abordando aspectos relevantes. Na ocasião, a proposta se configurava como um convite ao leitor para refletir sobre o que havia sido produzido para seu fortalecimento. Este *repensar como* fortalecer a Política no país foi mais precisamente a elaboração de estratégias de atualização, percebidas como necessárias frente às novas exigências da área da saúde, a partir do estímulo a maior utilização de tecnologias para o ensino na saúde e o estabelecimento do compromisso com as novas demandas de saúde pública (BRASIL, 2018). Desde aquele momento, pode-se dizer que ficou evidente que as transformações demandadas na formação profissional, frente aos novos processos de trabalho associado à digitalização total, consideravam "desejável que todos estejam sempre disponíveis, ligados, *on line*" (SIBILIA, 2015, p. 38).

No Brasil, a Educação Continuada (EC) foi conceitualmente concebida na área da administração de recursos humanos para produção e desenvolvimento organizacional em um escopo voltado à qualificação profissional e técnica. Ela se caracteriza basicamente pela formação formal vinculada às instituições de ensino a partir do pressuposto pedagógico de que o conhecimento norteia a prática (PIZUTTI; ALMEIDA; MILÃO, 2016). No que concerne à Educação Permanente em Saúde (EPS), a definição assumida pelo Ministério da Saúde se configura como *aprendizagem no trabalho*, baseada na compreensão de que o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. Portanto, tal definição se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais no cotidiano do trabalho (BRASIL, 2013; BRASIL, 2017; BRASIL, 2018).

Mesmo com os reiterados esforços do Ministério da Saúde em endossar a eficácia da EC e da EPS para a formação profissional, pode-se dizer que ainda existem obstáculos para sua aplicabilidade,

como: falta de tempo para reunir a equipe durante o horário de trabalho; variações de interesse pessoal dos profissionais envolvidos; e, principalmente, falta de compreensão dos profissionais quanto à pertinência de tal forma de educação em serviço (OLIVEIRA *et al.*, 2021). Percebe-se, assim, a formação profissional em saúde como interligada às regras da educação, mas o setor saúde que define os rumos e a sua conexão com a sociedade, o que permite pensar nas tecnologias de governo, como investimento para qualificar os sujeitos frente às impermanências que emergem em meio às transformações no estado da cultura sob a condição pós-moderna (CAMOZZATO; COSTA, 2017).

Atualmente, um volume crescente de tecnologias móveis que dependem da Internet é utilizado por alunos e educadores em todo o mundo para obter informações, racionalizar e simplificar a gestão do tempo. Também entre os profissionais da saúde difundem-se inúmeros aplicativos e plataformas que visam auxiliar na consecução das atividades cotidianas, de modo que, do ponto de vista da articulação entre as tarefas profissionais e a formação continuada em serviço, torna-se necessário estender um olhar mais detido sobre o potencial das mídias digitais para os processos de EC e EPS, os quais, por meio de suas políticas, também se valem de tais tecnologias no campo da educação na saúde (FRANÇA; RABELLO; MAGNAGO, 2019).

Tal como já sinalizaram diferentes autores, são notórias as mudanças nas modalidades do trabalho a partir da introdução da Internet nos ambientes de trabalho. Vista como fundamental à produção de uma formação profissional *diferenciada*, com agilidade, velocidade de comunicação e acesso à informação, o uso de diferentes estratégias educativas por meio da Internet também vem sendo utilizada com o objetivo de produzir profissionais de saúde atualizados e qualificados em relação às demandas do serviço e, igualmente, das políticas públicas. Se por um lado, tal forma de educação profissional em saúde vem sendo vista como produtiva por diferentes serviços de saúde, tendo em vista possibilitar o acesso em qualquer local ou

horário por parte dos profissionais de saúde (portanto, sem a necessidade de criar um horário específico para encontros presenciais na grade de horários de trabalho), por outro, e em sentido reverso, também enfrenta problemas quando se depara com seus profissionais aparelhados com tecnologias de conexão permanente que burlam os limites entre tempo e lugar de trabalho e de lazer (SIBILIA, 2015). Nesta direção, vem se configurando um novo modelo de formação nas práticas deste binômio saúde-educação: um sujeito que tem uma carga horária a cumprir atendendo demandas assistenciais e, ao mesmo tempo, sobrepondo-se a tais demandas, que precisa ser *formado em serviço* de modo contínuo, *assujeitando-se* não apenas aos temas vigentes da formação, mas também às novidades comunicativas e tecnológicas.

A INTERNET E A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PANDÊMICO

O advento da pandemia mundial do coronavírus (COVID 19), o qual teve seu auge de infecções nos anos de 2020 e 2021, resultou especificamente nestes dois anos pandêmicos, em orientação expressiva pelos órgãos sanitários, aos setores tanto de esferas públicas como privadas, para que as pessoas executassem mundialmente o isolamento social. Estabelecimentos comerciais e instituições de ensino obrigatoriamente tiveram que se adequar à nova ordem restritiva, contribuindo para o dito distanciamento social.

As primeiras instituições a adotar o isolamento social foram as educacionais devido ao seu grande número de indivíduos confinados juntos por longos períodos. No entanto, não somente na Educação como também na Saúde, a paralisação das atividades não significou, necessariamente, um período de folga para os profissionais,

ao contrário, passou a intensificar uma necessidade iminente de atualização tanto de conteúdos como dos recursos tecnológicos disponíveis. A suspensão das atividades presenciais efetivamente traduziu-se na interrupção das atividades de ensino, ainda que em alguns casos ocorressem de forma remota, houve prejuízos. É inegável que esse acontecimento provocou uma profunda reviravolta na Educação no mundo inteiro (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020). Neste sentido, se a Internet já vinha ocupando um destaque nas sociedades contemporâneas, com a necessidade de isolamento social, sua importância passou a ser ainda mais destacada. O tradicional não estava disponível e as instituições de ensino e os ambientes de formação profissional em geral precisavam se adequar.

Atualmente, há uma multiplicidade de recursos tecnológicos disponíveis na Internet, muitos deles possuem acesso gratuito para que professores e outros profissionais da educação possam utilizá-los para promover a aprendizagem e estimular o desenvolvimento cognitivo. É devido a esse amplo acesso de dispositivos móveis, temos disponível uma variedade de aplicativos, softwares e sites que apoiam a diversidade metodológica de aprendizagem, possibilitando mobilidade, personalização, trabalho colaborativo, compartilhamento de informações e experiências diferentes de aprendizagem tanto para o ensino presencial como on-line ou corporativo. E, portanto, ficar alheio a estas novas mudanças que a internet proporcionou é não reconhecer seus benefícios e não aceitar as novas mudanças por ela ocasionadas.

A partir desta nova ótica inaugurada pela pandemia, os professores precisaram aderir compulsoriamente aos ambientes virtuais de ensino, inclusive, muitas vezes, tendo que aprender a manuseá-los e até dominá-los para tornar possível o próprio trabalho. Embora o ensino híbrido fosse uma metodologia conhecida há algum tempo, não tinha alcançado o devido espaço de reconhecimento até ser imposto à maioria das instituições como uma forma de adaptação em um momento de emergência em saúde pública. As instituições

de saúde, responsáveis pela formação em serviço, também precisaram se adequar ao novo modelo preconizado devido à crise sanitária emergente. Surgiram os *Núcleos de Educação Continuada*⁴³, como houve na rede de hospitais do Grupo Hospitalar Conceição em Porto Alegre - RS, desenvolvendo um método de formação em serviço a partir do compartilhamento de informações pelas mídias sociais no intuito de atingir um maior número de profissionais do referido estabelecimento, com informações referentes às rotinas assistenciais e dúvidas da equipe de saúde. O paradoxal acerca da adoção de tal estratégia é que os profissionais em serviço não fariam o acesso (de forma pressuposta) tais informações a partir dos computadores das unidades de saúde, mas a partir de seus próprios celulares, seja no horário de trabalho ou seja fora dele. Neste sentido, mais do que o cruzamento da fronteira entre o que é objeto de trabalho e o que é objeto privado (o celular dos profissionais de saúde), há, por assim dizer, a adição de mais “uma camada” de tarefas, que se sobrepõe ao próprio horário de serviço assistencial. Em outras palavras, não há tempo específico na grade de trabalho para a EPS, mas, compulsoriamente, os profissionais precisam fazê-la, sendo *assujeitados* às conexões das mídias sociais (como *Whats App* e *Instagram*) para receberem suas formações em serviço.

Saraiva (2021, p. 201) afirma que “reconhecer os inúmeros benefícios da Internet, que se tornaram mais evidentes durante o período de isolamento social, não significa desconhecer o que ela tem de prejudicial. É necessário construir uma crítica ao modo como atualmente a Internet está estruturada”. Esta linha de raciocínio permite inúmeras reflexões acerca de como está evoluindo a formação profissional no Brasil por meio da rede, especialmente neste

43 Nome dado ao serviço criado em 2020, inicialmente no Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC), um dos quatro hospitais pertencentes ao Grupo Hospitalar Conceição (GHC), posteriormente estendeu-se aos demais hospitais do Grupo. A enfermeira que criou essa nova modalidade de formação neste estabelecimento, descreve como uma atividade que, visa utilizar “um método inovador para educação em serviço” (GHC, 2021).

momento histórico pós pandêmico em que o país passa por mudanças no seu cotidiano de práticas formativas que, agora, extrapolam os modos de *formar* do setor saúde.

Atualmente, há uma multiplicidade de recursos tecnológicos disponíveis na internet, muitos deles possuem acesso gratuito para que professores e outros profissionais da educação possam utilizá-los para promover a aprendizagem e estimular o desenvolvimento cognitivo. É devido a esse amplo acesso de dispositivos móveis, temos disponível uma variedade de aplicativos, *softwares*⁴⁴ e *sites*⁴⁵ que apoiam a diversidade metodológica de aprendizagem, possibilitando mobilidade, personalização, trabalho colaborativo, compartilhamento de informações e experiências diferentes de aprendizagem tanto para o ensino presencial como *on-line* ou corporativo. E, portanto, ficar alheio a estas novas mudanças que a internet proporcionou é não reconhecer seus benefícios e não aceitar as novas mudanças por ela ocasionadas.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE E O NOVO CENÁRIO EDUCATIVO

Nos últimos anos a inovação tecnológica vem tecendo transformações na prática profissional dos trabalhadores da saúde. Um *novo normal* compõe os modos como os gestores estão executando suas tarefas na formação e atualização em serviço dos seus subordinados. A lógica está em formar cada dia mais indivíduos que possam se *autoformar* a partir de suas familiaridades às novas tecnologias e às ferramentas criativas a elas associadas.

44 *Softwares*: conjunto de instruções que permite ao usuário executar tarefas específicas nos sistemas eletrônicos.

45 *Sites*: ou também chamado de *websites* são agrupamentos de páginas onde são inseridos conteúdos e recursos diversos para serem acessados por todos na internet.

Entretanto no setor saúde, mesmo com todo aparato tecnológico disponível, principalmente nos grandes centros prestadores de serviços, é indispensável um profissional que saiba lidar com toda essa tecnologia e, ainda, atenda as demandas dos usuários. O que se percebe são trabalhadores na área da saúde, cada vez mais sobrecarregados, necessitando de um lado executar suas habilidades profissionais pelas quais foram contratados e formados e em polo oposto sendo exigidos capacidades tecnológicas, nas quais provavelmente não foram formados, mas precisam minimamente dominarem para serem *bons profissionais*.

A nova lógica do mercado capitalista exige progressivamente profissionais de saúde com habilidades também tecnológicas para autoformar-se, favorecendo seu desempenho laboral, atendendo as demandas da PNEPS, melhorando a visibilidade das empresas, reduzindo custos aos serviços e danos aos pacientes. Mas se o próprio profissional pode *se autorreger* por meio de seu *smartphone* ou computador pessoal a partir do acesso à internet é pertinente a pergunta: como as novas tecnologias da comunicação, disponíveis em aparatos como celulares pessoais, vêm se tornando parte crucial dos próprios modos de trabalho e de educação profissional em serviço (EPS) dos profissionais de saúde de um hospital de referência? Mesmo que existam inúmeros recursos tecnológicos à disposição e de livre acesso, o gestor acaba por conduzir a aprendizagem, facilitando e dando ferramentas para o aprender em sociedade. Portanto, a educação ainda depende da interação humana, da troca de saberes, de discussão de casos rotineiros. E as tecnologias e mídias digitais tornam-se ferramentas facilitadoras para impulsionar a educação. E não há mais como pensar a educação sem estar diretamente ligado à digitalidade e suas transformações na prática profissional dos serviços de saúde.

Observemos que nosso regime de sociedade ainda apresenta seus indícios no poder disciplinar e na produção de corpos “*dóceis adestrados*” para o trabalho e o ensino presencial. Entre-

tanto, o profissional formador/docente não trabalha mais em uma sociedade disciplinar somente. É possível verificar a presença de traços da sociedade de controle, em que se apresenta como uma possibilidade de educação controlada em seus conteúdos e interesses, criando condições para exercer um controle sobre o que está sendo discutido e ensinado. A substituição do convívio pela mediação do relacionamento por meio das tecnologias de informação produz, uma docilidade dos corpos que impede que os sujeitos participem de um processo de politização, pois não há chance nesse formato para se conhecerem e debaterem assuntos de interesse comum desfavorecendo o desenvolvimento do senso crítico (SARDI; CARVALHO, 2022).

Para Han (2022), o regime disciplinar moderno está basicamente pautado em uma sociedade da vigilância, na qual, a técnica digital da informação faz com que a comunicação vire a todo momento uma vigilância por meio da intensificação como nos comunicamos e dos dados que geramos. O telefone móvel é um exemplo de aparato de vigilância e submissão, extrapolando a liberdade. A partir do momento em que, para a formação profissional, exige-se das pessoas habilidades digitais, o regime de informação se apodera dos indivíduos ditando seus comportamentos, garantindo uma *sujeição* a partir de seus perfis de comportamento, tornando-os seres humanos *dependentes dos meios tecnológicos*.

Na perspectiva de formar profissionais cada vez mais *habilitados* capazes de interagir com pessoas e máquinas, o *poder* da educação e dos educadores objetiva econômica e politicamente aumentar os efeitos do trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima tornando-os “homens dóceis politicamente” (FOUCAULT, 2022, p. 20). Na visão foucaultiana essa questão de poder sobre os indivíduos incidindo no uso de tecnologias próprias de controle com o objetivo de extrair ao máximo suas capacidades foi chamada de “poder disciplinar”.

Para Foucault (2022) o poder disciplinar fabrica o indivíduo articulando-o com a estrutura econômica, formando domínios de saber compondo relações de *saber-poder*. E é neste poder de agir sobre corpos da espécie humana como máquinas, com o objetivo de intensificar suas potencialidades, que Foucault denominou de “biopoder”, uma “anátomo-política” do corpo, sendo mais bem compreendida se aplicada para descrever a manifestação de formas particulares de poder sobre a vida, sendo uma das inúmeras formas de exercício do poder possíveis.

Tais estratégias de constituição de um *novo* modelo de educação profissional baseadas no uso de tecnologias, incluindo a necessidade de o profissional de saúde dispor seu próprio aparelho (celular, computador, *tablet* dentre outros) para *se autoformar*, estão cada vez mais atreladas aos fundamentos da PNEPS onde estão sendo acoplados o uso da Internet como forma de condução das condutas dos indivíduos, análogo às estratégias de biopoder.

Nesse raciocínio, e tomando como referência o pensamento de Foucault de que não se explica inteiramente o poder quando se tenta caracterizá-lo, torna-se possível - mediante conhecimentos que lhe servem de instrumento e justificação - a preocupação com a forma como a população é gerida e como se pode resistir aos efeitos que essa gestão tem sobre ela (PEREIRA; MACHADO; ANGELIS-PEREIRA, 2022). Apesar da impossibilidade de eliminar totalmente as relações de poder que regem a vida em sociedade, argumenta-se que é possível aprimorá-las e se defender de seus efeitos que parecem nestas reflexões tão contemporâneas. Esse papel de educador e educando profissional submetido às necessidades midiáticas, acabam por se constituírem mediante (bio)poderes construídos produzindo ao longo da vida profissional uma formação de indivíduos *habilitados* e *multicapazes*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se aponta a revolução da Internet e sua importância, principalmente no período da - e pós - pandemia mundial do coronavírus justifica-se a importância da educação remota, do ensino híbrido e da continuidade da formação profissional em serviço por meio da disponibilidade e o acesso aos meios digitais de informação.

Essas trans(formações) das práticas educativas em saúde vivenciadas nas últimas décadas decorrentes da ascensão da Internet se configuram em uma nova concepção nas instituições de ensino, nos estabelecimentos de saúde e nos lares da maioria da população mundial. Compuseram maneiras como as pessoas constituíram e conseguiram seguir seus estudos, trabalhos, formação e promoção da EC e EPS.

Na medida que os indivíduos foram *assujeitados* a uma nova regra de *normalização* nas formas de ser, fazer e produzir educação, e, principalmente, como agir e que instrumentos usar para formar profissionais houve subjetivação e um controle da população.

Contudo, é possível perceber um reforço nos mecanismos disciplinares para que os profissionais se adequassem às (trans)formações impostas como mecanismo de acompanhamento às mudanças atuais da sociedade e aos avanços na forma de ensino. Também se percebe que houve uma promoção das inovações e incentivos a autonomia dos alunos e dos profissionais de saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria n. 198 GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004.** Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 13 fev. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde**. 2 ed. 2 reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.194, de 28 de novembro de 2017. **Dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde - PRO EPS-SUS**. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** 1. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CAMOZZATO, V. C.; COSTA, M. V. A educação permanente e as impermanências na educação. **Rev. Educar em Revista**, n. 1, p. 153-169, jun. 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FRANÇA, T.; RABELLO, E. T.; MAGNAGO, C. As mídias e as plataformas digitais no campo da Educação Permanente em Saúde: debates e propostas. **Revista Saúde Debate**, v. 43, p. 106-115, ago. 2019.

GHC. **Núcleo de Educação Continuada da UTI do Hospital Conceição inova na educação em serviço**. Brasília, 21 jul. 2021. Disponível em: <https://www.ghc.com.br/noticia.aberta.asp?idRegistro=24691>. Acesso em: 28 jan. 2023.

HAN, B. C. **A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje**. Petrópolis: Vozes, 2022.

LOUREIRO, C. B. Educação para viver no mundo digitalizado. *In*: LOUREIRO, C. B.; LOPES, M. C. (org.). **Inclusão, aprendizagem e tecnologias em educação: pensar a educação no século XXI**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

OLIVEIRA, I. K. P. *et al.* Educação permanente em saúde: desafios e aplicabilidade. **Revista Ciências Biológicas e de Saúde**, v. 7, n. 1, p. 82-102, out. 2021.

PEREIRA, R. C.; MACHADO, P. B.; ANGELIS-PEREIRA, M. C. Contrapontos e inconsistências do discurso da produtividade do agronegócio e suas externalidades sob a ótica do biopoder. **Revista Saúde Debate**, v. 46, p. 391-406, jun. 2022.

PIZUTTI, P. L.; ALMEIDA, A. N.; MILÃO, L. F. Educação permanente em saúde: 10 anos de uma política instituída para fortalecer o SUS. *In: ALMEIDA, A. N.; CAREGNATO, R. C. A. (org.). Ensino na Saúde: desafios contemporâneos na integração ensino e serviço.* Porto Alegre: Moriá, 2016. p. 29 - 45.

SARAIVA, K. Outra internet é possível (?). *In: LOUREIRO, C. B.; LOPES, M. C. (org.). Inclusão, aprendizagem e tecnologias em educação: pensar a educação no século XXI.* São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. *Revista Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-24, 2020.

SARDI, R. G.; CARVALHO, P. R. A docência na educação a distância: uma análise crítica da prática profissional. *Revista Psicologia em Estudo*, v. 27, p. 1-14, 2022.

SIBILIA, P. **O homem pós orgânico**: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

31

*Ilana Peres Azevedo Machado
Cristian Poletti Mossi*

A ESCRITA ASMÁTICA DE UMA DISSERTAÇÃO:

**ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA EM FACE DE TRAÇOS
DA BIOPOLÍTICA NO ENCONTRO COM A EDUCAÇÃO**

INTRODUÇÃO

De acordo com Gadelha (2009), Foucault sistematiza suas últimas formulações sobre o conceito de biopolítica em dois de seus cursos proferidos no *Collège de France*, entre os anos de 1977 e 1979: *Segurança, território, população* e *Nascimento da biopolítica*. Respectivamente, tais obras oferecem aporte para, em primeiro lugar, reinscrever a noção de biopolítica em uma questão mais ampla, a da *governamentabilidade*, ou da arte de governar, e, em segundo lugar, abordá-la à luz das temáticas do liberalismo e do neoliberalismo⁴⁶.

Compreendendo, portanto, a biopolítica como uma tecnologia de dominação que concorre “para a regulação e a regulamentação do corpo-espécie da população” (GADELHA, 2009, p. 120) e, para isso, tomando como fio condutor a noção de governo, enquanto “tipos de racionalidade que envolvem conjuntos de procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens” (GADELHA, 2009, p. 120), este texto ensaia uma aproximação entre aspectos do conceito de biopolítica - no que tange à sua dimensão vinculada à *governamentabilidade* - e a produção de pesquisas em Educação, sobremaneira no contexto da pós-graduação, verificando modos como a escrita de uma dissertação que se afirma em seu caráter de fragilidade, em sua dimensão de não-saber, de não-totalidade - o que aqui nomeamos como escrita asmática - , pode ter conferido estratégias de resistência enquanto criação em tal produção (DELEUZE, 1999).

Tal aposta se deve ao fato de, enquanto pesquisadora e pesquisador no campo da Educação, e considerando os atravessamentos profícuos que a arte e a filosofia em sua multiplicidade

46 “[...] de um lado, o tema do liberalismo, tomado não como ideologia, ou como representação social, senão como crítica estratégica de um tipo de arte de governar assentada numa razão de Estado; de outro, o tema do neoliberalismo, sobretudo em suas versões alemã e norte-americana” (GADELHA, 2009, p. 119).

de manifestações podem oferecer para reimaginar modos de ensinar/aprender/pesquisar/pensar/criar, temos nos interessado pelos “modos através dos quais ela [a educação] se agencia à questão ou ao problema ‘da subjetividade’” (GADELHA, 2009, p. 173):

[...] num primeiro caso, envolvendo-se em processos, políticas, dispositivos e mecanismos de subjetivação, isto é, de constituição de identidades, de personalidades, de formas de sensibilidade, de maneiras de agir, sentir e pensar, normalizadas, sujeitadas, regulamentadas, controladas; num segundo caso, em que a resistência ao poder entra em foco, dando-se por uma via ético-estética, pode-se pensar como ela, a educação, se encontra implicada na invenção de maneiras singulares de relação a si e com a alteridade. (GADELHA, 2009, p. 173)

Dito isso, gostaríamos de propor que ao pesquisarmos em Educação, ou seja, ao formularmos e perseguirmos problemáticas nesse campo, concorrendo em sua disputa/negociação de sentidos, não estamos apenas produzindo novos conhecimentos mediante nossas apostas teóricas e metodológicas, mas estamos também nos subjetivando *com e a partir do que* produzimos. Desse modo, a escrita - também com imagens, como veremos a seguir - constitui um meio expressivo através do qual podemos sondar como jogamos com o poder instituído e que estratégias ético-estéticas-políticas inventamos em meio a tal barganha, algumas vezes desviando do que está pré-determinado como certo ou verdadeiro.

Tendo o acima exposto e tomando ainda como disparador as proposições de Gadelha (2009) de modo a iniciar este texto, consideramos e assumimos aqui que estabelecer paralelos entre biopolítica e (pesquisa em) educação pode ser um manejo conceitual que requeira de nós o abandono de uma leitura rígida da obra de Michel Foucault, atendo-nos não apenas “ao que ele explicitamente escreveu em seus livros, ou falou em suas entrevistas e nos cursos que proferiu”, mas propondo-se “à exploração das possibilidades abertas por seu pensamento, por suas investigações e achados”, de modo

a não somente parafrasear e/ou mimetizar sua produção. Ou seja, “pensemos *com* ele, tomando-o como intercessor privilegiado para as nossas próprias inquietações, para os nossos próprios problemas” (GADELHA, 2009, p. 174, grifo do autor).

ARTICULAÇÃO ENTRE BIOPODER E ESCRITA ASMÁTICA

Por meio da temática do biopoder, Foucault percorre duas linhas de forças envolvidas na produção de subjetividades: De um lado, o poder totalizante, o qual cria aparatos estatais capazes de governar populações, levando a um processo crescente de massificação e burocratização da sociedade; de outro, complementar a esse poder, encontram-se as técnicas individualizantes, consistentes em saberes e práticas destinados a dirigirem os sujeitos de modo permanente e detalhado (FURTADO; CAMILO, 2016, p. 41).

A partir de aspectos do conceito de biopolítica, desdobrado a partir do pensamento de Michel Foucault, no que tange a um possível conjunto de estratégias praticadas pelos Estados modernos para regulação dos corpos que a ele estão sujeitos, de forma que a vida funcione como uma engrenagem que deve operar em harmonia, de maneira pré organizada e, sobretudo, produtiva, o texto que segue busca afirmar um modo de escrever outro dentro da academia (MACHADO; ALMEIDA, 2016) e especialmente da pós-graduação. A partir de tal exercício, vislumbra-se percorrer traços de resistências em face da biopolítica no que concerne ao encontro de suas práticas com a área da Educação, especificamente em sua dimensão de articulação da díade saber/poder na produção de conhecimentos (e subjetividades) nesse campo.

[...] o poder encontra-se sempre associado a alguma forma de saber. Exercer o poder torna-se possível mediante conhecimentos que lhe servem de instrumento e justificação. Em nome da verdade legitimam-se e viabilizam-se práticas autoritárias de segregação, monitoramento, gestão dos corpos e do desejo. Inversamente, é no centro de aparatos sofisticados de poder que sujeitos podem ser observados, esquadrinhados, de maneira que deles sejam extraídos saberes produtores de subjetividade. (FURTADO; CAMILO, 2016, p. 35)

Uma escrita que nasce durante a pesquisa da dissertação intitulada *Transbotoamentos nômade: encontros com o educativo da Bienal do Mercosul*⁴⁷, defendida em dezembro de 2022 pela primeira autora deste texto e orientada pelo seu segundo autor, servirá de plataforma para discutirmos a seguinte questão: Como a escrita de uma pesquisa acadêmica pode ser potencializadora de desejo e de vida em seu feitio, abrindo possibilidades de resistência à homogeneização/docilização dos corpos e dos saberes? Ou seja, possibilidades de resistência ao que Foucault chama de face anátomo-política do biopoder, que “visa ao adestramento dos corpos, extorquindo suas forças, para então ampliá-las” (FURTADO e CAMILO, 2016, p. 37).

Trata-se de uma pesquisa em deriva que buscou acolher movimentos inusitados que surgiram durante seu fazer. Pesquisando durante o período pandêmico em função da covid-19⁴⁸ e adaptando-se

47 A Bienal do Mercosul é uma mostra internacional de arte contemporânea que ocorre em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul - Brasil, desde 1997. Em 2022 aconteceu a 13ª edição da mostra.

48 A partir do final de 2019, o mundo passou a enfrentar um de seus maiores desafios sanitários com o surgimento do novo coronavírus (SARS-CoV-2). Em dezembro de 2019 foram identificados os primeiros casos de covid-19 em Wuhan, na China. Já no Brasil, os primeiros casos oficiais surgiram em fevereiro de 2020. Por se tratar de um vírus novo, muitas incertezas fizeram parte desse período. Inicialmente fez-se um período de quarentena, esperando-se que o contágio fosse controlado. Como esse movimento não foi suficiente para frear a contaminação em massa, o fechamento de escolas, universidades e outras instituições/estabelecimentos precisou ser prolongado por todo o ano de 2020 e parte de 2021. Para piorar a situação, no Brasil o governo federal da época não apenas fez pouco caso da pandemia como atrasou a compra de vacinas para a população. Essa falta de cuidado fez com que muitas vidas fossem perdidas, tendo o Brasil uma das mais altas taxas de mortalidade mundial pela doença.

às estratégias de ensino remoto emergenciais adotadas nesse espaço de tempo, a dissertação citada apostou no nomadismo do ato de pensar/criar como metodologia de trabalho, por este motivo, os movimentos que pediram passagem foram sendo acolhidos, ainda que nos distanciássemos de seus intuitos iniciais. Assim como o corpo do trabalho, a pergunta de pesquisa foi se modificando ao longo do processo. Após uma série de mudanças, a questão central foi a seguinte: *Que transbotoamentos*⁴⁹ nômades são possíveis em meio a encontros com o educativo da Bienal do Mercosul?

Quando o projeto foi iniciado, a intenção era investigar transbordamentos que aconteceram a partir do programa educativo da Bienal do Mercosul. O primeiro esboço da pesquisa previa mapear os movimentos de expansão do núcleo educativo da Bienal do Mercosul para outras instituições culturais e outras práticas de educação na cidade de Porto Alegre. A partir do contato com as filosofias da diferença durante o movimento de escrita da dissertação, e considerando o momento histórico-social em que a pesquisa estava imersa - o de uma pandemia - uma transição aconteceu. Ainda que parecesse interessante pensar em como os educativos da Bienal do Mercosul transbordaram em outras práticas de educação, onde previa-se fazer um mapeamento quantitativo de prática e locais, ganhou força buscar entender como os educativos da mostra transbordaram nos processos de subjetivação da pesquisadora, permitindo realizar não uma pesquisa predefinida, padronizada, com expectativa de uma conclusão fechada, mas uma investigação que ousou escutar as matérias que foram se formando durante o fazer do trabalho.

Ao apostar-se em uma investigação atenta aos sussurros do caminho, passou-se a cartografar - através de visualidades e textos - mapas que ganharam consistência através de linhas de escrita que compuseram com imagens, cujos arranjos evidenciaram-se enquanto efeitos da pesquisa. Alguns desses textos-imagens ou mapas de

49

Expressão cunhada durante o feito da pesquisa.

efeitos podem ser visualizados ao longo deste texto (Figuras 31.1, 31.2, 31.3 e 31.4). A partir de alianças teóricas e das práticas e exercícios de pensamento ao longo da dissertação, foi possível percorrer estratégias de resistência a formas prévias de pensar, criar, imaginar e redigir uma dissertação, através de uma escrita que foi denominada *asmática*, bem como de uma escuta ativa ao que pedia passagem.

A escrita asmática, como a pensamos, evidencia um tempo outro de escrever, jogando/barganhando com prazos e com estruturas pré-estabelecidas (o que pode ser uma pesquisa? o que é uma dissertação? como deve ser uma escrita acadêmica?), galgando um afastamento de lógicas produtivistas e massificadoras da/invenção de conhecimentos, já que convoca um corpo fervilhante e não dócil, um corpo pleno e não fragmentado, um corpo afetivo e não neutro, um corpo presente e não ideal no ato de escrever uma pesquisa em educação. Um corpo vivo e, por isso, frágil, incontrollável, insubjugável (embora saibamos que a fuga completa das tentativas de regulação não é possível, a não ser via sutis estratégias).

Outra questão importante que surgiu durante o fazer do trabalho foi a noção de *transbotoamento* ter substituído o que inicialmente era pensado como transbordamento. O movimento de mudança do termo utilizado se deu quando uma imagem foi inserida na investigação, a imagem de um botão azul em um fundo azul que explicitava um fato singular da vida da pesquisadora e que investia a dissertação de forças intensivas muito produtivas no que concerne às alianças e métodos elegidos em seu processo de escrita⁵⁰. Além disso, entendeu-se que a palavra transbordar não era abrangente o suficiente para dar conta do que acontece quando encontros com o educativo ocorrem.

50 “[...] Botões, como os utilizados em vestimentas, que tem suas próprias casas, que se encaixam em novas casas, chegam às vezes alargando novos espaços, outras vezes entrando de fininho. Agenciam. Botões que desde sempre me encontram, que eu encontro, que provocam encontros. Mas o botão entra nessa dissertação não apenas como coisa que abre, fecha e aciona, mas também como o botão da botânica, que germina, se abre [...]” (MACHADO, 2022, p. 60).

Há apenas palavras inexatas para designar alguma coisa exatamente. Criemos palavras extraordinárias, com a condição de usá-las da maneira mais ordinária, e de fazer existir a entidade que elas designam do mesmo modo que o objeto mais comum. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 4)

O fato singular a que nos referimos acima trata-se do seguinte: ao longo da vida a primeira autora deste texto vem encontrando botões, e eles a encontram. Botões aparecem nos lugares mais inusitados, quase sempre da mesma cor do piso, como se quisessem mostrar algo que precisa ser aberto, descoberto, explorado, inventado. Como agentes que permitem aberturas para outras camadas de realidade, onde pode ser possível opor-se a estados de vida cristalizados, estratificados, e assim encontrar em meio a eles eventuais desvios. Em um movimento acolhido durante a pesquisa, a palavra transbordamento acabou se amalgamando com a palavra botão e desse encontro nasceu a nova palavra: *transbotoamento*.

Transbotoamento é então essa noção que possibilita alisar o espaço estriado do macro (DELEUZE; GUATTARI, 2012), que permite a produção de uma pesquisa em deriva, mas sem perder o rigor.

[...] o espaço liso é direcional, e não dimensional ou métrico. O espaço liso é ocupado por acontecimentos ou hecceidades, muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afectos, mais do que propriedades. É uma percepção *háptica*, mais do que óptica. Enquanto no espaço estriado as formas organizam uma matéria, no liso materiais assinalam forças ou lhes servem de sintoma. É um espaço intensivo, mais do que extensivo, de distâncias e não de medidas. *Spatium* intenso em vez de *Extensio*. Corpo sem órgãos, em vez de organismo e de organização. Nele a percepção é feita de sintomas e avaliações mais do que medidas e propriedades (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 197-198, grifos dos autores).

FIGURA 31.1 - Cartografia em imagem-botão. Imagem ao fundo Detalhe da obra *Sem título*, 2005, Carlos Alberto Fajardo, 5ª Bienal do Mercosul, Cais do Porto. Imagem autoral. 2005



Fonte: Machado (2022)

EM TORNO DA ESCRITA ASMÁTICA DE UMA DISSERTAÇÃO

O corpo torna-se tão mais útil quanto mais docilizado
(FURTADO; CAMILO, 2016, p. 37).

Foucault denomina “biopolítica” o outro polo complementar do biopoder. A biopolítica tem como seu objeto a população de homens vivos e os fenômenos naturais a ela subjacentes. Regula e intervém sobre taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, longevidade. Não é um poder individualizante, como as disciplinas, mas massifica os indivíduos a partir de sua realidade biológica fundamental. A anátomo-política do corpo encontra a biopolítica da população (FURTADO; CAMILO, 2016, p. 37).

Pensando na face anátomo-política do biopoder, que busca extrair dos corpos sua força produtiva através do controle de tempo e espaço das instituições, compreende-se a escrita da dissertação acima mencionada implicada em formas de resistência à massificação dos corpos, produzindo dentro da academia possíveis desvios através de maneiras outras de pesquisar aliadas à arte e filosofias - em especial as da diferença.

Ao se permitir um ritmo de escrita diferenciado, encontrado durante o próprio pesquisar, ritmo esse aliado à imagem de um inspirar e expirar mais lento, com certa dificuldade, mas nem por isso menos intenso já que mais atento aos afetos que mobilizam o corpo do que a fatores externos, o trabalho ganhou consistência, deixou de ser apenas um mapeamento de lugares - como inicialmente pensado. Escrita que, durante seu fazer, passou a ser percebida como peculiar, especialmente por ser elaborada em agenciamento com imagens e por surgir a partir de fragmentos, estilhaços, fagulhas expressas em pequenas frases que mais adiante foram reorganizadas e rearranjadas com outros elementos (referências, mapas conceituais, breves anotações) na produção do texto final. Nesse sentido, o que antes poderia parecer um desencontro, ou uma dificuldade, passou a ser entendido como um modo singular de escrever, uma estratégia que permitiu encontrar formas outras de pesquisar.

Segundo Brito e Neto (2013),

concerne ao pensamento transversal uma política, uma estética, uma ética, uma fuga para inventar novos modos de pensar a vida, a existência, o que desnor-teia a representação para conectar a produção acadêmica a um pensamento selvagem, um devir escrita que visa transbordar os resultados, as conclusões simplórias. Trata-se de colocar o pensamento em linhas libertárias, mutantes, nômades, que tendem a se livrar da incumbência de representar, de objetivar e de calcular.

Permite-se, assim, variar o pensamento em busca de advogar por outras formas de existência (LAPOUJADE, 2017) no ambiente acadêmico, criando estratégias de resistência em face ao biopoder naquilo que tais práticas de regulação encontram a produção de corpos e subjetividades em Educação. Durante o percurso de realização do trabalho, delineou-se que pesquisar é não apenas estudar um objeto, mas também ensejar que a própria pesquisa se torne objeto de investigação, que se entrelace com o objeto inicial e com a vida, com os limites e potencialidades do corpo que pesquisa. Essa forma transversal de investigar permitiu afirmar um modo de pesquisar que encontra o viver e produzir no ambiente acadêmico de uma outra forma, escutando o que pede passagem no campo do desejo, uma vez que “com o pensamento nômade instaura-se a pesquisa nômade, que se exerce na violência do pensar e no deslocamento das perguntas e lugares já fixados” (LEMOS; JÚNIOR; NASCIMENTO, 2012, p. 160).

Na dissertação em questão, a escrita asmática passou a ser assim denominada por um conjunto de características que ganharam consistência durante seu fazer, opondo-se, por necessidade de criação, a qualquer tentativa de homogeneização/domesticação. Em face do que denominamos como escrita asmática, os corpos que pulsam, escrevem com o corpo que são - *com* seus limites e não apesar deles -, abrem mão de um corpo ideal, vibram em meio a instauração de um pensamento selvagem que produz pesquisa em um estado de vida, que não é o politicamente docilizado. Desta forma,

a primeira autora deste texto precisou relacionar-se peculiarmente com o tempo e com suas matérias investigativas para traduzir em palavras os atravessamentos causados por essa forma de pesquisar, produzindo uma escrita fragmentária que foi se formando pelo meio, surgindo de brechas, em estratos, e lentamente se formando em sedimentos a partir de mapas de conversação com imagens produzidas em diversas edições da Bienal do Mercosul⁵¹.

Assim, neste método perseguido durante a pesquisa, foi-se dos tremores do corpo aos mapas, dos mapas às linhas e das linhas às conversas, com a possibilidade de deixar algo em aberto para que seguisse germinando, abrindo brechas no espaço estriado (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

[...] o que ocupa o espaço liso são as intensidades, os ventos, os ruídos, as forças e as qualidades tácteis e sonoras, como no deserto, na estepe, ou no gelo. Estalido do gelo e canto das areias. O que cobre o espaço estriado, ao contrário, é o céu como medida, e as qualidades visuais mensuráveis que derivam dele. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 198)

Levando em conta tudo o que vivemos nos últimos anos de pandemia, acreditamos ser importante dizer que a nomenclatura da escrita surge com muito respeito e não pretende de forma alguma remeter aos tempos pandêmicos vividos. Ela é acolhida a partir da vivência pessoal da primeira autora deste texto, que desde a infância apresenta crises que comprometem sua respiração. Assim como em um episódio de asma, a escrita da dissertação em questão nasceu de um movimento de inspirar, com dificuldade de expirar. Palavras que tentavam sair e não conseguiam, demoravam a ser gestadas, a ganhar passagem. Elas, as palavras, precisaram de outro meio para brotar, encontrar brechas e surgir pelo meio.

51

Tratam-se das edições 4, 5, 10 e 12 da Bienal do Mercosul, em que a primeira autora trabalhou como supervisora de mediadores da mostra, compondo o núcleo educativo vinculado ao evento.

FIGURA 31.2 – Cartografia em imagem-botão. Imagem ao fundo detalhe da obra *Sem título* da série *Nuestro Norte Sigue Siendo el Sur*, Gustavo Tabares, 2014. Imagem autoral.



Fonte: Machado (2022)

PESQUISAR NA PANDEMIA

Corpo experimentador, corpo selvagem, corpo sensação, corpo vazado, corpo esburacado... o corpo pode ser atravessado por outros meios, encontros, que não consiste na natureza disso ou daquilo exclusivamente, mas nas relações entre, relações transversais em que efeitos podem ser produzidos e inventados quando o corpo não suporta mais "eu sou aquilo!?", "eu sou assim!?" (BRITO; NETO, 2013, p. 8)

Desenvolver uma pesquisa de mestrado majoritariamente durante a pandemia de covid-19 foi um grande desafio, foram dezoito

meses de trabalho remoto. Neste período foi preciso ficar trancado em casa, mas simultaneamente trabalhar à distância, acompanhar as aulas remotas, cuidar da casa, da família, da saúde... Foi um período onde se tentou fazer tudo ao mesmo tempo.

Por isso, as orientações de mestrado aconteceram através de chamadas por videoconferência, onde o grupo de orientação se reunia para discutir não apenas referências teóricas, mas os trabalhos que estavam sendo produzidos por corpos que aprendiam uma nova dinâmica, empenhando-se em ficar parados com o olhar fixo em uma tela, muitas vezes tentando driblar problemas técnicos dos aparelhos ou de conexão e, ao mesmo tempo, procurando não se distrair com uma infinidade de outras mensagens que insistiam em chegar solicitando nossa atenção naquele exato instante.

Naquele momento acreditava-se que, uma vez que se estava em casa, era preciso ser mais produtivo ainda, mostrar trabalho. A lógica do biopoder instaurada em nosso estado de vida pulsou ainda mais forte quando a pandemia trouxe o mundo para dentro do nosso lar através dos nossos eletrônicos, mas ela, a pandemia, exigiu muita potência de vida. Não foi fácil, chegou com ela o cansaço, a exaustão, e a roda continuou girando. Os prazos se aproximavam e mesmo que a gente tenha sido programado para habitar um corpo economicamente ativo e politicamente dócil, ficou cada vez mais complexo dar conta de tudo isso em meio ao caos sanitário e político enfrentado no Brasil a partir de 2020.

A pesquisa que estava sendo produzida não passou ileso pela sobrecarga imposta pela pandemia. O olhar, sentido tão importante para a produção do trabalho e da escrita, acabou perdendo o foco, a potência, deixou de encontrar seus botões. Com isso, as palavras secaram, deixaram de, feito magma, encontrar brechas para vir à superfície.

A partir de um exercício do grupo de orientação, traçar mapas de domínio específico da pesquisa⁵² - atividade em busca de ajudar a visualizar melhor as matérias, metodologias, conceitos e autores que compõem conosco durante nossa escrita - e do encontro com a tese de doutorado *Percursos, Fragmentos e Encontros: Singularidades na Docência*, de Marli Simionato (2014), da UFSM, mapas que pudessem expressar algumas das forças que atravessavam o trabalho passaram a ser elaborados.

Buscou-se então produzir uma cartografia em devir, juntamente com a entrada de imagens ditas imagens-botões (imagens produzidas coletivamente ao longo de diversas edições da Bienal do Mercosul, onde a primeira autora trabalhou como supervisora de mediadores), que trouxeram à superfície estilhaços de escrita como uma conversa com essas imagens. Desse encontro nasceram mapas que apresentam conversas com imagens de vivências em edições específicas da Bienal do Mercosul: esses mapas se firmaram como os efeitos da pesquisa. O período de pandemia permitiu um mergulho em arquivos digitais antigos, onde foi possível perceber que muitas das imagens selecionadas para o estudo apresentavam resolução bastante inferior com os padrões que estamos habituados hoje, onde nossos celulares são mais potentes que nossas antigas câmeras digitais. Nesse mergulho, registros fotográficos antigos foram sendo selecionados por capturarem o olhar coletivo, trazendo

52 O exercício assim nomeado foi cunhado e compõe parte dos procedimentos de produção de dados na/da pesquisa coordenada pelo segundo autor deste texto junto à Faculdade de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada *Povoamentos entre arte, educação e filosofia em processos de criação em docência e pesquisa* (2019-2024). Tal nomenclatura reporta a Deleuze e Guattari (2011, p. 22), em acordo com sua acepção para a noção de "mapa", como algo que é "conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente", e faz referência também a Deleuze (1999), em seu ensaio *O ato de criação*, onde o autor afirma que só é possível ter ideias vinculadas a um domínio específico. Igualmente, em acordo com Tim Ingold, compreende-se que o artista [professor-pesquisador] "atribui primazia aos processos de formação em relação aos seus produtos finais, e aos fluxos e transformações de materiais em relação aos estados de matéria" (INGOLD, 2015, p. 302).

consigo algumas das sensações vivenciadas, como cicatriz que fica sensível antes da chegada da chuva. Vozes que pairavam nas imagens foram permitindo experimentações com o texto. Vozes que iam surgindo ao permitir que a escrita fosse afetada por essas imagens. Assim, frases, sussurros, gritos e gargalhadas saltaram para fora delas, para desta forma criar um novo arranjo.

Em meio ao caos imposto pela vida pós contingência de emergência sanitária, após dezoito meses de trabalho remoto, foi possível afirmar um outro modo de compor, escrever e ler *com*.

FIGURA 31.3 – Cartografia em imagem-botão. Imagem ao fundo detalhe da obra *Degradês Porto Alegre*, 2005, Lucia Koch, 5ª Bienal do Mercosul, Cais do Porto. Imagem coletiva. 2005



Fonte: Machado (2022)

AMARRAÇÕES POSSÍVEIS

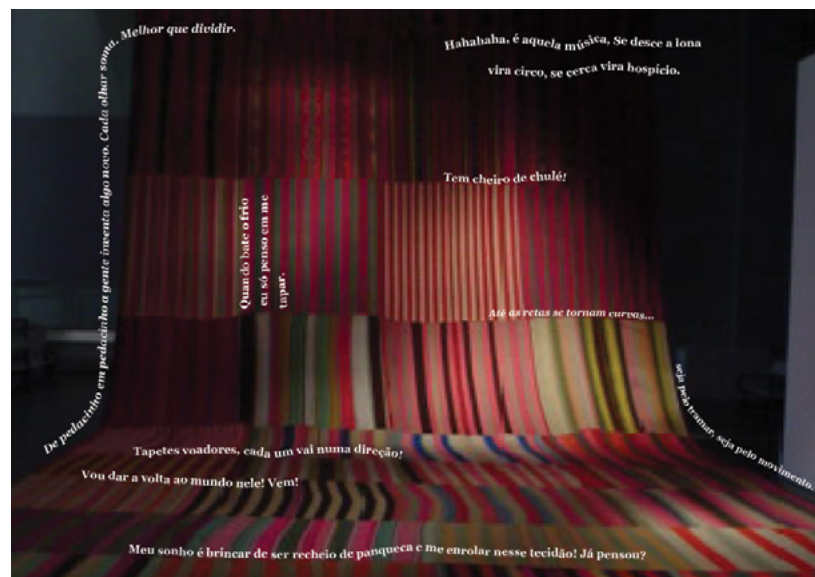
Ao pensarmos nos dispositivos disciplinares que buscam extrair do corpo sua força produtiva a partir do controle de tempo e espaço, e entendendo que o conceito de biopoder foi elaborado para designar algo que busca produzir uma sociedade de corpos não apenas produtivos, mas também úteis e dóceis, percebemos que, a partir de desvios, é concebível buscar novos caminhos em meio a estratégias massificadoras, jogando com elas, procurando por vias que permitam novos arranjos que tenham a força de seguir se espalhando como micélio.

Desta forma, a dissertação tratada neste capítulo se afirmou em uma de suas potenciais fragilidades, a escrita, buscando compor com ela. Isso permitiu nos subjetivarmos inventando formas de resistência enquanto criação ao longo de seu fazer. Nesse sentido, pactuamos que

[...] não se trata de escrever uma pesquisa querendo dar conta de uma realidade apartada do texto, como se ele pudesse ser um retrato realista do material empírico investigado, mas de fazer da própria escrita o laboratório investigativo, na medida que, enquanto é produzido, atravessado por imagens, precipita seu objeto – que nunca se mantém o mesmo –, gera perguntas, convoca leitores e deflagra pensamento. É em si mesmo vida, corpo que pulsa, cicatriz. (MOSSI; OLIVEIRA, 2018, p. 128).

O que importa é o movimento mesmo, o fluxo, a corrente, a torrente de vida que, microscopicamente, molecularmente, mas de forma não menos real, não menos concreta, percorre e atravessa aquela outra metade a que estamos acostumados a ver como mundo 'real'.

FIGURA 31.4 – Cartografia em imagem-botão. Imagem ao fundo detalhe da obra *Marcha por la Vida*, 1992-2003, Gastón Ugalde, 4ª Bienal do Mercosul. Usina do Gasômetro. Imagem coletiva. 2003



Fonte: Machado (2022)

REFERÊNCIAS

- BRITO, M. R.; NETO, M. Blocos de sensações em cruzamentos com a escrita e imagens fotográficas, dilatações, fugas... e... pensamento delirante. *Revista do Difer*, v. 3, n. 6, 2013.
- DELEUZE, G. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** (volume 1). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia (volume 5). Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, 2012.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

INGOLD, T. **Estar vivo**. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

LAPOUJADE, D. **As existências mínimas**. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

LEMO, C. S. L., JÚNIOR, H. R. C.; NASCIMENTO, R. D. S. N. *In*: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (orgs.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MACHADO, I. P. A. **Transbotoamentos nômades**: encontros com o educativo da Bial do Mercosul. 2022. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

MACHADO, L. D.; ALMEIDA, L. P. Notas sobre escrever [n]uma vida. *In*: CALLAI, C.; RIBETTO, A. **Uma escrita acadêmica outra**: ensaios, experiências e invenções. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MOSSI, C. P.; OLIVEIRA, M. O. Variações em torno das pesquisas em educação e arte com imagens. **Leitura**: Teoria & Prática, Campinas, v. 36, n. 72, p. 115-131, 2018.

SILVA, T. T. **A filosofia de Deleuze e o currículo**. Goiânia: Núcleo editorial da FAV-UFG, 2004.

SIMIONATO, M. **Percursos, fragmentos e encontros**: singularidades na docência. 2014. 172 f. Tese de doutorado — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

32

*Éverton Vasconcelos de Almeida
Ferran Sánchez Margalef
Santiago Pich*

EDUCAÇÃO E PLATAFORMAS DIGITAIS:

**FORMAÇÃO DO SUJEITO EMPREENDEDOR
NA ERA DO CAPITALISMO NEOLIBERAL**

INTRODUÇÃO

O mundo tecnológico, centrado nas plataformas digitais, tem tomado uma dimensão de tamanha importância na vida contemporânea, que é complexo fazer um diagnóstico acurado do modo como essa nova instituição do capitalismo neoliberal afeta, captura, tutela, controla e normaliza a vida dos indivíduos e das populações. Aliado a isso, o tempo pandêmico que atravessamos (e ainda estamos a atravessar) alavancou e legitimou a presença das plataformas digitais, massificando-as, possibilitando uma capilarização da presença delas nas nossas vidas, com um alcance quase universal, o que afetou e continua a afetar o modo em que vivemos e os modos em que a(s) subjetividade(s) são produzidas. Por esse motivo, perscrutar o tempo presente é um desafio que nos confronta com os alcances e limites das elaborações teóricas das que dispomos, uma vez que o mundo social, político, econômico e cultural está atravessado por processos cuja emergência e desenvolvimento nos deixam, por vezes, desconcertados.

O momento atual do capitalismo é centrado na lógica das plataformas digitais, o que define novos modos de produção da subjetividade. As *Big Five*, como tem sido chamadas as maiores empresas de tecnologia digital, *Facebook* (hoje *Metaverso*), *Amazon*, *Microsoft*, *Apple* e *Google* (hoje *Alphabet*) (também conhecidas pela sigla GAFAM, formada pela primeira letra de cada palavra) constituem um conglomerado de corporações que aglutina a maior produção de tecnologia do mundo, movimentando cifras exorbitantes e, afetando e moldando a vida de bilhões de indivíduos-consumidores ao redor do mundo.

Plataformas digitais, como infraestruturas computacionais que permitem o desenvolvimento de diferentes sistemas de fluxos de informação entre empresas proprietárias e terceiros, se organizam como um modelo arquitetônico centrado no acúmulo de dados

(HELMOND, 2019). São interfaces técnicas integradas (*Application Programming Interface*, sigla API) através de códigos de programação que configuram canais que possibilitam a circulação e a troca de dados. Helmond (2019) destaca que o conceito de plataforma não envolve apenas uma lógica computacional, ela é uma infraestrutura para a produção de aplicativos. As plataformas digitais também envolvem elementos políticos (ao se caracterizarem como espaços de participação), elementos sociais (por possibilitar a interação entre sujeitos) e elementos econômicos (por envolver estímulos ao consumo de produtos, apropriação e acumulação de dados).

O diagnóstico do presente, portanto, não pode ser dissociado desse processo tecnológico, que nos posiciona em um novo momento do capitalismo neoliberal, que vem sendo designado de diversas maneiras, sendo as mais notórias, capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2020) e capitalismo de plataformas (SRNICEK, 2018). As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) são a condição de possibilidade do desenvolvimento desse processo. As TDIC através de suas expressões em artefatos e dispositivos eletrônicos, estenderam a existência humana para outros níveis, mais profundos do ponto de vista da formação de uma subjetividade pautada na racionalidade técnica, e que operam sistematicamente para servir ao modelo produtivo subordinado ao capitalismo neoliberal (DAR-DOT; LAVAL, 2016), sendo apropriadas por uma lógica de mercado que tornam possíveis a produção de uma subjetividade neoliberal. Por isso, ao longo do texto, assumimos o termo capitalismo neoliberal de plataformas para designar esse estágio da história moderna.

A presença da máquina na vida social passou a constituir um lugar não mais dissociado ou de caráter instrumental com relação ao humano, tornando-se, paradoxalmente, um lugar ontológico na produção daquilo que ainda chamamos de humano, seguindo as reflexões de Lazzarato (2014). Como o autor sugere, pares tradicionais do pensamento moderno como sujeito-objeto, homem-máquina e agente-instrumento são diluídos pelo novo modo de produção

da subjetividade emergente no tempo presente. O humano, nos moldes pensados nos alvares da modernidade, foi totalmente reconfigurado na contemporaneidade.

As corporações de tecnologias digitais expandiram seus campos de atuação, na lógica de plataformação da internet, e hoje atuam nas mais diferentes áreas. Aqui daremos enfoque no campo da educação. Em particular, interessa-nos o processo que tem levado a inserir a racionalidade do capitalismo neoliberal de plataformas no âmbito da educação, e propriamente no território da educação pública. No contexto educacional, é crescente o interesse dessas empresas, com destaque para *Google* e *Microsoft*. A pesquisa *Educação Vigiada*⁵³ (2021) revelou que 79,17% das instituições universitárias brasileiras e 50% das Secretarias de Estado da Educação adotam serviços de e-mail dessas corporações. Esse fenômeno se estende à América do Sul, território no qual, das 448 instituições universitárias pesquisadas, 78,79% adotam serviços dessas empresas. Destaca-se que 63% são contratos com a *Google* e 16% com a *Microsoft*. Tanto na América do Sul como no Brasil, há uma predominância da empresa *Google* (EDUCAÇÃO VIGIADA, 2021). A *Google* oferece seus produtos através de discursos que apelam ao empreendedorismo individual (sujeito empreendedor de si), à gratuidade, à filantropia empresarial e ao otimismo tecnológico, divulgando a ideia de que há uma relação intrínseca entre a adoção de seus produtos e a melhoria da educação, sobretudo a educação pública (ALMEIDA, 2021).

No Estado de Santa Catarina (SC) esse discurso vigorou quando foi firmado um Termo de Parceria⁵⁴ entre a Secretaria de Estado de Educação (SED-SC) e empresas para a adoção dos serviços

53 Disponível em: <https://educacaovigiada.org.br/pt/mapeamento/americadosul/>. Acesso em: 29 jan. 2023

54 Termo de Parceria é um dispositivo jurídico utilizado para a realização de acordos entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

e produtos *Google* no âmbito da educação básica. O projeto *Google for Education*, desenvolvido pela SED-SC, foi objeto de análise de uma pesquisa qualitativa, em nível de doutorado (que serve de base para o presente texto), que tomou a especificidade do referido projeto como particularidade que reúne e expressa um conjunto de relações, e que ilustram as estratégias empregadas pelas corporações de tecnologias digitais e pelas redes públicas de ensino na efetivação de parcerias, acordos e outros mecanismos jurídicos, para desenvolver projetos de integração das TDIC ao currículo.

Os dados empíricos que apresentamos são frutos de Estudo de Caso e a Análise de Conteúdo, concentrando-se na política de integração de TDIC ao currículo da Educação Básica. O estudo de caso possibilitou um aprofundamento no objeto de análise, procurando compreender sua natureza e características, e apresentar um caso representativo de um conjunto de casos análogos (YIN, 2001; MEIRINHOS; OSÓRIO, 2010; SEVERINO, 2007). A pesquisa formou um conjunto de materiais que possibilitaram a constituição de um *corpus* de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011; FRANCO, 2012), metodologia que “assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem” (FRANCO, 2012, p. 13).

Em termos gerais, consideramos que esse processo se materializa de modo categórico no universo do capitalismo de plataformas, o que nos leva a questionar a maneira como esse universo maquínico afeta, molda, captura, e produz modo(s) de vida nesse momento da história. Em suma, interessa-nos discutir os processos nos quais a racionalidade do capitalismo neoliberal de plataformas está a ocupar gradativamente, mas muito rapidamente, todos os interstícios da vida social contemporânea, governando indivíduos e populações, e o modo como, nesse *lócus*, podemos ver emergir uma nova matriz da subjetivação neoliberal, tendo como referência o universo da educação.

NEOLIBERALISMO, BIOPOLÍTICA, DADOS E PLATAFORMAS DIGITAIS

Inerente ao desenvolvimento da modernidade capitalista é o imperativo do progresso. Progresso esse que se dá (e deve se dar) sempre aliado ao par tecnologia-economia. Na lógica neoliberal o mundo assume a “forma empresa” e o sujeito deve ser um “empresário de si mesmo”, aquele que se liga à vida a partir de uma lógica econômica (FOUCAULT, 2008). O neoliberalismo tem em seu cerne a generalização do modelo da empresa como pressuposto de organização da vida dos sujeitos. Fazendo uma analogia com o diagnóstico marxista da forma mercadoria como a forma universal da modernidade capitalista (sem, porém, dizê-lo), Foucault (2008) assinala que a empresa é a forma que se universaliza no neoliberalismo. Empreender, ser empresário de si mesmo é o dever ser do tempo presente, se impõe a todos como um modo de governar a vida. Essa ética do empresariamento radicaliza o *ethos* liberal do indivíduo e sua liberdade como centro, na medida em que as instâncias sociais regulatórias típicas do Estado moderno são corroídas em função do império do Mercado. A subjetividade produzida na lógica do Sujeito S.A. está destinada a concorrer no âmbito do mercado, assumindo o resultado das ações (sucesso e fracasso) como única e exclusiva consequência das escolhas individuais, do seu merecimento (GADELHA, 2013). Meritocracia na sua radicalidade. A vida é algo a ser gerenciado na medida em que o sujeito é produzido enquanto um investidor de si, aquele que gerencia o capital humano de que dispõe, pensando na rentabilidade que pode advir. É central nesse processo a produção da percepção da “livre escolha”, de que os sujeitos escolhem “livremente” dentre as opções disponíveis, ou que criam oportunidades que não estão ao seu dispor.

Empreender torna-se hoje uma palavra central na configuração do discurso neoliberal, fato que se torna exponencial no capitalismo neoliberal de plataformas, assumindo o caráter de quase um

imperativo moral. Foucault (2008), ao analisar a emergência do neoliberalismo, percebeu que essa nova reconfiguração do liberalismo também englobava fazer uma análise do trabalho, não do ponto de vista da produtividade para a empresa, mas da perspectiva de quem trabalha. Assim, o que um sujeito pode produzir no trabalho passa a ser visto como o capital dele mesmo e o ser humano torna-se capital humano. Dessa ótica, todos os esforços humanos passam a ganhar inteligibilidade a partir do cálculo econométrico que deles o sujeito faz, em termos de auferir rentabilidade imediata ou futura. Viver a vida segundo critérios econométricos é o modo hegemônico de produção da subjetividade no contemporâneo.

Contudo, devemos destacar que Foucault não viveu no período em que o neoliberalismo se realiza na lógica do capitalismo neoliberal de plataformas, porém não devemos esquecer que os fundamentos que ele havia analisado permanecem, mas o avanço tecnológico experimentado tornou possível uma radicalização do governo pelo econômico que teria sido impensável no final dos anos 70 e na primeira metade dos anos 80 do século XX. O momento contemporâneo do capitalismo, que é centrado na economia digital, nos compele a realizar *aggiornamentos* teórico-metodológicos para poder contar com ferramentas analíticas adequadas para fazer um diagnóstico do presente, uma ontologia do presente, e poder situar nossa relação com ele, conforme o entendimento de Foucault (2018a) acerca da tarefa do pensamento e do pensador.

O trabalho de Bernd Schultz (1987) e o seu clássico *Investindo no povo*, traz um exemplo simples, porém elucidativo e muito presente na vida contemporânea: quando hoje se faz um curso com vistas a qualificar a formação, o valor pago deixa de ser chamado “inscrição” ou “custo”, para ser chamado de “investimento”. Investimento em quem? Em si mesmo, no aumento do capital humano que o sujeito acumulou para com ele negociar no “mercado” de trabalho, lugar em que irá transacionar o quanto pode valer o capital de que dispõe. Desse modo, a governamentalidade neoliberal se realiza pelo

econômico. Ciência, tecnologia e educação são elementos que conformam um conjunto de saberes que devem ser alcançados como investimento, como forma de obter algum retorno produtivo. Como analisam Dardot e Laval (2016, p. 333) “precisamente, a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular a maneira como um homem é ‘governado’ à maneira como ele próprio ‘se governa’”.

Complementar ao que dizemos acima, é a noção de concorrência, pois ao se dispensar ações de combate aos seus efeitos, ataca-se fortemente os elementos que a impedem de existir. O investimento neoliberal concentra-se no sujeito de interesse, na produção de subjetividades que servem à concorrência e que naturalizam a auto responsabilização pelos eventuais fracassos, ou seja, leva “os sujeitos a não se verem mais como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, mas como operadores de performance, otimizadores de marcadores não problematizados” (SAFATLE; SILVA JÚNIOR; DUNKER, 2021, p. 25).

E esse sujeito de interesse concorrencial se desenvolve a partir de uma governamentalidade que atua no ambiente, favorecendo um ecossistema de concorrência. “A intervenção governamental deverá focar, sobretudo, o ambiente e tudo o que nele existe como variável ambiental para produção de comportamentos econômicos” (AVELINO, 2016, p. 270). A liberdade converte-se em coação e auto exploração. O sujeito neoliberal desdobra a coação na forma de desempenho, auto otimização e auto exploração, na qual a própria ideia de liberdade converte-se em oportunidade de produzir coações sobre si mesmo para melhorar o seu desempenho.

O sujeito neoliberal é conduzido pela lógica de responsabilização sobre suas próprias ações. Os processos de subjetivação para uma condução neoliberal da vida são frutos de trabalhos éticos e políticos que se desenvolvem, em diferentes áreas da sociedade, entre elas, a educação. O bom desempenho surge da melhor aplicação de uma racionalidade econômica onde o que vale é a

“capacidade de cálculo dos sujeitos para fazer escolhas e alcançar resultados estabelecidos como condições de acesso a certo bem-estar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 230). Conforme os autores:

Esse trabalho político e ético de responsabilização está associado a numerosas formas de “privatização” da conduta, já que a vida se apresenta somente como resultado de escolhas individuais. O obeso, o delinquente ou o mau aluno são responsáveis por sua sorte. A doença, o desemprego, a pobreza, o fracasso escolar e a exclusão são vistos como consequência de cálculos errados. A problemática da saúde, da educação, do emprego e da velhice confluem numa visão contábil do capital que cada indivíduo acumularia e geraria ao longo da vida. As dificuldades da existência, a desgraça, a doença e a miséria são fracassos dessa gestão, por falta de previsão, prudência, seguro contra riscos. Daí o trabalho “pedagógico” que se deve fazer para que cada indivíduo se considere detentor de um “capital humano” que ele deve fazer frutificar, daí a instauração de dispositivos que são destinados a “ativar” os indivíduos, obrigando-os a cuidar de si mesmos, educar-se, encontrar um emprego. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 230)

Essa é a tarefa que assume as plataformas digitais, na medida em que todas as dimensões da vida humana passam a ser atravessadas por essa perspectiva. O trabalho é realizado por aplicativos, a educação se realiza cada vez mais a distância, as consultas médicas são remotas, assim como as compras e vendas, enfim, a vida é tratada como um objeto a ser transacionado nas escolhas virtuais que fazemos permanentemente (e que permanentemente *devemos fazer*). A vida centrada nas plataformas digitais está alicerçada em uma relação informacional constante, exaustiva, de entrega e coleta de dados a serem minerados pelas empresas, bem como pelo cálculo de rentabilidade que é possível auferir (em tese) com as ações desenvolvidas, assumindo como sendo de responsabilidade individual o resultado das “livres escolhas” realizadas.

QUATRO ASPECTOS DO CAPITALISMO NEOLIBERAL DE PLATAFORMAS

A quase onipresença de aplicativos e *websites* para realizarmos as nossas atividades do dia-a-dia, equivale-se com a onisciência das plataformas digitais, vinculadas sobre a quase totalidade das atividades que realizamos diariamente, revelamos tudo sobre nossos interesses, planos, desejos, gostos e desgostos. Do mesmo modo, o trabalho se realiza cada vez mais de modo digital, seja pelo trabalho remoto ou pelo exponencial crescimento do contingente de trabalhadores “uberizados”, isto é, que utilizam um aplicativo como mediador da produção da sua renda.⁵⁵ Assim, temos o caso das empresas *Uber*, de *IFood*, *Rappi*, *99*, etc. A lista é infundável e cresce vertiginosamente. Porém, o que nos interessa desse modo de relação com o trabalho é o que nos permite depreender para o argumento que estamos elaborando, o modo como no capitalismo neoliberal de plataformas reorganiza a relação do sujeito com o trabalho, e como emerge a produção de capital humano. Destacamos quatro aspectos que consideramos cruciais: 1) relações totalmente impessoais e desreguladas de trabalho; 2) Evanescência, impermanência, imediatividade e concorrência; 3) Centralidade da máquina eletrônica e da conexão permanente às redes virtuais; 4) exacerbado otimismo tecnológico.

O primeiro aspecto nos permite pensar que a emergência desse novo modo de organização do universo produtivo são as relações de trabalho. Diferentemente do mundo do trabalho não-digital, na contemporaneidade os sujeitos não são mais empregados, mas usuários de aplicativos que lhes permitem auferir uma renda,

55

Sabemos que o capitalismo de plataformas produz diversas formas de trabalho, porém focamos para os fins deste texto o trabalho por aplicativo, por entendermos que nele se observam de modo mais nítido as características do desenvolvimento da relação dos indivíduos com o mundo do trabalho no tempo presente.

fruto das suas escolhas individuais. A lógica do empreendedorismo está situada no universo dos aplicativos de serviços como uma âncora fundamental. O sujeito passa a ser levado a se conduzir como alguém que tem de fazer cálculos de rentabilidade sobre o tempo e os recursos disponíveis para maximizar seus ganhos, sem contudo, poder esperar qualquer respaldo, nem com relação à renda, nem com relação à seguridade social da empresa da qual são trabalhadores. Por esse motivo, os sujeitos são conduzidos a ter que permanentemente se sentirem desamparados e procurarem se situar como aqueles que, de modo constante, tem de estar à procura de garantir a sua subsistência, a reprodução da vida, uma vez que essa condição é de inteira responsabilidade individual e derivada do mérito individual. Uma vida em permanente estado de insegurança. Além disso, os trabalhadores de aplicativo carecem de qualquer lógica associativa (como sindicatos) que permita fazer frente às relações às quais são expostos, levando-os a uma hiper-individualização da sua relação com o mundo do trabalho e com as empresas para as quais trabalham (JORGE, *et al.*, 2021).

Evanescência, impermanência, imediaticidade e concorrência. O trabalho por aplicativo leva os indivíduos a estarem em permanente estado de alerta, porque as oportunidades de obter um ganho são sempre instáveis e evanescentes. A não resposta rápida a uma oportunidade de fazer uma corrida, por exemplo, pode levar à perda dessa oportunidade, bem como a, caso a resposta não imediata ou, pior, a recusa, pode levar à perda de oportunidades futuras, pelo não aparecimento para esses indivíduos de novas oportunidades de serviço, como uma forma de punição que é aplicada pelas plataformas (JORGE *et al.*, 2021). A resposta precisa ser rápida, porém, também é calculada em termos de ganhos possíveis, e situada na lógica da concorrência com outros trabalhadores que, por operarem de modo virtual, são também concorrentes anônimos. As empresas realizam comparações e hierarquizações dos trabalhadores o que resulta em prêmios e castigos, sem que os indivíduos tenham qualquer noção

sobre a maneira como se encontram na hierarquia empresarial. Estado permanente de concorrência e de angústia crescente.

O terceiro aspecto para o que chamamos a atenção é a centralidade da máquina eletrônica e da conexão permanente às redes virtuais. O capitalismo neoliberal de plataformas, conforme assinalamos na introdução, situa de um outro modo a relação entre o ser humano e a máquina. Para a discussão do terceiro aspecto consideramos pertinentes algumas ferramentas teóricas do pensador italiano Maurizio Lazzarato. Para ele o elemento central do capitalismo é uma ontologia maquínica que produz os modos de vida e agenciamentos da subjetividade, ontologia essa que nos afeta e nos situa fora da lógica logocêntrica. Esse caráter não logocêntrico da ontologia contemporânea nos confronta com a necessidade de procurar novas chaves interpretativas para fazer um diagnóstico do presente que se queira acurado, uma vez que as teorias das quais dispomos (inclusive aquelas produzidas no movimento do giro linguístico) estão marcadas pela lógica do sentido, herança da tradição logocêntrica, que não permitem o acesso aos dispositivos maquínicos (LAZZARATO, 2006).

A ontologia maquínica tem nas semióticas a-significantes um operador central. Nessas semióticas o sujeito e a consciência deixam de ter um papel central, constitutivo. Os signos deixam de ter relação com um referente, como na semiologia significacional, para serem "signos de poder" ou "pontos-signos" que não tem função representacional, mas se relacionam com a exploração da força de trabalho, da natureza e da sociedade. Segundo Lazzarato (2014, p. 76): "eles são signos de poder porque, em vez de representar algo, eles antecipam, criam e moldam qualquer coisa. Signos de poder constituem uma economia de possíveis". Os pontos-signos operam de modo dual, por um lado continuam a trabalhar com as funções tradicionais de denotação e significação, apesar de que seja de maneira deteriorada, e, por outro lado, eles intervêm em processos materiais, que não são acessíveis a tais funções. Exemplo disso são

os microchips que operam por um fluxo de polaridades de óxido de ferro convertidas em números binários, e que trabalham por processos de *input* e *output*, nos quais a denotação e significação ficam à margem. "Fluxos de signos mobilizam fluxos reais, dando ordens e produzindo uma mudança nas condições" (LAZZARATO, 2014, p. 76). O mundo da máquina, que faz tandem com as semióticas a-significantes, implica na eliminação da fronteira entre sujeito e objeto, ser humano e máquina. "Em um mundo maquinocêntrico, para falar, ver cheirar e agir, fazemos corpo com as máquinas e as semióticas a-significantes" (LAZZARATO, 2014, p. 78). A lógica maquínica implica estar constantemente "conectado", estar *on-line* equivale-se com estar vivo. A morte equivale-se com o estado *off-line*. Na medida em que se cria uma dependência da vida *on-line* estão dadas as condições para que a conduta do indivíduo e das populações seja cada vez mais governável pelas plataformas digitais. Portanto, não é possível pensar a subjetivação humana no tempo presente, fora das condições de produção de formas de vida que a máquina produz. Importa assinalar que aí reside um componente fundamental do capitalismo neoliberal contemporâneo. Consideramos que essas reflexões nos levam a questionarmos até que ponto o ser que ainda chamamos de humano, é coerente com essa denominação. Por esse motivo entendemos que é potente um diálogo, mesmo que preliminar, com as reflexões acerca do transumanismo como exemplo claro da aposta na integração entre o material e o intangível, entre o imanente e o transcendente, entre o real e o virtual. A aposta transumanista se encarregará de dar uma outra reviravolta ao sujeito performativo, dotando o ser humano de uma máquina conectada com redes virtuais e todo tipo de aparatos tecnológicos.

O quarto aspecto é o exacerbado otimismo tecnológico, onde a aparente gratuidade de acesso aos produtos das corporações de tecnologias digitais (o trabalhador necessita dispor de *smartphone* e um plano de dados móveis para acessar a internet e consequentemente os produtos) mascaram um amplo processo de dominação,

sujeição e fidelização de usuários ao capitalismo neoliberal de plataformas. Segundo Morozov (2018), esse processo necessita apoiar-se no “solucionismo como conto de fadas” que assegura que “a magia da tecnologia naturalmente permearia todos os aspectos da nossa existência” (MOROZOV, 2018, p. 44). Esse otimismo tecnológico guarda relações com o que Andrew Feenberg (2013; 2018) aponta, na Filosofia da Tecnologia, como perspectiva instrumentalista. As tecnologias são vistas como neutras e humanamente controladas, fortemente marcadas pela fé liberal no progresso (visão-padrão da modernidade) e consideradas, *a priori*, destituídas de valores intrínsecos (sociais, políticos e econômicos), dissimulando o (bio)poder do extrativismo de dados por meio das plataformas digitais (a saber: vigilância, captura, análise e predição).

FRONTEIRAS ENTRE O MATERIAL E O DIGITAL

Neste ponto, é imprescindível fazermos uma diferenciação entre técnica e tecnologia. Embora ambas sejam produções culturais, elas se diferenciam, uma vez que a tecnologia facilitou a existência dos seres humanos, na medida em que auxiliou a intervir no mundo físico e tangível, permitindo criar um mundo novo, claramente digital e paralelo à realidade material. Embora encontremos exemplos históricos recorrentes, em que a técnica foi utilizada desde as primeiras fases do processo de hominização, o surgimento da tecnologia tem sido um fenômeno que vem transformando muitas esferas da realidade humana (economia, política, educação, etc.), e também aspira, em algum momento, moldar o ser humano. “A substituição do biológico pelo artificial significa que estamos nos redesenhando. Nesta imbricação que define o ser humano como síntese da natureza e da cultura, a cultura acabará por triunfar sobre a natureza,

mas apenas uma filha da cultura: a tecnologia” (SANLÉS OLIVARES, 2019, p. 35). A dissolução das fronteiras entre o mundo material - aquele transformado pela tecnologia - e o virtual - aquele criado a partir da tecnologia -, hoje interligados, será um dos grandes desafios, também a nível educativo, que a humanidade terá que enfrentar nas próximas décadas.

Além disso, como já se sabe, o homem é um animal de natureza variada, multiforme e mutável (DELLA MIRANDOLA, 2009). Devemos ter presente que a nossa espécie soube adaptar-se aos desafios díspares, consequência dos diferentes cenários, tanto a nível espacial como temporal, com os quais teve de lidar, transformando o meio através da técnica para adequá-lo ao sujeito (ORTEGA, 1939). Não obstante, o ritmo frenético e acelerado que os aparatos tecnológicos impuseram ao nosso mundo, no qual constantemente surgem novas inovações, aplicativos e programas para enfrentar a crescente complexidade, exige uma adaptabilidade para a qual o ser humano não está biologicamente preparado.

Segundo autores como Bostrom (2003), Sloterdijk (2000), More (1990) e Kurzweil (2015), que partilham da mesma sensibilidade embora de diferentes posições, abre-se diante de nós uma encruzilhada em que o ser humano deve decidir, ou então ficar de fora da sociedade tecnocêntrica que se vai configurando – retirar o homem do centro do cosmos para situar a tecnologia, ou optar por uma evolução tecnológica capaz de proporcionar saltos qualitativos fora do alcance de um legado genético não manipulado. Como disse Musk, o ciborgue é a última esperança para sobreviver à crescente ascensão da Inteligência Artificial (CLARK, 2017).

É aqui que deve ser apontado o termo transumanismo, que ainda é a aposta da sociedade pós-moderna em encontrar materialmente a transcendência por meio da incorporação da tecnologia à biologia humana. Conforme definido por More (1990, p. 1):

O transumanismo é uma classe de filosofias que buscam nos guiar para uma condição pós-humana. O transumanismo compartilha muitos elementos do humanismo, incluindo o respeito pela razão e pela ciência, um compromisso com o progresso e uma apreciação da existência humana (ou transumana) nesta vida. [...] O transumanismo difere do humanismo por reconhecer e antecipar as alterações radicais na natureza e as possibilidades de nossas vidas resultantes de várias ciências e tecnologias

Harris (2010) equipara os propósitos da educação com o transumanismo ao apontar que a melhoria do ser humano é o propósito que ambos perseguem, embora a educação parta da herança genética e o transumanismo lute para transformar essa herança. Ainda que possa parecer um tanto prematuro, diferentes multinacionais estão investindo bilhões para implementar a lógica transumanista e, portanto, redesenhar a condição humana como a conhecemos hoje. Um bom exemplo encontra-se na empresa Calico, apoiada pela *Google*, que procura combater o envelhecimento (DIÉGUEZ, 2019). A aposta é clara, embora até agora se tenha tentado melhorar o ser humano por meio de mecanismos educacionais, o transumanismo o fará por meio de processos tecnológicos:

se o objetivo de melhorar a inteligência, aumentar nossas competências e habilidades e alcançar um melhor estado de saúde é algo que poderíamos tentar produzir por meio da educação [...] não devemos produzir essas metas, já que podemos fazê-lo com segurança, por meio de tecnologias. (HARRIS, 2010, p. 2)

Do mesmo modo, não se pode ignorar uma certa intrusão de agentes privados no campo educacional e uma concepção sistemática e empresarial da prática pedagógica. Por isso se observa que os valores mercantilistas, que têm peso primordial no setor empresarial, que vinculam o aprendizado aos resultados e a ação ao lucro, também gozam de popularidade na sociedade pós-moderna. Desta forma, podemos apreciar, também nas salas de aula, como:

Este enriquecimento do trabalho de todos é o fundamento da flexibilidade e adaptabilidade da empresa [escola] às constantes mudanças. A eficiência produtiva no contexto do novo padrão tecnológico não pode ser medida em termos simples de tempo de trabalho devido à exigência de iniciativa e criatividade nos processos de melhoria contínua. Esta exigência está na origem de uma tendência para a reintegração do trabalho mental e manual que está a alterar a forma como os recursos humanos se relacionam com o processo produtivo no novo paradigma organizacional (PÉREZ, 1991, p. 15-16).

O transumanismo enquadra-se perfeitamente na lógica neoliberal, mercantilista, do auto emprego, do capital humano, da eficiência e eficácia (SANDEL, 2015), pois se apresenta como “uma filosofia da moda; a utopia do momento. Alguns chegam a considerá-la a cosmovisão própria da era pós-moderna, dominada pelo culto à tecnologia; a única grande história possível depois do descrédito em que caíram todas as outras” (DIÉGUEZ, 2017, p. 20). Uma nova visão de mundo, produto do neoliberalismo, capaz de adaptar o ser humano às exigências da tecnologia e do mercado. Assim, se em épocas anteriores a moral esteve subordinada à ideologia ou à religião, na nossa época ela está dominada, principalmente, pela economia de mercado e pela ciência e tecnologia nas mãos de empresas privadas.

Evidentemente que não tomamos essas indicações como sentenças que marcam um destino obrigatório, mas sim como questões que precisam ser problematizadas. Porém não devemos fazê-lo nem desde perspectivas apologéticas, nem tampouco de ordem catastróficas. Consideramos que é negativo olhar para o futuro a partir de visões romantizadas e idealizadas de um passado mitificado no qual a tecnologia não tinha o espaço na vida humana que ocupa hoje, assim como também o é assumir uma postura salvacionista, que veja nas novas tecnologias de comunicação e na biotecnologia a panaceia para resolver as mazelas da humanidade. Problematizar o presente com base na centralidade da tecnologia na nossa vida, nos permite pensá-la também para além do modo de operar delas e com elas que nos é apresentada, que é postulado como o único possível.

GOOGLE FOR EDUCATION COMO ESTRATÉGIA NEOLIBERAL: O CASO DE SANTA CATARINA

Situado o cenário econômico e político atual, no qual as plataformas digitais atuam no sentido de desenvolver as transformações neoliberais que apontamos acima, apresentamos a seguir o projeto *Google for Education* como um exemplo da estratégia neoliberal de formação do sujeito empreendedor no campo da educação. Pesquisas como a *Educação Viglada*, nos revelam dados alarmantes sobre a rápida expansão das *big techs* no setor educacional no Brasil e na América Latina. Mas, como se dá esse processo de entrada das empresas nas instituições escolares? Aqui apresentaremos o caso de Santa Catarina.

No ano de 2016, o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação (SED-SC) anunciou a realização de um projeto, denominado *Google for Education* (GfE), que se constituiu na contratação de produtos e serviços de tecnologias digitais fornecidos pela empresa *Google*. Com enfoque no currículo escolar, os produtos foram disponibilizados aos estudantes e professores da rede pública através da plataforma *G Suite for Education*, com ênfase em suas ferramentas - denominadas à época de "ferramentas de produtividade", consistindo em editores de textos e imagens (docs, planilhas, slides etc.) - e uma ferramenta de gestão de sala de aula denominada *Google Classroom*. Plataformas como essa, "oferecem às instituições de ensino do país uma suíte de aplicativos educacionais e espaço de armazenamento de dados em seus data centers" (SARAIVA; CRUZ, 2020, p. 9). Os governos, então, transferem seus serviços de comunicação eletrônica (e-mail institucionais) aos centros de armazenamento de dados dessas empresas, que acumulam poder informacional sobre as populações. Conforme Zuboff (2018, p. 57):

As capacidades da *Google* nessa arena, tendo desenvolvido e atraído lucros históricos, levaram à produção de práticas sucessivamente ambiciosas que expandiram a lente dos dados do comportamento virtual passado para o comportamento real futuro. Novas oportunidades de monetização estão assim associadas a uma nova arquitetura global de captura e análise de dados que produz recompensas e punições destinadas a modificar e transformar em mercadoria o comportamento visando à obtenção de lucro.

Para a consecução do projeto, foram identificadas um conjunto de empresas e organizações da sociedade civil, que participaram de diferentes modos. Através de um Termo de Parceria, a SED-SC contratou a empresa Qi Network Soluções Tecnológicas, que se apresentava em seu site oficial como uma parceria das iniciativas *Google* no Brasil, sendo "uma das primeiras companhias do país a conquistar tal certificação de *Premier Partner Google Cloud*" em 2015 (QI NETWORK, 2017). Aqui, se observa como a lógica do capitalismo neoliberal de plataformas opera. A empresa *Google* desenvolveu toda uma estrutura plataformizada de certificação de empresas (como a Qi Network) que se habilitam a representá-la em ambientes locais, assim como há também plataformas digitais de certificação de professores, que após realizarem alguns itinerários formativos, obtêm certificação em níveis (níveis 1 e 2, *Trainer* e *Inovator*). No website da empresa sobre a certificação a divulgação informa: "Lidere e treine outros educadores usando seu conhecimento nas ferramentas do *Google*" (GOOGLE, 2023). Ela denomina esse sujeito que empreende na autoformação como um *Google Educator*.

Assim, empresas de tecnologias digitais utilizam-se de representantes locais para se aproximarem de setores estratégicos para o/do Estado, como é o caso da educação, através de outras empresas e sujeitos (comumente indicados por essas empresas locais) que influenciam as decisões políticas, no sentido de estimular o que Dardot e Laval (2016, p. 191) nomearam por estratégia neoliberal, ou seja,

“o conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos”.

Para contextualizar o cenário educacional do estudo sobre o Projeto *Google for education* em Santa Catarina, destaca-se a forte influência de organismos multilaterais na educação pública catarinense. Desde de 2010, quando a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizou uma avaliação geral do sistema educacional de Santa Catarina, com o apoio financeiro do Governo do Estado e da Fundação Europeia de Formação, a educação catarinense passou a ser orientada, de modo mais relevante, por políticas neoliberais (ALMEIDA, 2021).

Como resultado, foi publicado o relatório “Avaliações de políticas nacionais de educação: Estado de Santa Catarina” (OCDE, 2010). A OCDE também publicou o documento “Inspirados pela tecnologia, norteados pela pedagogia: uma abordagem sistêmica das inovações educacionais de base tecnológica” (OCDE; CERI, 2010), fruto da conferência “A Escola do Futuro, hoje”, realizado na cidade de Florianópolis-SC em 2009. São documentos norteadores, que dão enfoque na ideia de que “o capital humano está no coração do processo de inovação” (OCDE; CERI, 2010, p. 3), e a educação básica deve “alimentar entre os estudantes o raciocínio/atitude criativos, inovadores e empreendedores” (OCDE, 2010, p. 222), tendo a tecnologia como condição de possibilidade para tais resultados.

Esses documentos indicaram uma mudança na perspectiva curricular desenvolvida nas décadas anteriores pela Proposta Curricular de Santa Catarina (1998), que eram orientadas por uma perspectiva materialista histórica, de base vygotskyana, na qual a ênfase não se encontrava na tecnologia, mas na dimensão do ensino-aprendizagem, na valorização do profissional da educação, das relações sociais e do enfrentamento das desigualdades. As mudanças de

concepções e conceitos sobre a relação currículo e tecnologia se desenvolveram a partir da propagação da ideia de “inovação tecnológica” como promotora da melhoria da educação pública, agora voltada ao empreendedorismo. As plataformas digitais, portanto, passaram a ocupar papel de destaque, numa perspectiva equivocada de que elas seriam as redentoras do sistema educacional público.

A partir da análise dos documentos, Almeida (2021) demonstrou a participação estratégica de setores empresariais e da sociedade civil que atuaram fortemente no sentido de influenciar o governo a adotar políticas de integração de TDIC ao currículo. Uma das estratégias empregadas foi a publicação de documentos de orientação locais da política, embasadas por publicações da OCDE (2010), UNESCO (2014; 2017) e do Banco Mundial (2017), servindo como norteadores internacionais da política local.

A produção de documentos locais, como o Plano Estadual de Inovação e Tecnologia Educacional de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2017) também se embasou em publicações de documentos nacionais desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED, 2016) em parceria com o Centro de Inovação da Educação Brasileira (CIEB), que atuou fortemente no desenvolvimento do Programa de Inovação Educação Conectada, desenvolvido pelo Ministério da Educação do governo de Michel Temer.

Observa-se que o caso de Santa Catarina não se apresentou de forma isolada, uma vez que é do mesmo período histórico a implementação de políticas notadamente neoliberais como a Base Nacional Comum Curricular - que trouxe as tecnologias e o empreendedorismo como fármaco amargo para remediar problemas estruturais da educação pública brasileira - e a implementação do Novo Ensino Médio - que fragmentou o currículo escolar para inserir o empreendedorismo como elemento chave do currículo desta etapa.

O que se expôs foi a uma simbiose de organismos multilaterais, organizações da sociedade civil financiadas por empresas privadas e o setor público, produzindo e reproduzindo políticas voltadas à adoção de tecnologias digitais das empresas GAFAM na educação pública, direcionando e dividindo ações de governo orientadas para o favorecimento da adoção dos produtos da empresa *Google* em Santa Catarina.

Uma vez que os serviços de comunicação estatais aderem às plataformas digitais, amplia-se o campo de formação do sujeito neoliberal. A acumulação de dados e a circulação de informação converteram-se em uma nova política econômica no capitalismo neoliberal, em que as *big techs*, empresas que compõem o GAFAM, detêm um domínio imperial sobre os dados das populações. “De forma voluntária ou involuntária, não há quase nada que façamos hoje usando um dispositivo computacional que não passe por servidores e serviços dessas empresas” (AMIEL; GONSALES, 2020, p. 6).

Através de palavras como “inovação”, “colaboração”, “acompanhamento processual”, “transparência” e outras, as *big techs* buscam desenvolver influência, no sentido de potencializar uma formação voltada para o mercado, para a racionalidade empresarial, que culmina na formação do sujeito empreendedor. Entre essas ações, Zuboff (2018) destaca as metodologias de aperfeiçoamento que se realizam continuamente, as fusões empresariais, o monitoramento do trabalho e dos funcionários, estratégias globais de controle, formação continuada de equipes, informações sobre clientes, cadeias produtivas, fornecedores, marketing e outras ações formais. Há também ações informais como fluxos de mensagens, buscas por informações na web, atividades realizadas por meio de smartphones, usos de aplicativos, leitura de textos (*papers* e outros), videoconferências, usos interativos em redes sociais e etc.

É possível identificar todo esse contexto como uma estratégia neoliberal, a qual os projetos de integração de TDIC ao currículo,

como é o Projeto *Google for Education*, induzem à contratação de bens e serviços do setor privado. Não foram apenas recursos aparentes como internet e dispositivos eletrônicos para acesso à internet que foram disponibilizados, mas toda uma racionalidade empresarial aplicada para a gestão de dados digitais, formação de professores e recursos educacionais. Desse modo, uma série de outros produtos digitais se ligam à busca pela integração de TDIC ao currículo, tais como vídeos, textos, livros digitais e outros, abrindo espaço para novos acordos e parcerias com a iniciativa privada, no sentido de produção de outras plataformas de controle e vigilância do trabalho docente e do currículo escolar.

Conforme os dados presentes em relatório elaborado pelo Ministério Público Estadual de Santa Catarina (MPE-SC, 2016), foram contratadas 700 mil contas da plataforma *Google*. Para a criação de um sistema de automação de gestão destas contas, a SED-SC celebrou o contrato de prestação de serviços n. 76/2016 com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC) cujo o item 5.1 estabeleceu:

5.1 - O valor estimado da contratação é de R\$ 28.000 (vinte e oito mil reais) mensais, irrealizáveis. O valor mensal será por demanda, variável e determinado pelo número de contas de correio ativas multiplicado pelo valor unitário de: R\$ 0,05 (cinco centavos) até 500 mil contas contratadas e R\$ 0,04 (quatro centavos) a partir de 501 mil contas cadastradas. Os valores descritos consideram a gestão mínima de 200.000 (duzentas mil contas) A quantidade máxima de gerenciamento é de 700.000 (setecentas mil contas).

Os valores acima demonstram que os custos para o desenvolvimento do projeto são baixos, dada a abrangência de usuários alcançados, e a abrangência de dados capturados. Em um contexto de complexidades, o modelo escolar vigente em Santa Catarina, nos faz considerar que a integração de TDIC ao currículo da Educação Básica é um campo em disputa constante, permeado de

inúmeros desafios que se impõem como resistência, dadas as dificuldades de acesso à infraestrutura tecnológica pelas instituições escolares, as desigualdades sociais de acesso às tecnologias pelos indivíduos, questões de formação de professores, questões de currículo e tantos outros problemas que se apresentam como limites do real para o projeto das grandes corporações do capitalismo neoliberal de plataformas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada dessas corporações no campo educacional revela o interesse em mercantilizar dados e meta dados educacionais, fidelizar usuários e governos, formar o sujeito empreendedor através do escrutínio de dados e predições de comportamento.

São essas empresas, como a própria *Google*, que estão conseguindo impor um modelo social em que a tecnologia, além de desejável, é entendida como essencial. Para isso, dispõem de todo o tipo de acessórios e aparatos tecnológicos que requerem a sua implementação, propagando a ideia de que elas, necessariamente, produzem um correto desenvolvimento da maioria das profissões. Por isso, ter uma ótima formação tecnológica surge como um dos principais objetivos da educação contemporânea. Para que o sujeito transumano seja aceito e torne-se uma realidade em termos sociais, é necessário previamente criar um imaginário de aceitação geral no que diz respeito à tecnologia e, claro, à educação. Obrigatória para os jovens de diferentes lugares do mundo, a educação se apresenta, portanto, como uma oportunidade para essas empresas ampliarem suas influências.

Não devemos perder de vista que a motivação dessas empresas é mercantilista e, os benefícios oferecidos em matéria de formação ficarão subordinados à rentabilidade do produto tecnológico

em questão. Além disso, como esclarece Panikkar (1991), também devemos entender a tecnologia como conhecimento do poder. Dessa forma, temos que entender que o sujeito performativo-empendedor imerso em uma lógica computacional, capaz de acumular e processar dados, também será um sujeito passível de monitoramento. Embora, até agora, os mecanismos de controle social tenham que ser estabelecidos a partir de padrões externos ao indivíduo, o transumanismo abrirá a porta para controlar o sujeito a partir de sua própria interioridade e privacidade.

Consideramos que parcerias como as realizadas entre a SED-SC e a *Google* tem como intenção o desenvolvimento de estratégias neoliberais para a educação pública, colocando em prática as artes de governar a população (FOUCAULT, 2008; 2018b), a partir do escrutínio e controle dos fenômenos correspondentes à população, por meio de coleta de dados, análise preditiva e governamentalidade algorítmica, sendo as tecnologias digitais ferramentas de vigilância e controle que atuam de modo subjetivo. Com as tecnologias digitais no horizonte dessa reflexão, traçamos algumas linhas para identificar o que Foucault chamou de governamentalidade neoliberal, para em seguida problematizar o papel das tecnologias digitais como tecnologias de governo da população. Projetos como o *Google for Education* constituem-se em mecanismos de escrutínio da população e servem potencialmente para estratégias de políticas neoliberais na educação pública. Pensar em outros possíveis para a formação humana com as tecnologias de comunicação e informação é o desafio que se impõe ao fazer o diagnóstico do presente, do qual aqui intencionamos traçar alguns contornos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, É. V. "**Quando você se torna um educador Google**": integração de tecnologias digitais ao currículo da Educação Básica como estratégia neoliberal. 2021.

Tese de Doutorado — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PEED1607-T.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

AMIEL, T.; GONSALES, P. Apresentação - Educação, Dados e Plataformas - análise descritiva dos termos de uso dos serviços educacionais Google e Microsoft. *In*: LIMA, S. (ed.). **Educação, Dados e Plataformas** - análise descritiva dos termos de uso dos serviços educacionais Google e Microsoft. São Paulo: Iniciativa Educação Aberta, 2020. Disponível em: <https://www.aberta.org.br>. Acesso em: 15 nov. 2020.

AVELINO, N. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 21, p. 227-284, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2413>. Acesso em: 26 set. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo** - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil. Washington, D.C.: [s. n.], 2017. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOSTROM, N. What is Transhumanism. *In*: ADAMS, F. (ed.). **Ethical Issues for the 21st Century**. Charlottesville: Philosophical Documentation Center Press, 2003. p. 3-14.

CLARK, L. Why Elon Musk's transhumanism claims may not be that far-fetched. **Wired**, Reino Unido, 15 fev. 2017. Disponível em: <https://www.wired.co.uk/article/elon-musk-humans-must-become-cyborgs>. Acesso em: 29 jun. 2017.

CONSED. Política Nacional de Inovação e Tecnologia Educacional (2017-2021). **GT de Tecnologia CONSED e CIEB**, nov. 2016. Disponível em: <http://www.consed.org.br/media/download/5adf3c4e10120.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELLA MIRANDOLA, G. P. Oratio de hominis dignitate. **Historia 1 Imagen**, Chile, 2009. Disponível em: <https://historialimagen.files.wordpress.com/2009/08/discurso-sobre-la-dignidad-del-hombre.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

DIÉGUEZ, A. ¿Podremos vencer a la muerte? **Pasajes**, v. 57, p. 6-17, 2019.

DIÉGUEZ, A. **Transhumanismo**. La búsqueda del mejoramiento humano. Barcelona: Herder, 2017.

EDUCAÇÃO VIGIADA. **Educação Vigida** – Educação, privacidade e direitos digitais. Belém, 2021. Disponível em: <https://educacaovigiada.org.br/>. Acesso em: 5 fev. 2021

FEENBERG, A. O que é a Filosofia da Tecnologia? *In*: NEDER, R. T. (ed.). **Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. 2. ed. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2013.

FEENBERG, A. **Tecnologia, Modernidade e Democracia**. Portugal: Inovatec, 2018.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **¿Qué es la crítica?** Buenos Airesm: Siglo Veintiuno, 2018a.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Líber Livro, 2012.

GADELHA, S. Empresariamiento de la sociedad y el gobierno de la infancia pobre. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, n. 65, p. 233-256, 2013. Disponível em <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RCE/article/view/2189>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GOOGLE. **Professional expertise | Teacher Center**. [S. l.], 2023. Disponível em: https://edu.google.com/intl/ALL_br/for-educators/certification-programs/professional-expertise/. Acesso em: 2 mar. 2023.

HARRIS, J. **Enhancing evolution: The ethical case for making better people**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

HELMOND, A. A Plataformização da Web. *In*: ONEMA, J. J. (ed.). **Métodos Digitais: teoria-prática-crítica**. Lisboa: ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339509104_A_Plataformizacao_da_Web. Acesso em: 5 fev. 2020.

JORGE, C.; BARCELOS, D. J. R.; TEODORO, M. C. M. Do panóptico ao neuromarketing: manipulação e controle dos trabalhadores pela empresa Uber. **Revista Direitos Culturais**, [S. l.], v. 16, n. 40, p. 25-44, 2021. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/direitosculturais/article/view/414>. Acesso em: 12 mar. 2023.

KURZWEIL, R. **La singularidad está cerca**. Cuando los humanos trascendamos la biología. Madrid: LolaBooks, 2015.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: SESC/n-1, 2014.

LAZZARATO, M. El "pluralismo semiótico" y el nuevo gobierno de los signos. **Transversal**, [S. l.], jun. 2006. Disponível em: <https://transversal.at/transversal/0107/lazzarato/es>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MEIRINHOS, M.; OSÓRIO, A. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EDUSER: revista de educação**, v. 2, n. 2, p. 49-65, dez. 2010.

MORE, M. Transhumanism: Toward a futurist philosophy. **Extropy**, v. 6, n. 6, p. 1-41, 1990. Disponível em: <http://fennetic.net/irc/extropy/ext6.pdf> Acesso em: 12 jun. 2022.

MOROZOV, E. **Big Tech**. São Paulo: Ubu, 2018.

MPE-SC. Ministério Público de Santa Catarina - **Procedimento referente ao projeto Google for Education** (obtido via Lei de Acesso à Informação), 2016. Acesso em: 12 jul. 2019

OCDE. **Avaliações de políticas nacionais de educação**: Estado de Santa Catarina. Paris: OECD, 2010. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/education/avaliacoes-de-politicas-nacionais-de-educacao-estado-de-santa-catarina-brasil_9789264091368-pt. Acesso em: 18 jun. 2021.

OCDE; CERI. **Inspirados pela tecnologia, norteados pela pedagogia**: uma abordagem sistêmica das inovações educacionais de base tecnológica. Santa Catarina: OECD, 2010. Disponível em: <https://search.oecd.org/education/ceri/inspiradospelatecnologianorteadospelapedagogiaumaabordagem sistemicadas inovaeseducacionaisdebasetecnologica.htm>. Acesso em: 18 jun. 2021.

ORTEGA, José. **Meditación de la técnica**. Madrid: Rev. de Occidente/ El Arquero, 1939.

PANIKKAR, R. **El tecnocrisismo, algunas tesis sobre la tecnologia, en la nova innocencia**. Barcelona: La Ilar del llibre, 1991.

PÉREZ, C. **Nuevo patrón tecnológico y educación superior una aproximación desde la empresa**. Caracas: G. López Ospina, 1991.

QI NETWORK. Institucional - Sobre nós. **QI Network**, 2017. Disponível em: <https://www.qinetwork.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 11 set. 2017.

SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANDEL, M. **Contra la perfección**. Barcelona: Marbot Ediciones, 2015.

SANLÉS OLIVARES, M. **El transhumanismo en 100 preguntas**. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2019.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio (Temas multidisciplinares). Florianópolis: COGEN, 1998. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/principais-consultas/legislacao/30256-legislacao-estadual>. Acesso em: 23 nov. 2017

SANTA CATARINA. **PEITE Santa Catarina**: Plano Estadual de Inovação e Tecnologia Educacional de Santa Catarina. SED-SC: Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/arquivos-97/5848-peite-sc-2017-2>. Acesso em: 23 nov. 2017

SARAIVA, F.; CRUZ, L. Jogando luz sobre a atuação do capitalismo de vigilância. In: LIMA, S. (ed.). **Educação, Dados e Plataformas** - análise descritiva dos termos de usados serviços educacionais Google e Microsoft. São Paulo: Iniciativa Educação Aberta, 2020. p. 9-10. Disponível em: <https://aberta.org.br/educacao-dados-e-plataformas/>. Acesso em: 15 Nov. 2020.

SCHULTZ, T. W. **Investindo no povo** - o segredo da qualidade da população. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SLOTERDIJK, P. **Normas para el parque humano**. Madrid: Siruela, 2000.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

UNESCO. **Tecnologias para transformar a Educação**: experiências de sucesso e expectativas. Genebra, 2014. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/brz_ci_preliminar_doc_tecnologias_transformacao_educacao.pdf. Acesso em: 8 jul. 2019.

UNESCO. **Responsabilização na Educação**: cumprir nossos compromissos - Relatório de monitoramento global da educação 2017/8. Genebra, 2017. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259593_por. Acesso em: 8 nov. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUBOFF, S. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação. In: BRUNO, F. *et al.* (eds.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

33

Clarice Antunes do Nascimento

**CULTURA *MAKER*
E EMPREENDEDORISMO
COMO ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS
DE INCLUSÃO PRODUTIVA
DA JUVENTUDE CONSIDERADA
“NEM-NEM”**

INTRODUÇÃO

A educação, sobretudo nos últimos tempos, vem sendo atravessada por múltiplas práticas e discursos que mobilizam diferentes visões de mundo e projetos políticos, em uma arena na qual se produzem relações de poder, com efeitos variados. Segundo a Lei de nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996), portanto não se restringe aos espaços escolares.

Tal pressuposto, associado à ideia de que a educação deve assegurar o desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, tem servido ao Estado para nortear o que deve ser ensinado nas escolas, mas também tem fundamentado práticas que se desenvolvem fora delas, já que, conforme a LDBN, processos pedagógicos estão presentes (ou podem ser produzidos) em diferentes espaços, de diferentes maneiras, ainda que a escola continue sendo lugar privilegiado de educação dos sujeitos.

Cabe lembrar que muitas destas práticas que se desenvolvem fora da escola são, também, tuteladas pelo Estado, como é o caso das políticas e programas que articulam educação e trabalho e são gestadas sob o discurso da diminuição das desigualdades socioeconômicas e promoção das condições concebidas como necessárias à inclusão dos sujeitos no mundo do trabalho, numa estreita sintonia com a razão de governo segundo a qual a sociedade funciona ou deve funcionar.

Ao nos debruçarmos sobre as políticas públicas atuais, voltadas à inclusão produtiva da juventude pobre brasileira, e examinarmos, mais detidamente, o que se propõe como estratégias e ações

consideradas eficazes para inserção de adolescentes e jovens no mundo da produção e consumo, não é difícil perceber as marcas da racionalidade vigente, de caráter neoliberal, que visa à produção de sujeitos autônomos, protagonistas, proativos, criativos, colaborativos e empreendedores.

O Estado, nesse sentido, assume papel central, dado que a ele compete implementar políticas e ações capazes de estimular o comportamento empreendedorístico dos sujeitos, de tal forma que estes se posicionem diante de si mesmos e percebam-se como capazes de assumir a gestão de suas vidas e a solução de seus problemas. Entre as ações que despontam no cenário brasileiro, considerado o aumento escalonado da pobreza, a sua utilidade e, por outro lado, sua temida periculosidade, observa-se forte investimento na implementação de projetos e programas, de abrangência nacional, voltados à educacionalização do social.

De acordo com Lockmann (2016, p. 59), “a assistência social, o fenômeno da educacionalização do social e a sociedade da aprendizagem se manifestam como um conjunto de práticas que expressam formas contemporâneas de condução das condutas”. Na base destas políticas, perpetuam-se discursos que se ancoram em registros estatísticos para localizar e classificar os grupos em gradientes de in/exclusão e de risco que servem como justificativa para operações de governo que se alinham ao controle biopolítico da população.

Quando o que está em jogo é o controle, condução e gestão da vida da população – e dos indivíduos, em particular -, visando sua utilidade e produtividade, o que temos é uma política que não se restringe à gestão de problemas relacionados à saúde, higiene, natalidade, longevidade, etc., mas a regulação de todos os aspectos da existência humana pelo poder. No entanto, a relação do poder com os sujeitos não deve se reduzir a práticas de coerções externas que tolhem a liberdade dos sujeitos, pois a utilização dos corpos como máquinas para produzir requer um sujeito flexível, que se ajuste, voluntariamente, às regras do jogo.

Nessa linha de pensamento, Lazzarato (2022) destaca que a noção de “poder” desenvolvida por Michel Foucault - cujas propriedades ele universaliza e para o qual a liberdade é pré-condição e suporte para o seu exercício -, pode ser deduzida a um único poder - o biopoder -, dado que “o poder descrito como biopolítico necessita que o sujeito sobre o qual ele é exercido seja livre: ‘O poder só se exerce sobre sujeitos livres’” (LAZZARATO, 2022, p. 25). Alinhado à perspectiva foucaultiana, Han (2018, p. 9) acentua que as técnicas de poder vigentes no cenário contemporâneo não visam sujeitos submissos, mas “projetos livres, que se esboçam e se reinventam incessantemente. O ‘eu’ como projeto, que acreditava ter se libertado das coerções externas, submete-se, agora, a coações internas, na forma de obrigações de desempenho”, explorando voluntariamente a si mesmo. Dito de outra forma, trata-se de um sujeito forjado nas técnicas de si, as quais “permitem aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser; de transformarem-se a fim de atender um certo estado de felicidade” (FOUCAULT, 1982, p. 2), que se traduz, na sociedade atual, como a saída de uma condição considerada insatisfatória para outra considerada melhor.

Para compreender as políticas e práticas do nosso presente e seus efeitos sobre a sociedade, apresento, neste capítulo, o exame do Programa Espaço 4.0, criado, em 2019, como uma política voltada a jovens de 15 a 29 anos, considerados em situação de vulnerabilidade social, buscando capacitá-los para a inclusão produtiva no campo da Indústria 4.0. Conforme consta no Guia Espaço 4.0, o Programa Espaço 4.0 “reconhece os processos produtivos da indústria 4.0 e as possibilidades inovadoras da Educação 4.0. [E] a partir da cultura *maker*, pretende proporcionar espaços criativos e inovadores do ‘faça você mesmo’, com a resolução de problemas, criação de protótipos e testes com soluções” (BRASIL, 2020, p. 7). Por meio destas estratégias, o programa, tutelado pelo Estado, incentiva a responsabilidade individual e a iniciativa empreendedora, numa estreita relação com a racionalidade neoliberal.

Ludwig von Mises e Israel Kirzner, teóricos austro-americanos do neoliberalismo como uma prática de subjetivismo, destacam que “todo o indivíduo tem algo de empreendedorístico dentro dele, e é característica da economia de mercado liberar e estimular esse ‘empreendedorismo’ humano” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 145). O empreendedor, no âmbito desta ideologia, é “um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 145).

Ao propor o exame do Programa Espaço 4.0, destaco alguns elementos que precisam ser olhados com estranhamento: o primeiro, relaciona-se à justificativa do programa, que aciona a estatística para mostrar dados demográficos que indicam o desemprego, a evasão escolar, a geração nem-nem e a vulnerabilidade juvenil como questões que “afligem a juventude brasileira” (BRASIL, 2020, p. 10); o segundo, relaciona-se à implementação da cultura do “faça você mesmo” como caminho para solução de problemas. Observa-se, nesta discursividade, intencionalidades subjacentes à racionalidade neoliberal.

Valendo-se de dados do IBGE e do PNAD (de 2019), o Programa coloca o desemprego como fator principal que desencadeia a vulnerabilidade juvenil, e, nesse sentido, parece haver uma espécie de culpabilização dos jovens pela própria condição, uma vez que, segundo o Guia do Espaço 4.0, “o desengajamento juvenil, bem como a falta de comprometimento do jovem quando deixa de acumular conhecimento e habilidades necessárias ao desenvolvimento humano, deu ensejo à geração nem-nem” (BRASIL, 2020, p. 10-11). De acordo com o programa, trata-se de jovens sem perspectivas de sucesso e sem expectativas de melhora na qualidade de vida, porque não se comprometem com a capacitação técnica profissional. Na visão apresentada pelo Espaço 4.0, o desengajamento juvenil, compromete negativamente o desenvolvimento pleno da cidadania, da responsabilidade social e familiar juvenil.

Ao que cabe questionar:

a) Em que medida o desemprego, a vulnerabilidade juvenil e a geração nem-nem podem ser pensados como uma aflição exclusiva da juventude em um contexto regido pela governamentalidade neoliberal?

b) Como a cultura maker e o empreendedorismo servem ao propósito do controle e gestão biopolítica da população juvenil, em um mundo cerceado por valores econômicos/mercadológicos e marcados pela evolução tecnológica?

A partir destas questões, procuro examinar como, no âmbito do Programa Espaço 4.0, a Cultura *Maker* e o empreendedorismo configuram-se como estratégias biopolíticas de inclusão produtiva de jovens considerados “nem-nem”, tensionando o uso dessa expressão em um contexto de vulnerabilidades sociais. Refiro-me a vulnerabilidades (no plural), considerando os gradientes de pobreza e riscos que afetam a juventude brasileira.

As análises tomam como base o *Guia de implantação do Programa Espaço 4.0* (BRASIL, 2020), material principal de divulgação da proposta do programa.

A EMERGÊNCIA DO BIOPODER E SUAS INFLEXÕES NAS PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS

Para entender a emergência do biopoder e como a racionalidade governamental vigente no cenário contemporâneo se apropria desta tecnologia para regular e controlar a vida da população - e dos indivíduos, em particular -, toma-se, como ponto de partida

noção de poder sob a analítica de Michel Foucault, a qual serviu de base para o desenvolvimento, por este teórico, dos conceitos de governo e governamentalidade, permitindo compreender como o biopoder atravessa as práticas do nosso presente, produzindo subjetividades e governamentos.

Nas obras *Vigiar e Punir* e *Em Defesa da Sociedade*, Foucault (1975; 1999) destaca que diferentes contextos históricos produziram diferentes saberes e técnicas de dominação, mas que a gestão da vida, através dessas técnicas, não acontece de forma plena, pois existem forças que resistem. Entre estas tecnologias de dominação, destacam-se o poder soberano (poder monárquico que se exercia sobre a vida e a morte dos indivíduos e tinha como premissa, segundo este filósofo, “fazer morrer ou deixar viver”), o poder disciplinar (que já existia, sobretudo nas práticas pastorais, mas que se ampliou com a emergência das indústrias e a necessidade de disciplinar os corpos para o trabalho; poder, este, observado também nas práticas desenvolvidas em escolas, quartéis, hospitais, etc. perpetuado até os tempos atuais) e o biopoder (compreendido como um poder que busca “fazer viver ou deixar morrer”, ou seja, um poder exercido sobre a vida da população através de políticas que visam promover a vida, já que ela se faz necessária para a manutenção do capitalismo).

O principal objetivo da disciplina (poder positivo) era o aumento do domínio sobre os corpos e sua utilidade, numa estreita sintonia com o modelo político-econômico de sua época. Forma-se, com o poder disciplinar, uma política das coerções, caracterizada pelo teórico como um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada dos seus gestos e comportamentos. Cabe destacar, no entanto, que a condução das condutas dos sujeitos não se restringe ao poder disciplinar, podendo ser percebida em outra tecnologia de poder que Foucault veio a chamar de biopoder - um poder que se ocupa da produção de comportamentos ideais, com a premissa da seguridade social.

No que se refere à noção de biopoder, Foucault (2008a) caracteriza como uma tecnologia baseada nos mecanismos de segurança, que se vale de dados estatísticos para conhecer as condições de vida população e os riscos associados a elas, para pensar formas de controlar seus efeitos. Este poder que se ocupa da seguridade e da diminuição do risco social, preocupando-se com a gestão da vida da população como um todo, é concebido por Michel Foucault (2008a) no curso *Segurança, território e população* como biopoder.

Na perspectiva de Foucault (2008a), “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder é chamado de biopoder”. Um poder que se propõe regular a vida da população para reduzir os riscos e fazer viver, e que permite ao Estado conduzir a população sem que haja resistência. De acordo com Foucault (1988, p. 134-135), deveríamos falar da biopolítica

para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana [...]. Não é necessário insistir, também, sobre a proliferação das tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e morar, as condições de vida, todo o espaço da existência.

Visando a gestão dos comportamentos, o biopoder atua no sentido de “[...] distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade” (FOUCAULT, 1988, p. 135). Ele convoca discursos de diferentes esferas do saber humano, naturalizando-os em determinados códigos de conduta e modos de pensamento, e excluindo aqueles considerados inconformes, perigosos, improdutivos e anormais.

Moraes e Saraiva (2010), explicam que a ação do biopoder não passa por rígidos regulamentos, mas por estratégias para regular a vida da população. As autoras salientam que o regulamento

prescreve um comportamento ideal a ser adotado por todos, já a regulação não é prescritiva, mas indutora. Ela deixa fazer, desde que dentro de determinadas normas, as quais, no âmbito da racionalidade de governo neoliberal, traduz-se em políticas e práticas que visam incluir a todos no jogo do mercado e da concorrência, em um contexto de livre iniciativa atravessada por discursos que visam a produção de sujeitos autônomos, proativos, protagonistas, criativos, capazes de identificar e solucionar problemas por conta própria.

Neste contexto, o empreendedorismo emerge como força que mobiliza os sujeitos a buscarem formas de gerir os próprios problemas, de forma que não dependam do Estado para sanarem suas necessidades. Na obra *Nascimento da Biopolítica*, Foucault (2008b) assinala que a sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais, é uma sociedade na qual “o que deve constituir o princípio regulador [...] [são] os mecanismos da concorrência. [...] O *Homo oeconomicus* que se quer reconstruir é o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2008b, p. 201).

O empreendedorismo e a individualização dos problemas emergem, no cenário contemporâneo, como marcas do neoliberalismo e, no que tange à gestão das desigualdades, como estratégias biopolíticas que visam a produção de um novo sujeito que seja responsável pela própria vida. O Estado, nesse sentido, atua, através de políticas públicas, como fomentador das condições consideradas adequadas para que os sujeitos possam, por conta própria, buscarem melhores condições de existência. A noção de *Homo oeconomicus* se amplia e abraça a vida em sua totalidade, de modo que “todas as ações dos sujeitos devem ser pautadas por um cálculo que envolve investimentos e suas taxas de retorno. A economia recobre a própria vida, buscando tornar cada indivíduo o empresário de si mesmo” (SARAIVA, 2013, p. 129). A partir de Foucault (2008b) e Saraiva (2013), é possível argumentar que o empreendedorismo, ao promover a ideia de que o sucesso depende exclusivamente da habilidade e do esforço individual, funciona como uma estratégia biopolítica que

potencializa a gestão da vida da população. Assim como a Cultura *Maker* – cultura do “faça você mesmo” – pode estar sendo adotada para estimular o empreendedorismo e a responsabilidade social.

INCLUSÃO PRODUTIVA DA JUVENTUDE POBRE COMO DIMENSÃO DA BIOPOLÍTICA NEOLIBERAL

Seja no plano simbólico, seja no plano nitidamente material o fato é que a todos parece interessar qualquer coisa que se possa fazer ou se deixar de fazer em nome da inclusão. (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 948)

A preocupação em construir um olhar sobre os processos educativos juvenis está na origem de uma infinidade de estudos nos quais a juventude aparece marcada por ambiguidades e relações de poder. Tais pesquisas têm revelado múltiplas dimensões e produzido conhecimento crítico que serve de base para políticas públicas e práticas destinadas a adolescentes e jovens pobres.

Se até meados do século XX a juventude era comumente associada a uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta e um momento de preparação para o futuro, a partir da década de 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas medidas protetivas, a sociedade se divide e o debate em torno da juventude se acentua, ora a condenando, ora a vitimizandando, repercutindo no anseio por uma nova concepção que permitisse classificar os grupos para que se pudesse pensar medidas para eles, seja no sentido de protegê-los ou de responsabilizá-los por seus atos, levando em conta a recorrência de casos policiais nos quais os jovens aparecem, cada vez mais cedo, como vítimas ou como acusados.

Cabe salientar que, embora a atual Política Nacional da Juventude considere jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e 29 anos, a juventude possui características diferenciadas, sendo um segmento composto por singularidades atravessadas por múltiplas dimensões. Os jovens distinguem-se quanto ao gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidiano, projetos de futuro, razão pela qual, em estudos recentes, a palavra juventude vem sendo abordada no plural. Para além de compreendê-la como uma faixa etária que fixa os corpos no tempo, a juventude passa a ser concebida, em estudos recentes, como uma categoria socialmente construída.

De acordo com Carrano e Dayrell (2014), a juventude não se reduz a um período de passagem entre a adolescência e a vida adulta. Ela assume uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social e exploração das possibilidades em todas as instâncias de vida do indivíduo, que compreende desde a dimensão afetiva até a profissional. Para estes teóricos, “não há tanto uma juventude, e sim, jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem” (CARRANO; DAYRELL, 2014, p. 112).

Os sentidos produzidos sobre a juventude acabam respaldando uma multiplicidade de políticas e programas implementados a nível local e global, que se apropriam dos significados produzidos sobre os jovens e seus modos de vida, para capturá-los em suas necessidades e propor medidas de caráter salvacionista, emolduradas com a premissa da inclusão produtiva, que funcionam como formas eficazes de inserir corpos e mentes no jogo do mercado e da globalização capitalista.

De modo reiterado, a educação tem sido utilizada, no âmbito destas políticas, como a salvação de todos os males, cabendo a ela a missão de propiciar, entre outros aspectos, os conhecimentos e o desenvolvimento de competências basilares para inserção dos jovens no mundo do trabalho e da concorrência global. De acordo

com Lockmann (2016, p. 58), “vivemos, na atualidade, um fenômeno no qual a educação é apontada como instância de solução para uma variedade de problemas sociais que se vinculam a áreas bastante distintas”. Problemas da ordem da saúde, da produtividade, do emprego, do uso de drogas, da gravidez na adolescência, se tornem problemas a serem gerenciados pela educação. A educação, como estratégia de governo, é insistentemente convocada por políticas, programas e discursos públicos para solucionar as mazelas sociais.

A partir da análise de alguns documentos que legislam sobre as políticas de assistência social no Brasil, Lockmann (2016, p. 58) afirma que “com a emergência da racionalidade neoliberal no Brasil, torna-se possível visualizar um movimento de proliferação das políticas de assistência social, que ocorre de forma imanente com o fenômeno da educacionalização do social”. Esta, compreendida pela autora como um alargamento das funções da escola, no interior do que conhecemos como sociedade da aprendizagem. Segundo Lockmann (2016, p. 60), “para ficar fora dos índices que vinculam pobreza e baixa escolarização, os sujeitos passam a aceitar a verdade de que a escola resolverá os problemas sociais e modificará suas atuais condições de vida”. Mas, ainda que a educação possa ser defendida como “necessária” enquanto promotora de oportunidades e do melhoramento das condições de vida dos sujeitos, para Lockmann (2016, P. 60) “ela jamais será condição suficiente para erradicação da pobreza”.

Além disso, na razão neoliberal, o que se busca não é, necessariamente, diminuir a pobreza e as desigualdades socioeconômicas, incluindo a todos de forma igualitária. No contexto do neoliberalismo a noção de desigualdade ganha outros contornos e é requalificada como virtuosa. De acordo com Lazzarato (2011), apoiado no curso *Nascimento da Biopolítica*, de Michel Foucault, em contextos regidos pela lógica neoliberal, o mercado aparece como um sistema de concorrência no qual “somente a desigualdade tem capacidade de produzir uma dinâmica que força empresas e trabalhadores

a rivalizarem uns contra os outros, aguçando os apetites, os instintos e os cérebros dos indivíduos, e que assim maximiza sua potência de ação” (LAZZARATO, 2011, p. 18).

Nesse cenário, a pobreza passa a ser entendida não, exclusivamente, como falta de dinheiro, mas como potência, pois a carência impõe ao pobre o improvisado e o impele à reinvenção de planos de existência, tornando-o laborioso. De acordo com Hardt e Negri (2005, p. 176-180), “seja no contexto de populações nativas ou tradicionais, seja no contexto da pobreza urbana nas metrópoles contemporâneas, os pobres devem ser vistos como agentes produtivos e fonte extraordinária de riqueza”. Hardt e Negri (2014, p. 21-22) explicam, na obra *Declaração – Isto não é um manifesto*, que enquanto o regime de segurança, que atravessou o século XX e caracterizou o Estado de Bem-estar social, construiu a figura de um sujeito oprimido e sequioso de proteção, a crise do neoliberalismo construiu a figura do homem endividado, que “vive sob o peso de sua responsabilidade em relação à dívida; a dívida dita seus ritmos e escolhas de trabalhos; o efeito da dívida, como o da ética, é força-lo a trabalhar arduamente”, sendo, assim, incluídos por exclusão nos processos de produção social.

A respeito da inclusão, Lopes e Veiga-Neto (2011) entendem como “uma condição de vida em luta pelo direito de se autorrepresentar, participar de espaços públicos, ser contabilizado e atingido pelas políticas de Estado” (LOPES; VEIGA-NETO, 2011, p. 126) e, ainda, “como conjunto de práticas sociais, culturais, educacionais, de saúde, entre outras, voltadas para a população que se quer disciplinar, acompanhar e regulamentar” (LOPES; VEIGA-NETO, 2011, p. 126). No que se refere à inclusão produtiva, de acordo com Lockmann (2013, p. 152), trata-se de “um tipo específico de inclusão que requer um investimento constante sobre o sujeito, justamente por ser ele o próprio responsável, não só por se incluir nos jogos de mercado, mas também por se manter incluído”.

A biopolítica articulada ao neoliberalismo, potencializa a produção de subjetividades e governamentos. Enquanto a biopolítica designa o poder que se exerce sobre a vida, com o objetivo de controlá-la e otimizá-la, maximizando a produção, o neoliberalismo representa uma forma de governo que se concentra na maximização da produção e do consumo, tornando-se um dispositivo de biopolítica que busca controlar as populações por meio do mercado, podendo ser percebida em programas e políticas que visam a produção de sujeitos autônomos, protagonistas e capazes de identificar e solucionar os problemas que lhes afetam.

CULTURA *MAKER* E O EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA DA JUVENTUDE NEM-NEM: ANÁLISE DO PROGRAMA ESPAÇO 4.0

Ao iniciar esta seção, chamo a atenção para a argumentação apresentada na justificativa do Programa Espaço 4.0, que aciona a estatística para mostrar dados demográficos que indicam, como questões que estariam “afligindo a juventude brasileira”, o desemprego, a evasão escolar, a geração nem-nem e a vulnerabilidade juvenil (BRASIL, 2020, p. 10). Em nível de retórica, caberia perguntar se esta dita “aflição” é exclusiva da juventude ou uma preocupação do governo neoliberal, já que, segundo Standing (2017), desprotegidos e vulnerabilizados, os grupos que vivem em condições precárias de vida, trabalho e renda, poderão se tornar ativistas hostis, que agirão contra o sistema.

O Programa Espaço 4.0 apresenta-se como uma política que visa capacitar a juventude pobre para atuar no campo da Indústria 4.0.

Trata-se de uma iniciativa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) por meio da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), que centra suas ações na capacitação profissional de jovens para atender as atuais demandas do mercado de trabalho, marcado pela 4ª Revolução Industrial. Na concepção dos idealizadores do programa, a educação 4.0, vinculada à Indústria 4.0, "refere-se à aplicação das novas tecnologias nos principais processos industriais. [...] a origem da Educação 4.0 faz parte dessa revolução, bem como a educação na era digital, a robótica, a nanotecnologia e os pilares das inovações tecnológicas do século XXI" (BRASIL, 2020, p. 22). Conforme consta no *Guia de implantação do Programa Espaço 4.0*, o programa foi idealizado tendo como base

os modelos de "makerspace" ou "Fab Labs", espaço criativo e inovador que possui um conjunto de ferramentas flexíveis como impressoras 3D, softwares de modelagem, computadores, kits de manutenção de celulares e demais ferramentas, os quais ficam à disposição dos usuários e para os profissionais que capacitarão os jovens a manusear os equipamentos. (BRASIL, 2020, p. 8)

Além de ser concebido como espaço colaborativo profícuo para a promoção do protagonismo, criatividade e inovação da juventude local, o *Fab Labs* é adotado pelo Espaço 4.0 com a pretensão de "reduzir ao máximo a exposição à criminalidade e dependência química", que podem colocar em risco a ordem social. (BRASIL, 2020, p. 6). Observa-se, nesse sentido, uma certa "aflição" do Estado em reduzir possíveis ameaças ao sistema.

Segundo o *Guia de implantação do programa Espaço 4.0*, os cursos ofertados pelos municípios que aderirem ao programa, deverão focalizar os objetivos, o público-alvo e a carga horária necessária do Programa Espaço 4 (BRASIL, 2020). No entanto, nos materiais utilizados para divulgação do programa, não há definição dos cursos, nem a carga horária dos mesmos, ficando a critério de cada município definir quais capacitações profissionais são necessárias e a duração dos cursos.

Conforme expresso no guia do programa, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), em parceria com o SENAI (2019, p. 7), busca “promover a inclusão digital dos jovens brasileiros às novas tecnologias e às competências da Quarta Revolução Industrial”. A conexão com o SENAI se deve ao fato de que, em 2019, foi firmada uma parceria entre esta entidade e a Secretaria Nacional da Juventude, para ofertar aos jovens brasileiros laboratórios para o desenvolvimento de competências e preparação para o mercado de trabalho. Consoante o portal do SENAI:

Os módulos [dos cursos] serão criados com base em uma metodologia do SENAI conhecida como Espaço *Maker*, conceito de ambiente colaborativo em que se estimula os alunos a serem protagonistas do próprio aprendizado. O Espaço *Maker* – que servirá de referência ao Espaço 4.0 – é um laboratório pensado para estimular a inovação. Um ambiente digital voltado para a educação profissional, pedagogicamente planejado para estimular os alunos no desenvolvimento do comportamento empreendedor, trabalhando a ideia do “aprender fazendo.” (SENAI, 2019)

Na visão de Antunes e colaboradores (2020, p. 77), o empreendedorismo configura-se como “uma forma oculta de trabalho assalariado apresentada como ‘trabalho autônomo.’ Esta mistificação encontra uma base social, uma vez que o ‘empreendedor’ se imagina, por um lado, como ‘proprietário de si mesmo,’ enquanto, por outro, converte-se em ‘proletário de si mesmo”.

Ao pesquisar sobre municípios que aderiram a esta política, para saber como o comportamento empreendedor vem sendo estimulado nos processos de Educação 4.0, o município de Esteio/RS despontou com aderência recente ao Espaço 4.0, datada do mês de novembro de 2021. De acordo com notícia publicada no portal da Prefeitura de Esteio, a Secretaria Municipal de Educação (SME), assumiu o compromisso de oferecer capacitações para estimular o desenvolvimento de projetos e soluções inovadoras para a Indústria 4.0. No escopo da notícia divulgada neste portal:

O objetivo [do Espaço 4.0] é preparar os jovens para os desafios da chamada quarta revolução industrial, com foco na produtividade, formação de renda, emprego e no empreendedorismo da juventude. O equipamento promoverá o engajamento com as novas tecnologias do mercado da inovação, buscando minimizar o número de jovens “nem-nem” (ou seja, que nem estudam, nem trabalham) e estimular as diversas habilidades e criatividade deles, com foco na retomada da valorização e da responsabilidade do cidadão. (ESTEIO, 2022)

De acordo com o Espaço 4.0, o que “deu ensejo à geração nem-nem, foi o desengajamento juvenil, bem como a falta de comprometimento do jovem quando deixa de acumular conhecimento e habilidades necessárias ao desenvolvimento humano” (BRASIL, 2020, p. 11). No entanto, o programa não reduz o grupo de nem-nem a jovens que “não estudam” e “nem trabalham”, mas engloba também aqueles que “ou estudam ou trabalham sem perspectivas de sucesso e sem expectativas de melhora na qualidade de vida, não se comprometem à capacitação técnica profissional” (BRASIL, 2020, p. 11), dando a entender que, independentemente de estar ou não trabalhando, o jovem permanece na condição de vulnerabilidade social, porque “não aprimorara, de nenhuma forma, suas capacidades técnicas para qualificação profissional” (BRASIL, 2020, p. 12). No entanto, à medida em que a expressão nem-nem é utilizada para marcar os jovens como desengajados, desinteressados e responsáveis pela própria condição de vulnerabilidade, o que vemos são discursos que podem induzir a processos de exclusão – o que é estranho para um programa que se posiciona como inclusivo.

De acordo com Silva Junior e Mayorga (2019), à medida em que os jovens denominados nem-nem (em sua maioria pobres, negros e moradores de favelas) se tornam preocupação do Estado e ameaça à ordem social, entra em curso a produção social de jovens perigosos, em sua maioria pobres, negros e moradores de favelas.

A condição de pobreza vai sendo associada de forma naturalizada à periculosidade [...]. Os/as jovens pobres, [considerados] uma ameaça à sociedade, vão ser destinatários/as de diversas estratégias de ampliação da educação, de inserção profissional e da ocupação do tempo livre que vivenciam. Estes/as passam a ganhar visibilidade, ora como um problema social e que, portanto, precisa ser tutelado e controlado para não causar a desordem social, ora como sujeito em formação, que precisa ser conduzido/a para uma vida adulta útil e produtiva. (SILVA JUNIOR; MAYORGA, 2019, p. 11-13)

Sem a pretensão de esgotar o assunto, cabe destacar, por fim, que, no que tange à fabricação do sujeito empreendedor, Saraiva (2013, p. 175) alerta, no texto *Educando para viver sem riscos*, que “a educação empreendedora denota uma preocupação em tornar cada um capaz de gerar renda sem depender de que lhe seja oferecido um emprego”, favorecendo a produção do trabalhador precário preconizado por Standing (2017). Segundo Saraiva (2013), a educação empreendedora não ensina, necessariamente, como abrir um negócio ou gerir uma empresa, mas “o desenvolvimento de aspectos da subjetividade que produziram o comportamento empreendedor, o que se alinha com a produção dos sujeitos empresários de si que, de acordo com Foucault (2008a), seriam as subjetividades desejáveis para a governamentalidade neoliberal (SARAIVA, 2013, p. 174-175).

A Cultura *Maker* e o empreendedorismo, enquanto estratégias de produção de comportamentos “ajustados” e “ajustáveis” à matriz governamental vigente e adequados à inclusão produtiva, podem ser entendidas como tecnologias biopolíticas que mobilizam a juventude pobre contemporânea a assumir a gestão de suas vidas, desejos e necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tecnológica, a Cultura *Maker* e o empreendedorismo se mostram, no âmbito do Programa Espaço 4.0, como estratégias promissoras de inclusão produtiva de jovens considerados “nem-nem. No entanto, é importante ressaltar que a Cultura *Maker* e o empreendedorismo não são soluções universais para a inclusão produtiva da juventude. Essas estratégias devem ser complementadas por políticas públicas que visem a criação de um ambiente favorável para o surgimento e o crescimento de negócios locais, assim como o fortalecimento de programas de educação técnica e profissionalizante.

A ênfase nos riscos e vulnerabilidades como agruras que recaem sobre a juventude pobre, na medida em que aparecem associados ao reconhecimento do papel de transformação social dos sujeitos, colocam em jogo a ideia de que os jovens podem, por si mesmos, modificar a sua realidade, assumindo-se como protagonistas na solução de seus problemas e de sua comunidade. De acordo com Lazzarato (2019), as novas políticas de proteção social rompem, de forma radical, com os princípios do Estado de bem-estar social, pois “visam ‘proteger os meios de subsistência de base dos indivíduos e, ao mesmo tempo, encorajá-los a correr riscos. Incita os pobres a uma mudança de comportamento para que sejam capazes de assumir individualmente os riscos que o endividamento comporta”. Riscos, estes, que antes eram assumidos pelo *Welfare state* e agora recaem sobre os indivíduos.

Juntas, a Cultura *Maker* e o empreendedorismo podem estar funcionando como dispositivos biopolíticos que individualizam os problemas e produzem a crença de que os indivíduos, com as ferramentas certas – neste caso, a educação tecnológica –, são capazes de solucionar as próprias dificuldades. Entretanto, concordo com Lockmann (2016) quando afirma que a educação, por si só, é insuficiente para inclusão produtiva e erradicação da pobreza.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *et al.* (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** Tradução de Murilo van der Lan e Marco Gonsales. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso: 15 fev. 2023.
- BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Guia de implantação do Programa Espaço 4.0.** Brasília: SNJ, 2020.
- CARRANO, P.; DAYRELL, J. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola? *In*: CARRANO, P.; DAYRELL, J.; MAIA, C. L. (orgs.). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- DAROT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESTEIO. Prefeitura Municipal de Esteio. **Inscrições no primeiro curso do Espaço 4.0 vão até a próxima quinta-feira.** Esteio, 3 jan. 2022. Disponível em: <https://www.esteio.rs.gov.br/noticia/19844/1057?titulo=Inscri%C3%A7%C3%B5es+no+primeiro+curso+do+Espa%C3%A7o+4.0+v%C3%A3o+at%C3%A9+a+pr%C3%B3xima+quinta-feira>. Acesso: 15 fev. 2023.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1975.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População:** curso no Collège de France (1977-1978). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandao. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. **Os Anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. Tecnologias de si. **Verve**, v. 6, p. 321-360, 1982.

HAN, B. C. **Psicopolítica** – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018,

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Declaração**: isto não é um manifesto. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: n-1 edições, 2014.

LAZZARATO, M. **O intolerável do presente, a urgência da revolução**: minorias e classes. Tradução de Flávio Taam e Pedro Taam. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

LAZZARATO, M. **Facismo ou revolução?** O neoliberalismo em chave estratégica. Tradução de Takashi Wakamatsu e Fernando Scheibe. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

LAZZARATO, M. **O governo das desigualdades**: crítica da insegurança neoliberal. São Carlos: Edufscar, 2011.

LAZZARATO, M. Biopolítica/Bioeconomia. *In*: PASSOS, I. C. F. (org.). **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 41-52.

LOCKMANN, K. A educacionalização do social e as implicações na escola contemporânea. **Educação Unisinos**, v. 20, n. 1, p. 58-67, 2016.

LOCKMANN, K. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/79669>. Acesso: 15 fev. 2023.

LOPES, M. C.; VEIGA-NETO, A. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Revista Verve**, v. 20, p. 121-135, 2011.

MORAES, J.; SARAIVA, K. A norma dos corpos holográficos. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 14, n. 26, 2010. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT16-6621--Int.pdf>. Acesso: 10 fev. 2023.

SARAIVA, K. S. Educando para viver sem riscos. **Revista Educação**, v. 36, n. 2, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12894/9448>. Acesso: 19 fev. 2023.

SENAI. Senai auxiliará implantação do 1º Espaço 4.0 da Paraíba. **Senai**, Assessoria de Comunicação, 12 jul. de 2019. Disponível em: <https://fiepb.com.br/senai/noticia/senai-auxiliara-implantacao-do-1-espaco-40-da-paraiba>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SILVA JUNIOR, P. R.; MAYORGA, C. Jovens nem-nem brasileiros/as: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções. **Revista Desidades**, n. 23, p.10-23, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/desi/n23/n23a02.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

STANDING, G. **O precariado**. A nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>. Acesso: 12 fev. 2023.

34

*Guilherme Vendruscollo Werlang
Neoli Paulina da Silva Gabe
Paula Caroline Pepa Oliveira
Kátia Teresinha Lopes Della Flora*

COMUNICAÇÃO DIGITAL E ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS:

**TENSIONAMENTOS SOBRE A (IN)ACESSIBILIDADE
DE SURDOS NAS REDES SOCIAIS**

INTRODUÇÃO

A comunicação faz parte da vida dos sujeitos a partir de práticas visuais, gestuais, escritas, faladas, entre outras. Pode ser dito também, que todas essas formas de interação, atualmente, articulam-se às transformações tecnológicas que envolvem os meios digitais que se organizam em rede. Nesse sentido, podemos pensar que fazemos parte de redes digitais de comunicação que emergem de diferentes intencionalidades, dispositivos e situações. Ainda, é oportuno destacar que não atuamos neste contexto apenas como espectadores, mas para além, nos constituímos enquanto sujeitos a partir dos processos que envolvem suas dinâmicas e nossos modos de interagir com essas tecnologias.

A noção de redes baseia-se em saberes complexos provenientes de distintas áreas do conhecimento. Uma definição simples pode identificar as redes como um conjunto de quaisquer pontos que são interligados por linhas de fluxos que ocorrem entre eles. Nesse sentido, as redes podem ser expressas, por exemplo, desde pontos e linhas em planilhas de planejamento até contatos estabelecidos entre diferentes pessoas. Para a área da informática, por outro lado, uma rede é um sistema interligado por diversos computadores, que exercem comunicação entre si para compartilhar informações e trocar dados ou, ainda, um meio pelo qual é possível interligar-se a qualquer outro computador, em qualquer lugar do mundo, a qualquer momento (REDE, 2023).

Quando o termo se associa aos argumentos do campo das tecnologias de informação e comunicação, é compreendido como uma dinâmica social que conecta diferentes sujeitos por meio das informações que compartilham com o auxílio das tecnologias analógicas ou, mais recentemente, digitais. Castells e Cardoso (2005) firmaram, nesse sentido, a ideia de que as sociedades se organizam em redes por meio de ferramentas tecnológicas. As “sociedades em rede”, segundo eles, são estruturas sociais

baseadas em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p. 20).

Partindo disso, destacamos que o advento da internet, mesmo que tenha oportunizado o fortalecimento das sociedades organizadas em redes digitais, conforme as entendemos hoje, não ocorreu uniformemente no mundo. Ela surgiu inicialmente nos Estados Unidos, como uma ferramenta que visava interligar as bases militares do país, todavia, cientistas, posteriormente, apropriaram-se dessa tecnologia como forma de conectar universidades e, depois, foram transformadas em recursos públicos com pontos espalhados pelo globo. Várias empresas e usuários comuns se conectaram as redes, fazendo com que a malha digital de informações tenha tomado proporções significativas, conforme ocorre na atualidade (SINGER; BROOKING, 2018). No Brasil, a internet tornou-se popular no final do século XX e, no início do século subsequente, passou por processos de transformação, comuns à escala global, que fizeram com que os conteúdos que se limitavam à leitura, permitissem interações com os usuários, estruturando dinâmicas de construção e divulgação de conhecimentos diversos.

Denomina-se essa ferramenta como Web 2.0⁵⁶, a qual oportunizou o surgimento e a propagação das redes sociais digitais, nas quais os usuários se conectam a redes diversas e com conteúdos de interesses específicos. A partir delas, os usuários passaram a produzir seus conteúdos, antes limitados aos profissionais da comunicação, e puderam ultrapassar barreiras geográficas, políticas e sociais,

56 Segundo Moreira (2009, p. 16), o conceito Web 2.0, originado pelo americano Tim O'Reilly, "[...] não é apenas um conjunto de tecnologias, mas também de atributos que têm uma dimensão social: novos modelos corporativos, conteúdos desenvolvidos por usuários e metadados gerados por usuários, processos corporativos mais abertos e transparentes, simplicidade de design e recursos, produtos e processos descentralizados e participativos".

a partir de uma sensação de interconexão planetária. De acordo com a União Internacional de Telecomunicações (ITU, 2022), mais de 5 bilhões de pessoas, cerca de 63% da população mundial, utilizam-se da Internet e este número tende a crescer nos próximos anos. As redes sociais, portanto, configuram-se como fontes de informações, de publicidades, de lazer, de geração de laços sociais e diversas outras possibilidades. É nesta dinâmica social, promovida pela livre partilha de informações e conhecimentos, que também se constituíram novas ferramentas voltadas a processos educativos (ZENHA, 2018).

Diante disso, faz-se oportuno lembrar que a partir de Foucault (1992, p. 35), podemos refletir sobre o papel dos autores - neste caso, criadores de conteúdos - pontuando que a "regularidade da escrita está sempre a ser experimentada nos seus limites, estando ao mesmo tempo sempre em vias de ser transgredida e invertida". Desde o momento em que publicamos e divulgamos, seja uma obra ou uma informação qualquer - escrita, imagética, fala, por exemplo -, dispomos da função singular de autoria, mas a circulação desse material faz com que a exclusividade autoral se perca, pois o domínio dos conteúdos alonga-se para outras direções. É evidente que os autores não deixam de existir, mas ao compartilharem as novas ideias e os novos conhecimentos, os indivíduos em geral também passam a ser escritores dessas criações (FOUCAULT, 1992).

Assim, pensando nos materiais que a internet nos apresenta, especialmente por meio das redes sociais, podemos dizer que a aprendizagem eletrônica e a educação por meios digitais são aspectos dos quais não podemos nos alienar, pois apresentaram um crescimento frenético, especialmente, a partir da pandemia da covid-19. A necessidade de isolamento social acabou por distanciar fisicamente as pessoas, mas as aproximaram intensamente do mundo do virtual, produzindo novas formas de relacionarem-se, novos aspectos éticos, novas possibilidades de acesso, de normas, de produção e de aprendizagens. Diante deste cenário, emerge um questionamento que permanece produzindo inquietações, especialmente no

contexto de nosso grupo de estudos: as informações que circulam nas redes sociais digitais são experienciadas, aprendidas e produzidas da mesma forma por toda a população?

Este questionamento possibilita a reflexão acerca da inclusão social e da acessibilidade, especialmente no que se refere aos sujeitos surdos, foco de nossa problematização. As questões que envolvem tais sujeitos há muito tempo operam por diferentes perspectivas, com questões relacionadas aos modos como os surdos acessam desde informações básicas até as mais complexas, em diferentes meios, considerando que as línguas orais tornam-se relativamente problemáticas. Historicamente fortaleceram-se narrativas que aproximam a temática aos discursos clínicos que orientam práticas que poderiam amenizar aspectos ligados à falta de audição e aproximar os surdos aos modos de vida dos ouvintes, porém, mais recentemente, muitos estudos discorrem sobre os surdos enquanto usuários de línguas gestuais-visuais, que constituem-se como sujeitos a partir de aspectos culturais ligados à comunidade surda. É a partir dessa lógica que uma discussão sobre os modos como as informações são produzidas e como circulam e educam nas redes sociais digitais se torna necessária e produtiva.

Assim, a reflexão que apresentamos visa tencionar as redes sociais enquanto estratégias biopolíticas que, apesar de poderem fortalecer a inclusão social e a acessibilidade, têm funcionado como dispositivos idealizados e projetados para ouvintes, que excluem e marginalizam os sujeitos surdos ao passo que os condiciona aos modos de vida de ouvintes.

BIOPOLÍTICA E SUJEITOS SURDOS

As relações de poder são um importante meio para entender os modos de funcionamento das sociedades. Foucault (1999)

inicia suas reflexões explicando que as instituições como o hospital, o quartel e a escola possuem tecnologias de poder que disciplinam, moldam e educam os sujeitos, tornando-os corpos dóceis, através de uma espécie de adestramento que os dulcifica, tornando-os capital humano útil que atende às “normas” definidas culturalmente. Ou seja, essas instituições agem a partir de uma lógica de poder disciplinar que age individualmente tendo em vista os corpos dos sujeitos. Porém, o autor destaca que durante a segunda metade do século XVIII, surgiu uma nova técnica de poder, a biopolítica, que opera sobre a vida, tomando a sociedade enquanto corpo coletivo. “Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma ‘biopolítica’ da espécie humana” (FOUCAULT, 1999, p. 289).

A biopolítica abrange um conjunto de métodos utilizados pelo Estado para controlar as populações em relação à saúde pública, à hereditariedade e aos fatores de risco. É uma “explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações” (FOUCAULT, 1999, p. 152). Assim, para regular a população, é preciso que o Estado use saberes e tecnologias para mensurar, classificar e normalizar os indivíduos e grupos. Essas políticas podem ser direcionadas para certos grupos que o Estado considera impróprios, como os “diferentes”, ou seja, aqueles que fogem da norma: o outro, o migrante, o louco, o “anormal”.

A anormalidade, dessa forma, constitui-se como uma ameaça à ordem moderna, como uma periculosidade social e a inclusão escolar como um mecanismo de gerenciamento de risco social causado pela anormalidade. Esse risco é produzido a partir da não utilidade e não produtividade dos corpos anormais (LOCKMANN, 2012, p. 6).

Nesse sentido, ao pensar sobre os sujeitos surdos, Lockmann (2012, p. 7) argumenta que são por muito tempo foram entendidos como sujeitos patológicos, que possuem uma perda (a audição)

e, portanto, torna-se necessário medicalizá-los, tratá-los e normalizá-los. Para isso, são utilizadas, no campo da educação especial, por exemplo, técnicas médicas e pedagógicas, articuladas, com o objetivo de normalizar os sujeitos surdos tendo em vista os padrões ouvintes. Thoma (2005) afirma que para os surdos serem considerados “normais” em uma escola de ouvintes, por exemplo, devem corrigir a audição para que possam atingir melhores índices de desempenho escolar. Tal situação não se restringe aos ambientes escolares, pois no que se refere às dinâmicas do cotidiano, em diferentes situações, espera-se que os surdos sejam capazes de se adaptarem aos serviços disponíveis para ouvintes. Lockmann (2012), nesse contexto, alerta que a surdez passou a ser entendida somente pela sua condição biológica, com traços supostamente negativos que saem do padrão da normalidade e, portanto, se acredita que devem ser corrigidos.

Tais situações foram historicamente estabelecidas a partir de conjuntos de ações biopolíticas que, pautadas em conhecimentos clínicos, instauraram uma lógica de reabilitação para a superação de dificuldades. Esse modo de pensar, apesar dos movimentos de resistência à ele, permanecem em circulação em nossas sociedades. Assim, os surdos não se tornam surdos a partir de narrativas sobre a cultura surda, mas por meio dos saberes clínicos que os assujeitam no sentido de se tornarem normais, por meio da correção e da reabilitação. Estes saberes (fonoaudiologia, pedagogia, psicologia e linguística) são revestidos de intencionalidades supostamente positivas, com o intuito de ajudar os surdos a melhorarem o seus níveis de bem-estar e saúde de modo geral, mas, na verdade, são exercidas formas de assujeitamento, ao que Melo (2006) chamou de “submissão da subjetividade”, ou seja, submissão aos modos de ser ouvinte.

Articulado à isso, destacamos que ao viverem nos dias de hoje, diante de inúmeras possibilidades de comunicação e conectados às redes sociais digitais, a falta de dispositivos de inclusão social e de acessibilidade reforçam a ideia de que a audição e as línguas

orais são ainda condições de pertencimento ao mundo digital. Comparativamente ao passado, podemos pensar que os movimentos relacionados à utilização de legendas ou intérpretes de línguas de sinais se tornaram mais presentes, contudo, ainda podem ser pensados como insuficientes.

Nessa perspectiva acreditamos que as práticas que fazem parte dos discursos de reabilitação, operam como estratégias biopolíticas que atravessam os sujeitos surdos, especialmente pela ausência de investimentos relacionados ao enfrentamento delas. Isso significa pensar que, mesmo com balizadores acadêmicos e legais que orientam meios de acessibilidade, a falta de controle sobre esses balizadores também representa ações que produzem determinados sujeitos a partir do que entendemos como biopolítica.

(IN)ACESSIBILIDADE PARA SURDOS NAS REDES SOCIAIS

Com o crescente uso da internet e das redes sociais e as empresas de tecnologia investem cada vez mais em melhorias e customizações para atualizar suas plataformas e atender as demandas e os anseios de seus usuários. No entanto, algumas plataformas digitais acabam restringindo o acesso de sujeitos surdos, pois são essencialmente voltadas para ouvintes, justamente pela falta de dispositivos de acessibilidade. Ferreira e Martins (2021), sobre isso, afirmam que as empresas de telecomunicações e de serviços de radiodifusão de sons e imagens possuem obrigação de garantia de recursos de acessibilidade, como legenda oculta e janela de Libras (Língua Brasileira de Sinais), através do decreto de lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Zílio (2012), sobre as línguas de sinais, faz as seguintes considerações:

A Libras é composta por sinais que correspondem, em português, a palavras, entretanto não se trata simplesmente de uma substituição, uma palavra por um sinal correspondente, ela tem suas peculiaridades, além de ser independente da língua portuguesa. Ou seja, ela não se reflete na estrutura gramatical da língua oral, mas possui uma estrutura própria, que permite que se visualize a mensagem comunicada. Para isso, cada sinal possui: uma configuração de mão (o formato que a mão, ou as mãos, tomam para realizar determinado sinal, sendo que a(s) mão(s) podem tomar outra configuração no fazer do sinal); um movimento (movimentação que a mão, ou ambas, devem fazer para sinalizar); uma locação (espaço onde a mão ou as mãos devem estar posicionadas para a sinalização); orientação (direção para a qual a mão ou as mãos se movimentarão) e expressões não manuais (expressão realizada pelo corpo ou pela face: olhos, sobrancelhas, boca, etc.). (ZÍLIO, 2012, p. 30)

A partir do exposto, entende-se que seria uma norma legal a acessibilidade e a difusão da Libras, especialmente no que se refere à possibilidade de transformação das narrativas que envolvem os sujeitos surdos. Entendemos que quanto mais visíveis no dia-a-dia das redes, maiores seriam os movimentos de descristalização das noções clínicas sobre os surdos e, conseqüentemente, haveria maiores chances de transformações relacionadas às políticas públicas e compreensões por parte do Estado. Contudo, pode-se dizer que as organizações de tecnologia, que controlam as redes sociais, reproduzem os discursos que tradicionalmente guiam o Estado - de reabilitação - com base na não integração desses sujeitos nas redes das quais buscam fazer parte. As mídias são ferramentas importantes para a disseminação e produção de informações, mas a exclusão de determinados grupos sociais, como os surdos, pode contribuir para o seu afastamento e para a invisibilidade das especificidades que lhes envolvem.

Destacamos que mesmo no período mais crítico da pandemia do covid-19, em que os sujeitos surdos foram mais aproximados das redes sociais, devido ao uso intenso das tecnologias durante

o distanciamento social, ainda ocorreram afastamento ocasionados por barreiras relacionadas à inacessibilidade das informações compartilhadas. Ferreira e Martins (2021) mostram que certas mídias ainda não possuem *softwares* totalmente desenvolvidos que ajudem os sujeitos surdos a compreenderem as comunicações orais. Ao mesmo tempo em que as redes sociais contribuem para o debate de opiniões, divulgação de informações e desenvolvimento do senso de comunidade, ainda há grupos marginalizados dentro da própria rede, já que não conseguem utilizar todos os recursos disponíveis nas plataformas.

Nas redes sociais, ainda são feitas muitas publicações em que não são disponibilizadas legendas ou mesmo intérpretes/tradutores de Libras, o que dificulta e inviabiliza a compreensão e a interação dos surdos. Para que a acessibilidade, ou seja, a possibilidade de acesso pleno aos ambientes virtuais, aconteça é necessário que sejam disponibilizadas informações em ao menos duas línguas - uma delas a Libras e as outras por meio de legendas -, considerando que alguns surdos não utilizam a Libras e que outros têm dificuldades de leitura. A partir desse viés, a reivindicação dos surdos está na produção de uma inclusão que promova e qualifique suas diferenças, não somente trocas sociais, mas a constituição de conhecimentos que os coloquem em condição de inclusão social efetiva. Nesse sentido, Skliar (1999) afirma:

o ser “surdo” não supõe a existência de uma identidade surda única e essencial a ser revelada a partir de alguns traços comuns e universais. As representações sobre as identidades mudam com o passar do tempo, nos diferentes grupos culturais, no espaço geográfico, nos momentos históricos, nos sujeitos. Neste sentido é necessário ver a comunidade surda de uma forma ostensivamente plural. O sujeito contemporâneo não possui uma identidade fixa, estática, centrada, essencial ou permanente. A identidade é móvel, descentralizada, dinâmica, formada e transformada continuamente em relação às formas através das quais é representada nos diferentes sistemas culturais. (SKLIAR, 1999, p. 131)

Outra característica para ser elencada sobre as redes sociais digitais e a acessibilidade para surdos é o uso de aplicativos direcionados a usuários da língua de sinais, que são usados para substituir o tradutor/intérprete de Libras, mas que deixam a desejar por serem aplicativos programados e, portanto, não conseguem usar os sinais adequados aos contextos. Esses programas utilizam sinais padronizados para determinadas palavras, dificultando que haja um compartilhamento de informações ou comunicação adequadas e que garantam e assegurem a acessibilidade destas pessoas. Entende-se, certamente, que são tentativas de se promover a acessibilidade para os usuários da Língua Brasileira de Sinais, mas vale ressaltar que o fato de não haver meios de comunicação claros, coesos e com possibilidade de adaptações linguísticas, atinge diferentes sujeitos surdos, em diferentes situações (CECÍLIO; DARSIE, 2009; DARSIE; FALLER, 2011; DARSIE *et al.*, 2017).

No que se refere à disponibilização de informações escritas, *Youtube*, *TikTok* e *Instagram*, por exemplo, apresentam a função de geração de legendas automáticas, porém, ainda ocorrem muitas falhas na identificação do que é falado. Deste modo, entendemos que se as empresas não procuram investir em novas tecnologias que possibilitem a integração de todos os usuários, elas acabam afastando-os, deixando-os segregados, excluídos e marginalizados. Nesse viés, há incentivos para que empresas de telecomunicações, entre outras, sigam a lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, de inclusão das pessoas com deficiências, porém não se encontra, na prática, assegurada a acessibilidade nos contextos de muitas mídias.

É essa situação que entendemos como uma estratégia biopolítica de normalização dos surdos. Não se trata de movimentos que reforcem diretamente a reabilitação clínica desses sujeitos, contudo, as brechas que permitem a não utilização de recursos de acessibilidade ou a baixa qualidade desses recursos evidenciam que ainda somos atravessados, enquanto coletivos, por lógicas clínicas que baseiam-se em índices de produtividade, de adaptabilidade

e de superação de limites individuais. Provavelmente, tais situações, mesmo diante dos movimentos acadêmicos de resistência associados aos estudos surdos, nos últimos anos têm sido fortalecidos pela lógica neoliberal e conservadora que tem envolvido diferentes contextos internacionais e, especialmente, nacionais. Sobre isso, Darsie (2022) e Mattioni *et al.* (2022) argumentam que a lógica neoliberal que envolve as sociedades contemporâneas, especialmente a brasileira, tem reforçado a ideia de que os sujeitos devam superar desafios a partir de seus próprios esforços, tendo em vista práticas de autocontrole relacionadas aos seus próprios méritos que passam a ser pautados por índices relacionados à uma ideia de sucesso.

Diante disso, ao pensarmos sobre a possibilidade de acesso e permanência nas redes sociais digitais, os surdos passam a ser subjetivados por uma dinâmica biopolítica que os responsabiliza pelo entendimento dos conteúdos disponibilizados. De forma sutil, passam a entender que diante dos processos coletivos, o desenvolvimento de habilidades específicas se torna fundamental para inserção no mundo digital e, assim, conformam-se com os contextos (in) acessíveis que lhes são oferecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de as redes sociais digitais possibilitarem a conexão de pessoas ao redor do mundo, é necessário ressaltar que elas continuam sendo ferramentas excludentes, ou seja, que não integram ou alcançam, de forma unânime, equânime e integral, todos os sujeitos que buscam utilizá-las. A maioria dessas redes disponibiliza ferramentas voltadas a usuários ouvintes, impossibilitando o acesso dos usuários surdos, desta maneira marginalizando-os.

Se a biopolítica é o conjunto de técnicas e estratégias de poder que o Estado utiliza para gerir, regular e controlar a população, no caso dos sujeitos surdos, os saberes clínicos ainda fazem com que os surdos sejam considerados sujeitos a serem corrigidos e esta lógica se associa às redes sociais digitais. Tal situação ocorre justamente pelo ocultamento do controle sobre a existência e eficácia das ferramentas de acessibilidade em diferentes meios digitais.

Considerando que a palavra “rede” pode se referir a sistemas sem barreiras, articulados por todos os usuários, ainda existe um longo e árduo caminho a ser percorrido em direção à inclusão digital.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (org). **A sociedade em rede**. Do conhecimento à ação política. Conferência promovida pelo Presidente da República. Centro Cultural de Belém, Belém, 5 mar. 2005.

CECILIO, G. M.; DARSIE, C. Identidades Transitantes: O Desencaixe do Deficiente Auditivo nos Discursos de/sobre Surdos e Ouvintes. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**, v. 5, p. 1-24, 2009.

DARSIE C.; FALLER, S. J. F. Deaf youth and cultural negotiation in Porto Alegre, Brazil. **Environment and Urbanization**, v. 23, p. 195-202, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0956247810395870>. Acesso em: 3 fev. 2023

DARSIE, C.; SCHROEDER, D. F.; WEBER, D. L.; SILVA, J. V. L. Ensino de Geografia para surdos: uma questão de língua e linguagem. **Ágora**, v. 18, p. 44, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/8304>. Acesso em 18 mar. 2023.

DARSIE, C. Pós-pandemia, Neoliberalismo e Educação. *In*: GENNAGEL, L. G. (org.). **Ensino de ciências humanas**: considerações, críticas e alternativas contemporâneas: volume II. 1. ed. Passo Fundo, v. 2, p. 87-101, 2022.

FERREIRA, D. O. J.; MARTINS, M. J. S. Acessibilidade para surdos na televisão aberta e mídias sociais. **Grau Zero**: Revista de Critica Cultural, v. 9, n. 1, 2021.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Tradução de Antônio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1992.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ITU. International Telecommunications Union. Measuring digital development: Facts and Figures 2022. Estados Unidos, nov. 2022. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/facts/default.aspx>. Acesso em: 3 fev. 2023.

LOCKMANN, K. A biopolítica em ação: gerenciando o risco da anormalidade surda. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, v. 1, mar. 2012.

MATTIONI, F. C.; SILVEIRA, R. P.; DARSIE, C.; ROCHA, C. M. F. Práticas de promoção da saúde como resistência e contraconduta à governamentalidade neoliberal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3273-3281, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SJ3FzPjMBdxQJG9hh3ZsrkQ/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

MELO, M. M. T. **Cultura e Surdez**: um diálogo a partir de Foucault. IX Seminário de Linguística Aplicada - VI de Tradução, São Paulo, 2006. *Cultura e surdez: um diálogo a partir de Foucault*. Salvador, 2006.

MOREIRA, D. R. **Um estudo da tecnologia Web 2.0**. Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em Ciência da Computação — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/498/o/Danilo2009.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2023.

REDE. *In*: MICHAELIS. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/rede/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

SINGER, P. W.; BROOKING, E. T. **LikeWar**: The weaponization of social media. Nova York: Eamon Dolan/Houghton Mifflin Harcourt, 2018.

SKLIAR, C. (org.). **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

THOMA, A. A constituição do espaço escolar como possibilidade de correção e normalização do sujeito surdo. *In*: LEBEDEFF, T. B.; PEREIRA, I. L. S. (orgs.). **Educação especial**: olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF, 2005.

ZENHA, L. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? **Caderno de educação**, v. 1, n. 49, p. 19-42, 2018.

ZILIO, V. M. A Língua Surda. *In*: LOPES, M. C. *et al.* **Cultura Surda e Libras**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2012, p. 28-40. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/25602792/cultura-surda-e-libras-maura-corcini-lobes-colaboradores>. Acesso em: 19 mar. 2023.

35

Adilson Cristiano Habowski

Cleber Gibbon Ratto

Vinícius Barbosa Cannavô

LINHAS DE FUGA DO BRINCAR DAS CRIANÇAS EM TEMPOS DIGITAIS:

**APONTAMENTOS ACERCA DO DISPOSITIVO
DE PERICULOSIDADE**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este capítulo busca perscrutar as linhas de fuga por dentro do dispositivo da periculosidade em algumas dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação sobre o brincar das crianças em tempos digitais⁵⁷. Parte-se do entendimento de que o dispositivo não se constitui apenas de regras, normas, recomendações e prescrições, mas opera também através de linhas de subjetivação e linhas de fratura, que escapam às outras linhas (FOUCAULT, 1990).

Dentro da atual investigação, o nosso primeiro movimento buscou discutir as bases da arquitetura discursiva que assentaram a infância no mundo moderno ocidental, tendo grande inspiração no legado do pensamento Iluminista dos séculos XVIII e XIX. Buscamos mostrar as condições que possibilitaram a emergência de discursos das crianças como “inocentes”, que é necessário mantê-las distantes das tecnologias digitais, dando condições para aquilo que denominamos de dispositivo da periculosidade (HABOWSKI; RATTO, 2022a).

A partir disso, partimos para a análise do corpus documental. Emergiu dois grandes direcionamentos argumentativos: 1) Imobilização do corpo, fazendo um alerta para a necessidade de resgatar as brincadeiras tradicionais, pois elas proporcionariam ao desenvolvimento infantil um elemento importante que é o movimento físico. 2) Diferença entre analógico e digital, chamando a atenção para um possível perigo no brincar com as tecnologias, no sentido de que

57

Este artigo situa-se no âmbito de um projeto de pesquisa que visa discutir as condições de proveniência e emergência dos discursos em dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação sobre o brincar das crianças em tempos digitais e perscrutar os dispositivos agenciados por tais discursos e seus potenciais efeitos. O *corpus* documental do projeto como um todo é constituído por 14 produções acadêmicas (5 teses e 9 dissertações) produzida na última década (2010-2019) a partir de um mapeamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando as palavras-chave: brincar e tecnologias digitais, selecionando apenas do Programa de Pós-Graduação em Educação.

as crianças estariam se inserindo num mundo que não existe e que nada produzem. A partir disso, percebemos o agenciamento de um dispositivo que denominamos de dispositivo da periculosidade, uma vez que se vê na relação brincante das crianças com as tecnologias digitais um risco (talvez porque ainda não conseguimos criar melhores mecanismos de governá-las).

O dispositivo da periculosidade exprime, especialmente, a potencialidade perigosa do brincar das crianças nas tecnologias digitais, uma determinada ameaça à integridade física e emocional da criança. Então, as tecnologias digitais como uma tendência para o mal; aptidão 'natural' para cometer perigos às crianças. O dispositivo da periculosidade (enquanto uma chamada que paralisa) em operação para fazer funcionar a gestão de risco; produção de subjetividades que estejam atentas aos riscos. O que torna os riscos tão contundentes são as verdades abarcadas nos avisos sobre os riscos, tornando-se numa potente estratégia de gestão das crianças, isto é, de condução das condutas. Trata-se de construir uma criança sujeitada, prudente e subjetivada até certo ponto pelo medo, agenciando o seu ajustamento.

Nesta perspectiva, a análise das teses e dissertações comportou uma dupla dimensão: de um lado, a análise das construções teóricas decorrentes das teses e dissertações propriamente ditas (enunciados); de outro, a análise da pesquisa enquanto experiência vivida pelos autores, produzindo "materiais" que eventualmente escapam ou não chegaram a ser tomados em análise por eles (acontecimentos). O que nos interessa neste texto está circunscrito em relação à segunda dimensão. Isto é, aquilo que os trabalhos efetivamente "disseram" ou se tornaram, mas também aquilo que eles não chegaram a dizer ou não chegaram a se tornar, o que ali permaneceu em potencial, como virtualidades a serem atualizadas. Tal esforço tentaremos abarcar nas discussões discorridas este capítulo.

CONCEITO DE DISPOSITIVO A PARTIR DE GILLES DELUZE E MICHEL FOUCAULT

Aqui, o nosso esforço consiste em perscrutar os acontecimentos, as singularidades, o inesperado, ou nos termos de Deleuze (1990), *linhas de subjetivação* e *linhas de fratura*, que *escapam às outras linhas* por dentro do dispositivo da periculosidade. São linhas bifurcadas, de curvas que relacionam regimes de saberes move-didos. Conectados a ordenamentos de poder, destinadas a gerar modos específicos de subjetivação, mas também, e por isso mesmo, modos singulares de fuga e resistência. Então, o dispositivo não se constitui apenas de regras, normas, recomendações e prescrições, mas opera também através dessas já situadas linhas de subjetivação e linhas de fratura, que escapam às outras linhas (DELEUZE, 1990).

Nessa dinâmica, as tecnologias de si são acionadas pelos diferentes dispositivos, com efeitos subjetivantes (FOUCAULT, 1990). A subjetivação envolve, portanto, a produção de efeitos em si mesmo, não tratando-se apenas de um comportamento passivo da criança consumidora, mas pelo contrário, de uma tensão e articulação constantes em jogos de força. Deste modo, o mesmo dispositivo que, supostamente, regula e modula as relações brincantes das crianças nas tecnologias digitais, proporciona possibilidades de fuga. Partindo da ideia de que um dispositivo relaciona poder, saber e subjetivação e que se apoiam em outros dispositivos, sempre é possível escapar dos diferentes mecanismos que constituem um dispositivo.

Para Deleuze (1990), o dispositivo é um produto da urgência histórica; um conceito de multilinearidade e que se articula enquanto condição de sua permanência. Uma grade multilinear construída sobre três fundamentos: saber, poder e modos de subjetivação. Deleuze (1990) vê, portanto, o dispositivo como um conceito operacional multilinear, organizado nesses três grandes eixos que,

por sua vez, remetem às três dimensões que Foucault (1990) distinguiu na sua obra. O primeiro eixo se refere à produção de saber, e mesmo à composição das redes discursivas; o segundo se refere ao eixo do poder, que indicará os modos em que as relações e disposições estratégicas de seus elementos podem ser determinados dentro de um dispositivo; o terceiro eixo se refere à produção de sujeitos. Deleuze (1990) também indica para as dimensões e linhas de força que constituem determinado dispositivo. Primeiro, o dispositivo tem duas dimensões, uma máquina que permite ver e falar, que ele chama de curvas de visibilidade e curvas de enunciação. A visibilidade é constituída de luz, que espalha o visível e o invisível, lançando-se sobre os objetos, fazendo-os aparecer ou desaparecer.

Os enunciados, por sua vez, espalham variáveis definidas pelos regimes de onde são originadas. Nas palavras de Deleuze (1990, p. 2), “[n]ão são nem sujeitos, nem objetos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações, as suas mutações”. Deleuze (1990) apontou que a terceira dimensão do dispositivo em Foucault consiste na ideia de que ele abrange linhas de força constituídas por saber e poder. As linhas de visibilidade e de enunciação determinam as idas e vindas entre o ver e o falar, visto que “agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras, sem que por isso deixem de conduzir a batalha” (DELEUZE, 1990, p. 2). Tais linhas podem estar em um dispositivo ou outro simultaneamente, tornando-as intercambiáveis, pois elas estão sempre sob tensionamentos pelas enunciações, pelos sujeitos, pelos objetos e pelas forças em ação geradas pelo próprio dispositivo. Deleuze (1990, p. 3), ao abordar da produção das subjetividades, menciona que algumas “escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo para colocar-se sob os poderes e os saberes de outro, em outras formas ainda por nascer”.

Para tanto, lançamos mão também e principalmente do conceito de dispositivo em Michel Foucault para operar metodologicamente. Tal conceito foi desenvolvido por Foucault (1988, p. 100-101),

sobretudo no primeiro volume da obra *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Primeiro, o dispositivo pode ser entendido como algo que está em diversas práticas, por meio de estratégias específicas que, por sua vez, se relacionam a muitas outras, em uma rede de poder e saber, mantendo o discurso e estabelecendo a verdade. Em segundo, o dispositivo congrega uma rede de poder-saber, de modo que o tensionamento entre eles estabelece regimes de verdade e, no caso do excerto de Foucault, a sexualidade na sociedade ocidental. Destacamos para o uso que Foucault faz das palavras móveis e polimorfos, que caracteriza o conceito em movimento, em circulação, sob diversos modos. Inclusive, que o dispositivo pode se atualizar historicamente, com novas configurações, conforme necessário, mas em contínua instabilidade, abarcando sistemas nem sempre homogêneos, sendo, portanto, condição de sua existência.

No sentido de Foucault (2001b), um dispositivo é uma rede, um emaranhado, uma trama que dispõe o visível e o invisível, o dito e o não dito enquanto função estratégica dominante. Possui características ativas e produtivas, e se organiza de acordo com certos propósitos, embora não necessariamente claros. Foucault (2001b, p. 23) compreende que a emergência de determinado dispositivo não se dá pelo seu ponto final, mas pelas diversas forças que lutaram em inúmeros momentos históricos para construir determinada verdade, sendo necessário “mostrar seu jogo, a maneira como elas lutam umas contra as outras, ou seu combate frente a circunstâncias adversas, ou ainda a tentativa que elas fazem – se dividindo – para escapar da degenerescência e recobrar o vigor a partir de seu próprio enfraquecimento”.

O dispositivo em si não é uma coisa, mas um efeito que seu funcionamento pode atingir (FERNANDES, 2012). O dispositivo do saber e do poder são constituídos por regimes de verdade inscritos socialmente e se engendram na separação entre o verdadeiro e o falso. Assim, o discurso “é imanente aos acontecimentos históricos e, juntamente com o dispositivo do qual é efeito, sofre as determinações

da história" (FERNANDES, 2012, p. 68). Portanto, um dos êxitos do dispositivo é justamente produzir o dizer incessante sobre como a criança deve ou não fazer uso das tecnologias digitais. Contudo, isso não se dá ao acaso, mas vem de uma soma de proveniências, desde a noção de infância, brincar, tecnologias digitais, que já buscavam produzir uma modulação do que seriam tais noções, potencializados pelas relações de poder e saber que instituem modos de existir e conviver nesse contexto. Essa trama de saber e poder, que compõe o dispositivo, se torna, de fato, um modo para sua operacionalização.

CORPUS DOCUMENTAL CIRCUNSCRITO PELO DISPOSITIVO DA PERICULOSIDADE

Denominamos o *corpus*⁵⁸ documental em Tese 1; Tese 2; Dissertação 1; Dissertação 2:

TESE 1 – LOUREIRO, Carla Cristiane. "Eu aprendo a brincar de mais coisas que eu não sabia!": Crianças e videogames numa brinquedoteca escolar. 2017. 250f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017.

TESE 2 – MENEZES, José Américo Santos. A criança na cibercultura: brincar, consumir e cuidar do corpo. 2014. 169f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2014.

58

Destaca-se que no âmbito do projeto em que este texto tem sua ancoragem, não se limita em analisar esses cinco produtos, uma vez que estamos trabalhando com mais dois dispositivos agenciados, a saber: dispositivo da redenção e dispositivo psicopedagógico. Inserimos aqui apenas aqueles que constituem a análise em questão. O *corpus* como um todo é composto por 14 produções acadêmicas (5 teses e 9 dissertações) produzida na última década (2010-2019) a partir de um mapeamento na BDTD, utilizando as palavras-chave: brincar e tecnologias digitais, selecionando aquelas do Programa de Pós-Graduação em Educação.

TESE 3 - SOUZA, Joseilda Sampaio de. **Brincar em tempos de tecnologias digitais móveis**. 2019. 471f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2019.

DISSERTAÇÃO 1 - CANASSA, Luciana Maria Rinaldini. **Infância, TIC e brincadeiras**: um estudo na visão de profissionais da educação infantil: desafios da geração homo zappiens. 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Oeste Paulista., 2013.

DISSERTAÇÃO 2 - MORAIS, Vinícius Barbosa de. **Jogos em aparelhos tecnológicos vivenciados por crianças**: processos educativos envolvidos. 2017. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

Não consideraremos de importância o “nome próprio” de quem produziu tais pesquisas, pois os discursos produzidos estão situados em outra ordem, onde a autoria não se designa pelo nome próprio do autor, senão que por sua inscrição maior ou menor numa ordem discursiva e nos regimes de verdade por ela agenciados. Isto é, tomo aqui o autor não como “indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio agrupador do discurso, como unidade e origem de suas significações” (FOUCAULT, 2002, p. 26). Aliás, Foucault (1987, p. 502) radicaliza essa noção ao afirmar que o próprio homem foi inventado. Vejamos a última frase do livro *As palavras e as coisas*: “então pode-se apostar que o homem se desvaneceria, como à beira do mar um rosto de areia”.

É exatamente nisso que se insere a genealogia, enquanto “uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc. sem ter que se referir a um sujeito” (FOUCAULT, 2001a, p. 7). Com a exterioridade, a análise não consiste em observar o sujeito que disse, mas o que é dito do lugar de sujeito a partir de onde se enuncia.

DIRECIONAMENTO ARGUMENTATIVO: IMOBILIZAÇÃO DO CORPO

Na contramão de discursos que buscam chamar a atenção para a necessidade de resgatar as brincadeiras tradicionais, pois elas proporcionariam ao desenvolvimento infantil um elemento importante que é o movimento físico⁵⁹, a tese 1 (2017, p. 175) em seu diário de campo, nos dá indicativos que o corpo também é chamado para se movimentar:

Quatro meninos jogam Mario Kart, o joystick é em forma de volante, **para cada curva necessária na tela, os meninos mexem o corpo todo, para a direita..., para a esquerda.** Muitas vezes, **o corpo é jogado para trás, fazendo um barulhão quando batem com as costas no pufe e, em geral, esse movimento é uma reação a alguma “barbeiragem” do seu carrinho na tela.** Eles também vão “narrando” o jogo: “Vai, corre!”, “come a vontade a plantinha”; “é isso mesmo”. [...] Quando o resultado aparece na tela, o vencedor se levanta com o volante no alto (como um troféu) e pulando comemora: primeiro, primeiro, primeiro! (diário de campo, 26/2/2015).

Como podemos perceber, na contramão de discursos que veem perigo no brincar com as tecnologias digitais pela aparente imobilidade do corpo das crianças conectadas aos ambientes digitais, há, na verdade uma “exuberância de estímulos sensoriais e instantâneas reações perceptivas em sincronia com operações mentais” (SANTAELLA, 2004, p. 132). Nessas interações, as crianças se movimentam entre diferentes interfaces e ambiências digitais. Não ficam apenas olhando o que é apresentado na tela, mas agem, criam,

59 Exemplo disso está presente na dissertação 1 (2013). A pesquisadora, ao questionar à um professor sobre a possibilidade de resgatar as brincadeiras e jogos tradicionais por meio da ação docente, recebeu a seguinte resposta: “[...] Sim, se o professor se propuser a estudar o que **o brincar proporciona ao desenvolvimento infantil nos aspectos físico (porque a criança é sinônimo de movimento), cognitivo (porque constrói seu conhecimento de maneira ativa e formula hipóteses acerca dos acontecimento do seu entorno a todo momento), social (vive em grupo) e psicológico (tem sentimentos e emoções).** Resgatar as brincadeiras e jogos tradicionais com as crianças, além de ser uma atividade carregada de sentido para eles, é educativa e os fará conhecer e respeitar os jogos de cada momento histórico. É nosso dever estimular o brincar, somos profissionais da infância!!![...]” (DISSERTAÇÃO 1, 2013, p.66-67). Vale dizer, novamente, que a pesquisadora não faz críticas a essas afirmações, mas, ao contrário, endossa tais discursos.

constituindo-se num espaço em potencial. Pode até parecer que o corpo está imóvel, mas por entre os corpos, no corpo-a-corpo, no “jogo dos corpos”, todo o corpo está em *turbilhão*. É o que me suscita a pensar a partir da tese 1 (2017, p. 175) na sua experiência de pesquisa:

O apertar de botões só parecia fazer sentido quando a criança intermediava corporalmente o que era visto na tela. O brincar, assim como o aprender, mostrava-se repleto de sinestésias. *“Para brincar você está com o boneco brincando de verdade, na mão. Nos jogos só estou com o controle na mão controlando os bonecos na tela. Eu também controlo quando brinco, mas com a minha mão, sem o controle”* (Leandro); **“Jogar tu não brinca, porque só usa a mão para mexer no controle, e brincar usa o corpo inteiro”** (Luara).

Nas ambiências digitais, as crianças experienciam acontecimentos que alteram significativamente sua relação com a representação, pois mergulham no ambiente integrado sem qualquer separação. O corpo não consiste em algo que esteja isolado no humano, mas trata-se de um instrumento para efetivar acoplamentos ao ambiente e assim fluir pela vida. Neste fluir, as afecções do corpo nos constituem como subjetividade. Nas palavras de Guattari (1992, p. 17),

O que importa aqui não é unicamente o confronto com uma nova matéria de expressão, é a constituição de complexos de subjetivação: indivíduo-grupo-máquina-trocas múltiplas que oferecem à pessoa possibilidades diversificadas de recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos e, de alguma forma, de se re-singularizar.

Em Espinosa (1983), o corpo consiste numa máquina que reproduz em suas funções modais a natureza mais ampla da qual é parte indissociável. O pensador compara o processo da construção de conhecimento com a fabricação de objetos afirmando que “a inteligência pela força natural fabrica para si instrumentos intelectuais” (ESPINOSA, 1983, p. 20). Há ocasiões em que os movimentos de pensamento e movimentos no corpo não são concomitantes, e o movimento de pensamento não significa que o corpo esteja em deslocamento. Uma criança pode brincar sem se mover, ou um mínimo movimento pode realizar um grande pensamento. O corpo é afetado

por objetos externos e a mente (mente enquanto processo e não como coisa) faz esse mapeamento das afecções.

Rolnik (2006, p. 31) explica que no encontro “os corpos, sem seu poder de afetar e serem afetados, se atraem ou se repelem. Dos movimentos de atração e repulsa geram-se efeitos: os corpos são tomados por uma mistura de afetos. Eróticos, sentimentais, estéticos, perceptivos, cognitivos [...]”: Nessas experiências, a imagem deixa de ser apenas uma imagem, tornando-se um objeto que afeta o corpo da criança em sua globalidade. Um brincar por imagens em movimento, produzindo afecções, pulsões que vibram no corpo.

As crianças, ao brincar com as tecnologias digitais, quase viram do avesso para fazer parte deste brincar. Movimentos de desejo que formam conexões, novos modos de conexão, novas imagens de si, novas direções e conexões a partir das variações que vão sendo inventadas. A visibilidade dos corpos das crianças resultantes de ações regulatórias que atuam dentro de sua própria esfera de gravidade. Vejamos esse movimento que agora acionamos na tese 1 (2017, p. 175, grifos nossos):

[...] os vídeos gravados no espaço da brinquedoteca têm muitas horas de **crianças “mexendo no controle” e movimentando o corpo todo**. Aqui, não estamos falando apenas dos videogames com controle que reage ao movimento, mas de praticamente todos os jogos. **Mesmo quando acomodadas nos pufes para jogar, as crianças estão quase sempre conversando, discutindo estratégias para jogo, ou tirando dúvidas com os colegas e, com frequência, narram o jogo em voz alta.**

Como podemos perceber, a pulsação profunda é o corpo excitado diante do acontecimento presente. Nietzsche (1995, p. 10) afirma que “o corpo é a grande razão, uma multiplicidade dotada dum sentido único, uma guerra e uma paz, um rebanho e um pastor [...]”. Há mais razão no teu corpo do que na tua melhor sabedoria!”. Então, ficar fixo na tela não representa a única opção de movimentação, pois corpo não se limita à ação e reação! Ele tem a capacidade de orquestrar agenciamentos e inserir-se em variação. Mesmo no brincar digital aparentemente imóvel, o corpo é movido por *perceptos*

(novas formas de ver e ouvir) e *afetos* (novas formas de sentir). Espinosa (1983, p. 178) diz que “[n]ão se sabe o que pode o corpo”. Complemento aqui que não sabe exatamente o que pode o corpo no âmbito das tecnologias digitais. Arrisco dizer, a partir de Espinosa (1983), que o corpo e as experimentações brincantes com as tecnologias digitais se acoplam vigorosamente de *afetos* e de *perceptos*. No entanto, nem sempre é necessário sair de seu local. Esses movimentos, ou sua possibilidade, podem ter mais a ver com o silêncio da escuta, com a calma da espreita com um corpo que mais do que se mover, age passivamente.

Tais movimentos ou a possibilidade deles, talvez, tenham mais a ver com a quietude da espreita, com o silêncio da escuta, com um corpo que, mais do que se mexe, passivamente, age. Deleuze (2007, p. 172) nos diz que “é preciso não se mexer demais para não espantar os devires; os devires são o que há de mais imperceptível!”. Segundo o pensador, o que pode um corpo fazer não deve ser confundido com determinadas partes ou funções, que são matérias orgânicas ou fisiológicas, mas precisa ser considerado em relação aos seus *afetos*.

Mesmo em movimento, a criança já não se contenta em seguir os movimentos dos personagens, ou fazer os movimentos que são apenas objetos, mas em todos os casos subordina a descrição do espaço à função do pensamento. Mais do que uma simples distinção entre a realidade e o imaginário, subjetivo e o objetivo, sua indistinguibilidade, ao contrário, confere à tela uma riqueza de funções e traz novos conceitos de enquadramento e reconstruções do corpo brincante. Santaella (2003) explica as mutações do corpo são tantas e tão radicais que se aproxima o momento em que será difícil distinguir entre vida natural e artificial. Como é o caso da tese 2 (2013, p. 93-94) que agora acionamos quando trata sobre o avatar (representação gráfica da criança no ambiente digital):

[...] o jogo digital Club Penguin é mundo que está sendo utilizado largamente pelo público infantil. Nesses ambientes, eles podem ser, por meio dos avatares, eles mesmos ou quem desejarem ser, viajar por espaços fictícios ou totalmente metafóricos. [...] Com as observações das crianças jogando no computador e depoimentos através das entrevistas, percebi que a experiência do jogo simbólico é vivida nos jogos digitais de forma muito semelhante quando comparada aos jogos tradicionais. A brincadeira imaginativa das crianças diante do computador segue muitas das mesmas regras da interatividade e da fantasia que regem toda brincadeira infantil. Ao destruir o monstro do jogo, a criança se sente vitoriosa, projetando-se como personagem deste desafio, superando seus limites e destruindo todo o mal: "eu sou o herói e vou matar o monstro e salvar a menina e o pequeno além que a acompanha. Eu sou o herói e vou matar o monstro de pedra ...eu tenho que matar ele.. e salvar todos..." (Caderno de Anotações, 2708.11).

A relação da criança com o ambiente digital por meio do seu avatar produz um sentimento de estar 'mais presente,' 'mais vivo,' justamente pela criação de um eu virtual (avatar), produzindo a sensação de estar lá no ambiente junto com outras crianças construindo diversos elementos. Não mais o corpo enquanto fisiológico, mas um corpo enquanto força e potência, abrindo espaço para os fluxos. Nesta questão do corpo presente digitalmente, Santaella (2003, p. 199) considera que, atualmente, "tudo parece indicar que muitas funções vitais serão replicáveis maquinicamente assim como muitas máquinas adquirirão qualidades vitais". Hoje, o corpo híbrido, entre o artificial e o natural, o real e o simulado, é chamado por muitos de pós-humano. Um ponto que diferencia esta revolução tecnológica de outras é o seu ritmo acelerado (SANTAELLA, 2003). Aliás, o próprio desenvolvimento da tecnologia se confunde com o desenvolvimento humano. Desde as tecnologias da natureza, como o aparelho fonador, que nos fizeram diferentes dos outros seres vivos até às mais recentes invenções, nossa vida é indissociável da tecnologia, de modo que o ser humano não falaria se não tivesse instalado no próprio corpo o aparelho fonador (SANTAELLA, 2012).

Deste modo, "não há divórcio entre a evolução biológica humana e a revolução tecnológica" (SANTAELLA, 2011, p. 129). Isto é, somos humanos porque somos tecnológicos. O ser humano nasce na condição de inacabamento, da falta (e também morre na condição

de inacabado!). A partir do nascimento decorre toda a constituição psíquica, a dimensão de ser cuidado, a aquisição da linguagem. Contudo, esses aspectos não cessam quando nos elevamos à condição de falante, uma vez que somos continuamente atravessados pela linguagem vida afora. Isso porque as principais tecnologias são tecnologias de linguagem, pois são constitutivas do humano, de modo que “todas as tecnologias de linguagem subseqüentes só vieram expandir essa tecnologia primordial. No ponto em que nos encontramos hoje, com as tecnologias digitais, o que está sendo expandido são as nossas capacidades cerebrais” (SANTAELLA, 2011, p. 129). Assim, a tecnologia se configura como um corpo de conhecimentos que, além de usar estratégias singulares, cria e transforma processos linguísticos e materiais, significando o saber fazer. A entrega e o modo com que a criança se relaciona com a vida estão também presentes nessas vivências brincantes. O espaço potencial de simulação expande as possibilidades de invenção, e possibilita que as crianças compartilhem, negociem e refinem modelos comuns.

DIRECIONAMENTO ARGUMENTATIVO: DIFERENÇA ENTRE ANALÓGICO E DIGITAL

Na contramão de discursos chamam a atenção para um possível perigo no brincar com as tecnologias, no sentido de que as crianças estariam se inserindo num mundo que não existe e que nada produzem, a tese 2 (2013, p. 93, grifos nossos) nos possibilita pensar a partir de uma outra perspectiva, por exemplo, quando imaginam e criam realidades no Club Penguin⁶⁰:

60

O Club Penguin é um mundo virtual desenvolvido pela Disney. Neste jogo há chat e vários jogos para seus avatares (personagens) brincarem. O cenário é uma ilha nevada em que os pinguins (personagens) interagem. Dispõem diferentes ambientes, como lojas, café, restaurante, danceteria.

"os jogos que eu mais gosto é o que **posso imaginar pessoas e lugares, imitando a realidade**. Por isso, prefiro o Club Penguin" (Caderno de Anotações, 2708.11). "**Aqui a gente imagina vilas, pessoas, que a gente vai fazer as coisas**. Quando eu crescer eu quero montar uma creche, quero que tenha uma vilazinha ó, um corredor assim, com umas casinhas, **umas coisas da vida real**, um jornal, sabe essas coisas" (Cadernos de Anotações, 2708.11).

A partir de suas experiências, as crianças trazem referências de seu contexto sociocultural para combinar e criar outras realidades, muitas das vezes reinterpretando situações do cotidiano. É importante sinalizar que a brincadeira não é uma ação natural, mas dotada de significações referenciadas pelo cotidiano da criança, tem um significado específico articulado a um sistema próprio de decisão e a um conjunto de regras que podem ser compartilhadas por cada criança que está brincando. Brougère (2001) reforça que não existe brincadeira natural, pois se trata, antes de tudo, da decorrência de regras constituídas à margem da realidade, com os mesmos comportamentos da vida cotidiana, ainda que o objeto não reproduza literalmente a realidade. Para ele, a função simbólica dos brinquedos é a sua finalidade principal. Os brinquedos assumem as funções que a criança precisa na hora, de modo a atender às suas necessidades de uso de objetos específicos, aliado à invenção, passam a dar o tom e a forma na brincadeira.

Deste modo, esses excertos nos revelam que muitas brincadeiras desenvolvidas pelas crianças durante as pesquisas em análise por meio das tecnologias digitais não estão desvinculadas de seu modo de vida, mas buscam jogos digitais relacionados ao seu cotidiano, como simular que estão dirigindo um carro, que estão fazendo bolos, quando se maquiando e criando outros penteados para as bonecas, ou até mesmo quando estão lutando contra inimigos de Super-heróis.

Jasmine: Aqui com esse produto você pode fazer o cabelo dela crescer!

Pesquisadora: E faz penteados?

Jasmine: Sim! E você pode lavar e pintar!

Jasmine: Aqui você vai secar e deixar normal!

Pesquisadora: Hummmm

Jasmine: Aqui você pode pintar o cabelo de qualquer cor que você queira!

Jasmine: Aqui você pode alisar, escovar e cachear!

Jasmine: Aqui você escolhe a cor que você quer! Aqui tem umas coisas que você pode colocar no cabelo dela! E também tem chapéu! Aqui tem óculos que também pode colocar...

Jasmine: Vou fazer o penteado dela! Só deixa eu fazer o cabelo dela crescer mais!

Jasmine: Ficou engraçado!

Pesquisadora: Ficou mesmo! (Jasmine, 9 anos).

(TESE 3, 2019, p. 344, grifos nossos).

Assim, os elementos do cotidiano utilizados pelas crianças têm uma função simbólica, permitindo-lhes usar, modelar e permitir a apropriação de imagens e símbolos, fornecendo à criança suporte para a ação lúdica com as tecnologias digitais. Brincadeiras de maior significado relacionados ao ambiente em que vivem conferem um *status* de domínio básico sobre outras, mas que permitem às crianças criar, inventar e tentar nesse universo, sendo um espaço de incerteza onde tudo pode acontecer, um mundo cheio de incertezas orientado por um comportamento dinâmico. Em suas brincadeiras com as tecnologias digitais, as crianças partem de sua realidade e adaptam-se à sua potencialidade inventiva. Deste aspecto, a infância, como experiência que constrói a condição histórica do sujeito, torna-se uma infância afirmativa, ou melhor, deixa de significar ausência, mas significa força e potência. Nas palavras com Kohan (2007, p. 86),

Infante é todo aquele que não fala tudo, não pensa tudo, não sabe tudo. Aquele que, como Heráclito, Sócrates, Ranciere e Deleuze, não pensa o que todo mundo sabe, não fala o que todo mundo fala. Aquele que não pensa o que já foi pensado, o que "há de pensar". É aquele que

pensa de novo e faz pensar novo. Cada vez pela primeira vez... “Nossa” história está inacabada. A experiência está aberta. Nessa mesma medida somos seres de linguagem, de história, de experiências. E de infância.

Esse modo de viver o tempo da infância está presente nas relações que as crianças constituem com as coisas e nos seus modos singulares de pensar e criar. Constituem modos próprios e singulares que rompem com o nosso modo linear de pensar e viver o tempo. O tempo na brincadeira não tem pressa, passa devagar. Uma experiência que se realiza na novidade, na curiosidade, na partilha de vida. A brincadeira como experiência têm essa potência de resistência que é pulsante e curiosa, pois se constitui como modo de entrega e criação. A brincadeira pode se constituir como possível trilha de fuga diante da aceleração do *chrónos*, que é agitado pelo relógio que não leva em consideração o tempo da infância (HABOWSKI; RATTO, 2022b).

O tempo infante é o tempo *aiônico* que se dá na experiência. Experiência com as brincadeiras e com suas múltiplas expressões. O tempo das crianças não pode ser ajustado e medido pelo relógio de um adulto. Talvez esta seja a trilha de fuga para que as crianças não sucumbam à ordem cronológica da existência, como os adultos ao tempo do *chrónos*. O tempo das crianças é um tempo de criação, de curiosidade, da abertura para coisas novas. Um tempo que se prolonga, que se deixa se experimentar, se sentir e se perceber; que investiga, que ouve a si e aos outros; avanços e interrupções. Imersas no tempo *aión*, a criança repete, brinca a mesma brincadeira quantas vezes forem necessárias, canta a mesma música repetidas vezes:

[E elas três continuaram a cantar as músicas junto com a Larissa Manoela].

Pesquisadora: Poxa Tiana, para quem não gosta, você está ótima! Está sabendo todas as letras!

Tiana: Olha quem me obriga a aprender, tia! Elsa!

Tiana: Tia, imagine que Elsa assiste isso umas vinte vezes seguidas! Como não aprender?

(Tiana, 11 anos).

(TESE 3, 2019, p. 397).

A repetição é um traço marcante! Quando o Capitão América diz: “eu sou o vilão de novo”, ele relaciona o passado e o presente na brincadeira. Foi vilão no passado e quer jogar para ser vilão. Percebe-se o traço do passado e presente no desejo inscrito de jogar para ser o vilão. Contudo, trata-se de uma repetição que será sempre singular; fazer novamente não como fazer igual. Aproveito o diálogo realizado entre a pesquisadora e as crianças para trazer outro elemento importante. Na contramão de discursos que chamam a atenção para outro perigo, do quanto “é preocupante observar o interesse da nova infância por jogos de vídeo games, internet e brinquedos em geral, que incitam a violência e a cultura de morte (DISSERTAÇÃO 1, 2013, p. 32, grifos do autor), a partir da narrativa presente na tese 3 (2019), podemos perceber que as crianças estão bem cientes de que as experiências nesses espaços são situações de jogo.

Deste modo, as crianças não somente atuam em cenários virtuais, mas colocam-se representadas através dos personagens que manipulam com o toque da tela das tecnologias digitais. Ou seja, neste nível, a ação é acompanhada de uma perspectiva interna, como se o jogador estivesse em cena, enfatizando a sensação de imersão, então a perspectiva é sempre a do jogador, colocando-se muitas vezes em protagonista. Nesse movimento, as crianças jogam e comentam situações da brincadeira, desenvolvendo estratégias para permanecer no jogo, mas claramente têm a distinção de limites virtuais.

O brincar com as tecnologias digitais também não se encerram “quando um dos participantes do grupo se destaca como aquele que tem domínio das regras da brincadeira. Ao contrário, se atualizam pela manutenção e o desejo de recomeçar novamente” (TESE 3, 2019, p. 398, grifos do autor). Parece que nesta experiência de pesquisa, encontramos a potência de invenção nas crianças e nas experiências brincantes, pois muitos mundos são criados a partir dessa experiência criadora. Freud (2015) destaca que a criança experimenta a base do comportamento criativo enquanto brinca porque ela é livre para transformar uma coisa em outra.

No texto *O poeta e o fantasiar*, Freud (2015) sugere que toda criança brincando se comporta como um poeta, pois ela cria seu próprio mundo. A reinvenção é expandida ao incorporar as tecnologias digitais nas suas brincadeiras, recebendo uma configuração de maleabilidade, fluidez, podendo ser assíncrono e não linear. A repetição é potencializada pela reconstrução. Essa ação é possível porque eles estão interagindo com um ambiente que possui um aspecto simulado em sua jogabilidade, para que possam destruir e construir novamente sem precisar terminar o “jogo” ou recomeçar.

O brincar dessas crianças nos diz da repetição, continuidade, reinvenção e reconstrução. Para Kohan (2005, p. 252), infância, de contínuo nascer, “simboliza a possibilidade de uma ruptura radical com a repetição do mesmo, a expectativa de uma repetição livre e complexa, do radicalmente novo, do que não pode ser inscrito na lógica do estabelecido”. Nesse espaço potencial, as crianças planejam suas atividades, tomam decisões e alteram os parâmetros de um modelo de jogo. Será na repetição das brincadeiras, de assistir ao mesmo vídeo inúmeras vezes, voltar no vídeo em uma parte específica, que as crianças memorizam e desenvolvem estratégias de exploração desses ambientes, apropriando-se dos saberes para novas explorações e tomada de novas decisões. Na vivência desse espaço potencial, novos termos, normas e rituais são incorporados nas brincadeiras. Mas cuidado! Não se trata da constituição de novas experiências a partir da tentativa de fazer uma oposição entre as brincadeiras digitais e as não digitais, como determinados discursos parecem querer dizer. Vejamos o relato de uma professora presente na dissertação 1 (2013, p. 68, grifos nossos):

[...] hoje as crianças vivem presas. **Elas não saem para brincar, o sonho delas é o computador. Entre brincar lá fora, no quintal e o computador, elas ficam com o computador.** O brincar, jogar bola, correr, fica pra depois [...] O brincar, aquele que eu conheci de correr na rua, pega-pega, amarelinha, **tudo isso eles não fazem mais, são só jogos no computador, esse é o brincar deles**[...]

Essa narrativa busca sustentar o entendimento de que ambientes digitais e não digitais são de domínios distintos, desconectados ou separados entre si por uma fronteira. E que o perigo estaria nas tecnologias digitais, tentando culpá-las pelo desinteresse das crianças pelas brincadeiras 'antigas.' Para tanto, reivindica-se as brincadeiras 'antigas' como experiências mais factuais, mais autênticas. Acontece que herdamos do cartesianismo a cultura da separação, que nos conduz à separação entre mente e corpo. Essa separação tem efeitos dramáticos ao negar no ser humano sua função como um todo indivisível. Spinoza, contemporâneo de Descartes no século XVII, questionou essa separação mostrando a profunda imbricação da mente e o corpo, e o que isso significa para a constituição do indivíduo. O filósofo defendeu a ideia de integrar todos os níveis da realidade em uma substância única, na ideia de que existe apenas uma única no universo e, como tal, estamos constantemente afetados pelo que está ao nosso redor. Contudo, não se trata de uma determinação, mas de uma afecção, pois as afecções dependem do tratamento dado a elas. Trata-se de pensar na interação entre o digital e o analógico, o corpo com a tecnologia. Aliás, outro reducionismo da modernidade foi pensar a técnica como dissociada do humano. Deste modo, lampeja da modernidade em relação à tecnologia essa postura dicotômica entre técnica *versus* humano.

Contudo, as tecnologias digitais não precisariam competir com as brincadeiras analógicas, mas as práticas nos campos presenciais e não presenciais são combinadas e integradas pelas crianças. Essa integração não se constitui a partir de artefatos separados, mas estão interligados pelos agenciamentos construídos pelas crianças. A definição de qual brincadeira ou artefato que será utilizado está intimamente relacionado aos interesses do grupo brincante. A partir da narrativa da Mulher-Gato com a pesquisadora que apresento na sequência, percebe-se que a separação entre analógico e digital não existe, pois segundo a Elsa, *elas brincam das coisas que a gente brinca*, de modo que virtual/digital e analógico/físico estão entrelaçados, ou seja, um integra o outro.

Pesquisadora: Olha! Ela tem um tablet, você viu Elsa?

Elsa: Ela tem tablet, tem conta no *YouTube*, tem celular!

Pesquisadora: Sêrio?

Elsa: Mas tia, em todos esses desenhos ou a maioria deles, os personagens têm celular, tablet e tudo isso!

Pesquisadora: Hummm! Deve ser por isso que vocês também querem ter seus próprios celulares, né?

Elsa: É porque elas brincam das coisas que a gente brinca!

Pesquisadora: Esse desenho...Elas aprendem a ser super-heroínas?

Elsa: Sim! Aqui é a escola de Super-heróis! É igual a uma escola!

Pesquisadora: hummm (Elsa, 5 anos)

(TESE 3, 2019, p.224, grifos nossos).

“Elsa: É porque elas [as personagens] brincam das coisas que a gente brinca”! O que consigo perceber aqui é se trata de uma afecção, ou nos termos de Simondon (1989, p. 186), uma tecnoestética, no sentido de que “uma ferramenta pode ser bela na ação, logo que ela se adapta bem ao corpo que ela parece prolongar de maneira natural e amplificar, de alguma maneira, seus caracteres estruturais”. Simondon (1989) posiciona os objetos técnicos como integrados ao humano que eles prolongam. O pensador chama atenção para duas posições que considera reducionistas: a primeira que vê a possibilidade de humanização na cultura e o perigo da desumanização pela tecnologia; a outra que percebe os objetos técnicos apenas pelo viés da utilidade. Em ambos os casos, há uma fragmentação humano-máquina e um reducionismo dos objetos técnicos, entendimentos que demonstram um desconhecimento presente nas máquinas que o próprio humano cria. Simondon (1998, p. 265) compreende que é necessário entender a relação entre as ações humanas e os objetos que as reconfiguram, de modo que,

A alegria que se sente ao circular entre as construções novas é, ao mesmo tempo, técnica e estética. O sentimento técnico-estético parece ser uma categoria mais primitiva que o próprio sentimento estético, ou o aspecto técnico considerado sob o ângulo estrito da funcionalidade, que é empobrecedora.

O aspecto humano dos objetos técnicos de Simondon (1998) está relacionado à expansão do potencial humano de conhecimento e abrindo a invenção de modos de vida. O autor considera que não possui fundamento para os posicionamentos dicotômicos e preconceitos em relação aos objetos técnicos, de modo que se torna fundamental o resgate do encargo constitutivo da técnica para o processo de subjetivação, pois, “a tecnoestética não tem como categoria principal a contemplação. É no uso, na ação, que ela se torna de certa forma orgásmica, meio tátil e motor de estímulo” (SIMONDON, 1989, p.259). Ao ler a defesa de Simondon (1989) dos objetos técnicos (ou das tecnologias digitais, no caso desta tese), encontro um gesto complexo que me mostra de forma indissociável como a tecnologia se comporta em suas dimensões epistemológica e ontológica.

No entender de Ortega y Gasset (1963, p. 45), “o homem começa quando começa a técnica”. Aliás, o próprio termo tecnologia origina da união do radical *tecno*, do grego *techné*, que se constitui em um saber fazer, arte, destreza; e *logia*, do grego *logus*, palavra, razão, raciocínio, fala. Ao contextualizar historicamente o sujeito, cabe lembrar que juntamente com a evolução histórica das técnicas, como a utilização de objetos que foram transformados em instrumentos diferenciados, as culturas avançaram em sua complexidade e aceleração, concomitante ao processo de desenvolvimento das sociedades humanas. Nos primórdios, as técnicas utilizadas pelo sujeito consistiam muito mais em alterar o mundo de forma prática do que compreendê-lo, ainda que a forma prática fosse uma forma de acessar o mundo para compreendê-lo.

A história das técnicas e das tecnologias não deve ser apenas referida como uma descrição contínua dos recursos elaborados pelos sujeitos. Trata-se de pensar, sobretudo, a partir das condições de possibilidade que favorecem o esforço humano em desenvolver seus objetos e, por conseguinte, alterar o mundo em que está inserido, garantindo-lhe melhores condições de vida. Isso ocorre desde os tempos imemoriais, quando o sujeito já utilizava recursos

encontrados no ambiente, como instrumentos que lhe possibilitavam ampliar suas habilidades corporais. O potencial tecnológico do sujeito já estava presente desde as sociedades pré-históricas, ao considerar que o sujeito daquele período já utilizava objetos encontrados na natureza como uma extensão do corpo. O sujeito foi utilizando os recursos naturais em benefício próprio para atingir fins específicos de sobrevivência e manutenção da espécie, tais como: pedras, ossos, galhos e troncos de árvores. Entretanto, no início não havia a intencionalidade em modificar estes objetos para torná-los mais práticos. Mesmo assim, pode-se afirmar que estes artefatos, por viabilizarem o alcance de objetivos pré-determinados, caracterizaram-se como instrumentos tecnológicos fornecidos pelo ambiente.

As tecnologias são tão antigas quanto a espécie humana. Não existe história da tecnologia sem o sujeito, antes o objeto era algo inerte, se tornando tecnologia apenas na mão do sujeito. Na verdade, foi a necessidade e a engenhosidade humana que deram origem as mais diversas formas tecnológicas. Todavia, apenas com o *Homo Erectus* durante o período Paleolítico (também chamada de Idade da Pedra - 4.000.000 a.C.) que se teve a pedra talhada como recurso instrumental intencionando a transformação dos *modus vivendi*. A importância da utilização instrumental atingiu grande proporção durante esse período, pois envolveu a descoberta do fogo, a invenção da roda e o desenvolvimento da linguagem com finalidades comunicativas.

Na relação com os objetos pela manifestação da inteligência humana, surgia, então, a técnica junto com os primeiros hominídeos e a conseqüente elaboração de instrumentos rudimentares. Na visão antropológica, é difícil o sujeito sobreviver sem instrumentos por mais rudimentares que sejam (VERASZTO *et al.*, 2008). Assim, é com o sujeito que as técnicas iniciam seu desenvolvimento, pois eles têm a capacidade de se transformar em um inventor de novos mecanismos, muito além do encontrado outrora na natureza. "Essa fabricação dos primeiros instrumentos de pedra lascada já correspondia

a um saber-fazer: uma tecnologia, que desenvolvida pelos nossos antepassados, fez surgir uma verdadeira *indústria das lâminas*, aperfeiçoadas à medida que o tempo ia passando" (VERASZTO *et al.*, 2008, p. 24). Consequentemente, a construção destes primeiros artefatos tecnológicos possibilitou ao sujeito novos modos de organização social, bem como a própria sobrevivência. As ferramentas e utensílios foram de suma importância para o desenvolvimento do ser humano na história. Assim, nessa trajetória do desenvolvimento tecnológico, precisa-se considerar o caminho do desenvolvimento que passa, por exemplo, pedaços de galho que funcionavam como suporte (bengala) ao homem da caverna, até as próteses modernas de fibra de carbono que permitem que atletas amputados de duas pernas compitam nas Olimpíadas junto com atletas sem deficiência.

De acordo com Bunge (1980), não existe tecnologia em que o sujeito se limita a aplicar saberes técnicos (*techne*). Além desse saber-fazer, existem elementos artesanais na sua ação, isto quer dizer que a tecnologia raramente está em uma condição fixa, dura e pura, sem os elementos criativos, ideológicos ou estéticos. Ainda, segundo Bunge (1980, p. 188): "[a] tecnologia está enraizada em outros modos de conhecer. Não é um produto final, ao contrário, está metamorfoseada na prática técnica e na perícia do médico, professor, administrador, financista ou especialista militar". Então, tudo o que fazemos, desde o princípio, acontece pela acoplagem com as tecnologias que fomos inventando formas de saber e viver.

Isto é, a relação do humano com a tecnologia é aquela que os constitui cognitivamente. Nas palavras de Kastrup (1999, p. 183), "a técnica não é somente o terreno dos objetos artificiais, mas potência de artificialização da cognição e de virtualização da inteligência". Trata-se de entender que a técnica "não artificializa uma natureza dada, mas reverbera sobre a natureza da cognição, natureza em si mesma artificiosa e inventiva, que a vida virtual prepara. Abre-se assim a possibilidade de pensar a cognição como híbrido de natureza e artifício" (KASTRUP, 1999, p. 183). Vale lembrar que o próprio

Espinosa (1983) já havia traçado uma analogia entre a técnica de fazer um instrumento e a técnica de pensar. Para o pensador, os sujeitos inventam tanto instrumentos técnicos quanto técnicas para pensar, e nos dois casos, aprimoram este instrumental. Junto com Simondon (1989), busco pensar que a tecnologia está intrinsecamente ligada à cultura e ao devir do sujeito, sem negar que as realidades tecnológicas são realidades humanas. Em nossa cultura, a tecnologia é despojada de um significado potencial no sentido de ser considerada estranha aos humanos.

Trata-se do entendimento de tecnologia como autoconstituição, que já está presente em Espinosa (1983). A noção de substância única abrange infinitas formas de cada ser vivo. Cada sujeito um é uma maneira da Substância Única, modificando-a por meio de suas singularidades. Implícito nessas modulações de cada ser vivo está todo um conjunto de tecnologias do humanizar-se. Acontece que as tecnologias digitais entram na educação apenas como ferramentas auxiliares de ensino e raramente como dispositivos de acoplamento. A própria enunciação “uso das tecnologias digitais” (muito presente no meu *corpus* documental) me faz pensar na separação entre máquina e humano. Torna-se necessário, portanto, um movimento de resgatar a tecnologia dos “rancores” da modernidade para mostrar a complexidade de um paradigma que vê a potência do humano nos objetos técnicos.

Na perspectiva de Lévy (1996, p. 15), “[p]ela primeira vez dispomos de uma técnica que pode permitir de um modo verdadeiramente operacional e razoável uma gestão coletiva do coletivo”, pois trata-se “de um instrumento que permite ao indivíduo comunicar-se com o coletivo, que permite a grupos comunicarem-se entre si, possibilitando a comunicação transversal”. Trata-se de tecnologias intelectuais (LÉVY, 1993). O autor aponta para a necessidade de deslocar o foco do objeto (computadores ou qualquer recurso técnico) para a ideia de projeto (a rede de relações humanas que se pretende instituir). As tecnologias intelectuais de alguma forma reorganizam

a visão dos sujeitos usuários e modifica seus modos de comunicação, de tomada de decisão e seus reflexos mentais. Deste modo, as tecnologias digitais é um elemento estruturante que carrega conteúdo e sustenta novos modos de ser, de pensar e de agir. É a inteligência humana a criadora das virtualizações artificiais, bem como é o fundamento para a dinâmica da intercompreensão de diferentes formas de linguagem e de vida em formato de redes (LÉVY, 1999).

Não buscamos aqui não reconhecer que existem diferenças entre o analógico e o digital, porém, à medida que as crianças interagem com suas referências culturais em ambas as situações, essas fronteiras se fragmentam e o digital e o analógico se justapõem, se integram. Pensamos que se torna complicada para as crianças essa divisão e delimitação do que é digital e analógico, pois elas integram tudo em suas referências culturais, esses dois campos se entrelaçam através do processo de invenção, modificação e significação. Contudo, mesmo que esse discurso apareça de forma significativa no meu *corpus* documental, sobretudo na ideia de que real e virtual se tratem de realidades opostas, as crianças não percebem como fronteiras. Como no diálogo da tese 3 (2019, p.223), elas encontraram seus personagens favoritos como em espaços digitais como nos brinquedos analógicos:

Pesquisadora: Poxa, sabe o que eu estou percebendo?

Capitão América: Não!

Pesquisadora: Que você brinca com o Batman aqui montando o Lego!

Capitão América: É!

Pesquisadora: E brinca com o Batman no jogo no tablet e no celular!

Capitão América: É! E tem os bonecos também!

Pesquisadora: Isso! E ainda tem os bonecos! E será que tem mais alguma outra coisa para você brincar?

Capitão América: Tem os desenhos e os filmes!

Pesquisadora: Pois é! E tem mais isso! Não tem como você não gostar dos super heróis! (Capitão América, 4 anos),

Se partirmos da definição de espaço físico e espaço digital como distintos, a partir da narrativa presente na tese 3 (2019), podemos perceber que as crianças se movimentam em ambos os espaços, mas em dinâmicas que às vezes trazem jogos digitais para ambientes analógicos ou vice-versa. O brincar digital é um espaço em que as crianças inovam as regras com base no contexto em que elas (con)vivem. Tudo pode ser feito, desde que todos que estão na brincadeira aceitem as regras que podem ser combinadas, expressas verbalmente ou estarem subjetivas na atividade (BROUGÈRE, 2001). Nesse brincar, são encontrados fatos aleatórios diante da realidade, ou seja, coisas inesperadas podem acontecer a cada momento, ir em outra direção ou até mesmo pode emergir outra brincadeira (BROUGÈRE, 2001). Das suas indeterminações, surgem os acordos, ganhos e conflitos, com diversas possibilidades de projeção e de finalidades. Nessa possibilidade que também criam sua cultura lúdica, ressignificam seu cotidiano e sua realidade, recriam a possibilidade e o impossível.

Deste modo, as tecnologias digitais parecem se constituir em mais um recurso, uma possibilidade nas experiências brincantes e nem parecem ocupar um lugar de preferência. Não é que há preferência pelas tecnologias digitais, pois o melhor recurso para brincar não depende das suas possíveis sofisticadas técnicas, mas da possibilidade de brincar, de encontro com o outro. Arriscamos dizer aqui que talvez um dos proveitos de brincar com as tecnologias digitais seja a possibilidade de se divertir encontrando várias atividades em um artefato. A escolha de alguma brincadeira nas tecnologias digitais não tem nada a ver com o conceito de dever ou obrigação moral, mas sim com prazer e fruição, o que aloca o brincar como uma experiência meramente livre, sem maiores pretensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos até aqui, as tecnologias digitais parecem se constituir em mais um recurso, uma possibilidade nas experiências brincantes e nem parecem ocupar um lugar de preferência. Não é que há preferência pelas tecnologias digitais, pois o melhor recurso para brincar não depende das suas possíveis sofisticações técnicas, mas da possibilidade de brincar, de encontro com o outro. Arriscamos dizer aqui que talvez um dos proveitos de brincar com as tecnologias digitais seja a possibilidade de se divertir encontrando várias atividades em um artefato.

Em relação a imobilização dos corpos, ao contrário dos discursos que destacam a importância de recuperar as brincadeiras tradicionais como um elemento importante para o desenvolvimento físico infantil, há uma tendência oposta. Resumidamente, ao contrário dos discursos que apontam o perigo de brincar com tecnologias digitais, devido à aparente falta de movimento físico das crianças conectadas a esses ambientes, na verdade, há uma experiência de estímulos que ocorrem instantaneamente nas sinapses espaciais. Durante essas sensações, as crianças se movem entre diferentes interfaces e ambientes digitais, criando e agindo, o que cria um espaço potencial para elas. Elas não apenas observam o que é apresentado na tela.

Ainda, dentro dos ambientes digitais, as crianças experimentam eventos que modificam de maneira significativa sua relação com a representação, pois elas se imergem no ambiente integrado sem haver qualquer distinção. O corpo não é algo isolado do ser humano, mas sim um instrumento que possibilita a conexão com o ambiente, permitindo que elas fluam pela vida. Ao brincar com tecnologias digitais, as crianças se envolvem profundamente, tentando-se para se conectar com essas atividades. Elas criam novas conexões, novos modos de conexão, novas imagens de si mesmas e novos controles

a partir das variações que vão sendo inventadas. A visibilidade dos corpos das crianças é resultado de ações regulatórias que ocorrem dentro de sua própria esfera de gravidade.

Em relação a diferença entre analógico e digital, e também contrariando os discursos que alertam sobre possíveis perigos de brincar com tecnologias, sugerindo que as crianças estão inserindo-se em um mundo inexistente e que nada está produzindo. As crianças não apenas interagem com cenários virtuais, mas também se emocionam através dos personagens que manipulam por meio do toque na tela das tecnologias digitais. Nesse nível, a ação é acompanhada por uma perspectiva interna, como se o jogador estivesse no palco, enfatizando a sensação de imersão. Portanto, a perspectiva sempre é a do jogador, que frequentemente se coloca como protagonista. Durante esse processo, as crianças jogam e comentam situações do jogo, desenvolvendo estratégias para permanecerem na partida, mas mantendo distinção dos limites virtuais.

Sob a ótica de Deleuze (2002, p. 130) “ninguém sabe os afetos de que é capaz; é uma longa história de experimentação, uma demorada prudência...” Fruir é experimentar o que está acontecendo de intensivo no acontecimento. Dessa forma, podemos dizer que essas divisões de experiência, que persistem nos discursos dos adultos a partir de dicotomias que insistem na fragmentação entre dimensões digitais e não digitais, não aparece nas experiências brincantes das crianças. E também não se trata de possibilitar uma experiência ou outra, mas que de fato possam ter as duas possibilidades: o digital e o analógico. A fluidez espacial, a dinâmica possibilitada pelo uso das tecnologias digitais e a articulação de espaços presenciais e digitais, é uma das singularidades marcantes das experiências brincantes.

As experiências brincantes são constituídas aqui pela continuidade e junção vivenciados entre virtual e físico daquilo que compõem suas brincadeiras. Deste modo, as subjetividades infantis vão sendo constituídas em múltiplos espaços que coexistem, em dinâmicas

migratórias. A subjetivação é uma relação de forças que o sujeito constitui consigo mesmo. Foucault (1990) aponta que a subjetivação é um movimento artístico. É uma operação ética e estética, que produz modos de vida, de relações; de existência. É um processo de individuação que se dá no individual ou no coletivo. Nas palavras de Guattari (1992, p. 22), cada indivíduo, ou cada grupo social “veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual ele se posiciona em relação a seus afetos”. Na vida cotidiana, as crianças são atravessadas por diversos estímulos cognitivos, sensitivos e afetivos que modificam sua composição subjetiva.

A subjetividade é polifônica. Isto significa dizer que ela se constitui em movimento na convivência com certas condições e possibilidades da multiplicidade de dispositivos que modulam e produzem a subjetividade. Essa captura produz pensamentos, imagens, sensações, que resultam de afecções e associações com domínios afetivos, cognitivos, perceptivos, sensitivos, que se tornam visíveis de múltiplos modos, através das quais a criança se expressa no brincar com as tecnologias digitais, constituindo-se em modos de subjetivações. Os modos de interação entre as crianças e tecnologias digitais pautam o modo como cada sujeito é subjetivado pela e na cultura digital. Neste aspecto, as crianças encontram nas tecnologias digitais a possibilidade de exploração e criação de experiências lúdicas.

Entremeada com o saber da experiência, a infância emerge aqui como acontecimento que leva à descontinuidade das coisas, como uma explosão do que nos constitui e nos coloca em novos inícios. Um pensar que vê a infância como acontecimento implica descontinuidade e experiência. A infância significa o não-nomeado, a possibilidade de alguma coisa acontecer de muitos outros modos. O acontecimento está na ordem do imprevisível, incontrollável, injustável. Se apresenta de uma forma única que provoca a reflexão sobre a experiência. É da ordem do radical, que mesmo

historicamente situado, são renovados no pensar em não deixar o sujeito permanecer o mesmo. Infâncias e tecnologias digitais diluem a ideia de estabilidade, a qual escapa à compreensão de continuidade, de concentração pura, uma vez que ela não é um acontecimento absoluto; sem medo, sem perigo!

A partir disso, podemos dizer que essas divisões de experiência, que persistem nos discursos dos adultos a partir de dicotomias que insistem na fragmentação entre dimensões digitais e não digitais, não aparece nas experiências brincantes das crianças. E também não se trata de possibilitar uma experiência ou outra, mas que de fato possam ter as duas possibilidades: o digital e o analógico. A fluidez espacial, a dinâmica possibilitada pelo uso das tecnologias digitais e a articulação de espaços presenciais e digitais, é uma das singularidades marcantes das experiências brincantes.

REFERÊNCIAS

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BUNGE, M. **Epistemologia**. São Paulo: EDUSP, 1980.

CANASSA, L. M. R. **Infância, TIC e brincadeiras**: um estudo na visão de profissionais da educação infantil: desafios da geração homo zappiens. 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Oeste Paulista, 2013.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo. *In*: BALIBAR, E.; DREYFUS, H.; DELEUZE, G. *et al.* **Michel Foucault filósofo**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. p.155-161.

DELEUZE, G. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, G. **A Imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ESPINOSA, B. **Ética**. São Paulo: Abril, 1983.

FERNANDES, C. A. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1987.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I** – a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Barcelona: Siglo Veintiuno, 1990.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2001a.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II** – o Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002.
- FREUD, S. O Poeta e o fantasiar. FREUD, S. **Arte, Literatura e os artistas**. Tradução Ernani Chaves. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- GUATTARI, F. **Caosmose**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- HABOWSKI, A. C.; RATTO, C. G. Bases of discursive architecture that settled the invention of childhood in modernity. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 15, n. 34, p.1-17, 2022a. DOI 10.20952/revtee.v15i34.17963.
- HABOWSKI, A. C.; RATTO, C. G. Tempos de infância: linguagem e experiência. **Childhood & philosophy**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1-29, dez. 2022b. DOI 10.12957/childphilo.2022.69450.
- KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo**. Campinas: Papirus, 1999.
- KOHAN, W. O. **Infância**. Entre Educação e Filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- KOHAN, W. O. **Infância, estrangeiridade e ignorância**: ensaios de filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. 1. ed. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LÉVY, P. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LOUREIRO, C. C. **"Eu aprendo a brincar de mais coisas que eu não sabia!"**: Crianças e videogames numa brinquedoteca escolar. 2017. 250f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017.

- MENEZES, J. A. S. **A criança na cibercultura**: brincar, consumir e cuidar do corpo. 2014. 169f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2014.
- MORAIS, V. B. **Jogos em aparelhos tecnológicos vivenciados por crianças**: processos educativos envolvidos. 2017. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.
- NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- ORTEGA Y GASSET, J. **Meditação da técnica**. Rio de Janeiro: Ibero-Americano, 1963.
- ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- SANTAELLA, L. **Cultura e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo, Paulus, 2004.
- SANTAELLA, L. Entrevista concedida à Revista IHU online. **Revista IHU online**, n. 5, 2011.
- SANTAELLA, L. **Leitura de Imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- SIMONDON, G. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Aubier Philosophie, 1989.
- SIMONDON, G. Sobre a tecno-estética: carta a Jaques Derrida. *In*: ARAÚJO, H. R (org.). **Tecnociência e cultura**: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 253-266.
- SOUZA, Joseilda Sampaio de. **Brincar em tempos de tecnologias digitais móveis**. 2019. 471f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2019.
- VERASZTO, E. V. *et al.* Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. **Prisma.com**, n. 7, p. 60-85, 2008.



36

*Vera Elenei da Costa Somavilla
Guilherme Mocelin
Analídia Rodolfo Petry
Douglas Luis Weber*

A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA, GÊNERO E BIOTECNOLOGIAS: INTERFACES ENTRE DOCENTES DO BRASIL E ESPANHA

DOI:10.31560/pimentacultural/2023.9802736

INTRODUÇÃO

As discussões apresentadas neste capítulo originam-se de percursos que foram sendo construídos ao longo da realização de pesquisas, entre elas o estudo realizado entre a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e a Universidade Rovirei Virgile; intitulada: *Gênero e Biotecnologias - Interfaces entre discursos e instituições na formação de alunos dos cursos da área da saúde*. Os dados deste estudo indicaram para fragilidades dos estudantes entrevistados nos dois países (Brasil e Espanha) em relação a Gênero e Biotecnologias, originando uma segunda etapa da investigação. Nosso interesse por esta pesquisa, partiu das leituras relacionadas às produções sobre a ascensão do cidadão biopolítico, desenvolvimento de biosociabilidades e suas interfaces com discussões relacionadas a ética do corpo.

Os sujeitos do presente estudo, foram docentes de cursos de graduação da área da saúde, das duas instituições. Os pressupostos teórico-conceituais que subsidiaram as discussões acerca do material empírico coletado, basearam-se na perspectiva de que as biotecnologias são compreendidas como as tecnologias médicas contemporâneas que não buscam apenas curar doenças, mas interferir nos processos vitais, envolvendo relações sociais que colocam em circulação novos sentidos sobre a vida e sobre a otimização do futuro (ROSE, 2011; PETRY; SOMAVILLA, 2016). No que concerne, Gênero pode ser visto como uma variável fluída que se desloca e se transforma em diferentes contextos e períodos históricos, sendo que o gênero e o desejo são flexíveis, e que o confinamento em qualquer identidade pode potencialmente ser reinventado pelos sujeitos (HADDAD; HADDAD, 2015)

As articulações entre gênero e biotecnologias podem ser evidenciadas a partir dos processos de “adequações corporais” que auxiliam nos distintos modos de compreensão do corpo. Modos estes

que passam a influenciar as políticas públicas no sentido de garantir a inclusão dos sujeitos nas normas sociais hegemônicas vigentes, conforme ocorre nos dois países onde este estudo foi desenvolvido. Como exemplo disto podemos citar a Portaria 2836/GM/MS de 1 de dezembro de 2011 que instituiu, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, e a publicação da Portaria 2803 de 19 de novembro de 2013, através da qual o Ministério da Saúde redefine e amplia o Processo Transexualizador no SUS (PETRY, 2015). E da Lei 11/2014 que garante os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais e para erradicar a homofobia, a bifobia e a transfobia, protocolada na Espanha, o Departamento da Presidência, através do Presidente Geral da Catalunha, protocolou a Lei 11/2014, que garante os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais e para erradicar a homofobia, a bifobia e a transfobia (ESPAÑA, 2014).

O debate em torno das políticas públicas específicas dirigidas ao segmento LGBTQIA+ está associado aos movimentos sociais que (re)nasceram na década de 1980 no Brasil ligados à epidemia da AIDS. A epidemia permitiu que se retomasse a pauta da discussão da sexualidade de forma distinta daquela até então conduzida no interior do dispositivo da sexualidade, um dos dispositivos centrais das formas de governamentalidade que nascem a partir da modernidade (DETONI *et al.*, 2011). Tal dispositivo é composto pelos discursos, instituições e regulamentos aliados à esfera governamental e privada que agenciam o exercício da sexualidade e que localizam nela a verdade sobre os sujeitos (FOUCAULT, 2005)

A partir das regulamentações oriundas das políticas públicas é possível pontuar que as biotecnologias, e os discursos de Gênero, vêm ganhando um espaço cada vez maior na produção de formas de pensar e relacionar-se consigo mesmo e com o outro. As biotecnologias, produzem novos discursos e novos modos de pensar sobre a vida, ao ofertarem variados modos de manipular o corpo,

impactam na produção de subjetividades. As biotecnologias como mediadoras da produção de corpos precisam ser consideradas com uma noção que deixa de fazer referência a masculino e feminino, e passa a designar operações de mediação dos corpos, em que podem estar implicados elementos distintos e heterogêneos. Operando na construção de sentidos de como e quando devemos necessitar dos produtos biotecnológicos, principalmente no que se refere a comercialização e utilização de artefatos que podem adequar os corpos aos desejos individuais dos sujeitos (GALINDO *et al.*, 2017)

Os discursos oriundos do campo das biotecnologias têm consonância com os debates propostos por Butler, que destaca que Gênero não é a expressão ou compreensão da essência biológica, nem é somente o resultado das pressões ambientais e socializatórias, mas inclui a constituição subjetiva da e na cultura. Ou seja, o sujeito e seu gênero é o resultado dos atos performáticos tanto de nomeação sou homem, sou mulher; como de comportamentos que ajudam a estabilizar provisoriamente a identificação com um ou outro sexo, criando uma ilusão de unidade e estabilidade entre corpo, desejo, sexualidade, orientação sexual e práticas sexuadas. Deste modo as biotecnologias poderiam ser vistas como um campo para produção das subjetividades relacionados ao gênero, onde são ofertadas possibilidades de manipular e adequar os corpos (TILIO, 2014).

Nos campos das discussões de Gênero e das Biotecnologias a produção/construção do corpo tem ganhado um espaço cada vez maior nas formas de pensar e relacionar-se consigo mesmo. Ao criarem distintas formas de compreensão do corpo, como por exemplo, através das cirurgias de prótese mamária, masculinização do tórax, laringoplastia, redesignação sexual, as biotecnologias potencializam a noção de que se pode agir sobre si mesmo. As biotecnologias não são impostas - elas são estratégias construídas em certas condições, que se modificam constantemente. E podem funcionar como formas de governmentação, onde o corpo e as possibilidades de finitude da vida, tornam-se um artefato que pode (e "deve") ser

modificado pela intervenção técnica, pela imposição de beleza, de saúde, enfim, pela possibilidade de manipulação (TRAVASSO, 2018). Tais empreendimentos biotecnológicos destacam o envolvimento dos sujeitos num cuidado e gerenciamento de si pela auto responsabilização, que deve ser seguida para um cuidado do futuro, em que as capacidades dos sujeitos alcancem condições de gerenciar sua vitalidade (ROSE, 2007).

Estas perspectivas teórico-conceituais, instrumentalizam a análise e discussões acerca dos dados que foram produzidos. Os dados preliminares indicam que os docentes espanhóis vinculam de forma intensa os conceitos de Gênero e Biotecnologia aos aspectos sociais e culturais, enquanto os docentes brasileiros evidenciam os aspectos tecnológicos para posteriormente abordar as demais dimensões. No que se refere a inserção destes conceitos como temas (conteúdos) discutidos na graduação, todos os docentes consideram que devem ser abordados de forma mais efetiva, e sugerem que sejam conteúdos programáticos de disciplinas, pontuando que a abordagem transversal pode não atender as demandas das suas futuras atuações profissionais.

Os blocos temáticos que surgiram da análise preliminar dos dados foram: A produção de discursos sobre Gênero e Biotecnologias na formação universitária; Gênero e Biotecnologias – construção de movimentos no currículo na área da saúde; Gênero e Biotecnologias – ferramentas culturais e sociais no currículo. Possivelmente, mesmo que a análise não tenha sido concluída por momento, estas categorias darão origem aos artigos futuros.

Cabe ainda ressaltar que por tratar-se de uma pesquisa com outro país, além da produção dos dados oriundos das entrevistas houveram resultados relacionados ao processo de internacionalização. Entre eles destacam-se o efetivo contato do grupo de pesquisa estrangeiro e com a docente espanhola a partir de videoconferências e uma visita por ela feita ao Brasil na UNISC, e as tratativas de ampliação

da pesquisa a partir do contato com uma professora Americana que se debruça acerca da temática em voga; momento também propiciado por meio dos contatos de potência gerados pelo estudo.

GENERALIDADES DA PESQUISA

Os dados foram discutidos a partir da análise do discurso dos entrevistados brasileiros e espanhóis e apontaram para aspectos interessantes nas questões relacionadas aos conteúdos curriculares desenvolvidos em ambos os países. Os docentes consideram indispensáveis as discussões relacionadas a Gênero e Biotecnologia, e pontuam que são temáticas que devem subsidiar as discussões na formação dos futuros profissionais da saúde.

Em termos analíticos, mesmo que não tenha sido um objetivo proposto analisar o perfil dos docentes, algumas peculiaridades nos chamaram a atenção. Dentre estas, percebeu-se que a faixa etária e o gênero dos docentes espanhóis compreende predominantemente mulheres, entre os 45 e 60 anos de idade. Além disso, as docentes espanholas entrevistadas têm, além da formação em Enfermagem na qual atuam como docentes, graduação em outra área. As outras áreas de formação são, principalmente na área das Ciências Humanas, tais como Sociologia e Filosofia. Além de possuírem duas graduações, as docentes espanholas majoritariamente são doutoras. Os docentes brasileiros entrevistados são, em contrapartida, mais jovens, com idades 40 a 55 anos, de ambos os sexos, e possuem uma única graduação, alguns possuem mestrado e outros doutorado.

A PRODUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE GÊNERO E BIOTECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

As problematizações sobre gênero e biotecnologias, na medida em que oferecem variados modos de manipular e controlar os corpos, e assim conseqüentemente nossas vidas, produzem novos argumentos para discorrermos sobre nós mesmos. Deste modo, tais reflexões exercem um impacto crescente nos modos de definir e produzir subjetividades, provocando deslocamentos nas formas como pensamos sobre os sujeitos na sociedade. A compreensão destes conceitos, de Gênero e de Biotecnologias, assim como de suas articulações mostra que estes precisam ser considerados na formação acadêmica, a partir de uma noção que “deixa de fazer referência a artefatos técnicos e passa a designar operações de mediação em que podem estar implicados elementos distintos e heterogêneos” (GALINDO *et al.*, 2017, p. 171).

Na minha atuação docente, considero que as biotecnologias e os discursos de Gênero produzem “câmbios” sociais, indicando a necessidade de incorporação destes temas. Pois tais discursos interferem na atuação dos profissionais que estamos preparando para o mercado de trabalho. Ou seja, a atuação destes é reflexo dos discursos que ouvimos durante sua formação, que nos dá a impressão que, em relação a estes temas, estamos muito mal .. mal na medida em que há muitos profissionais que apresentam dificuldades em relação a importância da articulação destes campos - Gênero e Biotecnologias (Docente, Espanhola, 55 anos)

Ao refletirmos sobre os discursos dos entrevistados, mais do que procurarmos constatar e verificar supostas verdades sobre os cruzamentos possíveis entre Gênero e Biotecnologias, procuramos buscar os entendimentos que se formam e se afirmam, no cotidiano

da universidade. Tais entendimentos que circulam no contexto da formação, conectam-se com os múltiplos acontecimentos oriundos da formação profissional na área da saúde, produzindo saberes que conformam e subjetivam os estudantes e conseqüentemente suas práticas profissionais.

Os depoimentos dos docentes resultam em produções discursivas que podem ser replicadas pelos estudantes, reflexo das relações docente/estudante. Deste modo, a produção de discursos se traduz em um campo bastante complexo, onde os aspectos de gênero e biotecnologias apresentam dificuldades de escapar da relação de corpo biológico x utilização tecnológica. Como é possível observar no excerto que segue:

Tecnologias são aplicadas em tudo que conhecemos, alimentos, saúde, agricultura etc. Biotecnologias aplicadas a Gênero, representam para mim a história do corpo, da estética. Há um mercado consumista, que nos obriga a pensar de uma determinada maneira. Somos obrigados a ser escravos do físico, não envelhercer, não engordar, ter seios de determinado tamanho. E as Biotecnologias, relacionadas a Gênero nos viabilizam acessar este modelo, que de certo nos escravisa. E na universidade de algum modo isto se reproduz nos conteúdos e conseqüentemente nos aprendizados.(Docente Espanhola, 51 anos)

Rose (2011; 2014; 2016) pontua que as biotecnologias assumem maior relevância no campo de saber/poder na área da saúde, no qual as pessoas estão sendo obrigadas a planejar estratégias de vida, em um mercado neoliberal. Trata-se de funcionar no âmbito de uma racionalidade biopolítica, que objetiva que os indivíduos empreendam ações tanto para aumentar sua qualidade de vida quanto para agir prudentemente em relação a si e aos outros.

A relação entre biotecnologias e subjetividades relacionadas principalmente ao corpo, e aqui incluímos ao Gênero, aponta o quanto as Biotecnologias se inserem no contexto da constituição do

eu. Gênero e biotecnologias operam no sentido de determinar domínios inerentes a nós mesmos, a partir do momento em que as práticas de cuidado com o corpo se tornam mais constantes e intensas, com o objetivo de nos adequar a determinados modelos, tal como expresso no depoimento acima.

Outro aspecto para refletir sobre os depoimentos de docentes espanhóis se refere à observação de que, conforme Galindo e colaboradores (2017), nossos corpos são performados por acoplamentos de domínios biológicos e tecnológicos. Ademais, não podemos esquecer que os primeiros experimentos científicos na área da saúde foram, em parte, impulsionados pelos estudos sobre anatomia e fisiologia humana que seguiam alguns modelos tidos como corretos. Tais modelos biomédicos cartesianos reverberam os modos como corpo e gênero são entendidos, hoje, no contexto da formação acadêmica em saúde.

Ademais Lilian Acero (2021) pontua que as biotecnologias mediam substantivamente as relações de gênero e o meio ambiente nas formas de vida contemporânea, elas reformulam corpos e redefinem direitos. Pois contribuem para a criação de novos espaços institucionais, formulação de políticas e regulamentação em nível comunitário, nacional e global, evidenciando aspectos culturais controversos baseados em gênero, classe, idade, raça, etnia e orientação sexual. As narrativas críticas acadêmicas devem ser consistentemente focadas para enfrentá-las, e os esquemas regulatórios relacionados a gênero e a biotecnologia da saúde requerem uma inserção mais adequado nos currículos, para que do ponto de vista dos direitos, possam dar conta das demandas da multiplicidade de possibilidades relacionadas ao corpo e as relações sociais.

GÊNERO E BIOTECNOLOGIAS – CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTOS NOS CURRÍCULOS NA ÁREA DA SAÚDE

As necessidades de cuidados de saúde das pessoas que, através de seus corpos e modos de ser e estar no mundo desestabilizam a heteronormatividade vigente (lésbicas, gay, bissexual ou transgênero) passaram a receber atenção tanto dos profissionais da área da saúde, quanto das empresas que comercializam Biotecnologias. Relatórios recentes do Instituto de Medicina (IOM), Healthy People (2020) e Agência de Pesquisa e Qualidade em Saúde, salientaram que as disparidades em saúde que afetam esta população estão intimamente ligadas a aspectos sociais que são, por vezes, bastante estigmatizadores. Esse construto resultou em determinantes sociais de vulnerabilidade tais como a discriminação legal em relação ao acesso aos serviços saúde e a falta de programas de inserção social disponíveis, que afetam a saúde das pessoas que se identificam como pertencentes à comunidade LGBTQIA+ (BRENNAN, 2012).

Importa considerar que é neste contexto discursivo que estão imersas as questões que circundam os modos como os profissionais da saúde fornecem cuidados para as mais diferentes e diversas populações. Para que a atenção em saúde prestada seja eficaz e equitativa para todos os segmentos populacionais, ela deve incluir uma ampla definição de diversidade na sua formação, que vá para além das interpretações étnicas ou culturais. Uma formação acadêmica que incorpore, também, uma consciência da natureza individualizada, ou seja, a necessidades de cuidados de saúde que contemple todos os pacientes e famílias para que se possa fornecer cuidados integrais.

Essas necessidades podem estar relacionadas à autoidentificação realizada pelos indivíduos tais como lésbica, gay, bissexual, transgênero, ou intersexual, bem como hetero, asiático, latino,

muçulmano e inúmeros outros identificadores identitários que podem ser inferidos ou declarados. Esses identificadores identitários importam na atenção em saúde e implicam no estado de saúde atual e futuro de indivíduos e/ou populações de modo amplo e devem ser incorporados em experiências didáticas e clínicas na formação dos futuros profissionais da área da saúde.

O que se vem observando, contudo, é que há uma quantidade limitada de conteúdos relacionados aos discursos de Gênero e de Biotecnologias no campo da formação acadêmica em saúde. Este é um dos aspectos evidenciados nas falas dos/as entrevistados/as, tanto brasileiros/as quanto espanhóis/las.

Tratar as temáticas relacionadas a população LGBTQIA+, é muito importante para formação acadêmica, devido a sociedade patriarcal que vivemos. Esta discussão pode auxiliar para romper com construções arraigadas e mudar o contexto da assistência prestada a esta população (Docente espanhola, 52 anos).

Os conteúdos relacionados a Gênero e as articulações do uso das Biotecnologias, são transversais, na formação. Porém acredito que tratar tais temáticas, sem ter uma disciplina específica, pode de algum modo ser uma abordagem um tanto superficial. E assim talvez o estudante não de a devida importância a estes temas (Docente brasileira, 44 anos).

A carência de discussões no campo acadêmico sobre questões LGBTQIA+ e o uso de Biotecnologias associadas a assistência desta população, é representativa da falta de inclusão de tais tópicos nos currículos de cursos da área da saúde. Embora as pesquisas sobre a saúde LGBTQIA+ tenham aumentado, isto não impactou na maior inclusão desta temática no que se refere a formação de estudantes de graduação de cursos da área da saúde nas universidades. Estudos evidenciam a ausência de conteúdo de saúde LGBTQIA+ na educação de docentes de enfermagem, administradores de casas de repouso, enfermeiros e médicos (BELL *et al.*, 2010;

ELIASON *et al.*, 2010; ELIASON; RAHEIM, 2000; GRAY *et al.*, 1996; RONDAHL, 2009; SMITH, 1993). Esses achados são emblemáticos ao serem comparados com as respostas dos docentes espanhóis e brasileiros que participaram deste estudo.

Neste sentido cabe pontuar que a formação é um processo que está para além dos espaços formais de ensino, mas também se faz presente nas redes do conhecimento constituídas na estruturação dos currículos. Então Curricularizar determinados temas, e aqui queremos nos referir em especial a Biotecnologias e Gênero, abre possibilidades para (re)produção de saberes coletivos, que impactam e determinam na forma como os sujeitos são assistidos no campo da saúde (RODRIGUES *et al.*, 2015; TRAVASSO, 2018).

Pensar Gênero e Biotecnologias no contexto dos currículos da área da saúde implica em problematizar estes conceitos, entendendo-os como domínios de saber-poder no contexto das biopolíticas. Trata-se, portanto, de entendê-los como modos de regulamentação de corpos e de procedimentos, uma vez que, em seus enunciados, pode-se encontrar elementos de sustentação de práticas um tanto preconceituosas. Tais práticas expressam que as Biotecnologias devem ser acessadas em nome de configurar corpos dentro de um modelo hegemônico, marcado pela heteronormatividade, onde os ditames da classificação mulher/vagina, homem/pênis imprimem uma marca de hierarquia de corpos (RODRIGUES *et al.*, 2015).

Estes são exemplos de como o foco de atenção à sexualidade, ao longo dos séculos XIX e XX, adquiriu formas de poder e saber de uns sobre outros, como disciplina e controle e que seus domínios se projetam como modos de aplicação sobre o corpo e a população. Importa considerar que são estes os discursos que circulam nos currículos e produzem modos de fazer em saúde.

Um dos indicativos evidenciados na pesquisa é de que a heteronormatividade está na ordem das coisas e no cerne das concepções curriculares. Os indícios dos discursos dos docentes

brasileiros e espanhóis, são de que a universidade parece se mostrar como instituição fortemente empenhada na reafirmação e na garantia do êxito dos processos de heterossexualização compulsória e de incorporação das normas de gênero, colocando sob vigilância os corpos de todos/as. As Biotecnologias acabam por ratificar e reafirmar esta prática, ofertando possibilidades de enquadrar os sujeitos em modelos fortemente marcados por definições biológicas e anatômicas histórica e culturalmente tidas como norma, produzindo e reiterando, a heterossexualidade hegemônica. E disto decorre a importância de tensionar, problematizar e incluir fortemente Gênero e Biotecnologia como conteúdos dos currículos da área da saúde.

GÊNERO E BIOTECNOLOGIAS – FERRAMENTAS CULTURAIS E SOCIAIS NO CURRÍCULO

Os docentes em seus depoimentos, problematizam que os discursos que circulam na formação e reinteram compreensões culturais, sociais e políticas heteronormativas, que se alicerçam na sociedade na qual estamos inseridos. Tais discursos, de acordo com o grupo de entrevistados, talvez decorra do fato de que na grade curricular exista um número significativo de disciplinas das áreas biológicas que, de certo modo, reforçam uma compreensão linear de corpo-sexo, gênero e sexualidade.

Embora na academia se reforce os aspectos biológicos, pois na área da saúde existem muitas disciplinas com foco neste campo de verdade "bio". Considero que gênero está associado a cultura, que não está tão ligado aos aspectos biológicos. E as Biotecnologias são tecnologias que trabalham em nome da melhora da qualidade de vida, e destaco que aqui na Europa isto será muito comum, devido o envelhecimento da população (Docente espanhola, 53 anos).

Os depoimentos, tais como o citado, auxiliam nas reflexões sobre as instâncias sócio-educativas por onde passam os sujeitos que integram as universidades, que compõem movimentos e tecnologias pedagógicas (arquitetura curricular, livros didáticos, vestimentas, mídia e outros) que, significadas na cultura e obedecendo a certa lógica de planejamento, constroem, ensinam e regulam as corporalidades, produzindo modos de subjetivações. Desse modo arquitetam formas e configurações de estar e viver na universidade e, logicamente, na sociedade (CAETANO, 2013; SPERONI, 2016). Neste sentido e considerando a formação que se dá nos cursos da área da saúde observa-se que não existem corpos livres de investimentos e que se conformam no sentido de contemplar certas expectativas sociais.

Também destacam-se neste campo os esforços teóricos e conceituais relacionados às transformações do cenário da formação universitária, postas em curso a partir dos conhecimentos biotecnológicos, que por sua vez ampliam as possibilidades do par biopoder/ biopolítica. Pois agora o que está em jogo não é apenas o corpo humano em sua inteireza individual e limitada pela “barreira das espécies”. Agora mais do que nunca, o corpo é um espaço moldável, flexível e transitável pela lógica política, atada a um novo horizonte biotecnológico. Os sujeitos e seus corpos são vistos como um lugar de necessidades incontornáveis, e torna-se, em um imenso campo de possibilidades de manipulação, inclusive para se manter jovem (ACERO, 2021).

A partir deste entendimento, parte-se do princípio que transitam modelos de gêneros nos movimentos curriculares e esses não se limitam aos conteúdos didáticos, mas se expressam nos corpos e nas práticas pedagógicas dos/as professores/as. Importa considerar que, na área da saúde, o corpo é a base onde o conhecimento é significado e é ele o *lócus* de onde parte a produção e a expressão da cultura. É no corpo que as sexualidades e os gêneros ganham significados e reafirmam a necessidade de problematizar os movimentos

curriculares, na medida em que eles são parte dos dispositivos pelos quais a universidade “*executa*” a formação de seus sujeitos. Aqui, porém, não se pretende atribuir à universidade um lugar de verdade, mas sim um lugar onde é necessário problematizar proposições, imposições, reflexões, tensionamentos (LOURO, 2019).

Ao pensar sobre a formação, o corpo e as tecnologias são campos centrais, pois são ferramentas que se fazem presente na maior parte do processo de aprendizado na graduação. Nestes campos é possível pensar que lésbicas, gays, bissexuais, heterossexuais, transgêneros e outros grupos cujas sexualidades se definem em ‘oposição relativa’ a heteronormatividade, incitam reflexões importantes. Como exemplo temos o uso das Biotecnologias, que viabilizam realização de cirurgia de mudança de sexo, para transformar um homem em mulher, ou vice versa, e assim produzem tensionamentos nos lugares de “verdade” oriundos do campo biológico. Deste modo os discursos de Gênero e o uso das Biotecnologias conduzem questionamentos aos juízos mais elementares sobre o sexo, o gênero e a sexualidade, incluídas as oposições binárias heterossexual/homossexual, sexo biológico/gênero e homem/mulher. São questionamentos que ajudam a desenvolver novas formas de examinar o tema da identidade humana e, por sua vez, esta situação se reflete nas políticas e movimentos curriculares (CAETANO, 2013).

Os discursos dos docentes brasileiros e espanhóis, neste estudo, apontam que Gênero e Biotecnologias podem ser consideradas ferramentas culturais e sociais do currículo pois expressam como os sujeitos e seus corpos são vistos e concebidos. Trata-se de implicações e comprometimentos com a diversidade sexual e de gênero, como categoria, que só tem por razão a proliferação das diferenças diante da plasticidade das configurações que podem assumir uma vida (RODRIGUES *et al.*, 2013). Estas ferramentas analíticas ajudam a tensionar a lógica binária do isto ou aquilo que é ativada nos currículos da área da saúde, com pares que nos posicionam em condições desiguais entre: saudável/doente, vida/morte, normal/anormal,

gordo/magro, eficiente/deficiente, homen/mulher, masculino/feminino, humano e não humano. Assim, costuram representações que interessam aos dispositivos normalizadores e moralizadores, capturando-nos em suas malhas de poder (RODRIGUES *et al.*, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta direção, estamos buscando problematizar os efeitos dos discursos dos docentes como produção cultural e política na formação dos cursos da área da saúde, no que se refere a Genêro e Biotecnologias. Pensa-se nos docentes como trabalhadores culturais, comprometidos com o empoderamento dos estudantes, para que estes estejam motivados a expor e a desafiar as desigualdades e a opressão que segrega, de forma violenta, e intensifica as desigualdades de Genêro.

Os elementos conceituais centrais para que esta discussão seja ampliada nos currículos de graduação dos cursos da área da saúde, englobam reflexões importantes acerca da ascensão do cidadão biopolítico, o desenvolvimento de biossocialidades e a construção de novas formas de política; como na biopolítica; focadas na ética do corpo, o respeito ao desenvolvimento humano na sociedade.

REFERÊNCIAS

ACERO, L. Biocapital, biopolítica e biossocialidades no contexto global de gênero: revisão teórica e evidências. **Cadernos Pagu**, v. 62, n. 5, 2021.

BELL, H. C. *et al.* The function of play in the development of the social brain. **American Journal of Play**, v. 2, n. 3, p. 278-296, 2010.

BRENNAN, A. N. W. *et al.* Lesbian, gay, bisexual, transgendered or intersexed content for nursing curricula. **Journal of Professional Nursing**, v. 28, n. 2, 2012.

CAETANO, M. **Movimentos curriculares e a construção da heteronormatividade**. Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas. Vitória: Edufes, 2013.

CASTIEL, L. D. Medicina, técnica, ética e os dilemas preemptivistas na saúde. Entrevista a Junges, M. R. e Costa, A. IHU On-line. **Revista do Instituto Humanistas Unsinos**, São Leopoldo, v. 456, n. 14, p. 18-24, 2014.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 36-61, 2005.

DETONI, P. *et al.* As Formas do “fazer psi” e a Constituição das Políticas Públicas Associadas à Diversidade Sexual, Priscila Pavan Detoni; Daiane Maus Marques; Lissandra Vieira Soares, Henrique Caetano Nardi. **Psicologia Política**, v. 11, n. 22. p. 279-294, 2011.

ELIASON, M. J.; RAHEIM, S. Experiences and comfort with culturally diverse groups in undergraduate pre-nursing students. **Journal of Nursing Education**, v. 39, n. 4, p. 161-165, 2000.

ELIASON, M. J. *et al.* Suicide and suicide risk in lesbian, gay, bisexual, and transgender populations: Review and recommendations. **Journal of homosexuality**, v. 58, n. 1, p. 10-51, 2010.

ESPANHA. Lei 11/2014. **Diari Oficial de la Generalitat de Catalunya**, Espanha, n. 6730, 17 out. 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GALINDO, D. *et al.* Biotecnologias, subjetivação e psicologias: mercado de células-tronco do cordão umbilical. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29148056>. Acesso em: 18 dez. 2019.

GRAY, A. *et al.* The costs and effectiveness of surveillance of communicable disease: a case study of HIV and AIDS in England and Wales. **Journal of Public Health**, v. 18, n. 4, p. 415-422, 1996.

HADDAD, P.; HADDAD, I. Mental health stigma. **British Association for Psychopharmacology (BAP)**, Reino Unido, 2015. Disponível em: <https://www.bap.org.uk/articles/mental-health-stigma/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LOURO, G. L. Currículo, gênero y sexualidad. Lo -normal-, lo -diferente- y lo -excêntrico-. **Descentrada**, v. 3, 2019.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 18. ed. Campinas Papyrus, 2016.

PETRY, A. R.; SOMAVILLA, V. E. C. A exortação do discurso de risco e a coleta autóloga de células tronco do cordão umbilical. **Texto e Contexto** (UFSC Impresso), v. 3, p. 2-8, 2016.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, p. 193-198, 2011.

PETRY, A. R. Mulheres transexuais e o processo transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo. **Revista Gaúcha de Enfermagem (Online)**, v. 36, p. 70-75, 2015.

RODRIGUES, A. *et al.* **Transposições [recurso eletrônico]**: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: EDUFES, 2015.

RODRIGUES, A. *et al.* **Currículos, gêneros e sexualidades**: experiências misturadas e compartilhadas. Vitória: Edufes, 2013.

RONDAHL, G. Students' inadequate knowledge about lesbian, gay, bisexual and transgender persons. **International journal of nursing education scholarship**, v. 6, n. 1, 2009.

ROSE, N. Governamentalidade, 'Sociedade Liberal Avançada' e Saúde: diálogos com.

ROSE, N. Biopolítica molecular, ética somática e o espírito do biocapital. *In*: SANTOS, L. H. S.; RIBEIRO, P. R. C. R. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida. Rio Grande: FURG, 2011. p. 13-32.

ROSE, N. Poderes da liberdade, governamentalidade e saberes psi: diálogos com Nikolas Rose. (Parte 2). **Interface** - comunicação, saúde e educação, n. 58, p. 797-808, 2016.

ROSE, N. **The politics of life itself**: biomedicine, power, and subjectivity in the twenty-first century. Princeton: Princeton University Press, 2007.

ROSE, S.; ROSE, H. **Genes, Cells and Brains**: The Promethean Promises of the New Biology Paperback. Estados Unidos: Verso Books, 21 mar. 2014.

SMITH, E. R. Social identity and social emotions: Toward new conceptualizations of prejudice. *In*: SMITH, E. R. **Affect, cognition and stereotyping**. Reino Unido: Academic Press, 1993. p. 297-315.

SPERONI, A. V. A Era da vitalidade: uma cartografia do presente. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, 2016.

TILIO, R. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Gênero**, v. 14, n. 2, p. 125-148, 2014.

TRAVASSO, R. A. *et al.* **Biotecnologia em ação**: educação, ciência e tecnologia para inclusão e coesão social. João Pessoa, 2018. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/4CBIOTECDBCNPBEX2013659.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2018.



37

*Rita de Cassia Quadros da Rosa
Camilo Darsie*

**EDUCAÇÃO, APLICATIVOS
FITNESS E DE SAÚDE:
OUTRAS CAPTURAS BIOPOLÍTICAS**

INTRODUÇÃO

Você acorda, desativa o alarme e entre um bocejo e outro passa os olhos sobre o relatório de sono. O período de tempo de sono profundo foi curto demais, de novo. Lamenta ter tomado aquela xícara de café antes de dormir. Com certeza foi o que prejudicou seu descanso. Deveria ter tomado água. Água! Levanta da cama e corre até a geladeira para tomar o primeiro copo do dia antes que o lembrete comece a tocar. A meta de hoje são dois litros e meio, mas você não se preocupa porque o celular vai lembrar você. Aproveita a parada em frente a geladeira para ajustar a meta de passos. No dia anterior não conseguiu atingi-la, mas isso não a preocupa, já que foi dia de academia. Quatro séries de doze repetições em cinco aparelhos para trabalhar os membros inferiores, depois, quinze minutinhos na esteira. Você sabe que vem evoluindo, porque os gráficos de desempenho das últimas semanas não mentem. Bastou inserir as informações sobre gênero, faixa etária, medidas atuais e pronto! Só precisa seguir a sequência de treinos elaborados a partir destas informações e terá o corpo de acordo com o recomendado - pelo app. Bem, você sabe que exercício físico não é tudo e que também precisa dar atenção à alimentação. Isso tem sido difícil. Já faz três dias que excede a ingestão máxima de carboidratos e fica abaixo da recomendada em proteínas. Será que deixou de registrar os dados de algum alimento ao longo do dia? Vai dar mais atenção a isso hoje. É melhor colocar o celular para carregar. O dia vai ser intenso.

A cena fictícia apresentada acima, na qual os aplicativos fitness e de saúde são retratados de forma hiperbólica, tem o propósito de chamar atenção para a dimensão e importância que eles vêm ganhando em nosso cotidiano. De acordo com a revista Forbes, ao contrário do que se esperava, esta categoria de aplicativos teve crescimento acentuado após a pandemia e estima uma expansão anual de 24% até 2030 (PACETE, 2022).

No Brasil, por exemplo, essas tecnologias, durante a pandemia, tornaram-se centrais no que se refere à aderência às normas sanitárias, aos perigos relacionados às infecções e às ações de mitigação da doença. Conforme apontado por Nelson Miguel Galindo Neto *et al.* (2020), os aplicativos móveis, de acesso gratuito, principalmente no contexto brasileiro, disponibilizavam, sobretudo, informações sobre sintomas, prevenção e cuidados da doença, além do monitoramento de casos.

Enquanto os meios de comunicação considerados mais tradicionais - televisão, jornais e canais de vídeos online - apresentaram comunicados oficiais, diversas vezes, contraditórios e ideologicamente direcionados, os aplicativos digitais balizaram diversas condutas de autocuidado e controle de riscos, talvez, por serem promovidos por instituições e empresas consideradas técnicas. Ainda, forneceram orientações àqueles que buscaram controlar índices relacionados à alimentação, à queima de calorias, ao controle do sono, entre outros fatores.

As discussões em torno da expansão desses apps, frequentemente se concentram em aspectos relacionados à segurança digital, uma vez que boa parte deles mantém registros dos dados dos usuários. De fato, quem tem acesso aos dados e quais serão seus possíveis usos, tem de ser uma preocupação. Neste texto, contudo, nos dedicaremos a refletir sobre os efeitos destas ferramentas digitais como (re)produtoras de verdades acerca das e dos sujeitos, como elementos normalizadores, e, portanto, como estratégia biopolítica a serviço da lógica neoliberal no campo da saúde.

Antes de iniciarmos nossas reflexões, consideramos necessário pontuar que o momento atual no Brasil é especialmente desafiador para discutirmos biopolítica. Isso porque temos acompanhado, nos últimos anos, o retorno dramático de problemas que acreditávamos ter superado, como a fome, a desnutrição, a falta de moradias e as mortes por doenças evitáveis. Tais problemas, que tendem a

ocupar nossos espaços de discussão, tamanha sua urgência e materialidade, andam na contramão dos pressupostos de investimento na vida. Apesar disso, acreditamos que as discussões sobre a racionalidade neoliberal engendrada em estratégias biopolíticas têm de seguir ocorrendo, pois se atualizam como parte das engrenagens que produzem esta realidade.

Ao discutir as formas de poder características de diferentes períodos históricos na Europa, Michel Foucault (1987) chamava a atenção para o fato de que a preponderância de um poder sobre o outro não ocorre de maneira linear ou acabada. Dito de outro modo, uma forma de poder ou de governo, não substitui integralmente a outra, suprimindo por completo seus mecanismos de atuação sobre as e os sujeitos. É por esta razão que, ao passo em que lutamos para resolver problemas elementares e para dar condições de vida a uma parcela da população, somos provocados a discutir também as engrenagens do biopoder que, ao investir na vida de parcela da população, estende sobre ela seus instrumentos de controle e de normalização.

EMERGÊNCIA DO IMPERATIVO *FITNESS*

A valoração do corpo de acordo com suas capacidades físicas de desempenho e da ausência de doenças pode ser localizada historicamente, de forma preponderante, no Movimento Higienista que se difundiu pela Europa e Estados Unidos ao longo do século XIX, chegando ao Brasil no final daquele período (MILAGRES; SILVA; KOWALSKI, 2018). De acordo com o pensamento Higienista da época, o aprimoramento do corpo na perspectiva do desempenho estaria vinculado ao desenvolvimento ético considerado necessário ao homem e à mulher que se desejava formar. A prescrição de exercícios físicos regulares, portanto, tinha importância central.

Destaca-se aí uma diferenciação de tratamento entre mulheres e homens, na qual aos homens eram prescritos exercícios físicos voltados à obtenção de força, agilidade e tônus muscular, enquanto às mulheres se prescrevia exercícios direcionados à adequação de medidas corporais nos moldes dos padrões de beleza da época, além de exercícios de alongamento, com vistas a auxiliá-las na gestação e, principalmente, no parto. Este período é, possivelmente, um marco no que tange o esforço para reforçar o binarismo de gênero em termos de construção corporal. Os homens tomados em razão da ocupação dos espaços públicos, as mulheres restritas ao espaço privado (GOELLNER, 2010).

A partir da segunda metade do século XX a preocupação com o corpo ganhou um novo impulso com a exploração pelo mercado, que passou a oferecer uma infinidade de produtos e intervenções direcionados ao seu “melhoramento”. Esta captura pelo mercado contribuiu para a construção dos discursos de investimento no corpo incorporados ao viés neoliberal, resultando no que Claudia Espinal-Correa e Diego Estrada-Mesa (2020, p. 187) definem como:

Un aparato epistémico (científico) que establece sobre lo somático unas regiones de lo cognoscible que permiten la captura, intervención y mejoramiento de nuestra materia; pero también político, en la medida en que se dispone del “medio cultural” para modular tendencias, gustos, estéticas y estilos a través de saberes expertos ajustados a la producción de bienes y mercancías.

Incorporado à lógica de mercado, de acordo com o viés neoliberal, consolida-se um olhar sobre o corpo como um capital que pode ou não evidenciar o sucesso do sujeito, com base em atributos considerados ideais por autoridades sanitárias, em termos de saúde, bem-estar, qualidade de vida e beleza. Tal situação enquadra-se naquilo que Fernanda Mattioni *et al.* (2022) classificam, criticamente, como atravessamentos da lógica neoliberal no contexto da saúde. Segundo as autoras e autores, cada vez mais, essa maneira

de entender e viver o mundo contemporâneo, por meio da autogestão e potencialização de aptidões, tem operado sobre as vidas de diversos sujeitos, a partir de aparatos tecnológicos que, ao mesmo tempo em que mensuram dados de saúde individuais, impulsionam a possibilidade de maiores condições de trabalho, de produção, de desempenho e, ainda, balizam comportamentos. Tem-se aí o arcabouço discursivo para o surgimento do imperativo fitness, que Claudia Espinal-Correa e Diego Estrada-Mesa (2020, p. 187) descrevem da seguinte maneira:

La práctica del acondicionamiento físico explicita su ascenso y masificación en los últimos años como afirmación de lo que Raymond Williams ha denominado “estructura de sentimiento”: una forma de materialización de la sensibilidad colectiva, que implica procesos formativos y formadores en instancias como la autopercepción emocional y valoración positiva de la propia experiencia, que operan como “formas fijas”, naturalizadas, con enormes efectos sobre la cultura, ya que producen modelos de cómo debemos ser (27), una naturalización de la conducta cuya difusión incide en el direccionamiento del consumo hacia la elección y promulgación de los llamados estilos de vida saludables, que hoy son el rótulo común para su venta como servicio en los centros de acondicionamiento físico.

A partir destas condições de emergência, os aplicativos fitness e de saúde vêm ganhando espaço na esteira do vertiginoso avanço do uso de dispositivos móveis, como telefones celulares e Smartwatches⁶¹, aliados à popularização da internet móvel de alta velocidade. Os mais conhecidos são aqueles que monitoram a quantidade de passos diários e vêm instalados de fábrica na maioria destes dispositivos. Também fazem parte desta categoria, os aplicativos de controle de alimentação, que podem simplesmente lembrar que está na hora de tomar água ou de respirar com calma, como podem

61 Relógios digitais com inúmeras funções de monitoramento, que transmitem informações sobre o usuário por meio da sincronização com os telefones celulares.

monitorar a quantidade de calorias e macronutrientes ingeridos, até a prescrição de dietas alimentares. Temos ainda os apps de monitoramento de sono, do ciclo menstrual e dos mais diversos tipos de atividade física, para citar os mais populares.

EMERGÊNCIA DO IMPERATIVO *FITNESS* DIGITAL

Boa parte dos *apps fitness* e de saúde, além de emitirem relatórios sobre o estilo de vida e a saúde dos usuários, o que por si só pode ser problematizado como mecanismo de controle, conforme veremos mais à frente, também dispõe de serviços de prescrição gratuitos ou com baixíssimo custo, se comparado àquele que o usuário teria ao contratar um profissional de modo tradicional. Deborah Lupton (2013) pontua que o uso de dispositivos móveis, nos contextos da promoção e da educação para saúde representa uma mudança significativa dos métodos de controle da vida. Ambas são áreas que se estabeleceram a partir de baixo uso de tecnologias quando comparadas à vasta gama de recursos médicos utilizados na prática clínica, principalmente na área hospitalar. No entanto, atualmente, o uso da tecnologia nestes dois campos tende a se concentrar na potencialização dos meios de comunicação digitais utilizados para divulgar mensagens para públicos amplos (LUPTON, 2013).

O formato em que os apps fitness e de saúde vêm sendo desenvolvidos, se alinha à vertente teórica da Educação Física, denominada “Educação para a saúde”, que de acordo com Marcos Neira e Clayton Borges (2018, p. 585), “toma os sujeitos da educação como uma forma de capital humano passível de intervenções segundo uma perspectiva neoliberal”. Os pesquisadores destacam a lógica do empreendedorismo de si nesta perspectiva de gestão do corpo.

Em outras palavras, o objetivo é a conformação de sujeitos ativos e aptos para o empreendedorismo do mercado e que, ainda, saibam regular os próprios hábitos e se mostrem vigilantes e muito bem informados dos riscos que correm no caso da não adoção das medidas preconizadas pela pedagogia neo-higienista (NEIRA; BORGES, 2018, p. 585).

Os apps fitness e de saúde operam nesta lógica instrumentalizando os sujeitos a investirem nos próprios corpos e estilos de vida, com base em padrões corporais e de comportamento sempre resultantes de jogos de poder. Ainda que alguns destes apps contem com a possibilidade de personalização de metas e objetivos, a maioria dos usuários, os chamados usuários comuns, que não estão interessados em refletir sobre padrões corporais e/ou comportamentais, ou, ainda, aqueles que não tem acesso a este tipo de conhecimento, utilizam estas ferramentas nas chamadas “configurações recomendadas”, o que potencializa a cristalização de padrões.

Assim, ao contrário do que se poderia argumentar em uma primeira análise, estes apps não dotam os sujeitos de “liberdade” para construir sua relação com o corpo de forma singular. Isso porque os padrões ideais de atividade física, composição corporal, alimentação e outros, foram construídos na relação entre o mercado e o que Michel Foucault (1988) denominou de especialistas, aqueles que possuem a legitimidade dada pela ciência para construir verdades sobre os sujeitos. O viés em que são desenvolvidos os apps fitness e de saúde fazem deles mecanismos de normalização da sociedade. Uma sociedade normalizadora, que conforme o mesmo autor é o “efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (FOUCAULT, 1988, p. 135).

A lógica da normalização opera pela determinação de um padrão ideal - de corpo, beleza, comportamento, consumo, etc - e, por consequência, pela determinação de padrões indesejáveis, que se constroem em oposição aos primeiros. Nos apps fitness

e de saúde este viés está bem claro, uma vez que além do monitoramento do usuário, são emitidos relatórios de “desempenho”. Ainda que sejam simples relatórios, sem qualquer prescrição, esta quantificação aliada à lógica da auto superação engendradora nos discursos neoliberais, faz com que no dia seguinte o usuário deseje ultrapassar o desempenho obtido anteriormente.

Ainda com relação aos padrões, tais apps trazem consigo uma diferenciação de objetivos de acordo com sexo⁶². Tais pré-definições vêm na contramão da desconstrução das imposições de gênero, pois elas partem sempre da biologia para prescrever quais devem ser os objetivos daquela ou daquele usuário. A partir disso há um evidente reforço de padrões corporais generificados e, por consequência, do binarismo de gênero que produz a hierarquias e exclusões.

Em termos geográficos, estas prescrições quase sempre se baseiam na biologia de homens e mulheres europeus ou asiáticos, o que torna ainda mais difíceis de serem alcançados os objetivos estabelecidos, por populações que não possuem origem nas mesmas localizações geográficas.

Cabe um parêntese aqui, para pontuarmos que todos estes padrões podem e via de regra são reproduzidos e propagados por profissionais com formação acadêmica na área da saúde, em especial, os profissionais de educação física. Ou seja, o reforço de padrões e estereótipos certamente não se restringe aos apps, pois, conforme vimos, fazem parte de um certo tipo de racionalidade. O que desejamos colocar em discussão aqui, é que os apps fitness e de saúde propagam estes padrões normalizadores de modo massivo e mantendo uma proximidade com os usuários, jamais alcançada por quaisquer outras ferramentas.

62 O termo sexo é utilizado aqui como um conjunto de atributos biológicos a partir do qual se deu a designação feminino ou masculino dos sujeitos ao nascer. Entendemos que a categorização dos sujeitos por sexo é inadequada, sendo ideal a utilização da categoria gênero. No entanto, apresentamos a categoria de “sexo” de forma crítica, uma vez que estes aplicativos partem da biologia para definir metas aos usuários.

Há, ainda, que se problematizar a sensação de endividamento reforçada por estes aplicativos digitais. À medida em que há uma meta, um objetivo, uma referência prescrita e considerando que elas se encontram muito acessíveis, quase sempre à mão e ainda com recursos sonoros e vibratórios de notificação, os usuários são lembrados constantemente sobre o quanto ainda têm de fazer para “ganhar uma estrelinha”. Literalmente, a maioria desses aplicativos se utiliza de mecanismos motivacionais que presenteia os usuários com ícones de troféus, medalhas, estrelas e outros símbolos, quando vencem a competição que estabelecem consigo mesmos, ou, dito de outro modo, quando pagam a dívida assumida a partir de negociações íntimas e individuais.

Hugo Vale (2017, p. 42) explica o dispositivo de endividamento da seguinte maneira:

Se nas décadas de 1980 e 1990, a economia tinha como representação o empresário de si, aquele que não só investe numa empresa mas que se trata como uma empresa, isto é, que investe na sua capitalização pessoal, que se mune de aparatos de aperfeiçoamento, que se otimiza, tal qual de uma empresa se tratasse, todavia, hoje, a representação do homem endividado ocupa “a totalidade do espaço público”. Os velhos referenciais neoliberais – consumidor, trabalhador, turista –, têm que ser sufixados de endividado, se quisermos ter uma visão mais clara do que se passa hoje em dia. Já não é o confinamento espacial – escola, fábrica, caserna militar, asilo –, típico de um paradigma disciplinar de poder, que produz a subjectividade, mas a dívida que “disciplina, domestica, fabrica, modula e modela a subjectividade”.

Quem de nós nunca abriu a rede social e se deparou com publicações em cenário de academia, pista de corrida ou similar, contendo a expressão “treino pago” como legenda? O sujeito do neoliberalismo contemporâneo é aquele que após ter-se construído como empreendedor de si, segue a lógica do endividamento como estratégia de investimento e com vistas à obtenção de ganhos futuros, inclusive em termos corporais.

Fazendo uso de recursos específicos aos dispositivos digitais, os apps fitness e de saúde mantém viva na subjetividade dos sujeitos a sensação de endividamento, que para além de produzir, certamente, implicações psicológicas, mantém vigorosa e circulante a esta racionalidade neoliberal.

REFLEXÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo nos dedicamos a refletir sobre os efeitos destas ferramentas digitais, mais especificamente os apps fitness e de saúde, como (re)produtoras de verdades acerca das e dos sujeitos, como elementos normalizadores, e, portanto, como estratégia biopolítica a serviço da lógica neoliberal no campo da saúde. Ficou evidente que tais ferramentas possuem especial potencial de mobilização, em razão de sua presença e proximidade com os usuários.

Desenvolvidos por empresas que, mesmo quando não cobram por sua utilização, visam o lucro por meio de propagandas e/ou venda de dados dos usuários⁶³, os aplicativos fitness e de saúde disponíveis não parecem ser pensados em sua responsabilidade para com os efeitos de sua utilização em massa (NG; KEEGAN, 2022). Assim, o que temos é a cristalização de padrões de comportamento normalizadores e excludentes, os quais mantêm em movimento as engrenagens neoliberais.

Feitas estas problematizações, consideramos importante considerar que a popularização dos apps fitness e de saúde, na esteira da expansão do uso dos dispositivos móveis e smartwatches é, possivelmente, irreversível. Assim, seria oportuno e necessário pensarmos em como romper com o domínio do mercado sobre essas

63

De acordo com a revista estadunidense *The Markup*, há um mercado bastante rentável para a comercialização de dados dos usuários, como a localização e outros.

ferramentas, para que elas venham a ser pensadas com o objetivo de atender, de fato, as necessidades em saúde. Em outras palavras, há que se pensar em como desenvolver apps que façam chegar informações de qualidade à população, sobretudo àquela que o Estado não tem conseguido alcançar.

REFERÊNCIAS

- ESPINAL-CORREA, C. E.; ESTRADA-MESA, D. A. El fitness: estilo de vida saludable o biopolítica sobre el cuerpo desde la racionalidad neoliberal. **Latreia**, Medellín, v. 33, n. 2, p. 184-190, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-07932020000200184&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 mar. 2023.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. 8. ed. Tradução de Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOELLNER, S. V. Educação física, ciência e saúde: notas sobre o acervo do Centro de Memória do Esporte (UFRGS). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 17, p. 527-536, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/rCkcJktSvwwLw5VgD9tSsq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- LUPTON, D. L. Risco e emoção: rumo a uma perspectiva teórica alternativa. **Health, Risk & Society**, v. 15, n. 8, p. 634-647, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13698575.2013.848847>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- MATTIONI, F. C. *et al.* Práticas de promoção da saúde como resistência e contraconduta à governamentalidade neoliberal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 8, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022278.23902021>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- MILAGRES, P.; SILVA, C. F.; KOWALSKI, M. O higienismo no campo da Educação Física: estudos históricos. **Motrivivência**, v. 30, n. 54, p. 160-176, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/download/2175-8042.2018v30n54p160/37041/197903>. Acesso em: 16 mar. 2023.

NEIRA, M. G.; BORGES, C. C. O. Esquadrinhar e Governar: análise das recomendações do CONFEF para a Educação Física escolar. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 2, p. 571-590, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/WnN88YH3rBVL5B6WXqbdXkB/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 16 mar. 2023.

NETO, N. G. M. *et al.* COVID-19 and digital technology: mobile applications available for download in smartphones. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 29, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/bJgShrBQZ6z65hsmnSTP7P/?lang=pt#>. Acesso em: 16 mar. 2023.

NG, A.; KEEGAN, J. Who is policing the location data industry? **The Markup**, Estados Unidos, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://themarkup.org/the-breakdown/2022/02/24/who-is-policing-the-location-data-industry>. Acesso em: 7 fev. 2023.

PACETE, L. G. O que explica o boom dos aplicativos fitness pós-pandemia? **Forbes**, 5 mai. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2022/05/o-que-explica-o-boom-dos-apps-fitness-pos-pandemia/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

VALE, H. M. V. **Para uma antropologia política da dívida**: entre a biopolítica e a sociedade de controlo. 2017. Tese de Doutorado — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/28727>. Acesso em: 19 mar. 2023.

The background is a dark teal color with a complex network of thin, light teal lines and circular nodes. The lines form a web-like structure, with some nodes highlighted in a slightly lighter shade of teal. The overall aesthetic is modern and digital.

38

Jorge Andrés Jiménez Muñoz

Carlos José Martins

LA DISCURSIVIDAD SOCIOEMOCIONAL:

**PROLEGÓMENOS DE UNA REFORMA
EDUCATIVA (BIEN) SUCEDIDA**

INTRODUÇÃO

La Base Nacional Común Curricular (BNCC) fue una reforma educativa brasilera, promulgada en el contexto del golpe parlamentario en contra de la presidenta de aquel momento, Dilma Rousseff. Su construcción se dio en paralelo a un marco de reformas administrativas del Estado, como la laboral, la previsión Social y la llamada "Reforma do ensino medio". A pesar de la polarización política del momento, la Base fue el único emprendimiento de gobierno que logró superar las fuertes luchas partidarias.

Sin embargo, más allá del liderazgo de algún grupo u organismo multilateral, podríamos levantar la hipótesis que en realidad se constituyó un paulatino proceso de "gubernamentalización del Estado" (FOUCAULT, 2008; MILLER; ROSE, 2012), en el que se engendraron una serie de tácticas y estrategias gestionadas por diversos actores públicos y sectores privados en torno a una racionalidad política de orden global con matices locales, produciendo variadas y profundas reformas de corte neoliberal. Así, el Estado brasileño, dirigido por esta lógica gubernamental, legitimó el proyecto de educación eficaz propio de la globalización del capital, impulsado inicialmente por organizaciones internacionales como la UNESCO, el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio (OMC). No es casualidad que estas instituciones vengán considerando a la educación como un campo de inversión para el desarrollo económico (PEREIRA, 2016).

Ante la consolidación en los últimos años del modelo de gestión educativa que venía transformando algunas concepciones de educación y de escuela, se estaban creando además condiciones favorables para la implementación de una serie de reformas de los sistemas educativos de los países, con el objetivo de incrementar la competitividad internacional a través del desarrollo de una mano de obra cualificada, socio de la empresa privada:

Naturalmente, la escuela pública es un importante nicho de mercado, recreado y constantemente estimulado por el sector privado, que opera en áreas como la producción y venta de material didáctico, formación de profesores, prestación de consultoría, etc. Sin embargo, este desempeño no se limita a hacer negocios con el gobierno, sino también la misión de transmitir el ideario empresarial en este importante espacio para la socialización de los niños y jóvenes, es decir, para inocular en la escuela pública la cosmovisión empresarial. (MARTINS; KRAWCZYK, 2018, p. 6)

Así, variadas estrategias y recomendaciones resonaron en diferentes debates en la educación mundial y brasileña. El énfasis fue puesto entonces en la responsabilidad que recaería en los reformistas:

En resumen, es claro que es necesario invertir en habilidades cognitivas y habilidades socioemocionales para asegurar el éxito en la vida. Las habilidades socioemocionales no deben ser pasados por alto por los formuladores de políticas, ya que son fundamentales para los cognitivos. (OCDE, 2015, p. 39)

A mediados de 2015, el ministro de Educación del gobierno de Rousseff, Aloizio Mercadante, economista de profesión, intervino en sesión plenaria de la "Comissão de Educação da Câmara", argumentando la necesidad de crear una base curricular común. Esto a todas luces venía mostrando el tono de las discusiones en torno a la base, que ya se venían instaurando incluso al interior de un gobierno considerado como progresista:

Mercadante presentó datos de la "Educación at a Glance 2015", producido por la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE). El documento ubica a Brasil entre los países que más hicieron inversiones públicas en educación en los últimos años. La publicación compara datos de 38 países y destaca que, en 2012, el 17,2% del total de la inversión pública brasileña se destinaron a la educación, mientras que en 2005 este porcentaje era del 13,3%. Justo México y Nueva Zelanda tuvieron

una mayor proporción que Brasil. la inversión respecto al porcentaje del producto interno bruto (PIB) en educación también aumentó, de 2,4% en 2000 a 4,7% en 2012. La inversión promedio de otros países de la OCDE es del 3,7%, mientras que la meta de Brasil fijada en el PNE es alcanzar el 10% de PIB hasta 2023. (OCDE, 2015)

Por otra parte, la reunión ministerial “Habilidades para el Progreso Social”, en 2014, reforzó la necesidad de una educación más acorde con los “intereses” de los jóvenes y de los futuros retos que el país tenía en el horizonte:

Es necesario repensar las políticas para satisfacer mejor los deseos de los jóvenes y prepararlos para para enfrentar los desafíos del mundo moderno. Invertir en educación y competencias es una de las principales políticas para resolver los numerosos desafíos condiciones socioeconómicas actuales y para asegurar una vida próspera, saludable, comprometida, responsable y feliz. (OCDE, 2015, p. 27)

En el presente texto pretendemos analizar toda esta explosión discursiva contenida en informes, congresos y eventos de carácter político-educativo, los cuales colonizaron y sedujeron a diferentes grupos sociales y actores que influyeron en la formulación de la BNCC. Dicha discursividad se constituyó en la égida de una progresiva gubernamentalización del estado brasilero, asociada a los principios de eficacia y eficiencia, establecidas dentro de las denominadas “Habilidades del siglo XXI” o “educación del futuro” promulgada por la OCDE y la UNESCO. Fue dentro de esta configuración que las competencias cognitivas y socioemocionales emergieron como condiciones a priori del progreso social y económico, un hecho ampliamente probado por la OCDE a través de variados estudios longitudinales.

Este análisis se inscribe en el marco de una investigación doctoral que se propuso diagnosticar a través de la arqueogenealogía foucaultiana el tipo de racionalidad gubernamental que rige la inserción de un área del conocimiento, la Educación Física, quien

juntamente con disciplinas del conocimiento de las humanidades y Ciencias Sociales sufrirían el embate de este conglomerado de reformas. Al parecer, una inserción de esta disciplina en la gran área de la Salud a través de diferentes organismos estatales de fomento a la investigación en dos países latinoamericanos, Brasil y Colombia, la investiría de una identidad ligada a la promoción de un tipo determinado de salud, acorde con los intereses empresariales en boga. Así, se buscó cuestionar las condiciones de aceptabilidad de esta inserción en agencias gubernamentales como la CAPES, así como con los lineamientos adoptados en las últimas reformas educativas y su implementación tecnocrática en el campo escolar, pues la intención principal parecía revelarse en el alcance de los cuerpos de más de 70 millones de alumnos de todos los niveles de enseñanza pública.

LA CONFIGURACIÓN DEL DISPOSITIVO EVALUATIVO

Progresivamente fue emergiendo en el país un régimen de verdad en el campo educativo alineado con los valores de la eficiencia, la meritocracia y la competencia. Este movimiento viene siendo impulsado varias décadas atrás desde las reformas del gobierno de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) y el ministro de Educación de aquel entonces, Paulo Renato Souza. Tales políticas se materializaron entre otras, en la creación del Sistema de Evaluación de la Educación Básica (SAEB), en 1995, y en la promulgación de la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB), en 1996 (PEREIRA, 2016).

La LDB determinó los parámetros de la escuela secundaria a partir de la consolidación de los conocimientos de la escuela primaria (DA SILVA; SCHEIBE, 2017). En este sentido, fue introducido y ampliado progresivamente un nuevo arsenal procedimental propio

del glosario del mundo empresarial, en el que se reconfiguraron paulatinamente los actores del campo educativo dentro de la lógica de la gestión. En el caso de los profesores, estos pasarían de ser “educadores” para convertirse en “gestores”.

En los años 90, el filósofo francés Gilles Deleuze, en su análisis sobre las sociedades de control, ya describía la lógica de estas transformaciones. En el paso de la “Sociedad Disciplinaria” o fabril, descrita por Foucault, para las emergentes “Sociedades de Control” o de la forma empresa, instituciones como la escuela comenzaron a funcionar desde el principio de la modulación cambiante y ya no fijada a un espacio de confinamiento, que presenta entre otras prácticas, la sustitución de la escuela por la idea de formación permanente, bien como la aparición del examen de control continuo (DELEUZE, 2006).

Esta idea del examen es central para pensar cómo se dieron en el país las condiciones de emergencia de un dispositivo de control continuo en torno del sistema educativo. De esta forma, sucedió en el país la implementación de una política de verificación-evaluación a gran escala en el país que utilizó los primeros resultados de las pruebas PISA (International Student Assessment Program) hecho que posibilitó entre otras reformar el “Sistema de evaluación de la educación básica” (SAEB), dividiéndolo en dos pruebas diferentes: a) Evaluación Nacional de Educación Básica (ANEB) y, b) Evaluación Nacional de Rendimiento Escolar (ANRESC) (PEREIRA, 2016; HIPOLYTO; JORGE, 2020). También en 2007, el MEC diseñó el “Plan de Desarrollo Educativo” (PDE) y la creación del “Índice de Desarrollo de la Educación Básica” (IDEB), lo que llevó a una invasión del vocabulario propio de prácticas gerenciales en los sistemas escolares y, en consecuencia, la alineación con la idea de “calidad de la educación” (EVANGELISTA; LEHER, 2012).

Se constituyó a los pocos un complejo dispositivo de evaluación, en últimas, una organización compleja de actores, estrategias y relaciones, los cuales implementarían pruebas estandarizadas

para medir la eficacia y eficiencia de los sistemas educativos, como sucede en el caso de las PISA y la “Encuesta Internacional sobre Enseñanza y Aprendizaje” (TALIS) (WATHIER; GUIMARAES-IOSIF, 2016). Este dispositivo operaba en tres dimensiones diferentes: 1) como mecanismo regulador en la construcción de la política educativa en los países involucrados; 2) como justificación externa de las políticas adoptadas ante la falta de competencia interna para lograr los objetivos y, finalmente, 3) como campo de interés de empresas consultoras, ONG e institutos empresariales en la disputa por los recursos públicos.

Para Oliveira (2015), la adopción de este dispositivo de evaluación permitía al gobierno legitimar opciones político-ideológicas tales como, la distribución de los recursos económicos en las escuelas a través de una lógica técnico-administrativa producida por especialistas y tecnócratas que desconocían la profunda desigualdad de países del continente latinoamericano, hecho que despolitizaba el debate sobre la equidad y la justicia social. De esa forma, discusiones sobre el derecho a la educación son desplazados por proyectos enfocados a los resultados y la eficiencia.

Uno de los interlocutores en este proceso de gubernamentalización es la OCDE. Esta institución gubernamental fue creada en el marco de la “Ley Marshal”. Actualmente, la organización tiene como objetivo diagnosticar y prescribir informes económicamente, así como comparar políticas en diferentes áreas. En lo que respecta a la educación, a través de la organización denominada “Dirección de Educación”, la OCDE se enfoca en la formulación de políticas educativas para 63 países involucrados, entre los que se encuentran miembros y no miembros. En el caso de Brasil, su vinculación se da a través de un “involucramiento extendido”, al lado de otros países considerados economías emergentes (DAROS JÚNIOR, 2013).

Allí, el interlocutor de este organismo multilateral es el “Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anixio Texeira”

(INEP), encargado, entre otras funciones, de establecer criterios específicos de comparabilidad entre las pruebas PISA y las SAEB. El sitio web de este instituto describe varias iniciativas internacionales emprendidas por la asociación: a) Estadísticas educativas relacionadas con temas claves, como acceso, permanencia y financiamiento a través de la publicación “Education at a Glance”, informe de la OCDE que reúne estadísticas de 40 países en el “Programa de Indicadores de los Sistemas Educativos” (INES); b) Redes de investigación de “Estudios Regionales Comparativos y Explicativos” (ERCE) destinados a evaluar la calidad de la educación en la educación primaria en países de América Latina y el Caribe, y el “Mercosur Educativo”, que produce indicadores comparativos sobre los dos sistemas educativos asociados países a través del “Banco Terminológico do Mercosur”; y “RIACES”, una asociación de 18 países iberoamericanos dedicada a promover la interacción entre los organismos de evaluación de la calidad de la educación superior.

Esta alianza se describe en el documento “Informe Brasil en las PISA, 2018” producido por el INEP:

Las PISA forman parte de un conjunto de evaluaciones y exámenes nacionales e internacionales coordinados por el Consejo de Evaluación de la Educación Básica (DAEB), del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP). Actualmente, los estudiantes brasileños participan en evaluaciones nacionales, en estudios regionales coordinados por el Laboratorio Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE) y en las PISA, coordinadas por la OCDE. (INEP, 2019, p. 19, traducción nuestra)

En el informe también se describe la centralidad de las pruebas PISA y su papel estratégico en la implementación de este sistema de evaluación. La intención principal radica en desplegar un exhaustivo conocimiento del alumno, o sea, constituir una especie de “background” en torno al desempeño del estudiante en la escuela y algunas variables de aprendizaje asociadas a este:

Las PISA proporcionan información sobre el rendimiento de los alumnos, vinculada a datos sobre sus antecedentes y sus actitudes hacia el aprendizaje, así como los principales factores que configuran su aprendizaje, tanto dentro como fuera de la escuela. Los resultados permiten a cada país evaluar los conocimientos y habilidades de los estudiantes de sus propios países en comparación con los de otros, conocer las políticas y prácticas aplicadas en otros lugares y formular sus políticas y programas educativos destinados a una mejor calidad y equidad de los resultados de aprendizaje (INEP, 2019, p. 13, traducción nuestra).

De esa forma se evidencia una discursividad vinculada a una concepción de educación considerada como central en un arte de gobernar específico, que busca formular políticas orientadas por un conocimiento profundo de los estudiantes, quienes, haciendo parte viva de la población, requieren ser gobernados efectivamente. A través de tecnologías gubernamentales como la inscripción y el cálculo, estas pruebas mensurativas posibilitan que la realidad sea estable, comparable y asociada, en la vía de justificar y legitimar reformas educativas (MILLER; ROSE, 2012).

Este panorama cognitivo se ve reforzado cada año por las recomendaciones que organismos como la OCDE establecen a través del conocimiento matemático construido por "experts". Para Popkewitz y Lindblad (2016), además de medir destrezas y habilidades traducidas en números, el conocimiento estadístico organiza una "construcción de las poblaciones", constituyendo una tecnología social que busca promover el cambio de condiciones sociales consideradas como "dañinas". Así, más allá de clasificar, el conocimiento estadístico ordena la escuela contemporánea, utilizando datos sobre el desarrollo del niño en términos de edad, grado escolar y características sociales de acuerdo a situaciones de riesgo:

Los números y las categorías invaden los espacios culturales y políticos, las políticas públicas, las investigaciones y los programas para establecer un estilo comparativo de

razonamiento. La comparabilidad nunca se trata solo de números, sus magnitudes y equivalencias. Cuando nos dirigimos a esto último, la estadística es una tecnología social que diferencia, normaliza, individualiza y separa. (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2016, p. 733).

Ciertamente, en el surgimiento del gobierno democrático se hizo necesario crear un sistema de certezas e incertidumbres, es decir, una “domesticación del azar” que colocara al ciudadano como protagonista en la construcción de su futuro. Así, una clasificación correcta, y un ordenamiento adecuado conducen al enfrentamiento de los problemas sociales a través de un programa o una política, buscando cambiar las condiciones de vida de las personas y evitando que otros grupos se acerquen a los lugares donde se ubican los problemas sociales (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2016). El informe del INEP (2019) formula explícitamente este campo de certezas e incertidumbres que el estudiante debe enfrentar:

PISA no solo evalúa si los estudiantes pueden reproducir el conocimiento, sino también hasta qué punto pueden extrapolar lo que han aprendido y aplicar este conocimiento en situaciones desconocidas, tanto dentro como fuera de la escuela. Esta perspectiva refleja el hecho de que las economías modernas recompensan a las personas no solo por lo que saben, sino cada vez más por lo que pueden hacer con lo que saben. (INEP, 2019, p. 15)

Esta clasificación de certezas e incertidumbres necesita de una escuela eficaz que proporcione a sus alumnos las herramientas necesarias para permanecer fuera de las situaciones de riesgo, determinadas por dimensiones sociales como la pobreza, el desempleo, los embarazos no deseados y las actitudes violentas. Para ello, la institución escolar requiere alcanzar los denominados “benchmarks internacionales”, entendidos como principios de seguridad que brindan los conocimientos que el individuo necesita para enfrentar situaciones de la vida real (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2016).

Así, estos estándares son difundidos en los países, con el objetivo de alinearlos con la tendencia mundial de la competitividad y el campo de las incertidumbres y probabilidades. Este saber organiza y legitima un dispositivo de evaluación que, como hemos visto, organiza a las poblaciones en categorías de riesgo a través del registro, estructurando el conjunto de estrategias a implementar a través de una especie de educación particular. Para Bertoldo (2013) la evaluación es un invento que poco a poco se fue extendiendo por la escuela, dentro y fuera de ella, pasando de dos pruebas al año y llegando hasta nuestros días, en los que vivimos la "era de la evaluación". De esta manera, estamos siendo constituidos al interior de una reconfiguración al interior de las sociedades de control, en una composición de espacios, tiempos y mecanismos estratégicamente dispuestos para desplegar todo un seguimiento constante y sistemático, dejando huellas en los sujetos que habitan estos espacios escolares, inventándolos y reinventándolos permanentemente:

En los siglos XX y XXI vivimos en la era de la evaluación. El concepto de evaluación está de moda. Hace poco se describió el proceso de evaluación permeado por los instrumentos de la disciplina, que se organizaba en un examen por año o dos (pero que no representaban el mismo proceso). En la actualidad, la evaluación es una forma de funcionamiento mucho más detallada. Es fácil de verificar, es decir, basta con comprobar cuántas veces al año se evalúa a un alumno, de cuántas formas y maneras se puede evaluar. O incluso, de cuántas maneras se pueden expresar los resultados de estas evaluaciones. Los docentes deben estar evaluando todo el tiempo, de lo contrario se los caracteriza como negligentes. La evaluación se ha extendido violentamente como un dispositivo dentro y fuera de la escuela, ya que se necesita estar constantemente evaluando a los otros y las situaciones. La evaluación tomó un valor moral que describe el desempeño del docente, el potencial de la escuela y describe en detalle a cada alumno, a través de pruebas documentales que determinan cuánto valen los alumnos. De producción en producción, la evaluación se ha convertido en un mecanismo de regulación de estudiantes, docentes e instituciones. (BERTOLDO, 2013, p. 122-123)

Por otro lado, los informes coinciden en que el proceso educativo requiere una cierta intervención pedagógica en las dimensiones personales o de carácter del individuo. Así, emergen en los debates contemporáneos las denominadas “competencias socioemocionales” o “competencias del siglo XXI”, que asumen al estudiante como capital humano a invertir, siendo considerado como complementario al desarrollo de competencias cognitivas, privilegiado en las pruebas mensurativas que componen el dispositivo evaluativo.

COMPETENCIAS SOCIOEMOCIONALES O EL GOBIERNO DEL ALMA.

Actualmente, la OCDE, actuando como “expert”, viene legitimando, en los países, el enfoque en el desarrollo de un sujeto competente. Sin embargo, este discurso de la competencia ha extrapolado un abordaje cognitivo. De esta forma, las llamadas habilidades socioemocionales han ingresado en los debates educativos a través del estudio “Inserción intencional de prácticas pedagógicas dirigidas al desarrollo de habilidades socioemocionales como camino hacia el éxito escolar en la educación básica”, encargado por el Consejo Nacional de Educación (CNE) y la UNESCO.

Los fundamentos teóricos y filosóficos de este informe fueron descritos por la UNESCO en un artículo publicado en la revista “Construção psicopedagógica” del “Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo”. Si bien el artículo dejaba claro que el aula no es un “contexto terapéutico”, ni el docente un “psicólogo”, allí predominaban conceptos y prácticas oriundos de la psicopedagogía a partir de autores como Piaget, Vygotsky, Wallon, Winnicott y Feuerstein, y que apuntaban a una sincronía entre la emoción, la cognición y la socialización en el aprendizaje humano. La legitimidad de estas

intervenciones psicopedagógicas estaba basada en estudios longitudinales, como el desarrollado por el economista James Heckman de la Universidad de Chicago, premio Nobel de Economía en 2000, quien comparó un grupo control y uno experimental formado por niños pertenecientes a familias de escasos recursos. Allí demostró que las intervenciones tempranas contribuyen a la mejora de habilidades no cognitivas tales como trabajar mejor en grupo, tener mayor control de las emociones y más persistencia y organización para realizar las tareas (ABED, 2016).

En 2014, otros agentes además del Estado se integraron en torno al proyecto de promoción de habilidades socioemocionales, a través de dos eventos principales: el "Foro Internacional de Políticas Públicas – Educando para las habilidades Seculum 21" (ABED, 2016), y la reunión ministerial informal de la OCDE sobre "Competencias para el Progreso Social", celebrada en São Paulo los días 23 y 24 de marzo. Ambos eventos fueron organizados conjuntamente por la OCDE, el Instituto Ayrton Senna, el INEP y el MEC (OCDE, 2015).

A un año del foro, la OCDE, junto con la editorial Santillana, publicaron en Brasil el informe "Competencia para el progreso social: el poder de las habilidades socioemocionales", con el objetivo de promover estrategias que permitiesen un mejor desempeño de los estudiantes en las pruebas PISA. Esta mejora estaría asociada a dos objetivos centrales: el progreso social y el bienestar individual. Para ello, el informe deja clara una concepción de la educación centrada en el desarrollo de habilidades socioemocionales:

La educación puede contribuir a la formación de ciudadanos motivados, comprometidos y responsables, mejorar habilidades importantes. Habilidades cognitivas como la alfabetización y la resolución de problemas son esenciales. Sin embargo, a través de la constancia y el trabajo duro los jóvenes con una sólida base socioemocional pueden progresar mucho más en un mercado laboral muy dinámico y centrado en las competencias. Ellos tienen mayores probabilidades de evitar enfermedades físicas

y mentales controlando sus impulsos, adoptando un estilo de vida saludable y manteniendo fuertes relaciones interpersonales. Son más capaz de proporcionar apoyo social y participar activamente en la sociedad y las acciones que protejan el medio ambiente, cultivando la empatía, el altruismo y el cariño. (OCDE, 2015, p. 26)

Un avance de este informe fue presentado en la reunión ministerial informal de la OCDE sobre “Competencias para el Progreso Social”, organizado por el Ministerio de Educación, el INEP y el instituto Ayrton Senna los días 23 y 24 de marzo de 2014. Este encuentro coincidió con el proyecto de elaboración de la BNCC. Para Carvalho e Silva (2017), nociones como habilidades del siglo XXI, paradigma holístico, currículo socioemocional y enfoque transversal colonizó los diferentes debates educativos movilizados por diferentes sistemas educativos. Al respecto, la OCDE justifica que:

Los niños y adolescentes necesitan un conjunto equilibrado de habilidades cognitivas y socioemocionales para tener éxito en la vida moderna. Se sabe que las habilidades cognitivas, incluidas las evaluadas por pruebas de conocimiento y calificaciones académicas, influyen en la probabilidad de éxito a nivel educativo y en el mercado laboral. Son predictivos de resultados más amplios, como la salud autoinformada, la participación política y social y la confianza. Habilidades socioemocionales como la perseverancia, la sociabilidad y la autoestima fueron capaces de influir en varias dimensiones de la vida social futura, incluyendo una mejor salud, más bienestar subjetivo y menor posibilidad de involucrarse con problemas de conducta. Las habilidades cognitivas y socioemocionales interactúan entre sí y permiten el éxito dentro y fuera de las escuelas. Ayudan a los niños a transformar las intenciones en acciones, aumentando la posibilidad de graduarse de las universidades, tener una vida saludable y manténgase alejado del comportamiento agresivo. Algunas de las habilidades socioemocionales son moldeables durante la niñez y la adolescencia. (OCDE, 2015, p. 3)

A lo largo del documento se establece la importancia de las intervenciones tempranas debido a su influencia en los resultados obtenidos por los países en las evaluaciones, con énfasis en el incremento de la probabilidad de que el estudiante pueda completar el ciclo educativo básico (CARVALHO; SILVA, 2017):

Las evidencias de una revisión de estudios longitudinales en nueve países de la OCDE muestran que tanto las habilidades cognitivas como las socioemocionales desempeñan un papel importante en la mejora de los resultados económicos y sociales. La mejora en el nivel de las habilidades cognitivas de los niños - medido por pruebas de alfabetización, pruebas de desarrollo académico y calificaciones académicas - pueden tener un efecto especialmente beneficioso en la asistencia a la educación superior y resultados en el mercado laboral. Elevar los niveles de competencias socioemocionales, como la perseverancia, la autoestima y la sociabilidad, pueden, a su vez, beneficiar fuertemente la mejora de la salud y bienestar subjetivo, así como la reducción de conductas antisociales. Los resultados muestran que la conciencia, la sociabilidad y la estabilidad emocional están entre las dimensiones más importantes de las habilidades socioemocionales para influir el futuro del niño. Las competencias socioemocionales no juegan un papel en aislamiento; interactúan con competencias cognitivas, permiten intercambios se afectan mutuamente y aumentan la probabilidad del niño de lograr resultados positivos en la vida. (OCDE, 2015, p. 14)

Esta intensificación de las competencias socioemocionales en el proceso de enseñanza escolar se centraba en dos principales objetivos: 1) Garantizar la formación de un sujeto que, en un futuro próximo, sea capaz de hacer frente a posibles cambios y situaciones adversas en la lógica competitiva; 2) reducir factores como la desigualdad, especialmente en relación con los resultados obtenidos por los estudiantes de clases sociales menos favorecidas:

Las diferencias de rendimiento comienzan temprano. Habilidades cognitivas y socioemocionales desarrolladas durante los primeros años de vida determinan las bases

del potencial futuro. Mientras que los cimientos fuertes en los primeros años aumentan posibilidades de resultados positivos, los cimientos débiles tienden a causar dificultades. Hay efectos de datos acumulativos sobre lo que los niños aprenden y no aprenden. Sin embargo, las competencias son maleables y es posible cambiar trayectorias divergentes en el curso de la vida. Las inversiones tempranas en formación de competencias tienen más probabilidades de ser eficientes para aumentar los resultados socioeconómicos y reducir desigualdades. (OCDE, 2015, p. 25)

De esta manera, permitir una articulación ideal entre las habilidades cognitivas y socioemocionales se consideraba como condición esencial para lograr resultados exitosos tanto en los niveles superiores de educación como en el mercado laboral:

El entorno socioeconómico actual presenta desafíos que afectan el futuro de los niños y jóvenes. Si bien ha mejorado el acceso a la educación, una buena capacitación ya no es el único requisito para obtener un trabajo; los jóvenes se han visto afectados por el aumento del desempleo tras la crisis económica. Problemas como la obesidad y la disminución del compromiso cívico van en aumento. El envejecimiento de la población y el panorama ambiental son motivo de preocupación. Las desigualdades sociales y del mercado laboral tienden a aumentar. La educación tiene un enorme potencial para hacer frente a estos desafíos mediante la mejora de las competencias. Las habilidades cognitivas y socioemocionales, como la perseverancia, el autocontrol y la resiliencia, son igualmente importantes. Es necesario fomentar todas las habilidades para que las personas y las sociedades prosperen. (OCDE, 2015, p. 17)

De esta manera emergió en los informes de la organización multilateral una determinada concepción de salud ligada al desarrollo de competencias socioemocionales y cognitivas. De esta manera se buscaba propiciar un “bienestar” de las poblaciones infantiles bajo la condición de que sean incluidas eficientemente habilidades

socioemocionales en el currículo. En el capítulo 3, titulado “Contextos de aprendizaje, habilidades y progreso social: un marco conceptual”, son descritas las bases teóricas que sustentan la mirada planteada por la organización como “holística” al evaluar las influencias que la educación tiene en algunos aspectos, como el progreso económico de la nación y el bienestar del individuo. Para ello, el documento se remite al trabajo de la “Comisión Stiglitz-Sen-Fitoussi para la medición del desempeño económico y el progreso social”.

Esta comisión fue un emprendimiento del presidente de Francia, en 2008, Nicolas Sarkozy, quien, insatisfecho con los datos económicos respaldados por estadísticas centradas en el PIB, encargó a tres importantes académicos, Joseph Stiglitz, Amartya Sen y Jean Paul Fitoussi, de la constitución de la “Comisión para la Medición del Desempeño Económico y el Progreso Social”. Tal comisión debería discutir los límites del PIB como indicador del desempeño económico y detectar la información necesaria para el establecimiento de indicadores más relevantes en relación con el progreso Social; así como discutir otras herramientas de medición y alternativas para presentar información estadística acorde con el enfoque propuesto (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

En este contexto, la relación entre el desarrollo de habilidades cognitivas y factores socioemocionales, y las variables de progreso y bienestar, había sido reformulada y ampliada para otros factores, siguiendo un enfoque holístico teniendo en cuenta la naturaleza multifacética del progreso social y económico. Estos indicadores se describen en el informe a través de unas unidades de análisis, a partir de las cuales es posible medir distintas variables de la vida del individuo y de las poblaciones, sin caer en el reduccionismo económico:

QUADRO 38.1 – Unidades de análisis vinculadas a variables de bienestar y progreso económico, según la OCDE

indicador	unidades de análisis
resultados de educación y competencias	Desempeño escolar, puntajes en pruebas de desempeño, repetición de grado y ausentismo.
resultados del mercado de trabajo	Indicadores de situación laboral (empleado, desempleado, buscando trabajo), tipo de trabajo (como a tiempo completo, permanente, autónomo) e ingresos.
condiciones materiales	Renta, bienes, consumo y vivienda.
estado de salud	Comportamientos positivos (ejercicio, visitas regulares al médico), comportamientos de riesgo (como abuso de drogas y alcohol) y resultados (como IMC, estado de salud autoevaluado y depresión).
compromiso	voluntariado, voto y confianza interpersonal
seguridad personal	Acoso y actos violentos, así como actividades delictivas (robo, vandalismo).
relaciones familiares y sociales	Monoparentalidad, ruptura familiar, embarazo en adolescencia, contacto y apoyo de familiares y amigos.
bienestar subjetivo	Satisfacción con la vida, experiencias de estrés y otros indicadores de felicidad subjetiva.
resultados ambientales	Comportamiento personal a favor del medio ambiente, como reciclar, usar el transporte público o comprender el impacto de la acción humana en el medio ambiente

Fuente: Elaboración propia con base en el informe de la OCDE (2015)

Como hemos visto, este enfoque de salud se consideraba como factor clave a abordar en el contexto escolar, ante los alarmantes incrementos en los índices de obesidad citados en el informe, que afectan considerablemente el desempeño de los estudiantes. Para ello, habilidades como la conciencia, la sociabilidad y la estabilidad emocional son fundamentales para lograr unas condiciones de salud y bienestar subjetivo, gestionando eficientemente situaciones de riesgo específicas:

Los niños necesitan un conjunto equilibrado de habilidades cognitivas y socioemocionales para adaptarse al mundo actual, cada vez más exigente, impredecible y cambiante. Aquellos capaces de responder con flexibilidad a los desafíos económicos, es más probable que las tecnologías sociales y tecnológicas del siglo XXI lleven vidas prósperas, saludables y felices. Las habilidades socioemocionales son útiles para afrontar lo inesperado, satisfacer múltiples demandas, controlar los impulsos y trabajar en grupo. (OCDE, 2015, p. 17)

Así, otros factores como el envejecimiento de la población y el descenso de las tasas de fecundidad son considerados, pues representan en un futuro próximo, riesgos para la economía y la desigualdad. Además, los constantes cambios en las formas en que las personas trabajan, estudien y socialicen, provocados por el progreso tecnológico, traerán presiones adicionales para los gobiernos contemporáneos:

El aumento de la esperanza de vida, junto con la disminución de las tasas de fertilidad, provoca el envejecimiento de la población. Eso significa que habrá un número creciente de dependientes para un número menor de personas económicamente activa, lo que puede conducir a un mayor gasto por parte de los gobiernos y sociedades en áreas como la salud, las pensiones y los cuidados a largo plazo. (OCDE, 2015, p. 21)

La discursividad socioemocional viene asumiendo un papel central en la definición de las políticas educativas en la última década, legitimada por la necesidad de formar competencias que permitan a los futuros ciudadanos afrontar y gestionar de manera eficaz los posibles retos del mundo futuro. Sin embargo, esta competencia justificada por las autoridades a través de diversas estrategias para establecer un régimen de verdad en torno a las personas y la forma en que deben conducir sus vidas, no se restringe al mundo del trabajo, por el contrario, la intimidad es también objeto de cálculo y sujeto de trabajo pedagógico para modelar y monitorear comportamientos que favorezcan futuros trabajadores y ciudadanos que disfruten de salud, bienestar y felicidad (MILLER; ROSE, 2012).

CONSIDERACIONES FINALES

A través de informes, eventos académicos, reuniones ministeriales e influencia de los medios de comunicación se articularon estratégicamente las piezas que componían el “teatro de operaciones” constituido por los organismos multilaterales y grupos empresariales orientados por la filantropía. De esta manera se pavimentó el camino para una progresiva gubernamentalización del estado brasileño vía reformas políticas de orden neoliberal. En dichas reformas, estuvo como horizonte invertir decididamente en las capacidades del individuo emprendedor de sí, para hacer frente con éxito a las dificultades y riesgos ambientales, económicos y sociopolíticos.

Al interior de una forma de vida ligada a la incertidumbre y la flexibilidad, competencias tales como la satisfacción auto informada con la vida, actitudes positivas, autoestima, autoeficacia y autoconfianza, que componen las “medidas subjetivas de bienestar” o satisfacción con la vida y la felicidad, eran considerados por la OCDE como temas clave a la hora de pensar las direcciones de la educación futura. Para ello, como vimos en los fragmentos de los informes, se constituyó un discurso dirigido a constituir saberes en los estudiantes en torno a las competencias socioemocionales, égida del dispositivo de evaluación.

Este dispositivo evaluativo constituyó, entonces, una ordenación del campo escolar, en la fusión de pruebas estandarizadas, recomendaciones, estadísticas y producción sistemática de conocimiento sobre los estudiantes y sus condiciones de aprendizaje. Convocó eficientemente a profesores, padres o tutores, gerentes, así como a estudiantes, seduciéndolos en la idea de adquirir el conjunto de capacidades necesarias para actuar eficientemente sobre sus propios cuerpos y psique, tomando decisiones rentables y eficaces, en un mundo que ofrece múltiples posibilidades de elección. Algunas de las recomendaciones propagadas por el dispositivo estaban

legitimadas por la OCDE, que asumió la función de una tecnología humana (MILLER; ROSE, 2012) actuando como centro de cálculo, reuniendo el conjunto de fuerzas, mecanismos y relaciones que permitieran la acción sobre la vida de hombres, mujeres y niños. En el caso brasileño, esta tecnología operó en al menos en dos niveles: 1) En el nivel de los dispositivos de inscripción y cálculo utilizado en estudios longitudinales, implementados en contextos fuera de Brasil y América Latina. americanos, pero que sirven de referencia para ser aplicados en contextos locales; y 2) En el nivel de la proliferación discursiva que transmitían las disciplinas psi, estableciéndose así un régimen de verdad en torno a la subjetividad del alumno y del maestro.

Habilidades sociales y emocionales, tan codiciadas por organismos internacionales, obtuvieron su estatus científico a través de las disciplinas psi. Este estatuto permitió un consenso político necesario con otros actores gubernamentales, como el sector empresarial y el Estado, es decir, existió una legitimidad compartida por todos que garantizó la adopción de la retórica socioemocional. Este hecho contribuyó en la implementación exitosa de las recomendaciones de estos organismos internacionales, en la medida en que estaban investidos de la experticia necesaria para orientar los rumbos de la "educación del futuro". Así, diversas tácticas y estrategias, como la promoción de diversos eventos académicos y publicaciones con pretensiones científicas ancladas en el conocimiento psi, han alineado los más diversos intereses de fundaciones privadas y los últimos gobiernos de derecha e izquierda.

Este campo estratégico de disputas y consensos reveló un creciente llamado a introducir un discurso "psicologizante" de la práctica educativa, alineado con un interés que iba más allá una simple mejora en el rendimiento de los estudiantes. Así, se erigió una verdadera producción sobre los sujetos, consistente en una lista que incluyó ciertos comportamientos, rutinas, formas de actuar y pensar adecuadas a cada etapa de la vida. De esta forma, los mecanismos modernos de conocimiento de la psique no tienen nada que ver con

los procesos de represión, ya que es en la estimulación de la subjetividad, los deseos y los comportamientos donde se encuentra la clave de esta educación del futuro y del hombre que habita ese futuro, un sujeto capaz de autogestión.

Es dentro de este arte de gobernar que las habilidades socio-emocionales, como operadores conceptuales empleados por la OCDE, actuaron como uno de los ejes estratégicos en el reordenamiento de las prácticas sociales en torno al imperativo del yo y la prevención de riesgos. Más que una simple recomendación a los países, se dispuso una articulación de múltiples tácticas que pretendieron que las acciones escolares ya no buscaran la exclusión de quienes se desviaban de la norma, es decir, de todas aquellas subjetividades transgresoras, sino por el contrario, se buscó una adhesión voluntaria de todos y todas, bajo la promesa de una vida de felicidad y éxito.

Las conclusiones de los informes al respecto del desarrollo económico de los países son contundentes, siempre y cuando las habilidades socioemocionales se trabajen adecuadamente desde etapas iniciales, pues son consideradas garantías del desarrollo económico y social para los países. Al respecto, pensamos que este énfasis en el afecto, en las emociones y el carácter del individuo pueden desconocer discusiones centradas en las profundas desigualdades sociales y económicas en el Brasil contemporáneo y en Latinoamérica, que permean los escenarios educativos.

REFERÊNCIAS

ABED, A. L. Z. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 24, n. 25, p. 8-27, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542016000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim responsabilidade social e ambiental do sistema financeiro**. Base Nacional Comum é tema de exposição do ministro na Comissão de Educação da Câmara. Ano 5, n. 51, jun. 2010. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/noticias/415-base-nacional-comum-e-tema-de-exposicao-do-ministro-na-comissao-de-educacao-da-camara>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BERTOLDO, F. **A avaliação como dispositivo de subjetivação**. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

CARVALHO, R. S.; SILVA, R. R. D. Currículos socioemocionais, habilidades do século XXI. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 63, p. 173-190, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Zmk59Kk7hhDBbfQdYm4X7Gv/?lang=pt#>. Acesso em: 25 jan. 2021.

DA SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio. Pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce)**, v. 11, n. 20, p. 19-32, 2017. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/retratos_da_escola/retratos_da_escola_20_2017.pdf. Acesso em: 25 fev. 2020.

DAROS JÚNIOR, A. A presença da OCDE no Brasil no contexto da avaliação educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 1, p. 13-20, 2013. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/jpe13_pp13-20.pdf. Acesso em: 25 jan. 2020.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre las sociedades de control. **Polis**, v. 13, 2006. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/5509>. Acesso em: 13 jun. 2021.

EVANGELISTA, O.; LEHER, R. Todos pela educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, v. 10, n. 15, p. 1-29, 2012. DOI 10.22409/tn.10i15.p6865.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HYPOLITO, Á. M.; JORGE, T. A. OCDE, PISA e avaliação em larga escala no Brasil: algumas implicações. **Sisyphus: Journal of Education**, v. 8, n. 1, p. 10-27, 2020.

INEP. **Relatório Brasil no PISA 2018**. Versão preliminar. Diretoria de avaliação da Educação Básica DAEB. Ministério da Educação, Brasília, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio_PISA_2018_preliminar.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021

MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 1, p. 4-20, 2018. DOI 10.21814/rpe.12674.

MILLER, P.; ROSE, N. Poder político além do estado. Problemáticas de governo. *In*: MILLER, P.; ROSE, N. **Governando o presente. Gerenciamento da vida econômica, social e pessoal**. São Paulo: Editora Paulus, 2012. p. 70-104.

OCDE. **Competências para o progresso social**. O poder das competências socioemocionais. Paris, 2015. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/skills-for-social-progress-9789264249837-pt.htm>. Acesso em: 12 mai. 2021.

OLIVERA, D. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NvQbjcqWFMxgRfLCTr3CLCJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

PEREIRA, R. S. **A política de competências e habilidades na educação básica pública**: relações entre Brasil e OCDE. 2016. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22756>. Acesso em: 10 mar. 2020.

POPKEWITZ, T.; LINDBLAD, S. A fundamentação estatística, o governo da educação e a inclusão e exclusão sociais. **Educ. Soc., Campinas**, v. 37, n. 136, p. 727-754, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000300727&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 abr. 2021. DOI 10.1590/es0101-73302016165508.

WATHIER, V. P.; GUIMARÃES-IOSIF, R. As múltiplas faces da governança no financiamento da educação: relações entre o TCU e a OCDE. **Fineduca - Revista de Financiamento da Educação**, v. 6, n. 2, p. 1-16, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v6-67756>. Acesso em: 8 jun. 2021.

SOBRE AS ORGANIZADORAS E O ORGANIZADOR

Andresa Silva da Costa Mutz

Doutora em Educação. Professora adjunta no Departamento Interdisciplinar e professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa Edintec (Educação, Interdisciplinaridade e Tecnologias).

E-mail: andresa.mutz@ufrgs.br

Instagram: @andresadacostamutz

Camilo Darsie

Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação e Docente do Curso de Medicina da Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutor em Educação, com pós-doutorado em Saúde Coletiva (2017) e em Educação (2022). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos (PIPS- UNISC).

E-mail: camilodarsie@unisc.br

Cristianne Maria Famer Rocha

Professora e mãe. Leitora e viajante voraz, adora aprender com as diferenças. Desobedece e desorienta com a mesma intensidade. É Doutora e Mestre em Educação, Professora Associada da Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: cristianne.rocha@ufrgs.br

Instagram: @crisfamer.rocha

Kamyla Stanieski Dias

Professora e historiadora, mestre em Educação (ULBRA) e doutoranda em Educação (UFRGS). Integra o GEPS - Grupo de Estudos em Promoção a Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, também, o NECCSO - Núcleo de Pesquisa sobre Currículo, Cultura e Sociedade (UFRGS).

Instagram: @kamylainthesky

E-mail: 95kdias@gmail.com

Liara Saldanha Brites

Ativista do SUS e curiosa pelo uso das tecnologias cibernéticas. Especialista em Sistema Público de Saúde (UFSM) e em micropolítica da gestão e do trabalho em saúde (UFF), Mestra em Saúde Coletiva e doutoranda em Educação (UFRGS). Fonoaudióloga na Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS).

E-mail: liarabrites@yahoo.com.br

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Adilson Cristiano Habowski

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle (UNILASALLE), Canoas-RS-Brasil. Bolsista CAPES/PROSUC.

E-mail: adilsonhabowski@hotmail.com

Afonso Cima

Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade pela Santa Cruz do Sul.

E-mail: afonsocima94@gmail.com

Alexandre Bica Pires

Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciado em História. Professor de História da rede privada da cidade de Viamão - RS.

E-mail: professoralexandrebica@gmail.com

Instagram: [@alexandre_bica_](https://www.instagram.com/alexandre_bica_)

Ana Kalliny De Sousa Severo

Psicóloga, Mestre em Psicologia (UFRN) e doutora em Saúde Pública (UNICAMP). Professora do Departamento em Saúde Coletiva e do Mestrado em Saúde Coletiva da UFRN. Atua nos temas: Análise Institucional, saúde mental e Redes de Atenção Psicossocial, educação e trabalho em saúde. Integra o Grupo Análise Institucional e Saúde Coletiva (UNICAMP) e o Gentileza/UFRN

E-mail: kalliny.severo@ufrn.br

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

Psicóloga, mestre em Psicologia Clínica (UFRN), Doutora em Psicologia Social (UnB); Professora associada do Departamento de Psicologia da UFRN; coordena o Grupo de Estudos em Política Produção de Subjetividades e Práticas de Resistência (Gentileza/PPgPsi UFRN). Desenvolve pesquisas na interface Direitos Humanos, Saúde Mental Coletiva, Arte e Esquizoanálise.

E-mail: akarraes@gmail.com

Analídia Rodolpho Petry

Doutora em Enfermagem pela UFRGS, com doutorado em sanduíche na Manchester Metropolitan University (UK) mestrado em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Graduação em Enfermagem e Obstetrícia, especialização em Saúde Mental Comunitária pelo ISPA (Lisboa). Fundadora do AMBITRANS. Psicanalista em formação pelo CEPdePA.

E-mail: analidiapetry@gmail.com

Ânderson Barcelos Martins

Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel e Licenciado em Filosofia. Diretor Pedagógico em escola privada de Porto Alegre/RS

E-mail: andersonbarcelosmartins@gmail.com

Instagram: @barcelosanderson

Anna Carolina Vidal Matos

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (2009). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Servidora efetiva da Secretaria Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte e da Secretaria Municipal de Assistência Social de Natal/RN.

E-mail: annacarolinavidal@gmail.com

Betina Hillesheim

Doutora em Psicologia (PUCRS), professora e pesquisadora do Programa em Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) e do Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos (PPIPS).

E-mail: betinahillesheim@gmail.com

Bruno Cristiano dos Santos

Arquiteto e Urbanista graduado pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2018). Pós-Graduado, especialista em Design Thinking e Inovação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2021). Mestre em Educação, da linha de pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2022), e membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos do PPGEduc - UNISC.

E-mail: brunocristiano93@gmail.com

Carin Klein

Mestre e Doutora em Educação pela universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente da Universidade Luterana do Brasil pelo Programa de Pós-graduação em Educação com ênfase nos Estudos Culturais em Educação inserida na linha de pesquisa Infância, Juventude e Espaços Educativos. Desenvolve pesquisa com temáticas relacionadas a políticas públicas, educação e(m) saúde, gênero e sexualidade.

E-mail: carinklein31@gmail.com

Carina Prina Carlan

Doutora em Educação pela Universidade Luterana do Brasil, mestre em Design e Tecnologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e graduada em Design pela Universidade Luterana do Brasil. Foi aluna do programa de pós-graduação - Mestrado em Design na Universidade de Évora (UÉ/ Évora - Portugal) com ênfase em Gestão do Design, Ecodesign e Design para a Sustentabilidade. Especialista em Moda, Criatividade e Inovação pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul (SENAC/RS). Pesquisa sobre processos criativos em diversos suportes, tais como arte, design e escrita. Em paralelo, como atleta amadora de corrida e natação, interessa-se aos estudos sobre o comportamento do corpo, sobretudo em relação ao esporte. É docente no ensino superior na Universidade Luterana do Brasil, nos cursos de design, arquitetura e urbanismo e jornalismo.

E-mail: carina.carlan@ulbra.br

Carlos Eduardo Barzotto

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é bacharel e licenciado em História pela mesma instituição. Pesquisa temáticas relacionadas a gênero, sexualidade e políticas educacionais. Atualmente, trabalha como professor de História e Geografia na Rede Municipal de Ensino de Canoas/RS.

E-mail: cebarzotto@gmail.com

Twitter e Instagram: @cadubarzotto

Carlos José Martins

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias. Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Doutorado Sanduíche - Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne)/ CETSAAH-EHESS (2004). Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983). Atualmente é Professor Assistente Doutor Nível II (MS 3 II) no Depto. de Educação Física UNESP Rio Claro.

E-mail: carlosjmartins@hotmail.com

Clarice Antunes do Nascimento

Graduada em Pedagogia Empresarial pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), onde também cursou Mestrado e Doutorado em Educação, com ênfase nos Estudos Culturais em Educação. Iniciou sua carreira docente atuação como professora tutora e, atualmente, atua como professora no PPGedu/ULBRA, em Canoas, na linha de pesquisa "Infância, juventude e espaços educativos".

E-mail: claricen@gmail.com

Cleber Gibbon Ratto

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado/Doutorado) da Universidade La Salle (UNILASALLE), Canoas-RS- Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.

E-mail: cleber.ratto@unilasalle.edu.br

Cristian Poletti Mossi

Professor. Aposta na arte e na filosofia como formas de existência e no pensamento como criação. Tem nas palavras e imagens aliadas de invenção e experimentação em educação. Gosta de desenhar e fotografar. É doutor em educação e mestre em artes visuais pela Universidade Federal de Santa Maria. Docente Adjunto junto à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando no Departamento de Ensino e Currículo e na linha de pesquisa Arte, Linguagem e Currículo do Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordena o Grupo de Estudos Povoar: arte, educação, filosofia e outros afetos.

E-mail: cristianmossi@gmail.com

Instagram: @estudospovoar

Dais Gonçalves Rocha

Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestrado e doutorado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutorado na University of British Columbia junto à School of Population and Public Health em Vancouver-Canadá. Professora adjunta do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB). Coordena projetos nacionais e internacionais na área de Promoção da Saúde. Atuando principalmente nos seguintes temas: promoção da saúde, gestão participativa em saúde, intersetorialidade, avaliação de programas, políticas públicas; promoção da equidade em saúde, formação e educação permanente em saúde.

E-mail: daisrocha@yahoo.com.br

Daniel Demétrio Faustino da Silva

Odontólogo do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição-GHC. Editor chefe do Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde. Docente do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Tecnologias para o Sistema Único de Saúde e da Faculdade de Ciências da Saúde da Escola GHC.

E-mail: ddemetrio@gmail.com

Instagram: @ddemetrio

Daniel Felipe Schroeder

Graduado em Geografia - UNISC. Professor de Geografia no Colégio Mauá (Santa Cruz do Sul/RS). Mestrando em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), na linha de pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos. Produtor de mapas com experiência no software QGIS. Integrante, do grupo de pesquisa Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos (PPIPS), liderado pela Professora Betina Hillesheim e Professor Camilo Darsie de Souza.

E-mail: danielfelipeschroeder@hotmail.com

Diana Marisa Dias Freire Malito

Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Estudos da Subjetividade pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui experiência nas políticas públicas de saúde. Atualmente é professora na graduação e pós-graduação da Universidade de Vassouras (Campus Maricá). Mãe do Raul, de 04 anos.

E-mail: dianamalito@id.uff.br

Instagram: @malito_diana

Dilan Kuntzler Magnus

Licenciado em História e Mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Desenvolve pesquisa na área dos Estudos Culturais em Educação com ênfase nas discussões sobre gênero, sexualidade, masculinidades, políticas públicas em saúde e prevenção positiva.

E-mail: dkmagnus93@gmail.com

Instagram: @eu_dilankm

Douglas Luís Weber

Doutor e Mestre em Educação pelo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Possui graduação em Geografia - Licenciatura pela mesma universidade. Professor do Colégio Marista São Luís de Santa Cruz do Sul/RS. Tem experiência na área de Educação e Geografia com ênfase em Educação, Geografia Humana e da Saúde, Ensino de Geografia, Geopolítica e Processos Migratórios.

E-mail: douglasluis94@hotmail.com

Eduarda Tais Stoeckel

Universidade de Santa Cruz do Sul, Curso de Medicina.

E-mail: estoeckel@mx2.unisc.br

Instagram: @eduardastoeckel

Elisandro Rodrigues

Pedagogo. Doutor em Educação. Mestre em Saúde Coletiva. Res. em Saúde Mental Coletiva. Esp. em Educação em Saúde Mental Coletiva e em Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas à Educação. Técnico em Educação na Escola GHC. Editor assistente Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde. Docente do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Tecnologias para o SUS e da FaCS/GHC.

E-mail: elisandromosaico@gmail.com

Instagram: @el.is.an.dro

Éverton Vasconcelos de Almeida

Licenciado em Artes com Habilitação em Música (UFPEL), Mestre em Educação (PPGE-UFSC), Doutor em Educação (PPGE-UFSC), Educador Musical na rede pública estadual de Santa Catarina desde 2005. Membro do REPERCUTE - Rede de Pesquisa em Currículo e Tecnologia.

E-mail: everton@sed.sc.gov.br

Twitter: @melancolicoton

Ferran Sánchez Margalef

Graduado em Pedagogia pela Universitat de Barcelona (UB), Mestre em Entornos Tecnológicos de Aprendizagem (UB) e Doutorado em Teoria e História da Educação pela mesma instituição. Professor Associado do Departamento de Teoria e História da Educação da Faculdade de Educação da Universitat de Barcelona.

E-mail: ferran.sanchez@ub.edu

Flavia Feron Luiz

Enfermeira da UTI Adulto do Hospital Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre, RS. Especialista em Terapia Intensiva e Enfermagem do Trabalho. Docente da escola GHC (Grupo Hospitalar Conceição). Preceptora no núcleo de enfermagem da Residência Multiprofissional em Saúde na ênfase de Atenção ao Paciente Crítico do GHC. Mestra em Ensino na Saúde. Doutoranda em Educação.

E-mail: flaviaferon@hotmail.com

Flávia Helena De Araújo Freire

Psicóloga, Mestre e Doutora em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da UFF (Volta Redonda). Atua nos temas: Reforma Psiquiátrica; Rede de Atenção Psicossocial; Educação Permanente em Saúde; Micropolítica do Trabalho em Saúde; Cuidado em Saúde; Financiamento em Saúde Mental. Integra o Grupo Gentileza/UFRN.

E-mail: flaviafreire@id.uff.br

Gabriel Lima Simões

Nordestino, do sertão da Bahia, que gosta de andar por aí construindo redes de afeto/conhecimento. Fez doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana na UERJ e trabalha na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com gestão de projetos e pesquisas sobre políticas públicas em territórios vulnerabilizados, racismo de Estado, direitos humanos, deficiência e cultura da normalização.

E-mail: biellsimoes@gmail.com

Guilherme Mocelin

Enfermeiro, Mestre em Promoção da Saúde pela Universidade de Santa Cruz do Sul e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

E-mail: mocelinguilherme@gmail.com

Guilherme Vendruscollo Werlang

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestre em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutorando em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Participa da linha de pesquisa de Educação, Cultura e Produção de Sujeitos do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNISC.

E-mail: guilhermewe@mx2.unisc.br

Iara Tatiana Bonin

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Educação pela Universidade de Brasília e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil desde 2007 e integra a linha de pesquisa "pedagogias e políticas da diferença". Atualmente desenvolve pesquisa voltada às políticas de ações afirmativas na pós-graduação para ingresso de estudantes indígenas. Integra o Grupo de pesquisa Cultura e Educação, do PPGEDU ULBRA e o Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade (NECCSO) da UFRGS. É Bolsista Produtividade do CNPq.

Ilana Peres Azevedo Machado

Mestra em Educação pela UFRGS. Bacharel em Artes Visuais pela UFPel. Co-coordenadora do Programa Educativo da Fundação Iberê. Foi supervisora de mediadores na Bienal do Mercosul. Atuou como educadora no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo e no Los Angeles County Museum of Art, em Los Angeles. Em Nova Iorque atuou como produtora, consultora de arte e repórter para vídeos institucionais e jornalísticos.

E-mail: ilanamachado@hotmail.com

Instagram: @ilana.mach

Jeane Felix

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012) com pós-doutorado em Educação pela mesma universidade (2013-2015). Mestra em Educação e Pedagoga pela Universidade Federal da Paraíba (2002), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2005). Professora vinculada ao Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (CEDU/UFAL), pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa Juventudes, Culturas e Formação - GPJUV-UFAL e do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero - NIPAM/UFPA.

E-mail: jeanefelix@gmail.com

João Arthur Marques Lima

Universidade de Santa Cruz do Sul, Curso de Medicina.

E-mail: jlma2@mx2.unisc.br

Instagram: @joao.amlima

Jorge Andrés Jiménez Muñoz

Doutor em Desenvolvimento Humano e tecnologias Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". Mestre em Motricidade Humana Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". Mestre em Educacao Pontificia Universidade Javeriana. Licenciado em Educacao Fisica. Universidade de Cundinamarca. Professor Escola de Ciências Sociais, Arte e Humanidades Universidade Nacional a Distancia UNAD/Colombia. Programa Gestao Esportiva.

E-mail: jorgea.jimenez@unad.edu.co

Júlia Bagatini Santos

Universidade de Santa Cruz do Sul, Curso de Medicina.

E-mail: juliabaga@mx2.unisc.br

Instagram: @juubagatini

Kamila Lockmann

Professora Associada do Instituto de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e In/Exclusão-GEIX/CNPq. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq – Categoria 2.

E-mail: kamila.furg@gmail.com

Karine Zenatti Ely

Doutoranda em Promoção à Saúde pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Mestre do Programa de Pós-Graduação em Promoção à Saúde pela UNISC, Enfermeira Reguladora da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul.

E-mail: karineelyzenatti@gmail.com

Kátia Teresinha Lopes Della Flora

Mestre em Educação pela UNISC, Especialista em Psicologia da Educação pela UEMA, Graduada em Psicologia pela URI. Possui formação em Hipnose Clínica. Atualmente atua como Coordenadora do Curso de graduação em Psicologia (Unibalsas), é docente no Ensino Superior, Psicóloga Clínica e Hipnoterapeuta Clínica.

E-mail: katia.dellafloa@prof.unibalsas.edu.br

Leandra Gomes Gonçalves

Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Comunicação Social, licenciada em português. Professora da rede municipal de Teutônia-RS.

E-mail: leandragoncalves@gmail.com

Instagram: @leandrigo

Letícia Farias Caetano

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEC/FURG). Pedagoga. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e In/exclusão (GEIX/FURG). Professora da Rede Municipal de Educação do Município do Rio Grande.

E-mail: leticiafariascaetano@gmail.com

Lia Possuelo

Professor Permanente do Programam de Pós-graduação em Promoção à Saúde e Docente do Curso de Medicina da Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutora em Ciências Biológicas (2008).

E-mail: liapossuelo@unisc.br

Lívia Cretton Pereira

Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui experiência nas políticas públicas de saúde. Atua como psicóloga clínica e supervisora clínico institucional. Mãe do Tales, 08 anos, e da Helena, 02 anos.

E-mail: lcretton@gmail.com

Instagram: @psicoterateta

Luciana Lobo Miranda

Professora Titular do Dpto. de Psicologia e PPG em Psicologia da UFC. Doutora em Psicologia pela PUC-RJ, com estágio doutoral no Programa de Ciência da Educação em Paris, França; estágio pós-doutoral no Programa de Psicologia Social Crítica e Personalidade pela City University of New York (CUNY), EUA. Coordenadora do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 CNPq.

E-mail: lobo.lu@uol.com.br

Luísa Klix de Abreu Pereira

Acadêmica do Curso de Psicologia UNISC, integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos (PPIPS), bolsista de Iniciação Tecnológica do CNPq e integrante do PET na área de Saúde Mental.

E-mail: luisaklixap@gmail.com

Luiza Betiello Ottoni

Universidade de Santa Cruz do Sul - Curso de Medicina

E-mail: luizaottoni@mx2.unisc.br

Instagram: @luiza.betielloottoni

Madel Therezinha Luz

Bacharel em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em sociologia pela Université Catholique Louvain (ULouvain). Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora titular do curso de Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora visitante Universidade Paris VIII (1989). Professora Colaboradora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no período 2012-2017.

E-mail: madelluzz@gmail.com

Marcela Haupt Bessil

Doutoranda em Promoção à Saúde pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Mestre em Psicologia Social e Institucional UFRGS (2015), Psicóloga da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio Grande do Sul.

E-mail: celahb@gmail.com

Instagram: @marcela.haupt.bessil

Marcos Antônio Carneiro da Silva

Professor do Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação da UFRJ, bacharel em Filosofia e licenciado em Educação Física, pela mesma UFRJ, possui doutor pela Universidade Gama Filho e Pós doutoramento no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e na Universidade de Valencia, na Espanha, ambos considerando aspectos em Filosofia e Educação.

E-mail: macs2006@gmail.com

María Karina Lozic Pavez

Psicóloga de la P. Universidad Católica de Chile y Magister en Estudios de Política Educativa por University College London (UCL). Actualmente es doctorando en el Institute of Education en la misma institución.

E-mail: karina.lozic15@ucl.ac.uk

Maria Mostafa

Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ (2022), com pesquisa sobre a primeira infância, e mestre em Saúde Coletiva pela mesma universidade (2009), com pesquisa sobre gênero e educação. Interesse-me pela análise do funcionamento da estratégia neoliberal, especialmente para desnaturalizar a produção científica e as políticas públicas para a área da infância.

E-mail: mariamostafa@hotmail.com

Mariana Lins de Oliveira

Doutora em Educação, Mestra em Educação e Pedagoga pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Departamento de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Mestrado Profissional em Políticas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - MPPGAV - da UFPB. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora participante do Grupo de Pesquisa "Juventudes, Culturas e Formação" - GPIUV-UFAL e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES-UFPB).

E-mail: mariloliveiras@gmail.com

María Teresa Nobre

Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. Psicóloga (1984). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (1997). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2006), com Pós-doutorado na mesma área, também na UFC (2017). Investigadora Visitante na Universidade de Lisboa (2017).

E-mail: thnobre@hotmail.com

Marina Nicoloso Paiva

Universidade de Santa Cruz do Sul, Curso de Medicina.

E-mail: marinapaiva@mx2.unisc.br

Instagram: [@marinanicolosopaiva](https://www.instagram.com/marinanicolosopaiva)

Matheus Santos de Souza

Atualmente é tec.de suporte de info. e infraestrutura na empresa Cartão de TODOS - TODOS Empreendimentos, pesquisador da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e colaborador da Universidade de Santa Cruz do Sul. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia da Saúde e Educação em Saúde. Foi estagiário da Prefeitura de Santa Cruz do Sul, participou do Programa de iniciação a docência (PIBID) e é produtor cultural, do coletivo Batalha da Pista de Santa Cruz do Sul. Integrante, do grupo de pesquisa Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos (PPIPS)

E-mail: theusctscs@gmail.com

Maura Jeisper Fernandes Vieira

Mulher, mãe e esposa. Fã de séries asiáticas e uma cristã que luta contra as desigualdades. Primeiramente, formada na área da gestão, depois graduada em Pedagogia pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio grande do Sul (UFRGS). Minha maior experiência de trabalho é com a Educação Profissional e daí o despertar para a pesquisa, para entender as relações entre educação e trabalho. O conhecimento me fascina! Penso ser uma boa ouvinte, mas que às vezes gosta de falar. Considero-me uma eterna aprendiz, alguém inacabada.

E-mail: maurajeisper@gmail.com

Moysés Pinto Neto

Professor do PPGEDU da ULBRA. Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do RS, com doutorado-sanduíche na Universidade de Kingston, na Inglaterra. Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS e graduado em Direito pela UFRGS. O texto pertence ao projeto de pesquisa "Política Especulativa: interfaces entre virada ontológica, imaginários futuristas e educação".

E-mail: moysespintoneto@gmail.com

Instagram: @moysespintoneto

Twitter: @moysespintonet

Nathássia Matias de Medeiros

Professora e Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Monitoria do curso de Psicologia do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

E-mail: nathassiamm@gmail.com

Neoli Paulina da Silva Gabe

Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Mestra em Educação Matemática - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM - (2019) - Graduada em Licenciatura em Matemática - (2009) e Graduada em Pedagogia - (2010), Pós - Graduada em Educação Especial - Deficiência Auditiva, e Orientação Educacional, pela UNIASSSELVI.

E-mail: neoligabe@mx2.unisc.br

Nícolas Antonio Bargiela

Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - Rio Claro (2019). Graduação em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Anhanguera de Piracicaba (2013).

E-mail: nicolasbargiela76@hotmail.com

Instagram: instagram @nickbargi

Pablo Severiano Benevides

Professor do Departamento de Fundamentos da Educação (FACED/UFC) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (CH/UFC). Pós-Doutor em Filosofia da Educação (Universitat de Barcelona), Doutor em Educação (UFC/UERI), Mestre em Filosofia e Graduado em Psicologia (UFC). Atualmente, é Coordenador do Grupo de Estudos em Tecnopolítica, Psicanálise e Educação - GETEP (FACED/UFC).

E-mail: pabloseverianobenevides@hotmail.com

Instagram: @pabloseverianobenevides

Patrícia Santos Anflor

Possui Magistério, Pedagogia e especializações. É Mestra em Educação pela UERGS (2019) e Doutoranda na ULBRA, na linha de pesquisa Currículo, Ciências e Tecnologias. Atualmente, é coordenadora pedagógica e orientadora educacional no município de Osório/RS.

E-mail: patriciaanflor6@gmail.com

Instagram: @patisantospatricia

Paula Caroline Pepa Oliveira

Bacharel em Enfermagem pela Universidade Paranaense (2005). Doutoranda em Educação, Conhecimento e Sociedade pela Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS (2022), Mestre em Bioética pela mesma universidade, com concessão de bolsa pela Fapemig (2017). Parecerista da revista Aquaderna da Escola de Sargentos das Armas. Pesquisadora da área de Educação em Saúde.

E-mail: paulapepa2016@gmail.com

Pauline Schwarzbold

Mestranda em Promoção a Saúde pela Santa Cruz do Sul e Técnico Superior Penitenciário - Psicóloga da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS).

E-mail: pauline.schwarzbold@gmail.com

Pedro Angelo Pagni

Doutor em Educação (1999) e Professor Associado em Filosofia da Educação (2011) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde leciona desde 1989. Pesquisador (nível 1D) do CNPq, Brasil. Autor de inúmeros artigos e livros, dentre os quais se destacam: Biopolítica, inclusão e educação (Editora UNESP, 2019) e Retratos Foucaultianos da Ingovernabilidade e da Deficiência (Oficina Universitária, 2023).

E-mail: pedro.pagni@unesp.br

Rafael Dall Alba

Graduado em Ciências Biológicas e graduado em Análise de Políticas e Sistemas de Saúde- bacharelado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde Cardiologia & Ciências Cardiovasculares UFRGS. É Doutor em Saúde Coletiva, Bolsista CAPES, na Temática de tecnologias em saúde e Promoção da Saúde na Universidade de Brasília. Atua em projetos acerca da temática de tecnologias em saúde e cuidado com foco nas racionalidades médicas e medicinas tradicionais, complementares e integrativas (MTCI). É pesquisador de projetos no campo da Saúde Coletiva inserido em projetos de gestão, qualificação do cuidado e Sistemas de informação em saúde. Atuou em projetos com temas sobre Promoção

da Saúde no contexto da ecologia política, educação permanente em saúde em comunidades tradicionais e na coordenação do Projeto VER-SUS nacional. Atuou na esfera da gestão da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, Departamento de Atenção Hospitalar e Urgências do Ministério da Saúde e na Coordenação Geral da política de Humanização do Ministério da Saúde. Atualmente é Consultor Nacional de Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Medicinas Tradicionais Complementares e Integrativas da DPAS/OMS.

E-mail: rafasaudecol@gmail.com

Raona Denise Pohren

Possui Magistério, Pedagogia e especializações. É Mestra em Educação pela UERGS (2020). Atualmente, professora de Educação Infantil e de Atendimento Educacional Especializado no município de São Leopoldo/RS.

E-mail: raona.pohren@gmail.com

Facebook: raona.pohren

Rita de Cassia Quadros da Rosa

Doutora em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Graduada em Educação Física e professora da rede de ensino municipal do município de Lajeado - RS.

E-mail: ritaquadrosdarosa@gmail.com

Instagram: @ritaquadrosdarosa

Rodrigo de Oliveira Azevedo

Licenciado em Educação Física. Mestre e Doutor em Educação. Técnico em Educação na Gerência de Ensino e Pesquisa do Grupo Hospitalar Conceição. Docente do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Tecnologias para o Sistema Único de Saúde e do Curso Técnico em Nutrição e Dietética da Escola GHC. Editor assistente do Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde. Psicanalista Clínico.

E-mail: arodrigo@ghc.com.br

Instagram: @rodrigopsicanalisepoa

Rodrigo Lages e Silva

Professor na Faculdade de Educação e Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do grupo de pesquisa INOMINAAR - Estudos sobre aprendizagem INventiva, saberes NÔmades, devires MInoritários, cognição eNAtiva e ARTesantias docentes.

E-mail: lagesesilva@gmail.com

Instagram: @inominaar

Rodrigo Mota Diniz

Graduado em Geografia, Biologia e Química, Professor efetivo da rede pública, atualmente mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

E-mail: rodrigodinizstm@hotmail.com

Rosane Machado Rollo

Podem me chamar de Rosane, Ro, e porque não de uma caleidoscópica e inquietante Rollo. Mulher, avó, mãe, filha, dentre outras, sou produzida pelos (des)encontros dos vários mundos da metamorfose ambulante que me habita. Depois de transitar pela Administração/Gestão, onde desenvolvi parte de minha vida profissional junto a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, embarquei na Nau da Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde fiz a Graduação e o Mestrado. Atualmente, sou mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRGS) e estudante de Psicologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA). Fascantemente curiosa, sou uma eterna aprendiz que acredita em renovar o mundo usando borboletas.

E-mail: rosanerollo@gmail.com

Rozélia Bezerra

Professora Adjunta, aposentada, pelo Departamento de História da UFRPE. Doutora em História da Educação, pela FEUSP. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa da História das Práticas de Saúde e das Doenças – GEPHPSD – UFPA. Membro do Grupo de Estudos em História e Literatura- GEHISLIT- PUC/MG.

E-mail: rozelia.bezerra4@ufrpe.br

Instagram: @mexevirahistoria

Santiago Pich

Graduado em Educação Física (FEF/UPC - Argentina), Mestre em Ciência do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutorado na Universidade de Barcelona (UB). Professor do Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED-UFSC).

E-mail: santiago.pich@yahoo.com.br

Instagram: @santiago.pich

Sara Ester Paes

Graduada em Licenciatura pelo Curso de Geografia na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC (2022). Mestranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, na linha de pesquisa: Educação, Cultura e Produção de Sujeitos com bolsa. Grupo de pesquisa: Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos. Bolsista PROSUC/CAPES Modalidade II.

E-mail: sarapaes781@gmail.com

Tiago de Negreiros Jardim

Doutorando em Educação, mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil, especialista em Tecnologias Educacionais pela Universidade Ritter dos Reis, possui graduação em Administração pela Universidade Luterana do Brasil. Estou no Mestrado o capitalismo de plataforma e os mecanismos de subjetivação neoliberal a partir da plataforma de ensino Udemey.

E-mail: tiagonj1986@gmail.com

Vera da Costa Somavilla

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Possui graduação e licenciatura em Enfermagem e Obstetrícia. Atua como docente nos cursos de graduação em enfermagem e medicina da UNISC, coordena o Serviço Integrado de Saúde. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, Saúde da Mulher.

E-mail: veras@unisc.br

Vinícius Barbosa Cannavó

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do Núcleo de Estudos Currículo, Cultura e Sociedade e do Grupo de Estudos em Promoção da Saúde.

E-mail: viniciuscannavo13@gmail.com

Welison de Lima Sousa

Graduado em Psicologia (2012). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (2016) e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2022). Atuou como Tutor da Fundação Oswaldo Cruz no Curso Ead de Atenção Integral à saúde da população em situação de rua. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social e Saúde.

E-mail: welisonls@gmail.com

Willian Fernandes Araujo

Professor permanente do programa de pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutor em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa a mediação tecnológica em plataformas online, principalmente nos debates sobre economia da atenção, governamentalidade, produção de sujeitos e educação.

E-mail: willianaraujo@gmail.com

Instagram e Twitter: @willianaraujo

Yerko Manzano Venegas

Antropólogo y Magíster en pensamiento contemporáneo, obtuvo ambos títulos en la Universidad Austral de Chile (UACH), casa de estudios donde además se desempeña como profesor adjunto del Instituto de Filosofía. Actualmente es doctorando en Social Sciences por la University College London (UCL).

E-mail: yerko.manzano@uach.cl

ÍNDICE REMISSIVO

A

- ampliação 20, 167, 280, 303, 362, 403, 448, 469, 473, 475, 619, 702, 758, 809
- análise 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 38, 46, 48, 65, 76, 81, 89, 92, 115, 132, 136, 137, 138, 139, 146, 149, 158, 167, 172, 173, 178, 179, 185, 190, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 203, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 237, 238, 240, 275, 282, 283, 287, 289, 290, 306, 313, 329, 342, 345, 347, 349, 357, 362, 368, 375, 376, 382, 384, 409, 415, 448, 460, 483, 486, 488, 491, 499, 515, 516, 535, 536, 537, 538, 541, 542, 554, 557, 586, 587, 589, 603, 614, 636, 660, 662, 669, 674, 676, 680, 681, 684, 696, 722, 723, 727, 728, 735, 758, 759, 780, 785, 822
- argumentações 21, 167
- articulação 36, 41, 42, 44, 50, 61, 93, 119, 155, 161, 239, 284, 319, 328, 361, 368, 381, 424, 469, 476, 485, 596, 626, 640, 724, 749, 751
- atenção 20, 57, 60, 62, 95, 105, 141, 144, 160, 170, 195, 196, 202, 204, 210, 238, 239, 277, 302, 304, 308, 315, 323, 329, 333, 334, 335, 337, 338, 340, 341, 343, 350, 351, 354, 356, 373, 377, 390, 393, 404, 441, 451, 464, 489, 490, 494, 507, 519, 533, 534, 535, 540, 541, 547, 549, 562, 583, 587, 588, 609, 650, 667, 698, 722, 729, 734, 738, 741, 774, 776, 828
- atividades 19, 25, 30, 62, 74, 91, 159, 164, 238, 247, 249, 302, 319, 334, 345, 348, 353, 410, 423, 462, 467, 475, 531, 534, 536, 552, 553, 557, 561, 563, 564, 566, 567, 568, 575, 576, 577, 578, 583, 589, 592, 602, 606, 608, 610, 626, 627, 628, 665, 677, 739, 747, 748
- atuação 38, 64, 65, 156, 313, 341, 350, 352, 475, 541, 561, 609, 659, 684, 776, 815
- autores 9, 22, 25, 27, 30, 32, 33, 37, 43, 44, 51, 131, 137, 148, 173, 196, 208, 209, 231, 243, 251, 257, 271, 281, 290, 328, 367, 374, 505, 532, 536, 542, 545, 602, 626, 644, 651, 664, 670, 710, 723, 777, 797

B

- biopoder 22, 23, 39, 40, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 104, 109, 110, 116, 118, 120, 121, 123, 125, 126, 128, 155, 156, 261, 273, 278, 279, 280, 287, 305, 345, 369, 438, 464, 465, 475, 581, 603, 624, 633, 635, 640, 641, 646, 647, 650, 653, 655, 688, 690, 691, 692, 767, 776
- biopolítica 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 38, 40, 42, 44, 45, 46, 48, 50, 53, 61, 78, 83, 90, 91, 92, 94, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 130, 132, 133, 136, 145, 147, 154, 155, 156, 175, 177, 190, 217, 219, 228, 233, 241, 242, 244, 278, 280, 282, 286, 287, 291, 292, 293, 297, 303, 305, 310, 314, 320, 326, 342, 345, 346, 348, 385, 388, 390, 394, 398, 435, 464, 465, 474, 483, 487, 504, 509, 510, 511, 512, 514, 522, 549, 569, 573, 574, 581, 584, 604, 611, 637, 638, 639, 640, 646, 682, 690, 692, 693, 698, 704, 712, 714, 717, 718, 719, 720, 769, 775, 783, 784, 785, 808
- Brasil 8, 27, 28, 31, 32, 47, 48, 71, 72, 73, 74, 76, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 94, 96, 97, 100, 103, 105, 106, 107, 131, 135, 143, 144, 147, 148, 149, 160, 164, 165, 167, 169, 177, 178, 183, 190, 193, 199, 213, 261, 266, 271, 306, 311, 320, 322, 324, 327, 334, 341, 343, 345, 346, 347, 351, 354, 364, 384, 390, 391, 392, 396, 399, 400, 428, 441, 455, 460, 463, 464, 475, 478, 479, 480, 505, 506, 518, 524, 526, 552, 553, 575, 591, 598, 600, 602, 606, 615, 624, 625, 629, 634, 641, 650, 659, 673, 674, 681, 696, 709, 753, 754, 755, 756, 758, 775, 776, 788, 789, 790, 792, 793, 798, 806, 807, 808, 809, 812, 814, 815, 816, 818, 825, 828

C

- capacidade 21, 55, 74, 77, 143, 170, 197, 205, 254, 371, 376, 392, 404, 417, 421, 425, 435, 449, 460, 469, 486, 492, 496, 519, 547, 573, 664, 696, 731, 743
- compreensão 19, 38, 45, 69, 166, 169, 173, 207, 211, 247, 256, 257, 328, 329, 335, 369, 462, 485, 488, 508, 568, 591, 625, 626, 716, 751, 755

conhecimentos 21, 37, 39, 45, 99, 159, 162, 167, 168, 169, 179, 239, 289, 303, 337, 346, 386, 388, 389, 406, 432, 434, 448, 449, 451, 486, 487, 496, 499, 512, 522, 540, 615, 633, 639, 640, 641, 643, 695, 709, 710, 713, 716, 734, 767

contato 19, 29, 72, 79, 80, 82, 166, 179, 180, 251, 261, 275, 315, 387, 395, 398, 431, 441, 487, 577, 642, 758, 759

contexto 23, 26, 31, 37, 38, 41, 44, 45, 78, 82, 85, 89, 95, 97, 98, 101, 104, 110, 127, 134, 135, 136, 146, 147, 160, 161, 220, 222, 226, 231, 232, 244, 246, 263, 269, 277, 280, 289, 296, 297, 309, 310, 313, 322, 345, 348, 349, 350, 352, 353, 355, 363, 364, 368, 373, 380, 382, 386, 387, 389, 396, 397, 408, 418, 431, 436, 448, 450, 454, 455, 456, 461, 462, 476, 477, 489, 490, 495, 497, 498, 524, 545, 547, 548, 552, 556, 572, 573, 574, 576, 589, 595, 596, 597, 598, 599, 608, 638, 659, 672, 677, 678, 690, 693, 695, 696, 697, 708, 711, 713, 727, 735, 747, 761, 762, 763, 764, 765, 769, 775, 777, 787, 797, 802, 803, 808, 826

controle 20, 22, 27, 28, 30, 35, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 50, 54, 55, 56, 61, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 104, 133, 157, 160, 163, 169, 173, 175, 176, 183, 184, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 254, 255, 264, 277, 278, 279, 292, 294, 300, 303, 315, 320, 323, 327, 331, 346, 348, 359, 361, 385, 386, 388, 389, 390, 394, 397, 398, 399, 400, 403, 406, 409, 412, 415, 417, 418, 420, 421, 424, 427, 431, 432, 435, 439, 442, 445, 448, 461, 464, 486, 490, 511, 514, 532, 549, 554, 555, 556, 558, 560, 561, 562, 567, 568, 569, 576, 578, 581, 582, 586, 589, 592, 593, 606, 611, 632, 634, 646, 653, 677, 678, 680, 682, 687, 690, 712, 714, 719, 730, 731, 765, 775, 776, 778, 779

corpos 20, 22, 24, 25, 27, 30, 55, 71, 75, 91, 94, 95, 104, 109, 110, 111, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 132, 133, 136, 145, 147, 157, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 189, 239, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 255, 257, 261, 262, 268, 272, 274, 277, 278, 294, 303, 326, 360, 363, 369, 370, 378, 380, 381, 394, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 408, 409, 411, 415, 416, 425, 428, 432, 442, 464, 530, 572, 573, 576, 577, 579, 582, 587, 623, 624, 631, 632, 633, 636, 640, 641, 646, 647, 650, 653, 687, 688, 691, 695, 705, 712, 730, 731, 748, 749, 757, 760, 762, 763, 765, 766, 767, 768, 780

cuidado 23, 27, 28, 44, 62, 70, 71, 72, 82, 84, 85, 86, 91, 98, 102, 107, 115, 166, 173, 174, 184, 187, 189, 190, 227, 229, 241, 304, 310, 315, 318, 320, 329, 334, 335, 337, 349, 351, 353, 354, 355, 356, 357, 360, 361, 362, 363, 364, 379, 380, 385, 387, 388, 389, 390, 395, 397, 398, 414, 436, 446, 449, 450, 453, 454, 455, 465, 476, 477, 478, 641, 734, 739, 758, 762, 825

D

diferentes 9, 19, 21, 22, 33, 37, 38, 39, 44, 54, 74, 83, 91, 117, 131, 161, 162, 174, 189, 239, 269, 289, 290, 291, 310, 314, 316, 318, 319, 322, 331, 335, 339, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 363, 380, 386, 387, 389, 390, 395, 397, 403, 404, 409, 410, 415, 431, 432, 433, 436, 439, 441, 447, 452, 460, 468, 476, 483, 484, 486, 487, 492, 493, 494, 495, 496, 498, 499, 518, 534, 554, 555, 559, 579, 581, 586, 587, 588, 591, 592, 594, 597, 598, 599, 602, 611, 626, 628, 630, 657, 659, 663, 670, 671, 674, 679, 686, 691, 692, 708, 711, 712, 713, 716, 717, 718, 719, 724, 729, 733, 734, 746, 748, 755, 763, 776, 788, 789, 790, 791, 792, 799

disciplina 20, 52, 54, 55, 56, 92, 93, 133, 156, 224, 228, 272, 273, 276, 278, 279, 280, 292, 315, 404, 508, 555, 560, 575, 577, 581, 587, 612, 691, 764, 765, 782, 790, 796

discurso 21, 47, 73, 74, 76, 82, 95, 98, 137, 139, 141, 142, 146, 147, 149, 162, 171, 181, 185, 195, 203, 214, 229, 235, 240, 303, 306, 331, 336, 342, 379, 380, 381, 382, 399, 407, 448, 450, 478, 512, 537, 543, 554, 579, 587, 617, 635, 659, 661, 681, 686, 726, 728, 746, 752, 759, 771, 797, 805, 806

discursos 20, 21, 22, 23, 25, 26, 38, 46, 76, 88, 89, 103, 105, 107, 112, 133, 134, 135, 138, 139, 146, 163, 174, 179, 188, 189, 195, 218, 220, 227, 231, 232, 233, 243, 246, 247, 284, 287, 288, 289, 290, 294, 303, 309, 313, 323, 328, 331, 338, 339, 340, 378, 379, 386, 390, 400, 416, 437, 445, 448, 466, 491, 492, 498, 508, 512, 529, 537, 541, 554, 557, 563, 573, 595, 596, 659, 675, 686, 687, 692, 693, 696, 701, 711, 714, 715, 722, 728, 729, 734, 738, 739, 748, 749, 751, 755, 756, 757, 758, 760, 761, 764, 765, 766, 768, 769, 777, 781

diversos 19, 22, 38, 45, 57, 72, 79, 83, 97, 100, 102, 103, 134, 146, 159, 164, 209, 224, 300, 327, 332, 361, 386, 387, 392, 393, 432, 460, 469, 476, 488, 528, 531, 537,

541, 558, 588, 591, 592, 596, 597, 630, 708, 709,
726, 733, 750, 778, 779, 787, 806, 814

E

educação 19, 21, 22, 23, 26, 29, 31, 43, 53, 66, 69, 79, 87, 89,
90, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104,
105, 106, 107, 125, 128, 129, 146, 147, 148, 149, 151,
152, 153, 156, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168,
170, 174, 179, 181, 240, 260, 262, 283, 284, 285, 289,
302, 304, 305, 306, 310, 314, 322, 324, 325, 326,
331, 332, 337, 340, 341, 346, 347, 382, 383, 390,
428, 445, 448, 488, 491, 493, 494, 496, 497, 498,
499, 503, 513, 521, 522, 523, 524, 527, 528, 529,
537, 538, 539, 540, 544, 545, 546, 548, 552, 553,
556, 557, 563, 566, 569, 570, 572, 574, 579, 591,
593, 596, 597, 598, 599, 600, 606, 608, 609, 615,
619, 621, 623, 624, 626, 627, 628, 629, 630, 631,
632, 633, 634, 635, 636, 637, 639, 642, 643, 651,
655, 659, 660, 663, 664, 669, 671, 673, 674, 675,
676, 677, 679, 680, 683, 684, 686, 695, 696, 699,
700, 702, 703, 704, 705, 710, 713, 720, 728, 745,
751, 752, 779, 781, 807, 808, 809, 812, 814, 815, 822,
823, 824, 825, 826, 828

efeitos 20, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 56, 57, 60, 84, 89, 92, 93,
94, 102, 120, 126, 153, 169, 174, 185, 203, 241, 245,
261, 269, 271, 278, 288, 326, 328, 329, 345, 354,
367, 372, 382, 397, 415, 418, 427, 433, 437, 460, 461,
483, 484, 498, 512, 532, 535, 548, 571, 572, 581,
596, 632, 633, 642, 643, 649, 651, 663, 686, 688,
692, 722, 724, 731, 740, 769, 775, 783

ênfatizar 140

ensino 30, 151, 152, 157, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 211,
270, 350, 488, 515, 528, 536, 537, 539, 541, 545,
552, 553, 558, 559, 567, 570, 572, 573, 575, 577,
590, 592, 597, 602, 606, 608, 609, 610, 611, 613,
614, 619, 623, 624, 625, 627, 628, 630, 631, 634,
636, 642, 660, 673, 675, 686, 745, 765, 787,
808, 814, 826, 828

esfera 105, 109, 126, 136, 206, 207, 256, 302, 309, 313, 380, 381,
474, 547, 731, 749, 756, 826

espaços 19, 42, 89, 91, 115, 116, 142, 151, 158, 161, 162, 163, 164,
168, 189, 266, 289, 302, 308, 327, 346, 352, 356,
357, 358, 359, 361, 362, 460, 463, 467, 468, 473,
483, 484, 489, 492, 493, 498, 532, 565, 568, 574,

576, 581, 583, 596, 597, 623, 643, 658, 686, 688,
697, 733, 738, 746, 747, 749, 751, 762, 776, 777, 815

estratégias 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 35, 39, 40, 41, 42,
44, 45, 46, 71, 73, 77, 96, 102, 105, 115, 131, 139, 149,
151, 153, 155, 156, 157, 167, 168, 185, 210, 240, 261,
265, 267, 273, 274, 275, 277, 279, 303, 305, 307,
313, 314, 319, 322, 323, 324, 343, 347, 361, 369,
376, 382, 386, 387, 388, 389, 394, 397, 398, 404,
424, 426, 430, 432, 435, 440, 442, 453, 456, 461,
464, 465, 466, 468, 493, 495, 514, 534, 537, 538,
539, 540, 541, 545, 546, 548, 552, 568, 576, 623,
625, 626, 633, 637, 638, 639, 640, 642, 643, 647,
653, 660, 676, 677, 680, 685, 686, 688, 690, 692,
693, 702, 703, 705, 707, 711, 714, 719, 726, 731, 734,
738, 739, 749, 776

estudo 24, 25, 29, 79, 95, 105, 208, 243, 245, 283, 327, 368, 404,
408, 447, 492, 499, 524, 527, 528, 529, 535, 536,
544, 553, 590, 602, 615, 618, 651, 660, 675, 683,
720, 728, 751, 755, 756, 759, 765, 768

exercício 20, 21, 90, 96, 132, 142, 147, 155, 159, 162, 168, 173, 174,
175, 182, 185, 239, 247, 261, 278, 296, 383, 389,
403, 422, 451, 464, 483, 493, 517, 556, 574, 579,
581, 583, 633, 640, 651, 686, 688, 695, 774

exigência 21, 81, 392, 624, 672

existência 21, 22, 25, 55, 59, 65, 121, 122, 127, 164, 167, 173, 182,
184, 185, 190, 202, 211, 245, 288, 294, 309, 350,
361, 372, 397, 439, 460, 466, 470, 484, 496, 543,
556, 568, 581, 619, 625, 647, 658, 664, 669, 671,
687, 692, 693, 697, 716, 719, 726, 737, 750, 815

experiências 24, 26, 27, 55, 67, 111, 159, 160, 161, 167, 168, 173,
174, 185, 189, 257, 334, 347, 353, 358, 361, 362, 411,
454, 461, 487, 493, 532, 579, 580, 581, 590, 603,
628, 630, 655, 684, 706, 731, 735, 737, 738, 739,
740, 747, 748, 749, 750, 751, 770

F

Foucault 19, 20, 23, 33, 38, 39, 40, 48, 50, 52, 53, 69, 71, 82, 84,
85, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 105, 107, 109, 111, 116, 118,
126, 131, 132, 133, 136, 142, 148, 153, 154, 155, 156,
162, 163, 170, 171, 175, 190, 201, 212, 218, 219, 220,
221, 234, 235, 239, 264, 267, 272, 276, 278, 280,
281, 282, 283, 285, 287, 292, 293, 305, 309, 312,
313, 314, 321, 326, 328, 331, 339, 341, 342, 345,

364, 369, 389, 390, 394, 396, 406, 407, 429, 435,
437, 439, 440, 441, 443, 447, 448, 450, 456, 464,
485, 486, 500, 504, 525, 526, 529, 532, 554, 555,
562, 565, 568, 574, 583, 587, 600, 611, 624, 633,
638, 639, 640, 641, 646, 655, 661, 662, 680, 681,
688, 691, 692, 693, 696, 702, 710, 711, 720, 725,
726, 728, 750, 751, 776, 780, 791

G

governo 20, 24, 25, 39, 52, 61, 71, 73, 75, 83, 96, 100, 104, 106, 109,
110, 111, 115, 116, 118, 124, 129, 132, 137, 145, 146, 187,
213, 241, 242, 274, 279, 296, 302, 303, 304, 305,
333, 345, 346, 347, 348, 365, 372, 380, 406, 428,
484, 486, 489, 491, 493, 497, 499, 509, 581, 587,
588, 589, 597, 599, 602, 619, 626, 638, 641, 662,
676, 677, 686, 687, 691, 693, 698, 705, 809

I

inclusão 23, 31, 32, 54, 108, 110, 116, 118, 121, 123, 125, 126, 127, 129,
141, 211, 305, 337, 342, 404, 406, 420, 428, 453,
468, 488, 685, 686, 688, 690, 694, 695, 697, 700,
702, 703, 711, 712, 713, 716, 717, 719, 809, 825

individualidade 94, 122

influências 623, 624, 679

informação 25, 30, 55, 57, 65, 69, 78, 80, 97, 101, 142, 174, 184,
189, 241, 242, 245, 257, 259, 264, 266, 269, 285,
327, 331, 377, 423, 428, 429, 441, 465, 480, 496,
530, 533, 536, 547, 550, 552, 555, 557, 570, 580,
608, 613, 623, 626, 632, 634, 657, 677, 680, 684,
708, 709, 710, 825

instituições 20, 56, 111, 127, 128, 131, 134, 136, 156, 157, 161, 162,
206, 239, 278, 311, 314, 315, 326, 327, 331, 350, 397,
406, 435, 448, 464, 465, 466, 506, 513, 518, 529,
530, 562, 565, 573, 576, 577, 578, 588, 595, 599,
605, 610, 624, 625, 627, 628, 634, 641, 642, 646,
659, 673, 679, 686, 712, 755, 775

interpretação 46, 60, 110, 519, 596

M

mídias 31, 136, 137, 310, 317, 319, 320, 322, 423, 432, 497, 525, 542,
626, 629, 631, 635, 715, 716, 717, 719, 753

múltiplas 19, 21, 42, 44, 111, 205, 349, 438, 455, 460, 511, 686,
694, 695, 730, 737, 809

N

normas 37, 115, 157, 168, 239, 268, 303, 314, 315, 329, 464,
474, 476, 552, 616, 693, 710, 712, 722, 724,
739, 756, 766, 775

P

pandemia 20, 23, 28, 29, 30, 43, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77,
78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 136, 160, 173, 185,
187, 213, 232, 234, 266, 270, 271, 327, 334, 341,
343, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 353, 356,
362, 364, 368, 372, 373, 375, 379, 382, 386, 388,
389, 390, 393, 395, 398, 430, 431, 432, 435, 436,
439, 440, 442, 455, 460, 461, 464, 465, 466, 467,
470, 471, 472, 474, 475, 476, 478, 479, 514, 523,
557, 563, 572, 574, 576, 578, 582, 595, 596, 597,
599, 601, 602, 603, 604, 607, 611, 620, 621, 627,
628, 634, 641, 642, 648, 649, 650, 651, 710, 715,
719, 774, 775, 785

poder 20, 21, 29, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 48, 54, 55, 59, 61, 62, 65,
82, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 105, 109, 110, 111,
116, 117, 119, 121, 125, 127, 138, 139, 142, 153, 154, 155,
157, 162, 163, 168, 170, 175, 177, 178, 179, 180, 181,
184, 188, 190, 196, 198, 205, 210, 211, 218, 220, 247,
267, 272, 273, 274, 277, 278, 280, 282, 283, 288,
289, 292, 296, 302, 305, 306, 313, 314, 319, 322,
323, 326, 327, 331, 338, 339, 342, 345, 346, 362,
369, 370, 371, 390, 394, 396, 397, 399, 413, 421,
423, 428, 432, 435, 437, 439, 440, 447, 448, 454,
464, 466, 469, 470, 472, 475, 484, 485, 486, 487,
493, 494, 497, 498, 500, 502, 511, 512, 517, 520,
521, 524, 539, 556, 558, 562, 568, 573, 574, 581,
583, 587, 598, 607, 613, 615, 631, 632, 633, 635,
639, 640, 641, 646, 662, 666, 667, 669, 673, 675,
680, 682, 684, 686, 687, 688, 691, 692, 694, 698,
705, 711, 712, 719, 724, 725, 726, 727, 731, 752, 761,
765, 769, 776, 780, 782, 798, 809

políticas 26, 27, 31, 40, 53, 72, 73, 75, 77, 78, 93, 94, 96, 100, 101,
106, 107, 113, 114, 117, 124, 125, 126, 134, 147, 151, 152,
154, 157, 173, 182, 183, 184, 190, 200, 211, 214, 216,
221, 222, 225, 233, 234, 267, 268, 273, 278, 293,
306, 314, 317, 318, 319, 320, 321, 333, 335, 336,
345, 346, 347, 348, 354, 356, 357, 359, 362, 372,
373, 382, 389, 406, 407, 416, 435, 450, 451, 456,
460, 461, 464, 465, 469, 470, 476, 505, 507, 509,

- 512, 515, 524, 526, 556, 587, 588, 599, 626, 639, 674, 675, 676, 677, 680, 683, 686, 687, 688, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 703, 705, 709, 712, 715, 756, 788, 789, 790, 792, 794, 804, 805, 814, 815, 816, 818, 821, 822
- população 20, 25, 28, 40, 41, 43, 44, 46, 53, 61, 62, 69, 71, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 105, 106, 109, 110, 116, 117, 119, 120, 121, 123, 124, 133, 136, 153, 154, 155, 156, 170, 175, 178, 183, 239, 244, 254, 262, 270, 272, 273, 277, 280, 282, 292, 293, 294, 297, 311, 314, 315, 319, 320, 321, 322, 326, 335, 336, 337, 339, 340, 346, 349, 350, 352, 364, 373, 381, 394, 396, 406, 407, 433, 440, 442, 455, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 480, 506, 509, 511, 524, 586, 604, 611, 612, 633, 634, 638, 641, 646, 680, 684, 687, 690, 691, 692, 694, 697, 710, 711, 712, 719, 776, 784, 828
- possíveis 26, 29, 50, 64, 76, 88, 161, 166, 174, 179, 199, 241, 260, 266, 267, 275, 296, 344, 363, 379, 400, 412, 419, 433, 464, 484, 505, 524, 546, 560, 561, 572, 589, 633, 642, 646, 658, 666, 667, 680, 699, 747, 748, 749, 775
- práticas 20, 21, 25, 26, 27, 31, 44, 47, 52, 53, 67, 71, 75, 77, 78, 82, 84, 88, 89, 95, 100, 102, 104, 105, 107, 109, 133, 135, 136, 138, 152, 155, 157, 158, 159, 160, 164, 167, 168, 169, 174, 177, 181, 185, 186, 188, 190, 241, 244, 263, 268, 269, 275, 277, 283, 289, 305, 306, 310, 314, 315, 316, 319, 320, 323, 325, 326, 328, 332, 335, 337, 340, 341, 347, 348, 349, 350, 351, 354, 356, 360, 362, 363, 367, 369, 378, 383, 386, 390, 396, 397, 399, 410, 412, 415, 416, 420, 428, 433, 435, 450, 451, 454, 455, 456, 465, 484, 485, 486, 487, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 509, 518, 525, 552, 554, 556, 557, 563, 565, 567, 568, 581, 587, 589, 590, 599, 608, 622, 624, 625, 627, 630, 634, 640, 641, 642, 643, 647, 674, 675, 686, 687, 688, 691, 693, 694, 697, 708, 711, 714, 718, 726, 740, 761
- processos 20, 25, 26, 29, 30, 36, 41, 57, 60, 61, 62, 71, 75, 92, 93, 94, 107, 109, 111, 114, 116, 118, 122, 125, 127, 157, 162, 163, 165, 168, 169, 177, 196, 197, 198, 202, 206, 207, 211, 238, 245, 268, 276, 278, 279, 292, 303, 309, 316, 319, 329, 335, 341, 347, 368, 369, 379, 380, 386, 387, 394, 405, 409, 420, 427, 448, 449, 460, 463, 483, 484, 485, 488, 491, 493, 495, 496, 497, 498, 514, 518, 534, 539, 544, 545, 552, 553, 557, 558, 560, 579, 581, 588, 589, 592, 595, 623, 625, 626, 639, 642, 651, 657, 660, 663, 667, 668, 671, 672, 686, 688, 694, 697, 699, 700, 701, 708, 709, 710, 718, 728, 734, 753, 755, 766, 814
- produção 21, 23, 26, 31, 47, 52, 53, 55, 56, 63, 75, 79, 82, 84, 87, 88, 89, 95, 96, 101, 105, 107, 131, 133, 134, 139, 147, 148, 151, 152, 153, 157, 160, 169, 176, 177, 187, 189, 194, 199, 210, 211, 245, 268, 273, 286, 287, 294, 298, 299, 300, 304, 306, 316, 318, 323, 325, 326, 328, 330, 331, 332, 336, 339, 346, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 364, 369, 371, 374, 378, 380, 386, 388, 389, 394, 399, 400, 403, 407, 416, 424, 425, 436, 445, 454, 457, 460, 461, 480, 483, 489, 490, 491, 493, 494, 497, 498, 499, 504, 510, 511, 512, 523, 525, 529, 531, 532, 536, 546, 548, 560, 573, 588, 589, 592, 597, 599, 625, 626, 631, 638, 640, 644, 646, 647, 650, 651, 657, 658, 661, 662, 663, 665, 668, 674, 676, 678, 687, 691, 693, 697, 698, 701, 702, 710, 715, 716, 723, 724, 725, 778, 822, 828
- produtivo 21, 41, 125, 152, 153, 169, 183, 261, 268, 313, 402, 409, 411, 435, 485, 650, 658, 663, 665, 672
- produzir 20, 37, 39, 52, 73, 121, 146, 157, 168, 185, 198, 204, 207, 243, 259, 273, 316, 320, 321, 350, 357, 363, 443, 486, 487, 490, 491, 492, 499, 504, 525, 530, 573, 624, 626, 634, 647, 651, 653, 662, 663, 671, 687, 696, 709, 727, 760, 783

Q

questionamento 118, 336, 452, 532, 586, 710, 711

R

reflexão 23, 32, 50, 56, 203, 208, 242, 310, 352, 447, 448, 456, 462, 517, 566, 624, 680, 711, 750

relacionamentos 623

relações 21, 27, 29, 36, 37, 38, 39, 42, 46, 51, 52, 59, 62, 63, 76, 77, 88, 89, 94, 96, 105, 111, 112, 116, 126, 138, 139, 154, 161, 162, 163, 167, 168, 175, 176, 242, 245, 267, 268, 273, 278, 280, 288, 289, 293, 313, 314, 319, 327, 328, 332, 339, 351, 354, 358, 359, 370, 371, 379, 387, 388, 390, 396, 397, 398, 409, 412, 413, 428, 432, 435, 448, 460, 464, 466, 476, 487, 507, 509, 511, 512, 518, 519, 520, 521, 524, 528, 530, 531,

535, 539, 574, 587, 589, 593, 597, 624, 633, 649,
660, 665, 666, 669, 675, 686, 694, 711, 724, 725,
727, 737, 745, 750, 762, 809, 823

relatos 83, 164, 348, 353, 489, 494, 611

resistência 23, 31, 63, 68, 105, 184, 189, 262, 283, 339, 340,
360, 362, 400, 432, 435, 440, 442, 443, 470,
474, 494, 498, 514, 546, 568, 581, 608, 637, 638,
639, 641, 643, 646, 647, 653, 679, 692, 713, 718,
720, 724, 737, 784

resultados 53, 55, 68, 152, 153, 241, 242, 244, 260, 261, 275, 276,
321, 329, 387, 406, 409, 416, 417, 436, 438, 452,
466, 484, 507, 525, 542, 647, 664, 671, 675, 758,
791, 792, 794, 796, 799, 800, 801, 803

rupturas 25, 28, 52, 233, 432

S

saberes 21, 37, 41, 42, 58, 61, 89, 98, 99, 101, 107, 133, 134, 135,
140, 142, 143, 157, 159, 160, 165, 167, 169, 181, 186,
188, 209, 220, 281, 283, 287, 290, 291, 292, 293, 297,
299, 304, 320, 328, 363, 388, 389, 403, 404, 406,
435, 447, 448, 449, 451, 454, 494, 512, 521, 537,
539, 540, 541, 559, 602, 621, 631, 638, 640, 641,
663, 691, 708, 712, 713, 719, 724, 725, 728, 739, 744,
761, 765, 771, 777, 805, 826

saúde 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 38, 41, 44,
45, 46, 47, 48, 53, 71, 72, 74, 79, 80, 83, 85, 87, 89,
90, 92, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106,
107, 128, 133, 174, 175, 179, 180, 181, 182, 187, 190,
240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 249, 252, 253,
260, 261, 262, 264, 265, 266, 267, 271, 273, 274,
275, 278, 279, 280, 283, 284, 291, 292, 293, 295,
296, 297, 298, 307, 308, 310, 311, 312, 314, 315,
316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 326,
329, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340,
341, 342, 343, 344, 346, 347, 348, 349, 350, 351,
352, 354, 356, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 364,
365, 369, 373, 375, 378, 379, 380, 382, 383, 386,
387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 396, 398,
399, 400, 403, 406, 408, 416, 427, 434, 435, 437,
439, 440, 441, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451,
452, 453, 454, 455, 456, 457, 461, 463, 465, 467,
470, 473, 475, 476, 477, 478, 479, 511, 513, 523,
553, 556, 561, 568, 570, 596, 610, 612, 615, 622,
623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 633,

634, 635, 636, 650, 664, 671, 687, 692, 696, 697,
712, 713, 720, 765, 769, 773, 774, 775, 777, 778,
779, 780, 781, 783, 784, 811, 812, 814, 815, 816,
821, 825, 826, 828

sociais 24, 26, 28, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 41, 57, 61, 62, 77, 79,
82, 83, 89, 97, 105, 115, 126, 131, 134, 151, 153, 157,
161, 167, 168, 173, 179, 184, 187, 193, 195, 196, 201,
202, 203, 205, 206, 210, 211, 239, 241, 242, 244,
254, 257, 262, 271, 274, 278, 287, 288, 289, 290,
300, 302, 303, 306, 309, 310, 313, 314, 316, 317,
319, 321, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332,
336, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 346, 349,
351, 352, 357, 361, 365, 369, 370, 371, 382, 388,
390, 392, 396, 397, 398, 407, 416, 423, 426, 427,
428, 432, 438, 447, 451, 453, 455, 457, 460, 466,
467, 471, 472, 476, 483, 484, 485, 490, 494, 496,
509, 525, 531, 532, 538, 542, 546, 554, 557, 573,
598, 609, 611, 629, 658, 661, 669, 675, 677, 679,
686, 690, 696, 697, 707, 708, 709, 710, 711, 713, 714,
715, 716, 717, 718, 719, 720, 755, 756, 758, 760, 763,
766, 767, 768, 809

social 21, 23, 26, 27, 32, 42, 58, 60, 61, 62, 65, 73, 74, 76, 77, 79,
81, 82, 83, 84, 85, 95, 97, 98, 102, 104, 106, 110, 112,
113, 115, 117, 119, 120, 122, 125, 126, 134, 145, 157, 158,
161, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 181, 183, 187,
189, 205, 206, 207, 213, 215, 219, 222, 223, 224,
225, 228, 229, 230, 234, 235, 246, 263, 279, 288,
289, 290, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 302, 304,
308, 309, 310, 320, 327, 328, 330, 331, 332, 334,
335, 337, 338, 347, 348, 349, 350, 354, 358, 359,
360, 361, 363, 364, 367, 368, 369, 372, 376, 381,
387, 392, 393, 397, 399, 404, 412, 440, 447, 448,
449, 453, 454, 460, 464, 465, 467, 468, 469, 470,
472, 473, 474, 475, 476, 479, 480, 487, 488, 494,
496, 501, 504, 505, 506, 511, 515, 519, 520, 522,
531, 546, 547, 560, 565, 572, 574, 577, 588, 596,
597, 605, 618, 627, 628, 629, 638, 642, 657, 658,
660, 666, 679, 680, 687, 688, 689, 691, 692, 694,
695, 696, 697, 699, 700, 701, 702, 703, 705, 708,
709, 710, 711, 712, 713, 716, 720, 729, 744, 750, 763,
769, 771, 772, 782, 789, 792, 794, 795, 798, 799,
802, 807, 808, 809

sociedade 20, 25, 29, 30, 31, 47, 50, 52, 54, 55, 56, 69, 71, 76,
77, 81, 82, 89, 90, 92, 95, 107, 111, 115, 133, 141, 144,

148, 152, 154, 157, 162, 163, 165, 187, 203, 206, 208, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 247, 254, 256, 257, 261, 263, 264, 268, 272, 275, 276, 278, 279, 280, 293, 297, 300, 303, 308, 309, 312, 321, 322, 323, 326, 327, 331, 332, 339, 362, 364, 370, 382, 389, 396, 407, 412, 428, 435, 438, 441, 448, 455, 460, 461, 466, 471, 478, 499, 510, 511, 513, 518, 520, 521, 532, 556, 560, 567, 573, 580, 586, 589, 591, 592, 593, 623, 626, 631, 632, 633, 634, 635, 640, 653, 663, 667, 670, 671, 674, 676, 677, 681, 686, 687, 688, 693, 694, 696, 702, 704, 712, 719, 720, 726, 760, 764, 766, 767, 769, 780, 785

subjetividades 23, 24, 30, 37, 87, 88, 89, 104, 124, 146, 153, 157, 173, 243, 246, 263, 278, 279, 284, 288, 289, 407, 429, 447, 454, 533, 541, 548, 573, 579, 581, 582, 623, 640, 647, 663, 683, 691, 698, 702, 723, 725, 749, 757, 760, 761, 807

T

tecnologia 25, 28, 56, 71, 78, 79, 80, 82, 90, 91, 92, 93, 154, 155, 187, 193, 208, 238, 241, 245, 254, 263, 266, 267, 268, 270, 274, 275, 276, 280, 293, 326, 327, 331, 343, 381, 383, 396, 397, 415, 421, 427, 428, 430, 431, 432, 438, 439, 449, 454, 484, 486, 498, 499, 521, 524, 525, 529, 530, 533, 534, 535, 536, 537, 544, 545, 564, 586, 587, 589, 594, 595, 597, 598, 604, 606, 609, 619, 631, 638, 657, 661, 663, 669, 670, 672, 675, 676, 679, 680, 682, 683, 690, 691, 692, 709, 714, 715, 720, 733, 734, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 772, 779, 780

tecnologias 19, 22, 23, 27, 30, 38, 65, 70, 80, 109, 115, 118, 131, 174, 175, 240, 241, 242, 244, 245, 254, 260, 261, 264, 267, 279, 280, 281, 283, 288, 289, 305, 310, 327, 349, 351, 352, 354, 357, 361, 386, 387, 388, 392, 394, 398, 403, 404, 405, 412, 415, 416, 425, 433, 435, 436, 437, 439, 440, 441, 448, 451, 453, 454, 455, 485, 486, 491, 499, 512, 519, 525, 533, 540, 542, 544, 547, 552, 557, 571, 572, 573, 579, 581, 582, 588, 589, 592, 596, 600, 604, 608, 621, 623, 625, 626, 627, 630, 631, 632, 633, 635, 636, 659, 660, 668, 669, 671, 672, 673, 674, 676, 677, 679, 680, 684, 691, 692, 699, 700, 701, 702, 708, 709, 712, 715, 717, 722, 723, 724, 727, 728, 729, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 738, 739, 740, 742, 743, 744,

745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 755, 766, 767, 768, 775, 779, 811, 825

tempo 19, 21, 25, 27, 29, 30, 38, 42, 51, 52, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 66, 67, 84, 91, 93, 94, 115, 120, 139, 140, 142, 146, 152, 154, 157, 169, 186, 187, 188, 189, 195, 196, 198, 199, 204, 205, 206, 207, 238, 239, 244, 245, 246, 260, 266, 277, 279, 289, 296, 302, 309, 312, 327, 328, 339, 345, 347, 348, 349, 350, 352, 353, 358, 360, 370, 387, 388, 389, 391, 393, 398, 402, 403, 405, 406, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 418, 423, 424, 425, 426, 431, 432, 436, 450, 452, 456, 469, 474, 475, 484, 489, 490, 492, 496, 498, 503, 504, 512, 515, 517, 518, 521, 522, 523, 525, 529, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 542, 543, 544, 547, 556, 560, 561, 564, 568, 572, 573, 576, 577, 578, 580, 581, 582, 583, 590, 591, 593, 596, 601, 603, 606, 607, 610, 619, 620, 624, 626, 627, 628, 629, 642, 643, 646, 648, 650, 653, 657, 659, 661, 665, 666, 668, 672, 695, 702, 703, 710, 711, 712, 716, 737, 741, 744, 751, 753, 774, 778

teorizações 19, 23, 369

transformações 19, 27, 29, 30, 37, 39, 54, 58, 77, 151, 184, 245, 288, 293, 334, 383, 386, 388, 391, 398, 499, 503, 504, 586, 587, 623, 625, 626, 630, 631, 651, 673, 708, 715, 725, 753

V

várias 72, 92, 96, 115, 433, 505, 518, 573, 577, 580, 583, 605, 671, 747, 748

verdade 20, 21, 39, 63, 95, 104, 138, 139, 145, 152, 157, 162, 163, 165, 168, 171, 180, 187, 193, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 254, 285, 288, 302, 321, 328, 331, 340, 341, 342, 406, 407, 412, 437, 448, 449, 450, 455, 512, 523, 528, 532, 563, 564, 641, 696, 713, 726, 728, 729, 730, 743, 748, 756, 766, 768

verdadeiros 21, 42, 163, 195, 203, 303, 331, 407, 448

vida 20, 21, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 38, 40, 42, 45, 52, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 71, 73, 74, 75, 76, 79, 82, 83, 84, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 102, 104, 105, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 138, 140, 143, 144, 146, 151, 153, 154, 155, 157, 160, 162, 163, 164, 168, 170, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 187, 189, 198, 200, 201,

204, 205, 207, 210, 211, 219, 220, 222, 223, 224,
227, 229, 231, 232, 234, 238, 241, 243, 244, 245,
257, 260, 261, 263, 267, 268, 272, 273, 274, 275,
277, 278, 283, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294,
297, 300, 301, 302, 303, 306, 308, 309, 310, 313,
314, 319, 320, 321, 326, 328, 330, 336, 338, 339,
345, 346, 347, 348, 349, 351, 352, 353, 354, 355,
356, 358, 359, 360, 361, 362, 369, 371, 372, 380,
381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390,
394, 395, 397, 398, 403, 406, 409, 411, 412, 413,
415, 416, 422, 424, 426, 428, 432, 435, 437, 439,
442, 443, 448, 454, 457, 460, 461, 463, 464, 465,
468, 470, 471, 472, 474, 476, 477, 480, 482, 483,
484, 487, 488, 496, 497, 504, 505, 509, 511, 515,
518, 523, 530, 531, 536, 537, 543, 547, 548, 561,
564, 565, 566, 569, 571, 572, 574, 576, 577, 579,
580, 581, 582, 584, 588, 590, 606, 620, 623, 633,

640, 641, 643, 644, 647, 650, 652, 653, 655, 657,
658, 660, 661, 662, 663, 664, 666, 667, 668, 671,
672, 686, 687, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695,
696, 697, 698, 701, 702, 708, 711, 712, 730, 732,
733, 734, 735, 737, 742, 744, 746, 748, 750, 755,
756, 757, 761, 762, 766, 768, 771, 776, 777, 778, 779,
780, 784, 788, 789, 795, 799, 800, 801, 802, 803,
804, 805, 806, 807, 809, 827

virtual 25, 30, 79, 185, 187, 203, 204, 248, 277, 283, 387, 396,
404, 412, 528, 536, 544, 561, 566, 567, 585, 596,
597, 623, 666, 668, 670, 674, 710, 733, 734, 740,
744, 746, 749, 752

WWW.PIMENTACULTURAL.com

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS DO HOJE E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS

interfaces entre tecnologias
na educação e na saúde

